

**Universidade de Évora
Departamento de História**

ELITES E INDÚSTRIA NO ALENTEJO (1890-1960):

**Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite
em contexto regional no Portugal contemporâneo**

Por

Paulo Eduardo Marques da Costa Guimarães

**Dissertação sob a orientação do Prof. Dr. Helder Adegar Fonseca para a obtenção
do grau de Doutor em História pela Universidade de Évora**

**Évora
Maio de 2004**

Universidade de Évora
Departamento de História

ELITES E INDÚSTRIA NO ALENTEJO (1890-1960):

Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo

Por

Paulo Eduardo Marques da Costa Guimarães

Dissertação sob a orientação do Prof. Dr. Helder Adegar Fonseca para a obtenção do grau de Doutor em História pela Universidade de Évora



166 321

Évora
Maior de 2004

Agradecimentos

Uma tese de doutoramento em História é, muitas vezes, o resultado de um percurso longo e complexo, tornando-se difícil enumerar todas aquelas pessoas que, por diversas formas e em diferentes momentos, contribuíram para o seu desfecho. Mas algumas merecem especial menção de gratidão pela importância decisiva que tiveram nesse caminho. Muito do que aqui fica se deve à orientação científica do Prof. Dr. Helder Adegar Fonseca que, em 1995, lançou o desafio de estudar o problema industrial alentejano nas suas relações com as elites regionais. Se alguma coisa fui capaz de crescer intelectualmente desde essa altura, muito ficará a dever-se ao seu empenho, ajuda amiga e à confiança que me foi inculcando ao longo de tão árduo caminho.

O programa de doutoramento traçado envolveu a minha participação em dois seminários da rede Ester e em vários outros nos quais apresentei alguns textos directamente relacionados com o meu tema essencial. Entre as pessoas que, nesse contexto, me ajudaram com comentários, sugestões e críticas referirei os professores Jaime Reis, Patrick O' Brien, Santiago Zapata Blanco, Robert Rowland, Alberto Carreras e Stephan Haupt. Agradeço ainda ao professor Jaime Reis os comentários críticos e as sugestões que fez ao capítulo sobre as instituições financeiras.

Uma dívida especial de gratidão fica para com a Universidade de Évora, o seu o Departamento de História e, em particular, para com os meus colegas de História Contemporânea que tornaram possíveis os períodos de dispensa de serviço docente utilizados nos trabalhos finais de pesquisa e na redacção do texto. Ao Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (Cidheus) devo os recursos humanos e materiais disponibilizados durante a constituição duma base de dados sobre os registos notariais de Évora.

A boa vontade de algumas pessoas responsáveis nas instituições públicas a que recorri durante a minha investigação permitiu-me o acesso e a consulta de fundos documentais da maior importância. Agradeço, por isso, à Dra. Lurdes Nogueira, da Conservatória do Registo Predial e Comercial de Évora, bem como ao engenheiro Vítor Santos e aos Drs. Bernardino Piteira e Conceição Fernandes, da Direcção Regional do Ministério da Economia, daquela cidade, as facilidades concedidas em arquivos de organismos que não estão vocacionados para acolher investigadores.

Outras pessoas ajudaram-me ainda com os seus testemunhos e conhecimentos no meio eborense. Entre estas referirei os senhores João de Torres Vaz Freire, José Fialho, Manuel Ernesto Correia, Joaquim Emílio Canelas e à senhora Maria Angelina dos Reis.

Setúbal, Junho de 2003

Normas de transcrição e abreviaturas utilizadas

Nas citações e descrições bibliográficas, por se tratar de textos referentes ao período contemporâneo, actualizámos a ortografia mas mantivemos a pontuação original. A maioria das abreviaturas que foi utilizada nas referências de fontes resultou de uma codificação própria. A descrição bibliográfica acompanhou de perto as normas portuguesas. Nos dois casos, a forma de referenciação remete o leitor para a parte referente às “fontes e bibliografia”. Ficam aqui as restantes abreviaturas que utilizámos:

AA – Álbum Alentejano

ACME – Arquivo da Câmara Municipal de Évora

ACRP - Arquivo da Conservatória do Registo Comercial e Predial de Évora.

ADB - Arquivo Distrital de Beja

ADE - Arquivo Distrital de Évora

ADRME - Arquivo da Direcção Regional do Ministério da Economia

BTI – Boletim do Trabalho Industrial

CGD/BNU – Arquivo da Caixa Geral de Depósitos

CI – Circunscrição Industrial

C.U.F. – Companhia União Fabril

DA – Diário do Alentejo (Évora)

DG – Diário do Governo

GC - Governo Civil

IA - Ilustração Alentejana

MEPAT- Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

RTN – Registo do Trabalho Nacional

Índice geral

0.	INTRODUÇÃO GERAL.....	1
	0.1. OBJECTO DE ESTUDO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	1
	0.2. PROBLEMAS, METODOLOGIA E FONTES	8
	0.3. PLANO DE EXPOSIÇÃO.....	16
1.	O COMPORTAMENTO ESTRATÉGICO DAS ELITES ALENTEJANAS FACE À INDÚSTRIA ENTRE OS FINAIS DO SÉCULO XIX E OS PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX.....	21
	1.1. INTRODUÇÃO.....	21
	1.2. HOMOGENEIDADE E DIVERSIDADE NO COMPORTAMENTO ECONÓMICO DAS ELITES EBORENSES	24
	1.3. A INDÚSTRIA REGIONAL: O ARTESANATO E A PEQUENA OFICINA	34
	1.4. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: O COMÉRCIO E AS NOVAS INDÚSTRIAS.....	46
	1.5. CONCLUSÃO.....	54
2.	AS ASSOCIAÇÕES CAPITALISTAS EBORENSES E O SEU PAPEL: ACTORES, ÁREAS DE NEGÓCIO E RITMOS DE FORMAÇÃO (1889-1960).....	59
	2.1. INTRODUÇÃO.....	59
	2.2. O REGISTO COMERCIAL E O SEU SIGNIFICADO. TIPOS DE SOCIEDADES REGISTRADAS. ..	60
	2.3. O REGISTO DE FALÊNCIAS. ESBOÇO DE PERIODIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE ASSOCIAÇÃO DE CAPITAIS.....	72
	2.4. FORMAS JURÍDICAS DAS SOCIEDADES E SEU SIGNIFICADO.	77
	2.5. AS ÁREAS DE INVESTIMENTO E OS SEUS ACTORES	87
	2.6. CONCLUSÃO.....	109
3.	TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA INDÚSTRIA ALENTEJANA (1922-1950): A GRANDE INDÚSTRIA.	113
	3.1. INTRODUÇÃO.....	113
	3.2. IMAGENS DO ALENTEJO: DE DESERTO INDUSTRIAL À INDUSTRIALIZAÇÃO NECESSÁRIA.	115
	3.3. O PARQUE INDUSTRIAL ALENTEJANO: ESBOÇO DE CARACTERIZAÇÃO GERAL (1922-1951).....	132
	3.4. A GRANDE INDÚSTRIA - AS GRANDES EMPRESAS	150
	CONCLUSÃO.....	197
4.	TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA INDÚSTRIA ALENTEJANA (1922-1950): OS ESTABELECIMENTOS DE PEQUENA E DE MÉDIA DIMENSÃO.	201
	4.1. INTRODUÇÃO.....	201

4.2. AS INDÚSTRIAS DOS PRODUTOS FLORESTAIS: O CARVÃO E A CORTIÇA.....	210
4.2. AS INDÚSTRIAS ALIMENTARES.....	223
4.2.1. A FILEIRA DO PÃO.....	223
4.2.2. O AZEITE: DOS LAGARES ÀS FÁBRICAS DE EXTRACÇÃO.....	237
4.2.3. A TRANSFORMAÇÃO DA CARNE.....	248
4.2.4. DOCES, CHOCOLATES E AMÊNDOAS.....	249
4.2.5. OUTRAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO.....	251
4.3. AS BEBIDAS.....	252
4.4. AS FIBRAS TÊXTEIS E OS SEUS FABRICOS.....	265
4.5. OS CURTUMES E AS INDÚSTRIAS ASSOCIADAS.....	268
4.6. AS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO E DO CALÇADO.....	275
4.7. AS INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DO MOBILIÁRIO.....	281
4.8. AS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO.....	285
4.9. AS INDÚSTRIAS CERÂMICAS.....	298
4.10. AS INDÚSTRIAS DOS METAIS.....	302
4.11. AS INDÚSTRIAS DOS TRANSPORTES.....	311
4.12. AS INDÚSTRIAS QUÍMICAS.....	319
4.13. OUTRAS ACTIVIDADES.....	319
4.14. CONCLUSÃO.....	320
5. A INDÚSTRIA DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE.....	327
5.1. INTRODUÇÃO.....	327
5.2. OS NEGÓCIOS DA ELECTRICIDADE E A ELECTRICIDADE COMO SUB-PRODUTO DA GRANDE INDÚSTRIA REGIONAL.....	329
5.3. A HIDROELÉCTRICA ALTO ALENTEJO.....	341
5.4. CONCLUSÃO.....	355
6. OS INDUSTRIAIS E O SEU RECRUTAMENTO.....	357
6.1. INTRODUÇÃO.....	357
6.2. ELITES E INDUSTRIAIS.....	358
6.3. A FORMAÇÃO DO PATRONATO INDUSTRIAL E A PARTICIPAÇÃO DE OUTROS GRUPOS DE INTERESSE NA INDÚSTRIA: O CASO DE ÉVORA.....	371
6.4. PERCURSOS DE EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS NO ALENTEJO ENTRE AS DUAS GUERRAS.	384
6.5. CONDICIONAMENTO INDUSTRIAL E ASCENSÃO SOCIAL NA INDÚSTRIA – O CASO DOS IRMÃOS FIALHO (ÉVORA).....	389
6.6. CONCLUSÃO: OS INDUSTRIAIS E A POLÍTICA.....	395

7.	O CRÉDITO, A BANCA E A ACTIVIDADE SEGURADORA NO UNIVERSO DOS NEGÓCIOS REGIONAIS: ALHEAMENTO DOS INTERESSES INDUSTRIAIS ?	403
	7.1. INTRODUÇÃO: AS ELITES REGIONAIS E O PROBLEMA DO CRÉDITO INDUSTRIAL.....	403
	7.2. O UNIVERSO DOS NEGÓCIOS REGIONAIS ATÉ AOS ANOS '20: A TERRA E O DINHEIRO.	411
	7.3. TRAÇOS GERAIS DA EVOLUÇÃO DA BANCA REGIONAL ATÉ À I GUERRA MUNDIAL. .	425
	7.4. A BANCA REGIONAL E OS NEGÓCIOS ENTRE AS DUAS GUERRAS: EUFORIA, CRISE E DEPRESSÃO.	463
	7.5. O BANCO DO ALENTEJO E A EMPRESA TRANSFORMADORA DE LÃS.	482
	7.6. O CRÉDITO AGRÍCOLA E A COMPANHIA DE SEGUROS “A PÁTRIA”	488
	7.7. CONCLUSÃO.....	498
8.	CONCLUSÃO: PARA A COMPREENSÃO DA ACÇÃO DAS ELITES ECONÓMICAS NO ALENTEJO CONTEMPORÂNEO.	503
	1. AS ELITES ECONÓMICAS E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO ALENTEJO	503
	2. A GRANDE PROPRIEDADE E OS MERCADOS: PROBLEMA NA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE, NA ESTRUTURA DA OFERTA OU NA ORGANIZAÇÃO DAS GRANDES EMPRESAS ?.....	522
	3. O FACTOR HUMANO: FALTA DE VISÃO EMPRESARIAL OU FALTA DE OPORTUNIDADES ?	525
9.	FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	529
	9.1. ARQUIVOS. FONTES.....	529
	9.2. ESTATÍSTICAS. INQUÉRITOS INDUSTRIAIS. RELATÓRIOS.....	533
	9.3. ESTUDOS, OBRAS DE REFERÊNCIA E OUTRAS FONTES IMPRESSAS.....	536
	ÍNDICE DE TABELAS	563
	ÍNDICE DE FIGURAS.....	569

0. Introdução geral

0.1. Objecto de estudo e enquadramento teórico

Este estudo teve por objectivo analisar o comportamento económico dos grupos de elite face à indústria na região do Alentejo entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX, ou seja, um período marcado pela afirmação duma *vocação cerealífera* para uma região latifundiária que, por sua vez, legitimou um regime fortemente proteccionista e intervencionista ancorado na ideia de um Portugal *essencialmente agrícola*. Ora, se os finais do século XIX marcaram um primeiro momento de ruptura com o liberalismo económico e de viragem na configuração da economia regional, o nosso limite cronológico foi balizado pelo momento em que as suas fundações foram seriamente abaladas com o êxodo das populações rurais e com as dificuldades sentidas pela *lavoura* “tradicional”, tornando-se clara a perda de velocidade no crescimento económico da região face à emergência de pólos industriais no litoral. Entre estas duas balizas consolidou-se à sombra do tradicionalismo uma configuração ideológica duradoura do Alentejo contemporâneo e das suas elites que constituem aqui objecto de interesse e de análise histórica compreensiva.

Questiona-se, por ser redutora, a *imagem* neo-realista do Alentejo como uma sociedade rural, dividida entre uma massa de trabalhadores proletários e um número reduzido de latifundiários avessos ao progresso, absentistas e tradicionalistas, a partir da análise da documentação disponível sobre a actividade industrial e a vida das empresas não agrícolas que marcaram a economia da região durante aquele período. Com isto procurámos realçar não só um dos aspectos essenciais que têm ficado na penumbra das representações da sociedade e economia alentejanas, como mostrar a participação dos grupos de elite em actividades fora da esfera agrícola. Essa participação envolveu muitas vezes a constituição de sociedades por acções e estendeu-se da moderna indústria da moagem e da produção e distribuição de electricidade, à produção de cortiça, refinação de azeites, fabrico de sabão, indústria mineira, metalurgia, fabrico de máquinas e de equipamentos agrícolas.

Para além dos grandes proprietários, outros actores estiveram presentes em iniciativas industriais que arrancaram ou se desenvolveram neste período na região, como sucedeu com a indústria dos refrigerantes, torrefacção de café, têxtil, cerâmica,

mármore ou metalomecânica. O conjunto revelou, assim, uma diversidade de iniciativas que põe em causa a ideia de que o comportamento das elites agrárias foi impeditivo do desenvolvimento de outras iniciativas. Assim, este estudo integra-se na linha dos trabalhos desenvolvidos pela historiografia mais recente para o século XIX que realçaram o carácter capitalista e empresarial dos grupos da elite económica alentejana, nomeadamente dos de Helder Fonseca (1998, 1996^a, 1996b e 1987) e de Jaime Reis (1993, 1982, 1979).

O papel das elites económicas do sul na formação do Portugal contemporâneo constituiu-se como um problema histórico relevante e, por isso, interessa como objecto de análise histórica. Ora classificadas como “burguesia agrária”, ora como uma “oligarquia rural”, estas elites formaram-se no processo histórico do liberalismo português do qual teria resultado uma “estrutura agrária” imperfeita (Martins-1990 [1876]:146-148; Pereira-2001:113-135). Esta fracção da nova classe dominante não só se distinguiu da “burguesia comercial” e “financeira” como tinha o seu próprio programa que se opunha aos interesses da “burguesia industrial” expressos pelos “industrialistas” (Rosas-1986; Schwartzman-1985 e 1989)¹. Identificada com os “latifundiários”, promotores dum “bloco agrário” anti-moderno, os “agrários” constituíram o cerne do “*lobby ruralista*” que integraram as forças conservadoras católicas e anti-liberais que apoiaram o Salazarismo (Madureira-2002: 31-34; Fernandez Clemente-1996:122-123; Rosas-1986 e 1990).

O Estado Novo nos anos '30, na sua fórmula corporativa e fascizante, teria sido assim construído sobre um equilíbrio de interesses entre diferentes facções da “classe dominante”. Neste sentido, o regime saído da Ditadura Militar seria de “toda a burguesia” (Lucena-1976) e os anos que sucederam à II Guerra Mundial seriam marcados por uma “industrialização sem reforma agrária” (Pereira-2001, Rosas-1994). Embora esteja fora deste estudo analisar as teses em presença sobre o papel das elites agrárias do sul na formação do Portugal contemporâneo, importa referir que desde os finais de Oitocentos, quando se mobilizaram politicamente em torno do proteccionismo cerealífero e em oposição aos interesses da grande indústria da moagem de Lisboa e

¹ Numa obra recente de síntese foi reconhecido o carácter complexo destas elites nestes termos: “Apesar de ser uma camada social francamente minoritária, a oligarquia rural nos anos 30 constituía, ao contrário do que certas visões literárias ou ideologicamente redutoras possam fazer crer, um grupo relativamente complexo e diversificado, não só regionalmente, como quanto à sua base económica e tipo de interesses. O seu sector social e politicamente mais visível, mais emblematicamente representativo da situação de privilégio dos «senhores da terra», era o dos *grandes proprietários absentistas*.” (Rosas-1994:41).

Porto, até ao momento em que se opuseram aos projectos de reorganização agrária que o seu comportamento tem sido realçado pelo tradicionalismo e absentismo². O tema constituiu-se assim como um *problema histórico*.

A análise do comportamento económico de grupos de elite em regiões periféricas foi objecto de diversos estudos de base regional nas décadas de '70 e '80. Entre estes destacamos os trabalhos da Comissão de História Económica do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), nos quais o comportamento das elites económicas foi equacionado em perspectiva histórica no quadro dos problemas do desenvolvimento económico emergentes naquele subcontinente (Florescano-1985). A insatisfação face aos níveis de desenvolvimento alcançados e aos problemas decorrentes do modo de inserção das economias latino-americanas no sistema mundial estiveram, por vezes, subjacentes nas abordagens que procuraram descortinar especificidades tanto no comportamento das “burguesias”, como nas formas de transição para o mundo industrial. Por detrás da conceptualização neomarxista em torno da “formação das burguesias nacionais” encontramos estudos históricos empíricos com base em documentação notarial, empresarial e familiar que carregaram elementos e conclusões que importou ter em linha de conta na nossa análise. Salientemos, em primeiro lugar, o facto da preocupação pelo desenvolvimento económico latino-americano ser perspectivada numa base regional ou nacional como resultado dum processo no qual a acção de um grupo limitado de indivíduos é tida como relevante. Em segundo lugar, a análise empírica, centrada em casos concretos e com objectivos comparativistas, realçou a importância da acção de grupos muito pequenos, por vezes, indivíduos ou grupos familiares, mais do que “classes” ou “fracções de classe” na compreensão dos processos de desenvolvimento. Em terceiro lugar, as análises privilegiaram a investigação empírica sobre a argumentação teórica e os modelos teóricos, dos quais diferentes trabalhos se serviram sobretudo da terminologia (“burguesia”, “oligarquia”, “elites terratenentes”, etc.). E, finalmente, rejeitaram-se os processos de industrialização na Inglaterra, na França e na Alemanha como modelos ou padrões de comportamento económico das “burguesias”.

² Por agora queremos apenas realçar o interesse do nosso objecto. Considera-se que um *problema histórico* resulta da acção dos indivíduos ao longo do tempo ou é reflectido pela historiografia como tal. Por outras palavras, não se trata dum problema puramente conjuntural, sem consequências no tempo médio e que transcenda a consciência dos próprios actores.

Mais recentemente, o estudo de Mário Cerutti para a região mexicana de Monterrey entre a segunda metade do século XIX e o início do século seguinte, e o seu esforço, com Menno Vellinga, para coligir contributos que permitissem equacionar a problemática da relação entre as burguesias e a indústria na Europa Meridional e na América Latina (Cerutti e Vellinga-1989; Cerutti-1992) realçaram o facto de, no contexto da formação dos estados nacionais economicamente dependentes do exterior, o comportamento económico das elites empresariais não ser independente do próprio meio económico-social e dos condicionamentos político-institucionais. No conjunto, estes estudos vieram equacionar a componente regional da acção empresarial, a orientação exportadora de grande parte das iniciativas, as oportunidades criadas pelo desenvolvimento urbano e os limites impostos pela dimensão dos mercados interiores. Longe de terem um papel meramente passivo, estudos de caso para o século XIX mostraram, como padrão regular do comportamento destas elites “periféricas”, a diversidade dos negócios em que se envolveram, o investimento com mira no lucro e na acumulação privada de riquezas materiais. O percurso empresarial centrado em alguns casos notáveis mostrou-se diverso na origem bem como nos investimentos realizados. Se estes recaíram sobretudo sobre a circulação (grande comércio, crédito, contratos com o Estado) e a agricultura exportadora, não deixávamos de encontrar também investimentos na mineração e na metalurgia, por exemplo (Cerutti-1992).

Nos países industrializados, a análise do comportamento económico dos grupos de elite não deixou de ser estimulada pelas ideias schumpeterianas relativas ao papel do empresário e do comportamento empresarial no desenvolvimento do capitalismo industrial³. Se deixarmos de lado os estudos críticos sobre as elites empresariais norte-americanas, destinados a questionar construções ideológicas recorrentes e a mostrar os fundamentos do seu poder, vemos que a historiografia sobre as elites empresariais se preocupou com o seu desempenho económico quando quis buscar as causas de processos mais latos (Mills-1957; Lundberg-1968; v. tb. Stanworth e Giddens - 1974). Recordemos, a este propósito, o debate aberto por D. Aldcroft, num célebre artigo publicado em 1964, no qual ele atribuía um lugar central à cultura empresarial para explicar a *longa* decadência do capitalismo britânico a partir dos finais da época vitoriana. De acordo com este historiador, os empresários ingleses não tinham sido capazes de adoptar as tecnologias mais avançadas em vários campos fundamentais, como os têxteis e a mineração do carvão e subestimaram a importância crescente da ciência, investindo

³ V. a este respeito a recente síntese de McCraw (1997).

pouco em actividades de investigação e desenvolvimento. Além disso, sobrestimaram o papel das exportações de algodão e de ferro e foram lentos em avançar para novos sectores como as indústrias químicas sintéticas, os automóveis e a electricidade. Os empresários ingleses acabaram, assim, por se mostrar maus negociantes, especialmente no estrangeiro, e insuficientemente agressivos na organização de cartéis para beneficiar da sua posição de dominação mundial. Em suma, a decadência do “espírito empresarial” na Inglaterra vitoriana explicaria a perda de competitividade da economia britânica a partir dos finais do século XIX⁴. Na resposta a esta tese, o cliometrista Donald McClosky tratou o comportamento empresarial como uma variável “residual” dum modelo de crescimento que adoptou e avaliou-o na assumpção de que a economia britânica constituía uma realidade exógena, com regras próprias a que o empresário, enquanto indivíduo, não podia escapar⁵. Ou seja, tratou-se de avaliar um comportamento estereotipado de natureza subjectiva. O debate, porém, prosseguiu em torno da relação entre, por um lado, um capitalismo de raiz mercantil, “cavalheiresco” (*gentlemanly capitalism*) e fundiário (*rentier*), no qual jogavam um importante papel os *Lords* e os capitalistas da *City* londrina, e, por outro lado, um capitalismo industrial que se formara a partir dos finais do século XVIII (Dauton-1989 e Raven-1996).

Foi também com o pressuposto de que os indivíduos se sujeitam a forças gerais ou a princípios ditados pela economia que Gershenkron (1962) criticou a teoria dos papéis-espectativas que começava então a permear a história empresarial. Embora atribuísse um papel importante aos governos e ao Estado como factor substitutivo dos mercados livres desenvolvidos no processo de industrialização, Gershenkron relegou para o domínio ideológico a importância das “atitudes sociais”. Nesta análise, o que esteve em causa foi o papel que tinha a aprovação social como parte dum sistema colectivo de valores na emergência das actividades empresariais. Ora isto parecia ser particularmente importante nas sociedades “atrasadas”, ou seja, naquelas onde não tinham sido ainda interiorizados os princípios de “destruição criadora” e onde, portanto, podiam surgir

⁴ Um argumento do mesmo tipo foi utilizado por David S. Landes nos anos '50 para explicar a aparente estagnação económica em que vivia a economia francesa no imediato pós-guerra. Landes em “The French business and the businessman: a social and cultural analysis” (in Edward Meale Earle, ed., *The Modern France: problems of the Third and Fourth Republics*, Princeton, Princeton University Press, 1951) sustentava que a moral burguesa impediria o aparecimento dum tipo de empresários modernos em França, explicando que a mentalidade nitidamente pré-capitalista dos homens de negócios franceses não possibilitava o desenvolvimento duma economia competitiva, orientada para a produção e o lucro. V. a este respeito a análise crítica de Suleiman-1997: 230 e ss.

⁵ McCloskey e Sandeberg - 1981. Veja-se também Church - 1980, Payne-1988 e o debate sobre o 'Gentlemanly Capitalism' em Raven- 1989 e Dauton-1989.

formas de resistência à mudança. A sua posição, como é sabido, era a de que as atitudes sociais contrárias ao comportamento empresarial não afectaram significativamente os processos de industrialização, *a menos que conseguissem cristalizar-se na acção governativa* (Gershenkron, 1962: 71). Assim, os governos tanto poderiam actuar no sentido do desenvolvimento económico, como no sentido oposto (v. tb. Sylla e Toniollo-1991).

Outro grupo de estudos históricos tem-se centrado no papel das elites no processo de mudança histórica para a modernidade, uma perspectiva que impõe um registo analítico no tempo médio e longo. O interesse pelas elites fundiárias na historiografia social foi renovado pelo estudo comparativo dos processos de industrialização feito por Barrington Moore, no qual ele atribuía um papel decisivo à acção das aristocracias (Moore Jr. – 1975). Embora a sua preocupação se centrasse sob as formas políticas da transição para a modernidade (democracia parlamentar, fascismo e comunismo), a sua análise totalizante realçou o papel do comportamento das “aristocracias fundiárias” face à emergência das forças de mercado e ao desenvolvimento dos processos de industrialização. O carácter dominante deste grupo na Europa anterior à I Guerra Mundial constituiu, por outro lado, um dos argumentos basilares da controversa tese de Arno Mayer sobre “a persistência do Antigo Regime” (Mayer-1983). Apesar dos importantes estudos realizados desde então sobre o poder das aristocracias fundiárias europeias e a forma como enfrentaram ou integraram a corrente industrialista no seio das nações (Cardoza-1997, Lieven-1992, Gibson e Blinkhorn – 1991, Beckett – 1986, Cannadine – 1980, Spring – 1977), a análise das elites agrárias dos países mediterrânicos entre os finais do século XIX e a primeira metade do século seguinte tem recaído também sobre o seu comportamento político em contexto regional. Refira-se, a este respeito, as análises de Tim Rees para a Estremadura espanhola (1991), Anthony Cardoza para Bolonha (1982, 1991) e de R. Paxton para França (1997).

Sob este ponto de vista, a génese dos estudos sobre as elites alentejanas em perspectiva histórica não deixa de estar associado a um esforço de desmistificação das representações sociais construídas e ideologicamente orientadas sobre a natureza *aberrante* (no contexto europeu) da “burguesia agrária” desta região. Desde a publicação dos estudos de Jaime Reis sobre as origens do protecçãoismo agrário alentejano (Reis-1979) e de Ana Cardoso Matos, Conceição Andrade Martins e Lurdes Baltazar sobre os *Senhores da Terra* (Matos et allie - 1982), que se multiplicaram os estudos sobre o comportamento económico e social das elites alentejanas contrariando ideias feitas. Para

além dos trabalhos fundamentais de Jaime Reis (1979, 1982, 1993) e de Helder Fonseca (1987, 1988, 1995, 1996^a, 1996b, 1998, 2002), importa referir, numa breve ronda sobre a bibliografia específica disponível para o Alentejo, os estudos de Ana Cardoso Matos sobre a indústria no Alentejo oitocentista (Matos - 1990, 1991, 1997, 2001); de Manuela Rocha sobre a estrutura social de Monsaraz (1994); de Maria Ana Bernardo sobre o comportamento social da elite eborense (1997, 2001); de Conceição Andrade Martins sobre a acção dos vinhateiros (1992, 1996); e de Carla Faustino (1996), Carla Trindade (1996) e Manuel Baiôa (2001), respectivamente sobre as elites políticas de Moura, Arraiolos e Évora. Não podemos também deixar de referir as monografias de Maria Antónia Almeida sobre as elites de Avis (1997); de Paula Marques sobre as sociedades recreativas de Beja (1996); de Paulo Fernandes, sobre Montemor-o-Novo (1999); e os estudos de Fernando Gameiro sobre a problemática da educação no Alentejo (1993, 1997, 2003). Esta profusão de trabalhos académicos, que privilegiou o trabalho em arquivos públicos concelhios e distritais e em arquivos de famílias, teve como característica a centração em áreas geográficas distintas (Évora, Arraiolos, Montemor, Reguengos, Moura) com recortes temporais de duração média e problemáticas diferenciadas. Uma parte substancial deste conjunto de trabalhos, ao qual a presente dissertação se vem juntar, resultou do programa de investigação “Elites Portuguesas em Contextos Regionais: Família, Património e Redes de Interesses no Alentejo Contemporâneo”, coordenado por Helder Fonseca e que recebeu o apoio da JNICT/FCT. Apesar do enquadramento regional do seu objecto, este programa teve uma forte componente comparativa na perspectiva da acção das elites agrárias no quadro do desenvolvimento da Europa do Sul nos últimos dois séculos.⁶ As elites agrárias são assim (re)vistas, não como agentes de conservação ou de reacção, mas, bem pelo contrário, como agentes fundamentais da mudança história que, efectivamente, protagonizaram no quadro daquele desenvolvimento.

Neste contexto, o nosso estudo visou cinco objectivos distintos que se articularam para a compreensão do comportamento económico dos grupos de elite regionais a partir dos finais de Oitocentos. Em primeiro lugar, tratou-se de estabelecer a participação das elites fundiárias e comerciais em actividades e negócios fora da esfera agrícola. Em

⁶ Já depois de termos escrito estas linhas foi publicado o volume “Las élites agrarias en la Península Ibérica”, da revista *Ayer*, 48 (Madrid, Asociación de Historia Contemporánea, 2002), onde Maria Dolores Muñoz Dueñas apresenta a síntese metodológica deste programa de investigação. Remetemos o leitor para o artigo de H. Fonseca nesse número onde este projecto é historiado e no qual se faz uma síntese que constitui o actual “estado da arte” nesta matéria.

segundo lugar, descrever o parque industrial instalado, na óptica do seu desenvolvimento e enquadramento económico. Tornou-se então possível reconhecer os interesses industriais em presença (terceiro objectivo) que nem sempre tiveram uma visibilidade social ou se confundiram com os industriais aqui radicados. Depois, tratou-se de identificar as elites industriais e sondar os caminhos que conduziram à actividade industrial. E, finalmente, de estudar o comportamento das instituições económicas regionais, nas quais as elites tiveram uma participação activa (a banca, os seguros e o crédito), na sua relação com a indústria.

A nossa conclusão é a de que, num contexto duma região aberta e orientada para mercados exteriores mais desenvolvidos, a acção das elites industriais centrou-se no processamento de produtos primários ou foi limitada pela dimensão dos mercados regionais e das oportunidades emergentes no Alentejo. Por outro lado, o investimento na actividade industrial por parte das elites fundiárias e mercantis foi estratégico, conjuntural e articulado, de forma subordinada à economia do grande domínio fundiário. Este facto relacionou-se também com a especialização inerente à complexificação das organizações que acompanhou o processo de desenvolvimento económico.

0.2. Problemas, metodologia e fontes

Um dos problemas que a análise histórica enfrenta é o das representações e do sentido das acções que descrevem determinada problemática. A tentação primeira é talvez partir de “modelos” teóricos disponíveis que configuram conceitos analíticos aceites e testar a sua operacionalidade em função dos materiais que se dispõe para conhecer o passado (cf. Burke-2000). Nesta perspectiva, a metodologia não constitui um conjunto de técnicas neutras, mas uma conexão de problemas essenciais que orientam ou organizam o trabalho sobre as fontes disponíveis. Muitos dos conceitos que utilizámos explicam-se por si próprios, mas outros requerem uma explanação, embora necessariamente breve.

O estudo e o conceito de *elites* tem sido usado frequentemente pela sociologia política, área do conhecimento donde partiu, e aplicado à história política (Bottomore-1993; Busino-1987; Pareto-1968[1901]). Ele está indissociavelmente ligado à análise das relações dos indivíduos com o poder, à sua natureza e ao conceito de massas. No entanto, a plasticidade do conceito permite que ele tenha sido utilizado pelos historiadores, não necessariamente para designar um grupo sociologicamente distinto, mas simplesmente

para circunscrever como objecto um conjunto de actores, de agentes activos e directamente intervenientes nos processos de mudança histórica, que podem ser identificados, com maior ou menor facilidade, a partir das fontes. O estudo de grupos circunscritos encontra-se associado, por sua vez, à prosopografia histórica e ao esforço de quantificação de qualidades e de acções pertinentes (v. Carasa Soto – 1994).

O uso que fazemos do conceito torna mais fácil identificar as elites do que defini-las com rigor. Quem conhece a imprensa regional até aos anos '20, rapidamente as identifica nas pequenas e grandes notícias que recaíam sobre personalidades. Estas eram *a gente que interessava* e cujas acções mereciam relato público, aqueles de quem a chegada ou a partida, de combóio, por exemplo, eram objecto de notícia na cidade de Évora, cujas histórias e acções eram muitas vezes conhecidas da gente comum, desde o baptismo à passagem no exame do liceu, às enfermidades passageiras, passando naturalmente pela acção política e económica. Nos momentos em que se quis apresentar uma galeria de notáveis que dessem corpo a uma identidade regionalista, como foi o caso do *Álbum Alentejano*, eles não podiam deixar de estar presentes. Se quiséssemos defini-las apontaríamos três capacidades essenciais e indissociáveis na configuração das elites económicas regionais naquele contexto histórico: (1) o *controle* dos recursos naturais; (2) a *intermediação* face ao exterior e/ou a níveis superiores; (3) a *mobilização* de factores.

A primeira capacidade resultava dum direito de propriedade espartilhado entre o direito dominial (o domínio directo), limitado pelo liberalismo, o direito burguês de propriedade e o direito mineiro consagrado pelo fontismo. A intermediação decorria não apenas da primeira capacidade, mas também do capital social e técnico acumulado pelos indivíduos. Os membros das elites eram, por isso, escolhidos como agentes e representantes de interesses económicos exteriores à região. Do mesmo modo, quando residiam no exterior (geralmente na capital), apareciam como representantes de interesses económicos mais vastos dos que os seus, “regionais” portanto. Como resultado desse poder económico acumulado e do seu capital social e simbólico, podiam estabelecer (como de facto o fizeram) redes de interesses mais alargados que atravessavam o tecido social da região.

A capacidade de intermediação resultava “naturalmente” do seu capital social, científico, técnico ou político e não apenas económico. Médicos, engenheiros, cónegos, juristas ou simples contabilistas (guarda-livros) ocupavam com alguma frequência essa posição, como resultado de carreiras ascendentes. Identidades construídas com base em

laços familiares, títulos ou património histórico constituíam igualmente um bem que configurava redes de relacionamento e de solidariedade. Por último, a capacidade de mobilização de factores resultava do capital acumulado e a sua efectivação da vontade.

A renda fundiária (resultante do arrendamento e/ou aforamento), a renda capitalista gerada na agricultura (obtida através da exploração directa ou em parceria) e na indústria, os lucros comerciais e financeiros e as remunerações obtidas através dos cargos públicos constituíam as formas correntes de formação do rendimento das elites alentejanas no início do século XX⁷. Por detrás de todos eles aparecem, nas fontes eborenses, as categorias de *status*: “proprietário”, “proprietário e lavrador” e “proprietário e/ou negociante”. O facto dos membros da elite serem, por via de regra, grandes proprietários fundiários, não deve obscurecer percursos sociais diferentes nem o contributo diferenciado de cada uma das formas de acumulação de capital. Os problemas de um grande produtor de cortiça não eram, em 1892, seguramente os mesmos de um grande produtor de cereais, de um proprietário absentista ou de um proprietário de minas de cobre, muito embora todos fossem “grandes proprietários”. Por outro lado, a posse de grandes fortunas contrariava a especialização num ramo da economia e as diferentes posições ou papéis económicos desempenhados traduziam-se, por vezes, em posições ambivalentes face aos seus interesses imediatos como proprietários, negociantes, lavradores e capitalistas. Até princípios deste século, as listas eleitorais levantam o véu da questão ao indicarem esta decomposição na formação do rendimento a partir do lançamento das diferentes contribuições. O rendimento colectado nas contribuições prediais, industriais, de juros e sumptuária passou a constituir um critério que nos permitiu identificar o núcleo dos indivíduos que constituíram o nosso universo. A visibilidade destas elites, porém, alterou-se profundamente no século XX, pois não apenas as fontes fiscais se tornaram de acesso problemático, como a qualidade dos dados se deteriorou. Deste modo, ganhou importância o recurso a fontes secundárias, como a imprensa regional, e a publicações periódicas como a *Ilustração Alentejana*, o *Álbum Alentejano* e os *Anuários Comerciais*. A natureza das informações que estas fontes

⁷ Para efeitos do presente estudo considerámos como parte do nosso universo *elitista* não apenas os que residiam no Alentejo, mas também aqueles que tinham grandes interesses económicos nesta província. A utilização da expressão *elites alentejanas* não tem aqui qualquer conotação regionalista já que consideramos o Regionalismo como uma construção ideológica identitária e, nesse sentido, passível de viciar a própria análise. Neste sentido (que entende o grupo como o conjunto de indivíduos com interesses na região, mais do que um grupo de ricos da região), tanto pertencia à elite regional o Visconde da Esperança que residia em Évora, como o grande proprietário Margiochi que residia em Paris, o Visconde do Pomarão, James Mason, proprietário da maior mina portuguesa que vivia habitualmente em Inglaterra, ou o inglês Robinson que residia em Portalegre, mas cuja sociedade tinha sede em Halifax.

proporcionam é substancialmente diferente e requerem cuidados distintos no seu tratamento. O desenvolvimento de formas de organização comercial societária conduziu ao estabelecimento do registo comercial e à publicação dos relatórios das sociedades anónimas e de listas de accionistas, os quais constituíram meios complementares de identificação do grupo e dos seus interesses. Finalmente, o licenciamento das actividades industriais e a extensão do registo industrial a praticamente todas as actividades relevantes a partir da Revolução de Maio de 1926, constituíram outras fontes de identificação dos actores com acção industrial relevante. A compilação de elementos qualitativos e quantitativos num banco de dados sobre empresas e personalidades com actividade industrial no Alentejo a partir dessas fontes distintas permitiu perceber, entre várias coisas, a plasticidade das categorias utilizadas para identificação social, como era a de proprietário, comerciante e industrial.

A segunda categoria cujo conteúdo importa especificar refere-se à *indústria*. Num sentido muito lato, o termo refere-se ao conjunto de factores de diferente natureza que contribuem para o estabelecimento de actividades organizadas, sistemáticas e recorrentes que aumentam a produção e a produtividade geral. Era, sem dúvida, neste sentido que no século XIX se falava da “indústria agrícola”⁸. “Indústria” distingue-se assim das actividades “tradicionais”, envolve ou supõe comportamentos e atitudes favoráveis ao “*progresso material*” ou, se quisermos, à acumulação produtiva. Nas economias capitalistas, tais comportamentos significam uma resposta individual coerente com os estímulos do mercado (livre) na mira do lucro realizado através dele, exigindo uma organização produtiva complexa e comportamentos individuais que resultam em escolhas eficientes dos recursos disponíveis.

⁸ É ilustrativo a este respeito a explicação que acompanha o conceito de indústria aplicado no Inquérito Industrial de 1881 (PORTUGAL-1881, doc. 2: *Relatório da Repartição do Comércio e Indústria acerca das bases do plano do Inquérito Industrial [...]*, pp.12/3): “Na mais justa aceção económica «indústria» designa toda a manifestação da actividade humana, que se emprega sobre uma porção qualquer da matéria; é portanto o trabalho do homem, não quando se exerce subjectivamente ou sobre o seu intellecto, mas quando se aplica objectivamente ou pelo exercício exterior das suas forças. Nessa aceção a divisão natural da indústria, e a que me parece mais racional, é a que foi adoptada pelo meu mestre e companheiro neste ministério, o ilustre economista, hoje finado, José de Torres, no seu excelente trabalho “Relatório - Consulta sobre a Estatística de Portugal». Esta divisão é a seguinte: a) indústria extractiva ; b) indústria agrícola; c) indústria fabril ; d) indústria comercial. / No sentido restrito a palavra «indústria» contrapõe-se às palavras agricultura e comércio, significando tão somente o facto de se tomarem os produtos das mãos do primeiro produtor, impondo-lhes transformações sucessivas por meio de processos químicos ou mecânicos. Isto é, no sentido restrito, “indústria” compreende só a parte fabril ou manufactureira, e a parte extractiva”. Sobre o conceito dicionarial de indústria e de industrialização veja-se o estudo de Amado Mendes sobre Coimbra (1984). V. tb. Ferrão (1987).

Neste sentido, o artesanato situa-se no domínio da pré-indústria. “Indústria”, na sua expressão económica, pode assim opor-se legitimamente ao “tradicionalismo” se este for entendido não puramente como uma expressão ideológica discursiva mas como rotina, conformismo ou ausência de ambição, mediocridade produtiva e uma real aversão à inovação e ao risco. Num sentido mais restritivo, porém, “indústria” designa simplesmente *uma actividade* que envolve uma parte física (*o estabelecimento industrial*) e uma determinada organização produtiva e comercial (firma).

Infelizmente, como já afirmámos anteriormente, não pudemos contar com arquivos de empresas industriais. Por via de regra, as empresas “históricas” da região são, nessa exacta medida, empresas sem memória. Assim, à data em que iniciámos e desenvolvemos a nossa investigação, as fontes disponíveis para o estudo da indústria na região do Alentejo são exteriores às próprias empresas e resultaram do esforço de fiscalização e controle da actividade por parte do Estado. Constituíram excepções as firmas industriais constituídas em sociedades anónimas que publicaram os seus relatórios.

A terceira categoria fundamental é a de *comportamento económico* aplicado a grupos não corporativos da elite. Ela refere-se ao conjunto de acções dum indivíduo ou grupo de indivíduos face aos recursos que controla ou dispõe potencialmente. Pressupõe necessariamente o conceito de liberdade de iniciativa e a capacidade para tomar decisões que permitem explorar oportunidades ou optar perante diferentes possibilidades, alterando o rumo da economia. Tais decisões envolvem não apenas acções económicas como também institucionais e políticas e as oportunidades podem resultar do comércio exterior, do aparecimento de novas tecnologias, de novos produtos ou de outros factores. O aumento da procura da cortiça devido ao aumento do consumo de bebidas engarrafadas nos países desenvolvidos ao longo da segunda metade do século XIX, por exemplo, criou oportunidades para os grandes proprietários de terras distintas das que resultaram do aparecimento da energia eléctrica. Neste caso, as disponibilidades de capitais, conhecimentos técnicos e influência institucional combinaram-se para a efectivação dum ramo de negócio emergente nos princípios do século em Évora quando se formou a Companhia Eborensis de Electricidade. Apesar dos capitais e da influência, esta acção empresarial foi limitada pela natureza do próprio parque instalado na região. Por outro lado, no caso da indústria moageira regional, por exemplo, a estratégia dos industriais era limitada pela regulamentação sobre a sua actividade e fraca capacidade de influenciar o poder político, sobretudo a partir dos governos da Ditadura Militar.

Considerámos que determinado comportamento era “estratégico” quando visava ampliar, reforçar ou defender investimentos ou interesses constituídos anteriormente. Assim, e ao contrário da análise ideológica que nos remete para determinados discursos normativos, a análise do comportamento económico dum grupo de elite face à “indústria” pode ser observável através das iniciativas produtivas, dos investimentos preferenciais em determinadas actividades e das associações com outros e das alianças familiares.

Creemos que a metodologia utilizada na identificação dos grupos de elite e do seu comportamento económico nos permite responder ao problema histórico que consiste em saber se, na primeira metade do século XX, este foi anti-moderno ou pautado pelo tradicionalismo e se esse comportamento afectou a sociedade no seu conjunto, impossibilitando a emergência de novas actividades e o desenvolvimento das indústrias existentes. A tentação de responder a esta questão levou-nos a descrever o parque industrial instalado na região a partir do Registo do Trabalho Nacional efectuado na 4ª Circunscrição Industrial desde 1922. A resposta cabal passa por identificar oportunidades perdidas na esfera industrial, uma análise contrafactual que as fontes disponíveis não permitiram seriamente responder. Tal exercício exigiria igualmente uma abordagem complementar de natureza institucional que esteve fora do âmbito deste estudo. Neste sentido importa realçar a ruptura que representou a nova ordem económica instituída a partir do 28 de Maio de 1926 que gradualmente substituiu os mecanismos de mercado livre pelo controlo burocrático das iniciativas empresariais, limitando a capacidade de actuação dos agentes económicos e subordinando-os ao “interesse nacional”⁹.

Se o comportamento dos grupos de elite e a indústria constituem duas dimensões fundamentais deste estudo, a componente regional apresenta-se como o campo que delimita o seu objecto. O interesse pelos processos de desenvolvimento centrados numa perspectiva histórica regional ganharam importância crescente a partir da década de '70,

⁹ V. a este respeito os estudos (com resultados e interpretações nem sempre convergentes) de João Confraria (1992), de Brandão de Brito (1988) e o de Pires Jimenez (2002) sobre o condicionamento industrial.

complementando análises nacionais e de processos de mudança globais¹⁰. Os movimentos de integração económica, de convergência e de divergência, e as mudanças à escala mundial que acompanharam a última revolução tecnológica vieram enfatizar o papel das regiões e do urbanismo na análise histórica do “sucesso económico” na competição global. Renasceu o interesse pela conceptualização marshaliana dos “distritos industriais” e, sob o ponto de vista dos actores, pelas redes empresariais¹¹. Esse interesse recaiu principalmente sobre as regiões centrais, mais do que sobre os processos envolvidos na construção de periferias. No contexto desta produção historiográfica, o interesse pelos movimentos de desindustrialização acompanhou a onda que, desde meados da década de 1980, varreu antigas regiões industriais (Hau-1998). Se entre nós os estudos de história económica e social com enfoque regional têm larga tradição, a ênfase colocada no tecido industrial contemporâneo encontra em Amado Mendes (1984, 1990, 1993b) uma referência fundamental na historiografia portuguesa que abriu um período de “descoberta” pela dimensão industrial dum país agrário¹². Importa, no entanto, afirmar que este estudo não pretende analisar os problemas do desenvolvimento industrial em contexto regional, embora muito do material carregado possa contribuir para a sua compreensão¹³. Ele visa, como já o afirmámos, descortinar o sentido e o alcance da acção das elites face ao industrialismo.

Nesta perspectiva interessa referir o interesse da conceptualização sociológica de Peter e Jane Schneider e Hansen (1974) proposto no seu “modelo” analítico do desenvolvimento económico e social das sociedades mediterrânicas. De acordo com ele,

¹⁰ Sobre os processos de industrialização em contexto nacional concebidos como descrições a partir de modelos de crescimento económico vejam-se as obras de Teich e Porter (1996), Sylla e Toniolo (1991), Trebilcock (1981), Kellenbenz, Godechot, Mathias e outros (1981), Kemp (1987). O segundo tipo de análises, com perspectivas e enquadramento teórico distintos, encontra-se, por exemplo, em Landes (1999), Maddison (1991), Mokyr (1990), Pollard (1995), Jones (1987) ou Wallerstein (1990).

¹¹ Salientemos, a este respeito, as contribuições apresentadas na conferência subordinada ao tema “Desenvolvimento Regional e Industrialização” organizado pelo Centro de Pesquisa Interdisciplinar da Universidade de Bielefeld em 1979 e editadas por Sidney Pollard (1980). V. tb. Benko e Liepietz (1992) e, sobre as redes empresariais, Moss e Slaven (1998).

¹² Encontramos nas 3 dezenas de comunicações apresentadas num colóquio recente sobre a indústria portuguesa no Norte de Portugal, em 1997, um claro sintoma deste interesse pelo tema (Alves-1998). A imagem de modernidade, contrariando a dum país rural conformado com o seu atraso, encontra-se, por exemplo, em Vieira da Rocha (1921) ou em Campos Pereira (1919), por exemplo.

¹³ Salientamos, a este respeito, o estudo de Amado Mendes (1984) sobre a área económica de Coimbra e, mais recentemente, as teses de Alda Mourão (2000) sobre o tecido empresarial na área económica de Leira no século XIX e de Rafael Amaro (2000) sobre o desenvolvimento regional da Beira Baixa. Sob uma perspectiva geográfica e para a região de Évora, elementos de valor encontram-se em Jorge Gaspar (1972). V. tb. o estudo de Alfreda Cruz (1973) para a Margem Sul do Tejo.

na maior parte do Mediterrâneo as instituições capitalistas desenvolveram-se na ausência duma industrialização própria (Schneider, Schneider e Hansen - 1972:340)¹⁴. Partindo da ideia de que a industrialização da Europa Ocidental e o fracasso da Europa Mediterrânica em industrializar-se constituem fenómenos relacionados, eles atribuem um papel relevante ao comportamento das elites regionais. Neste “modelo” *modernização* constitui um processo distinto de *desenvolvimento*, pois enquanto o primeiro conceito se refere a um processo no qual as regiões atrasadas mudam em resposta a estímulos vindos do exterior (ideologias, códigos de comportamento, produtos e modelos institucionais estabelecidos nos centros industriais), o segundo é aplicado para indicar o processo através do qual uma região subdesenvolvida ou dependente procura adquirir autonomia e diversificar a sua economia industrial *nos seus próprios termos*. Assim, enquanto *modernização* reforça e intensifica o contacto continuado com os centros industriais, *desenvolvimento* é um processo que requer que uma sociedade dependente se retire dessa influência pelo menos durante um certo período de tempo. Os dois processos, apesar de serem conflituais, encontram-se associados a dois “tipos básicos de elites” em regiões onde o domínio dos centros imperiais nunca chegou a ser colonial: por um lado, as que dependem da continuidade do domínio dos centros imperiais (as *elites dependentes*) ; e por outro, as que se organizam explicitamente para enfraquecer ou eliminar laços de dependência (as *elites desenvolvimentistas*). Enquanto estas últimas tendem a reforçar o papel do Estado na economia e a desenvolver projectos “utópicos” que procuram mobilizar os recursos nacionais e as pessoas para objectivos “nacionalistas”, as elites dependentes são identificados com os interesses agrários e aristocráticos do sul. Apesar do modelo nem sempre aparecer adequadamente fundamentado¹⁵, a conceptualização construída sobre as relações centro/periferia enfatiza as tensões entre diferentes burguesias de base regional na construção política dos estados nacionais e o papel mobilizador das ideologias na prossecução de projectos contraditórios. Neste sentido, o conceito de *elites dependentes* não radica no seu carácter retrógado e anti-empresarial, mas na forma como se posicionam e projectam face a regiões dominantes dentro do território nacional ou fora dele. Assim, estas elites caracterizam-se pela sua capacidade para impedir o desenvolvimento ou a formação de economias capazes de alterar em alguma medida o posicionamento da sua região no conjunto nacional e mundial.

¹⁴ O termo utilizado é “indigenous industrialization”.

¹⁵ V. a este respeito o debate com Oriol PI-Sunyer (1974).

A interpretação de Schwartzman (1985, 1989) sobre as origens da queda da I República, assente na análise das tensões no desenvolvimento “semi-periférico” português, reforça o interesse por aquela conceptualização (cf. Rosas-1986). cremos que o nosso estudo presta alguns contributos que permitem questionar a aplicabilidade do esquema teórico proposto para a análise do desenvolvimento económico alentejano na primeira metade do século XX. Tal como já tem sido afirmado, “*history does not conform to abstractions of theory, or to stereotyped schemas*” (Rist-1997: 122).

Não quer isto dizer que se negue o valor ou utilidade dos “modelos” teóricos conceptuais disponíveis como ponto de partida ou roteiro de pesquisa mas, simplesmente, que as leituras interpretativas para o conjunto de fenómenos estudados e de questões levantadas nem sempre se conformam neles. Se a natureza irreversível dos fenómenos estudados pela história não pode prescindir da narração descritiva, tão-pouco pode abdicar da busca de regularidades de interesse mais geral. Foi, com isto em mente, que orientámos a nossa “conclusão”.

0.3. Plano de exposição

Uma dissertação em História é geralmente o resultado de escolhas conscientes condicionadas pelo quadro teórico que orienta o inquérito de investigação e pela própria matéria-prima disponível, a qual é constituída pelos fundos documentais que permitem dar substância ou densidade à teoria e construir conclusões validadas pela metodologia empregue. No nosso caso, os caminhos trilhados refletem a relativa abundância da documentação oficial e pública e foram condicionados pelas dificuldades em aceder a fundos de empresas. A contenção colocada no tratamento de questões relativas à problemática Chandleriana em torno da gestão empresarial, organização produtiva, competitividade, transferência e criação tecnológica tiveram origem nos constrangimentos resultantes das dificuldades em identificar um núcleo significativo de

arquivos de empresas que operaram na região.¹⁶ Os próprios fundos públicos estudados apareceram, mau grado toda a boa vontade dos responsáveis dos serviços que actualmente os tutelam, como “arquivos mortos”. Não pudemos assim contar com a experiência e a erudição de arquivistas profissionais que nos orientassem na vastidão da documentação depositada. Coube-nos então esse esforço suplementar.

O plano de exposição adoptado teve de lidar com diferentes espaços de observação impostos, em larga medida, pelas próprias fontes. Um centrou-se no concelho de Évora, outro na região da área da 4^a Circunscrição Industrial (definida em 1922 pelos distritos de Évora, Portalegre e pelos concelhos alentejanos do vale do Sado), e o terceiro no conjunto da Região Histórica do Alentejo. A estrutura temática da exposição, por outro lado, obrigou-nos a sacrificar o critério cronológico.

O primeiro capítulo centra-se na análise das fontes fiscais (matrizes das contribuições predial e industrial) e eleitorais nos finais de Oitocentos para o concelho de Évora. Nele se interroga a composição das elites alentejanas num período de transformação das relações entre a agricultura e a indústria. A homogeneidade e heterogeneidade do grupo considerou a origem social (burguesia, aristocracia titulada, nobreza), o local de residência (rural ou urbana, em Évora, no Alentejo, em Lisboa ou noutros locais) e a formação do rendimento indiciado pelos diferentes impostos. Daqui resulta a dificuldade em classificar este grupo, em termos dicotómicos, como agrário *ou* comercial. Abre-se, assim, a possibilidade (teórica) da heterogeneidade da sua composição se poder traduzir em comportamentos distintos e em estratégias diferenciadas de acumulação. A existência na cidade de dois bancos foi o ponto de partida que sustentou essa hipótese no plano económico. A análise da estrutura industrial eborense revelou o predomínio do artesanato e da pequena oficina orientados para a satisfação de produtos rurais na área da madeira, do mobiliário, do calçado,

¹⁶ V. Chandler-1996. Não são apenas os estudos relativos ao século XIX que se defrontam com estas limitações impostas pela documentação disponível (cf. Cordeiro-1996 e Matos-1996, por exemplo). São escassos, entre nós, os estudos históricos das organizações industriais, embora comecem a surgir muitos textos sobre histórias de empresas industriais. Salientemos, no primeiro caso, o estudo de M. Ferreira Rodrigues (1996) sobre os industriais de cerâmica de Aveiro, no qual a análise do percurso dos industriais se mescla com o das organizações que criaram. V. tb. os trabalhos sobre o vidro de Pedro Barosa (1996) e de Amado Mendes (1992). No segundo caso refira-se, por exemplo, o estudo de Sampaio Loio sobre a Companhia Portuguesa dos Fornos Eléctricos (1994, 1996) e os breves contributos reunidos por Brito, Heitor e Rollo (2002). Tem interesse a recente síntese de Ferreira Rodrigues e de Amado Mendes sobre a indústria portuguesa (1999) que traduz os termos do debate historiográfico. A preocupação pela preservação e patrimonialização dos arquivos de empresas é, como se sabe, um fenómeno recente que acompanhou o interesse pela própria história empresarial.

fundição de metais, etc. Mas ao mesmo tempo revelou-se um sector moderno, embora limitado na sua dimensão e possibilidades de crescimento no curto prazo. Neste contexto, defendemos que a indústria não constituía um sector atraente para as elites capitalistas e que, pelo contrário, era a grande agricultura capitalista, através da Casa Agrícola, o elemento mais dinâmico e moderno da economia regional, integrando a maior parte das máquinas e dos motores instalados na região. Salientaremos ainda as iniciativas estratégicas fora da esfera agrícola, que passaram igualmente pela participação em actividades industriais.

O segundo capítulo desenvolve este último aspecto a partir da análise dos registos comerciais em Évora no período 1889-1960. Nele fica patente a participação das elites ao lado de grupos intermédios que podemos identificar como a burguesia comercial e industrial. Mostra-se a importância das sociedades comerciais (em relação a sociedades puramente agrícolas, industriais ou financeiras), bem como a sua tendência evolutiva para a pequena escala, reforçada pelo facto de, a partir da Ditadura Militar, registar-se uma perda de importância das grandes iniciativas mercantis. Neste contexto, a indústria surge frequentemente integrada em sociedades de natureza comercial ou agrícola, o que contribui para explicar a sua pequenez “estrutural”. O registo de falências permite-nos identificar os períodos de maior dificuldade do sector comercial na área de Évora. O último exercício consistiu na avaliação do peso das formas de organização societária no conjunto das *actividades industriais* registadas nos serviços do Estado.

A descrição do tecido industrial alentejano é feita nos dois capítulos seguintes sobretudo a partir dos registos e dos processos de licenciamento industrial. Preocupamo-nos com o parque instalado (nível de equipamento, emprego, localização), firmas proprietárias, produtos fabricados e redes de circulação. Distinguimos aqui (porque claramente correspondem a dois níveis do capitalismo) dois tipos de empresas em função da escala, indiciada desde logo pelo volume de emprego e pelos equipamentos instalados. No capítulo 3 identificaram-se as maiores empresas industriais e mineiras. Partindo da leitura que faziam os observadores da região e das oportunidades industriais, a sua evolução mostrou-se positiva até finais dos anos '20 e contraria a imagem duma sonolenta periferia atrasada. Por outro lado, a descrição dos pequenos e médios estabelecimentos mostrou actividades muito diversificadas, onde elementos antigos se combinavam com outros modernos, sendo de salientar os ramos da alimentação, bebidas, cortiça, torrefacção de café, vestuário e calçado, indústrias da madeira e do mobiliário, construção, cerâmica e transportes.

A análise da indústria de produção e distribuição da electricidade (capítulo 5) procurou não apenas mostrar a participação das elites regionais, mas também o seu alcance. Se esta produção se articulava com as indústrias de maior consumo energético (moagem, minas) e com o urbanismo das elites, a sua expansão como negócio autónomo foi limitada pela tibieza do próprio consumo regional. A história da Hidro-Eléctrica Alto Alentejo revelou, por outro lado, a importância do capital humano na condução de iniciativas tecnicamente exigentes, da cooperação institucional e do papel do Estado como consumidor.

O capítulo 6 trata deste problema e do recrutamento dos industriais. Partiu-se do cruzamento da categoria “*industrial*” utilizada nos cadernos eleitorais de Évora e dos registos de actividades para a identificação deste grupo. Mostrou-se, na linha dos trabalhos mais recentes, a importância da engenharia na formação das elites industriais e a existência de dois canais de recrutamento: o das elites fundiárias e mercantis e o do ofício desenvolvido na oficina¹⁷.

Finalmente, o problema do crédito, das suas instituições e dos seguros teve um duplo objectivo: por um lado, tentar saber em que medida o comportamento da banca poderia ser considerada um obstáculo à actividade industrial; e, por outro lado, mostrar como o seu modo de operar se adequava aos interesses das elites. O estudo da banca veio ainda revelar a sua participação em iniciativas industriais *estratégicas* de interesse para a economia regional ou, se quisermos, para a economia das grandes casas agrícolas.

A conclusão sintetiza os principais resultados das investigações parciais num todo coerente e defende que, apesar da participação em iniciativas industriais, o comportamento económico das elites regionais foi subordinada à salvaguarda dos seus interesses fundiários e deve ser compreendido no contexto das dificuldades “externas” criadas em diferentes conjunturas. Desenvolve-se a perspectiva de que muitas estratégias adoptadas devem considerar a concorrência entre burguesias de regiões com diferentes níveis de desenvolvimento e que, neste quadro, as oportunidades das burguesias das regiões periféricas são limitadas. A reacção aos mecanismos do mercado livre andou a

¹⁷ Tem sido intensa a produção de estudos sobre a engenharia em perspectiva histórica, sendo de salientar o conjunto de comunicações apresentadas na sessão E1 do XX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (Porto, 23-24.Nov.2000) e os estudos reunidos recentemente por J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Fernanda Rollo (2002). O papel dos engenheiros como *agentes* (não como simples actores) da modernização no interior do Estado Novo foi também enfatizado, na linha já de Brandão de Brito, por Nuno Madureira (2002: 99-116).

par da adopção de fórmulas políticas que permitiram subordinar a actividade industrial à economia das grandes casas agrícolas. Coloca-se a hipótese de que o tradicionalismo, o regionalismo e o nacionalismo constituíram expressões ideológicas dum programa anti-liberal e anti-democrático suportado pelos grupos que defendiam a “ordem social” construída pelo liberalismo da erosão provocada pelos mercados desregulamentados.

Por forma a facilitar a leitura, tentámos incluir no corpo do texto os materiais trabalhados que sustentam a análise. Contudo, um segundo volume de anexos tornou-se inevitável. Nele incluímos dados de base semi-tratados e documentos e imagens que ilustram diferentes tópicos tratados no texto. Não se tratou, naturalmente, de apresentar toda a documentação recolhida, mas apenas de apresentar alguns elementos que utilizámos em primeira-mão e que mostram a natureza das fontes *qualitativas* disponíveis.

1. O comportamento estratégico das elites alentejanas face à indústria entre os finais do século XIX e os princípios do século XX.

1.1. Introdução

O comportamento económico das elites alentejanas tem sido caracterizado pelo *tradicionalismo*, consubstanciado, por um lado, na orientação preferencial do investimento para a imobilização fundiária e, por outro, no *absentismo* e no imobilismo tecnológico na esfera agrícola, principal campo de actividade daquele grupo. Esta *imagem*, reforçada por aquela vertente ideológica que o grupo (ou uma parte significativa dele) abraçaria à entrada do século XX, foi questionada e objecto de revisão nos últimos anos (Reis, 1979, 1982, 1993, Fonseca, 1987, 1996^a, 1996b, 1998, Matos et al., 1982 e Matos, 1997). Sem que se negue hoje a orientação fundiária do grupo, a interpretação do fenómeno diverge, porém, no sentido atribuído a esse comportamento: longe de uma *tara*, estamos perante o resultado lógico das circunstâncias que conduziram a um processo de integração do Alentejo numa região económica liderada por Lisboa (Fonseca, 1996^a, 1998 e Justino, 1998 e 1999). O fraco nível de participação em empreendimentos industriais e mineiros que podemos encontrar nos finais de Oitocentos traduz, nesta perspectiva, uma experiência adquirida em trajectórias frequentemente marcadas por insucessos. A orientação no sentido da especialização agrícola foi assim ditada pelo simples bom-senso (Fonseca, 1996^a). Neste contexto, o proteccionismo que saiu dos dois Congressos Agrícolas realizados em Lisboa em 1888 e 1889, reforçado depois em 1899, acabou por contribuir para a modernização da *lavoura alentejana* e para absorver uma população em crescimento rápido (Reis, 1979 e 1982; veja-se também Bernardo, 1997).

Apesar dos contributos que têm vindo a ser dados por esta historiografia, tem-se deixado de fora a análise do comportamento económico deste grupo a partir da primeira década do século passado. Em que medida (e em que sentido) se poderá defender, no novo século, a continuidade com essas práticas? Ou assistir-se-á, pelo contrário, a uma alteração nas atitudes, facto que corresponderia à emergência de novas propostas ideológicas anti-modernas que teriam cativado as gerações pós-1890?

Neste capítulo pretendemos surpreender a relação entre as elites económicas eborenses e a actividade industrial entre os finais do século XIX e o primeiro quartel do século XX. A análise cruza a informação disponível nos mapas de repartição do imposto predial, nas matrizes industriais e nos recenseamentos eleitorais, sendo explicados os termos em que estas fontes são válidas para os fins que aqui importam. Com isto pretende-se ultrapassar as descrições impressionistas fornecidas através da imprensa regional, destinadas a transmitir uma determinada imagem do Alentejo, como foi o caso do *Álbum Alentejano* ou da *Ilustração Alentejana*. A análise sistemática e o esforço de quantificação realizado revelaram uma elite cujo grau de participação nos interesses a jusante da terra foi heterogéneo, tal como eram muito diferenciados os níveis de acumulação fundiária e distintos os padrões de residência e a génese das suas fortunas.

As fontes fiscais revelaram um sector industrial marcado por relações pré-capitalistas, pelo domínio quase esmagador do artesanato e da pequena oficina que produz geralmente por encomenda para mercados locais. O número de fábricas e de fabricantes foi muito escasso. O esforço de caracterização deste sector mostrou que estamos perante um tipo de actividade que dificilmente poderia interessar ao grande negócio. Além disso, a modernização, perceptível pela generalização do vapor no trabalho, afectou sobretudo a *indústria agrícola*. Finalmente, explanaram-se algumas preocupações das elites fundiárias face à depressão dos preços agrícolas e o esboço duma estratégia para a valorização dos seus produtos. A participação em iniciativas para a comercialização de produtos agrícolas acompanhou o interesse no lançamento de grandes iniciativas no campo da moderna moagem, da produção de carne, de vinhos e dos seguros. Em contrapartida, o interesse pelo fenómeno do cooperativismo (de produção) foi tardio e relativamente marginal. Os aspectos relativos à participação em sociedades capitalistas serão depois analisados detalhadamente no segundo capítulo. Fica desde logo claro que a partir dos finais de Oitocentos se percebem sinais de transformação do sector industrial da região no sentido da sua modernização técnica e empresarial.

Abre o período em análise a *crise agrícola* que acompanhou a industrialização do sector alimentar com repercussões directas sobre as grandes produções da *lavoura* do sul. Constituíram-se a partir de então empresas que exigiam avultadas somas de capital e elevada capacidade tecnológica e de gestão. A moagem de cereais e a panificação conheceram grandes desenvolvimentos tecnológicos, tornam-se indústrias *de massa* que marcaram a transição para uma nova era marcada pelo urbanismo. Generalizou-se a

produção de farinha superfina pelo processo Austro-Húngaro, a produção de massas e de bolachas de qualidade. Enfim, nascem as *padarias mecânicas*, as pastelarias e confeitarias como verdadeiras unidades industriais. O azeite perdeu o monopólio que tinha na iluminação e como lubrificante, para sofrer ainda a concorrência no ramo alimentar dos óleos coloniais. As conservas de peixe, uma indústria em expansão, eram uma oportunidade para os lavradores mas exigiam o azeite *extra-fino*.¹⁸ Também aqui a qualificação do produto através das marcas constituiu uma das saídas possíveis para o desafio que se enfrentava. Generalizou-se gradualmente o processo italiano de produção de azeite refinado (o sistema Veracci) e, mais tarde, a extracção de óleo a partir das borras de azeite que antes serviam apenas para alimentar os porcos. O consumo burguês, cada vez mais sofisticado, conduziu tanto à multiplicação das indústrias de conservas alimentares como, colocando as novas fontes de energia ao seu dispor, suscitou o desenvolvimento das fábricas de gelo e de refrigerantes. No ramo das bebidas alcoólicas, foi crescente a diversificação da oferta. Generalizaram-se as marcas, ou melhor, a venda do produto final apresentado pelo produtor, identificado por um nome registado e defendido por um processo de fabrico. Tal estratégia de *qualificação*, articulada com o consumo de massa, não deixou igualmente de afectar as bebidas correntes como o vinho e a aguardente.

No sector corticeiro, as transformações foram igualmente radicais. O aparecimento da indústria dos aglomerados (branco e negro) diversificou as aplicações da cortiça. Porém, as novas indústrias de cortiça requeriam investimentos pesados e uma sofisticada rede comercial. O fabrico da rolha mecanizou-se.

A emergência do consumo de *luxo* e de *massa* acentuou a autonomização empresarial das produções agro-industriais que, a breve trecho, ameaçou subordinar a agricultura aos interesses industriais, pois cada vez mais os produtos agrícolas constituíam matérias-primas industriais.

Foi sob este pano de fundo, em que a modernidade, apresentada sob a forma de novos meios técnicos, produtos, processos de fabrico e de máquinas-ferramenta

¹⁸ Vejam-se os relatórios de Adriano Monteiro no *Boletim do Trabalho Industrial* e, em especial, a *Estatística Industrial* de 1903-1904 (Portugal, 1905). Para a evolução da indústria moageira em Portugal, sob o ponto de vista das tecnologias e económico, veja-se Baptista (1908), Prostès (s.d.), Alves e Salreu (1924), Dias (1959), Loureiro (1961), Borges (1980-1981) e Ferreira (1995). Uma tentativa de síntese para a história contemporânea portuguesa encontra-se em Jaime Ferreira (1999). Para Espanha, que teve uma evolução análoga, veja-se o estudo recente de Moreno Lázaro (1998).

disponíveis, tanto poderia aparecer como uma oportunidade ou como uma ameaça a posições adquiridas, que desenvolvemos esta investigação. Importava identificar as novas iniciativas industriais na região, os seus principais protagonistas e o seu destino. Estiveram as elites fundiárias ausentes deste processo ?

1.2. Homogeneidade e diversidade no comportamento económico das elites eborenses

A nossa análise partiu do pressuposto de que os núcleos familiares que compunham as elites regionais podem ser identificadas nominalmente a partir das matrizes prediais, e de que qualquer forma de participação em actividades industriais pode ser identificada, em nome próprio ou através de participação em sociedades, a partir do lançamento da contribuição industrial.² O cruzamento desta informação permite-nos identificar, então, a extensão da participação daquele grupo nos negócios exteriores à terra, por um lado, e o nível de envolvimento nos interesses fundiários dos grupos superiores ligados ao comércio e à indústria, por outro. Uma terceira fonte – os registos notariais – contribui para identificar padrões de comportamento económico a partir dos actos registados. Finalmente, verificou-se a participação nas sociedades constituídas entre 1890 e 1960 que foram registadas em Évora.

Algumas considerações devem ser feitas sobre estas fontes na óptica que aqui nos interessa. O rendimento fundiário que estava na base do lançamento do imposto predial era registado nas matrizes de acordo com as produções apuradas. A partir daqui elaboravam-se os mapas da repartição do imposto pelos contribuintes. As críticas principais que se faziam a este processo prendiam-se com a própria justiça dos valores atribuídos e com a forma da repartição do imposto.³ Tal como sucedeu em Espanha e em Itália nos finais do século XIX, a revisão dos cadastros prediais, que ameaçava directamente o poder dos grandes proprietários fundiários, tornou-se objecto de forte contenda política (Cardoza, 1997, 1991 e 1982; Rosa, 1982; Zamagni, 1993 e Rossi-Doria, 1948). A nomeação de Gerard Pery como alto comissário régio e os seus trabalhos

² Deixamos de lado, por agora, os interesses mineiros.

³ V. por exemplos as críticas de Anselmo de Andrade: “Com uma capitação tributária directa mais leve do que em outros países, pesa mais entre nós o imposto, por incidir sobre uma riqueza colectável menor e mal distribuída” (1925:11). V. tb. Moreira, 1963.

sobre economia agrícola tinham este fim (Pery, 1883-1886). Apesar disto, devemos considerar as eventuais distorções nos rendimentos apurados sobre a terra para efeitos fiscais como sendo do mesmo teor para *todos* os indivíduos nos grupos do topo. Consideramos estes valores *válidos* na medida em que estabeleciam uma hierarquização entre fortunas, fixando posições relativas que correspondiam, efectivamente, aos níveis de riqueza.

No caso do concelho de Évora, o Mapa da Repartição da Contribuição Predial para o ano de 1890 registou 1.789 contribuintes com um rendimento colectável total estimado em 282,2 contos de réis. Este valor representava pouco mais de 10% do valor atribuído por Helder Fonseca para o produto agrícola na região de Évora no início do século (Fonseca-1996a: 111, tabela 23). O universo seleccionado contemplou 116 contribuintes com um rendimento avaliado em mais de 300 mil réis anuais, aos quais juntámos mais 12 que apresentavam títulos nobiliárquicos ou laços de parentesco directos com o grupo anterior (cf. excerto tabela A.1, com os contribuintes que pagavam mais de 1 conto de réis de imposto predial e tabela A.2, em apêndice). No total este grupo contribuía com 183 contos, ou seja, 64,9 % do total do concelho.

A tabela 1.1 mostra-nos a repartição por classes de rendimento desta amostra, distinguindo as mulheres identificadas como donas e os indivíduos conhecidos pelo título nobiliárquico que usavam em vez do nome. Nela fica patente a enorme disparidade na distribuição das grandes fortunas. Cerca de 1/3 das fortunas (46 contribuintes) situavam-se entre os 500 mil réis e 1 conto de réis e outro tanto ficava no grupo inferior, abaixo dos 500 mil réis. Acima destes dois estratos, 38 indivíduos formavam o grupo com rendimentos prediais avaliados acima de 1 conto de réis e abaixo dos 5 contos. Acima deles estavam os “grandes”.

A maior fortuna individual, a de Francisco Eduardo Barahona Fragoso, aparecia com um rendimento avaliado em cerca de 17 contos de réis anuais e era constituída por 116 propriedades rurais e urbanas que se distribuíam por 12 freguesias do concelho.²¹ Seguiam-lhe 3 notáveis residentes em Lisboa: Carlos Maria Eugénio de Almeida, com 12,3 contos de rendimento e 29 propriedades, Francisco Simões Margiochi com 22 propriedades e 11,9 contos, e o Duque de Palmela com os 7,6 contos que lhe rendiam as 18 propriedades nas freguesias da Sé, Torre, São Jordão, Tourega e São Brás. Seguiam-lhes

²¹ A contabilização das propriedades foi feita de acordo com a descrição dos “artigos” no caderno de lançamento fiscal. Neste texto, “propriedades” e “artigos” devem considerar-se expressões sinónimas.



depois o lavrador e proprietário eborense Matias Piteira Fernandes com 44 propriedades e 6,7 contos anuais. O Conde das Galveias, o Conde da Costa e o Marquês de Monfalim eram títulos que seguiam numa lista graduada de rendimentos que descia aos 2 contos anuais, faixa onde vamos encontrar a maioria das grandes fortunas. Apesar destes casos notáveis, o rendimento da nobreza titulada representava apenas 16,9 % do total deste grupo. Este valor pode, no entanto, ser enganador. Por estarmos perante uma fonte que descreve os proprietários *do concelho de Évora*, não podemos identificar de imediato esta graduação com a situação real do valor do património dos seus titulares. De facto, alguns dos *pequenos* contribuintes nesta lista eram-no porque a maioria dos seus prédios não se localizava em Évora. Tal sucede, por exemplo, com a casa Pessanha (ou Passanha) cuja sede estava em Ferreira do Alentejo. Por outro lado, a sua influência ia mais além pelos laços de parentesco que existiam no interior do grupo e que ligavam diferentes níveis de fortunas.

Tabela 1.1 Repartição dos maiores contribuintes no concelho de Évora (imposto predial) por classes de rendimento, em 1890.

Classe de rendimentos	Contribuintes	Donas	Nobreza titulada	Rendimento da Nobreza	Rendimento colectável do
> 10	3	0	0	0	41,2
> 5 <= 10	4	0	2	13,6	25,5
>1 <= 5	38	7	5	14,7	71,9
>0,5 <= 1	46	12	3	2,2	32,5
< 0,5	37	6	3	0,4	11,9
Total	128	25	13	30,9	183,0

Fonte: ADE/RF/CP, 1890 (valores em contos de réis correntes, cálculos nossos)

Nota: Consideraram-se aqui como maiores contribuintes prediais aqueles cujo rendimento fiscal foi computado em mais de 300 mil réis anuais. O termo “classe” tem aqui um sentido unicamente estatístico.

Importa, por isso, considerar também o grupo familiar, tal como se pode perceber pelos apelidos comuns ou cruzados (tabela 1.2). Este elevado grau de endogamia, já sublinhado por Helder Fonseca (1996: 478-479, quadro X), exprime-se aqui no facto de que 53 contribuintes do topo representavam apenas 15 núcleos familiares, os quais detinham perto de metade dos rendimentos auferidos pelo total do nosso universo elitista. Assim, em muitos casos as fortunas intermédias resultavam simplesmente da

divisão dum património comum que se poderia recompor por via das heranças e das alianças familiares²².

Tabela 1.2. Número de contribuintes, propriedades e rendimento predial colectável distribuídos pelos apelidos dos maiores contribuintes, no concelho de Évora em 1890.

Apelidos	Contribuintes	Propriedades	Rendimento anual colectável
Fragoso Barahona	3	144	19,5
Eugénio de Almeida	2	33	15,3
Piteira e Fernandes	6	74	10,3
Amaral	3	32	5,1
Vaz Freire	6	61	5,0
Matos Peres, Matos Fernandes e Sousa Matos	7	55	4,6
Machado	4	52	3,7
Oliveira Soares	3	28	3,1
Gomes Ramalho	4	28	2,9
Cabreira	3	55	2,5
Marçal	4	47	2,4
Carvalho	2	16	2,1
Bugalho	2	25	1,9
Pessanha	2	18	1,7
Paquete	2	23	0,8
<i>Total do deste grupo</i>	53	691	80,9

Fonte: ADE/RF/CP, 1890 (valores em contos de réis)

Devemos, pois, colocar algumas reservas quanto ao real significado dos rendimentos auferidos pelos titulados (cf. tabela 1.1). Efectivamente, a nobreza titulada representava apenas 15 % das fortunas colectadas mas, se adicionarmos esse valor ao conjunto das famílias cuja nobreza remontava ao Antigo Regime, às antigas casas morgadias e aos comendadores teremos pelo menos 51 % do valor atribuído aos rendimentos dos grandes proprietários fundiários *em Évora* (v. tabela 1.3). Esta observação não representa nenhuma arbitrariedade metodológica. Se bem que os valores do dinheiro e do sucesso económico se impusessem socialmente, os membros das *velhas famílias* como os Cordovil, os Pessanha (ou Passanha) ou os Vaz Freire continuavam a

²² A descrição deste processo para o século XIX foi objecto de descrição e análise por Fonseca (1996, 2ª parte) com base nos processos orfanológicos da comarca de Évora.

considerar-se herdeiros dum capital social e duma respeitabilidade que lhe advinha do nome de família e dos laços alargados que não deixavam de evidenciar.⁶

Em contrapartida, o grupo daqueles que se identificavam pelo capital técnico e científico adquirido – os doutores e engenheiros – era muito estreito. Contámos somente 4 indivíduos, os quais não atingiam 1 % dos rendimentos deste grupo (tabela 1.3).

Cerca de metade deste grupo tinha origem no comércio e na lavoura. Como mostrou Hélder Fonseca (1996^a), o novo estatuto culminou percursos ascensionais ou foi o resultado de estratégias de consolidação da riqueza acumulada que aproveitou oportunidades criadas com a emergência dum mercado da terra.

Tabela 1.3. Distribuição dos maiores contribuintes prediais em Évora pelos seus atributos sociais, em 1890.

Atributos	Número de contribuintes (1)	Número de artigos cadastrais (2)	Rendimento colectável (em contos de réis) (3)	Rendimento médio por contribuinte (1):(3)
Nobreza titulada	12	153	27,5	2,3
Nobreza (outra)	17	496	93,5	5,5
Grandes proprietários	24	1.396	155,5	6,5
Doutores e engenheiros	4	43	1,7	0,4
<i>Total</i>	<i>34</i>	<i>1.549</i>	<i>183,0</i>	<i>5,4</i>

Fonte: ADE/RF/CP, 1890.

Na caracterização deste grupo devemos igualmente distinguir o local de residência. Efectivamente, embora a esmagadora maioria de grandes proprietários residisse na cidade de Évora, havia um número significativo de grandes proprietários que morava em Lisboa (tabela 1.4). Muito menos importante era o número de proprietários que residia, no distrito de Évora, fora desta cidade. A riqueza fundiária dos residentes no Porto, em Setúbal e em Beja não tinha grande expressão em termos relativos. Em contrapartida, é

⁶ Sobre este aspecto específico veja-se a análise do universo sociológico das elites de Avis por Maria Antónia F. Pires de Almeida (1997). V. tb. a descrição de Ernesto Veiga de Oliveira (1983). Numa perspectiva comparativa refira-se o caso de Bolonha estudado por Anthony Cardoza. Segundo ele: “Despite the disappearance of a number of old families, the nobility as a social group continued to enjoy a unique prestige that made it the natural arbiter of elite conduct, education and styles of consumption. Significantly, many of sought ennoblement and appear to have embraced the big new landowners like the Talon, Pizzardi, Salina and Torlonia families ought ennoblement and appear to have embraced aristocratic lifestyles, values and institutions in the decades prior to Italian unification” (Cardoza – 1991: 182/3). V. também o seu estudo mais recente sobre a aristocracia na formação da burguesia italiana moderna em Cardoza (1997). Para Espanha veja-se o estudo recente de Cabezas Avila (1999).

interessante verificar que os proprietários residentes na capital eram, na sua esmagadora maioria, titulados e detinham 32,5 % da riqueza deste grupo.

Os fortes laços à capital podem ser percebidos quer como o resultado dum movimento no sentido do urbanismo das elites fundiárias, quer no sentido inverso, como investimento da alta burguesia lisboeta no imobiliário de que José Maria Eugénio de Almeida é talvez o exemplo mais conhecido. Em qualquer dos casos, o processo que mesclou a velha nobreza com a burguesia mercantil e rural contribuiu certamente para reforçar os laços das elites eborenses com os círculos do poder e, em particular, com a própria figura do Rei. Nesta perspectiva, evidencia-se igualmente a relevância do mercado fundiário alentejano para as elites nacionais.

Tabela 1.4. Local de residência dos maiores contribuintes prediais de Évora, em 1890.

Local de residência	Número de contribuintes	Número de artigos cadastrais	Rendimento colectável (em contos de réis)	Rendimento colectável (em percentagem)
Évora (cidade)	81	1.212	103,0	56,3
Évora (concelho)*	6	28	2,7	1,5
Évora (distrito)*	9	49	6,3	3,5
Beja (distrito)	2	18	1,7	1,0
Lisboa	21	185	59,5	32,5
Porto	1	14	5,2	2,8
Setúbal	1	2	0,2	0,1
Outros	7	41	4,4	2,4
Total	128	1.549	183,1	100,0

* valores não incluídos nas rubricas anteriores

Fonte: ADE/RF/CP, 1890

A análise da participação dos indivíduos deste grupo em actividades exteriores à sua condição de proprietários fundiários pode ser percebida através dos cadernos do lançamento da contribuição industrial ²⁴. Tratando-se dum imposto que recaía sobre os rendimentos auferidos de forma estranha à posse da terra, ele tanto atingia o exercício duma actividade pessoal ou profissional, como visava os estabelecimentos, e tanto dizia respeito à indústria, como ao comércio e aos serviços. Este facto merece, por isso, algumas palavras mais sobre esta fonte de significação complexa.

²⁴ ADB/GC, ADE/GC e ADE/RF. Veja-se a lista utilizada no final (fontes e bibliografia) e tabela A.2 em anexo.

Efectivamente a “contribuição industrial”, criada pela lei de 30 Julho de 1860, veio substituir e juntar num único imposto a décima industrial, o maneiço de fábricas e todos os adicionais e selos referentes àqueles impostos. À nova contribuição ficavam sujeitos todos os indivíduos com excepção dos servidores do Estado, credores da dívida pública, pescadores ou empresas de pesca, agricultores e proprietários sujeitos a contribuição predial, trabalhadores e jornaleiros sem officio determinado, caixas económicas e montepios. Mais tarde, estes privilégios de isenção fiscal foram abolidos, ficando igualmente sujeitos os proprietários que já pagavam contribuição predial. A nova lei de 9 de Maio de 1872 manteve a isenção ao rendimento dos prédios inscritos na matriz predial, aos títulos da dívida pública e à Companhia do Crédito Predial Português, mas sujeitou os bancos e as companhias ao pagamento de 10 % dos dividendos ⁸. A carta de lei de 21 de Julho de 1893 (*Diário do Governo*, 162, 1.910-1.915) reformou o código anterior mas manteve a mesma filosofia de tributação a partir dos rendimentos presumidos. Ela pôs fim ao regime de isenção dos magistrados judiciais e do ministério público e das fábricas de moagem que só moíam cereais portugueses, tal como previa a lei de 19 de Julho de 1888 e o regulamento de 27 de Dezembro de 1888. Os bancos eram sujeitos a uma taxa de 12 % sobre os lucros e dividendos, tal como os emolumentos de funcionários públicos e tesoureiros. Continuavam isentos os operários que auferissem salários médios inferiores a 800 réis diários nas terras de 1^a e 2^a ordem e inferiores a 500 réis nas terras de 5^a e 6^a ordem. Deste modo, poderemos defender que, excepção feita à actividade mineira, não haveria na região em estudo estabelecimento comercial e industrial ou actividade exterior à lavoura exercida em nome individual ou colectivo que escapasse ao crivo da matriz industrial.

Como veremos mais adiante, a tributação visava a proporcionalidade dos rendimentos com base em indicadores indirectos. O lançamento deste imposto esteve longe de ser arbitrário e, embora não considerasse os rendimentos reais, estabelecia a contribuição de acordo com os rendimentos presumidos numa base razoável. Por isso, as tabelas da C.I. faziam variar a incidência da aplicação pela “classe” da indústria (i.e., atendia à sua natureza, dimensão e sofisticação) e pela “ordem da terra” (que servia de

⁸ Veja-se também o decreto de 28 de Agosto de 1872 que regulamentava a Contribuição Industrial e que sujeitava à contribuição “todas as pessoas, nacionais ou estrangeiras, que exercerem, no continente do reino e nas ilhas adjacentes, qualquer indústria, profissão, arte ou officio”. Ficavam isentos os funcionários públicos, membros da igreja, empresas de pesca, concessionários de minas, caixas económicas e montepios, jornaleiros e trabalhadores.

indicador da dimensão potencial dos mercados)²⁶. Havia indústrias cuja aplicação da C.I. dependia apenas da ordem das terras²⁷.

A repartição do imposto fazia-se de acordo com uma junta formada pelo administrador do concelho ou bairro, delegado do procurador régio, escrivão da fazenda e dois indivíduos da classe industrial nomeados anualmente pela câmara municipal. Esta junta nomeava os informadores louvados para os coadjuvar no serviço. Cabia aos regedores das paróquias formar uma relação das pessoas nacionais ou estrangeiras que residissem na sua freguesia ou que nela tivessem algum estabelecimento ou exercessem alguma indústria, profissão, arte ou officio. Sem negarmos a possibilidade de eventuais injustiças e até de irregularidades no seu lançamento, consideramos que estamos perante uma fonte válida na medida em que, para uma determinada classe de actividade *num dado concelho*, vingava essa proporcionalidade.

Com base nestas premissas, tentemos então surpreender a participação dos grandes proprietários noutras iniciativas.

O primeiro facto que importa destacar, tal como se pode perceber pela Matriz Industrial de 1877, é que *a actividade industrial de alguns membros desta elite surgia na sequência imediata da exploração agrícola*²⁸. Assim temos registados lagares de azeite como o de Joaquim António Calça e Pina, em Estremoz, do Visconde de Guedes, em Évora, ou do Visconde da Esperança na Quinta da Manizola. António Cabreira, também proprietário, aparecia registado por sua vez como *fabricante* de azeite. O grande proprietário José Maria Ramalho Dinis Perdigão tinha uma fabrica de rolhas de cortiça na Horta do Bispo que empregava 30 operários pelo menos. Ele estava igualmente

²⁶ Veja-se o artigo 6º do regulamento. Segundo ele a Contribuição Industrial compunha-se de: a) taxas fixas, não sujeitas a repartição, mas impostas a certas indústrias, profissões, artes ou officios, proporcionalmente aos seus lucros certos ou presumidos; b) taxas variáveis ou sujeitas a repartição, umas de acordo com a grandeza da povoação e com os lucros que os indivíduos aí podem auferir; outras, não sujeitas à ordem das terras mas reguladas por taxas especiais. O regulamento distinguia 6 ordens de terras, a saber: as de 1ª ordem (com 100 mil almas e mais), as de 2ª ordem (com 50 mil almas a 100.000 almas), as de 3ª (de 4 a 50 mil almas), as de 4ª, de 2 a 4 mil, as de 5ª (de 500 a 2.000) e as de 6ª ordem (com 500 habitantes e menos). Todas as povoações que não fossem vilas ou cidades eram consideradas de 6ª ordem.

²⁷ Veja-se o Regulamento de 26 de Novembro de 1885 que continuava em vigor nos princípios do século XX.

²⁸ Apesar de todos os esforços realizados ao longo de vários anos no Arquivo Distrital de Évora, na Repartição de Finanças e na Direcção Regional de Finanças de Évora, onde pudemos contar com a colaboração dos seus responsáveis, esta foi a matriz industrial mais recente que encontrámos para o concelho de Évora.

registado como fabricante de telha e tijolo com 2 operários. Eduardo de Oliveira Soares, director do Banco do Alentejo, negociante e grande proprietário, aparecia como *especulador* e como *mercador por miúdo de algodão e lãs*.

O segundo facto que devemos notar é que *estes casos constituíam excepções* já que a maioria das grandes fortunas fundiárias estavam aqui ausentes. Não parece que encontremos, finalmente, uma relação directa entre os níveis fortuna fundiária e o grau de participação nos negócios e interesses industriais.

Tabela 1.5. Correlação entre a contribuição predial, industrial, sumptuária e juros na elite eborense (1901 e 1904).

Grupo social	Casos	PRED/IND	PRED/SUMP	PRED/JUR
Proprietário	51	0,01	0,77	-0,02
Lavrador	5	-0,43	0,93	0,87
Negociante	5	-0,62	-0,16	-0,26
Médico	5	-0,60	0,88	-

Fontes: ADB/GC/RE (1892), ADE/GC/RE (1901 e 1904)

Esta hipótese levou-nos a alargar a nossa análise às fortunas locais nas principais freguesias dos concelhos de Évora e de Beja, de acordo com os elementos fiscais compilados nos cadernos de recenseamento eleitoral¹². Esta amostra, que exclui as grandes fortunas residentes fora dos concelhos, foi alargada até aos eleitores que pagavam mais de 100 mil réis de imposto. Assim, temos 96 indivíduos que se identificavam como proprietários, altos funcionários do Estado, membros das profissões liberais e lavradores que, enquanto tal, eram o grupo menos representado (cf. tabela A.2, em anexo). A correlação estatística entre aqueles que pagavam contribuição predial e os que pagavam contribuição industrial mostrou-se negativa para os médicos, negociantes e lavradores. No que se refere aos proprietários, ela não foi conclusiva (tabela 1.5). Em contrapartida, encontrámos uma correlação positiva entre o imposto predial e o consumo sumptuário no caso dos médicos, proprietários e lavradores¹³. No entanto, esta relação entre o luxo e a propriedade não foi estabelecida para os negociantes. Finalmente, no que respeita à posse da terra e aos rendimentos sobre capitais, a relação só foi positiva para os lavradores. Tudo indica, pois, que era este grupo quem mais recorria ao crédito.

¹² Veja-se a lista de fontes utilizadas no final. Também aqui faltaram algumas freguesias que, no entanto, não comprometeram a validade deste exercício analítico.

¹³ É evidente que, em muitos casos, os médicos pertenciam a famílias de ricos proprietários se não o eram eles próprios. Basta pensarmos no caso conhecido do político republicano e escritor Manuel de Brito Camacho, fundador da União Republicana. Mantivemos, pois, a designação utilizada na fonte.

Contudo, também neste caso não parece existir uma relação directa entre os níveis fortuna e o grau de participação nos negócios e interesses industriais.

Esta análise estatística parece sustentar que os grandes proprietários surgiam numa posição relativamente afastada das actividades comerciais e industriais urbanas. O fenómeno, podemos pensá-lo, seria aparente e prender-se-ia com a própria natureza do imposto industrial, pois este tanto recaía sobre o exercício duma actividade ou profissão como sobre os estabelecimentos não agrícolas. Por outras palavras, *ela deixa de fora toda a actividade de transformação de produtos da terra que é operada no contexto da exploração agrícola e cujo valor é objecto de tributação predial e não “industrial”*.

A análise anterior ganha por isso maior significado quando alargamos o universo aos eleitores que pagavam mais de 10 mil réis de imposto em Évora e em Beja. Para além dos grupos anteriores, aparecem neste universo composto por 526 indivíduos, fabricantes, artesãos, farmacêuticos, militares e até pequenos proprietários (quinteiros). A tabela 1.6 mostra-nos a relação entre as várias contribuições de acordo com diferentes grupos socioprofissionais.

Tabela 1.6. Distribuição por grupos socioprofissionais do valor pago nas várias contribuições pelos eleitores recenseados em Évora e Beja (1901 e 1904).

Grupos socioprofissionais	Número	Predial	Industrial	Sumptuária	Juros	Imposto
Agenciário	13	61	200	40	0	299
Artesãos, trabalhadores, seareiros	132	1.222	2.235	551	39	4.045
Comerciante, lojista, taberneiro	73	535	1.380	366	0	2.288
Negociante	23	456	1.067	187	68	1.764
Funcionário Público	31	707	259	193	10	4.659
Profissões liberais, exército, igreja	49	1.967	1.416	921	64	4.828
Proprietário e lavrador	205	21.129	2.529	4.321	359	28.778
<i>Total</i>	<i>526</i>	<i>26.077</i>	<i>9.086</i>	<i>6.579</i>	<i>540</i>	<i>46.661</i>

Fontes: ADB/GC/RE (1892), ADE/GC/RE (1901 e 1904). Valores em mil réis.

Neste conjunto, os 205 proprietários e lavradores aparecem com uma contribuição industrial pouco superior aos artesãos, trabalhadores de ofício e seareiros. Por outro lado, o valor do imposto predial é menos de metade do imposto industrial nos casos dos negociantes, comerciantes, lojistas, tendeiros e taberneiros. Sem surpresa, são os grupos superiores, aos quais devemos associar as profissões liberais e os funcionários públicos, quem mais pagava de contribuição sumptuária e rendas de casa, assim como imposto sobre capitais.

Tudo indica, pois, que as elites fundiárias tiveram nesta altura uma participação desigual em actividades a jusante da lavoura. A lista dos vinte *maiores contribuintes industriais* contava com nomes sonantes da lavoura eborense em todos os casos (tabela 1.7). No entanto, a visão de conjunto revela que predominavam fortunas fundiárias de segunda linha e que o peso dos negociantes andava a par com o dos proprietários.

Tabela 1.7. Lista dos eleitores maiores contribuintes industriais residentes em Évora.

NOME	PROFISSÃO	PREDIAL	INDUSTRIAL	IMPOSTO
José António de Oliveira Soares	Proprietário [Negociante]	1.056	256	1.568
Eduardo de Oliveira Soares	Proprietário [Negociante]	452	263	811
António Simões Paquete	Proprietário [Negociante]	314	271	718
Conde da BoaVista	Proprietário	461	124	585
José Abílio da Silva Moreno	Médico	136	217	410
Francisco Dâmaso da Fonseca Varela	Proprietário	68	167	267
José Manuel Gomes	Negociante	78	159	259
Vicente Rodrigues Ruivo	Proprietário [Negociante]	45	146	249
Tomás Fiel Gomes Ramalho	Solicitador [Advogado]	98	76	236
Joaquim António Perdigão Queiroga	Proprietário [Industrial]	0	206	225
António José Ramos	Médico	51	152	221
António Luís Rodrigues	Negociante	10	138	196
António de Mira Calhau	Negociante	0	157	169
António Martins de Castro	Negociante	26	119	160
Bernardo António Santos	Proprietário	4	141	145
Romão José Barreto	Negociante	5	127	132
António Vaz da Silva Galopim	Industrial [Surrador]	21	102	130
Manuel de Brito Camacho	Médico	0	115	124
Eduardo Martins	Agente do Banco de Portugal	0	100	107
António Augusto Salvador	Negociante	0	80	91

Fontes: ADB/GC/RE (1892), ADE/GC/RE (1901 e 1904)

Nota: a referência entre colchetes é nossa. Valores dos impostos predial, industrial e total colectados em mil réis (correntes)

1.3. A indústria regional: o artesanato e a pequena oficina

A participação desigual das elites fundiárias no comércio e indústria regionais relacionava-se directamente com as oportunidades de *grande negócio* que emergiam

com o desenvolvimento das relações capitalistas no contexto da economia regional. Ora, o último terço do século XIX foi marcado pela perda de competitividade da região face aos mercados nacional e internacional. Longe de se limitar ao problema da concorrência movida pelos cereais americanos e à falta de mercados para os vinhos correntes, a crise estendia-se às lãs, aos azeites, aos gados, à indústria mineira, passando pelo têxtil e pela indústria rolheira. A partir da década de 1880 encerraram gradualmente a maioria das minas de cobre e de ferro e afundou-se a Companhia de Mineração Transtagana, talvez a maior aventura mineira daquele período, onde tinham participado fortemente capitais regionais (Guimarães, 1989, 1996 e 2001). A indústria rolheira, tal como se pode perceber pelos inquéritos industriais de 1881 e de 1890, conheceu dificuldades crescentes à medida que os países importadores impunham taxas proteccionistas. A orientação da actividade corticeira para a preparação e para os semi-produtos foi assim reforçada. A indústria têxtil moderna, circunscrita à fábrica de Portalegre, conheceu grandes dificuldades para sobreviver à chegada do novo século. O afundamento do mercado brasileiro depois de 1890 parece ter tido um grande impacto, embora desigual, nos negócios regionais, criando dificuldades acrescidas inesperadas. No sector alimentar, as dificuldades de sobrevivência das escassas unidades moageiras à concorrência movida pelas fábricas lisboetas eram evidentes. No conjunto, era o sector mais moderno da economia industrial, aquele que poderia beneficiar de mercados vastos no exterior que estava ameaçado, enquanto o sector “tradicional” continuava a resistir.

A Matriz Industrial de 1877 permite-nos apreender a estrutura das relações industriais com o conjunto da economia regional. A avaliação da importância das actividades industriais, expressa pelo montante de imposto lançado, deve ter por referência os próprios critérios que presidiram ao seu lançamento. Antes de nos lançarmos nessa análise, importa clarificar a lógica e o significado do montante lançado à colecta.

A nossa legislação de referência é a já identificada carta de lei de 14 de Maio de 1872 que viera substituir a lei de 30 de Julho de 1860. Ela distinguia duas classes de contribuintes classificadas em tabelas distintas. A Tabela A dizia respeito às profissões, indústrias, artes e ofícios que não podiam formar grémio e apresentava um quadro geral de 8 classes de indústria e 6 ordens de terras (tal como a tabela B da lei de 1860). A complexidade deste lançamento visava alguma proporcionalidade e justiça já que cruzava a “qualidade das terras” com o exercício das actividades. Dentro da mesma localidade distinguia-se, por exemplo, um oficial de sapateiro com loja, doutro sem loja. Se ele

pagava mais nas terras de 1ª ordem do que nas de 3ª ordem, era porque se entendia que no primeiro caso as terras eram mais ricas e, por isso, os rendimentos presumivelmente superiores.¹⁴ Os indivíduos contribuía cumulatativamente consoante o número de estabelecimentos que tivessem no concelho ou artes que praticassem. Os vendedores eram tributados pelo artigo de maior valor ¹⁵.

A 3ª parte da Tabela B compreendia as indústrias, profissões, artes e ofícios que podiam formar grémio mas em cujas taxas não influía a ordem das terras. Encontramos aqui listadas as indústrias cuja produção não se limitava ao concelho onde estavam instaladas, como as fábricas de açúcar, de azulejos, de bolacha, de botões e colchetes, de cerveja; as fábricas de guano ou de estrume artificial; os fabricantes de mós; o fabrico de carvão vegetal; a fundição de objectos de bronze, cobre e ferro; e alguns negócios como o da cortiça (mercador por grosso) onde a indústria era uma actividade acessória ou exterior àquela actividade. A contribuição das fábricas, por sua vez, variava conforme o maquinismo instalado e o número de operários empregado. Considerava-se ainda o número de dias de laboração, pois abatia-se 10% à colecta nos estabelecimentos industriais que não trabalhassem todo o ano.

Tem interesse conhecer como o número de operários era calculado para efeitos fiscais. Assim, não se contavam a mulher, os filhos não casados, os irmãos e os pais quando trabalhavam com o chefe de família em sua própria casa ou oficina. Nos restantes estabelecimentos, as mulheres menores de 16 anos e com mais de 60 só eram incluídas por metade de operário e as mulheres com menos de 14 anos como ¼ de operário.

Tal como sucedia anteriormente, também a lei de 21 de Julho de 1893 estabeleceu duas tabelas que faziam variar a incidência da aplicação do imposto pela “classe” da indústria e pela “ordem da terra”¹⁶. A tabela A applicava-se às indústrias que não podiam formar grémio, era independente da ordem das terras e a incidência do imposto variava consoante a natureza da indústria, os dias de laboração, o pessoal empregado e a potência instalada. Estavam neste caso, as indústrias de descasque de arroz, de fabrico de

¹⁴ A alteração dos fluxos económicos durante a segunda metade do século XIX alterou em muitos casos a posição económica inicial, em termos de desenvolvimento, de muitos concelhos, criando aberrações e “injustiças” de que os contemporâneos nos dão conta (V. por ex. a avaliação preambular publicada no *Anuário Estatístico* de 1877, Portugal-1880). Este facto, por si só, não afectava a posição relativa de cada contribuinte dentro do concelho.

¹⁵ V. artigos 57 e 58 d aquele regulamento.

¹⁶ Veja-se Regulamento de 26 de Novembro de 1885 que continuava em vigor nesta altura.

aguardente, de azeite, de bolacha, de farinhas, a fiação de tecidos ou de algodão, as fábricas de gelo, de gás para iluminação, de louça, de electricidade, de papel, de sabão, etc. Uma fábrica de cortiça que empregasse até 5 operários pagaria 20 mil réis e, no caso de empregar mais pessoal, pagaria mais 2 mil réis por cada operário. Esta tabela incluía também os bancos e as companhias e estipulava 10 % sobre o vencimento dos empregados e 15 % sobre o vencimento dos funcionários públicos. A tabela B incluía as “indústrias, profissões, artes e ofícios em cujas taxas não influi a ordem das terras em que são exercidas”. A lista que se segue fornece alguns exemplos que mostram não só a racionalidade dos critérios do lançamento do imposto como a sua extensão até às actividades agrícolas (valores em mil réis):

Alfaias e máquinas agrícolas (mercador)	45
Açúcar (refinação de)	320
Bolachas, fábrica com motor a vapor ou a água	210
Cartas de jogar (fabricante)	50
Ferro usado (mercador)	80
Fundição de objectos de grande dimensão, com motor a vapor	250
Idem, sem motor a vapor	125
Idem, objectos pequenos, com motor a vapor com mais de 6 cv.	84
Idem, idem, com menos de 6 cv.	42
Idem, s/ motor e c/ mais de 4 operários	42
Idem, s/ motor e c/ menos 4 oper	10
Guano ou adubos agrícolas (fábrica) c/ máquina a vapor ou a água	210
Idem, sem máquina a vapor ou a água	210
Ladrilhos ou azulejos	80
Lavadouros de lã	85
Máquina de debulhar cereais, cada uma	30
Mestre de fábrica (não sendo dono ou empresário)	35
Mestre de oficina	16
Móveis (fábrica)	100
Pedreiras de mármore, explorador	40

O critério de selecção que adoptámos na constituição da nossa base de dados (os eleitores contribuintes industriais e prediais que pagavam mais de 10 mil réis) não foi arbitrário (*v. supra*). Nas terras de 3^a ordem (capitais de distrito e povoações com mais de 8 mil e menos de 30 mil almas) todas as indústrias da 1^a à 6^a classe pagavam mais de 10 mil réis. Ou seja, ficaram de fora o pequeno comércio, o comércio ambulante e as actividades artesanais bem como os trabalhadores especializados e os ofícios

“tradicionais”. No topo da pirâmide, as 1ª e 2ª classes que incluíam os banqueiros, as agências bancárias, os grandes armazenistas, especuladores, grandes negociantes de gado, trigo, etc., construtores civis, hotéis, armazéns de modas e mobiliário de luxo, pagavam mais de 100 mil réis nas terras de 3ª ordem. Os valores indicados acima servem de referência para os valores que coligimos a partir da nossa fonte e dão-nos uma ideia razoável da dimensão relativa do negócio em cada caso.

Das actividades identificadas, três grandes sectores devem ser distinguidos de acordo com os seus mercados, lógica de crescimento e padrão de localização geográfica. Em primeiro lugar, considerámos um sector artesanal e oficial *de serviço* (I) que vivia do apoio que prestava à lavoura e aos transportes terrestres. Nele se destacavam as oficinas de carpinteiros de carros que, para além da construção e reparação de vários tipos modelos regionais de carros, também executavam e reparavam arados e alfaias em madeira (cf. figuras G.11, G.12, G.16, G.17 e G.18 no volume anexo). Devemos aqui incluir também os carpinteiros, os ferreiros e ferradores e os albardeiros. Os chocalhos para o gado da região eram produzidos na cidade pelos “fabricantes de objectos de bronze” (cf. figura G.18). Os serralheiros, para além de repararem instrumentos em ferro, faziam igualmente a manutenção de máquinas e de caldeiras e, por isso, o seu número não deixa de indiciar a generalização do uso de utensílios e máquinas industriais (v. figura G.13, em anexo).

A tabela 1.8 mostra-nos o número de artesãos e de trabalhadores de ofício neste sector, o total de contribuição paga por tipo de actividade bem como o máximo pago por unidade oficial (M.U.). Como acabámos de ver, este valor era fixado de acordo com a capacidade produtiva, geralmente estabelecida de acordo com o número de trabalhadores e de máquinas empregados. Por isso, M.U./C.I. (sendo C.I. o total da contribuição industrial paga na actividade) serve de indicador aproximado para o grau de concentração produtiva em determinada actividade. O montante máximo colectado em cada actividade indicia a existência de oficinas que laboravam sem quaisquer máquinas e que raramente ultrapassavam os 6 e 7 trabalhadores, quando a norma apontava para empresas familiares que ocupavam 2 ou 3 indivíduos.

Tabela 1.8. Artesãos e trabalhadores de ofício (sector I) no concelho de Évora em 1877

Tipo de ofício	Número	M.U.	C.I.
Carpinteiro	63	6,5	76,9
Carpinteiro de carros	44	7,0	68,0
Ferreiro, ferrador	31	7,0	70,7
Serralheiro	13	12,0	45,0
Correio	11	11,0	35,0
Albardeiro, cabresteiro	6	4,0	12,0
Fundidor, fabricante de objectos de bronze	4	4,0	13,0
Tanoeiro	2	1,0	2,0

Fonte: ADE/RF/CI (1877). Valores em mil réis. Legenda: ver texto.

Tabela 1.9 . Artesãos e trabalhadores de ofício (sector II) no concelho de Évora em 1877

Tipo de ofício	Número	M.U.	C.I.
Sapateiro	113	14,0	151,5
Pedreiro	73	70,0	6,0
Alfaiate	29	11,5	59,8
Marceneiro	11	5,5	17,0
Canteiro	9	1,0	9,0
Funileiro	9	4,0	12,0
Esparteiro	5	5,0	17,0
Caldeireiro	4	9,0	12,0
Chapeleiro	4	16,0	19,0
Fundidor	3	4,0	9,0
Surrador de peles	3	4,0	6,3
Estucador	2	1,2	2,0
Tanoeiro	2	1,0	2,0
Cordoeiro	1	1,0	1,0

Fonte: ADE/RF/CI (1877). Valores em mil réis.

Legenda: ver texto.

Nota: não se incluíram os ramos “tradicionais” da alimentação e bebidas (v. tabela 1.11, *infra*).

Um segundo sector (II) estava orientado para os bens de consumo regionais correntes. Com um padrão de localização sobretudo “urbano”, era dominado igualmente pelo artesanato. Tal como o Inquérito Industrial de 1890 atesta, também aqui podíamos encontrar oficinas que, excepcionalmente, empregavam perto de uma dezena de homens. Neste sector destacavam-se, pelo seu número, os sapateiros (fabricantes e remendões) seguidos depois pelos alfaiates, marceneiros, correiros, caldeireiros, esparteiros e outros ofícios que satisfiziam as necessidades correntes da vida rural (tabela 1.9).³⁴ Tal como

³⁴ Por esta razão incluímos aqui os ofícios ligados à construção civil.

sucedida com os sapateiros e os chapeleiros, a sobrevivência de muitas destas actividades ao longo do século XX esteve directamente ligado à especificidade do fabrico de tipos de vestuário, calçado e outros produtos regionais adoptados pela população rural. Por outras palavras, eram actividades que viviam da proximidade perante os consumidores e não sofriam com a concorrência de bens oriundos da capital ou de outros pontos do país.

Finalmente, o sector III agrupava as fábricas e os fabricantes, bem como as actividades orientadas para mercados localizados fora da região.

Tabela 1.10. Fábricas e fabricantes (sector III), em Évora (1877)

Actividades	Número	M.U.	C.I.
Farinha, fábrica	1	90	90
Azeite, fabricante	1	34	34,0
Cal, fabricante	2	10	20,0
Cera e mel	10	4	8,1
Cereeiro, fabricante de velas	2	18	32,0
Curtumes, fábrica	3	19,2	45,6
Gasosas, fábrica	1	30,0	30,0
Rolhas, fábrica	6	42,0	174,0
Sabão, fábrica	1	24,0	24,0
Fósforos, fabricante	1	1,0	1,0
Louça de barro ordinária, fabricante	3	1,0	3,0
Odres, fabricante	3	4,0	9,0
Palitos fosfóricos, fabricante	1	1,0	1,0
Telha e tijolo, fabricante	7	3,2	12,0

Fonte: ADE/RF/CI (1877). Valores em mil réis.

Legenda: ver texto.

A avaliar pelo lançamento da contribuição industrial, a actividade mais importante no concelho era representada pela indústria corticeira mas a nossa fonte sugere que a importância local desta actividade, na óptica do emprego e da sua dimensão industrial, era menor do que seria de esperar. Foram registadas apenas 6 fábricas: quatro na Azaruja (a de Roberto Reynolds com 30 trabalhadores, a do catalão André Camps com 10 operários e a de Jerónimo Marquez e António Pais, com 4 operários) e 2 em Évora (a de José Maria Ramalho Dinis Perdigão, com 30 operários e a de Perez & Santos com 10).¹⁸ Além desta escassa centena de trabalhadores *registados para efeitos fiscais*, temos 19

¹⁸ É evidente que estes números redondos indiciam um registo meramente fiscal. No entanto, o valor da contribuição aponta para uma determinada escala fabril. O número de trabalhadores era seguramente muito variável, assim como o número de dias de laboração efectiva em cada ano (vejam-se a este respeito os Inquéritos Industriais de 1881, 1890 e de 1957-1958). É provável que o registo do emprego industrial apontasse mais para o número de trabalhadores permanentes (estimados de acordo com os critérios fiscais) do que para a média diária.

rolheiros que residiam, na maioria, na Azaruja. Para além desta actividade, identificámos fábricas de fósforos, de sabão, de gasosas, de velas, de cal, telha e tijolo, odres, azeite, loiça, enfim, uma diversidade que se caracterizava pela pequenez dos estabelecimentos (tabela 1.10).

A fábrica de farinha peneirada e a padaria da Companhia Industrial Eborense, localizada em Évora, na rua da Alagoa, e que contava com um maquinismo a vapor e 3 pás de mós francesas era, nesta época, o maior estabelecimento industrial da cidade, se considerarmos o volume do negócio estimado pela contribuição industrial lançada. A sua produção, pensada sobretudo para “exportação”, destinava-se também a satisfazer a clientela “burguesa” e concorria dificilmente com o sector “tradicional”.

Fabricante era, pois, o nome que se dava ao dono de estabelecimentos que produziam em série produtos tipificados para mercados “abertos”. Ao contrário das restantes actividades, o estabelecimento não prestava um serviço, não trabalhava por encomenda, nem se integrava no património duma casa agrícola.

No ramo alimentar, as relações pré-capitalistas, representadas pelo trabalho à maquia, continuavam a dominar. Elas estavam presentes nos lagares de azeite, nas azenhas e moinhos de vento ou nos fornos de pão (tabela 1.11). Comprava-se trigo e mandava-se moer, sendo a maquia paga a trigo ou a dinheiro. A farinha era amassada em casa e mandava-se cozer nos fornos de lenha, pagando-se a maquia ao forneiro. No caso das azenhas e dos moinhos, o rendimento era partilhado entre os proprietários e os *empresários* que os tomavam de renda. Naturalmente, também os lavradores mandavam moer o seu trigo e as azeitonas à maquia quando precisavam. Tratando-se de um sector pré-industrial, de acordo com o que estabelecemos ele deve ser incluído no sector I.

Estas mesmas relações estendiam-se até à produção doméstica, com o trabalho *a feitio*. Comprava-se tecido a um comerciante e mandava-se executar as peças aos alfaiates ou a domicílio, o que tornava muito deste trabalho invariavelmente feminino e doméstico invisível nos arquivos³⁶.

Finalmente, devemos ainda acrescentar àqueles três sectores industriais, um outro, caracterizado pela produção de bens e serviços “urbanos” de qualidade ou excepcionais. Duas tipografias, dois estucadores, cinco pintores, um dourador, uma fotógrafa, um

³⁶ V. por ex. no Inquérito Industrial de 1890 as referências à indústria de “roupa branca”.

coronheiro, um fogueteiro e é tudo. A fragilidade destas actividades de produção de artigos de luxo não deixa de invocar, pela negativa, o impacto do *urbanismo* dos grandes. Não tanto pelos seus efeitos sobre a produção ou sobre a gestão do seu património fundiário como, principalmente, por via do consumo sumptuário, a residência no exterior da região, mais propriamente na capital, seguia modelos cosmopolitas e (podemos pensá-lo) não deixou de ter efeitos indirectos no conjunto da economia urbana regional. Seja como for, na ausência de um verdadeiro mercado de consumo de luxo, a articulação destas actividades com o comércio “exportador” foi vital para algumas iniciativas.

Efectivamente, no domínio alimentar irão aparecer pouco depois algumas novas indústrias. A imprensa fala-nos do *Granito*, bebida inventada por Inácio Henrique de Carvalho, muito vendida na região, em Lisboa e exportada para África e para o Brasil.²⁰ A primeira fábrica foi montada em Lisboa em 1873, abrindo outra em 1877. Em 1882 este negociante começou a fabricar em Évora licores, cremes, cognacs, gasosa, genebra, *aguardente de Évora*, granito e champagne. Como veremos adiante, outras pequenas fabricas de bebidas e de licores serão instaladas na cidade, integradas na actividade comercial, onde participaram alguns proprietários. Trata-se, pois, de um sector que cresceu à medida que o consumo de luxo se generalizou, como testemunha o aparecimento de pequenas unidades para o fabrico de café, chocolates, amêndoas e confeitarias.

Apesar da emergência de um sector moderno na área da alimentação, continuavam a dominar as velhas máquinas de moer cereais e azeitonas, movidas a água ou a vento, que usavam o gado como tracção (v. tabela 1.11). Invariavelmente, os moinhos eram explorados por rendeiros que pagavam uma renda anual aos “empresários”. Tal como nos lagares, predominava o trabalho *à maquia* sendo esta paga pelo proprietário dos cereais ou azeitonas (lavrador ou comerciante) em espécie (percentagem) ou convertida em dinheiro. Assim, esta indústria prestava um serviço e o lavrador, proprietário ou comerciante ficava com o produto final (farinha ou azeite) após o pagamento da maquia. Velhas prescrições municipais enquadravam também a actividade dos açougues e limitavam a sua autonomia.

²⁰ E. Coelho Júnior, “Um industrial distinto”, *DA* 593, 01-08-1888.

Tabela 1.11. Azenhas, moinhos, lagares, açougues e categorias socioprofissionais associadas em Évora em 1877.

Tipo	Número	C.I.	M.U.
Moinho, mestre de	7	8,4	1,2
Moinho de água, empresário	9	23,5	3,5
Moinho de água, rendeiro	7	23,0	5,7
Moinho de vento, empresário	17	61,5	6,4
Moinho de vento, rendeiro	17	66,9	5,8
Moinho, empresário	11	30,0	5,8
Moinho, rendeiro	4	13,6	5,8
Lagar de azeite	22	88,0	6,0
Açougue	17	131,9	20,0

Fonte: ADE/RF/CI (1877). Valores em mil réis.

Legenda: ver texto.

Tabela 1.12. Comércio por especialidades em Évora em 1877.

Tipo	Número	C.I.
Algodão e lã, mercador de tecidos	27	368,9
Farinhas, mercador por miúdo	9	75,0
Couro curtido, mercador	6	54,0
Chapéu, mercador	2	32,0
Gado ovelhum, mercador	2	21,5
Estancia de madeira	1	23,0
Ferragens, loja	1	16,0
Ferro, mercador	1	25,0
Gado, comprador por conta alheia	1	1,3
Rolhas, mercador	1	4,0

Fonte: ADE/RF/CI (1877). Valores em mil réis.

A importância das relações pré ou proto-capitalistas na economia rural, marcadas pelo trabalho *à maquia* e do trabalho *a feito*, com reflexos directos sobre a dimensão dos mercados, contribui em alguma medida para explicar a debilidade do sector comercial (tabela 1.12). Nas cidades o comércio era pouco especializado como fica atestado, no caso de Évora, pelo predomínio das tendas, das tabernas e das mercearias. Entre o comércio especializado contavam-se as lojas de tecidos de lã e de algodão. Muito menos importantes eram os comerciantes de farinhas e os comerciantes de couros. O resto da lista inclui uma loja de ferragens, um armazém de madeiras, um comerciante de rolhas, dois de chapéus e pouco mais. No espaço rural, o comércio chegava aos montes em lombo de mula e era garantido por uma rede de almocreves que periodicamente o atravessam.

A tabela 1.13 sintetiza a nossa análise do tecido comercial e industrial eborense, tal como pode ser percebido a partir da matriz de 1877. Nela fica patente o peso do artesanato e das oficinas cujo trabalho era orientado para os bens de consumo regionais, para os serviços de apoio directo à actividade agrícola e aos transportes. Por outro lado, o número relativamente elevado de fábricas e de fabricantes não se traduzia tão expressivamente no valor da colecta quanto seria de esperar, revelando o predomínio da pequena escala no parque industrial instalado no concelho. O comércio especializado, onde pontuava o comércio de tecidos de algodão e de lãs, traduzia, afinal, as características do urbanismo eborense, como zona de serviço do meio rural envolvente. Escassa especialização comercial e debilidade nas indústrias de luxo, completam este quadro²¹.

Tabela 1.13. Distribuição dos contribuintes industriais em Évora em 1877 pelos principais sectores do comércio e indústria.

Sectores	Contribuintes	M.U.	C.I.
I.1. Actividades de serviço (artesãos e trabalhadores de ofício)	0	12,0	0
I.2. Actividades de serviço (azenhas, moinhos, lagares, açougues e outros)	0	20,0	131,9
II. Bens de consumo regionais (artesãos e trabalhadores de ofício)	0	70,0	131,9
III. Fabricantes e fábricas	0	42,0	263,8
IV. Indústrias de luxo urbanas	n.s.	n.s.	n.s.
Comércio por especialidades	0	-	527,6

Legenda: N.S. valores não significativos

Fonte: tabelas 1.8 a 1.12. Ver texto.

O peso numérico e económico destas actividades indiferenciadas pode ser avaliado na listagem dos grupos que mais contribuíram isoladamente para a contribuição industrial (tabela 1.14). O pequeno comércio, representados pelos taberneiros, tendeiros, almocreves e caixeiros, a que podemos associar a colecta da venda de tabaco, embora com uma capitação fiscal comparativamente diminuta, apareciam no conjunto como grandes contribuintes. Tal fenómeno não se distanciava significativamente do que se passava noutras regiões do país e pode ser atribuído quer às características da incidência

²¹ É interessante, a este respeito, comparar os nossos resultados com a análise geográfica de Jorge Gaspar (1972), feita para uma época bastante posterior.

desta colecta, quer ao próprio universo comercial e industrial dum *país rural*.³⁹ Neste contexto, os sapateiros (fabricantes e remendões) surgem como o único grupo artesanal em destaque devido ao seu número. Do ponto de vista do montante colectado, os bancos da cidade eram, de longe, os maiores contribuintes. Os seus directores apareciam igualmente destacados nesta listagem, logo seguidos pelos grandes negociantes e comerciantes da cidade.

Tabela 1.14. Grupos que mais pagavam contribuição industrial em Évora em 1877.

Grupos	Número (1)	Valor (2)	(2)/(1)
Bancos Eborense e do Alentejo	2	7.420,0	3.710,
Director do Banco	6	210,0	35,
Especulador	14	397,0	28,36
Merceeiro	20	301,8	15,09
Algodão e lã, mercador de tecidos	22	307,9	14,0
Açougue	17	131,9	7,76
Taberneiro, vinho e aguardente	53	277,9	5,24
Agência	25	102,9	4,12
Almocreve	48	185,8	3,87
Tendeiro	106	386,7	3,65
Tabaco, venda por miúdo	187	650,6	3,5
Caixeiro	50	113,5	2,27
Sapateiro	113	151,5	1,34

Fonte: ADE/RF/CI (1877). Valores em mil réis.

Percebe-se então que fosse o negócio do dinheiro, representado aqui pela banca regional, e o grande comércio dos produtos da grande lavoura do sul, registado como *especulador*, que atraía os capitais pelo volume de rendimentos que era capaz de proporcionar no curto prazo. Onde quer que isto sucedia, como na indústria corticeira ou nos negócios locais do tabaco, vamos encontrar nomes que representam grandes

³⁹ Uma breve sondagem pela *Estatística das Contribuições directas* em 1885/86 (Portugal-1885) revela que quem mais contribuía no país eram os taberneiros, os tendeiros, os padeiros, os oficiais dos officios no seu conjunto, as azenhas e moinhos, merceeiros, casas de modas, os médicos, as hospedarias, especuladores, empregados públicos, empregados de compromissos marítimos, directores de sociedades, companhias não compreendidas na lei de 9 de Maio de 1872 mas também as “companhias de trabalhos braçais” (sic), as casas de penhores, os caixeiros de escritório, os bancos e companhias (de acordo com a lei de 9 de maio de 1872), os fabricantes de azeite de oliveira, empresários de açougues, agências comerciais, comerciantes de tecidos de algodão, almocreves ou recoveiros. Todos estes grupos pagaram cada um 10 contos de réis ou mais. Se cortejarmos estes resultados com as listagens dos anuários comerciais, somos levados a concluir que esta “estrutura” fiscal se ajustava, em larga medida, à realidade comercial e industrial dum *país rural*.

fortunas fundiárias. Parece então aplicar-se aqui a regra segundo a qual, nas regiões onde o grande comércio proporcionava bons lucros, a indústria surgia como o parente pobre (Church, 1980). Talvez seja igualmente útil recorreremos à conceptualização braudeliana em torno dos três níveis do capitalismo quando se procura compreender esta “dinâmica” regional. A realidade que tentámos descrever e que irá perdurar em boa parte do século XX, como “estruturante” é que, entre um *grande capitalismo* orientado para o exterior da região e os níveis mais baixos da economia, estava quase ausente um nível médio ou intermédio de negócios. No jogo da produção e das trocas em presença, os benefícios que os mercados exteriores podiam garantir, dir-se-ia, não chegavam até à base.

1.4. Iniciativas estratégicas: o comércio e as novas indústrias

A formação de um mercado de bens agrícolas para a indústria apresentou-se de forma clara para os grupos de elite como uma ameaça que se estendia a todo o universo rural. Numa obra publicada em Évora no início do século XX por um membro da elite local, defendia-se que

“aliado à falta de instrução, existe outro factor que muito dificulta a acção colectiva das classes rurais; quero referir-me à concorrência mercantil que é necessário neutralizar e destruir. Na verdade, as populações agrícolas vivem definhadas nas estreitas malhas da trama comercial, donde, qualquer movimento libertador daquelas, far-se-á seguir da reacção perigosa deste inimigo firmemente organizado de há muito.” (Pinho, 1902: 26-27).

O texto, que fora a dissertação inaugural apresentada por Virgílio Bugalho Pinho ao Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária, teve certamente larga audiência local. Ao afirmar que o comércio estava a ser remunerado, pelos preços de venda que fixava, em detrimento do produtor e do consumidor, o agrónomo não fazia mais do que repetir um lugar comum que tinha mobilizado politicamente a elite local na defesa do protecționismo cerealífero nos finais da década de 1880 (Sousa, 1886; Santos, 1902). Estas ideias, integradas mais tarde na doutrina económica do Integralismo Lusitano, eram defendidas como uma imperiosa necessidade de alterar o estado da situação. Depois de constatar que “a produção agrícola moderna” tinha entrado numa nova fase caracterizada pelo abaixamento gradual dos preços, ele defendia que a resposta dos produtores à “baixa exagerada dos preços” passava pela conquista de novos

mercados e por transacções directas com o consumidor por forma a “guardar para si os lucros do excesso do valor mercantil”. Uma das conclusões era a de que “a agricultura, nas condições económicas em que actualmente se exerce, tem necessidade de modificar os seus processos no sentido de torná-los cada vez mais industriais” (Pinho, 1902: 28).

Outra conclusão, não menos importante, defendia que a apropriação da renda gerada no comércio impunha “a necessidade de trocar a energia do interesse pessoal tão largamente desenvolvido entre nós, para que se compreendam e adquiram os hábitos associativos” (Pinho, 1902: 27). Ou seja, a atitude empresarial, que se reflectia na racionalização dos métodos de produção, na busca de mercados e de novos produtos, na incorporação crescente de meios técnicos novos, caminhava a par da procura de soluções para neutralizar os efeitos negativos do comércio ou, se quisermos, para se apropriar dos seus ganhos.

Ora, no que respeitava à primeira vertente do problema, a modernização técnica estava já a ser feita (Reis, 1982; Fonseca, 1996). Tal como se pode perceber pelo inventário e controlo da actividade de máquinas a vapor e de motores realizados pelos serviços da 4ª circunscrição industrial, a Casa Agrícola alentejana constituía o elemento mais dinâmico da economia regional. Os elementos agregados para os distritos de Évora e de Beja no que respeita às entidades proprietárias de geradores e caldeiras a vapor no início do século XX mostra, sem surpresa, que a maior parte se encontrava nas explorações agrícolas (tabela 1.15, cf. fotos em anexo). Era relativamente reduzido o número de entidades que alugavam máquinas agrícolas. Mais importante, revela-se a fragilidade do sector industrial moderno na região. No sector corticeiro, a cozedura da prancha fazia-se em tanques abertos e exigia sobretudo a presença de trabalhadores manuais. As caldeiras eram excepcionais, mesmo se este número aparece aqui subestimado. As fábricas de moagem eram, por isso, a aplicação mais frequente do vapor na indústria, tornando-se este o sector mais importante na região pelo volume de capitais que empregava (Portugal, 1905). A constituição de empresas moageiras como tal acompanhou igualmente a modernização dos lagares (tabela 1.15).

A análise das aplicações do vapor em trabalho confirma largamente o que temos vindo a defender (tabela 1.16). Na esmagadora maioria dos casos (62), o vapor era aplicado apenas na debulha dos cereais. Mas não era excepcional o seu uso noutros trabalhos agrícolas (lavouira, enfardamento de palha, etc.) bem como nas agro-indústrias:

adegas, moagem de cereais e fabrico de azeite. A utilização do vapor nas actividades industriais de natureza fabril era um fenómeno raro.

Tabela 1.15. Tipos de empresas proprietárias de geradores e recipientes a vapor nos distritos de Évora e de Beja, 1901-1903.

Tipo de empresa	No.
Herdades e explorações agrícolas	25
Fábricas de moagem	24
Lagares de azeite *	5
Depósito de palha	2
Adega	2
Fábricas de cortiça	1
Oficinas de serralharia e fundição	1
Empresa de debulhas mecânicas	3
Total	62

* (não inclui herdades com lagares)

Fonte: Portugal, 1905 (cálculos nossos).

Tabela 1.16. Aplicações em trabalho de geradores, recipientes e motores a vapor nos distritos de Évora e de Beja, 1903-1904.

Aplicações em trabalho	No. de geradores/ aplicações
Debulha de cereais	62
Debulha e vários usos agrícolas	11
Lavoura e debulha	5
Fabrico de azeite	9
Enfardamento de palha	6
Adega, todas as operações	4
Preparação de cortiça e fabrico de rolhas	2
Moagem	34
Fabrico de gás (iluminação)	1
A actuar em máquinas operatórias	1
Serrar pedra	1

Nota: O número maior de geradores no total deve-se ao facto de um mesmo gerador ter mais de uma utilização.

Fonte: Portugal, 1905 (cálculos nossos).

Já no que respeitava à comercialização dos produtos da grande exploração, esta era feita, com frequência, directamente ou através de sociedades nas quais se contava com a capacidade comercial dos sócios. A Francisco Cabrera & Irmãos, por exemplo, não

passava duma sociedade familiar, constituída em 1889 entre irmãos para a “compra e venda de géneros, cereais, vinhos e aguardentes, azeites e exploração das propriedades rústicas e urbanas pertencentes aos sócios” (ACRP/E1). Apesar disso, operava em Évora como uma empresa comercial que contava com fábrica de moagem. A Thomas Reynolds & Companhia, formada com apenas 200 mil réis, associava os irmãos de origem britânica, Thomas e Roberto Reynolds, grandes proprietários em Estremoz, a José Luís e Joaquim Domingos de Matos Fernandes, de Évora, apenas para a comercialização de cereais. Noutros casos, as sociedades resultavam directamente da morte do fundador que ligara o negócio por grosso à acumulação de propriedade fundiária como sucedia, por exemplo, na Mira Calhau & Irmão e na António Simões Paquete & Cia. L.da (ACRP/E1).

Por outro lado, a capacidade de oferta concentrada de produtos primários que a grande propriedade permitia e, sobretudo, a posição de credor em que por vezes os proprietários se encontravam, constituía uma porta de entrada para o comércio regional. Assim, por exemplo, na Torres & Almeida, sociedade constituída em Évora em 1894 para a “exploração da compra e venda de farinhas, cereais, azeites, vinhos e outros quaisquer artigos”, João Barreiros de Torres Vaz Freire entrava com 5 contos em dinheiro colocados em conta corrente no Banco do Alentejo e o negociante Augusto César de Almeida com o valor do saldo da firma àquela data.⁴⁰ O mesmo se passou na José Romão & Cia e na José Carlos Abelha L.da onde participaram respectivamente A. C. Potes Cordovil e Raul Queimado de Sousa.

A análise das sociedades comerciais registadas em Évora ignora naturalmente a participação de grandes proprietários em iniciativas comerciais sedeadas em Lisboa, as quais certamente seriam importantes (tabela 1.17).

⁴⁰ A sociedade foi registada somente a 27-4-1903. No acto de dissolução por morte de Freire estiveram o comerciante Augusto César de Almeida, a viúva, o Banco do Alentejo, o Dr. Francisco Eduardo de Barahona Frago, quatro firmas lisboetas representadas por António de Mira Calhau. O activo passou para o sócio Almeida que ficou com a dívida do casal e com o passivo da sociedade. A viúva cedeu todo o activo em bens imóveis, papéis de crédito e outros que Freire tinha na sociedade. Os valores eram constituídos por acções nos dois bancos da cidade, casas em Évora e Evora-Monte no valor de 3,7 c. Recebeu em troca, de Almeida, 3,2 c. O banco do Alentejo isentou o casal do contrato de crédito firmado em 1900 com o valor em 12 contos.

Tabela 1.17. Sociedades constituídas em Évora para a venda de cereais, 1889-1927

Data	Capital	Sócios	Designação	Duração
1889	49.6	Francisco Augusto Cabreira e seus irmãos	Francisco Cabrera & Irmãos	1
1894-1903	6.3	João Barreiros de Torre Vaz Freire e Augusto César de Almeida, negociante	Torres & Almeida	5
1908-1920	75.5	António e José Simões Paquete, comerciantes de Évora	António Simões Paquete & Companhia	7
1906	0,2	Thomaz Guilherme Reynolds, Roberto Luís Reynolds, José Luís de Mattos Fernandes e Joaquim Domingos de Mattos Fernandes	Thomas Reynolds & Companhia	1
1918-1922	20.0	Amílcar Fernandes e Silvestre Baptista	Fernandes & Baptista Lda.	1
1920-1925	46.0	Os dois sócios	Mira Calhau & Irmão	1
1922	40.0	Leonardo António Caeiro, Francisco António Caeiro e José Moléro	Sociedade Comercial e Industrial Limitada	1
1922	100.0	Francisco Severino Godinho, António José Godinho, António Gomes Nascimento, comerciantes	Godinho & Namorado Limitada	1
1924	140.0	António Cory Potes Cordovil e a firma José Romão & Companhia (Sucessores)	José Romão & Companhia Limitada	1
1926	60.0	Raul Queimado de Sousa e José Carlos Abelha.	José Carlos Abelha Limitada	1
1927	50.0	3 sócios comerciantes: Alfredo José de Mira, Geraldo Sá Mesquita e outro	Mira & Mesquita Limitada	1

Legenda: Data (de fundação); Capital (em contos de réis a preços correntes); Duração (Indeterminada ou em número de anos).

Fonte: ACRP/E1

A participação em actividades industriais a jusante da lavoura fez-se frequentemente através de empreendimentos que associavam lavradores e proprietários a comerciantes e industriais. Esteve neste caso a Sociedade Alentejana de Moagem L.da, constituída em 1917 com um capital de 120 contos por José Miguel de Almeida, Manuel Dias Rodrigues Descalço e Custódio José Caeiro. Em 1921 constituiu-se com um capital de 300 contos a Moagem Eborensis Limitada para a “exploração da indústria da moagem, podendo fabricar massas, bolachas e panificação”. A iniciativa foi dos negociantes eborenses José Antunes Soares e António Ferreira de Sousa, os quais entraram com os

bens da Mercantil Alentejana e captaram o interesse dos lavradores para o empreendimento.⁴¹

A par destas sociedades em que estiveram envolvidos um número restrito de indivíduos, encontramos outras onde participaram praticamente quase todos os grandes nomes locais. Foi este o caso da Adega Regional do Alentejo, constituída em 1902 para a exploração de adegas regionais com um capital de 30 contos de réis distribuído por 59 sócios. Entre os seus directores e fundadores encontramos o Visconde da Ervideira, Miguel e José Joaquim de Matos Fernandes, António Torres Vaz Freire, Joaquim de Oliveira Fernandes, Tiago Eleutério de Soure, o engenheiro e proprietário Adriano Augusto da Silva Monteiro, Basílio Simões Paquete, Manuel Alves Branco, Francisco Eduardo de Barahona Fragoso, José António de Oliveira Soares, Júlio Víctor Machado, José Albino da Silva Moreno, Cândido Ferreira da Mata e Augusto José Ramos⁴². A iniciativa, liderada pelas elites eborenses, deve ser entendida no âmbito da actuação governamental para fazer face ao excesso de produção vinícola e ao ambiente de contestação que, desde os finais década de 1880, vinha dando expressão política à *crise agrícola*. Deste modo, as adegas regionais, criadas pelo decreto de 14 de Junho de 1901, não eram mais do que um segundo grupo das Adegas Sociais, que visavam estabelecer métodos de vinificação aperfeiçoada e tipificada, obtendo para tal o auxílio do Estado.⁴³ Estas adegas não podiam operar como sociedade vitícolas pois a sua acção estava limitada ao processamento mediante a aquisição de matéria-prima. O apoio do Estado traduzia-se na isenção de contribuição industrial e de direitos de importação sobre equipamentos de vinificação, cedência de mestres de adega pagos pelo Estado (Santos,1904: 98 e ss.). Com esta iniciativa, o governo permitia a constituição de uma adega regional em cada uma das 8 regiões vinícolas definidas, podendo o governo, no entanto, permitir a constituição de duas adegas numa região, se noutra esta não fosse criada. Podemos então pensar que, neste contexto, esta iniciativa visava garantir um espaço no mercado nacional para o vinho alentejano, um negócio que interessou aos capitalistas eborenses.

⁴¹ Arquivo Distrital de Évora, Notário Martinho Pedro Pinto Bastos, escritura de 3-08-1921 (livros de notas). Está fora do nosso objectivo aqui traçar, mesmo em breves linhas, a atribulada história desta iniciativa.

⁴² Arquivo Distrital de Évora, notário J. M. Pinto em 26-07-1902, livros de notas.

⁴³ A primeira proposta para a criação das Adegas Sociais data de 1892 (decreto de 30/9/1892) e enquadrava-se na modalidade tomada por Pedro Víctor da Costa Sequeira para articular a produção e o comércio vinícola e promover a unificação dos processos de vinificação e dos tipos de vinho regionais (Comissão Promotora do Comércio de Vinhos e Azeites).

Outra iniciativa que igualmente visaria o processamento *em grande* de produtos da terra, teria lugar já depois da Grande Guerra, em Março de 1920, quando se constituiu a Companhia Portuguesa de Preparação de Carnes (Limitada), com o capital formado por 20 mil acções de mil escudos cada²⁷. O seu objectivo era industrializar o fabrico da carne de porco que, assim se esperava, seria vendida em todo o país e exportada. Entre os fundadores, sócios principais e directores do empreendimento encontramos Luís Coutinho Borges de Medeiros, Marquês do Faial e Duque de Palmela, José Albino da Silveira Moreno, António Bernardino Ferreira, José Correia Botelho Castelo Branco, Francisco de Barahona Fragoso e Mira, António da Silva Monteiro, Gabriel Vitor Bugalho Pinto, Francisco Cordovil Brito Vaz Coelho, Leovagildo Quirino Queimado de Sousa, Joaquim Plácido Duarte Silva, Manuel Lobo d'Ávila Lima e José Perdigão de Carvalho (Conde da Ervideira).

Além destas iniciativas, mereceu interesse a actividade seguradora como atesta a constituição, em 1915, da Sociedade Alentejana de Seguros “A Pátria”, com um capital autorizado de 500 contos²⁸. Neste caso, a preocupação prioritária com o seguro agrícola que permitia libertar a terra do crédito hipotecário foi uma porta de entrada para um novo ramo de actividade. Para além do investimento na actividade bancária e nos seguros, os capitais regionais interessaram-se também pelo tabaco, um comportamento em que as elites locais não mais faziam do que reproduzir (nas devidas proporções) um “modelo” de acumulação que vinha de Lisboa. Entre estas sociedades destacamos a Machados & Ramires (1894) que ligara os negociantes e proprietários eborenses

²⁷ Arquivo Distrital de Évora, notário José Domingos Mariano, livros de notas em 1 de Maio de 1920. A 18 de Novembro de 1921 foi registada a alteração nos estatutos. A sede social passou para Lisboa mas sede da fábrica ficou em Évora. Passa a S.A.R.L., reforça o capital social e entram novos accionistas (Burnay e Pinto & Sotto Mayor, entre outros).

²⁸ Escritura pública em 5-12-1915 no livro de notas de Martinho Pedro Pinto Bastos (Arq. Distr. Évora). V. tb. *Notícias de Évora*, 4.476; *Comércio do Porto*, 282, 8-12-1915; *Diário de Notícias*, 17.990, de 8-12-1915 e, finalmente, o *Diário do Governo*, III série, 285, 9-12-1915. Entre os sócios encontramos grandes proprietários, lavradores, negociantes e industriais como se pode verificar pela lista dos nomes dos corpos gerentes: José António de Oliveira Soares, Miguel José de Matos Fernandes, João da Costa Lobato, Armando Areu, Artur dos Santos Pereira da Costa, José Gomes Severino, António de Torres Vaz Freire, José Eduardo Calça e Pina da Câmara Manuel, Manuel Dias Rodrigues Descalço, Luís da Costa Campos, José Maria Piteira Queiroga, Francisco José Chaveiro Calhau, Alfredo Augusto Cunhal, José Celestino R. Formosinho, Francisco de Brito Cordovil Vaz Coelho, António Joaquim Caeiro, Berardo Martins Andorinho, António Ferreira de Sousa, entre outros. Veja-se também a notícia na *Ilustração Alentejana*, ano I, 1, Maio de 1925, “A sociedade Alentejana de Seguros A Pátria”.

Francisco de Oliveira Ramires, Júlio Victor Machado e seu irmão Júlio Machado.⁴⁶ Em 1905, o estabelecimento da Praça do Giraldo girava pelo nome de Ervideira & Marçal e era representado pelo Conde da Ervideira e por José Lopes Marçal, indivíduos que tinham fortes interesses no Banco do Alentejo e que apareciam, em Évora, como agentes da Companhia de Tabacos de Portugal. Em 1923, a firma tinha um capital de 60 contos e nela tinham entrado Manuel Faustino Rodrigues e o comerciante Augusto de Jesus Gomes Leal.

Outra iniciativa notável teve lugar, em 1912, quando se quis criar a Companhia Edificadora Eborensis de Prédios Urbanos. A sociedade anónima foi registada com um capital social de 2 contos, dividido em 4.000 acções de 500 réis cada uma e submetidos à subscrição pública. Visava satisfazer as necessidades de expansão da cidade através da construção de prédios urbanos “segundo os tipos adoptados pela companhia, podendo vendê-los, rifá-los ou explorá-los por conta própria esses mesmos prédios, não podendo a exploração ser por tempo superior a 10 anos” (ACRP/E1 - 1989-1926, fl. 94). Os materiais de construção e os terrenos seriam adquiridos em hasta pública. Finalmente, não podemos deixar de referir o precoce interesse pela indústria da electricidade, com a formação da Companhia Eborensis de Electricidade em 1905 na sequência do contrato alcançado com a Câmara Municipal, iniciativa em que participaram o capitalista José António de Oliveira Soares, José Estevão Cordovil, o comerciante de Lisboa José Ribeiro Cardoso e o engenheiro Maximiano Gabriel Apolinário⁴⁷.

Voltaremos a este assunto no capítulo que destinámos à análise em profundidade das sociedades capitalistas. Nele mostraremos que a participação do capital fundiário e mercantil estender-se-á à exploração de pedreiras, ao imobiliário, ao negócio das edificações urbanas, às reparações de máquinas, à produção de rações para gado, aos motores e ao comércio automóvel. Esta diversidade de investimentos, perceptível ao longo dum vasto período temporal, contrasta com a imagem monolítica e incapaz, em termos empresariais, duma “oligarquia agrária” alentejana. Ela não deixa, no entanto, de defender que a terra continuou a constituir o elemento central de acumulação e de orientação estratégica do investimento.

⁴⁶ Substituiu a Machado & Irmão. Victor Júlio Machado saiu da sociedade em 3.Mai.1903 ficando apenas Francisco Luiz de Oliveira Ramirez. O Conde da Ervideira e o Dr. José Lopes Marçal ficaram com o trespasse desta casa.

⁴⁷ Já depois de termos escrito estas linhas tomámos conhecimento do estudo de Ana Cardoso Matos sobre a electrificação de Évora, ainda no prelo (Matos, 2001).

1.5. Conclusão

A descrição que fizemos do tecido industrial eborense no último terço de Oitocentos enfatizou o seu carácter predominantemente pré ou proto-capitalista. Estreitamente dependente da economia agrária mercantil, a actividade industrial não parecia capaz de interessar os grandes capitais. É então na esfera do grande negócio (agricultura capitalista, banca, seguros, tabacos, grande comércio de “exportação”) que devemos concentrar a nossa atenção.

Tal como outros já salientaram, a *crise agrícola* acompanhou a modernização da empresa agrícola. A evolução nas duas primeiras décadas do século caminhou ainda no sentido da constituição de empresas industriais a jusante da lavoura, onde se revelou a participação de um número significativo de membros das elites regionais. Este fenómeno, que marcou as primeiras décadas do século XX, foi representado entusiasticamente na *Ilustração Alentejana*, nas vésperas da Ditadura Militar, e no *Álbum Alentejano* no início dos anos ‘30.³¹

Só excepcionalmente as iniciativas que visaram reforçar a posição dos lavradores tomaram a forma de cooperativas agrícolas. Entre estas constitui um caso isolado a União Vinícola e Oleícola do Sul, constituída em 1892 por destacados membros da elite de Viana do Alentejo³². Efectivamente, o movimento cooperativo ficaria quase

³¹ *Ilustração Alentejana*, ano I, nº 2, “A Grande Fábrica Aliança, L.da. de Arraiolos (de Joaquim Franco, lavrador da região, José Maria de Brito Rosado, agricultor, José Jerónimo da Costa Amaral, veterinário, José Vieira Lizardo, farmacêutico, António Vieira Lizardo, telegrafista, Isidoro Nascimento Carvalho Pequito, antigo empregado ferroviário e Eduardo Vieira Lizardo, o gerente). *Idem*, ano II, 3, 1927, “Moagem e electricidade de Estremoz”; ano III, 4, Julho de 1927, “A Sociedade Industrial Ceres Lda”, “A indústria de moagem no Alentejo. A grande fábrica de moagem em Reguengos da firma João Patrício Álvares Ferreira, Lda”, etc.

³² O requerimento de inscrição da cooperativa foi apresentado em Évora 09-12-1892 pelo proprietário António Gomes Ramalho, em nome de António Isidoro de Sousa, do Alvito, António Bento Araújo (bacharel) e dos vianeneses José Leonardo da Silva Carvalho, José Alberto Guerreiro, Joaquim António de Carvalho (padre), Eduardo Máximo Fragoso, Rodrigo Nobre Gusmão, João António Mendes, Joaquim Manuel Silveiro. Tinha na altura apenas 10 sócios. Para se ser sócio era preciso ser proprietário, capitalista ou cultivador na região agrícola do Baixo Alentejo e ser aprovado pela direcção da sociedade. A jóia era 1.000 réis e a cota mensal 200 réis (ACRP/E1). Veja-se também o estudo que lhe dedica João Santana de Sousa, 1993.

identificado com um cooperativismo de consumo de raiz operária ou popular.⁵⁰ A razão para tal parece ter estado ligada à acção de várias ordens de factores, entre os quais teria pesado um certo grau de controlo governamental e a dificuldade dos grupos de elite em encontrar mecanismos para garantir a direcção destas organizações pela sua própria natureza. Outro factor, apontado por contemporâneos, estaria ligado à acção desenvolvida pelos sindicatos agrícolas que, na sua actividade regular, prestavam serviços aos sócios para a aquisição em comum de adubos, máquinas e alfaias, negociavam tarifas ferroviárias favoráveis, etc. De forma eficiente, chegavam a “assegurar aos produtos agrícolas uma venda e escoamento regular e remunerador” (Santos, 1902: 20; cf. Bernardo-1997). Se este último aspecto não é claro para os casos que conhecemos no Alentejo (Évora, Beja, Montemor e Estremoz), já o primeiro está abundantemente documentado na imprensa regional da época. Deste modo, a actividade associativa que mais poderia interessar aos grandes constituía um espaço que estaria já preenchido, no essencial, pelas instituições saídas do movimento agrário dos finais de Oitocentos (Guimarães, 1999^a).

Assim, seria apenas nos anos início dos anos '30, já em ambiente corporativo autoritário, que medraram algumas iniciativas desta natureza. Entre estas encontramos, em 1932, as cooperativas agrícolas da Graça do Divor, do Escoural e de Viana do Alentejo (DG, II, 76, 1.Abr.1932).

Nos anos '40, o carácter capitalista destas cooperativas seria reforçado ao assumirem, na sua constituição, que o seu capital social era dividido pelos accionistas (*sic*). Ao mesmo tempo, estas cooperativas ficavam integradas na estrutura corporativa. Assim, a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Évora foi constituída em 1949 pelos agricultores e possuidores de vacas leiteiras agremiados. Formada com um capital social de 45 contos, tinha por finalidade “*promover a venda do leite das vacas dos seus associados e sua transformação em manteiga, queijo e outros produtos*” e funcionava em anexo ao Grémio da Lavoura de Évora e de Viana do Alentejo. Em 1960, a Cooperativa Agrícola e Pecuária Estrela Eboreense, Limitada foi criada para a “aquisição

⁵⁰ Entre estas iniciativas destacamos a Cooperativa Operária de Consumo Azarujense (1913), a Cooperativa de Consumo de Trabalhadores Rurais de Alcáçovas (1913), a Cooperativa Popular Eboreense Lda. (1920), a Cooperativa dos Empregados da Sociedade Alentejana de Seguros «A Pátria» (1927). Nos dois últimos casos estamos longe de estar perante um cooperativismo de base, tal como se percebe pela lista dos fundadores da Popular Eboreense: 1 reitor do liceu; 1 funcionário da Câmara; 2 chefes de polícia; 1 alfaiate; 1 proprietário; 1 tesoureiro da CGD; 1 secretário da Câmara; 1 capitão do exército; 1 funcionário público, todos de Évora e todos vítimas da inflação nos preços.

de carnes e gados para venda aos seus associados segundo a determinação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários” (ACRP/E2).

Por outro lado, a participação da elite fundiária no negócio dos tabacos, na banca regional, na actividade seguradora, na construção e no grande comércio reforça a ideia de que o seu comportamento foi pautado por critérios de natureza capitalista. Salientemos, no entanto, o desfecho infeliz que teve a história de muitos destes empreendimentos. As maiores iniciativas desencadearam-se num contexto marcado por um ambiente fortemente inflacionista e por dificuldades de aquisição de máquinas no exterior. Talvez por isso, iniciativas importantes, como a Sociedade Alentejana de Moagens que instalou a Fábrica dos Leões, depressa acabaram nas mãos de industriais sem raízes locais, como a família Alvarez.³⁴ O mesmo se passou na Companhia de Preparação de Carnes que, ao elevar o capital social dos 2 para os 4 mil contos, viu entrar como maiores accionistas Cândido SottoMayor (com 900 contos !) e o banco Pinto & Sotto Mayor (com 940 contos !).³⁵ Por razões que ainda desconhecemos, a fábrica desta sociedade, depois sediada em Lisboa, nunca chegou a funcionar.

Contudo, o fracasso destas grandes iniciativas acompanhou o movimento no sentido da “industrialização” dos produtos da grande lavoura do sul operada no seio da empresa agrícola ou em estreita articulação com ela. Cremos que este movimento, visível na multiplicação das modernas moagens e lagares regionais no início dos anos ’20, impôs a necessidade da regulação do mercado dos produtos agrícolas, se não contra os interesses industriais, pelo menos à margem da liberdade dos mercados que dariam vantagem à indústria moderna e aos processos de concentração. Nesta perspectiva, o corporativismo vinha, como doutrina e em nome duma moral superior, corroborar esta necessidade de salvaguardar a posição dos “produtores”.

∴

A análise do “cruzamento” dos interesses agrícolas com os interesses comerciais e industriais, realizada a partir das fontes fiscais, revelou uma participação desigual das elites fundiárias. Apesar disso, é possível identificar o grupo dos maiores contribuintes

³⁴ Em 19 de Agosto de 1920, os industriais moageiros radicados em Lisboa Eugénio Alvarez e Manuel Rivera Alvarez, por escritura de 3.8.1920 (Pinto Bastos, Évora) ficam com a sociedade que instalou a Fábrica dos Leões) A 11 de Maio de 1921, por escritura de 31.3.1921 (notário José Peres Noronha Galvão) aumentavam o capital para 800 contos.

³⁵ O registo da alteração dos estatutos com a elevação do capital social é feito apenas 2 meses depois do primeiro registo. A escritura de constituição é feita em Évora a 23 de Março de 1920 no notário José Domingos Mariano e a alteração em 1 de Maio de 1920, passando a SARL e duplicando o seu capital que passou para 4 mil contos (Veja-se ACRP/E1).

industriais com os grandes negociantes e proprietários radicados em Évora, entre os quais sobressaem alguns indivíduos com protagonismo no arranque de empreendimentos comerciais e industriais situados a jusante da esfera agrícola.

Por outro lado, embora consigamos identificar alguns *estabelecimentos industriais*, no seu conjunto este sector estava ainda dominado pelo artesanato e por relações de produção pré-capitalistas, como eram o trabalho à maquia e a feítio, e nesta medida não constituía um campo de interesse privilegiado para o investimento capitalista. Na perspectiva regional, foi o grande negócio de exportação (de cereais, cortiças, vinhos, lãs, azeites e gado) e a área financeira (bancos e seguros) que atraíram os capitalistas.

Estes dois factos que este capítulo, em síntese, tentou estabelecer na linha, aliás, do que outros estudos têm vindo a defender, serão seguidamente confirmados pela análise da constituição de associações capitalistas e dos seus protagonistas que, segundo cremos, contribuirá para clarificar as estratégias de negócio delineadas num período crucial de transformação da lavoura alentejana.

2. As associações capitalistas eborenses e o seu papel: actores, áreas de negócio e ritmos de formação (1889-1960).

2.1. Introdução

A análise comparada das fontes fiscais e das matrizes prediais eborenses dos finais do século XIX revelou uma elite fundiária heterogénea sob o ponto de vista da sua participação nos negócios exteriores à actividade agrícola. Mostrou igualmente a importância da actividade bancária e do grande negócio especulador com os produtos agrícolas. Neste contexto, os grandes negociantes surgiam também como grandes proprietários fundiários que aliavam o comércio à exploração da terra, constituindo-se como grandes lavradores e/ou disponibilizando terra para arrendamento. Mostrou-se que o dinamismo da grande agricultura capitalista, aquela que estava a aplicar a força do vapor e dos motores na produção, contrastava em larga medida com o que se estava a passar noutras áreas de actividade. A indústria regional continuava marcada pelo domínio do artesanato e pelas actividades de *serviço* à agricultura. Uma actividade dependente e subordinada a esta, portanto. Ao mesmo tempo, evidenciou-se a relativa estreiteza do comércio local e a sua escassa especialização, algo a que não terão sido alheias as características do urbanismo eborense como a sua pequena dimensão, nível de renda e composição social (cf. Gaspar-1972). Neste contexto, a indústria parecia incapaz de suscitar o interesse privilegiado por parte dos grandes capitais, os quais seguiram as oportunidades suscitadas pelo negócio do dinheiro e do grosso trato. Foi também neste contexto que se equacionou o desenvolvimento da indústria corticeira, como uma actividade subordinada ao grande negócio de exportação.

Neste capítulo, iremos analisar com maior detalhe as sociedades comerciais e industriais constituídas em Évora durante o período compreendido entre 1889 e 1960 na óptica dos interesses que nelas estiveram representados. Com isso identificaremos as áreas de negócio que, em diferentes momentos, emergiram e os seus protagonistas. Saber quais os actores que estiveram por detrás de iniciativas empresariais conjuntas, bem como os interesses constituídos e o seu destino apresenta-se como o essencial deste exercício que não pode deixar de considerar igualmente o contributo dessas sociedades impresso no tecido económico da região. Por isso, para além de nos interessarem as

questões relativas à sua forma constitutiva bem como ao papel desempenhado pelas relações de parentesco, não deixámos de atender aos movimentos de criação e de extinção, à sua demografia e de procurar uma periodização

2.2. O registo comercial e o seu significado. Tipos de sociedades registadas.

Durante todo o período em análise, a regulação jurídica dos actos relativos às sociedades regeu-se pelo Código Comercial de 1888 (carta de lei de 28 de Junho), o qual viera substituir o Código de Ferreira Borges (1833). O código de 1888 tornava obrigatório o registo comercial nos tribunais de comércio, estando nesse registo compreendido a matrícula dos comerciantes, das sociedades, dos navios mercantes e dos actos que o próprio código determinava (artigos 45º e 46º). A matrícula dos comerciantes era facultativa, mas a das sociedades e a dos navios era obrigatória (artigo 47º). Entre os diversos actos sujeitos a registo figuravam “os instrumentos de constituição e de prorrogação de sociedade, a mudança de firma, objecto, sede ou domicílio social, modificação nos estatutos, reforma, redução ou reintegração de capital, dissolução e fusão, cedência de parte de um sócio em nome colectivo noutrem e, em geral, toda e qualquer alteração no pacto social”(art.º 49º § 5º). Assim, com o novo código a matrícula das sociedades, bem como o registo dos actos fundamentais relativos à sua vida tornou-se obrigatória nas conservatórias das comarcas onde elas estavam sedeadas. A nossa atenção centrou-se, pois, nos livros de inscrição e de matrícula das sociedades do arquivo da Conservatória do Registo Predial e Comercial de Évora (livros ACRP/E1: 1989-1926, ACRP/E2: 1926-1961 e ACRP/C1: 1989-1960).

Entre 1 de Agosto de 1889 e 31 de Dezembro de 1960 foram *inscritas e matriculadas* em Évora 319 sociedades e *registadas* (por existirem anteriormente ao momento do seu registo) outras 13.¹ Em que medida esta fonte representa efectivamente o universo das iniciativas societárias constituídas em Évora? A sondagem que fizemos sobre os registos notariais da cidade no período 1889-1890 e 1919-1921 não revelou diferenças significativas entre as sociedades aqui registadas e aquelas que aparecem nos livros da conservatória comercial. Embora o registo notarial não desse lugar

¹ A inscrição era um acto provisório e deveria dar lugar à matrícula num prazo de seis meses (V. artº 55º do Código Comercial de 1888). Fez-se por isso o confronto entre os livros ACRP/E1-E2 e ACRP/C1. Considerámos como registo aquele que era feito para os casos em que (1) a sociedade já existia à data da promulgação do novo código, (2) foi feito sobre uma firma comercial em nome individual ou (3) se verificou existir um hiato largo entre a data de constituição e a de registo.

imediatamente à inscrição, as sociedades que acabaram por vingar na área comercial e industrial foram, mais cedo ou mais tarde, matriculadas. Para tal terá contribuído não apenas as necessidades correntes resultantes da sua actividade (cedência de cotas, credibilidade, regulação dos interesses entre as partes constituintes, etc.), como as diferentes operações e relações, nomeadamente com o próprio Estado, que exigiam a matrícula.⁵⁴ Sob este ponto de vista, esta fonte é válida embora apresente alguns problemas de representação e de agregação, o primeiro dos quais diz respeito à delimitação do universo geográfico representado. Vejamos então a sua distribuição no espaço regional.

A esmagadora maioria destas sociedades (297) estavam sedeadas em Évora. Fora da cidade, as localidades mais importantes representadas foram Viana do Alentejo (13) e Azaruja (10). Em Viana, as maiores sociedades foram constituídas para a exploração da indústria da moagem. Entre elas figurava a Moagem Vianenense Limitada, constituída em 1924 com um capital de 190 contos pelas duas grandes firmas comerciais da vila, a J. A. Direitinho & Filhos Limitada (cota de 60 contos) e a Rodrigo Massapina Limitada (80 contos), Leonardo dos Reis Baião (40 contos) e outro grande proprietário de Viana, Manuel Joaquim Fialho. Outra sociedade moageira, a Vasques Fadista Limitada, foi constituída por Joaquim Vasques Fadista e os seus dois filhos, na altura já casados e industriais em Viana. Ela combinava “a moagem de cereais e lagar de azeite e respectivo comércio” e o seu capital estava representado pelos pertences da Fábrica denominada «Moinhos de Santo António».⁵⁵ Finalmente, a Baião (Irmãos) Limitada foi registada como moagem de ramas em 1941 pelo negociante Joaquim dos Reis Baião e seus irmãos, identificados como proprietários⁵⁶. Tal como a Vasques Fadista, tratava-se de uma sociedade constituída para regular relações familiares sob o património comum

⁵⁴ Por exemplo, para se poder pagar a contribuição industrial era exigida prova de matrícula da sociedade e o mesmo se passou com alguns comerciantes, tal como ficou declarado no acto de registo do comerciante de móveis Francisco J. C. Zambujo em 26-08-1905, cuja actividade remontava a 1904 ou da sociedade Rodrigues & Peleiro em 12-05-1910 (actividade que data de 28-10-1909) consideradas como formalidades do artigo 47 do regulamento de 15 de Novembro de 1888 da contribuição industrial e artigo 51 do código comercial. A § 1º do artigo 51 era clara: “quando qualquer comerciante obtenha a matrícula e não esteja inscrito na matriz da contribuição industrial, o secretário do tribunal dará parte ao respectivo escrivão da fazenda.”

⁵⁵ Todas as referências sobre sociedades apresentadas no texto, a menos que haja indicação em contrário, reportam-se aos registos, averbamentos e transcrição de documentos nos livros ACRP/E1-E2 e ACRP/C1.

⁵⁶ Escritura em Lisboa, 3 de Setembro de 1941 (Maia Mendes notário).

preexistente⁵. Mais tarde, os irmãos Baião surgem como industriais que exploram a Saboaria Baião Limitada, registada apenas em 1948 com um modesto capital de 20 contos, quando se fez uma cedência de cota.

As outras sociedades vianenses dedicavam-se ao comércio em geral ou combinavam a propriedade fundiária com a indústria e a distribuição. A Rodrigo, Massapina Limitada (1924-1948), constituída com um capital de 120 contos, tinha por objecto “qualquer ramo de comércio ou indústria” e nela estavam Álvaro e Henrique Teles de Passos, residentes em Lisboa e o negociante Rodrigo Pimenta Massafina, de Viana. A J. A. Direitinho & Filhos Limitada era uma sociedade familiar que combinava a “exploração de prédios, comércio de indústria (sic) e comércio de cortiça”⁶.

Outras sociedades vianenses de pequena dimensão estavam orientadas para a satisfação das necessidades locais. Era o caso de Duarte Mendes Piteira e comandita (1912-1914) criada para resolver os problemas financeiros de um dos sócios como “mercearia, fazendas de lã, algodão, cereais, ferragens, drogas, etc.”, da Pereira & C.ia. (1914), constituída com um capital de 5 contos, que fazia o “comércio de fazendas e géneros” ou da Fadista & Capelo Limitada (1937), com um capital de 6 contos e que tinha por objecto o “comércio de mercearias e fazendas”.

Como seria de esperar, na Azaruja predominavam as sociedades de tipo familiar constituídas para o “comércio, fabrico e preparação de cortiças”, entre as quais sobressaem as da família Pais (Viúva de Manuel Pais, Filhos & Companhia, 1918; António Pais & Cia. Lda., 1920; Casas, Moraes & Pais, sendo esta última a maior, com um capital de 400 contos de 1922), Ferrão Tique & Companhia Limitada (1948) e a Sociedade de Cortiças Azarujense Limitada (1951)⁷.

As restantes povoações representadas no registo comercial de Évora foram: Alcaçarias (1), Alcáçovas (2), Boa-Fé (1), Estremoz (2), Montemor (1), Montoito (1), Odivelas (1), S. Miguel de Machede (1) e São Sebastião da Giesteira (1). Nelas

⁵ Em breve esta sociedade mudaria de mãos. A 6 de Dezembro de 1944 a sociedade passou a denominar-se Sociedade Comercial e Moagem Limitada, passando para António Fernandes Piçarra Cabral e Joaquim Máximo Viegas, proprietários de Viana.

⁶ Dela faziam parte José António Direitinho, a sua mulher e filhos, todos residentes em Viana, com excepção de um deles que residia em Lisboa. O pai é designado como proprietário e os filhos como industriais.

⁷ As restantes sociedades dizem respeito à Cooperativa Operária de Consumo (1913 e 1931), ao Sindicato Agrícola (1931) e uma farmácia (1959)

predominam o registo de sociedades agrícolas e de cooperativas de consumo de trabalhadores rurais, iniciativas que aparecem associadas à indústria corticeira. Há, no entanto, excepções que devemos apontar.

Começamos pelas duas sociedades de Estremoz. A Roberto Reynolds & Companhia (1892-1894) foi constituída para a “exploração de qualquer ramo das indústrias agrícola e pecuária, o comércio da cortiça e gados, fabrico de cortiças na fábrica de Estremoz e um qualquer outro comércio” e dispunha de um capital de 124 contos representados por bens, géneros e valores em carteira em Portugal ou em Espanha⁶⁰. A Bertino & Torres (1894-1913) tinha por objecto a “compra e venda de géneros alimentícios, prédios rústicos ou urbanos e todos os géneros comercialmente negociáveis e ainda a exploração de prédios rústicos próprios da firma ou por ela arrendados e empréstimos sobre penhores”. Constituída por dois comerciantes e grandes proprietários locais, José Vitorino de Campos Torres e Bertino Conceição Torres, tinha como capital social 10,7 contos composto por créditos, bens imóveis, móveis e semoventes. Com esta sociedade formalizou-se uma prática corrente da casa que combinava a actividade comercial de produtos agrícolas com a compra e venda de prédios rústicos e urbanos e a sua exploração comercial.

No caso de Montemor, a sociedade apontada era a Adolfo Fernandes Marques & Feliciano (1920) que tinha por objecto a “compra de lenhas para fabricar carvão e compra e fabrico de carvão e comércio deste”. Tratava-se duma associação entre aquele proprietário e comerciante lisboeta e dois comerciantes, Feliciano José Aurélio e Joaquim Marques, residentes em dois montes da freguesia da Boa Fé de Estaco, que entravam na sociedade *com a sua indústria*. Nesta comandita, o primeiro era o sócio capitalista e os segundos administradores da sociedade, sendo os lucros divididos em duas partes iguais.

A escassa representatividade dos registos destes dois concelhos deve ser atribuída ao facto de nos finais do século XIX a área da comarca de Évora ter sido reduzida,

⁶⁰ Tabelião Jorge Camelier (Lisboa), 13.Jun.1892. Sobre os Reynolds veja-se Fonseca-1996^a, 1996b e 1998.

ficando com uma área inferior à do próprio concelho⁹. Por outras palavras, a partir do século XX o registo comercial de Évora deixou de fora áreas tão importantes como Estremoz, Vendas Novas e Montemor o que, no entanto, não diminuiu o papel de Évora como centro de negócios regional (cf. Gaspar-1972). Note-se que a nossa fonte não descreve importantes sociedades que operavam na região de Évora e que geralmente estavam sedeadas em Lisboa. Entre elas destaquemos a Empresa de Explorações Comerciais e Industriais L.da, representada em Évora pelo comerciante Leonardo António Caeiro (1920) que era igualmente procurador da casa comercial e bancária Nunes & Nunes de Lisboa; o Banco Nacional Agrícola e o Banco Colonial e Agrícola Português, dos quais foi agente e procurador José Ferreira Rosa (registos em 1923 e em 1925). Quando abordarmos a actividade industrial teremos oportunidade de identificar outros actores com interesses radicados no exterior.

O segundo problema de agregação refere-se à diferente natureza das sociedades registadas. Para além das sociedades comerciais e industriais, o registo incluía as cooperativas e os sindicatos agrícolas. A tabela 2.1. mostra a distribuição do número de associações registadas em Évora de acordo com os tipos de sociedades que considerámos no período em análise.

Como já tivemos oportunidade de referir no primeiro capítulo a respeito da participação dos interesses fundiários na formação de cooperativas agrícolas, para além da iniciativa isolada de Viana do Alentejo da UVOS (1892), o movimento cooperativo teve dois momentos altos. O primeiro ocorreu no ano de 1932 em Viana e no Escoural ou aparece de algum modo ligado à limitada experiência do regadio na Graça do Divor. O segundo, que data dos finais dos anos '40, esteve ligado ao movimento de “pecuarização” da lavoura alentejana, à transformação de produtos lácteos e da carne bovina ou à comercialização de ovinos (tabelas 2.1, *infra* e B.4. no volume anexo). Funcionando na dependência dos Grémios da Lavoura, estas iniciativas tiveram um forte enquadramento governamental. Em contrapartida, quase todas as cooperativas de consumo foram fundadas antes da I Guerra Mundial sem que estivessem necessariamente ligadas ao

⁹ Disso mesmo se queixava o jornalista e solicitador Gomes Percheiro nas páginas do *Diário do Alentejo* (Évora). Sobre os problemas resultantes dos diferentes critérios que presidiram às divisões do território nacional veja-se Caldas e Loureiro (1966). Segundo notam estes autores, “os aspectos mais flagrantes desta divisão regional especializada consistem na falta de coincidência dos limites dos distritos judiciais com os limites dos círculos judiciais, sucedendo que, alguns destes, reúnem comarcas que afinal pertencem a distritos judiciais diferentes. De igual modo, a divisão judicial revela acentuados afastamentos da divisão administrativa (...)” (pp. 108/9). Para uma análise do problema em perspectiva histórica é útil consultar Silveira (1997), Manique (1989) e Caetano (1935).

movimento social. Trataram-se, por vezes, de iniciativas comandadas por notáveis ou por gente interessada na paz social. Assim, à frente da Cooperativa Eborense (1892) que contava com 50 sócios, aparecia o padre Frederico Vaz Martins e António José Rosado Vitória, facto que nos remete para as preocupações sociais que na época estavam a emergir entre os membros da Igreja e que deram alguma expressão prática ao “catolicismo social”. O mesmo se passaria aliás na Caixa Económica Operária Isidoro de Sousa (1899), em Viana. Já noutro contexto, é igualmente significativa a formação da Cooperativa Popular Eborense Lda. (1920) por indivíduos notoriamente das classes média e média-baixa, gente que vivia dos seus salários e que estava a sofrer imenso com os efeitos da hiper-inflação que então se registava (v. capítulo 1, nota 28). Foram também registados 5 sindicatos agrícolas em dois momentos: um, no início dos anos '20, e outro em 1931 (v. tabelas 2.1. e B4, em anexo).

Tabela 2.1. Distribuição do número de associações registadas em Évora de acordo com o seu tipo (1889-1960).

Tipo	1889-1914	1915-1926	1927-1939	1940-1960	Total
Cooperativa agrícola	1	0	3	3	7
Cooperativa de crédito e consumo	4	1	0	0	5
Sindicato agrícola	0	3	2	0	5
Sociedade agrícola e comercial *	2	1	0	2	5
Sociedade comercial	39	48	34	80	200
Sociedade comercial e industrial	12	21	4	16	53
Sociedade construtora	2	0	1	0	3
Sociedade de instrução	0	0	1	0	1
Sociedade financeira e seguradora	5	1	0	0	6
Sociedade industrial	5	11	3	23	42
<i>Total</i>	70	89	47	124	327

Fontes: ACRP/C1 (1989-1960), ACRP/E2 (1926-1961), ACRP/E1 (1989-1926)

* uma sociedade não indica a data de constituição, duas são apenas sociedades agrícolas e uma é também sociedade financeira.

De escasso significado foi também o número de sociedades que combinavam *directa e explicitamente* a exploração agrícola e o comércio de produtos da terra. Na sua quase totalidade tratavam-se de sociedades familiares e o seu registo parece ter sido motivado por razões que se prendiam com o rumo dos negócios. Embora a empresa agrícola continuasse a manter um cunho fortemente individual, o número de sociedades agrícolas e comerciais registadas aponta para alguma subavaliação, já que é de admitir o registo noutras sedes que não em Évora. A partilha do património fundiário parece assim ter sido a regra presente nos processos de reprodução do grupo, embora sejam conhecidos casos de gestão familiar informal que envolveram a saída de alguns herdeiros

da actividade agrícola¹⁰. Neste quadro, a constituição da Simes - Sociedade Importadora, Multiplicadora e Exportadora de Sementes, em 1958, para a “importação de sementes e plantas seleccionadas, sua multiplicação e exportação” foi uma iniciativa excepcional pela natureza do próprio negócio, porventura pensado como resposta à crise vivida pela lavoura naquele período e na qual participaram alguns grandes proprietários eborenses¹¹.

A maior parte das sociedades registadas (61,5 %) tinha por objecto a actividade comercial, não sendo perceptível qualquer actividade de produção associada. Na maioria dos casos estamos perante pequenas iniciativas orientadas para o mercado da cidade, frequentemente abarcando um vasto leque de produtos. O comércio aparecia como uma actividade especializada quando se ligava ao ofício, como sucedia no caso do comércio de objectos de ouro e prata associado à actividade de relojoaria (reparação), no da alfaiataria ligado à venda de tecidos, ou no da farmácia. Noutros casos, seguia-se uma linha de produtos ou ramo: “quinquilharia e bijutaria”, “comércio de fazendas e retroseiro, modas e perfumaria”, “comércio de mecânica e electricidade, automóveis, máquinas e material agrícola, acessórios para estes, óleos, correias, empanques, etc.”, “comércio de artigos de drogaria, tintas e ferragens”, “comércio de louças e vidros”, “comércio de café e seus derivados, cerveja, restaurante, etc.”, “comércio de livraria e papelaria”, “exploração de cinema, teatro ou qualquer outro género de espectáculo”, etc. Deste modo, a multiplicação de iniciativas deste tipo indicia também alguma sofisticação urbana, à medida que o desenvolvimento tecnológico e a sua difusão acabam por se impor. O desenvolvimento do transporte automóvel, individual e colectivo, o cinema e os negócios do espectáculo, a burocratização e a multiplicação dos objectos industrializados para consumo final “impuseram” novos ramos de actividade que no início dos anos '20 imprimiam já à cidade um carácter bem distinto das vilas rurais.

Em 53 casos (16,2 % do total das sociedades registadas), a actividade industrial surgia “integrada” em empreendimentos comerciais. Estão neste caso as sociedades nos ramos da cortiça (“comércio e indústria de cortiças e seus derivados”), vidros e espelhos, cera, mármore, vinhos, alimentação (“comércio e indústria de torrefação e moagem de cafés, confeitaria, xaropes, licores e destilação em todas as suas formas”), máquinas

¹⁰ É interessante, sob este ponto de vista, o estudo de caso sobre uma família e propriedade em Montemor-o-Novo feita por Conceição Reis (2002). Veja-se também, a título de exemplo, o caso de Aboim Inglês, *infra*, cap. 6.

¹¹ Veja-se a este respeito a posição e análise da situação feita no início dos anos '60 por José Rebelo Raposo (1962) e também Raposo - [1977].

cafés, confeitaria, xaropes, licores e destilação em todas as suas formas”), máquinas (“indústria de serralharia mecânica, reparação de automóveis e de máquinas agrícolas, motores de combustão e de explosão, fundição de bronze, comércio de venda de peças soltas, etc.”) e curtumes (“preparação de curtumes ou cabedais, compra e venda por grosso ou a retalho e exploração das propriedades que pertencem à mesma sociedade”)⁶⁴.

As sociedades industriais propriamente ditas eram menos numerosas. Nelas o comércio resultava directamente da sua actividade. Estavam neste caso as 42 sociedades (12,8 %) constituídas para as indústrias de moagem, de panificação, de fabrico de refrigerantes, vulcanização de pneus ou tipografia. Para além destas sociedades comerciais e industriais, identificámos outras 3 na área das edificações urbanas e 1 para a instrução.

Na área da banca, finanças e seguros houve 6 registos, todos anteriores à Ditadura Militar. O Banco Eborense, constituído em 1875, foi registado primeiro em 1892 com um capital de 1.000 contos, e depois em 1911 em associação à Caixa de Crédito Eborense, SARL; o Banco do Alentejo, criado em 1875, foi registado nessa data com um capital de 1.200 contos; e no ano seguinte foi feito o registo da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo das Alcaçarias. Para além destas sociedades financeiras, destacamos a Anselmo & Guerreiro (1892) com 5 contos para a “compra e venda de moedas de ouro, prata ou cobre, nacionais ou estrangeiras, ou do seu representativo em papel ou troca de quaisquer das referidas espécies”. Constituída sobre o curso forçado do papel-moeda, tal iniciativa não vingou por falta de enquadramento legal. Em 1916, é constituída “A Pátria”, companhia seguradora que estava autorizada a reunir um capital de 500 contos. A partir deste momento não vemos constituírem-se novas casas que negociavam com o dinheiro, embora o número de operadores na cidade não deixasse de aumentar até ao início dos anos ’20⁶⁵.

Finalmente, o terceiro problema respeita à agregação dos valores do capital social e ao seu significado.

A tabela 2.2 mostra-nos a distribuição do capital das associações registadas em Évora de acordo com os tipos que descrevemos durante o período em análise. Como fica patente, esta tipificação atendeu a um duplo critério: por um lado considerou-se a

⁶⁴ Cf. lista completa de sociedades publicada no volume anexo, tabela B.2.

⁶⁵ V. a este respeito a publicidade no *Notícias de Évora* entre 1919 e 1923 e os Anuários Comerciais.

agricultura, imobiliário e finanças) e, por outro, teve-se em conta a sua forma, quando distinta das sociedades capitalistas típicas, como eram as cooperativas e os sindicatos agrícolas.

Por forma a ficarmos com uma ideia mais correcta dos valores representados, fizemos a conversão do capital social declarado em escudos de 1914¹⁴. Estes valores referem-se apenas a novas sociedades, pois não contemplámos nem os aumentos de capital nem as cedências de cotas. A segunda advertência que deve ser feita prende-se com o facto de não podermos identificar estes valores como indicador de novos empreendimentos ou da entrada de dinheiro pronto a ser investido, pois era frequente a constituição de sociedades a partir de outras, nada mais representando, como já vimos, do que a regulação jurídica de interesses familiares ou a entrada dum credor numa sociedade. Por outro lado, as cláusulas que davam aos sócios o direito de opção sobre as cotas contribuía para subestimar o valor real das sociedades. Inversamente, a prática de integrar as dívidas nos activos, procedendo-se a sucessivos aumentos de capital nas sociedades por cotas, afastavam a sua situação legal da realidade. Apesar destes condicionalismos, podemos considerar que, no seu conjunto, esse capital exprimia o valor mercantil das sociedades no momento em que se constituíram.

Apesar das reservas enunciadas é possível tirar algumas conclusões fundamentais. As sociedades “puramente” comerciais representavam cerca de 713,4 contos de 1914 - um volume de capitais pouco superior às que associavam o comércio à indústria (tabela 2.2). E estes dois tipos de sociedades, no seu conjunto, não atingiam o volume representado pelas sociedades bancárias e seguradoras (cerca de 1.200 contos de 1914).¹⁵ O capital das sociedades industriais (236,4 contos) representava apenas 5,4 % do total, quase tanto como as pouco numerosas sociedades agrícolas. Sob o ponto de vista dos capitais constituídos, mais importantes eram as sociedades comerciais nas quais a actividade industrial se integrava de modo dependente (625,8 contos). Neste balanço, o peso das sociedades orientadas para a edificação urbana, tal como as de instrução, mostrou ser bastante reduzido, facto que corresponde à forma limitada como a urbe cresceu. Em suma, no que respeita à associação de capitais durante este período a actividade

¹⁴ Utilizámos os deflacionadores publicados por Nuno Valério (2001, I: preços).

¹⁵ Não se consideraram aqui os sucessivos aumentos de capital ao longo do período 1889-1960. Os valores das sociedades financeiras foram registados de acordo com o capital autorizado e representavam em 1914 2.593 contos, um valor muito acima da realidade.

comercial foi largamente predominante, sendo de salientar o peso das iniciativas bancária e seguradora nesse conjunto.

Tabela 2.2. Distribuição do capital das associações registadas em Évora de acordo com o seu tipo (1889-1960).

Tipo	1889-1914	1915-1926	1927-1939	1940-1960	Total
Sociedade financeira	[1.200,0]	365,0	-	-	1.565,0
Sociedade agrícola	158,0	33,0	0,0	9,8	200,7
Sociedade comercial	239,0	164,3	81,1	213,5	713,3
Sociedade comercial e industrial	104,6	481,4	11,0	28,7	625,8
Sociedade industrial	50,6	142,2	2,0	41,6	236,4
Sociedade construtora	11,5	-	-	15,6	27,1
Sociedade de instrução	-	-	0,4	-	441,0
<i>Total</i>	<i>1.738,7</i>	<i>1.187,7</i>	<i>94,5</i>	<i>341,9</i>	<i>3.809,3</i>

Fontes: ACRP/C1 (1989-1960), ACRP/E1 (1989-1926) e ACRP/E2 (1926-1961), cálculos nossos. Valores em contos de 1914.

Notas: a classificação das sociedades segundo o seu tipo foi realizada de acordo com o objecto expresso na sua constituição. Os valores relativos às sociedades financeiras foram estimados a partir do capital dos dois bancos da cidade constituídos em 1875 (v. capítulo 7, *infra*).

Uma análise em diacronia revela grandes disparidades na formação do capital societário no período 1889-1960. A partir da Ditadura Militar nota-se uma enorme quebra, terminando um ciclo de grande expansão. De um total de 86 sociedades avaliadas em perto de 1.200 contos de 1914 entre 1915 e 1926, caiu-se, no período seguinte, para cerca de metade (46) que foram avaliadas somente em 94,5 contos (tabela 2.2).

A I Guerra Mundial abriu um ciclo de crescimento que ficou marcado pela multiplicação das iniciativas que associavam o comércio à indústria. As sociedades comerciais e industriais (21 num total de 86), somaram 481,5 contos de 1914, ou seja, 40,5 % do total das sociedades constituídas nessa época. Esse dinamismo é igualmente confirmado quando se atenta nos registos de elevação de capital social. Das 35 sociedades que aumentaram o seu capital social, 12 fizeram-no neste período, sendo esse valor superior a 1.600 contos de 1914. Se tal seria de esperar numa época tão fortemente marcada pela inflação como foram os primeiros anos '20, já o mesmo não sucederá mais tarde, nos anos '40, quando novamente se assiste a uma elevação nos preços, desta vez muito mais moderada (cf. série de Valério-2001:637-638).⁶⁸ Até aos anos '60, 19 sociedades elevaram o seu capital, mas esse valor cifra-se em apenas 895,6 contos de

⁶⁸ Para uma análise do período e da problemática em torno da inflação vs. Crescimento económico veja-se o contributo de Bessa (1988).

1914. Efectivamente, a recuperação registada a partir dos anos '40 (124 novas sociedades) foi ligeira (se considerarmos o volume de capital) e assentou sobretudo no pequeno comércio, como iremos descrever mais adiante.

Tabela 2.3. Distribuição das sociedades registadas em Évora segundo o volume do capital social declarado (1889-1960)

Dimensão (contos)	1889-1914	1915-1926	1927-1939	1940-1960
até 1	20	21	30	64
> 1 <= 2	12	25	10	35
> 3 <= 5	15	19	4	9
> 6 <= 10	8	14	1	7
> 11 <=50	10	6	1	9
> 50 <=100	1	-	-	-
> 100 <=500	1	2	-	-
>500 <=1000	-	-	-	-
> 1000	3	-	-	-
<i>Total</i>	<i>70</i>	<i>86</i>	<i>46</i>	<i>124</i>

Fontes: ACRP/C1 (1989-1960), ACRP/E2 (1926-1961), ACRP/E1 (1989-1926), cálculos nossos. Valores em escudos de 1914

A distribuição das sociedades eborenses segundo o volume de capital social constituído revela um aumento constante do número de pequenas sociedades e do seu peso relativo a partir de 1927 (tabela 2.3). Entre 1889 e 1914, 32 das 70 sociedades reuniam menos de 2 contos de capital social, enquanto entre 1927 e 1939, eram 40 (num total de 46). Finalmente, entre 1940 e 1960, atingiam as 99 unidades ou 79,8 % do total. As “grandes” sociedades e as de dimensão acima dos 50 contos (em valores de 1914) desapareceram completamente a partir de 1927. E mesmo as iniciativas de média dimensão, situadas entre os 6 e os 50 contos, acusam uma acentuada depressão.

Se deixarmos de lado os registos que se referem aos bancos da cidade, constituídos em meados da década de 1870, torna-se evidente que o período 1915-1926 representa uma alteração na composição dos capitais. Há nesta época um claro predomínio das sociedades “comerciais e industriais” e das iniciativas no campo dos serviços financeiros ao mesmo tempo que se regista um aumento das iniciativas industriais. Este dinamismo económico não conhece, porém, continuidade. A ruptura com esta tendência dá-se a partir de 1927, parecendo consolidar-se depois. A partir de então verifica-se um predomínio das iniciativas “puramente” comerciais ao mesmo tempo que a constituição do capital societário conhece um acentuado abrandamento, recuperando mal a partir dos anos '40.

A análise de um vasto período cronológico obrigou-nos, tal como ficou patente nas tabelas anteriores, a encontrar uma periodização que não se impusesse de forma arbitrária à análise. Efectivamente, a periodização definida encontrou uma coerência com a própria distribuição dos dados na série. Essa construção atendeu menos à duração cronológica do que à espessura do tempo que nos é dada por um conjunto de características epocais, definidas a partir de constrangimentos de natureza institucional e conjunturas económicas.

O período 1889-1914 abriu sob a égide do proteccionismo cerealífero e culminou um período de depressão na lavoura e na economia alentejana. A crise de 1891-1892, que introduziu o curso forçado do papel-moeda, deu lugar a um período de crescimento que pode ser caracterizado pela expansão da cerealicultura e pela divulgação dos adubos químicos e de novas máquinas agrícolas, o qual se prolongou até às vésperas da Grande Guerra (Reis-1979 e 1982, Fonseca-1996). A guerra de 1914-1918 marcou o início duma nova época. Com as dificuldades de abastecimento externo que introduziu, a subversão dos preços internos e externos e a desvalorização da moeda, alterou a posição da lavoura face ao comércio e à indústria. Como notou Oliveira Baptista, com a guerra o quadro institucional estabelecido pelo proteccionismo agrícola alterou-se pois “o trigo estrangeiro atingiu um preço mais elevado do que o praticado para o nacional, levando os governos a definirem novos parâmetros para a política do trigo que, de um modo genérico, se traduziu na contenção do preço do trigo português, em níveis geralmente inferiores aos atingidos por este cereal no mercado internacional e na criação de subsídios ao trigo importado visando o embaratecimento do preço do pão” (Baptista-1993:159; v.tb. Telo-1980).

A conjuntura bélica parece ter beneficiado as regiões produtoras, provavelmente pelas mesmas razões que lucraram as regiões coloniais: escassez de matérias-primas e procura em alta nas regiões centrais. O conflito abriu, pois, um ciclo marcado pela contínua inflação dos preços e depreciação do câmbio, o qual não deixou de afectar as rendas recebidas pelos proprietários e de beneficiar os que especulavam com as mercadorias em depósito.⁶⁹

O período 1927-1939 ficou marcado tanto pela política de estabilização dos preços e de valorização da moeda face ao exterior, como pelo lançamento da Campanha do Trigo,

⁶⁹ Sobre esta conjuntura veja-se Diniz (1923) e os contributos de José de Oliveira Soares e Joaquim Roque da Fonseca em Congresso... (1923).

pela defesa em alta dos preços agrícolas favorável aos grandes proprietários e lavradores, pelo condicionamento da indústria e pela regulação corporativa da distribuição de matérias-primas para a indústria. Dado os elevados níveis de protecção às produções orientadas para o mercado interior, a crise dos anos '30 terá afectado desigualmente a economia regional, e o ano de 1934 é geralmente apontado como dando início a um novo ciclo de recuperação (Rosas-1986 e Basto-1934). Podemos também pensar que a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) poderia ter representado uma oportunidade para a economia alentejana, já que em alguns casos, como sucedia com a cortiça e com as pirites, por exemplo, o país vizinho se apresentava como um concorrente nas praças internacionais. Porém, tal não aconteceu, como é indício claro o movimento de capitais societários registado em Évora.

Os anos '40, por seu turno, conheceram perturbações na posição dos preços agrícolas que se mantinham tabelados no momento em que a inflação actuava a favor dos preços industriais. O controlo dos preços agrícolas e da distribuição actuava agora, em certa medida, contra a “lavoura alentejana” (Baptista-1992, Pinto, Avillez et al. – 1984 e Raposo-1962). A “crise do modelo cerealífero” acompanhou um novo ciclo de mecanização da lavoura e de diversificação agrícola que atravessou os anos '50. Esta alteração na posição da *lavoura* e no ritmo de crescimento da economia portuguesa caracterizam este último período (Avillez et al. – 1984).

2.3. O registo de falências. Esboço de periodização do movimento de associação de capitais.

É interessante confrontarmos os valores relativos à criação de sociedades e ao movimento de capitais com o registo de falências. Este registo, que tanto recaía sobre os comerciantes como sobre as sociedades comerciais, serve-nos de barómetro para as dificuldades sentidas pelos comerciantes em diferentes conjunturas¹⁸. Vejamos então a distribuição epocal dos registos de falências em Évora, comparando-a com o registo de novas sociedades, o capital nelas investido e as sociedades canceladas e dissolvidas (tabela 2.4).

¹⁸ Sobre o registo de falências veja-se o Código de Falências (decreto-lei 25.981 de 26 de Outubro de 1935).

Tabela 2.4. Novas sociedades registadas, capital investido, sociedades canceladas ou dissolvidas e falências registadas em Évora (1889-1960)

	1889-1914	1915-1926	1927-1939	1940-1960	Total
Número de anos no período	25	11	12	20	71
Novas sociedades (total) (1)	70	89	47	124	330
Novas sociedades criadas (média anual)	2,8	8,1	3,9	6,2	4,6
Capital (média por sociedade)	24,8	13,3	2,1	2,7	16,9
Capital investido (média anual)	69,6	107,9	7,8	17,1	78,7
Dissolução/cancelamento de sociedades (2) *	21	9	11	9(11)	50 (61)
Cancelamento / dissolução (média anual)	0,8	0,8	0,9	0,4	0,7
Falências	26	6	22	14	68
Falências (média anual)	1,0	0,6	1,8	0,7	1,0
Saldo no número de sociedades (1-2)	49	80	36	115	280

Nota: valores do capital social em contos de 1914. As “falências” referem-se ao “registo provisório de falências” (ver texto). 11 sociedades constituídas neste período foram dissolvidas entre 1961 e 1983 (6 das quais em 1961/2).

Fontes: ACRP/C1 e C2 (1989-1961), ACRP/E1 (1989-1926), cálculos nossos.

O período 1889-1914 foi o que registou o maior número de falências (26), seguido do período 1927-1939 (22). Se considerarmos os registos em termos médios anuais, a relação inverte-se: 1,8 registos no segundo período contra 1,0 no primeiro. A série cronológica do registo de falências regista picos em 1891-1892 (6 e 4 registos), 1905 e 1937 (5 registos cada !). As falências restantes distribuem-se por três períodos: 1912-1916, 1931-1932 (num ciclo que tem início em 1928 e termina em 1935) e 1937-1942 (figura 2.1). Verifica-se, pois, em alguns casos uma relação estreita entre as crises económicas gerais e a situação comercial em Évora, nomeadamente, nos períodos 1891-1892 e 1931-1932 (cf. Oliveira-[1970]). Por outro lado, estes valores indicam que o período coincidente com a guerra em Espanha e o início do segundo conflito mundial apresentou dificuldades para o comércio, tal como já tinha sucedido anteriormente, entre 1912 e 1916. Devemos, no entanto, olhar estes números com alguma prudência, já pela dimensão geográfica do universo analisado como pelo estreito número de casos assinalados (68 durante todo o período), o qual se reporta a todos os comerciantes ou firmas comerciais, independentemente de estarem ou não associados. Devemos, pois, realçar o facto de que as falências foram acidentes relativamente excepcionais na vida comercial da cidade, tanto mais se pensarmos que, na maioria dos casos, esta se ficou pelo *registo provisório*. Efectivamente, o regime de concordatas que o código comercial previa permitiu a muitos empresários sobreviver às dificuldades. Tal aconteceu, por

exemplo, ao negociante Augusto César de Almeida em 1905, o qual, por sua vez, tinha requerido anteriormente a falência do comerciante e proprietário Francisco António Cabreira (1892). Na mesma data o Banco de Portugal actuou contra o negociante e lavrador António de Mira Calhau, o qual foi objecto de concordata. Em 1931, por exemplo, salientamos os casos de Eliseu António da Silva que fabricava azeite e farinhas no estabelecimento que tinha em São Miguel de Machede, e de Roberto António da Silva que comerciava carvão e estava estabelecido na Rua Mendo Estevens; ou ainda, em 1933, os casos de Francisco de Oliveira Saragoça, negociante de cortiça nas portas do Raimundo, e de José Alves Júnior, comerciante de gasolinas com garagem para recolha de automóveis.

O registo afectou quase sempre indivíduos identificados como comerciantes, embora muitos deles também fabricassem, fossem proprietários fundiários e, nessa qualidade, fizessem lavoura. Como grande “lavrador” encontramos apenas Francisco José Perdigão, do Redondo, acto requerido por Mathias Calado & Companhia, em 1892, o qual na mesma altura tinha requerido a falência da firma Martins & Cia. Para além deste, houve o caso dum pequeno “industrial de padaria” em 1959 e dois grandes proprietários, um deles Antão Dias Descalço. Na esmagadora maioria dos casos, a falência afectou pequenos comerciantes e lojistas. O número dos “grandes”, sendo relativamente escasso, concentra-se sobretudo em 1892, momento da verdade para aqueles que vinham com dificuldades acumuladas do passado. Podemos igualmente pensar que, para além dos mecanismos de solidariedade familiar ou de grupo, a base fundiária dos grandes negociantes e lavradores poderá ter amortecido as suas dificuldades na esfera comercial, possibilitando a sua recuperação. O facto de os proprietários e lavradores atravessarem os anos '30 sob um regime de forte protecção contribui para explicar a quase ausência de registos no período de grave crise mundial do capitalismo (cf. figura 2.1). Devemos, além disso, colocar a hipótese de que a armadura corporativa e o regime do condicionamento tinham contribuído para ancorar muitas empresas, doutro modo sem viabilidade, sendo o ambiente de “marasmo” económico que muitos sentiam o custo a suportar (Dias Jr. – 1946, Barbosa – 1952, Moura, 1959, Brito-1989 e Rosas-1986).

A ligação do comércio local à capital fica aqui patente na frequência com que indivíduos e firmas de Lisboa surgiam a reclamar os seus créditos. Tal como facilmente se percebe pelos anúncios na imprensa regional, Lisboa ditava a moda e o bom gosto e funcionava, de facto, como grande fornecedor de uma vasta gama de produtos de

consumo corrente e de luxo. Assim, por exemplo, na falência da casa comercial de F. Marques da Costa, em 1916, apareciam as firmas lisboetas Martins Antunes L.da, José Agostinho Borges, Claudino Pinto & Cia., Boaventura Duarte & Cia., Dias de Couto Silveira e Sousa L.da, Teixeira da Rocha e C.ia, Oliveira Machado Duarte & C.ia e A. J. Ingues & Ingues, todas elas credoras num valor superior a 1 conto de réis.

A análise do movimento de dissolução ou de cancelamento das sociedades registadas confirma, *grosso modo*, o movimento de falências. Notemos que, neste caso, nem sempre o cancelamento ou dissolução duma sociedade resultava de quebra ou de dificuldades económicas, dado que poderia resultar da constituição duma nova sociedade ou simplesmente do prazo de vigência estipulado inicialmente ter expirado. Efectivamente, a esmagadora maioria das sociedades foram registadas por tempo indeterminado, mas até aos anos '20 as sociedades com duração inferior a 10 anos surgiam com alguma frequência⁷¹. O número relativamente elevado de sociedades dissolvidas no período 1889-1914 corresponde igualmente a uma actividade elevada na criação de sociedades (tabela 2.4). Até 1926 o número sociedades dissolvidas andou nas 8 por cada 10 anos, aumentando no período seguinte para 9, acabando por cair para menos de metade entre 1940-1960. A série revela picos em 1894, 1900/1, 1920, 1935 e concentra-se em 4 momentos: 1908-1914, 1919-1923, 1947-1952 e 1960-1962.

Em síntese, a análise dos registos de sociedades aponta para as seguintes características nos períodos considerados (cf. tabela 4):

- 1889-1914: ritmo moderado de criação de sociedades;
- 1915-1926: ritmo elevado de criação de sociedades que apresentam, em média, um capital elevado;
- 1927-1939: acentuada desaceleração no ritmo de criação de sociedades, aumento do número de cancelamentos e constituição de sociedades com pequeno volume de capital;

⁷¹ A duração das sociedades registadas em Évora entre 1889 e 1960 é como se segue: até 1 ano, 1; de 2 a 5 anos, 10; de 6 a 10 anos, 13; de 10 a 20 anos, 3; “até à maioridade do menor”, 1; “por tempo indeterminado ou ilimitado”, 283.

- 1940-1960: nova aceleração no ritmo de criação de sociedades mas com pequeno volume de capital, baixo número de cancelamentos.

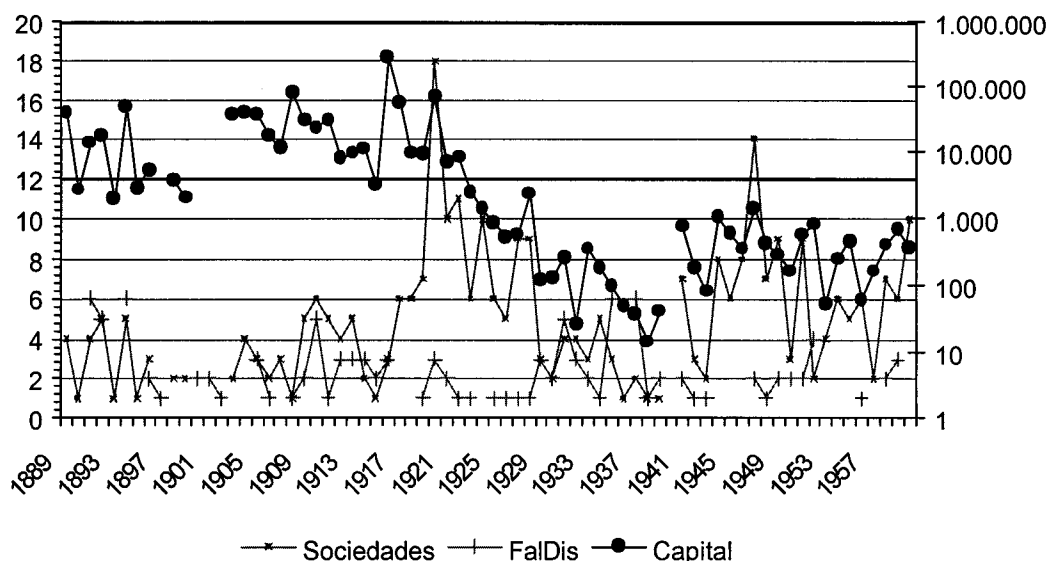


Figura 2.1. Número de novas sociedades criadas, falências e dissoluções (eixo da esquerda), e volume de capital investido (eixo da direita) em Évora (1889-1960).

Fonte: tabela B.1. (anexo)

Notas: não foram incluídos os valores (capital social) dos registos dos bancos Eborense e Alentejo. Valores (eixo da direita, escala logarítmica) em contos de 1914.

A figura 2.1 permite-nos uma leitura mais fina destes movimentos, pois representa a variação anual no número de sociedades constituídas, o capital nelas investido em escudos de 1914 (coluna da direita) e o número de falências de comerciantes registadas em Évora ao longo do período 1889-1960 (v. tabela A.4, apêndice). As séries representadas apontam para os dois momentos fundamentais de expansão económica que foram (1) os últimos anos da I Guerra Mundial e o imediato pós-guerra; e (2) a segunda metade dos anos '40. (Os picos registados em 1892 e em 1911 referem-se ao registo dos bancos da cidade e da caixa agrícola e, neste contexto, não devem ser tidos em consideração). Podem também identificar-se três períodos depressivos: o primeiro, com início em 1892 e que se arrastou até 1905; o segundo, um curto período durante os dois primeiros anos da guerra europeia (1914-1915); e, finalmente, uma curva em “U” teve início ainda nos anos '20 e atravessou os anos '30.

Estes resultados parecem contrariar o discurso crítico sobre a apatia das elites perante o estado da lavoura alentejana. Os períodos mais dinâmicos na formação de sociedades foram aqueles em que as elites reagiam mais energeticamente contra o estado das coisas. Deixando por ora de lado o momento crítico de 1892, os primeiros anos '20 e o período que tem início na segunda metade dos anos '40 constituíram, se bem que a títulos diferentes, momentos de alarme e de dificuldades (cf. Diniz-1923, Congresso-1923, Raposo-1962 e Raposo-[1977])⁷². Se isto é verdade, não estaremos nós a inverter a leitura ? Por outras palavras, não constituirão esses momentos de multiplicação de sociedades, afinal, também momentos de dificuldades ? Por outro lado, não representarão os momentos de depressão, como foram os anos '30, um bom momento para a lavoura mercê da política agrária adoptada por Salazar?

Uma análise mais detalhada dessas sociedades virá ajudar a esclarecer estas questões que só de modo superficial invocam elementos contraditórios. A constituição dum sociedade não significava necessariamente mais uma nova iniciativa, a reunião de capitais acabados de ganhar para uma aventura arrojada, um empreendimento *ex-nihilo*. Frequentemente, exprimia somente a entrada de novos actores e capitais para uma firma já existente, a resolução de situações de dificuldades perante credores, tal como podia exprimir simplesmente uma solução para enfrentar problemas de herança. Por isso, a evidência empírica que nos dão aqueles discursos não contrariam necessariamente os nossos resultados. Como veremos, a formação de sociedades cumpria várias “funções”, exprimia quer a entrada de novos actores e a reorganização de negócios, quer a emergência de diferentes estratégias para ultrapassar dificuldades de acumulação.

2.4. Formas jurídicas das sociedades e seu significado.

Durante este extenso período, a maioria das empresas tiveram origem na iniciativa individual e as empresas mantiveram-se estreitamente ligadas à direcção do seu proprietário. Frequentemente, a família mais directa aparecia ligada a diversas áreas

⁷² Segundo J. Hipólito Raposo ([1977]), “a agricultura alentejana foi particularmente sensível à compressão dos preços agrícolas durante e depois da II Guerra Mundial (constante da política de então para não elevar o custo de vida com preços rigidamente tabelados ao produtor ou ao consumidor) e à desvalorização da moeda ocorrida durante esse conflito. Muito cedo, quase toda dentro do sistema empresarial, sofreu consequências visíveis através das falências.” (pp. 129-130).

fundamentais da actividade da empresa²¹. Estas empresas, por norma de pequena dimensão, não davam lugar habitualmente à constituição de sociedades, a não ser quando havia a necessidade de regular as relações familiares. Qual o significado, então, da formação das sociedades na óptica industrial?

Podemos avaliar o peso das sociedades no conjunto das *actividades* industriais a partir dos *Livros de Registo do Trabalho Nacional* da 4^a Circunscrição Industrial (ADRME/RTN, 1922-1951)²². Assim, segundo os nossos cálculos, menos de 10 % das actividades industriais tinham por detrás qualquer tipo de sociedade, tal como pode ser identificada a partir dos nomes dos requerentes do registo de actividade (tabela 2.5).²³ O seu número, em termos absolutos, aumentou gradualmente ao longo do tempo mas o seu peso manteve-se baixo. No concelho de Évora, o peso das sociedades é ligeiramente superior e atinge os 22,7 % no período 1940-1951. Em números absolutos, o número de sociedades nas actividades registadas quase duplica em relação ao período anterior de 1915-1926. Porém, o significado destes números deve ser matizado. Como veremos no capítulo em que analisaremos com maior detalhe esta fonte, estes valores podem ser explicados pelo facto de que a maior parte destes registos não tinha por detrás verdadeiras empresas (no sentido que lhe dava o Código Comercial) mas actividades industriais de âmbito oficial ou artesanal, ou eram ainda exercidas no quadro da grande exploração agrícola. Assim, o panorama mostra-se inteiramente diferente quando consideramos as maiores empresas.

²¹ A importância da liderança individual bem como das estratégias de aliança familiar tem sido realçada no contexto da formação da empresa moderna na Europa. Veja-se a este respeito, por exemplo, Verley-1994; Deyon e Hirsh - 1983 e também Chandler-1996.

²² Analisaremos esta fonte no capítulo seguinte estabelecendo os seus termos de validade para o estudo da actividade industrial na região.

²³ Considerámos indícios da presença de sociedades por detrás das actividades industriais registadas as expressões obrigatórias na designação das firmas do género “nome do requerente & outros”, “nome & companhia”, “limitada”, “comandita”, “sociedade”, “companhia”, etc.) tal como estipula o *Código Comercial* de 1888 no seu título III.

Tabela 2.5. Sociedades registadas em actividades industriais na área da 4ª Circunscrição Industrial, em Évora e total de registos industriais (1922-1951)

Ano de fundação	EV	EVtt	Evttts	4CI	4Citt	4Citts
Antes de 1889	2	13	15,4	9	65	13,8
1890-1914	9	62	14,5	33	586	5,6
1915-1926	28	206	13,6	188	1.819	10,3
1927-1939	29	220	13,2	206	3.948	5,2
1940-1951	52	229	22,7	296	2.403	12,3
Ignorada	7	16	43,8	143	819	17,5
Total	127	746	17,0	875	9640	9,1

Legenda: EV. Total de sociedades registadas no concelho de Évora; EVtt. Total de actividades registadas no concelho de Évora; Evttts. Peso relativo (percentagem) das sociedades; 4CI. Sociedades registadas na área da 4ª circunscrição industrial; 4Citt. Total de actividades registadas nessa área; 4Citts. Peso relativo das sociedades nessa área.

Fonte: ADRME/RTN (1922-1951), cálculos nossos.

Tabela 2.6. Maiores empresas industriais registadas em Évora, 1922-1951

Ciclo de vida	Nome	Indústria	Capital social	Operários
1917-1983	Sociedade Alentejana de Moagem L.da.	Moagem, massas	120, 800 (1920), 1.400 (1925), 5.000 (1945), 6.000	75, 137 (1936)
1917-1939	Empresa Industrial das Cortiças Eboreense	Cortiça	480	80
1924-1950	Raul Rosa Girbal	Cortiça	n.a.	58
1924-1955	Américo R. Oliveira / Pepe da Cruz Duque / Ezequiel Correia (1955)	Cortiça	n.a.	48
1911-1939	Artur Augusto Ferreira / Cutileiro & Ferreira Succ.	Cortiça	11	41
1913	José Gomes Severino	Cortiça	n.a.	36
1923- ?	D.Maria do Patrocínio de B. Lima d' Almeida	Vinhos (e aguardente)	n.a.	31
1917- ?	Emílio & Canelas	Cortiça	10	29
1921-1956	Moagem Eboreense L.da	Moagem	300, 1.000 (1928)	27
(1924)	Banco Colonial e Agrícola Português (Agência)	Cortiça	n. a.	26
1917-1938	Francisco de Oliveira Saragoça	Cortiça, Telha e tijolo	n.a.	23, 17
1894-1938	Minerva Comercial L.da	Papelaria e tipografia	33 (1922)	22
1950-1962 (1987)	António Mira Vidigal	Confeitaria licores e xaropes	n.a.	22

Fontes: ACRP/C1 e C2 (1989-1961), ACRP/E1 (1989-1926); ADRME/RTN (1922-1951)

Legenda e nota: n.a., não se aplica ou valor não disponível. Capital social: valores em contos (preços correntes).

Efectivamente as maiores empresas industriais que operavam quer em Évora quer no Alentejo assumiram, na sua maioria, a forma societária (cf. tabela 2.6). A maior empresa industrial eborense, a Sociedade Alentejana de Moagens, reunira em 1920 um capital de 800 contos e empregava, na Fábrica dos Leões, quase centena e meia de trabalhadores. Seguiu-lhe a Empresa Industrial de Cortiças Eborense que empregava 80 trabalhadores e só depois alguns industriais corticeiros da Azaruja. Entre as 12 empresas industriais eborenses que empregavam mais de 20 indivíduos, 7 eram dirigidas por sociedades (tabela 2.6). Quase todas estas iniciativas tiveram por objecto a moagem de cereais e a cortiça (preparação) e arrancaram nos finais da I Guerra Mundial ou no início dos anos '20.

Vejamos agora as formas jurídicas que estas sociedades tomaram.

O Código Comercial de 1888 reconhecia três tipos de sociedades: a sociedade em nome colectivo, a sociedade anónima e a sociedade em comandita (tít. II, cap. I). A primeira, como é sabido, caracterizava-se pela responsabilidade, solidária e ilimitada, de todos os seus membros. A segunda limitava a responsabilidade de cada sócio ao valor das acções subscritas no capital social. E, finalmente, a sociedade em comandita dava-se quando uma das partes limitava a sua responsabilidade ao capital que adiantava, constituindo-se a parte comanditada como se a sociedade fosse em nome colectivo. O mesmo código tinha por “não existente” as sociedades com fim comercial que não se constituíssem nos termos que estipulava. Nos princípios do século XX estabeleceu-se a *sociedade por cotas*, figura flexível que adoptava muitos dos princípios positivos das sociedades anónimas sem necessidade de cumprir as suas exigências. Ela tornar-se-ia, por isso, uma forma adoptada muito frequentemente, como veremos.

As prescrições legais relativas à designação das firmas comerciais (obrigação de registo, impossibilidade de adoptar um nome existente, designação do nome dos constituintes e indicações de outros por expressões como “& companhia”) permitem-nos perceber as diferentes lógicas inerentes à adopção de diferentes formas jurídicas.

As sociedades em comandita que, em teoria, permitiam associar capitalistas a gente empreendedora mas sem meios financeiros, foram relativamente pouco frequentes. Foi uma solução adoptada em pequenos negócios, por vezes para resolver problemas financeiros (tabela 2.7). Foi este o caso da Duarte Mendes Piteira e Comandita (1910) que no acto de registo afirmava explicitamente que tinha sido criada para resolver os problemas financeiros de um dos sócios. Isto percebe-se igualmente na Pastor,

Mouginho & Caeiro (1913), na qual António Joaquim Caeiro surgia como sócio capitalista enquanto os industriais corticeiros Carmelino Pastor e Jerónimo Mouginho eram comanditados⁷⁶. Nos 14 casos identificados as sociedades reportavam-se quase sempre a estabelecimentos já existentes que tinham por objecto áreas de actividade tão diferentes como a “compra para revenda de cortiças fabricadas ou em prancha”; a “compra e venda de relógios em ouro e prata”; a “compra de fazendas e alfaiataria” ou “mercearia, fazendas de lã, algodão, cereais, ferragens, drogas, etc.”. Não houve, pois, qualquer área privilegiada de actividade que procurasse esta solução que, em teoria, pretendia favorecer gente de iniciativa mas sem recursos. A comandita vinha também responder aos problemas de sucessão no negócio. No caso da firma Viúva de Manuel Pais, Filhos & Companhia (1918), a viúva daquele conhecido industrial da Azaruja, dona Maria Vitória Fialho Pais, o seu irmão, Altino Fialho, e os seus três filhos Maria do Carmo, António e Joana, ficaram como sócios capitalistas com cotas cada uma no valor de 6 contos, sendo o “sócio de indústria”, o industrial corticeiro Inácio Ferrão Tique, da Azaruja. Todos ficaram como gerentes, sendo os lucros repartidos em partes iguais. Já na firma familiar António José Ferro & Filho (1905), o pai retirava-se da gerência sem abandonar o negócio pois ficava como sócio capitalista, enquanto o filho assumia o papel de sócio de indústria. Por outras palavras, o pai fundador ficava agora numa posição de retaguarda enquanto continuava a retirar os rendimentos que lhe permitiam manter a sua posição social. No caso da Joana Peres & Irmão (1920), sociedade constituída com 3 contos para a “exploração do fabrico do sabão”, a primeira constituiu-se como sócio capitalista e Miguel Peres Gomes aparecia como “de sua indústria”. A empresa que associava a indústria ao comércio, tinha o estabelecimento, em Évora, na rua do Raimundo e a fábrica na rua Bernardo Matos.⁷⁷

A partir dos anos '20 a forma comanditária de constituição de sociedades tornou-se excepcional, do mesmo modo que foram escassas as iniciativas que tomaram a forma de sociedades anónimas. As pesadas exigências legais relativas à sua constituição, funcionamento e fiscalização contribuíram para que as sociedades anónimas ficassem restritas às grandes iniciativas, as que exigiam avultados capitais e/ou em que os riscos envolvidos eram relativamente elevados. Precisando de um mínimo de 10 sócios para se

⁷⁶ O primeiro esteve na A. J. Caeiro & Fontes (Évora, 1898) que se dedicava ao comércio de solas e cabedais e fabrico de calçado. Como accionista da Companhia de Seguros “A Pátria”, fez parte em 1916 dos seus corpos sociais.

⁷⁷ A 8 de Setembro de 1923 é alterado o pacto social ficando a firma com o nome J. Peres & Irmão (ACRP/C1 - 1989-1961).

poder constituir, o seu funcionamento exigia a realização prévia do capital social, a publicidade dos seus estatutos e dos seus associados e, além disso, supunha a existência de 3 órgãos situados acima da assembleia geral: um de administração, outro de fiscalização e um último de direcção. Para além destes, nos casos de estarem envolvidos estabelecimentos fabris ou mineiros existiam ainda directores técnicos nomeados ou recrutados no exterior. Tanto estes directores como os restantes e os membros do conselho fiscal deveriam ser remunerados, a não ser que os estatutos estipulassem o contrário. A lei determinava que as deliberações da assembleia geral deveriam ser tomadas por maioria absoluta e impedia o controlo a partir de dentro ao estipular que *“nenhum accionista, qualquer que seja o número das suas acções, poderá representar mais da décima parte dos votos conferidos por todas as acções emitidas, nem mais de uma quinta parte dos votos que se apurarem na assembleia geral”*, exceptuando, em determinados casos, quando o accionista era o Estado (Código Comercial, 1888, art. 182º § 3º).

Tabela 2.7. Sociedades em comandita simples e por acções registadas em Évora (1889-1960)

Início	Termo	Nome da firma	Actividade	Capital social	Sede
01-01-1896	01-01-1903	Ramiro da Fonseca & Comandita	Relojoaria	2,7	Évora
01-01-1905	18-12-1913	António José Ferro & Filho	Algibebe (comércio)	2,0	Évora
01-07-1907	?	Pedro d' Azevedo & Comandita	Compra de fazendas e alfaiataria	0,2	Évora
28-01-1909	28-01-1929	Bacharel & Companhia	Drogas e ferragens (comércio)	8,0	Évora
20-11-1910	11-07-1912	Duarte Mendes Piteira e comandita	Mercearia fazendas de lã, algodão, cereais, ferragens, drogas, etc.	n.d.	Viana do Alentejo
01-08-1912	?	Baião & Mestre	Máquinas de costura (comércio)	2,5	Évora
06-06-1913	?	Pastor, Mouginho & Caeiro	Cortiça (comércio e preparação)	6,0	Évora
01-08-1915	?	Rodrigues Fino & C.ia	Cortiça (comércio e preparação)	4,0	Évora
13-08-1918	?	Viúva de Manuel Pais, Filhos & Companhia	Cortiça (comércio e preparação)	30,0	Azaruja
24-08-1919	27-03-1921	Silveira & Arriaga	Café Giraldo	2,0	Évora
01-04-1920	?	Adolfo Fernandes Marques & Feliciano	Carvão (fabrico e comércio)	60,0	Montemor
30-04-1920	?	Cerca & Filho	Comércio de mercearias, vidrarias, louças	1,7	Évora
01-08-1920	?	Joana Peres & Irmão	Sabão (fabrico)	3,0	Évora
12-10-1922	04-04-1923	Torres & Vitorino	Sapataria (comércio e indústria)	0,4	Évora

Fontes: ACRP/C1 (1989-1961). Valores em contos (preços correntes)

A lista das sociedades anónimas constituídas e/ou registadas em Évora revela um leque variado de áreas de actividade, como fica patente na listagem a partir da sua data de constituição, título, área de negócio e capital social:

- 1903, Adega Regional do Alentejo, comércio de vinhos, 30 contos;
- 1905, Companhia Eborense de Electricidade, energia eléctrica para a cidade de Évora 25 contos;
- 1912, Companhia Edificadora Eborense de Prédios Urbanos, construção de prédios urbanos, 2 contos;
- 1916, Sociedade Alentejana de Seguros «A Pátria», Seguros, 500 contos;
- 1949, Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Évora, 45 contos;
- 1952, Cooperativa Ovina de Évora, comercialização de ovinos, 1.231 contos;
- 1960, Forasteira, Companhia Eborense de Recepção de Forasteiros, SARL, Hotelaria, 500 contos.

A estas sociedades deveríamos adicionar os dois bancos da cidade, constituídos ainda no século XIX: o Banco Eborense e Banco do Alentejo (1875). De um modo geral estas iniciativas reuniram uma parte significativa dos membros das elites locais e por elas eram dirigidas (cf. Fonseca-1996, 2ª parte). Para além do número relativamente escasso de iniciativas S.A.R.L. e do hiato cronológico entre 1916 e 1952, fica patente que estas estiveram ligadas ou às necessidades do urbanismo eborense (electricidade, construção e turismo) e, como já vimos no capítulo anterior, aos negócios situados imediatamente a jusante da grande exploração agrícola.

Tal como ocorria noutros países europeus (cf. Deyon e Hirsh, 1983), as sociedades em nome colectivo foram mais numerosas do que as anteriores, tendo sido identificadas 58 (para além das sociedades por cotas) num total de 319 no período que temos vindo a observar. Reuniam quase sempre um número reduzido de sócios (sendo a norma inferior a 5), nas quais as relações familiares estiveram presentes. Como já tem sido referido por outros, estas sociedades permitiam múltiplas utilizações (Verley-1994:103). Resolver problemas de herança familiar, de financiamento e a associação de competências e de interesses complementares foram as três motivações principais.

Uma nova figura jurídica veio rapidamente a ser preferida pelos capitais regionais: a sociedade por cotas regulada pela lei de 11 de Abril 1901. A vantagem das sociedades por cotas estava na flexibilidade que advinha do facto de juntarem alguns aspectos organizativos da sociedade anónima sem terem de suportar o peso que representava o controle burocrático do Estado. Assim, 72 % das sociedades registadas (230) tinham no nome da firma a designação “limitada” ou de “responsabilidade limitada”, obrigatória nestes casos (art.º 3º daquela lei). As sociedades por cotas não requeriam um número mínimo de sócios e exigiam somente 10 % do capital social para se poderem constituir. Não eram, porém, permitidos “sócios de indústria”. Dava-se crédito à boa-fé dos declarantes na atribuição do valor aos bens que entravam na formação do capital social, permitia-se a divisão desigual das cotas numa sociedade ou a sua posse em diferentes valores, sendo as responsabilidades dos sócios assumidas na proporção do capital subscrito. A sociedade, identificada pelo nome da firma, era representada por gerentes que podiam ser estranhos à sociedade. Por outro lado, respeitava-se a soberania da assembleia e alguns dos procedimentos fundamentais que estavam presentes na organização das sociedades anónimas. Estas sociedades podiam também emitir acções e obrigações.

Ao contrário do que sucedia nas sociedades anónimas, em que se admitia a contratação de gerentes estranhos à sociedade, nas sociedades por cotas a gerência foi dada sempre aos sócios. Tratando-se de empreendimentos que não tinham, frequentemente, mais de 3 pessoas, a gerência era, por via de regra, exercida em conjunto, sendo variável o número de assinaturas admitidas como necessárias para os actos correntes. Tal acontecia, por exemplo, na importante sociedade regional de importação e exportação de bens alimentares, a Fomento Eborense Limitada, constituída 1921 entre o comerciante eborense José Roma Pereira que associou à exploração do seu estabelecimento os comerciantes lisboetas Filipe Rodrigues Melo Ataíde e José Filipe Rodrigues. A gerência manteve-se em comum quando, no início dos anos '30, ficou nas mãos dos comerciantes António França Godinho, José Filipe Rodrigues e Luís Alves Martins. Alterado o seu pacto social sucessivamente em 1930, 1950, 1959 e 1977, só em 1951 foi registado Manuel de Oliveira Seisdedos Maldonado como “administrador do estabelecimento e fábricas desta sociedade” e, dois anos depois, como gerente, quando o capital social foi elevado para os 100 contos. A gerência em comum (que não impedia alguma especialização de funções entre os sócios) era também uma solução adoptada pelas sociedades *familiares*.

Uma primeira abordagem, feita a partir do nome das firmas constituídas, permitiu-nos identificar 21 sociedades em que o pai associava o(s) filho(s) a uma actividade já existente (expressão “& filho(s)"); outras 20 constituídas entre irmãos (“& irmão(s)"); e 11 que resultavam explicitamente de situações de herança (6 de “sucessores”; uma de “herdeiro(s)”; e 4 de “viúva”). Temos consciência, no entanto, de que estas 52 sociedades (num total de 319 constituídas no período em análise) estão longe de representar o universo completo das sociedades familiares⁷⁸. Nesta conta ficam de fora sociedades em que as alianças estavam consolidadas através de matrimónios, como sucedia na Fomento Eborense, em 1950, ou em que a designação do nome da firma e dos seus constituintes não permite suspeitar relações de parentesco⁷⁹.

Noutros casos, um grupo familiar associou-se a um terceiro elemento como aconteceu, por exemplo, com a Machados & Ramires (1894) que substituiu a Machado & Irmão, constituída em Évora para o negócio dos tabacos entre os negociantes e proprietários Júlio Victor Machado e Júlio Machado, e assinalou a entrada na firma de outro negociante eborense, Francisco de Oliveira Ramires⁸⁰; ou com a Joaquim Augusto L.da (1919), constituída com um capital de 50 contos para o “comércio e fabricação de artigos de cortiça”, que marca a entrada no negócio da família Orey (Rui, José Manuel, Luís d’Albuquerque, Frederico e Guilherme), de Manuel Alves Paias e outros credores. A cota de Joaquim Augusto, avaliada em 8 contos apenas, era representada pela diferença entre o activo e o passivo da antiga firma Joaquim Augusto & C.ia Sucessor.⁸¹ Neste, como em outros casos, a entrada de “estranhos” é sintomática de dificuldades em resolver situações financeiras. Apesar disso, a maioria das sociedades mantinham cláusulas de salvaguarda contra aquela possibilidade, reservando-se o direito de opção sobre a aquisição das cotas e estipulando como seu valor mercantil o seu valor declarado

⁷⁸ Ficaram de fora sociedades constituídas entre irmãos como a Manuel Martins & Sebastião Martins Limitada (1934-1972), constituída entre 3 irmãos originários de Enveudos e de Mação para o negócio da camionagem; a Costa & Costa L.da (1935-1952), fazendas e retrosaria; Santos & Santana Limitada (1949), mobílias; Roberto & João Reynolds (Estremoz, 1892), a qual deu lugar à Roberto Reynolds & Companhia (1892) e depois à Thomas Reynolds & Companhia (1906). Sobre as famílias nas pequenas e médias empresas em Portugal, veja-se o estudo sociológico recente de Maria das Dores Guerreiro (1996).

⁷⁹ Os accionistas da Fomento Eborense, em 1950, eram quase todos filhos e genros de Alves Martins (pai): Alice Ribeiro Alves Martins, cota de 19 contos; Fernando Alves Martins, 10 contos; Rogério Batalha 10 contos; Fernando A. Dinis 10 contos; Luís Paquete Godinho 10 contos; António França Godinho, 9 contos; Manuel João Cutileiro Ferreira, 5 contos; António Descalço de Torres Vaz Freire, 5 contos e o administrador Manuel de Oliveira Seisdedos Maldonado, 2 contos.

⁸⁰ Os dois irmãos saem da sociedade em 1903 (ACRP/E1, 1989-1926).

⁸¹ Escritura feita em 19-7-1919 em Lisboa, no notário Tavares de Carvalho (ACRP/E1, 1989-1926).

em assembleia. Por isso, muitas vezes as sociedades deliberadamente subavaliaram o seu capital por forma a que esse direito fosse favorável aos sócios.

As sociedades por cotas, por permitirem a distribuição desigual dos interesses e por admitirem diferentes formas de gerência, prestaram-se igualmente a resolver problemas de gestão de herança. Assim, por exemplo, a Mira Calhau & Irmão L.da, foi constituída em 1918 para o “comércio principalmente de cereais, de farinhas e azeites” até à maioria do menor Aureliano Abrantes de Mira Calhau. Este aparecia representado pelo seu tutor, Tristão Augusto Barradas, e entrava com o valor representado por todo o activo e passivo da casa comercial que girava sob a firma Mira Calhau, Filho, avaliado em 19,5 contos, com excepção dos bens imóveis, rendas, foros, quinhões e crédito sobre a C.G.D. O outro sócio, o médico José Maria Cardoso, entrou com 10 contos em dinheiro e assumiu a gerência.

No caso da Viúva de Serafim Henriques Limitada (1947), o negócio do marido passou para a mulher que nele fez entrar o mestre serralheiro da casa. A cota de 25 contos da viúva era constituída pelo valor do imóvel onde estava instalada a serralharia e os 25 contos do outro sócio eram representados por “ferramentas” mantendo-se em funcionamento um antigo estabelecimento de “serralharia mecânica, reparação de automóveis e de máquinas agrícolas, motores de combustão e de explosão, fundição de bronze, comércio de venda de peças soltas, etc”. Uma situação análoga encontramos também na Viúva de Ângelo Dias Vilarinho Limitada (1956), na qual a viúva, com uma cota de 8 contos, associava o antigo empregado, dando-lhe uma cota de 2 contos e a gerência do balcão da sua casa de comércio de mercearia e fanqueiro.

A importância da gestão familiar do negócio e do uso das formas societárias para resolver problemas de herança e de transmissão da actividade ou a regulação dos interesses no seio da família estiveram longe de se apresentar como um fenómeno excepcional no contexto europeu (cf. Verley-1984). Ela não deixa igualmente de nos remeter para o papel do “pai fundador” no quadro transgeracional da história das empresas e dos grupos familiares como grupos de poder económico (cf. McDonogh-1988, a propósito das elites industriais catalãs até à II República). Mas, a par destes contextos, não deixam de ser significativas, em determinados momentos e áreas de negócio, as alianças entre indivíduos socialmente diferenciados (identificados como proprietários, comerciantes ou industriais) e/ou entre indivíduos da região e outros do “exterior”, normalmente da capital. Esta complementaridade de papéis percebe-se, por exemplo,

nas sociedades entre proprietários agrícolas e negociantes radicados no exterior, como foram os casos já referidos de sociedades constituídas para a comercialização de produtos agrícolas e para a produção e comércio de carvão. Nos casos das sociedades industriais, a presença do “industrial” com formação especializada ou o domínio do ofício foram fundamentais. No próximo tópico iremos desenvolver estes aspectos.

2.5. As áreas de investimento e os seus actores

Definido o campo de validade da nossa fonte principal e feita a análise dos tipos e das formas societárias, sua importância relativa e usos, vamos agora identificar as principais áreas de investimento e os seus actores, tal como é possível perceber a partir dos registos realizados e, em particular, das actividades nelas declaradas. O esforço de quantificação deve ter em linha de conta que (1) nem todas as sociedades que operavam na cidade de Évora e na sua área de influência económica directa estavam aqui registadas; e (2) que embora Évora fosse um importante centro de negócios, não concentrou as iniciativas societárias da região do Alentejo. O confronto entre os dados apurados nos processos da 4ª CI para todo o Alentejo e os compilados para Évora sugerem que podemos encontrar variações sub-regionais de um “modelo” comum que se reproduz nas maiores urbes alentejanas, facto que a análise dos registos de outras comarcas alentejanas poderão vir a confirmar.⁸²

A análise de cada sociedade atentou num conjunto variado de questões que visavam perceber os elos e a coerência interna entre as áreas de investimento e os seus *actores* num período cronológico lato, a saber: qual a natureza das iniciativas e dos empreendimentos que delas resultaram? Quem as dirigia? Que interesses podem ter movido os principais protagonistas de cada iniciativa? Como evoluiu, do ponto de vista do movimento das sociedades, o investimento em determinada área? Que relações se podem perceber entre os grandes proprietários fundiários e as diferentes iniciativas na área do comércio e da indústria? Tentaremos aqui responder a estas questões.

⁸² Nos processos relativos à área geográfica da 4ª CI (em 1922) foi possível identificar um padrão regular de constituição de sociedades locais ligadas às indústrias de transformação dos produtos do latifúndio. De igual forma a análise dos resultados do Inquérito Industrial de 1956/7 apontam para a reprodução, à escala concelhia, de um leque de actividades idêntico. Isto percebe-se igualmente quando fizermos a descrição do parque industrial instalado na região nos dois capítulos seguintes. Esta configuração, por sua vez, relaciona-se directamente com a debilidade dos fluxos comerciais no interior da região.

Tabela 2.8. Número de sociedades registadas em Évora distribuído por áreas de negócio (1889-1960)

Áreas de actividade	1889-1914	1915-1926	1927-1939	1940-1960
Mármore	0	0	0	1
Agricultura e pecuária	1	2	4	6
Cortiça, madeiras e mobiliário	6	16	1	10
Alimentação e bebidas	18	22	17	30
Têxteis	0	1	0	1
Vestuário e calçado	10	16	6	11
Construção	2	2	0	10
Máquinas, automóveis, serralharia	6	9	3	21
Químicos	5	1	1	1
Energia	1	2	0	5
Transportes	0	2	4	1
Comércio à comissão e consignação	10	6	5	14
Comércio, indústria e serviços vários	6	8	4	8
Banca, crédito e seguros	5	1	0	0
Hotelaria e turismo	0	0	1	4
Total	70	88	45	124

Fontes: ACRP/C1 e C2 (1989-1961), ACRP/E1 (1989-1926); ADRME/RTN (1922-1951)

Nota metodológica (legenda):

Mármore: produção e comercialização de mármore.

Agricultura: incluiu sociedades (entre as quais algumas cooperativas por acções) que associaram a agricultura e a pecuária, o comércio de produtos agrícolas e o seu processamento, entre os quais o de ovinos (v. supra, cap. 1), e o comércio para consumo pela agricultura (sementes, por ex.), incluindo o exercido pelos sindicatos.

Banca, crédito e seguros: incluíram-se nesta rubrica o registo dos dois bancos da cidade (Eborense e Alentejo), as caixas de crédito agrícola, a companhia de seguros “A Pátria” e outras iniciativas nas quais o crédito se incluía como actividade central ou acessória, com excepção do crédito ao consumo atribuído pelas cooperativas. O registo da Caixa de Crédito Eborense, SARL é feita pelo Banco Eborense em 1911, sendo-lhe atribuído o capital estatutário daquele banco (1.000 contos), pelo que o valor desta rubrica aparece inflacionado na tabela 9.

Alimentação e bebidas: sociedades constituídas para a comercialização e produção de azeites, vinhos, vinagres, leite, torrefação de café, fabrico de chocolate, licores, transformação de carnes (incluindo salsicharia), gasosas e gelo, comercialização de cereais (exclusivamente) ou de “cereais e azeites”, “cereais e legumes”, “cereais, azeites e lãs”, “cereais, azeites e vinhos”, “cereais, farinhas e cortiças”, géneros alimentares, mercearias (exclusivamente) ou associadas a fanqueiro, café e chocolates, louças e fazendas, tabernas; moagem de cereais e panificação, pastelaria. Incluímos nesta rubrica também os tabacos.

Construção e imobiliário: incluiu a construção civil e a edificação urbana, o negócio imobiliário e a comercialização de produtos para consumo da casa (ferros, louças, azulejos, vidros).

Energia: sociedades constituídas para a produção e comercialização de carvão vegetal, lenhas, velas de cera, combustíveis e electricidade

Cortiça, madeiras e mobiliário: inclui a preparação, transformação e comercialização da cortiça, a produção e comércio do mobiliário e tapeçarias, carpintaria e serralção de madeiras.

Máquinas, automóveis, serralharia: comércio e reparação de automóveis e máquinas, oficinas de caldeireiro, venda de electrodomésticos, comércio de fanqueiro, ferragens e drogas, instrumentos agrícolas, lubrificantes, máquinas (em geral), máquinas agrícolas, máquinas de costura, relojoaria, serralharia, serralharia e fundição, vulcanização

Químicos: comércio de drogaria, drogas e ferragens, comércio e produção de sabões

Comércio, indústria e serviços vários: cabeleireiro, espectáculos e cine-teatro, educação, farmácia, fotografia, livraria, papelaria (exclusivamente ou associada ao comércio de vinhos e alimentos), tipografia (exclusivamente) ou tipografia e papelaria.

Têxteis: comercialização de sacaria e de têxteis

Transportes : camionagem e produção de carros

Comércio à comissão e consignação: sociedades que tinham o objecto definido pela prática da venda à comissão, à consignação e representações sem área definida.

Hotelaria e turismo: hotelaria, restaurante

Vestuário e calçado: alfaiataria, comercialização, produção e reparação de calçado, sapataria, chapelaria, correaria, comércio e produção de curtumes, solas e cabedais, comércio de fazendas, algibebe, modas e retroseiro, malhas, ourivesaria, quinquilharia e retrosaria.

Não foram incluídas nesta tabela as cooperativas de consumo.

Tabela 2.9. Capital investido nas sociedades registadas em Évora, distribuído por áreas de negócio (1889-1960)

Áreas de actividade	1889-1914	1915-1926	1927-1939	1940-1960
Mármore	0	0	0	0,2
Agricultura e pecuária	0	33,0	0	43,5
Cortiça, madeiras e mobiliário	189,5	125,6	0,2	10,7
Alimentação	190,8	535,8	81,6	30,6
Têxteis	0	2,6	0	7,6
Vestuário e calçado	49,5	45,7	13,0	40,9
Construção	14,0	1,8	0	39,8
Máquinas, automóveis, serralharia	13,3	28,8	3,3	56,4
Químicos	24,1	0,5	0,9	0,6
Energia	26,3	12,1	0	1,0
Transportes	0	3,3	1,9	0,3
Banca, crédito e seguros	1.200,0	365,0	0	0
Comércio à comissão e consignação	28,4	17,6	2,0	55,7
Comércio, indústria e serviços vários	27,8	16,1	1,7	40,8
Hotelaria e turismo	0	0	1,3	14,2
Total	1.738,7	1.187,7	105,8	341,9

Fontes: ACRP/C1 e C2 (1989-1961), ACRP/E1 (1989-1926); ADRME/RTN (1922-1951).

Nota metodológica (legenda): ver tabela 2.8. Valores em contos de 1914.

As questões de que partimos orientaram os critérios de agregação adoptados (cf. nota metodológica, tabela 2.8) e atenderam sobretudo às áreas de negócio e não tanto à natureza das actividades envolvidas, as quais estiveram presentes, segundo diferentes critérios, nas classificações adoptadas pelos serviços oficiais nos actos dos recenseamentos da população e do registo do trabalho industrial. Estas classificações mascararam a realidade duma sociedade capitalista mercantil de *facies* rural em mutação, impondo uma grelha abstrata que segue padrões alienígenas (cf. IM/BTI, 150: 11-20: “*tabela de classificação dos estabelecimentos pelas indústrias que exploram*”). A classificação por áreas de negócio que adoptámos derivou da própria investigação empírica, sendo evidente a ausência de especialização em muitas iniciativas comerciais, geralmente de pequena monta e voltadas para os mercados urbanos, devido à sua própria natureza. Ao lado destas, surgiram grandes retalhistas de uma vasta gama de produtos, de que é exemplo a Fomento Eborense, ou outras pequenas iniciativas já com alguma especialização e sofisticação urbanas. Por outro lado, a actividade industrial surgia muitas vezes integrada e subordinada em empresas agrícolas e comerciais³¹. Querer separar e classificar o que é, por sua própria natureza, indistinto colocou mesmo assim problemas em concreto que tentámos resolver em função do sentido analítico deste exercício.

Uma primeira conclusão se impõe: o investimento, tal como se pode perceber a partir das tabelas 2.8 e 2.9, foi diversificado e variou ao longo do período. Em segundo lugar, podemos identificar factores de debilidade em sectores fundamentais, quer pelo escasso número de iniciativas quer pela tacahez do capital nelas envolvido. Estão neste caso os têxteis, o vestuário e o calçado, os mármore, os produtos químicos, a construção e os transportes. Tal não deixa de nos remeter para as características da evolução da economia regional, sendo de salientar, em especial, a forma como a urbe eborense cresce e o peso que tomou o comércio de produtos de consumo corrente e de luxo oriundos da capital. Em terceiro lugar, revela-se a importância da organização comercial num duplo aspecto: primeiro como realização do capital investido na agricultura por lavradores ou de conversão da renda fundiária recebida pelos proprietários em iniciativas ligadas à comercialização de produtos agrícolas, e depois como forma de alcançar mercados mais alargados. A proliferação da prática das vendas à comissão e consignação reforçava certamente o poder dos grandes proprietários *enquanto tal* face aos comerciantes. Com

³¹ Desenvolveremos este ponto nos capítulos que dedicaremos à indústria.

alguma frequência, o problema da comercialização resolvia-se com a associação daqueles com comerciantes e negociantes (*v. supra*).

No caso das indústrias alimentares e, em particular, nos chocolates e estabelecimentos de torrefação de café, a análise das escrituras das sociedades revelou a importância dos territórios alargados quando se consagrava a existência de um sócio especializado como caixeiro-viajante encarregado de angariar clientes em vastas áreas do Alentejo e Algarve (*v. infra*).

A evolução tecnológica, por outro lado, foi o principal factor de dinamização de novas iniciativas, de criação de novas áreas de investimento e da emergência de novos negócios, que rapidamente ocupavam o estreito espaço económico disponível. Tal ocorreu no início do século com a electricidade e, a partir dos anos '20, com o cinema, a camionagem e os serviços de apoio ao automóvel, a vulcanização, etc. Quando analisarmos a evolução do tecido industrial veremos que parte dos protagonistas destas novas áreas tinham estado ligados a antigas indústrias em declínio (construção de carros, de instrumentos agrícolas ou caldeiraria, por exemplo), participando num processo de adaptação ou de reconversão às novas realidades impostas pela era dos motores de combustão interna. Mas que noutros casos os actores foram gente que veio de fora para explorar uma oportunidade local, como sucedeu com o cinema ou com a camionagem.

Foram escassas, no entanto, as iniciativas que assentaram na criação de novos serviços e indústrias concebidas a partir das oportunidades que estavam a emergir na região. Entre elas destacamos a Empresa Alentejana da Sacaria Lda., sociedade constituída em 1920, em Évora, para o “comércio de aluguel de sacaria”. Os 15 contos que formavam o capital social foram divididos em três partes iguais pelos negociantes José Romão dos Santos, Gaspar Caeiro Marques e o proprietário Joaquim Alberto Rosado. As iniciativas que resultaram da malha de relações entre empresas foram também excepcionais. Encontra-se neste caso a Sociedade Fabricante de Cortiça Eborense Limitada (1917), constituída pelos industriais corticeiros da cidade, Romão de Carvalho Marques, Manuel Henriques Marquez, Carmo Luís Pastor (representante da firma Pastor, Mouginho & Caeiro), Artur Augusto Ferreira (sócio da Cutileiro & Ferreira) e Francisco de Oliveira Saragoça para aproveitar os desperdícios da cortiça. Todos os sócios ficavam “obrigados a remeter para a sociedade toda a sua produção de aparas e bocados que lhes será creditada em conta corrente pelo preço de mercado em Évora”.

A escassez de iniciativas na área dos serviços de apoio à grande agricultura capitalista não pode deixar de estar relacionada, por um lado, com a “endogenização” de serviços de manutenção que a grande escala permitia, e, por outro lado, com os serviços prestados pelos sindicatos agrícolas desde os finais de Oitocentos e pelos Grémios da Lavoura a partir da institucionalização corporativa (Graça-1999 e Madureira-2002:36). Estes serviços passavam pela compra e venda de adubos a preços favoráveis, controle de qualidade dos diversos tipos de adubos, aluguer de equipamentos e venda de produtos consumidos pela actividade agrícola em condições de favor para os sócios inscritos. Por outro lado, era regra as sedes das grandes casas agrícolas estarem apetrechadas com diversos tipos de oficinas e de equipamentos para assistência das actividades agrícolas e das indústrias instaladas a jusante (debulha de cereais, moagem, lagares de azeite, geradores eléctricos, etc.). Neste contexto, a formação, em 1947, da Pró-Agro Limitada com um capital de 10 contos para a “compra e venda de produtos para a agricultura” pelo médico e proprietário Artur dos Santos Pereira Cota e pelo comerciante José Joaquim Caeiro Calhau, não deixa de invocar o início duma nova fase na modernização da actividade agrícola. A Simes - Sociedade Importadora, Multiplicadora e Exportadora de Sementes, constituída em 1958 para a “importação de sementes e plantas seleccionadas, sua multiplicação e exportação” com um capital de 40 contos, completa este quadro.³²

As tabelas 2.8 e 2.9 mostram, respectivamente, o número de sociedades e o capital social declarado nas sociedades registadas em Évora entre 1889 e 1960 por áreas de negócio e confirmam os elementos fundamentais já evidenciados: por um lado, uma assinalável quebra no volume de investimento a partir de meados dos anos '20 e, por outro, o fosso “estrutural” que até essa altura separava as grandes áreas de negócio (circunscritas à banca, aos seguros, à agricultura e à cortiça) das restantes. Este facto não deixa de sugerir uma limitada capacidade de indução local da expansão produtiva protagonizada pela grande exploração agrícola alentejana com a política agrícola seguida pelo Estado Novo. A perda de importância do grande investimento a partir da segunda metade dos anos '20 poderá estar ligada tanto à saturação dos mercados locais face às iniciativas realizadas no período anterior, como à regulação da distribuição e à fixação em alta dos preços agrícolas, o que terá retirado muito do interesse dos grandes

³² Constituíram esta sociedade o Dr. Armando José Perdigão (médico veterinário), Sebastião José Perdigão (engenheiro agrónomo); João Gregório Perdigão (engenheiro agrónomo), os proprietários de Móra António Pereira Caldas de Almeida, José de Mira Nunes Mexia (engenheiro), o lavrador de Évora, José Félix de Mira, Joachim Berger e Dieter Wienberg (também engenheiros agrónomos). Veja-se ACRP/E2.

proprietários no investimento fora da lavoura, nomeadamente na comercialização e industrialização / valorização dos produtos primários.

Uma análise mais detalhada permite-nos discriminar a evolução em diferentes áreas. Antes de prosseguirmos devemos notar, porém, que o comportamento da banca regional e dos seguros será avaliada no capítulo que lhe dedicaremos. Ficará então claro que as instituições bancárias sediadas em Évora assentaram, como sua estratégia prioritária, no crédito aos grandes proprietários fundiários, comerciantes e negociantes, considerado mais seguro e remunerador devido ao *crédito pessoal* que gozavam no meio de negócios e aos bens que podiam dar como garantia. Com a sua acção direccionada sobretudo para as operações de desconto de letras e para o crédito de curto prazo, a banca não incomodou a actividade prestamista dos particulares, muitos deles grandes proprietários. O mercado de capitais privilegiado pela banca regional era relativamente estreito e, a partir dos anos da guerra, sofreu com a concorrência de outras casas que juntavam o comércio ao crédito. O desaparecimento do Banco Eborense nos finais da I Guerra Mundial atesta as dificuldades deste sector. Já a aposta nos seguros, marcada pela constituição de A Pátria em finais de 1915, se direccionou para o ramo agrícola e para os seguros de vida individuais, veio beneficiar igualmente da imposição pelo governo dos Seguros Sociais Obrigatórios às empresas industriais (1918). Para além desta iniciativa, o comércio de exportação de produtos agrícolas (cereais, azeites, lãs, carne de porco, vinhos e cortiça) marcou, como já vimos, as grandes sociedades onde participaram as elites fundiárias (cf. rubrica “alimentação”, tabelas 2.8 e 2.9).

Podemos seguir este padrão de investimento a partir de alguns protagonistas, considerados na época pelo seu dinamismo empresarial e acumulação fundiária. Um destes homens foi Manuel Dias Rodrigues Descalço, conhecido pelo seu percurso social ascendente no último quartel de Oitocentos, que o levou a ligar-se aos Torres Vaz Freire, uma família prestigiada da sociedade eborense que em finais daquele século parece ter atravessado dificuldades para enfrentar os seus compromissos financeiros.⁸⁵ O *Álbum Alentejano* dedica um merecido destaque àquele grande proprietário (IM/AA: 365) que tinha estabelecido a sede da sua casa agrícola na Herdade do Esbarrondadouro, à entrada de Évora. O *Álbum* descreve-a como “um colosso”, “uma cidadezinha em miniatura”, tendo dentro dos seus 900 hectares uma central eléctrica, oficinas e armazéns. Para além

⁸⁵ V. a este respeito o processo orfanológico de João Barreiros de Torres Vaz Freire em 1900 (ADE/ORF 191, 2941) em que este aparece com dívidas passivas no valor de 53 contos, sendo as dívidas activas calculadas em 13,6 contos e as propriedades avaliadas em 106,3.

disso, tinha arrendadas as herdades da Oliveira (450 ha.), o grupo das herdades da Rocha, Capelos e Azinheira (300 ha.), Monte Brito, na freguesia Graça, com 220 ha. e as herdades das Roseiras, um grupo de dez herdades no concelho de Sousel. Em Montemor-o-Novo, tinha ainda a Terra das Freiras (160 ha.), o Zambujeiro (150 ha.) e a Gameira (390 ha.). Em Évora e Viana, possuía as herdades de Almargia Grande e Almargia de Baixo (1.100 ha.) e, dentro do concelho de Viana, Mata da Sina e canto do Fidalgo (900 ha.) que estavam arrendadas ao Conde de Alcáçovas. No total estávamos perante 2.600 ha. de renda distribuídos pelos distritos de Portalegre, Estremoz e Évora, valor a que deveríamos adicionar os Álamos (já no distrito de Setúbal) com 2.300 ha. As 24 herdades somavam 9.470 ha.

Como marca das virtudes morais de Descalço, o *Álbum Alentejano* diz-nos que “a Casa dá de comer a todos os pobres que apareçam no Esbarrondadouro, Álamo, Romeiras e Oliveira”. Para além da sua actividade de lavrador e grande proprietário fundiário, o capitalista aparecia, ao lado de outros, como accionista e fazendo parte dos corpos sociais do Banco do Alentejo e da Companhia de Seguros “A Pátria”³⁴. O investimento de 40 contos que fez em 1917 na Sociedade Alentejana de Moagem (Fábrica dos Leões), ao lado de José Miguel de Almeida (60 contos) e Custódio José Caeiro (20 contos) não pode deixar de relacionar-se com a sua tripla condição de proprietário que recebe rendas em trigo, grande lavrador e capitalista interessado na realização de mais-valias com os seus produtos. A orientação dos contratos de arrendamento de terras para o pagamento das rendas em espécie tornou-se uma solução cada vez mais seguida pelos grandes proprietários fundiários para contrariar os efeitos inflacionistas, ao mesmo tempo que a transformação dos cereais se mostrava vantajosa no momento em que o trigo estava tabelado de forma desfavorável para a lavoura e em que, devido à guerra, os cereais deixaram de encontrar dificuldades de colocação no mercado. Pelo contrário, agora eram os lavradores e proprietários que queriam fugir ao manifesto e ao preço tabelado dos trigos.

³⁴ Veja-se, por exemplo, o registo em 20-11-1945 dos corpos sociais do Banco do Alentejo: Assembleia Geral, presidente: Francisco de Barahona Fragoso e Mira; vice-presidente. Dr. José Maria Cardoso; secretários: João Manuel Pires e Armando Leovegildo dos Santos Gomes; vice-secretário Francisco Eduardo Vieira de Barahona e Manuel Joaquim Grave. Conselho Fiscal. Vogais efectivos: José Gomes Severino, Manuel Dias Rodrigues Descalço e Luís Cary de Potes Cordovil. Vogais Substitutos: Manuel Faustino Rodrigues, Dr. Alfredo Maria Praça Cunhal e Manuel Estanislau Vieira de Barahona. Direcção: Dr. Manuel Lopes Marçal, Sebastião de Melo da Mota Cerveira, Dr. João Xavier Camarate de Campos; (substitutos): Virgílio Salvador Ricardo da Costa, Dr. Francisco Pereira Dias da Fonseca e Leovegildo Queimado Franco de Sousa (ACRP/E1 (1989-1926) - *Livro E 1*).

A instalação da fábrica dos Leões deparou-se, porém, sérias dificuldades numa conjuntura marcada pela rápida desvalorização do escudo e pelas dificuldades técnicas e práticas que encontrava o fornecimento e a montagem de equipamentos tecnicamente muito avançados, como eram as fábricas de farinhas superfinas (v. doc. C.15 em anexo). Por isso, logo em Agosto de 1920 os industriais Eugénio Alvarez e Manuel Rivera Alvarez, engenheiros que nessa altura tinham já instalado em Portugal dez fábricas de moagem pelo processo Austro-Húngaro, ficaram com o negócio. Sem surpresa, o capital subiu logo para os 800 contos em 1921 e quatro anos depois para os 1.400 contos⁸⁷, valores que actualizam o investimento em moeda forte. Até à crise de 1930 foram estes industriais que ficaram à frente da gerência da sociedade.

A sua posição de prestamista privado e o interesse em apoiar certos indivíduos e iniciativas explicaram a participação de Descalço, em 1926, na sociedade Estevam Fernandes Limitada que reunira um capital de 151 contos e tinha por objecto a “exploração da agência da venda de automóveis Ford e tratores agrícolas da mesma marca, seus acessórios e tudo o que diga respeito à marca de carros” (ACRP/E1, cf. tabela 10). Mas em 1934 Descalço abandona a sua participação, vendendo a sua cota de 150 contos por 50 contos! Em 1928 aparece como sócio e gerente na firma Descalço e Coelho L.da (capital 20 contos), voltada para o “comércio de comissões, consignações e conta própria” e foi como credor que ele surgiu também ligado ao Café Arcada em Novembro de 1951, ao receber as cotas de 25 contos que o comerciante Basílio da Costa Oliveira detinha como seguro duma dívida de 1.125 contos !

A tabela 2.10 mostra-nos a participação de alguns membros das elites eborenses nas sociedades constituídas *na cidade* de acordo com as suas áreas de actividade. Note-se que não é exaustiva na medida em que deixa de fora possíveis iniciativas do grupo noutras regiões do país. Esta representatividade pode ser discutida quando se procura reconhecer alguma tipicidade no comportamento do grupo, já que alguns nomes de capitalistas que se destacaram no século XIX, como Carlos Maria Eugénio de Almeida ou Francisco Simões Margiochi, bem como a maioria dos grandes lavradores que estiveram à frente do sindicato agrícola da cidade estiveram ausentes destas iniciativas.

⁸⁷ Escritura de 3-8-1920 (notário de Évora Pinto Bastos, ADE) e escritura de 31-3-1921 (notário José Peres Noronha Galvão) com aumento de capital.

Tabela 2.10. Participação das elites eborenses em sociedades comerciais e industriais (1890-1960).

Áreas de negócio / famílias	Bancos e seguros	Electricidade	Tabacos	Agro-indústrias	Comércio de cereais, etc.	Hotelaria e espetáculos	Indústrias	Automóveis e máquinas
Cunhal	APA, BA							
Ervideira	APA, BA		MR, EM, EML	ARA, CPPCL, CAPLE				
Descalço	APA, BA			SAM, MFL, FEL	DC	CA		EFL
Torres Vaz Freire	BA, APA, BNA, BCAP			ARA	TA			
Cordovil	APA, BA	CEE		CPPCL, CAPLL	JRCL	CCL		EML
Barahona	APA, BA			CPPCL, ARA, CAPLE, FBC, BC, MV	TA		SCAL	
Camarate de Campos	BA			SAM		FO	MCL, STEL	
Esperança				ARA				
Paquete	BA			ARA	ASPC, ASPCL	BC		
Soares	BA, APA, BNU	CEE		ME	MA			
Marçal	BA		EM, EML				MCL	

Legenda:

Bancos e Seguros: APA. Sociedade Alentejana de Seguros “A Pátria”; BA. Banco do Alentejo BNA. Banco Nacional Agrícola (1921); BCAP. Banco Colonial e Agrícola Português (1921); Banco Nacional Ultramarino (agente)

Electricidade: CEE. Companhia Eborense de Electricidade (1905)

Tabacos: MR. Machados & Ramires (1894); EM. Ervideira e Marçal (1907) ; EML. Ervideira & Marçal Limitada (1923)

Agro-Indústrias: ARA. Adega Regional do Alentejo (1903); CPPCL. Companhia Portuguesa de Preparação de Carnes Limitada (1920); CAPLE. Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Évora (1952) ; SAM. Sociedade Alentejana de Moagem Lda. (1917) ; JRCL. José Romão & Companhia Limitada (1924); FBC. Florival, Barahona & Cia.(gasosas e licores, 1910) , depois BC. Barahona & Cia. (1911) e MV. Matos e Valente (1913)

Automóveis e máquinas: EFL. Estevam Fernandes Limitada (1924) ; EML. Electro-Mecânica Limitada (1929)

Comércio de cereais, etc.: DC. Descalço e Coelho Lda. (1928) TA. Torres & Almeida (1894); António Simões Paquete & Companhia (1908), António Simões Paquete & Cia. Lda. (1920), Mercantil Alentejana (1929)

Hotelaria e espectáculos: CA. Café Arcada Limitada; CCL. Cordovil & Câmara Limitada (1928); Forasteira, Companhia Eborense de Recepção de Forasteiros, SARL (1960); Barradas & Companhia (1907, construção e exploração dum teatro).

Indústrias: SCAL. Sociedade de Cortiças Azarujense Limitada (1946); Minerva Comercial L.da (1921); STEL. Sociedade Tipográfica Eborense Limitada (1924)

Para além da actividade bancária e seguradora ressalta a importância das iniciativas ligadas à industrialização dos produtos do latifúndio, algumas delas falhadas ou com uma existência atribulada, como vimos. Grandes negociantes como José António de Oliveira Soares que apareciam ligados à Associação Comercial da cidade, eram igualmente grandes proprietários interessados noutras áreas de negócio. Assim, este apareceu em 1905 à frente da Companhia Eborense de Electricidade (1905-1943) para explorar a concessão atribuída pela Câmara em 16 de Junho de 1904 para o fornecimento de energia eléctrica no concelho. Ao lado dele esteve o proprietário José Estevão Cordovil, o comerciante lisboeta José Ribeiro Cardoso e o engenheiro Maximiano Gabriel Apolinário. Constituída inicialmente com um capital de 20 contos, uma segunda emissão de 1.500 acções no valor de 15 contos teria lugar em 1912. O seu filho José Antunes Soares, apareceu ligado à Mercantil Alentejana, firma de negócio por grosso. Esta, por sua vez, constituiu pouco tempo depois, em Agosto de 1921, a Moagem Eborense, empreendimento que contou com o apoio de vários lavradores e proprietários da região.

Podemos pensar que a participação dos grandes proprietários no comércio de produtos agrícolas contribuiu para a relativa “fragilidade” do capital mercantil, facto que seria atestado ainda pela prática generalizada da venda à comissão ou à consignação. Tal permitiria facilitar a entrada dos proprietários em sociedades comerciais como sucedia, por exemplo, na José Romão & Companhia Limitada (1924) onde o proprietário António Cory Potes Cordovil aparecia aliado à firma José Romão & Companhia (Sucessores). Seja como for, a regulação crescente do comércio de produtos agrícolas, o condicionamento industrial e a institucionalização corporativa nos anos ‘30 limitaram o alcance de iniciativas nesta área, “explicando” em larga medida a quebra no investimento a partir da segunda metade dos anos ‘20 (cf. tabela 2.9). Para além da José Carlos Abelha Limitada (1926, capital 60 contos, elevado no ano seguinte para os 100 contos), empresa destinada ao comércio de cereais e azeites, as iniciativas que merecem destaque pelo volume de capitais que empregavam estiveram ligadas ao comércio local ou regional de mercearias,

como foi o caso da Godinho & Namorado Limitada (1922, capital 100 contos) ou da Fomento Eborense Limitada (1926, com 80 contos).

O comércio de mercearias apresenta uma relativa estabilidade no número de sociedades constituídas ao longo das 4 épocas consideradas. Porém, o volume de capitais empatados é, em média, bastante menor a partir dos anos '30. Ligadas ao comércio alimentar, estas sociedades tinham por vezes vários estabelecimentos e fabricos especializados. Uma das mais importantes a este respeito foi a António Anselmo Dias Sucessores, sociedade constituída em 1904 com um capital de 25 contos e que tinha por objecto o “comércio de mercearia por junto e a retalho, a fabricação a vapor de chocolate e amêndoa, moagem e torrefacção de café”. Estipulou-se então que haveria “um viajante que fará negócio e cobrança nas províncias e especialmente no Alentejo, viagem que poderá ser feita por qualquer dos sócios”. De facto, o estabelecimento já existia e por detrás do registo devem ter estado problemas financeiros já que na origem da sociedade esteve o trespasse da casa do comerciante ao seu filho Vítor Dias e a António Rodrigues, um guarda-livros que residia no Porto. Em 1910, a falência da firma levou o filho a aceitar uma concordata em que o principal credor constituído era o pai (o activo da sociedade era de 23,4 contos sendo o passivo de 58,8 contos). Assim, em 1919, a firma volta para as mãos do fundador e até 1958 mudou de mãos várias vezes, acabando por ficar com ela Manuel da Rocha, proprietário de Évora. À época mantinha ainda o mesmo ramo de negócio: mercearias, torrefacção de café, fabrico de chocolates e amêndoa mas o seu capital fora elevado por duas vezes, uma em 1941, para os 60 contos, e outra, em 1944, para os 210 contos. Em escudos de 1914, a evolução do capital social desta firma apresenta-se assim: 1904, 26 contos; 1941, 2,7 contos; 1944, 6,5 contos e 1958, 4,7 contos. Se bem que estes valores possam não exprimir o valor real da empresa em cada um dos momentos, esta evolução sugere, na melhor das hipóteses, a estagnação numa área de negócios prometedora. Outra fonte, porém, atesta a sua decadência. Os registos na 4^a circunscrição industrial inscreveram 14 trabalhadores na fábrica de chocolates e amendoas desde 1918, passando em 1945 (data de registo), para 4 trabalhadores. A actividade seria cancelada finalmente em 1954.

As poucas iniciativas que surgem nesta área depois da guerra associaram um conjunto diversificado de actividades e foram de pequena dimensão. A Pinho & Lança Limitada (1948) juntou um industrial e um proprietário no “comércio e indústria de torrefacção e moagem de cafés, confeitaria, xaropes, licores e destilação em todas as suas formas” (capital 30 contos). Em 1949, surge mais uma iniciativa que liga as mercearias à

torrefacção de café, a José de Sousa Fonseca & Filho Limitada. Também a cronologia das sociedades constituídas para a exploração dos cafés e restaurantes vão neste sentido: Café Geraldo (Martins & Tavares, 1913), Silveira & Arriaga (1919), Silveira & Tavares L.da (Café Restaurant Estrela d'Ouro, 1927), Silva, Correia & Taveira Lda. (1928) e Café Arcada Limitada (1942). As poucas sociedades constituídas para o fabrico de gasosas datavam das vésperas da I Guerra Mundial e resultaram da transmissão do mesmo património devido a dificuldades comerciais. Assim a Florival, Barahona & Cia. (1910) deu lugar à Barahona & Cia. (1911) passando depois para a Matos & Valente (1912), empresa que se propunha fabricar e vender “bebidas gasosas, gelo, aguardente, licores e outras substâncias correlativas”.

Os investimentos na indústria dos móveis contaram com a participação de comerciantes em sociedades familiares de pequena dimensão. Destaquemos o caso do registo de Francisco J. C. Zambujo (1904) cujo estabelecimento que esteve na origem da Sociedade de Móveis L.da, constituída em 1919 entre o filho, José Claudino Zambujo, e a firma J. Simões L.da com um capital de 9 contos. A empresa, que ocupava 10 operários, elevou o seu capital somente em 1937 para 30 contos, quando estavam à frente dela os comerciantes Perpétuo José Coelho, Valentim Rodrigues de Oliveira e Basílio António Liberato⁸⁸. O número de iniciativas foi escasso, como confirmam os sete registos nos serviços industriais, e associavam o comércio lojista à produção de móveis. Em 1918, temos o caso de Joaquim Galhós como “comerciante e industrial de mobílias alentejanas” e a partir dos anos ‘40 a empresa familiar Santos & Santana L.da (1949, 40 contos). À frente da Espalha & Oliveira L.da (1955, 20 contos) encontramos um empregado de escritório e o carpinteiro João Augusto Mendes de Oliveira com cotas iguais. Do mesmo modo, na Mobilouças L.da, sociedade constituída na cidade para o “comércio e indústria de móveis e decorações” com um capital de 60 contos encontramos um funcionário corporativo, um comerciante e um marceneiro.

Se o ramo do mobiliário parece ter ficado acantonado num produto regional (as “mobílias de Évora”) e na satisfação de um mercado relativamente estreito, os curtumes parecem ter-lhe seguido o exemplo como se verá depois na análise dos registos industriais. Foram excepcionais e datam do início do século as iniciativas que lhe estão relacionadas. A Constantino Bernardo & Irmão (1889) reunia três irmãos na gestão do negócio e do património recebido: a “preparação de curtumes ou cabedais, compra e

⁸⁸ Escritura em Évora no notário Pinto Bastos (ADE).

venda por grosso ou a retalho e exploração das propriedades que pertencem à mesma sociedade”. O capital de 12 contos era constituído sobre o valor das propriedades urbanas e dos foros sobre moradas de casas, e a sociedade explorou a fábrica de curtumes às Alcaçarias de que era proprietário António da Silva Leite³⁷.

A Murteira & C.ia (1917), com um capital de 10 contos, associou os comerciantes Adriano Augusto Murteira e Luís Alves Martins no negócio da “compra e venda e preparação de solas e cabedais e seus derivados” durante 5 anos. No mesmo ano constituiu-se a Caeiro & Rodrigues entre Achilles Caeiro e António Rodrigues. Tais iniciativas onde estão presentes comerciantes que surgem noutras actividades parecem relacionar-se estreitamente com as oportunidades e perturbações criadas pela guerra (cf. “Évora” nos Anuários Comerciais).

O comércio da cortiça, onde a actividade de armazenista se aliava à preparação da matéria-prima e à venda para os mercados da indústria, foi um dos ramos mais dinâmicos na associação de capitais. A empresa de Estremoz Roberto Reynolds & Companhia constituída em 1892 com um capital de 124 contos reunia sob um mesmo empreendimento o património fundiário e industrial dos Reynolds em Portugal e em Espanha. A articulação da actividade agrícola e pecuária com o comércio da cortiça e gados, o fabrico de cortiças na fábrica de Estremoz e a comercialização desses produtos constituiu o culminar dum percurso em que a orientação fundiária surgiu no prolongamento da actividade comercial especializada no grande comércio de exportação. A constituição da Roberto & João Reynolds em Junho daquele ano, imposta pelo código comercial, envolveu formalmente a divisão das propriedades e a separação dos interesses industriais regulada por um contrato com a Companhia das Cortiças de Portugal para fornecimento de cortiças das propriedades da família³⁸. A separação entre a propriedade fundiária (ramo agrícola) e as actividades de intermediação com a indústria transformadora, orientação já consolidada nos finais de Oitocentos, está implícita na maioria das sociedades constituídas no sector corticeiro. Isto não significa que a acumulação fundiária não continuasse a constituir o meio adequado de consolidação de fortunas, como ficou patente no caso já referido da J. A. Direitinho & Filhos Limitada

³⁷ Escritura em Évora (ADE, notário Costa) a 12 de Setembro de 1889.

³⁸ A sociedade é feita entre Roberto Rafael Reynolds, de Estremoz e João Reynolds, em Lisboa, classificados como comerciantes e proprietários. (Tabelião Jorge Camelier, Lisboa, em 12 de Junho de 1892, ver ACRP/E1 (1989-1926). A sociedade anterior foi dissolvida visto que o código comercial de 1889 não permitia a existência de sociedades tácitas. No acto discriminou-se a divisão das propriedades rústicas e dos bens entre os sócios.

(1922) de Viana do Alentejo, constituída para a “exploração de prédios, comércio de indústria (sic) e comércio de cortiça” e na qual o pai aparece como proprietário e os filhos como industriais.

Na perspectiva dos industriais, a aliança com os proprietários endinheirados e com os comerciantes surgia como inevitável e “natural”. Um dos percursos que merece ser seguido foi o do industrial Joaquim Augusto que, em 1904, constituiu com o comerciante António Anselmo Dias a J. Augusto & C.ia para a “compra, venda, fabricação e manipulação de cortiças” com um capital de 11 contos. Dias entrou com dinheiro fresco (9 contos) enquanto Joaquim Augusto entregou o estabelecimento industrial constituído por uma caldeira, prensa e algumas cortiças em prancha, avaliadas em 2 contos. A natureza da origem financeira desta aliança é confirmada pelo facto do industrial ter mantido a direcção técnica da fábrica. A sociedade foi dissolvida em 20 de Dezembro de 1910 mas em Maio do ano seguinte foi constituída uma nova sociedade, também com o seu nome, com um capital de 14,9 contos composto, mais uma vez, “por utensílios da fábrica e balança de pesar carros” enquanto João Álvaro de Francisco Pais entrou com 8 contos. O industrial mantinha a direcção técnica, enquanto Pais ficou com a escrituração que lhe permitia controlar os negócios. Quando a sociedade foi dissolvida, em 1914, os seus activos montavam a 41,4 contos e o passivo a metade desse valor. Em 1919 foi novamente registada a Joaquim Augusto L.da, agora com um capital de 50 contos, logo elevado para os 120 contos, quando se junta à família Orey, ao industrial Manuel Alves Pais e a outros (*v. supra*). A sua cota, mais uma vez, era “representada pela diferença entre o activo e o passivo da firma Joaquim Augusto & Cia. Sucessor”⁹¹. Em 1921 a firma muda a designação para Empresa Industrial de Cortiças Eborense Limitada e o capital foi novamente elevado para os 480 contos⁹². Em 1922, os serviços registam-na com 80 trabalhadores na fábrica da Rua dos Penedos, tornando-se na maior da cidade nos anos ‘20. Contudo a actividade seria cancelada em 1939.

Outra sociedade que merece destaque foi a Cutileiro & Ferreira, constituída em 1911 com a entrada de Domingos Augusto Cutileiro na empresa de Artur Augusto Ferreira e cuja fábrica ficava na rua das Alcaçarias e empregava, em 1922, 41 trabalhadores. Nesta data, todo o activo e passivo da empresa voltou a ficar a cargo de Artur Ferreira.

⁹¹ Escritura em 19.7.1919 em Lisboa, no notário Tavares de Carvalho (ACRP/E1, 1989-1926).

⁹² Escritura em Lisboa, no notário Manuel Faro Viana (ver reg^o 92, *idem*).



Outro empresário que teve um percurso ligado à indústria corticeira foi José Gomes Severino. Conhecido como industrial, a sua fábrica na Rua Cândido dos Reis empregava 36 operários desde 1913. Três anos mais tarde associou-se ao proprietário Alexandre Pereira Pais que entrou com dinheiro e cortiças. Tal como nos outros casos, a sua cota foi constituída pelo activo e passivo da fábrica. A ligação de José Gomes Severino às elites locais fica atestada logo em 1915 pela sua participação na fundação de “A Pátria”, onde aparece como accionista e secretário da Mesa da Assembleia Geral. A sua ligação aos interesses agrários é ainda perceptível quando em 1921 funda com o industrial Henrique Fernandes a Empresa Mecânica de Reparações de Máquinas e Automóveis Limitada, com um capital de 40 contos, assim como em 1946, já depois da guerra, quando aparece como vogal efectivo do conselho fiscal do Banco do Alentejo. O seu nome invoca o *industrial eborense*, estando à frente da Associação Industrial da cidade e representando-a, por exemplo, no Congresso das Associações Comerciais e Industriais que decorreu em Lisboa, em Dezembro de 1923, e onde foi debatido, a par de outras teses como a de Oliveira Soares, o programa político e económico de Salazar.

A maioria das empresas corticeiras, de pequena dimensão, associavam industriais a negociantes que viam aqui uma boa oportunidade de aplicação de capitais. Na Pastor, Mouginho & Caeiro (1913), constituída para a “compra para revenda de cortiças fabricadas ou em prancha (sic)” com um capital de 6 contos, o negociante António Joaquim Caeiro, surgia como sócio capitalista, e Carmelino Pastor e Jerónimo Mouginho como “sócios de sua indústria”⁴¹. O mesmo se passou na Rodrigues Fino & C.ia (1915), com estabelecimento no Bairro Operário, já fora dos muros da cidade, na qual Manuel António Rodrigues Fino surgia como sócio capitalista e Reynolds Santana como sócio de indústria numa sociedade que estava aprazada para 5 anos. A Sociedade Fabricante de Cortiça Eborense Limitada (1924), associação constituída entre um grupo de quatro corticeiros e o chefe da secretaria da Câmara, deu lugar pouco depois à Sociedade Industrial de Cortiças Limitada quando nela entrou António Passanha Pereira, proprietário de Ferreira do Alentejo, sendo o capital elevado para 30 contos. Tratava-se, em todo o caso, de pequenas iniciativas cujo capital era maioritariamente constituído pelo valor das cortiças em circulação, como o atesta o registo desta última empresa com 9 operários apenas.

⁴¹ Em 1925, os comerciantes e industriais Carmelino Pastor e Jerónimo Mouginho associavam-se a Luís dos Réis Bacharel na Pastor, Mouginho & Bacharel Limitada, sociedade com um capital de 150 contos e que empregava apenas 12 trabalhadores.

A Azaruja forneceu muitos dos industriais que procuraram estabelecer-se em Évora nos anos '20 e continuou ainda a ser uma sede importante de associações, muitas delas de natureza familiar como, por exemplo, a Ricardo & Pastor L.da (1922) ou o caso já apontado da Viúva de Manuel Pais, Filhos & Companhia (1918). Constituída dois anos depois com 50 contos, esta sociedade deu lugar à António Pais & Cia. L.da, tendo saído dela Altino Fialho e o corticeiro Inácio Ferrão Tique. António Fialho Pais, qualificado como “proprietário residente na Azaruja”, associou-se mais tarde a dois comerciantes de Lisboa na sociedade Casas, Moraes & Pais. Nesta sociedade, constituída com sede naquela povoação com um capital de 400 contos, os lisboetas entravam com 350 contos⁹⁴. A Ferrão Tique & Companhia Limitada, constituída em 1948 com uns modestos 35 contos, representa de alguma forma o ponto de chegada, no pós-guerra, dos interesses industriais constituídos pelos mestres corticeiros da Azaruja. Nela estiveram presentes os interesses daquela família de industriais e dos seus sócios descendentes. Também a Canelas & Companhia Limitada foi constituída em Évora em 1946 pela viúva do industrial e o seu filho, sucedendo à Emílio & Canelas, fundada na Azaruja em 1917 entre dois industriais daquela povoação corticeira⁹⁵. Outros casos de sociedades de gestão familiar foram a Luís Maria Correia & Filho (Évora, 1929) ou a Correias Irmãos Limitada (Évora, 1945).

Embora os comerciantes e industriais da cortiça gostassem de realçar a especificidade do negócio e o valor da informação como obstáculos “naturais” à entrada de novos concorrentes, os negócios da cortiça andaram a par de outros para muitos negociantes. Mas as sociedades, por via de regra, eram especializadas naquele negócio que juntava a aquisição com a preparação, transformação e comercialização. A Sociedade Comercial e Industrial Limitada (1922) que juntou Leonardo e Francisco António Caeiro a José Moléro para o “comércio em cereais e seus derivados, bem como a indústria e comércio das cortiças” foi um caso excepcional. A análise individual dos registos industriais encontra gente com interesses bem diversificados como, por exemplo, José António d'Oliveira Soares que empregava no seu estabelecimento, em 1925, 18 trabalhadores.

⁹⁴ Escritura lavrada em Lisboa no notário José Peres Correia Galvão em 30 de Setembro de 1922.

⁹⁵ Joaquim Canelas Jr morre em Lisboa a 2.Jun.1945. A sociedade constituída confirma os laços de parentesco existentes entre os comerciantes/industriais corticeiros. Assim, por exemplo, uma das filhas era casada com Ricardo Varela Pastor, agora identificado como proprietário da Azaruja.

A análise destas sociedades para o comércio e a indústria da cortiça mostram-nos vários tipos de motivações na origem da sua constituição, sendo de salientar, em primeiro lugar, a necessidade de apoio financeiro ou comercial para um empreendimento já existente e, em segundo lugar, a gestão de negócios herdados. As associações entre pequenos industriais e mestres corticeiros não dispensaram outros apoios, entre os quais o dos grandes proprietários. Um dos últimos casos registados foi o da Sociedade de Cortiças Azarujense Limitada (1945), na qual a grande proprietária Maria do Anjo de Barahona Fragoso e Mira entrou com 84 contos, valor representado por “uma caldeira e um barracão”, cuja motivação parece ter sido a de ajudar o seu antigo empregado António Banha de Oliveira a entrar neste negócio⁴⁴. Por outro lado, as pequenas sociedades revelam a presença de indivíduos de modesta origem e cuja vida esteve ligada ao ofício de corticeiro. A análise de conjunto não pode deixar de considerar o que se estava a passar no mundo industrial corticeiro. O estabelecimento de grandes operadores internacionais em Portugal como a norte-americana Armstrong ou a Mundet “coincide” com uma fase de diversificação e complexificação da indústria corticeira, consolidada durante a I Guerra Mundial, na qual a rolha perdeu o papel hegemónico de outrora. Não menos importante foi o facto de a grande indústria alterar o seu padrão exclusivamente assente no trabalho manual para passar a ser igualmente de capital intensivo: o processo de produção da rolha complexificou-se e industrializou-se, surgiram novos produtos assentes no aglomerado branco e negro, a cortiça passou a ser usada em todo o tipo de vedantes, no isolamento térmico e acústico e descobriram-se aplicações praticamente em todas as áreas da vida dos homens, desde as palmilhas para o calçado até ao papel usado nos cigarros de luxo. Neste contexto, devemos salientar a ausência de grandes iniciativas comerciais e industriais nesta área sedeadas em Évora, as quais requeririam porventura a forma de sociedades anónimas por acções.

Também no domínio da construção de carros encontramos a presença de industriais cuja origem remonta ao ofício. A Joaquim José das Neves Severo & Filhos Limitada, sociedade constituída para o “comércio e indústria de construção e reparação de carros, exploração das oficinas de carpintaria e ferreiro” com um capital de 22,5 associou aquele industrial aos seus 3 filhos. A sua oficina de carpintaria de carros, estabelecida em Janeiro de 1883 em São Mamede, era seguramente a maior da cidade. Trabalhando para um mercado onde pesava a clientela dos lavradores que continuavam

⁴⁴ Este tinha apenas uma cota de 6 contos. Escritura a 6 de Junho de 1945 (notário Pinto Bastos, ADE). A gerência podia ser exercida por qualquer dos sócios.

fiéis aos seus *carros de canudo*, tinha em anexo oficina de ferreiro e empregava pelo menos 13 operários ainda em 1923, de acordo com os registos da 4^a Circunscrição Industrial (v. figuras G.11 e G.12 em anexo). Em 1936, aquele industrial ainda registou a actividade de serração de madeiras mas empregava agora somente 10 indivíduos.

Ao considerarmos o percurso destas empresas oficinais e dos seus industriais, na sua vertente política é de salientar não só o facto de estarmos perante uma actividade ameaçada pelo “progresso” como a sua dependência face aos *habitus* dos lavradores e grandes proprietários num contexto em que a vida urbana, pela sua escala e complexidade de relações, ainda não se autonomizara da esfera rural. Isto não deixará de ter consequências no entendimento entre os diferentes interesses, tanto mais se pensamos que Severo, como tantos outros industriais deste tipo, aparece igualmente ligado à Associação Industrial da cidade (v. tabela D.1, anexo).

Como veremos adiante, o período da guerra assinalou o momento de decadência irreversível destas oficinas de abegão que, para além da construção e reparação de carros, fabricavam e reparavam também arados, instrumentos agrícolas e, duma forma geral, grandes peças mecânicas em madeira e em que o ferro aparecia como elemento acessório (cf. Picão-1983, cap. VII, figura G.16, anexo). O apego destes industriais ao tradicionalismo pode decorrer, como hipótese, das dificuldades de reconversão desta indústria que encontrou frequentemente na serração de madeiras uma saída para o empobrecimento.

Algumas das sociedades familiares constituídas mostram, no entanto, que a associação à serralharia permitiu, por sua vez, a manutenção da sua posição *assistencial* face ao mundo agrícola e, duma forma geral, aos transportes. Assim, a Cunha, Miradores & Leal Limitada (1924-1947) unia as famílias dos “industriais” Augusto Alves Leal e Cláudio José Mirador no “comércio da exploração das indústrias de serralharia mecânica e civil, construções e consertos de carros”⁹⁷. O caso já referido da Viúva de Serafim Henriques Limitada (1947), constituída como “indústria de serralharia mecânica, reparação de automóveis e de máquinas agrícolas, motores de combustão e de explosão, fundição de bronze, comércio de venda de peças soltas, etc.”, serve de exemplo para este percurso.

⁹⁷ Ainda no início da década de 1980, num trabalho de campo que realizámos no Baixo Alentejo, viemos encontrar muitas destas oficinas com velhos equipamentos abandonados e convertidos à assistência mecânica, quando não se tinham transformado em espaços mortos.

A assistência aos automóveis, tractores e máquinas agrícolas, frequentemente associada à sua comercialização, tornou-se uma das áreas mais dinâmicas neste período, onde encontramos por vezes a presença, não desinteressada, dos grandes proprietários ao lado de comerciantes e industriais. Já referimos os casos da iniciativa de Gomes Severino (1921) e da Estevam Fernandes Limitada, esta última constituída em 1924 para a “exploração da agência da venda de automóveis Ford e tractores agrícolas da mesma marca, seus acessórios e tudo o que diga respeito à marca de carros...”, com o capital de 151 contos. Para além desta, devemos realçar, em 1922, a Sociedade Comercial, Industrial, Agrícola Eborense L.da; a Agostinho Dias L.da., em 1926; e a Electro-Mecânica L.da, em 1929. A primeira, cujo objecto era a “compra, venda, troca, fabrico e reparação de máquinas industriais e agrícolas e seus pertences, serralharia civil e mecânica, fundição e forja, serração de madeiras, venda dos respectivos produtos”, tinha um capital de 150 contos, enquanto a segunda, destinada apenas ao “comércio de comissões, consignações e conta própria, representações de automóveis e máquinas” contava somente com 10 contos. Tratavam-se obviamente de empreendimentos de natureza diferente. Nesta altura encontrávamos o industrial Carlos Roeder, proprietário da Metalúrgica Alentejana (Beja) e dos Estaleiros da São Jacinto (Aveiro) a apoiar Agostinho Dias, que ficou com a gerência. Na Electro-Mecânica, uma sociedade de idêntica valia, vamos encontrar nomes ligados às boas famílias da cidade (António Cordovil, Francisco Caldeira Didier e Aureliano de Mira Calhau) tomando parte activa na sua administração.

Um segundo ciclo de iniciativas teve lugar nos finais da guerra, com a constituição, em 1947, da Sociedade de Metais e Fundição Limitada (Somefe), com o capital de 270 contos, que juntava, como grandes accionistas, a firma Agência Comercial L.da, o comerciante Francisco Parreira Rosado, o lavrador Agostinho Inácio Gião e Albino J. Lopes Braguez, guarda-livros residente em Reguengos. Para além destes, encontramos ainda dois torneiros-mecânicos que ficaram à frente do estabelecimento, localizado no Bairro do Chafariz d’El-Rei, em Évora. A Fialho & Irmão (1958) também assinalou a ascensão de dois irmãos serralheiros (Lenino e Pôncio Fialho) ao mundo empresarial. As duas empresas metalúrgicas foram as mais importantes da cidade, construindo máquinas e alfaias em ferro adaptadas aos solos alentejanos e competindo com êxito com as grandes empresas do país neste nicho de mercado (Tramagal e Duarte Ferreira) ⁴⁶.

⁴⁶ Voltaremos a este assunto mais adiante, nos capítulos 4 e 6. V. tb figura G.10 em anexo.

Neste grupo devemos distinguir as sociedades, relativamente numerosas, orientadas sobretudo para o comércio automóvel. Entre estas estavam a Stand Eborensis Limitada (1930), cuja gerência estava a cargo de Firma Orey Limitada e de Artur Serranho de Oliveira; a Sociedade Automobilista do Alentejo (1943), constituída pelos industriais Alberto José Carvalheira e Francisco José Gutierrez Caeiro; a A. Dias Limitada (1946-1952), iniciativa que contou com a participação de proprietários como Carlos Manuel Infante da Câmara Leal Martins Pereira (de Reguengos); a Auto Progresso Limitada (1946-1973), da família Gromicho⁹⁹; a Severo & Teles Coelho, L.da (1949); a Filipe Benjamin dos Santos, Filhos & Companhia Limitada (1951); a Emo & Marques Limitada (1954, Viana do Alentejo); a Eborauto Limitada (1957); a Júlio Soares, Limitada (1958); e no final do período que temos vindo a analisar, a Bernardino José de Mira Limitada (1960). Ao contrário das iniciativas anteriores, no negócio das representações de automóveis e máquinas predominavam os comerciantes, coadjuvados pelos proprietários fundiários. Trataram-se, por vezes, de segundos ou terceiros negócios como se percebe, por exemplo, pela participação do comerciante bejense Leonel António Cameirinha. A generalização do uso do automóvel permitiu a entrada de comerciantes com origens tão diferentes como Arquimínio Caeiro. Este entrou na Sociedade Automobilista do Alentejo em 1946, depois de se ter iniciado na firma de António Luís Paquete e de, como ele, ter andado pelos negócios das lãs e cereais e, no ano seguinte, constituiu a Archimínio Caeiro L.da que se tornará uma importante empresa do ramo na cidade, com estabelecimentos também em Elvas e em Estremoz. Em 1959, esta empresa tinha um capital 1.000 contos. A proximidade com os grandes proprietários e lavradores parece explicar a participação desta empresa na Sanivegetal - Serviços Técnicos de Sanidade Vegetal, Limitada (1956), constituída para a “produção e comercialização de alimentos compostos para animais, o agenciamento e a representação comercial de produtos para a agricultura e pecuária e respectiva comercialização por grosso e a retalho”.

Foram raras as sociedades constituídas na área do vestuário e do calçado. De pequena e média dimensão, estas assumiram um cariz marcadamente comercial como se percebe na Sociedade de Tecidos do Alentejo, constituída em 1946 para o “comércio de tecidos, fazendas, malhas, algodões e miudezas” com um capital de 300 contos por

⁹⁹ Em 1949, as cotas de António Bartolomeu Gromicho, reitor do liceu de Évora, António Pais Gromicho, cedem a sociedade ao comerciante Joaquim Ribeiro e a António Cascalho. Este último acaba por ficar com a sociedade no final dos anos '50 (v. registo em ACRP/E2).

quatro comerciantes. Para além desta, destacamos a Martins & Carvalho Limitada, constituída dois anos depois para o “comércio de malhas e miudezas” com um capital de 120 contos também por dois comerciantes.⁴⁸ Na área da produção e comercialização de calçado, as referencias são também excepcionais e de pequena valia, datando dos finais do século passado: a A.J.Caeiro & Fontes (1898), constituída para a compra e venda de cabedais e calçado (capital de 800 mil réis) e a comandita Torres & Vitorino (1922), avaliada em 400 escudos nas quais um comerciante aparece ao lado dum oficial de sapateiro. As restantes iniciativas não merecem particular destaque pela sua dimensão e natureza.

Tal como sucedia nas áreas marcadas pelo ofício, também na indústria de tipografia é importante a presença do trabalhador qualificado. A Ferreira Irmão & Companhia (1898) foi constituída entre 2 irmãos tipógrafos por um prazo de dez anos, assim como a Pires Tristão & Cia. (1899). Esta deu depois lugar à Pires, Tristão & Cia. Sucessores e, em 1909, à Empresa Tipográfica Eborense (capital social: 4 contos). A Minerva Comercial Limitada (1936) tinha igualmente dois sócios classificados como “industriais”. Gestão em conjunto e cotas iguais marcavam estas pequenas empresas que também faziam encadernações e juntavam o comércio de papelaria. A estreiteza dos mercados locais explica a polivalência de outras iniciativas, como sucedia na Isidoro Gomes & Companhia (1924) onde “o comércio e indústria de tipografia”, se aliava “à papelaria, livraria, encadernação e edição de obras” ou na Sociedade Tipográfica Eborense Limitada (1924) que tinha por objecto “a exploração em qualquer parte do país do comércio de papelaria e das indústrias de tipografia, encadernação, pautação, litografia...” e reunia 120 contos de capital. A maior empresa foi a Minerva Comercial L.da, constituída em 1921 com um capital de 33 contos, onde participou o Banco do Alentejo, três grandes advogados da cidade, um solicitador, cinco tipógrafos, um escriturário e um empregado público. Foram, pois, os “grandes” consumidores de papel impresso que participaram na fundação desta tipografia que empregava 20 indivíduos. A multiplicação de pequenas unidades é atestada nas 10 tipografias registadas nos serviços industriais desde os anos '20, tendo apenas metade assumido a forma societária.

Finalmente, no domínio dos espectáculos vemos constituírem-se em três momentos sociedades ligadas a um empreendimento específico. Nos princípios do século, a Barradas & Companhia (1907) foi criada para a construção e exploração dum teatro pelos

⁴⁸ Em 1951 a sociedade passa a denominar-se José do Carmo Martins Lda. na sequência da saída de José Vicente Fialho de Carvalho.

proprietários e negociantes eborenses António Simões Paquete, Estevão Pimentel e Tristão Augusto Barradas. Nos anos '20, a Empresa Teatral Cinematográfica Limitada (1921), sociedade que explorava o Eden-Teatro, contou com a presença de um único comerciante lisboeta. A Annes & Ferreira Limitada (1931) explorava o Salão Central Eborense e estava nas mãos de dois comerciantes, um de Évora e outro de Lisboa. E nos anos '40 dois comerciantes de Lisboa constituíram a M. Temudo Baptista Limitada (1941).

2.6. Conclusão

Neste capítulo circunscrevemos a validade dos registos de sociedade como fonte para o estudo do comportamento económico dos diferentes actores regionais. Nestas linhas, mais do que uma síntese, salientaremos alguns aspectos pertinentes para o estudo subsequente do tecido industrial.

A descrição e análise dos registos comerciais de Évora confirmou a participação privilegiada das elites fundiárias eborenses na actividade bancária, seguradora, no grande comércio de importação e exportação regionais, onde a actividade industrial se integrava ou surgia como complemento necessário. Mostrou igualmente um interesse conjuntural pelos negócios do imobiliário, construção e turismo, actividades que permitiam capitalizar o património imobiliário acumulado. Por via do crédito privado, a participação de alguns membros das elites locais alargou-se acidentalmente a outras iniciativas. Admitimos também que possam ter existido casos onde alguns membros das elites locais tenham apoiado certos indivíduos. Este apoio, que é frequentemente reconhecido através da memória local, não teve por objectivo prioritário o lucro e trataram-se de casos excepcionais.¹⁰¹

A transformação que estava a ocorrer na economia regional através da difusão dos veículos automóveis, da generalização dos motores de combustão interna aplicados na agricultura e na indústria e dos novos instrumentos agrícolas adaptados a novas formas de tracção representou uma oportunidade para a entrada tanto de comerciantes como de proprietários e de industriais. A actividade dos sindicatos agrícolas, dos grémios e das

¹⁰¹ Hipólito Raposo dá-nos conta, num inquérito que realizou em 1964 aos industriais alentejanos que “5 % dos empresários (...) tinham vindo de muito baixo e (...) tinham sido ajudados, no início, financeiramente e com desinteresse, por grandes empresários agrícolas alentejanos aos quais se mostravam muito gratos” (Raposo-[1977]: 276).

cooperativas quer no fornecimento de *inputs* para a agricultura quer na transformação dos produtos da agricultura comercial do sul ocupou um espaço de mercado que não terá deixado muita margem para o desenvolvimento autónomo de iniciativas individuais ou societárias. Neste contexto, importa realçar o movimento nos finais da guerra para a constituição de unidades empresariais de pequena e de média dimensão vocacionadas para a comercialização e industrialização de produtos agrícolas.

As formas societárias adoptadas confirmam a preferência generalizada pelas sociedades por cotas. As sociedades constituíam-se, por norma, com um pequeno número de accionistas ou de sócios que geriam em comum a empresa. Frequentemente esses laços eram consolidados por alianças familiares, ou regulavam interesses entre pessoas com um parentesco próximo. Foram excepcionais as S.A.R.L., iniciativas que estiveram limitadas ao mundo dos grandes negócios já identificados. Neste aspecto, assinalamos a ausência de iniciativas deste tipo sedeadas em Évora em áreas tão pertinentes quanto a comercialização e transformação da cortiça, ou a actividade metalúrgica.

As sociedades em comandita, constituídas geralmente a curto ou médio prazos, foram comparativamente de menor importância e estiveram limitadas ao mundo da pequena indústria e do pequeno comércio. Muitas vezes não traduziram mais do que a entrada de novos actores por via dos créditos sobre elas constituídos.

A esmagadora maioria das sociedades assumiu uma natureza simplesmente comercial ou ligou o comércio à actividade industrial. A escassez de sociedades industriais *propriamente ditas* não pode deixar de estar relacionada quer com a forma de integração da região nas relações económicas nacionais e internacionais, quer com o nível de desenvolvimento das empresas regionais. Autonomizadas formalmente da esfera agrícola, nelas a indústria subordinava-se aos interesses comerciais.

A análise em diacronia do movimento de associação de capitais não pode dissociar-se das motivações que conduziram à sua constituição e ao seu enquadramento jurídico-institucional. Implicitamente, ficou remetido para o domínio do *whishful thinking* a ideia de que as sociedades eram formas que permitiam ligar gente ambiciosa, com ideias e “capital humano” a quem dispunha de dinheiro em abundância. Os problemas relativos à gestão dum património comum ou à sua transmissão estiveram presentes em muitas das sociedades capitalistas cuja fundação esteve quase sempre ligada à acção individual ou familiar. As sociedades constituíram-se igualmente para juntar competências

complementares ou estratégicas, aliavam comerciantes e industriais, pessoas radicadas em Évora a gente de Lisboa, por vezes com diferentes competências socioprofissionais. Noutros casos, foi o rumo dos negócios que levou à constituição de sociedades e ao seu registo tardio no tribunal comercial, o que permitia a entrada de novos actores por via do crédito já constituído, ou avançar para o relançamento duma empresa. Como veremos mais tarde, na ausência dum verdadeiro crédito industrial as acções sobre as empresas foram, de facto, um meio de reparação ou da garantia hipotecária, cujo alcance e significado não deve ser menosprezado. A emissão de acções e de obrigações como forma de financiamento esteve limitada às SARL, enquanto nas sociedades por cotas as dívidas eram frequentemente integradas com o aumento do capital. Isto não contradiz, bem pelo contrário, o desejo generalizado do núcleo fundador de tentar garantir o controle das sociedades em qualquer circunstância. A maioria das sociedades, através das suas disposições estatutárias ou contratuais, tomava cautelas contra a entrada de estranhos. A gestão em comum ou por maioria foi a mais frequente, o que se torna compreensível perante o pequeno número de pessoas que, por norma, se associavam. Muito frequentemente também as sociedades resultavam dos problemas inerentes à transmissão do negócio e da actividade pelo *pai fundador* ou do desejo dos herdeiros de manterem esse património e capital, em larga medida imaterial, indiviso. Nestas múltiplas valências fundamentais, o comportamento das elites eborenses não se terá distinguido dum padrão mais generalizado de comportamento nas urbes burguesas dos princípios do século XX, as quais foram marcadas pelas empresas de natureza individual ou familiar (cf. Fradera e Millán, 2000; Verley-1994; Cerruti, 1989; Congrès, 1983; Levy-Leboyer, 1979).

O movimento de constituição e dissolução de sociedades identificou um período de depressão, que sucedeu a uma conjuntura de prosperidade relativa e dinamismo que compreende os anos que vão da participação portuguesa na I Guerra Mundial à segunda crise dos anos '20 (1916-1923/4). Este fenómeno parece relacionar-se com a perversão dos jogos das relações intersectoriais e interregionais ligadas à conjuntura da guerra, à alta de preços, inflação e escassez de bens primários. Foi neste sentido que interpretámos a constituição de empresas industriais na moagem, na área metalomecânica, os negócios dos curtumes e solas, e da cortiça, bem como um leque diversificado de iniciativas na área comercial orientadas para o consumo urbano e que contribuíram para o dinamismo do período. Por outro lado, a institucionalização corporativa e a política agrária seguida pelo Salazarismo até aos anos '40 pode explicar a escassez de iniciativas para aquilo a que se chamava o comércio de especulação dos produtos do agro alentejano. Assim, a

multiplicação de sociedades foi tardia, pois data dos anos '40, e marcada pelas pequenas firmas familiares, diversificadas quanto ao seu objecto comercial e industrial, porém, limitadas na dimensão e alcance económico pela natureza dos mercados urbanos construídos (Cf. Gaspar-1972).

A análise diacrónica do movimento de sociedades considerou que uma parte substancial das iniciativas recaiu sobre *estabelecimentos* já constituídos, não podendo a sua quantificação ser tomada como indicador rigoroso do ritmo das iniciativas empresariais da região, as quais foram, na maioria dos casos, assumidas a título individual. Neste aspecto, os registos dos serviços do Estado que recaíam sobre as actividades industriais são uma fonte mais fidedigna. O seu estudo será feito no próximo capítulo e, como veremos, virá a confirmar a periodização identificada.

3. Tradição e modernidade na indústria alentejana (1922-1950): a grande indústria.

3.1. Introdução

Partindo da análise do meio eborense defendemos, no primeiro capítulo, que apesar de ter emergido um “sector” industrial moderno na cidade, no Alentejo dos finais de Oitocentos dominava ainda o artesanato. As relações entre a lavoura e a indústria eram de natureza predominantemente pré-capitalista, como se percebe pela prática generalizada do *trabalho à maquia*. As oportunidades de grandes negócios a jusante da esfera agrícola circunscreviam-se, na maior parte dos casos, ao grande comércio de importação e de exportação regionais. Neste contexto, a actividade industrial surgia frequentemente integrada nas empresas comerciais ou na actividade das grandes casas agrícolas. A análise das sociedades constituídas em Évora, que fizemos no capítulo 2, confirmou esta subordinação da actividade industrial numa época em que se começava a constituir um sector industrial de produção em massa orientado para o processamento de produtos agrícolas, como foi os finais do século XIX ¹⁰².

Neste capítulo visamos caracterizar o tecido industrial no Alentejo durante a primeira metade do século XX, contribuindo com este exercício para clarificar os binómios emergentes na historiografia recente sobre a região: industrialização / desindustrialização; modernização, diversificação / estagnação, tradicionalismo¹⁰³. Partimos das descrições dos observadores autorizados do meio industrial para as imagens construídas sobre o Alentejo, que se podem apreender através dos textos em periódicos regionalistas com larga divulgação durante este período, para depois nos determos na análise do Registo do Trabalho Nacional na área da 4^a Circunscrição Industrial. Trata-se duma abordagem necessária, de cariz introdutório, que prepara a análise diacrónica e sectorial do parque instalado que, de forma mais aprofundada, se fará no capítulo seguinte. O nível de desenvolvimento industrial que esse parque revela

¹⁰² Um historial cronológico da implantação das fábricas de moagem em Portugal encontra-se em Ferreira (1998 e 1999). Falta-nos ainda uma visão de conjunto para as massas e bolachas, para o azeite e extracção de óleo e para as “novas” bebidas (cervejas, licores).

¹⁰³ Ver a este respeito as teses de David Justino (1988 e 1989) e de Ana Cardoso Matos (1991 e 1997) em defesa de um processo “desindustrialização”. Em sentido oposto, veja-se Helder Fonseca (1996^a e 1998).

não pode conceber-se como uma realidade imanente, derivada dos factores edafoclimáticos ou da vontade dos seus agentes imediatos. A descrição não deve considerar apenas as consequências para a região da modernização dos *inputs* agrícolas (químicos, maquinaria, têxteis) no espaço nacional, mas também a relação que a agricultura manteve com as indústrias a jusante naqueles dois espaços. Enfim, devemos atender aos vectores de modernização que se estavam a desencadear na indústria portuguesa e que afectavam directamente o mercado de produtos agrícolas, considerando o impacto que os novos meios de transporte e os novos equipamentos estavam a operar na região, ameaçando directamente as indústrias agora chamadas de “tradicionalis”.

Uma das formas que privilegiamos na análise do binómio tradição / modernidade, consistiu em centrar a nossa atenção nas maiores empresas capitalistas instaladas na região. Quando, como e porquê se constituíram? Qual o seu grau de articulação com o conjunto da economia regional? E, na perspectiva que tem conduzido o nosso inquérito, importava também conhecer o papel que as elites regionais assumiram na vida desses empresas. Qual foi, pois, a sua atitude predominante: alheamento, oposição ou participação activa? Enfim, que papel pode ser atribuído aos mercados (e a que mercados) e à regulamentação concebida pela intervenção dos diferentes governos no desenho do parque industrial?

Como é evidente, a capacidade de responder cabalmente a estas questões depende das fontes disponíveis. São escassíssimos, para não dizer inexistentes, os estudos monográficos sobre as empresas que operavam no Alentejo, bem como as descrições dos seus estabelecimentos e o seu meio económico. Neste contexto, revelaram-se de especial importância os processos de licenciamento actualmente depositados no arquivo da Direcção Regional do Ministério da Economia, em Évora. Constituídos com fins muito diferentes daqueles que visamos, eles dão-nos, porém, alguns elementos fundamentais relativos à sua actividade e, enfim, permitem identificar os actores.

Um dos obstáculos fundamentais que se tem colocado ao nosso conhecimento nesta área resulta tanto da escassez como da fraca qualidade dos dados disponíveis. Será necessário referir que nos números oficiais a perspectiva regional esteve ausente? Construídos com uma base de agregação administrativa, em larga medida artificial, sofrem ainda de critérios de classificação que variaram ao longo do tempo, desajustados entre si e ditados por convenções internacionais que não atendem ao nível de

desenvolvimento do país¹⁰⁴. Sem querermos agora enunciar os vectores metodológicos e os problemas políticos complexos que estiveram na origem das estatísticas industriais publicadas até à II Guerra Mundial, salientemos apenas a disparidade de critérios patente nas estatísticas de 1881, 1890, 1917 e 1930. A confusão entre *estabelecimento industrial* e *actividade industrial*, a diferente abrangência geográfica e os díspares critérios de classificação comprometem a sua validação quando se pretende uma análise comparativa mais fina dos dados. Consideramos, por isso, que os livros de Registo do Trabalho Nacional realizados nas sedes das circunscrições industriais constituem hoje uma fonte de excepcional importância para o reconhecimento do parque industrial instalado em contexto regional (ADRME/RTN, 1922-1966). Trata-se, apesar disso, duma fonte que tem diversos problemas e que exige um reconhecimento do seu campo de validade. Isto será feito no ponto 3 deste capítulo.

A análise centrada nas grandes empresas revela que operavam num espaço aberto à penetração de agentes e de interesses exteriores, que se articulavam bem com os recursos e com as oportunidades emergentes. Tal foi evidente no caso das companhias mineiras e da cortiça, mas também no caso da moagem de cereais. A presença de gente dinâmica que vinha do exterior ficou patente igualmente no caso das grandes oficinas de serralharia e de fundição. Por outro lado, a orientação exportadora da região para mercados industriais desenvolvidos com produtos com fraco valor acrescentado casava bem com a oferta proporcionada pela grande propriedade fundiária e com a concentração da propriedade mineira que a forma de concessão permitia. No caso da fábrica de lanifícios de Portalegre, a questão fundamental que colocámos foi a de tentar saber porque se manteve como uma empresa isolada numa região que tinha na produção e comércio da lã um rendimento não desprezível.

3.2. *Imagens do Alentejo: de deserto industrial à industrialização necessária.*

Ao traçarmos um breve panorama das percepções sobre a realidade industrial no Alentejo entre os finais do século XIX e o Estado Novo, centrámo-nos em dois tipos de fontes distintos: por um lado, os inquéritos industriais e os relatórios dos engenheiros-chefes das circunscrições industriais e, por outro, esses monumentos do regionalismo transtagano que foram a *Ilustração Alentejana* (1925-1928), o *Álbum Alentejano* (1931) e

¹⁰⁴ Compara-se, por exemplo, a classificação adoptada nos princípios do século (IM/BTI, 23, 1908), nos anos '30 (Portugal, 1931^a e 1931^b) e nos anos '50 (Portugal, 1953)

o *Boletim do Grémio Alentejano* (1935-1951). Tanto uns como outros pretendem dar-nos uma leitura realista do meio existente ao mesmo tempo que defendiam uma vocação para a região, enfim, um devir.

A imagem do Alentejo contemporâneo integra-se numa *construção mítica* centrada em torno do problema da terra⁴. Das preocupações “fisiocráticas” de um Severim de Faria que nos meados do século XVII associava a falta de gente do Alentejo à emergência da grande exploração orientada para a ganadaria em detrimento das culturas frumentárias (e povoadoras), uma linha de continuidade pode ser traçada até ao Estado Novo, a contestar aquele modelo de desenvolvimento, passando por Oliveira Martins, Basílio Teles e Alberto Sampaio. A sociedade alentejana, marcada pela estabilidade, estruturava-se e definia-se em torno da terra. No topo encontramos os grandes proprietários, grupo formado durante o liberalismo e que combina velhos e novos títulos de nobreza, gente do grande negócio e grandes lavradores bem sucedidos⁵. Na base, uma massa de proletários. E entre estes dois grupos uma gradação de condições, desde o seareiro que se identifica pela posse de um arado e de uma junta de bois, até ao abastado lavrador-rendeiro. O tradicionalismo de um Silva Picão, de Manuel Ribeiro, de Alberto Monsaraz ou de António Sardinha consolidam a imagem idílica dum Alentejo rural, a que se aliará a crença na sua vocação agrária.⁶ Neste quadro, a indústria moderna aparece como uma actividade residual e atípica fora do seu contexto imediato: o artesanato.

Os comissários do *Inquérito Industrial* de 1881 para o distrito de Beja apresentam-nos a imagem de um deserto industrial, uma região atrasada de vocação “*exclusivamente agrícola*”:

⁴ Referimo-nos aos processos de acção histórica concertada, desempenhados por diferentes actores, tendentes a conformar o real. A componente discursiva constitui uma parte fundamental da construção, traduzindo um conjunto de crenças e valores que impeliam à acção e buscavam fundamentação na “realidade”. Para o caso que aqui interessa veja-se o texto de Albert-Alain Bourdon (1985) e, para a Andaluzia, Sevilla Guzmán e outros (1988), entre a vasta bibliografia disponível para Espanha.

⁵ A obra de Silbert (1978) para o Alentejo dos finais do Antigo regime continua a ser uma referência fundamental. A descrição desta sociedade “tradicional” para um período posterior pode encontrar-se em Oliveira e Galhano-1983: 81 e ss. Cf. Picão, 1983. Mais recentemente vejam-se os contributos fundamentais de Helder Fonseca (1988, 1996^a, 1996^b e 1998) e de Manuela Rocha (1994).

⁶ V. tb. a este respeito Amaral (1941) e no plano estético-literário, salientemos a título ilustrativo Monsaraz (1954).

“É o distrito de Beja exclusivamente agrícola. Reparte-se em catorze concelhos, não havendo indústrias exercidas na maior parte deles. Lagares de azeite ou de cera, fábricas de aguardente, rouparias, não cabem num inventário industrial, quando se toma a palavra indústria no sentido restrito, como o do inquérito ordenado. Fábricas de moagem ou de cortiça, e estabelecimentos de indústria metalúrgica, é só o que há para inscrever no nosso pequeno recenseamento distrital. Das primeiras existem duas em Beja, uma em Ferreira e outra em Barrancos, das quais são fornecidos esclarecimentos bastantes nos respectivos questionários, que mostram bem serem poucos os operários empregados, e limitar-se quase ao distrito o consumo dos produtos. Os restantes concelhos pouco mais são do que um vasto deserto de estabelecimentos da indústria fabril ou manufactureira, exceptuados os de Odemira e Almodôvar, onde a existência de vastos sobreirais reclamava a de fabricas de cortiça. O homem levou por fim o seu trabalho onde a natureza lhe oferecia espontaneamente aquela matéria-prima, e quatro fábricas se podem hoje recensear naqueles concelhos.”
(*Portugal-1882b:39*).

A indústria era exercida a tempo parcial por muitos trabalhadores agrícolas, como sucedia em Trigaches, aldeia situada a 15 km. de Beja, onde existiam numerosos fornos de cal. Em várias localidades poderíamos encontrar fábricas de tijolos, ladrils e telhas de barro. Em Serpa, na Vidigueira e em Beringel, havia oficinas de louça de barro grosseiro. Serpa era conhecida pelo fabrico de talhas para vinho e azeite. A área de Castro Verde e Almodôvar constituía um verdadeiro centro proto-industrial especializado no fabrico de mantas e alforjes para o mercado regional¹⁰⁸. Orientadas para mercados rurais e exercidas frequentemente a tempo parcial por gente muito pobre, estas indústrias artesanais pareciam enfrentar um meio natural hostil:

¹⁰⁸ Esta indústria é descrita como “uma indústria praticada (...) em larga escala, sem contudo ter ainda saído da paz dos lares domésticos para assumir nas oficinas ruidosas os grandes desenvolvimentos da fábrica. (...) Alguns centenaes de mulheres praticam aí, em suas casas, essa indústria, fiando e tecendo a lã produzida na localidade. Não representando essa indústria uma verdadeira prosperidade local, é, contudo, um remédio no meio das agruras da pobreza e da necessidade. O negócio importante, o mais rendoso acha-se apertado nas mãos de alguns pequenos argentários, que compram a lã e a distribuem pelas mulheres da localidade, conhecedoras do ofício, que a fiam nas suas toscas rodas e em seus teares verdadeiramente primitivos. A retribuição é feita mais por empreitadas do que por salários. Minguados são, porém, sempre os proventos da operária, não logrando nunca cada mulher alcançar o ganho de 100 réis diários, relativamente farto numa região pobríssima, onde não ter fome é invejável e risonha prosperidade. Conseguem assim por esta indústria salvar-se da miséria muitas famílias de operários, ignoradas num angulo escuro do mundo, não sabendo por certo que têm muitos milhares de companheiras nas lides industriais, que nos grandes focos de Nantes, Marselha e Lyon, ganham só meio franco em dez ou doze horas de trabalho diário, no meio do luxo, dos deslumbramentos das tentações, dos desejos, e das necessidades infinitas daquela[s] capitais da indústria francesa” (*Portugal, 1882b: 39*).

“Escasseiam condições orográficas, matérias-primas produzidas nas localidades, combustíveis abundantes, rios que se transformem em grandes motores, população numerosa, capital disponível. Não havendo nada disto mal pode reputar-se Beja terra fadada para exercer primados industriais. Tem apenas o seu solo feracíssimo, que facilmente se desataria em copiosas messes, se uma corrente de capitais baratos o viesse fecundar com as suas proficuas aluviões. Não é, por certo, de lição e de exemplos que frontados por um bem regulado sistema quase nada proteccionista. Cifra-se nisto a solução do problema agrícola, que é realmente tudo nesta região. É o futuro de Beja, são os seus destinos que se vão desenhando no painel do horizonte com tintas cada vez mais sombrias e carregadas. Há, porém, ainda no céu muito espaço azul para onde se podem volver os olhos à espera dos cuidados e das resoluções dos poderes públicos.” (*Portugal, 1882: III, 40/1*).

Neste contexto, a Fábrica de Lanifícios de Portalegre, estabelecimento herdado do Pombalismo e privatizado durante o Vintismo, constituía uma notável excepção.⁸ Empregando cerca de 170 operários em 1881, o estabelecimento só encontrava rival na fábrica de rolhas do inglês George Wheelhouse Robinson que ocupava então cerca de 560 operários (*Portugal-1882^a, 1891*). Para além destas fábricas, Portalegre contava ainda com outras mais pequenas orientadas para a produção de lanifícios, como a de Ramiro Marçal & C.ia (54 operários), a de Neves, Gomes & Ribeiro (13 operários), ou a “fábrica de lanifícios, moagens e massas” de Manuel de Jesus Costa (19 trabalhadores). Portalegre constituía, por isso, uma verdadeira “ilha industrial”⁹.

A indústria corticeira foi responsável pela constituição de outras “ilhas”. O triângulo Azaruja, Estremoz, Évora concentrava o maior número de estabelecimentos e dos mais importantes, onde pontuavam ingleses e catalães. Estes estabelecimentos, por estarem orientados principalmente para a preparação industrial da cortiça, não empregavam muita mão-de-obra. O maior estava nas mãos dos herdeiros de Robert Hunter Reynolds e o emprego, muito variável, era sempre inferior a 50 trabalhadores (cf. cap.1). A Soria, Velardebó, Hach & C.ia, também com sede em Londres, empregava apenas 20

⁸ “Na província do Alentejo, se exceptuarmos esta cidade, não há fábricas propriamente ditas, por isso que a agricultura é a sua principal indústria; mas Portalegre já possuía no meado do século XVII uma grande fabrica de panos de lã, que empregava inumeráveis braços, e cujos produtos exportava para as principais terras do país, como refere o cronista-mór, fr. Francisco Brandão” (*Portugal, 1881: III, 8*). É evidente que o termo “fábrica” adquire aqui um sentido diferente. Sobre o panorama industrial do Alentejo no Antigo Regime veja-se ainda Silbert (1974).

⁹ V. a este respeito Matos, 1991 e 1997 bem como Fonseca, 1996b e 1998.

trabalhadores (5 dos quais rapazes) e a de André Camps, na Azaruja, apenas 10 homens e 4 menores.

O artesanato estava, no entanto, bastante disseminado por todo o Alentejo:

“Nos quatro distritos que visitámos, há diferentes indústrias caseiras, que, conquanto no seu conjunto sejam de grande importância, estão disseminadas por muitas povoações, de algumas das quais só poderia dizer, que cada casa é uma oficina. Para apreciá-las conscienciosamente seria necessário empregar alguns meses” (*Portugal-1882:III, 7*)

Este quadro é confirmado nos princípios do século XX pelo engenheiro Adriano Monteiro, que tinha a seu cargo os distritos de Évora e de Beja:

“Nenhum dos dois distritos, de Évora e Beja, tem o cunho industrial; são muito e principalmente agrícolas, sem entrar, é claro, em linha de conta com a indústria extractiva, pois que em ambos se encontram jazigos de minérios, muito variados, especialmente no distrito de Beja.”

E acrescentava:

“O grande movimento de trabalho regional, que pode classificar-se como industrial, é peculiarmente de pequenas indústrias, algumas quase caseiras, que auxiliam a agricultura e as necessidades usuais da vida.

Com o título de grandes indústrias, não pelo largo âmbito da sua laboração, mas pela feição do seu exercício e pelos produtos lançados pelo comércio, de maior raio de acção, nos mercados nacionais e estrangeiros, devo indicar as seguintes, pela ordem decrescente da sua importância: no distrito de Évora - corticeira, moagem de cereais, curtumes, cerâmica ordinária e fabricação de azeite; no distrito de Beja - moagem de cereais, fabricação de azeite, curtumes e corticeira.”

Os estabelecimentos industriais compilados por aquele engenheiro nos distritos de Évora e de Beja mostram a debilidade do sector industrial na economia regional (tabela 1) e o confronto destes números com os apurados no Inquérito Industrial de 1890 revela o peso do sector artesanal e a sua diversidade. Todavia, a combinação das duas fontes aponta para uma “estrutura” que esboça transformar-se no sentido da

modernidade, uma vez que começavam a emergir alguns estabelecimentos industriais modernos que concorriam directamente com as actividades “tradicionalis”¹⁰.

Tabela 3.1. Estabelecimentos industriais registados nos distritos de Évora e de Beja (1902-1903)

Tipo de indústria	Concelho	Estabelecimentos	Operários
Azeite	Alvito	1	20
	Estremoz	1	9
Cerâmica	Évora	1	4
Corticeira	Estremoz	3	73
	Évora	5	56
	Montemor	5	345
	Odemira	3	153
Curtumes	Alvito	1	3
	Évora	6	29
Moagem	Alvito	1	8
	Beja	2	29
	Castro Verde	1	9
	Cuba	2	22
	Estremoz	3	15
	Évora	3	15
	Ferreira	1	11
	Montemor	1	4
	Moura	1	6
	Redondo	1	5
	Vidigueira	1	7
Serralharia	Beja	1	37
	Total	44	860

Fonte: Portugal, 1905.

Adriano Monteiro não se limitou a descrever o parque industrial. Procurou explicá-lo também. As indústrias que existiam estavam em relação estreita, não com os mercados, mas com a origem imediata, geográfica portanto, das matérias-primas

¹⁰ A média de operários por estabelecimento compilado por Monteiro é de 19,6 operários valor tanto mais significativo quanto neste inventário predominavam os estabelecimentos de capital intensivo como eram as moagens (cf. Tabela 3.1, *infra*).

consumidas¹¹². O artesanato, por seu turno, servia apenas para auxiliar a actividade agrícola e para a satisfação das “necessidades usuais da vida”.

A análise do engenheiro eborense revela-nos uma região que do ponto de vista industrial sofria uma posição duplamente periférica. Segundo ele, a indústria corticeira, promovida por estrangeiros (catalães e ingleses), desenvolvera-se graças à carência daquele género na vizinha Espanha e à barateza deste no Alentejo. Os seus mercados, tal como o dos minérios, encontravam-se no exterior. Por seu turno, o Alentejo sofria com a concorrência vinda de fora. O regime de *drawback* que tinha sido estabelecido pelo governo na indústria das conservas de peixe para fixar capitais franceses em Portugal não estimulava a instalação da moderna indústria de azeites extra-finos. Enquanto o país importava azeite italiano e espanhol para a indústria, o parque instalado continuava caracterizado pelo seu arcaísmo, dado que a produção “para o prato” era considerada como “geralmente boa”. Assim, apenas duas fábricas modernas, de instalação recente, uma no Alvito e outra em Estremoz, foram identificadas (cf. tabela 3.1).

Também a indústria da moagem devia a sua existência à abundância de cereais. Mais desenvolvida em Beja do que em Évora, a sua existência estava, no entanto, bloqueada pela concorrência movida por Lisboa. O período 1860-1890 tinha sido particularmente ingrato para a moagem alentejana, como mostrou a falência da fábrica das Donzelas, em Évora.¹¹³ O Alentejo tinha não só o trigo (local) mais caro, como a hulha saía mais dispendiosa e os capitais e maquinismos utilizados não podiam contar com a amortização rápida que só um grande mercado urbano poderia proporcionar. Na década de 1880, a moagem lisboeta estava a comprar o trigo exótico ao preço da cevada nacional sem que o consumidor notasse uma diminuição no custo do pão. Enquanto a moderna moagem crescia graças aos sobrelucros proporcionados por esta conjuntura, o Alentejo comprava em Lisboa a farinha para o “pão-padeiro”. Com as regras impostas pelo proteccionismo cerealífero, ficavam ainda em vantagem os estabelecimentos que mais laborassem com trigo exótico, tendo-se imposto um sistema de cotas de rateio com base na capacidade de laboração instalada. O engenheiro concluía:

¹¹² “Quem conhecer os dois distritos, do médio e baixo Alentejo, e reparar nos títulos das indústrias indicadas, vê imediatamente que elas tem razão natural de ser, porque colhem a matéria prima do seu labor no próprio lugar onde se exercem.” (Portugal-1905: VII)

¹¹³ Sobre este episódio veja-se as palavras que lhe dedica Helder Fonseca (1996^a: 42-52)

“Está, pois mais do que provado que a indústria da moagem não tem nem terá, provavelmente, o desenvolvimento que deveria ter em face da produção actual do trigo, na grande região agrícola alentejana” (*Portugal-1905:X*)

O desenvolvimento do comércio interno terá afectado algumas “indústrias”, enquanto o desenvolvimento agrícola obtido pela extensão da área destinada aos cereais e cortiças em detrimento da vinha e das pastagens para bovinos não favorecia a persistência de outras. Entre as indústrias consideradas “extintas” contavam-se a dos tapetes de Arraiolos, a indústria caseira de lanifícios (cujos principais centros de produção foram os concelhos de Reguengos, Redondo, Almodôvar e Serpa) e o fabrico de talhas para vinho (na aldeia Beringel, nos arredores de Beja). Em “vias de extinção” encontrava-se a indústria da caldeiraria (feita por italianos, primeiro na Vidigueira e depois em Reguengos). A indústria dos curtumes encontrava-se, segundo ele, em franca decadência devido à diminuição do gado manadio com a extensão da cultura cerealífera e à concorrência eficaz do estrangeiro e mesmo de outras regiões do país. A indústria cerâmica, arcaica mas remuneradora e orientada principalmente para o consumo regional, apresentava-se assim como uma excepção neste quadro de aparente “desindustrialização”.

Em suma, o Alentejo surgia como uma região de oportunidades industriais, se não bloqueadas, pelo menos muito diminuídas. Adriano Monteiro defendia que a melhor estratégia para a região era apostar no desenvolvimento das indústrias existentes e, eventualmente, tentar ressuscitar algumas já extintas, em vez de tentar criar aqui novas indústrias. Um dos exemplos que dava consistia em valorizar o azeite, desde a árvore até ao lagar. Outras indústrias consideradas com capacidade para medrar era a dos lanifícios, tendo em vista a produção de tecidos baratos para as “classes trabalhadoras rurais” (devido à fraca qualidade das lãs) e, como indústrias caseiras, a da “carne de porco ensacada” e a da “salsicharia” (*Portugal-1905:XIV*). Para além destas, era apontada como oportunidade (em face dos enormes gastos com adubos químicos), o tratamento de esgotos para uso agrícola. Por todas estas razões, de não via qualquer vantagem na aplicação dos mecanismos legislativos instituídos para facilitar a instalação de novas

indústrias nem defendia o proteccionismo corticeiro, que passava necessariamente pela imposição de um imposto de exportação sobre a cortiça não manufacturada¹¹⁴.

A ideia do Alentejo constituir um meio com oportunidades limitadas foi igualmente veiculada pelo Montepio Operário de Portalegre quando promoveu no edifício da escola industrial Fradesso da Silveira, em 1892, “uma exposição industrial, agrícola e de belas artes do distrito de Portalegre”:

“O nosso distrito, que possui muitos e bons artistas, não tem o movimento de tantos outros, pelo qual possam facilmente fazer grandes trabalhos, acrescentando ainda a circunstância da pobreza da maior parte” (Montepio – 1892: 94,1).

A exposição distrital apresentou uma colecção variada de lanifícios (cheviotes, casimiras, xailes, saias, casteletas e mantas alentejanas) a cargo da Companhia de Lanifícios de Portalegre (secção organizada pelo comendador José António Duro) e por Costa & Irmão. Esta empresa produzia igualmente farinhas e massas alimentares, tal como a Companhia Elvense de Moagens a Vapor, instalada em 1889. O fabrico de prancha, quadros e rolhas de cortiça esteve representado por Carvalho, Esperança & Sobrinho e João Batista Rainho. Para além destas empresas, aparecia Fernando dos Santos Galope, com alpargatas e dois outros expositores com xaropes de quina e ferro (produtos farmacêuticos). Os restantes expositores (a esmagadora maioria) mostraram vinhos, azeites, aguardentes, vinagres e cereais. No essencial, estas indústrias mantinham-se ainda nos finais dos anos '20, tal como se pode perceber pela *Indústria Portuguesa*. A listagem das indústrias de Portalegre que essa revista nos oferece volvidas três décadas de profunda transformação técnica e económica permite-nos fazer um balanço medíocre. Para além das fábricas de “rolhas e artefactos de cortiça” e de lanifícios (sector agora reduzido à Fábrica de Lanifícios de Portalegre), a listagem incluía uma

¹¹⁴ Alguns elementos biográficos contribuem para esclarecer a perspectiva deste responsável superior da indústria neste debate. Apesar da sua posição institucional, não são conhecidos quaisquer laços com o mundo industrial. Bem pelo contrário, a sua perspectiva *realista* estava de acordo com a dos grandes proprietários agrícolas locais, grupo do qual fazia parte. Adriano Monteiro foi um dos deputados *agrícolas* de Évora quando se adivinhava a formação dum partido agrário. V. a este respeito a imprensa local e, em particular, o *Diário do Alentejo*, IV ano, 894, 01-10-1889. Nesta época, Adriano Augusto Monteiro residia em Lisboa. Membro do Partido Regenerador, este conhecido proprietário alentejano aparecia activamente no movimento tendente à criação dum “Partido Agrícola” (v. “A candidatura agrícola”, *D.A.*, III ano, 4.Ago.1889). Foi na qualidade de membro da recém-criada Federação Agrícola que participou no Congresso Agrícola desse ano em Lisboa. Ele foi o “candidato agrícola” ao parlamento pelo círculo de Évora, encargo que aceita, “cedendo a repetidas instâncias de seus amigos e mui importantes agricultores desta terra” (*D.A.*, n.º 896). A sua candidatura foi apoiada pelo Dr. Joaquim António Calça e Pina (*D.A.*, n.º 899), considerado “um alentejano puro”, um “advogado distinto” e “defensor da agricultura”.

indústria de mosaicos, de salsicharia (tipificada no “chouriço de Portalegre”), a fábrica de alpercatas (agora considerada “a mais antiga fábrica do país”) e uma velha fábrica de refrigerantes. Depois abria-se o mundo do artesanato e da oficina, representado pelas indústrias de canastras de castanho, sapatarias, alfaiatarias, olarias, serralharias, etc.¹⁴

Apesar deste desempenho na área industrial, o regionalismo difundido nos anos '20 e '30 transmite-nos uma imagem de serena prosperidade, obtida através da conquista, ainda na memória recente, das terras bravias:

“O que era o Alentejo há 50 anos? Os próprios escritores alentejanos dessa geração o proclamam sem receio de desmentido, porque constitui uma tremenda verdade. O Alentejo dessa época era uma vasta Província. Desde o Tejo à Serra do Caldeirão, ou até ao Oceano do lado do sul, desde a fronteira estremenha até à fronteira da Beira Baixa. Mas era uma província constituída por sertanejas terras, cujos campos se encontravam por estevas ou carrascos” (Garcia-1932: 978).

Também o *Boletim do Grémio Alentejano* nos oferece a imagem da profunda transformação ocorrida no Alentejo, na paisagem e nas gentes, com a expansão cerealífera:

“Vai longe a época - e que distante vai! - em que, quando alguém se referia ao Alentejo, não se esquecia de citar os seus vastos latifúndios incultos, a braveza da charneca semi-inculta e despovoada, sem estradas nem caminhos, sem telégrafos nem telefones, sem nada que se desse a esta província, foros de civilização ou lhe apontasse desejos ou indícios de se integrar na senda do Progresso.

O alentejano vivia apegado à terra com amor inigualável, não permitindo que outros sentimentos diferentes dos que herdara dos seus sentimentos viessem profanar a religião estranha, misto pagão e idólatra, de que era tecido o carinho com que cuidava dos haveres e da família. Para ele, habituado à mala-posta como combóio e ao carro de “molas de azinho” como automóvel, tudo o que fosse além disso era olhado com desconfiança. Nada mais o preocupava além das terras e da família. Os seus conhecimentos meteorológicos não iam além do Bord' Água e do Lunário Perpétuo. A sua felicidade reunia-se no celeiro farto e as suas ambições não ultrapassavam o desejo de que as chuvas lhe fizessem germinar o trigo a tempo e o sol lho amadurecesse a horas. / Como vai longe esse tempo ! / Hoje, porém, tudo está mudado.” (IM/BGA – 1935: 1, 7, Dezembro, 2).

¹⁴ Veja-se “A Nação Industrial” (IM/IP – 1928: I, 7, 27-28).

Os arroteamentos que se tinham feito, as estradas alcatroadas que ligavam as principais povoações, as linhas telefónicas e telegráficas, tinham contribuído para integrar a região na vida colectiva do País e para mudar hábitos e mentalidades:

“O homem do Alentejo já não é refractário ao Progresso. O lavrador trocou o carro de “molas de azinho” pelo automóvel e manda os filhos para o Liceu e para a Escola Agrícola. A lavradora copia as modas apresentadas nos últimos figurinos, e cortou as tranças no dia em que o marido levou para o monte o aparelho de T.S.F.” (IM/BGA – 1935: 1, 7, Dezembro, 2)

A ideia de que a indústria estava ausente no Alentejo era frequentemente afirmada a propósito dos programas de electrificação e dos seus custos, iniciativa a que andava associado José Custódio Nunes e a HidroEléctrica Alto Alentejo. As “*industrias caseiras*”, defendidas pelas doutrinas integralistas reaccionárias, eram por vezes alimentadas artificialmente e motivo de notícia: António Rosado Durão, “homem empreendedor, (...) fez ressuscitar aquela indústria morta há tanto tempo [a das mantas de lã de Reguengos de Monsaraz] coadjuvado pelo seu filho sr. Octávio Durão, rapaz com uma ilustração fora do vulgar e um verdadeiro génio artístico”. E logo a seguir esclarecia-se:

“Apesar de haver muitas encomendas, os lucros não existem”.¹¹⁶

A *Ilustração Alentejana* (1925-1928), tal como o *Álbum Alentejano*, transmite-nos a imagem duma província onde a moagem moderna se destacava como a actividade industrial por excelência, movimento em que participaram as elites regionais. Foi este o caso de Francisco Barahona (Conde de S. Payo) que tinha fundado com outros lavradores a sociedade Portalegre Industrial, mais tarde designada por Moagem de Portalegre. O grande proprietário foi igualmente fundador da fábrica de tecidos Sedas de Portalegre. Também Alexandre Sá da Bandeira aparece aqui ligado a uma fábrica de moagens de cereais. Em Montemor-o-Novo, a Sociedade Industrial Ceres L.da, tal como sucedeu em Évora com a Moagem Eborense (*v. supra*), reunia figuras gradas da lavoura e uma sociedade comercial: a Sociedade Mercantil Panificadora (IM/IA, 1927: ano III, 4, Julho). Em Elvas, José Joaquim da Silva, igualmente grande proprietário e lavrador, administrador das herdades que pertenciam à Casa Conde de Tarouca e detentor do almoxarifado da Casa de Bragança, foi um impulsionador da indústria de moagem (IM/AA, 727). Ao lado destes apareciam grandes comerciantes, como Manuel Rodrigues

¹¹⁶ “Indústrias alentejanas”, IM/BGA, 28.Dez.1937. Os anúncios no *Boletim do Grémio Alentejano* são esclarecedoras tanto pelos interesses em presença como pelas ausências.

Vaquinhas, evidenciado como um dos fundadores da Companhia Nacional de Moagem. Em Castelo de Vide, outro grande proprietário, Luís Frade Simas Cardoso, filho de “uma das mais ilustres famílias” do concelho, montou uma fábrica de moagem de cereais e de azeite. À data da sua morte o ramo industrial e o ramo agrícola foram separados pelos filhos.

A multiplicação de fábricas de moagens dera-se mesmo em vilas sem tradições particularmente cerealíferas, como sucedia em Reguengos.¹⁶

A participação destas elites na actividade industrial estendeu-se ao fabrico de azeite. A Sociedade Oleícola Elvense Limitada, por exemplo, foi organizada pelos grandes proprietários Júlio de Alcântara Botelho, João António Pinto Bagulho e Joaquim Manuel Picão Fernandes com o objectivo de “libertar os possuidores de olivais dos lagares que moíam à maquia”. Em 1920 reunia 54 sócios e 71 contos de capital.¹⁷

Apesar da orientação destes investimentos, os percursos biográficos traçados da grande agricultura para a indústria foram, neste contexto, excepcionais. Foi este o caso de J. A. Bastos Ribeiro, considerado como “um Alfredo da Silva do Alentejo” (IM/AA-973 e 978). Tendo começado a vida agrícola em 1922 nas três herdades deixadas pelo pai, acumulara paralelamente um notável património industrial como resultado da sua actividade comercial. Nos anos '30, ocupava em Sousel uma área industrial de 1.500 m². A entrada no mundo da indústria não se fez sem antes ter estabelecido na vila uma importante casa comercial. Em 1924 montou as primeiras oficinas de carpintaria e serralharia e, em 1925, começou a sua vida industrial com a instalação duma fábrica de moagem com capacidade de produção diária de 20 toneladas. Dois anos depois estendeu a sua actividade à panificação. Em 1930 firmou um contracto com a Câmara Municipal para produção de electricidade. Em 1932, tinha uma fábrica de gelo e produzia azeites de marca Seizely. Este pequeno complexo industrial encontrava-se instalado no antigo convento de São Paulo (ou Santo António) onde produzia electricidade, farinhas, pão, gelo, destilava bagaços e refinava azeites. Para a sua manutenção tinha oficinas mecânicas de estriagem de cilindros, carpintaria e serralharia anexadas. Mais tarde,

¹⁶ “A indústria de moagem no Alentejo” (IM/ IA:1928, IV, 5, Abril) sobre a grande fábrica de moagem em Reguengos da firma João Patrício Álvares Ferreira, L.da.

¹⁷ A sociedade tomava um fâcies de cooperativa, dada a sua grande abertura (para outros casos, cf. capítulo 1). Qualquer proprietário ou lavrador poderia ser sócio desde que possuísse um olival. Em 1923 o número de sócios aumentou e o seu capital social foi elevado para os 200 contos. Em 1932 tinha mais de 100 sócios (v. IM/AA). Sobre a Casa Bagulho veja-se igualmente o mesmo título.

Bastos Ribeiro deixou o comércio e abandonou as suas posições na indústria para se dedicar exclusivamente à agricultura.

Outro percurso individual destacado pelo *Álbum* que atravessa a agricultura e indústria foi o de Vicente Mendes Mirrado (1862-1916). Começando por ser comerciante de lãs, acabou por montar uma pequena indústria de lanifícios em Mação (Portalegre). No seu percurso ascensional adquiriu a D. Miguel Sá da Bandeira uma das maiores propriedades do Alto Alentejo, a herdade da Crucieira, e foi já como grande proprietário que montou uma fábrica de moagem e de cerâmica, adega, lagar de azeite (uma em Belver e outra na Crucieira) e produzia luz eléctrica. Este trajecto foi acompanhado pelo desempenho de cargos públicos locais: presidente da câmara, administrador do concelho, juiz substituto e provedor da misericórdia em Mação. À data da sua morte os dois irmãos dividiram a administração das empresas industriais e dos bens agrícolas.

Para além destas indústrias associadas à grande propriedade, exprime-se algum dinamismo empresarial nas cidades. No concelho de Beja, a Associação Comercial e Industrial (fundada em 1909) registava no início dos anos '30, cerca de 300 estabelecimentos comerciais e industriais. Tinham surgido novas indústrias. Na torrefação do café (havia 3 estabelecimentos) destacava-se o Café Natal de Armando Inácio Gonçalves, com capacidade para produzir diariamente 600 Kg. Os refrigerantes engarrafados sustentavam o mercado distrital, tendo a fábrica de Manuel Maria Esparteiro, fundada em 1903, uma capacidade diária de 5000 garrafas dia e 500 kg. gelo. Ainda com cariz industrial, havia para além da moagem e dos lagares de azeite, tipografias e duas fábricas de gelo. Mais importante era a Metalúrgica Alentejana, empresa que tinha fundição, serralharia, forja e carpintaria mecânica e produzia, entre vários objectos, alfaias agrícolas (a sua especialidade eram as relhas aceiradas) e candeeiros para iluminação pública. Para além disso, procedia à reparação de motores e fabricava peças de substituição.

Outras empresas metalúrgicas foram ainda objecto de atenção como a fundição de João Trindade Pirra, em Estremoz, e a metalurgia de Manuel Joaquim Barradas & Filhos que, ainda segundo o *Álbum*, fabricava debulhadoras (IM/AA, 514).

Assim, no meio deste espaço de vocação agrícola algumas indústrias encontravam, apesar de tudo, espaço para medrar.

Com a construção desta cultura *regionalista*, considerada uma expressão “natural” do nacionalismo, o culto da tradição conduzia a uma visão turística dos lugares e dos objectos, à valorização simbólica e material do seu património histórico que casava bem numa época marcada pela difusão, entre a burguesia, do automóvel e da imagem fotográfica na imprensa¹⁸. O programa político regionalista, apresentado no auge da crise mundial durante o 1º Congresso da Imprensa Alentejana, em 1931, expressava esta realidade. Os tópicos em debate interessavam-se pela definição territorial da província (a redefinição administrativa do Vale do Sado como fazendo parte do Alentejo e não da Estremadura), pela valorização turística da região (“a região de turismo do Alentejo” e “propaganda e defesa do património artístico”), pelas questões sociais herdadas do debate dos finais do século XIX (“o problema da tuberculose” e “a assistência ao trabalhador rural”) e pela valorização cultural da região (“o ensino”) e económica sob o ponto de vista agrícola (“o aproveitamento do Guadiana”, “problema das cortiças”) (IM/AA: 508-512).

Só no ano seguinte, quando a produção de trigo se tornou pela primeira vez excedentária, facto que levou à implosão do “modelo” em que assentava a prosperidade cerealífera, a questão industrial seria equacionada. Pela primeira vez, a perspectiva do país se bastar a si próprio em cereais e da região sofrer as previsíveis consequências da expansão da produção colonial, aliada às dificuldades externas com a exportação de prancha e semi-manufacturados de cortiça, conduziu a uma reflexão sobre a procura de alternativas. Com a ameaça do trigo angolano poder servir de moeda de troca da colónia para os bens de consumo industriais que importava da metrópole, ameaça que depressa se estenderia à carne e ao arroz, o “modelo trigueiro” parecia esgotado¹⁹. Não devemos estranhar, pois, que no auge da “crise cerealífera” de 1932, motivada pelo excesso de produção, e com o aviltamento dos preços dos produtos agrícolas de exportação (cortiça e azeite), tenha sido precisamente Albano de Sousa, o representante do “polvo da moagem”, a ser convidado pelo Grémio Alentejano a falar de “as possibilidades

¹⁸ A preocupação de que o “sentimento regionalista” não ferisse “o mais puro e nobre nacionalismo” é expresso por Lourenço Cayolla, “Regionalismo e Nacionalismo” (IM/BGA, ano 1, 1:1). Regionalismo e nacionalismo são definidos como dois sentimentos que se conciliavam em perfeita harmonia.

¹⁹ V. a este respeito o artigo de Mira Galvão no *Álbum Alentejano*.

económicas do Alentejo” (Sousa-1932).¹²¹ A industrialização aparecia então como via possível, a par da intensificação dos investimentos de capital na agricultura (a mecanização, a química, a hidráulica agrícola, etc.) por forma a aumentar os rendimentos por hectare e por trabalhador. Com a intensificação agrícola alcançada através do regadio, as terras pobres teriam por destino a pecuária ou o abandono. Seria esta previsivelmente a outra face desta medalha.¹²² Na perspectiva do industrial, a Lituânia surgia (nesta época) como exemplo duma reconversão agrícola bem sucedida orientada para o mercado, exportando carne e produtos agrícolas industrializados.

No essencial, Albano de Sousa repetiu no Grémio Alentejo o que os industrialistas já nos anos '20 defendiam: em Portugal o atraso chamava-se agricultura. O *Portugal essencialmente agrícola* era o “Portugal atrasado”, aquele que exportava vinhos, azeites e cortiças mas que era incapaz de se bastar a si próprio em alimentos essenciais (cf. Campos-1913 e 1918). Segundo ele, em 1932 a pauta portuguesa era mínima, só sendo superior em grau de abertura à pauta inglesa “para que os nossos concorrentes possam receber de braços abertos os vinhos, as conservas e as cortiças”. O Alentejo, por seu turno, estava longe de poder classificar-se como um “deserto industrial”:

“Tem já o Alentejo indústrias, algumas importantes: a da moagem de cereais; a indústria das cortiças; a de refinação de azeites; a cerâmica; a de lanifícios; a de sedas de Portalegre; a da tapeçaria de Arraiolos; a da cementação dos minérios cúpricos; a de lacticínios; a de massas alimentícias, e se considerarmos Alentejo a zona limitada ao Norte pelo Tejo teremos de adicionar-lhe as indústrias de pesca, conservas e de adubos de Setúbal e o monumento industrial que é hoje a Companhia União Fabril. Lavra algumas das suas minas onde abundam o manganês, a pirite de ferro cuprífero, o chumbo, o ferro manganésico, o cobre, o antimónio e cobre, o amianto, o chumbo e bário, o arsénio, a fosforite, ocupando um óptimo lugar nas reservas mundiais de pirites (...).” (Sousa-1932: 33.3)

¹²¹ O Grémio Alentejano foi criado em 1923 com o objectivo expresso de promover a sociabilidade entre os alentejanos residentes em Lisboa e ser uma instituição propulsora do desenvolvimento material e intelectual do Alentejo. Entre os seus fundadores contavam-se cinco mouranenses Jacinto e José Fernandes Palma, José Pedro Baptista, M. Fernandes Canhão e Agostinho Fortes (o professor da Faculdade de Letras). Situava-se no Palácio Ludovice a São Pedro de Alcântara. Veja-se a este respeito o *Álbum Alentejano* (IM/AA, pp. 8 e 515). Antes desta agremiação fora criada a Liga Alentejana (1920-1921) por Frederico Vilaret, Martinho Dórdio Rosado, Aboim Inglês e Agostinho Fortes.

¹²² Na sequência da intervenção de Albano de Sousa, Mira Galvão falaria depois sobre o aproveitamento em pradarias das terras pobres de cereais e Rui de Andrade sobre as lãs alentejanas.

Os anos '20 tinham visto ainda o desenvolvimento da extracção dos mármore em Estremoz e Vila Viçosa e o lançamento do projecto pioneiro da Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo. A metalurgia do cobre era uma actividade possível, como parte do desenvolvimento do sector metalúrgico, articulado com a exploração mineira. A cortiça começava a ser “industrializada” graças ao desenvolvimento do mercado de um produto novo: os “*parquets*”. Por outro lado, a máquina eléctrica abria agora novas possibilidades a uma economia agrícola e mineira, na perspectiva duma necessária reconversão da economia regional. Porém, no cerne do problema continuava ainda o problema demográfico:

“Se os braços dos 900.000 portugueses desembarcados em portos brasileiros nos 31 anos que o século actual conta, para animar o tráfego, o trabalho da terra, a indústria e o comércio dessa florescente nação irmã, tivessem sido absorvidos pela mobilização dos recursos do nosso País, o Ultramar português seria hoje o grande mercado da nossa actividade comercial, o Alentejo seria hoje um grande centro de actividade manufactureira, transformada como por encanto a sua economia agrícola, pastoril e mineira *numa economia mista da terra e da fábrica* que o enriqueceria enriquecendo a Nação.” (Sousa- 1932: 29, sublinhado nosso)

E a solução do “problema demográfico” passava necessariamente pela reforma das estruturas agrárias, as quais só deveriam ter lugar depois de estabelecidas as infra-estruturas viárias e a irrigação que a região carecia. Neste quadro, “o Alentejo pode e deve tornar-se o objectivo do imigrante do Norte expulso da região por saturação demográfica”. Albano de Sousa retomava assim, a meio século de distância, as teses de Oliveira Martins (1974, 1990 e 1994). O retrato que nos deixa, em conclusão, é duma região com um enorme potencial:

“Quis apenas dizer que o Alentejo cumula em si riquezas industriais imensas. É só mobilizá-las. Apontei exemplos de que no Alentejo se passa. Não falei para o povo Alentejano. Dirigi-me à alma forte, deste povo que está passando miséria sobre montões de ouro que não vê porque a Escola técnica e uma bem orientada educação destinada a corrigir a indolência mental nativa do latino quando habita a sua terra, não os patenteou ainda aos seus olhos encandeados pela luz crua do sol que lhe enxuga a terra sequiosa, encarniçado como tem andado na luta que se impôs para transformar em terras de seara terras de arvores e de pradarias que ele confunde com as boas terras de cereais que estão por demarcar, induzindo-o em erro que tem sido prejudicial á boa economia da província. A agricultura hoje é uma questão de mecânica e de química, di-lo a agronomia moderna” (Sousa- 1932: 38:2).

A questão industrial só voltaria a colocar-se muito mais tarde, já nos anos '60, como parte integrante duma tomada de consciência da perda de velocidade do crescimento da região face a outras regiões do litoral português. Foi igualmente numa conjuntura adversa, marcada pela degradação dos rendimentos da agricultura cerealífera “tradicional”, por um lado, e pela “segunda” mecanização da lavoura, pela emigração para a região de Lisboa e para os países industrializados da Europa Ocidental, por outro, que se voltou a reflectir sobre o Alentejo *na perspectiva duma transformação desejada* (v. Portas-1967, Soares-1968, Quadros-1973 e também Nunes-1964). Com a consciência das “assimetrias regionais”, tomou relevo a ideia de atraso e de subdesenvolvimento desta sub-região mediterrânica, ameaçada agora pela “desertificação humana” e, enfim, da necessidade de mudar mentalidades e atitudes enraizadas (Quadros-1973: 6, 61, 69, 77, *passim* e Portas-1967). Neste contexto, em que a indústria surgia ao lado da criação duma universidade como um meio de sustentar a emigração e promover o desenvolvimento regional, eram “poucos os indivíduos que pensam dever o Alentejo ser uma zona quase exclusivamente agrícola” (Quadros-1973:75).

∴

As imagens que recuperámos a partir da nossa pesquisa empírica, ao mesmo tempo que apontam para o papel das elites regionais nessa construção, evidenciam distintos programas de desenvolvimento que buscam fundamentação na “realidade existente”. A percepção das possibilidades industriais colocou-se apenas em momentos de crise do modelo de desenvolvimento agrícola protegido que foi estruturado a partir dos finais de Oitocentos. Por outro lado, o quadro traçado nessa época confirma o peso do artesanato e da oficina. Que destino tiveram essas actividades? Como enfrentaram e como sobreviveram à construção dum espaço económico nacional? Que obstáculos se colocaram à sua modernização, ou se quisermos, à formação dum sector fabril?

A resposta a estas questões exige, naturalmente, um conhecimento das características e evolução do parque industrial instalado na região. Iremos agora proceder a uma primeira aproximação.

3.3. O parque industrial alentejano: esboço de caracterização geral no período de 1922 a 1951

O Registo do Trabalho Nacional (R.T.N.) foi instituído durante o governo de Sidónio Pais como instrumento político para, no âmbito do Ministério do Trabalho, “prover às necessidades da indústria e das classes laboriosas, fomentando uma das maiores riquezas do país” (decreto 3.774 de 19 de Janeiro de 1918, *DG*, 1^a série, 18, 25 de Janeiro). O seu objectivo primordial era “conhecer a indústria portuguesa, as suas necessidades e os recursos de que dispõe”, tornando para tal obrigatório o registo de todos os estabelecimentos e de “outras instituições industriais, tais como as empresas de transportes por terra ou mar, as de pesca” nas circunscrições industriais e mineiras do país. Com tal decreto ilegalizava-se, *ipso facto*, todos os estabelecimentos industriais que precisariam, a partir de então, de estar registados nas suas circunscrições sob pena de serem impedidos de laborar. Tratava-se de algo bem diferente dum simples inquérito ou censo industrial, actos que num passado recente tinham suscitado receio por parte dos industriais e dos artesãos por razões fiscais. É duvidoso que tal instrumento fosse realmente do interesse dos industriais, bem como a legitimidade de tal procedimento no quadro da ideologia e do direito de propriedade liberal. Até então a actividade industrial fiscalizada pelos serviços industriais incidia sobre as indústrias consideradas insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas (mais tarde classificadas como 3IPT), merecendo as caldeiras e motores uma fiscalização especializada por razões de segurança pública. O interesse e a segurança públicas mantiveram-se assim como argumentos legítimos do Estado liberal que limitavam os direitos de propriedade e a iniciativa individual na actividade industrial. Deste modo, o licenciamento destas indústrias (que deixava de fora a grande maioria do trabalho oficial) passava, até então, pelos governos civis e, no caso das caldeiras e motores, pelas circunscrições industriais que as tinham herdado, no início

dos anos 1890, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.¹²³ Com um conjunto de legislação industrial de natureza diferente, alargaram-se sucessivamente as competências das circunscrições industriais, acto que o R.T.N. veio reforçar. Percebe-se, pois, que a regulamentação deste acto tenha tido lugar somente em 1922, durante o governo “democrático” de António Maria Silva (Alves dos Santos, Ministro do Trabalho), num contexto marcado pela multiplicação recente de novas unidades industriais (decreto 7.989 de 25 de Janeiro, *DG*, 1ª série, 18, 25 de Janeiro de 1922). Este diploma considerava “estabelecimento industrial todo o lugar de trabalho industrial, com a sua instituição directiva, empresa, entidade ou indivíduo” (art.º 2º) e obrigava os proprietários, directores, gerentes ou administradores a prestar informações para os inquéritos e estatística de natureza industrial. Deste modo, o que ficava registado era o *estabelecimento industrial* e a *actividade* (classificada, segundo uma tabela oficial, de acordo com as indústrias que exploravam) e não *a firma* ou o seu proprietário (cf. *Código Comercial*, 1889). Quando o estabelecimento industrial mudasse de local de instalação, de espécie de indústria, de proprietário ou sofresse uma profunda modificação nos processos de laboração, passava a ser considerado um estabelecimento novo e, como tal, deveria ter lugar um novo registo (art. 10º). A tabela de classificação das indústrias de 1922, vindo substituir a classificação adoptada pela portaria de 7 de Novembro de 1908, dividia as “indústrias” em 6 grupos que, por sua vez, se subdividiam em classes (no total 25). O universo registado ia desde as “indústrias extractivas” às “indústrias do comércio” e procurou não deixar de fora nenhum domínio do “trabalho nacional”.

A par deste registo, as circunscrições industriais tomaram parte activa no processo de licenciamento e concessão de alvará de laboração de estabelecimentos abrangidos pela legislação relativa às indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas (*v.* decreto regulamentar 8.364 de 22 de Agosto de 1922). A tabela de classificação destas indústrias

¹²³ Depois dos Códigos Administrativos de 1836 e 1842, que conferiam aos municípios alguns poderes a este respeito, o decreto de 27 de Agosto de 1855 atribuiu ao governo competência para autorizar a instalação de estabelecimentos industriais insalubres, incómodos ou perigosos. Tal competência passou depois para os governos civis (decreto de 8 de Outubro de 1860), substituído em 1863 por outro diploma que dividiu estes estabelecimentos em 3 classes, afectando entidades diferentes (administrador dos concelhos e governadores civis). O código de 1886 e de 1896 atribuiu o poder de licenciamento aos administradores dos concelhos. Pelas leis republicanas de 7 de Agosto de 1913 e de 23 de Junho de 1916 estas competências passaram para as comissões executivas municipais, regressando ao governo (através da Secretaria de Estado do Trabalho) em 1918, acto confirmado pelo decreto 9.459 de Fevereiro de 1924. O decreto 13.166 de 18 de Janeiro de 1927 atribuiu às câmaras a capacidade para licenciar estabelecimentos relativos à indústria de hotelaria e de espectáculos, situação que se manteria no fundamental até ao final do período em análise (cf. Cruz-1960:257-269). Sobre o licenciamento e fiscalização de caldeiras veja-se o decreto regulamentar 8.332 de 17 de Agosto de 1922.

apresentava uma listagem de actividades tão extensa que quase não deixava de fora qualquer outra indústria que não recaísse na designação de “rural” ou “caseira”. Ficavam assim sujeitos à acção de fiscalização do Estado não só os estabelecimentos industriais, as fábricas e as oficinas, como até os depósitos, os armazéns ou as adegas.

O processo de licenciamento exigia vários procedimentos, dando entrada nos serviços com um requerimento do proprietário, onde deveria identificar a indústria a exercer (ou em exercício), o seu equipamento material (motores e ferramentas) e humano (número de trabalhadores), acompanhado por plantas do estabelecimento a licenciar, memória descritiva, etc. O processo exigia várias vistorias de acompanhamento da instalação e de verificação do cumprimento das regras gerais e particulares de segurança e higiene definidas superiormente para o estabelecimento em causa.

A análise dos livros de registo e dos processos do arquivo da 4^a Circunscrição Industrial mostra que naqueles serviços a actividade do R.T.N. se cruzou com o licenciamento de actividades. O R.T.N. obrigou os funcionários a intimarem os proprietários ou gerentes a *legalizarem* actividades que não estavam registadas ou a renovarem o processo, apresentando alvará e demais documentação à luz da legislação de 1922. O condicionamento industrial veio reforçar os mecanismos de controlo anteriores, estabelecendo agora um controlo sob a actividade industrial sob novos critérios políticos. Embora os processos do condicionamento corressem por um organismo especializado e envolvessem um processo distinto, o facto é que o novo aparato legislativo redobrou a atenção e a capacidade de intervenção dos funcionários²³. Ao afectar as indústrias que estavam em relação directa com a agricultura, como era o caso da moagem, das indústrias de descasque ou de azeite, o condicionamento deparou-se frequentemente com situações não regularizadas que impuseram a abertura de um processo de licenciamento de um estabelecimento por vezes já antigo (*v. infra*).

²³ A análise da tramitação dos processos de licenciamento industrial foi feita por Brandão de Brito (1985 e 1989). Vale a pena ver ainda Almeida (1961). Sobre a legislação veja-se, para os anos '30, Portugal (1932) e, para os anos '50, Justino Cruz, [1953] e 1960. João Confraria (1992) faz uma análise económica que parte de pressupostos questionáveis

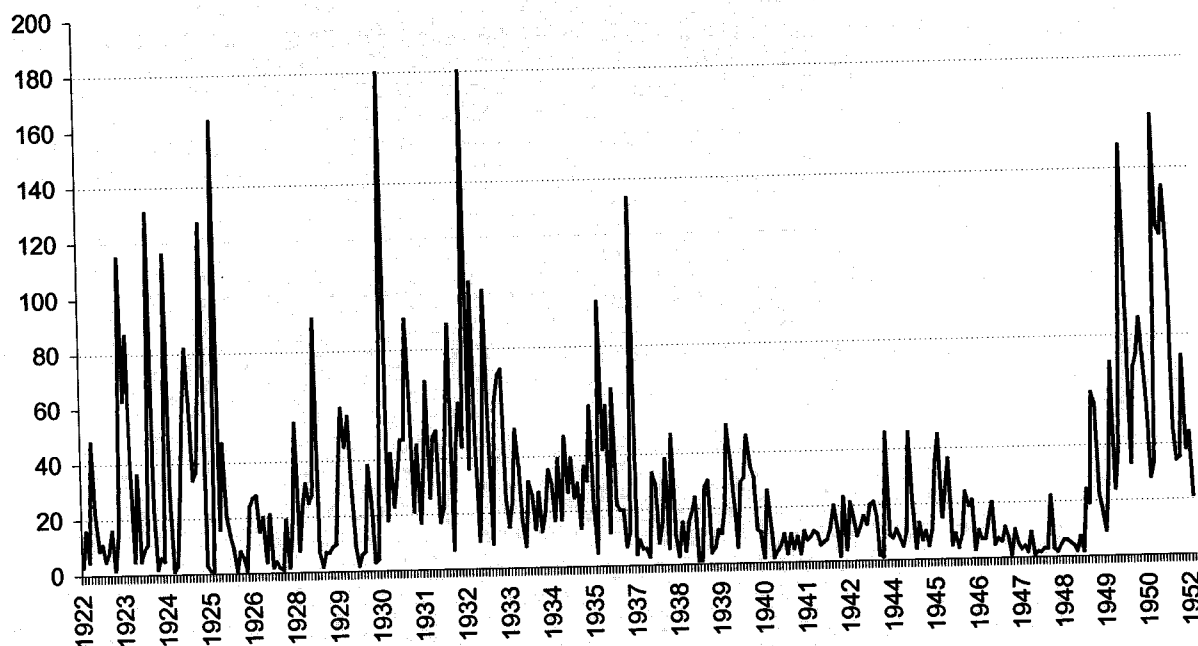


Figura 3.1. Variação mensal do número de actividades industriais registado na área da 4ª CI (1922-1952)

Fontes: tabela C.2. em anexo. ADRME/RTN (1922-1952): livros 1-12.

A figura 3.1 mostra-nos a evolução da actividade de registo dos funcionários na área da 4ª Circunscrição Industrial entre 1922 e 1952. Não podemos tomar imediatamente estes ritmos de registo pelo pulsar da actividade industrial na área da circunscrição. A leitura dos livros do RTN não indicia uma prática sistemática de “bater o terreno”, sugerindo antes que o registo era feito tal como a lei preconizava - a requerimento dos industriais e por sua iniciativa -, muito embora fossem frequentemente intimados a fazê-lo.

Este movimento burocrático conheceu quatro ciclos de elevada intensidade. O primeiro, situado entre 1923 e 1926, corresponde à aplicação efectiva da legislação de 1922 e à regularização de inúmeras velhas indústrias. Neste período condensa-se o “essencial” do parque industrial que atravessou os anos '30 e '40. O segundo ciclo, que arranca em 1926 e se intensifica entre 1930 e 1933, afectou sobretudo actividades que levaram os proprietários a registar-se devido à aplicação das leis do condicionamento e à organização corporativa dos sectores produtivos fundamentais. Estiveram neste caso os lagares de azeite (62 registos só em 1928), as azenhas (228 registos entre 1929 e 1932) e as padarias de diverso tipo (241 registos no mesmo período). O terceiro ciclo, muito curto, entre 1935 e 1936, incidiu principalmente no registo da actividade de preparação

de carnes fumadas e ensacadas. A depressão no “movimento burocrático” registada no longo período que vai de 1937 a 1950 traduz uma realidade dupla: por um lado, houve processos e competências que transitaram para o Ministério da Agricultura, subtraindo-se a actividade das pequenas moagens, dos fornos de pão e padarias, lagares de azeite e outras actividades afins do controlo e da disciplina imposta pelos serviços industriais; por outro lado, houve um significativo abrandamento no registo de actividades (cf. tabela 3.2). Nestes anos coube principalmente à actividade de preparação da cortiça, ao fabrico de loiça ordinária de barro e à sapataria a responsabilidade pelas flutuações até finais dos anos '40. O súbito aumento de intensidade nos finais dos anos '50 correspondeu ao regresso das azenhas (316 em 1950), das destilarias e das adegas (256 só em 1951) à alçada dos serviços industriais (cf. tabela 3.2).

Tabela 3.2. Variação anual da actividade de registo na área da 4ª CI e processos transitados para o Ministério da Agricultura (1922-1951).

Anos	Registos	TMA	Anos	Registos	TMA
1922	126	43	1938	156	-
1923	403	120	1939	307	-
1924	481	121	1940	121	-
1925	517	126	1941	97	-
1926	158	50	1942	118	-
1927	136	40	1943	156	-
1928	294	115	1944	147	-
1929	323	89	1945	238	-
1930	620	246	1946	118	-
1931	496	144	1947	45	-
1932	723	180	1948	63	-
1933	418	236	1949	328	-
1934	312	126	1950	767	-
1935	455	123	1951	926	1
1936	290	161	1952	96	2
		1937	204	-	

Fonte: ADRME/RTN (1922-1952): livros 1-12

A análise dos livros RTN deve tomar em linha de conta que não estamos a lidar com o registo duma *empresa* nem dum *estabelecimento*, mas sim e apenas duma

*actividade*¹²⁵. Uma empresa que tivesse vários estabelecimentos era obrigada a proceder ao licenciamento e ao registo de cada um deles. Do mesmo modo, uma fábrica de moagem que tivesse em anexo, como era frequente, uma padaria, um lagar de azeite e uma serralharia para manutenção industrial deveria realizar três registos. A falta de pagamento da contribuição industrial durante dois anos consecutivos levava a que os serviços cancelassem essa actividade, perdendo o industrial o seu alvará. Neste contexto fortemente intervencionado pelo Estado, o alvará por si só tornava-se um bem precioso, o que conduzia à existência de situações que estavam longe de traduzir o “real” valor do património registado. Em suma, numa primeira aproximação o movimento de registo traduz mais a relação burocrática do Estado com os actores económicos do que verdadeiros ciclos de criação de novas actividades.

Uma das formas que podemos adoptar para contornar esta dificuldade é atender à data de fundação do estabelecimento declarada no acto de registo mas, infelizmente, só temos esses elementos em 38,8 % dos casos (3.745). Por se tratar dum registo retrospectivo, não achámos seguro considerar estes casos como uma amostra significativa. Porém, a distribuição das lacunas no registo da data de fundação sugere que, na maior parte dos casos, a data de registo coincidia com a data de fundação. Assim, consideramos que a melhor opção consistia em considerar como data de fundação o momento do registo nos casos em que aquela informação não foi explicitada.

Os resultados assim obtidos estão representados parcialmente nas figuras 3.2 (I e II). A primeira permite-nos avaliar as diferenças entre o número de registos cuja data de fundação foi expressamente declarada (série “fund”) e o número total de registos (série “fund (calc). A primeira série aponta para um acentuado declínio de novas actividades a partir de 1931, deixando de existir praticamente nos finais da década que, como veremos, esteve longe de corresponder à realidade. Se é verdade que as indústrias “fabris” estavam sujeitas ao regime do condicionamento, nem por isso deixamos de encontrar novas entradas em áreas tão diferentes quanto a debulha de cereais, a latoria, olaria,

¹²⁵ É fundamental a distinção entre “actividade”, “estabelecimento” e “empresa”. Entendemos aqui por “actividade” (industrial) um conjunto de operações realizadas sobre matérias-primas, de forma regular e sistemática num determinado espaço, por um ou mais indivíduos, tendo em vista a produção de um determinado bem ou serviço. Um “estabelecimento” não é mais do que uma organização num espaço determinado orientado para a realização de uma ou várias actividades de processamento. Esse estabelecimento, por sua vez, pode ser propriedade de um indivíduo, firma ou empresa, que é responsável pelas operações comerciais relativas à aquisição e venda de produtos e bens. Neste sentido, fabrico de pão (por exemplo) constituiu uma actividade que tanto poderia ser feita por uma empresa industrial que o vendia ao público, como por uma empresa agrícola que o destinava à alimentação dos seus trabalhadores.

carpintaria, espartaria, serralharia, fabrico de sabão, refrigerantes, etc. (*v. infra* capítulos 4 e 6). Contudo, a maior parte dizia respeito a actividades de natureza pré-industrial como eram, por exemplo, os moinhos e azenhas. Se é verdade que, em alguns casos, as instalações e o equipamento já existiam há muitos, o seu registo não deixa de marcar o início duma nova entrada na indústria.

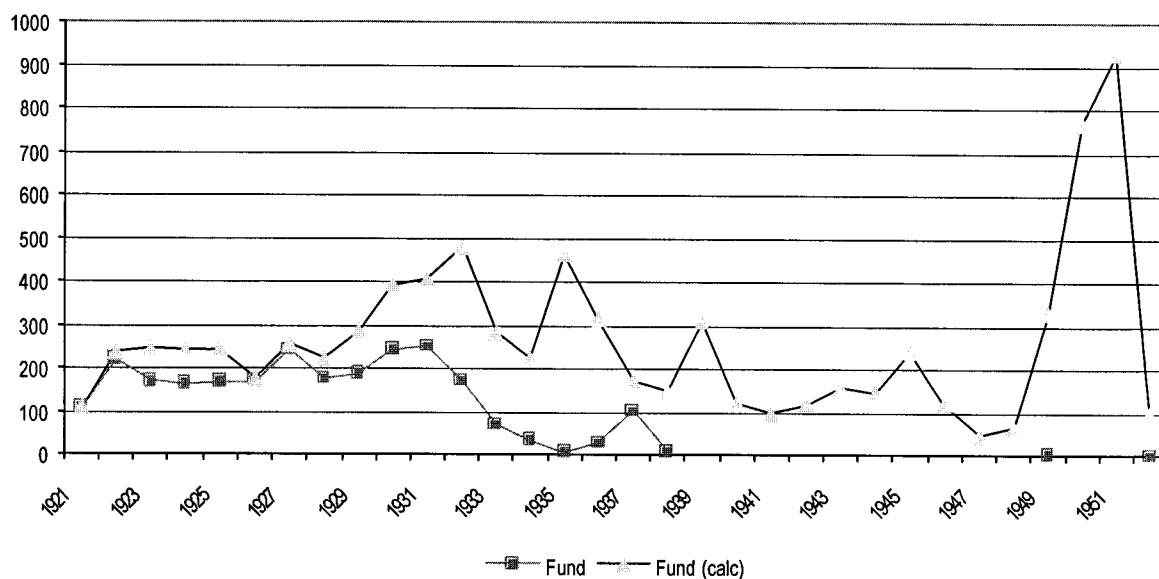


Figura 3.2. (I). Distribuição do número de registos de actividades industriais pela data de fundação declarada e pela data calculada.

Legenda: Fund. Data de fundação expressa; Fund (calc). Data de fundação estimada a partir da data de registo (*v. texto*).

Fonte: ADRME/RTN (1922-1952), livros 1-12.

A segunda figura apresenta a série que reconstruímos em conjunto com o número de trabalhadores declarados afectos à actividade. Não se representaram os estabelecimentos ou actividades cujo início de laboração foi declarado anterior a 1907.

A análise do movimento industrial aparente sugere um significativo incremento na actividade a partir de 1918. O ciclo em alta estendeu-se até 1925, sendo apenas interrompido momentaneamente em 1921 e durante a crise financeira de 1923. Foi neste período que se instalaram os estabelecimentos que empregavam, em média, mais indivíduos. A lenta recuperação a partir de 1925 ficou a dever-se à multiplicação de pequenas unidades onde pontuavam o artesanato e as indústrias associadas directamente à lavoura alentejana, a começar pelas azenhas e lagares de azeite. Os picos

registados em 1931 e em 1932, na continuidade com o período anterior, ficaram a dever-se a esse sector “tradicional”, revitalizado no momento em que as empresas comerciais e industriais se confrontavam com graves dificuldades com origem no exterior. Foram os moinhos de vento, as azenhas e as pequenas unidades de processamento agrícola responsáveis por esta aparente anomalia. Desta forma, o início do ciclo depressivo data apenas de 1933 e 1934, interrompido em 1935 e 1936, sobretudo graças ao registo de lagares de azeite e de oficinas. O período da Guerra Civil de Espanha e do segundo conflito mundial continua esta tendência para a baixa, interrompida após 1945. O “surto” que a figura mostra no final dos anos ’40 é ilusório pois assenta sobretudo em actividades de pequena escala. Como vimos quando analisámos o movimento burocrático, este “surto” explica-se pelo registo de processos antes afectos ao Ministério da Agricultura.

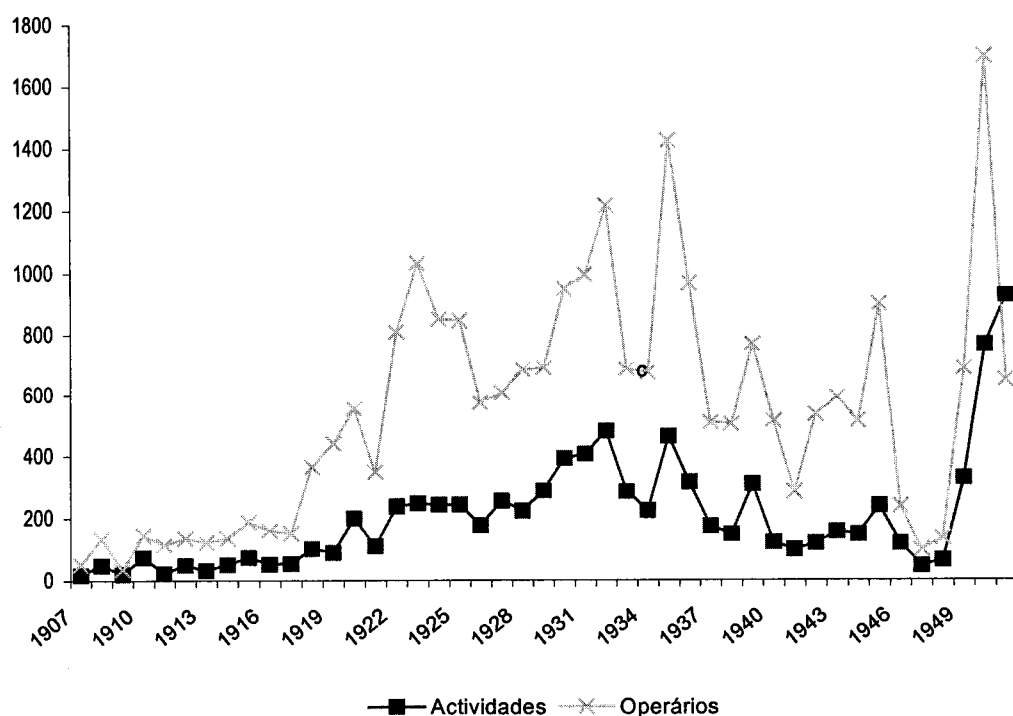


Figura 3.2.(II) Distribuição do número de registos industriais e do emprego industrial aparente pela data de fundação dos estabelecimentos (1922-1951).

Fontes : tabela C.3., em anexo. ADRME/RTN (1922-1952), livros 1-12 (cálculos nossos)

Legenda: Actividades - número de unidades registadas; Operários - número de trabalhadores de ambos os sexos registados nas actividades.

A tabela 3.3 agrega aqueles valores em diferentes épocas e revela, de forma sintomática, a intensificação do registo de estabelecimentos e o declínio contínuo do número de trabalhadores por actividade registada a partir de 1926. Ou seja, o aumento no número médio anual de registos correspondeu a uma diminuição no número de

trabalhadores por unidade. Se é compreensível que as empresas mais antigas sejam aquelas que apresentam uma dimensão média superior, já o contínuo declínio da dimensão média dos estabelecimentos tem de encontrar uma explicação na evolução do tecido produtivo da região.

Tabela 3.3. Número de estabelecimentos ou de actividades registadas e número de trabalhadores segundo a data de início da actividade estimada na área da 4ª CI.

Anos de início de actividade	Número de anos no período	Estabelecimentos ou actividades (1)	Trabalhadores (2)	Média	Dimensão (1)/(2)
				anual (novos registos)	
Antes de 1890	-	65	436	-	6,1
1890-1914	15	586	1.834	39,0	3,0
1915-1926	12	1.820	6.306	151,7	3,3
1927-1939	13	3.948	10.671	303,7	2,5
1940-1951	12	3.123	6.826	260,3	2,1
Total	42	9.542	26.073	227,2	2,6

Fonte: ADRME/RTN (1922-1952): livros 1-12 (cálculos nossos)

Embora mais diversificado do que sugere a imagem estereotipada do *Alentejo agrícola*, o tecido registado concentrava-se em pouco mais duma dezena de actividades que estavam estreitamente ligadas ao funcionamento das grandes casas agrícolas (tabela 3.4). A fileira do pão, desde a debulha à panificação, a par da fabricação de azeites e da actividade preparadora e transformadora da cortiça representavam a maioria do emprego “industrial” oferecido na região. Só depois se destacava o fabrico e a reparação de sapatos, a alfaiataria, o fabrico de louça de barro grosseiro e as actividades de assistência a um mundo rural ainda dominado pela tracção animal: as oficinas de ferreiro e as carpintarias de carros. Além destas, devemos referir os fornos de telha e tijolo, uma actividade ancestral exercida muito frequentemente no quadro da grande exploração agrícola. Estas 13 “classes de indústrias”, estreitamente relacionadas com a economia do latifúndio, representam 76,4 % dos registos nos livros R.T.N. e 78,0 % do emprego. Por outras palavras, cerca de uma centena de tipos de actividade representavam pouco mais de 20 % dos registos e do emprego global oferecido.

Um segundo facto deve ser salientado: a maioria destas actividades e do emprego que permitiam era de natureza sazonal, coincidindo com momentos de alta no trabalho

agrícola. Tal ocorria não só na debulha mecânica, na maioria das moagens “tradicionais” e no fabrico do azeite, como também na preparação de carnes, no fabrico de telha e tijolo e na indústria corticeira (dado que esta estava maioritariamente orientada para a actividade de preparação). As carpintarias de carros, as ferrarias e as carpintarias de branco eram actividades que neste quadro viviam da proximidade dos mercados que serviam. A sapataria e a olaria, por seu turno, eram sobretudo officios enquistados em produtos específicos consumidos na região.

Tabela 3.4. Principais actividades registadas na área da 4ª CI pelo R.T.N. (1922-1951)

Actividades	Registos	Emprego	R/E
Debulha de cereais e enfardamento de palha e feno	344	4.540	13,2
Moagem de cereais, rações e descasque de arroz	1.588	2.565	1,6
Panificação	682	803	1,2
Cortiça	323	2.487	7,7
Azeite	422	1.757	4,2
Calçado	973	2.082	2,1
Carnes fumadas (carnes ensacadas)	247	554	2,2
Ferraria / ferreiro	743	1.240	1,7
Telha e tijolo	293	902	3,1
Carpintaria de carros	388	707	1,8
Carpintaria de branco / civil	412	793	1,9
Alfaiataria	347	888	2,6
Olaria	217	329	1,5
Total destas actividades	7.367	20.354	2,8
Total de registos no R.T.N.	9.640	26.078	2,7

Fonte: ADRME/RTN (1922-1952): livros 1-12

Em terceiro lugar, salientemos a persistência duma economia rural, na qual o artesanato e as indústrias rurais sobreviviam ancoradas em produtos regionais específicos ou na prestação de serviços de apoio à lavoura, a par da modernidade que as unidades industriais capitalistas representavam. A coexistência entre o antigo e o moderno constituía, pois, um dos traços característicos deste universo que encontramos já no Inquérito Industrial de 1890.

A tabela 3.5 mostra de forma consistente a evolução na dimensão dos estabelecimentos industriais registados entre 1922 e 1951 na 4ª CI, considerada a partir do volume de emprego declarado. Se não devemos considerar os registos de estabelecimentos fundados antes de 1890 representativos dessa época, por se tratarem

de empresas sobreviventes registadas depois de 1922, já os registos de estabelecimentos fundados no período 1890-1915 podem ter algum significado. Eles sugerem que os estabelecimentos que empregavam mais de 6 indivíduos tinham um peso relativo superior ao que vamos encontrar a partir de 1926. É notório o aumento do número de registos de pequenas actividades a partir de 1915 quer em termos absolutos quer em termos relativos. No período 1916-1925, 38,6 % do emprego encontrava-se em estabelecimentos com 1 trabalhador ou menos (tabela 3.6)²⁵. Quando consideramos os estabelecimentos que empregavam até 2 trabalhadores (inclusive), esse peso subia para 64,3 %. Entre 1926 e 1951, esses estabelecimentos constituíam 80 % do total. Em números absolutos, de pouco mais de mil registos entre 1916 e 1925, os pequenos estabelecimentos aproximavam-se dos 4 mil entre 1926 e 1938, caindo depois para os 2,7 mil entre 1939 e 1951.

Como interpretar estes valores? No quadro dum tecido industrial onde predominava o artesanato e as actividades de serviço ou de proximidade, poderíamos pensar, como hipótese, que o aumento demográfico se traduziria na multiplicação do número de estabelecimentos. Mas, no essencial, a sua dimensão *média* (em números redondos) seria constante. Outra possibilidade prender-se-ia com a natureza dos registos considerados, os quais não teriam correspondência com o que se passava “na realidade”. É certo que as medidas de condicionamento tornaram os alvarás objecto de valor económico e lançaram muitos na corrida aos registos. Mas a sua efectividade dependia da laboração do estabelecimento pelo menos dois meses no ano e do pagamento da contribuição industrial. Não estamos, pois, perante registos “fantasmas” - estes números traduzem o que se efectivamente se passava no terreno. E eles apontam para uma *regressão* no movimento industrial aparente se tomarmos a dimensão (em termos de volume de emprego) como um indicador válido do grau de intensificação capitalista das organizações. Em síntese, a evolução a partir da segunda metade dos anos '20 mostrou-se (aparentemente) contraditória com a formação dum sector capitalista moderno, se pensarmos que este se afirmava pelo movimento de concentração.

²⁵ Um número significativo de registos não tinha adscrito qualquer trabalhador, sugerindo tratar-se de actividade acessória.

Tabela 3.5. Distribuição das actividades registadas na 4ª CI pelo volume de emprego declarado, segundo as datas de início de laboração estimadas em diferentes épocas

Número de trabalhadores	< 1890	1890-1915	1916-1925	1926-1938	1939-1951	Total
Até 1*	16	253	604	2.831	2.218	5.922
2	19	251	402	1.104	489	2.265
3-5	19	164	378	659	482	1.702
6-9	4	39	100	115	96	354
10-15	2	11	45	135	89	282
16-30	2	7	21	68	45	143
31-50	1	5	6	6	7	25
51-100	1		7	2	2	12
100-150		1	2	1	2	6
Total	64	731	1.565	4.921	3.430	10.711

Fonte: ADRME/RTN (1922-1952): livros 1-12

Tabela 3.6. Distribuição das actividades registadas na 4ª CI pelo volume de emprego declarado, segundo as datas de início de laboração estimadas em diferentes épocas (valores relativos)

Número de trabalhadores	< 1890	1890-1915	1916-1925	1926-1938	1939-1951
1	25,0	34,6	38,6	57,5	64,7
2	29,7	34,3	25,7	22,4	14,3
3-5	29,7	22,4	24,2	13,4	14,1
6-9	6,3	5,3	6,4	2,3	2,8
10-15	3,1	1,5	2,9	2,7	2,6
16-30	3,1	1,0	1,3	1,4	1,3
31-50	1,6	0,7	0,4	0,1	0,2
51-150	1,6	0,1	0,5	0,0	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: tabela 3.5.

Como veremos, a multiplicação do número de pequenos estabelecimentos resultou directamente da política económica seguida a partir da Ditadura e consolidada com a armadura corporativa instituída pelo Estado Novo, quando disciplinou os mercados e limitou a concorrência. Mas para o fenómeno contribuiu também a forma como se desenvolveu a grande exploração agrícola na sua relação com o tecido industrial da região. É dessa “mobilização do atraso”, como lhe chama Nuno Madureira (1998:822),

mas dum mobilização contra o sector moderno da economia que se trata, quando analisarmos a evolução regional do parque moageiro e da fileira do pão, da produção de azeite, do parque corticeiro e do artesanato regional. Por outro lado, verificou-se no quadro da grande propriedade fundiária a tendência para a internalização das relações com a indústria e/ou para protelar a sua autonomização, como sucedia nos casos das oficinas de serralharia, de carpintaria, mas também no fabrico de telha e tijolo, moagem e panificação ou da produção de vinho e de azeite. O registo autonomizado de cada uma destas actividades revela o peso do sector não empresarial ou, se quisermos, das unidades integradas de produção que contavam com actividades de assistência à produção principal. Esta característica, à primeira vista própria das grandes unidades de produção que operam em contextos periféricos, tinha obviamente repercussões directas no parque global instalado. O peso desta “estrutura” era ainda mais significativo se pensarmos que esta evolução se deu numa época em que se desenvolve a viação acelerada e autónoma graças à camionagem.

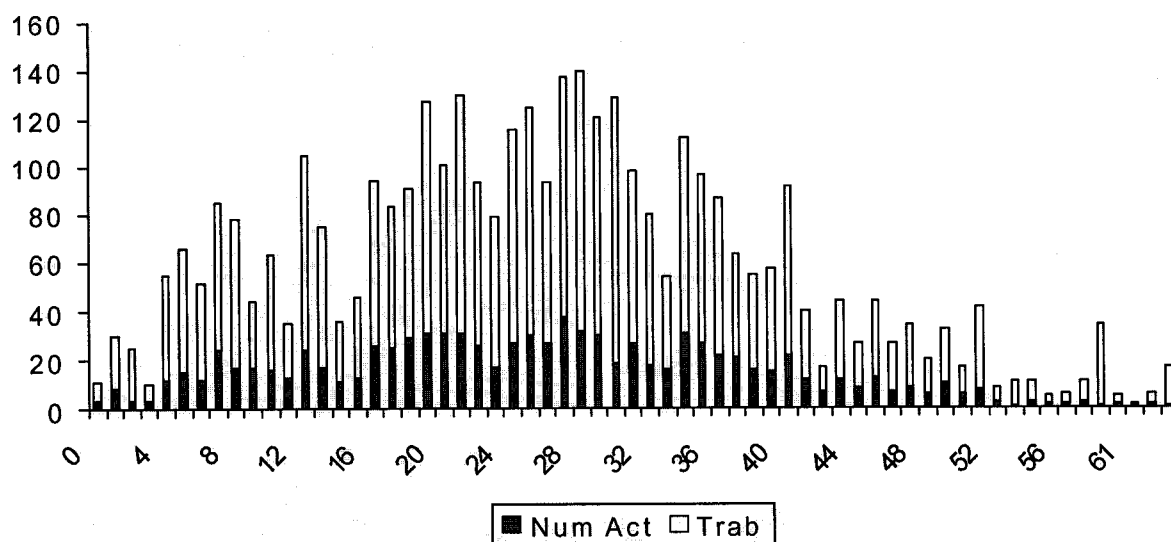


Figura 3.3. Duração das actividades e do emprego registados na 4ª CI

Legenda: Eixo Y = Num Act. Número de actividades registadas; Trab. Número de trabalhadores; Eixo X = Número de anos entre o registo e o cancelamento da actividade.

Fonte: tabela C.4, anexo.

Esta interpretação parece consistente com a análise da *duração* das actividades. Infelizmente dispomos apenas de 966 casos em que temos o registo da data de início e de termo, o que corresponde a 10 % do universo. A sua análise mostrará o seu significado.

A maioria das actividades registadas (58 %) teve uma duração superior a 20 anos e inferior a 50 anos, classes que concentravam também a maioria do emprego. Poucas iniciativas tiveram duração inferior a 7 anos. (8,1 % apenas) e 21,7 % dos casos duraram entre 4 e 15 anos.

A esta escala de análise não parece haver uma relação directa entre a duração das actividades e o volume de emprego. Tal como os moinhos de vento e as azenhas que empregavam 2 ou 3 pessoas, também os grandes estabelecimentos, como a fábrica de Portalegre, remontavam aos finais do século XVIII. Da mesma forma, encontramos pequenos estabelecimentos de curtumes ou “grandes” fábricas de cortiça (como era o da Robinson) fundados em meados do século XIX. Na verdade, o peso destes estabelecimentos ancestrais estará porventura subestimado, pois a grande maioria das azenhas e lagares de azeite não indicaram a sua fundação, certamente por desconhecimento dos seus proprietários. Deste modo, apenas 3 % dos casos tinham mais de 50 anos de vida. Não se julgue por aqui que estamos perante um parque de sobremaneira envelhecido, pois até finais daquele século continuaram a construir-se de raiz instalações tradicionais como moinhos de vento, azenhas e lagares de azeite movidos com tracção animal.

O peso do artesanato ligado ao exercício de um ofício como atributo pessoal “explica” a duração dos registos que, por vezes, parecem cumprir um ciclo de vida. Deste modo se percebe que, mesmo quando estamos perante actividades em declínio, estas conseguiam sobreviver por serem tantas vezes exercidas a tempo parcial, como complemento da actividade agrícola ou comercial (cf. tabela 3.7.)¹²⁷.

A partir da Ditadura Militar, o condicionamento da actividade industrial tornou o alvará um bem com valor mercantil que, por isso, importava não perder. O próprio ambiente económico alimentado a partir dos anos '30, ao limitar a concorrência, permitiu, por esta via, a sobrevivência de muitos estabelecimentos “tradicionais”. Tudo aponta para que os ciclos económicos não actuassem sobre o ciclo de vida dos estabelecimentos. Efectivamente, a maior parte das actividades registadas tiveram uma duração superior a 20 anos sendo quase residual o número daquelas que duraram menos de 3 anos. A longevidade das actividades nos estabelecimentos foi assim a regra.

¹²⁷ Sobre este aspecto, mas para o século XIX, veja-se o importante estudo de Manuela Rocha (1994) sobre Reguengos de Monsaraz.

Tabela 3.7. Número de actividades registadas na 4ª CI, volume de emprego e dimensão média segundo a duração da actividade

Anos de actividade	Num Act	Trab	Dim
Menos de 2 anos	13	28	2,2
2 a 3 anos	8	27	3,4
4 a 7 anos	63	195	3,1
7 a 10 anos	74	196	2,6
11 a 15 anos	78	219	2,8
16 a 20 anos	142	354	2,5
21 a 30 anos	277	886	3,2
31 a 50 anos	306	793	2,6
Mais de 50 anos	29	130	4,5
Total	990	2828	2,9

Fonte: ADRME/RTN (1922-1952): livros 1-12

Legenda: **Num Act.** Número de actividades; **Trab.** Número de trabalhadores registados nessas actividades; **Dim** média. Dimensão média (número de trabalhador por estabelecimento)

O movimento aparente dos cancelamentos de actividades é também elucidativo a esse respeito (cf. figura 3.4). Num universo de 9.640 registos efectuados entre 1922 e 1952, foram canceladas 3.111 actividades exercidas até 1995 (32,3 %). Este número, aparentemente tão elevado, requer alguns cuidados na sua leitura, a começar pelo facto da maioria dos cancelamentos das actividades recair sobre um período cronológico posterior ao limite contagem dos registos (1922-1952). Ou seja, é a partir dos anos '50 que se dão a maioria dos cancelamentos das actividades registadas anteriormente (*v. infra* cap. 4).

Os alvarás eram cancelados ou por iniciativa própria, ou pelos serviços dois anos depois dos estabelecimentos terem cessado a actividade, ou quando se verificava que não tinha havido lugar a laboração efectiva nem pagamento de Contribuição Industrial. Assim, não é possível determinar com exactidão o tempo que medeia entre as eliminações administrativas e a cessação efectiva da actividade.

Devemos ainda ponderar outros elementos de perturbação. Por vezes, o cancelamento de um alvará resultava apenas da legislação específica que regulamentava o exercício de determinada actividade, sendo substituído por outro que colocava novas condições de laboração. Também a mudança da localização duma actividade numa distância superior a 100 metros exigia um novo alvará e o cancelamento do anterior. Este factor, importante em algumas conjunturas como a dos anos '40, é difícil de ser quantificado por nós devido ao estado em que se encontram os arquivos. Ele pode, no entanto, ser “corrigido” a partir da análise da concessão de novos alvarás nas actividades que estavam condicionadas. De qualquer forma, é pertinente confrontar o movimento aparente dos cancelamentos com os ciclos conhecidos das conjunturas internacionais nos países capitalistas avançados. Foi nesta perspectiva que se orientou a nossa leitura.

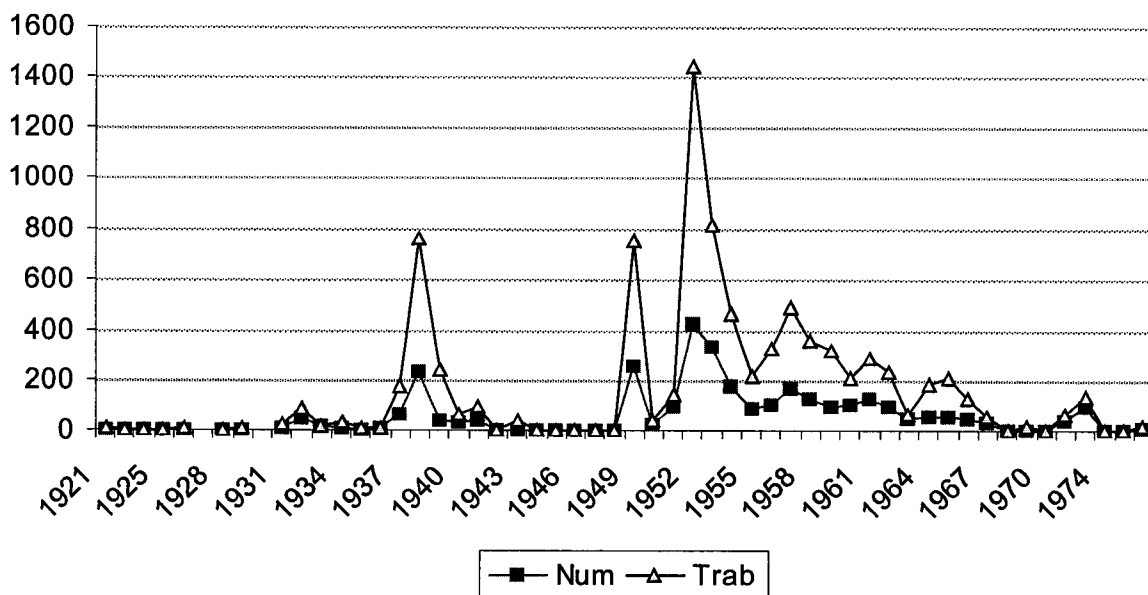


Figura 3.4. Evolução do número de cancelamentos de licenças industriais e do volume emprego eliminado na 4ª CI, nas actividades registadas no período 1921-1951

Legenda: Num. Número de actividades canceladas; Trab. Número de trabalhadores efectivos de ambos os sexos eliminados nessas actividades.

Fonte: RTN (cálculos nossos). Tabela em apêndice.

Assim, o número de actividades eliminadas até finais dos anos '30 foi muito baixo (cf. figura 3.4). O primeiro abalo deu-se na sequência da crise de 1930. Entre 1931 e 1934 foram eliminadas 67 actividades, correspondendo à perda de 156 postos de trabalho. Estes valores são, no entanto, bastante favoráveis quando comparados com o ciclo 1937-1941 que corresponde à eliminação de 405 licenças ou 1.328 efectivos. O *ratio* de 3,3

trabalhadores por licença cancelada indica-nos que estes valores não respeitavam apenas a actividades, mas que afectaram verdadeiras empresas industriais, embora de pequena dimensão. Porém, o terceiro ciclo foi, de longe, o mais importante. Ele teve início em 1949 e terminou apenas em 1966. No total foram eliminadas 2.424 licenças ou 6.661 trabalhadores (média de 2,7 trabalhadores por actividade), registando-se os picos em 1949 (254 licenças), 1952 (420 licenças), 1957 (168 licenças), 1961 (131 licenças) e 1964 (59 licenças, v. figura 3). Podemos desde já assinalar que este ciclo *coincide* com o momento em que se inicia uma nova vaga de modernização técnica na lavoura, nos transportes e, de um modo geral, na cultura material do quotidiano. E *coincide* igualmente com o surto migratório das populações do sul para os países da Europa Ocidental e para a Margem Sul e Lisboa em demanda de melhores condições de vida.

A análise do saldo do movimento dos registos permite-nos uma visão mais próxima das fases da “demografia” dos licenciamentos industriais (figura 3.5). Deste modo podemos identificar 10 fases curtas e médias: 1921-1923, 4 anos de crescimento; 1924-1926, 3 anos de depressão; 1927-1933, 7 anos de crescimento contínuo (em contraciclo com a economia mundial a partir de 1930); 1934-1935, 2 anos de depressão curta seguida de breve recuperação em 1936; 1937-1938 2 anos de afundamento, com saldo negativo em 1938; 1939-1940, 2 anos de recuperação; 1941-1942, 2 anos de crise; 1943-1946, 4 anos de recuperação; 1947-1949, 3 anos críticos, com saldos negativos; 1950-1951, 2 anos de recuperação seguida depois de novo período depressivo longo (cf. figura 3.4).

A figura 3.6 mostra o lento e constante crescimento do número de actividades industriais registadas bem como do emprego que elas proporcionavam.²⁷ Nele parece notório, a partir de 1936, um abrandamento do ritmo de crescimento, tanto do emprego como das actividades industriais. Uma análise mais fina de cada uma das actividades e, em particular, do sector artesanal e ofical poderá mostrar em que medida dependiam, para crescerem, do aumento dos efectivos rurais ou se, pelo contrário, foram prejudicados pelo comércio e pela modernidade. Antes de o fazermos, vejamos a evolução e as características das maiores unidades industriais implantadas na região.

²⁷ É evidente que a estimativa do produto industrial alentejano nos poderia dar uma leitura diferente desta evolução, se para tanto dispuséssemos de fontes fiáveis. Assume-se aqui (partindo das características do parque instalado) que a diminuição do número de actividades e do emprego registado corresponde a uma diminuição efectiva no dinamismo económico da indústria regional.

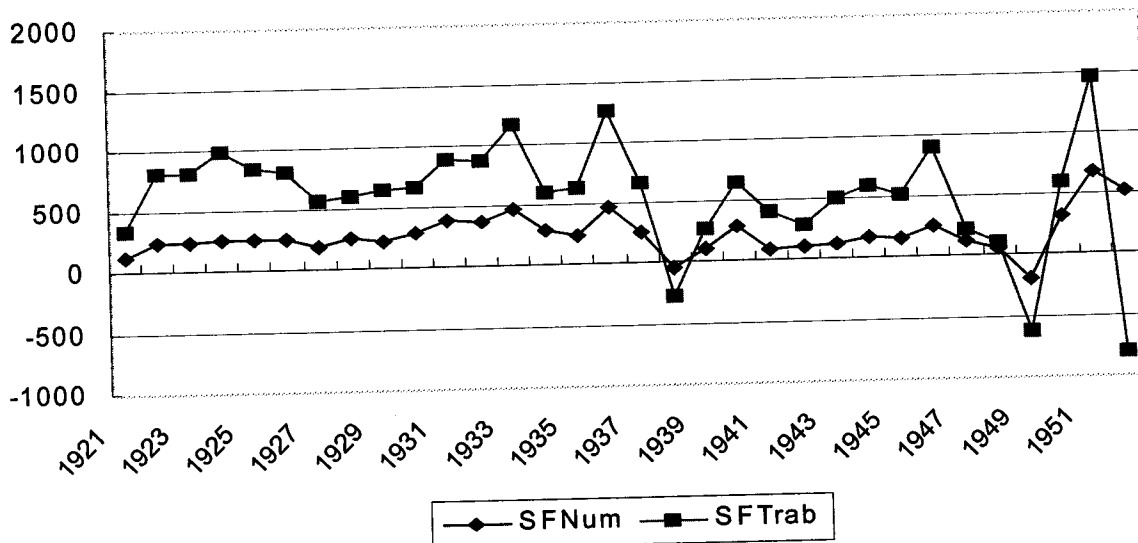


Figura 3.5. Saldo líquido de actividades licenciadas e do emprego industrial nos registos efectuados na 4ª CI no período 1921-1952.

Legenda: SFNum. “Saldo fisiológico” das actividades registadas; SFTrab. Saldo fisiológico do emprego industrial

Fonte: RTN (cálculos nossos a partir da tabela C.3 em anexo)

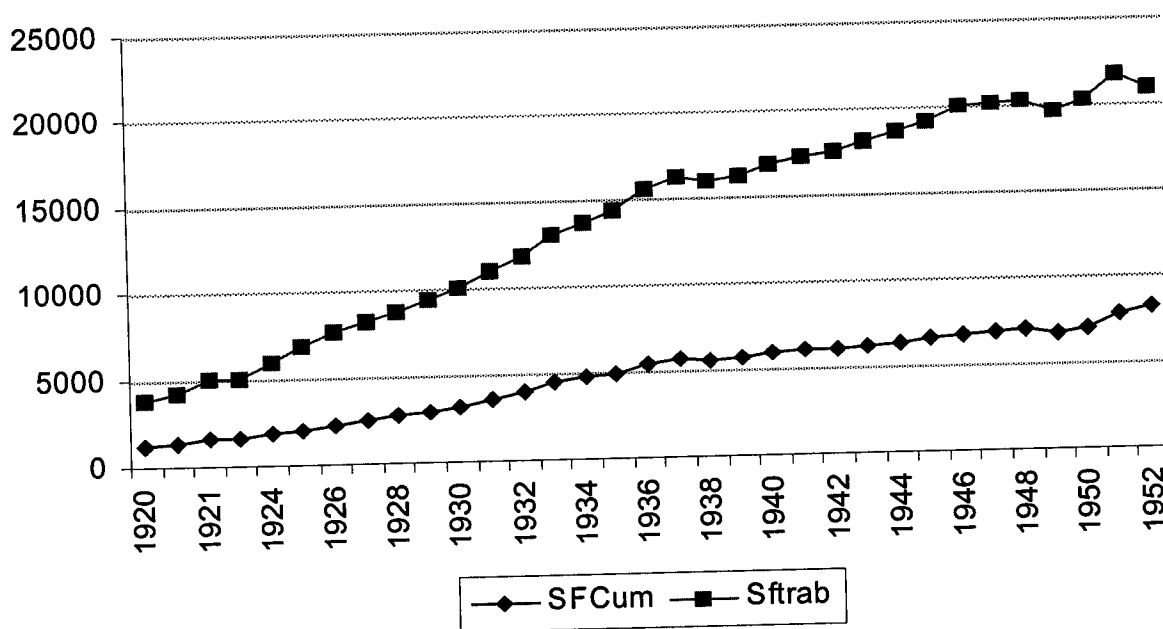


Figura 3.6. Valor acumulado das actividades licenciadas e do emprego industrial

Fontes e legenda: v. figura 3.5.

3.4. A grande indústria - as grandes empresas

A identificação das maiores empresas industriais, feita a partir da identificação das firmas requerentes ao R.T.N., do volume de emprego e do equipamento declarado na actividade, permite clarificar o tecido industrial, distinguindo-as das actividades de pequena escala. Tal exercício, realizado numa análise em diacronia de médio prazo, revelou-nos estar-se em presença não de um espaço “tradicional”, “fechado”, imutável ou constante nos seus protagonistas, interesses e formação empresarial, mas, bem pelo contrário, duma região muito aberta a actores externos e orientado para a exportação de produtos semi-preparados ou intermédios em estreita articulação com a orientação produtiva dos grandes domínios agrícolas. A ausência de mercados regionais desenvolvidos e estruturados na óptica industrial, isto é, que se impusessem aos produtores e aos consumidores como espaços de troca constante e regulados na forma de apresentação dos produtos, com baixos custos de informação, emprestavam ao Alentejo um *facies* de “região de fronteira”, uma terra de oportunidades de negócio onde estavam presentes *comissários, agentes e representantes* de firmas comerciais e industriais do país e do estrangeiro. Tal facto terá facilitado a estruturação da região numa lógica de crescimento duplamente periférica: em primeiro lugar, relativamente às economias mais desenvolvidas em crescimento industrial, e, em segundo lugar, em relação ao consumo dos pólos urbanos (nessa medida “mais modernos”) do país e, muito em especial, de Lisboa.

A orientação para o exterior das grandes produções regionais, combinada com a ausência de pólos de atracção e de centros de distribuição dos seus fluxos comerciais, teve um impacto directo evidente na geografia industrial da região e na sua evolução. No caso da cortiça, o dinamismo industrial (aquele que foi possível existir face ao proteccionismo industrial dos países consumidores) foi geograficamente orientado para as manchas de montado, para os pontos de confluência do tráfego (como Vendas Novas) e, sobretudo, para as margens da região: o Algarve e os povoados na margem sul do Tejo, na península de Setúbal. Esta tendência era notória já nos princípios do século²⁸. O

²⁸ Não deixa de ser relevante, neste contexto, que o espaço regional alentejano tenha sido retalhado por diferentes circunscrições industriais. Nos princípios do século, Beja e Évora faziam parte da circunscrição do Sul, separada de Lisboa e ligada ao Algarve. O distrito de Portalegre ficou ligado à circunscrição industrial polarizada Lisboa. Nos anos '20, a 4ª CI incluía Portalegre, Évora e os concelhos do vale do Sado mas Beja continuou ligado ao Algarve. A análise destas relações foi feita por Duarte Abecassis (1926).

escoamento da cortiça fazia-se por uma grande variedade de pontos, cada um deles com capacidades limitadas devido à ausência crónica de investimentos portuários. Tal não deixava de se reflectir directamente em despesas acrescidas de transbordo e em elevados custos de carga e descarga devido ao recurso intensivo à mão-de-obra braçal. A saturação destes portos de expedição de produtos e matérias-primas industriais e a sazonalidade dos fluxos contribuía para a acumulação de mercadorias e, indirectamente, facilitaram a deslocação das operações de processamento primário e secundário para estes pontos mais próximos da fonte de produção. Foi também neste contexto que Sines nasceu como porto e centro industrial alternativo a Setúbal, que beneficiou não só dos seus recursos marítimos, como também do *hinterland* do Vale do Sado em franco desenvolvimento nos anos '20 (cf. tabela 3.8). A mesma lógica de implantação é perceptível nas grandes unidades moageiras, distribuídas pelos principais centros de produção cerealífera e capitais de distrito (Beja, Évora, Elvas, Portalegre, etc.) e cujos capitais foram também, em parte, oriundos do exterior.

Esta perspectiva é ainda reforçada quando analisamos o tecido mineiro implantado na região e a forma como esta se articulava com as actividades industriais a jusante. Tratou-se de uma importante área de actividade que ficou de fora do âmbito do R.T.N. Socorremo-nos, para isso, dos elementos fornecidos nos processos das grandes empresas mineiras depositados no arquivo do Instituto Geológico Mineiro e nos dados oficiais publicados, em especial, no *Boletim de Minas*.

Tabela 3.8. Maiores empresas no Alentejo em 1925

Início de laboração	Empresa	Localização	Sede	Produtos	Emprego	Potência instalada (*)
1856	La Sabina / Mason & Barry L.ted (1.050 m£, 1900)	São Domingos (Mértola)	Londres	Pirites, cimento de cobre	1.039	2.673 c.v. + 1.277 kw
1899	S.A.B.M.A. – Sociéte Anonyme Belge des Mines d' Aljustrel	S. João do Deserto e Algars (Aljustrel)	Antuérpia (Bélgica)	Pirites, cimento de cobre	691	1.310 c.v.
1848	Robinson Bros. Lda.	Portalegre	Halifax	Cortiça	128-600	
1911	Sociedade das Minas dos Bairros L.tda / H. Burnay/ S.A.B.M.A. - Sociéte Anonyme Belge des Mines d' Aljustrel	Lousal (Grândola)	Lisboa / Antuérpia	Cimento de cobre	171-600 (1938)	619 c.v. + 119 kw
1919	L. Mundet & Cia. Lda. Sucessora	Móra	E.U.A.	Cortiça	45-114 (1931)	n.d.
1927 – 1952	Mundet & Cia. Lda.	Ponte de Sôr	E.U.A.	Cortiça	30-128 (1950)	n.d.
1773, 1822, 1865	Fábrica de Lanifícios de Portalegre Lda.	Portalegre	Portalegre	Lanifícios	146	n.d.
1902	C.G. Wicander	Vendas Novas	Suécia	Cortiça	126	n.d.
1920 (1936)	A Sociedade Alentejana de Moagem L.da	Évora	Évora	Moagem de cereais, massas alimentícias	75-137	n.d.
1924 (1950)	Metalurgica do Crato Lda	Crato	Crato	Fundição de metais, serralharia	30-152	n.d.
(1925)?	Sociedade Luso-Belga de Mármore, L.da (Vila Viçosa)	Vigária, Bencatel	Vila Viçosa	Mármore em blocos	124	n.d.
1919	J. A. Judice Fialho	Sines	Setúbal ?	Peixe – conservas	128	n.d.
1917-1939	Empresa Industrial das Cortiças Eborense (Joaquim Augusto L.da)	Évora	Évora	Cortiça	80	n.d.
1918	Metalúrgica Alentejana	Beja	Beja ?	Metalúrgia	61	10 c.v.
1922	Portalegre Industrial L.da.	Portalegre	Portalegre	Moagem e electricidade	59	n.d.
1889 (1902)	Companhia Elvense de Moagens a Vapor	Elvas	Elvas	Moagem e electricidade	54	n.d.
1919	Industrial Aliança / Moinhos de Santa Iria (6.500 c., 1930)	Beja	Lisboa	Moagem	57	300 c.v.
1918	Empresa de Mármore e Cerâmica de Estremoz e Borba Lda.	Estremoz	Lisboa ?	Mármore – extracção	70	n.d.
1945-1965	João Nunes Sequeira	Fronteira	Fronteira	Pimentão – moagem	60	n.d.
[1935]		Gavião		Alparcatas-fabrico	51	n.d.

1921	Sá & Cia. Lda. / Moagem do Crato Lda.	Crato	Crato	Moagem	50	n.d.
1928	Nova Fábrica de Alparcatas L.da.	Castelo de Vide		Alparcatas-fabrico	31	n.d.
1926	Hidro-Eléctrica do Alto-Alentejo			Electricidade	?	n.d.

Fontes: ADRME/RTN (1922-1952), Boletim de Minas (1925, 1930),

(*) não foram contabilizadas as locomotivas usadas no transporte de minério

n.d. valores não disponíveis

3.4.1. As companhias mineiras ao serviço dos países industrializados

Na lista das maiores indústrias que operavam na região, as companhias mineiras surgiam à cabeça tanto pelo volume de emprego como pelos capitais investidos, volume de negócios e capacidade produtiva instalada (tabela 3.8). Em 1925, as três maiores empresas mineiras eram representadas por capitais ingleses e belgas que exploravam as importantes jazidas de pirites do Alentejo. A sua actividade não se limitava ao arranque, já que executavam igualmente algum processamento dos minérios tendo em vista o consumo das indústrias químicas e metalúrgicas situadas no exterior e que constituíam mercados distintos.

A empresa mais importante era a Mason & Barry L.ted, uma sociedade com sede em Londres constituída para exploração das minas de São Domingos mediante arrendamento à empresa mineira La Sabina, em 1858 (IM/MM-1894:209 e Sequeira-1883). Reorganizada sucessivamente em 1878 e 1892, contava no início do século XX com um capital de £ 1.050.000 dividido em 210 mil acções de 5 £ cada, das quais 185 mil se encontravam já integralmente realizadas. O empreendimento era representado perante o governo português por Óscar Deligny (da La Sabina) e James Mason (da sociedade arrendatária) que davam como residência oficial a mina de São Domingos. Longe de se tratar de um empreendimento isolado, o arranque deste projecto deve ser equacionado num contexto de abertura jurídico-institucional proporcionada pela legislação mineira de 1852-3, por um lado, e pelo crescente procura de minérios pela economia britânica, por outro. Esta conjuntura marcada pelo optimismo, assistiu à participação de negociantes, proprietários e capitalistas da região e do exterior, por vezes associados em aventuras mineiras que nem sempre terminaram bem¹³⁰.

¹³⁰ Veja-se a respeito do desenvolvimento mineiro no Alentejo durante a Regeneração, o nosso estudo (Guimarães-1996, 1989:9-23) e também Fonseca-1996a.

Nos finais de Oitocentos, a Mason & Barry L.ted era um gigante que sobrevivera, praticamente isolado, à crise na economia mineira do Alentejo resultante da queda contínua dos preços dos minérios de ferro e de cobre nos mercados mundiais a partir de meados da década de 1870. Na origem deste sucesso podemos apontar um conjunto combinado de factores. Em primeiro lugar, salientemos a facilidade com que se reuniu numa única concessão uma enorme massa de minério, metódica e sistematicamente explorada entre 1858 e 1965 por uma única companhia. Em segundo lugar, e tal como os inspectores de minas apontaram na época, realcemos a capacidade de execução técnica e de organização demonstrada pelo engenheiro Diogo Mason num empreendimento de larga escala. Efectivamente, a viabilidade do projecto envolvia investimentos coordenados no transporte terrestre ferroviário, no transporte fluvial e no transporte marítimo, além de despesas com seguros marítimos, baldeações e representações comerciais no exterior.³⁰ À experiência acumulada pelo engenheiro inglês nas minas congéneres de Espanha, associavam-se contactos privilegiados nos meios de negócios do comércio de minérios para Inglaterra e a presença de um industrial metalúrgico inglês, James Trees Barry que aparecia em Londres como presidente do conselho de directores da Mason & Barry (IM/MM-1894:209)³¹. Esta aliança ficaria consolidada com o casamento de James Mason, em 1860, com Isabel, filha de Barry, do qual nasceria James Francis Mason, futuro director. O sucesso do empreendimento traduziu-se socialmente na nobilitação, em Portugal, de James Mason como Barão do Pomarão e Visconde de São Domingos. O seu filho primogénito, James Francis Mason herdará o título de visconde e ascenderá à nobreza em Inglaterra, quando, em 1895, casou com lady Evelyn Crawford, dama da Ordem do Império Britânico e de Malta, filha dos 22^{os} condes de Crawford, família da mais antiga nobreza britânica (Custódio-1996b:212-213).

Realcemos dois factos nesta história: primeiro, os mercados ingleses, com os quais os capitalistas tinham um relacionamento privilegiado, mostraram-se fundamentais na

³⁰ Sobre os aspectos técnicos relativos à exploração em São Domingos veja-se Pedro Sequeira (1883), o estudo mais importante, e depois Cabral, Monteiro e Barata (1889: 63-95). No início deste século temos o apontamento de Manuel Roldán (1908), com iconografia. Antes dele veja-se, entre outros, a descrição de José M. Leitão (1861). Mais recentemente, uma tentativa de síntese dos processos de lavra e um apontamento sobre a iconografia do lugar pode encontrar-se em J. Custódio (1996^a e 1996b).

³¹ De acordo com os elementos do processo da mina existente no Arquivo do Instituto Geológico e Mineiro (proc. 11, pasta 1), Diogo (James) Mason frequentou a Escola de Minas de Paris, tendo obtido diploma em Química (especialidade importante no caso das pirites). Ele aparece como director de sociedades que operavam em Espanha e em Portugal como a Peninsular Mining Company, a Iberia Mining Company e a Castilian Mining Company. Um apontamento biográfico encontra-se em J. Custódio (1996b:212-213).

fase de expansão e de consolidação do empreendimento; segundo, a rápida nobilitação dos Mason em Portugal não parece ter-se traduzido numa integração social, ou sequer na aproximação às elites nacionais.

A importância deste posicionamento privilegiado perante os mercados assumia várias vertentes. Tanto quanto nos permitem avaliar os relatórios de inspeção e os documentos do processo nos arquivos do Estado em Portugal, após os investimentos realizados na segunda fase da exploração, a partir de meados da década de 1860, o financiamento do empreendimento parece ter sido largamente auto-sustentado. A elevada rotação do capital era garantida pela facilidade de escoamento dum produto que tinha dois consumidores: a indústria química, que retirava das pirites o enxofre necessário à produção de ácido sulfúrico, e a indústria metalúrgica, que extraía o cobre, o chumbo, a prata e o ferro. A economia da exploração dependia da cooperação entre as diferentes partes envolvidas. Rapidamente o *minério do Pomarão* teve plena aceitação na Inglaterra e foi responsabilizado, ainda no início da década de 1860, pela quebra no valor das cotações dos minérios em Inglaterra (Guimarães-2001:84-88).

Nos finais de Oitocentos, a Mason & Barry parece ter-se adaptado com facilidade à perda da hegemonia britânica no consumo das pirites de São Domingos (Garcia-1988 e 1996). A companhia sobrevivera com sucesso à depressão nos preços dos minérios graças aos investimentos realizados entre meados da década de 1860 e os finais da década seguinte. Estes investimentos permitiram à empresa aumentar a escala das operações, diminuir os custos de arranque e de transporte e aproveitar a grande massa que constituíam os minérios pobres (com teores < 2% Cu). Não houve alterações fundamentais nesta infraestrutura, cumprindo-se os planos de arranque até ao encerramento da exploração, em 1965. A única alteração de vulto consistiu na instalação da Fábrica de Enxofre na Achada do Gamo (nos arredores da concessão), em 1934, por pressão do governo português junto da empresa¹³³.

A diversificação dos mercados de exportação das pirites nos finais do século XIX correspondeu à entrada de novos operadores na região. Assim, em 1898, constituiu-se em Antuérpia a Société Anonyme Belge des Mines de Aljustrel (S.A.B.M.A.) com um capital de 1,2 milhões de francos. Para a constituição desta sociedade, o banco Fonecas, Santos & Viana entregou as concessões e todos os direitos, bens e imóveis que tinham pertencido à antiga companhia mineira portuguesa, a Companhia de Mineração Transtagana. Como principais accionistas surgiam, para além do banco português, a

¹³³ V. as referências que lhe faz Ferreira Dias Jr. (1946:213)

Association Financière et Industrielle, SA, de Bruxelas, Carlos Ferreira Santos Silva e Francisco Silveira Viana que estavam ligados àquele banco. Depois surgiam agentes e empresas comerciais de Bruxelas, a Thys et Vanderlinden, a Witteroos & Cia (Antuérpia), a família Jacobs, os banqueiros Lagrelle e administradores de empresas como os irmãos Eyben, Alphonse Ullens e Maurice Raimax, proprietário e político belga (v. lista de maiores accionistas em Guimarães-2001:105-111). Também neste caso se reuniram importantes concessões mineiras, alargadas e consolidadas com a demarcação do *couto mineiro* de Aljustrel. A administração da companhia operou-se a partir da Bélgica, ficando em Aljustrel um administrador delegado. Em qualquer dos cargos de comando os belgas tiveram a hegemonia e, do mesmo modo, os engenheiros directores técnicos nomeados foram belgas. Apesar disso, os portugueses não deixavam de aparecer entre os maiores accionistas da companhia nos anos '20. Ao contrário da Mason & Barry que se manteve nas mãos de um grupo familiar muito reduzido, na sociedade luso-belga participaram interesses aparentemente muito diversificados.

No caso das minas do Lousal, localizadas no concelho de Grândola, as concessões pertenciam à Sociedade das Minas dos Bairros L.da, constituída em 1910 entre a família Albuquerque d' Orey, Pedro de Azevedo Coutinho e Guilherme Pinto Basto com um capital de 28,5 contos. Sendo as pirites do Lousal mais pobres (em "minérios úteis"), a viabilidade do empreendimento passava pela construção da linha férrea do vale do Sado. Deste modo, no início dos anos '20 as Minas dos Bairros arrendaram a concessão à Henry Burnay, L.da (firma que tinha interesses directos na C.U.F.) e depois à S.A.B.M.A, acabando por vendê-la por 3,4 milhões de francos belgas (preços correntes) em 1923. Como resultado da depressão dos anos '30, a S.A.B.M.A. perde parte do seu património para outra empresa ligada à banca de Bruxelas, a Empresa Exploradora de Minas. Entre 1933 e 1936, oito concessões contíguas entre as minas da Caveira e o Lousal (Novo e Velho) tinham sido adquiridas a esta sociedade que aparecia estreitamente ligada à SAPEC. A expansão da produção no Lousal neste período aparece assim ligada à infraestrutura ferroviária do Vale do Sado e ao parcial aproveitamento industrial das pirites na Mitrena (nos arredores de Setúbal).³³

A orientação exportadora das empresas mineiras que operavam na faixa piritosa alentejana é atestada pelos valores compilados pela Direcção Geral de Minas nos anos

³³ V. processos no arquivo do Instituto Geológico e Mineiro da Serra da Caveira (proc. 21), Noroeste da Caveira (proc.1267), Lousal Velho (proc. 312), Lousal Novo (368), Lousal 2 (1084), Lousal 3 (1085), Sítio do Montado (1086) e Serro dos Arneirões (1107). Nos anos '40 estas concessões passaram para a Mines et Industries, SA.

'30. A frieza dos números remete para o domínio da retórica do regime os desejos de “nacionalização” dos minérios portugueses anunciados na década de 1930 (cf. Rosas-1986).

Tabela 3.9. Produções das minas da faixa piritosa alentejana e seu destino, 1938

Produtos	Precipitado de Cobre		Pirite a 2,3 %	Pirite < 1% (pelo enxofre)		Enxofre
	Portugal	Exportação	Exportação	Exportação	Portugal	Portugal
Minas						
São João do Deserto	-	188,4 t (64 % Cu)	6.271 t	212,0 mt	21,3 mt	-
São Domingos e Chança	116,7 t (a - 54 % Cu)	-	-	138,1 mt	40,5 mt	11,1 mt
Lousal	-	-	-	95,0 mt	4,2 mt	-
Serra da Caveira	-	-	-	26,6 mt	4,5 mt	-

Fonte: Boletim de Minas (1938).

A actividade das minas de pirites, para além da extracção, consistia em preparar o minério para indústria, triturando-o, criando concentrados (precipitados e cimentos ricos em cobre) para as metalurgias e separando os minérios pobres em metais (mas ricos em enxofre) que eram matéria-prima para as indústrias químicas de base. Na ausência duma metalurgia de metais não ferrosos e duma indústria de adubos químicos orientada para o exterior, o consumo interno representava quase sempre menos de 10 % do volume da produção total (tabela 3.9). Nos finais dos anos '30, os principais países consumidores das nossas pirites e concentrados eram a França (416 mt), a Bélgica (37 mt), Inglaterra (20 mt), Marrocos (11 mt) e a Suécia (3,6 mt) (IM/BM-1938:310-312).

Está fora do nosso objectivo, traçar o quadro da evolução económica destes empreendimentos. Iremos, porém, mais além do que simplesmente constatar a evidente “desarticulação”, em contexto nacional ou mesmo regional, entre a mineração e as modernas indústrias química e metalúrgica.

A orientação para o exterior deste sector “explica”, em larga medida, a persistência de duas escalas de operação resultantes do enorme peso dos custos dos transportes nas suas economias: por um lado, um número relativamente elevado de iniciativas com uma duração muito limitada e que, quase sempre, empregavam poucas pessoas; por outro, um escasso número de grandes estabelecimentos controlados por empresas oriundas de países industriais. Como pano de fundo deste padrão de crescimento, assistimos à

manutenção de um elevado número de concessões atribuídas que não tinham qualquer lavra. As estratégias das diferentes empresas mineiras levava-as a manter, como reserva, concessões que não eram economicamente vantajosas. Nos termos dessa economia pesavam muito os custos de transporte terrestre e marítimo e, conseqüentemente, os investimentos necessários à viabilidade do empreendimento no seu conjunto. Se em conjunturas favoráveis a posição geo-económica dos jazigos permitia a sua exploração, noutras a sua viabilidade passava pela acção combinada de investimentos pesados em infraestruturas ferroviárias e portuárias, na criação estabelecimentos anexos para a preparação industrial dos minérios, enfim, numa escala de operações que *exigiam a presença de jazigos de dimensão e de valor excepcionais*. Perante os elevados custos de transporte (dada a posição longínqua dos mercados e o atraso do país), a viabilidade das explorações mineiras dependia da existência de jazigos com um teor elevado de “minérios úteis” ou de grande dimensão.

O desenvolvimento destas grandes explorações teve um impacto económico limitado, quando se pensa nas oportunidades criadas a nível local para a emergência de outras firmas ou actividades. Implantadas em regiões “atrasadas”, as grandes empresas mineiras do sul constituíam verdadeiros universos industriais largamente auto-suficientes. A manutenção dos equipamentos, o fabrico de peças, a concepção e o desenho de estruturas e máquinas faziam-se em oficinas próprias, com o seu quadro de pessoal e hierarquias. A produção de cimentos cúpricos por via seca (ustulação) e por via húmida (a chamada “hidro-metalúrgia”) fazia-se em campos próprios no interior das concessões. As companhias tinham ainda “pessoal de via”, ligado ao transporte ferroviário. Esta estrutura de desenvolvimento sectorial “integrado” nas grandes companhias é perceptível no enunciado da estrutura do emprego nas explorações mineiras (cf. figura 3.7). Os 1.722 operários que a S.A.B.M.A. empregava em 1938, por exemplo, estavam divididos pelas seguintes secções: contramina (lavra subterrânea); corta (céu aberto); extracção e esgoto; tratamento mecânico do minério; tratamento metalúrgico; oficinas gerais; linhas férreas, construções; central termo-eléctrica; administração (IM/BM-1938:55-56). Nas suas *oficinas gerais* trabalhava mais gente do que nas maiores empresas metalúrgicas da região. No total, eram 2 encarregados, 2 capazes, 1 vigilante, 1 apontador, 15 caldeireiros, 1 plainador, 3 tarraxadores, 17 serralheiros e 5 ajudantes, 10 ferreiros e 17 ajudantes, 6 fundidores, 10 torneiros, 2 soldadores, 28 carpinteiros, 2 serradores, 6 trabalhadores e 19 rapazes. Nas *linhas férreas* trabalhavam 20 maquinistas, 17 fogueiros, 6 engatadores, 4 revisores e limpadores, 7 vigilantes, 5 apontadores e 47 trabalhadores. Nas “construções”

encontramos, entre outros, 28 carpinteiros, 40 pedreiros, 44 serventes, 3 ferreiros e 66 trabalhadores. Na lista do pessoal encontramos ainda 11 guardas, 11 jardineiros, 6 descarregadores, 4 carreiros e 1 almocreve ! (IM/BM-1938:56) Por outras palavras, trata-se dum universo económico enquistado na região que, fundamentalmente, absorve ou atrai artesãos, operários e trabalhadores.

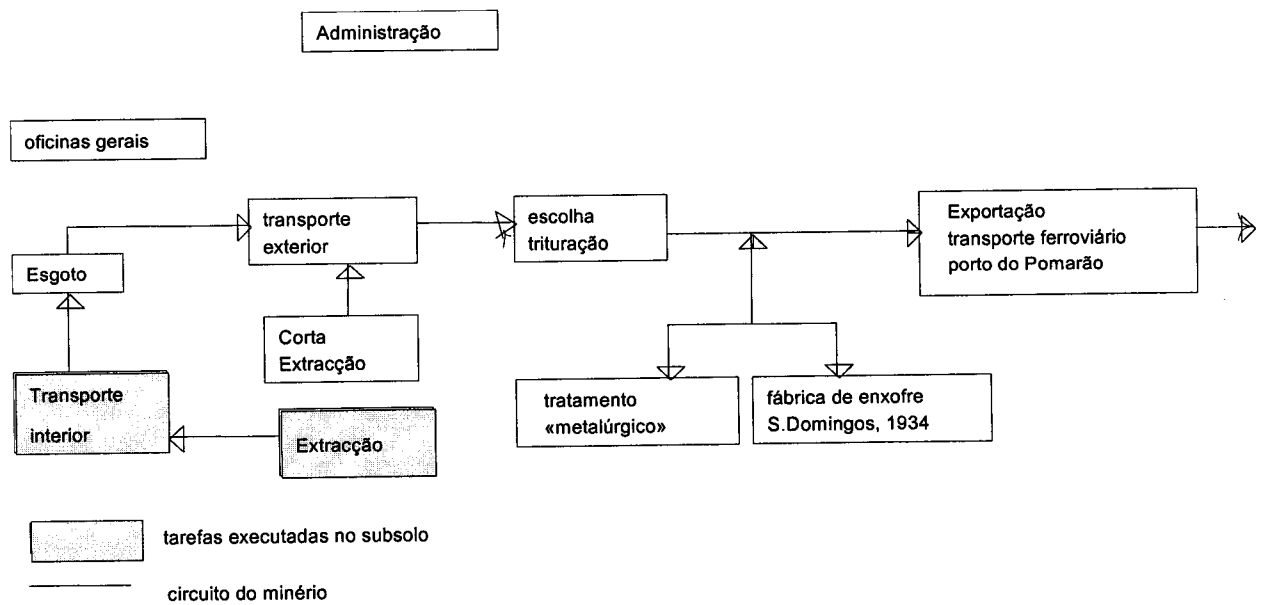


Figura 3.7. Minas de Aljustrel e São Domingos. Organograma da organização do trabalho.

Fonte: Guimarães-2000: 363.

As minas de São Domingos apresentavam igualmente uma “estrutura integrada” das suas operações. Para além das secções propriamente mineiras (lavra subterrânea, extração e esgoto, córta ou lavra a céu aberto), encontramos ainda os seguintes departamentos: fábrica de enxofre (Achada do Gamo), cementação, oficinas gerais, linhas férreas, reparação de edifícios, central eléctrica. Para além destes existiam ainda guardas, motoristas e empregados no hospital da mina (IM/BM-1938:56).

Salientemos, pois, que este tipo organização não suscitava o desenvolvimento de outras empresas industriais na região. Por norma estas empresas beneficiaram de isenção de direitos na importação de equipamentos e os mais simples, a larga maioria, eram produzidos nas oficinas de carpintaria e de serralharia. Também a política fiscal aplicada aos minérios (de isenção de impostos à exportação) não estimulou mais do que a preparação local dos minérios para os mercados metalúrgicos no exterior. Tais empreendimentos, se não podia beneficiar da oferta industrial proporcionada pelo meio

imediate, criavam no entanto um universo próprio com limitadas repercussões no exterior³⁴. Constituiu uma excepção, embora de alcance limitado, o fornecimento de electricidade. Assim, por exemplo, Aljustrel teve da luz eléctrica graças à empresa mineira luso-belga.

A existência de outras grandes unidades conduzia à duplicação da mesma cadeia integrada de produção com funções análogas. Em vez de um centro de preparação metalúrgico (e de uma metalurgia), tínhamos tantas oficinas pré-metalúrgicas quantas as concessões em lavra activa. O encerramento de uma mina, por outro lado, afectava directa e imediatamente todos os elos desta cadeia no interior da exploração, como se pode verificar de forma dramática em São Domingos nos anos '60 e, mais tarde, nas minas do Lousal e em Aljustrel.

A política mineira seguida nos anos '20 e aprofundada depois da Ditadura Militar permitiu uma maior capacidade de intervenção do governo sobre as jazidas de minérios (quando se consagrou a existência das *áreas cativas*), mas facilitou também a acumulação da propriedade mineira quando se criaram os *coutos mineiros*. No que respeita ao Alentejo, essa política favoreceu a acumulação de concessões em reserva por parte das grandes empresas, permitiu isenções fiscais sobre equipamentos industriais e o Estado tomou um papel activo no reconhecimento mineiro com a criação do Serviço de Fomento Mineiro em 1939.³⁵ No conjunto, o impacto desta política de *fomento mineiro* foi muito limitado na região. Não se evidenciaram ou colocaram em lavra novas importantes jazidas, nem se desenharam formas de cooperação entre diferentes companhias.

A vida económica das grandes explorações mineiras do sul continuou a ser ritmada pelos mercados mundiais, sendo fortemente abaladas pela depressão dos anos '30 e pelo encerramento dos mercados durante a II Guerra Mundial. Foi a procura externa a responsável pelo aumento dos efectivos e pela flutuação da produção e do emprego nas grandes minas até finais da década de 1950.

³⁴ Noutro trabalho mostrámos que esta “oferta” incidiu sobretudo em competências profissionais nos trabalhos de ofício existentes na região (Guimarães-2000:115-147).

³⁵ Sobre a actividade deste organismo veja-se Serviço de Fomento Mineiro (1990) e Guimarães (1995 e 1999b).

Vejamos agora como se articulavam os interesses industriais portugueses a jusante dessas grandes explorações.¹³⁷

A instalação da fábrica de superfosfatos pela Companhia União Fabril, no Barreiro, em 1907 esteve directamente ligada ao aproveitamento das pirites em depósito que seguiam do Alentejo para exportação (Guimarães-2001: 97-111 e 359, figura 13). Tudo indica que se tratavam de *stocks* de minério pobre, com valor local muito baixo e que se acumulavam enquanto aguardavam conjunturas favoráveis para venda. O complexo industrial beneficiava, por outro lado, duma posição privilegiada para receber os fosfatos marroquinos. Este conjunto, para além da fábrica de extracção de óleo de bagaço de azeitona, utilizado no fabrico de sabões, contava com uma fábrica de enxofre (moídos e sublimados), matéria-prima usada na produção de insecticidas e de superfosfatos (cf. Cruz-1973:123). A ustulação das pirites permitia ainda a produção do ácido clorídrico, associando o sal proveniente da região ao enxofre e do sulfato de cobre. Por detrás do sucesso deste último empreendimento, esteve o monopólio conseguido por Alfredo da Silva quando obteve a patente de *introdução de nova indústria*, em 1912, para um produto usado abundantemente no tratamento das vinhas. Em 1911 e em 1916 a empresa caminhava já para o aproveitamento integral dos minérios alentejanos com o tratamento das cinzas de pirite¹³⁸. Para além disso, em associação à produção de adubos e químicos para a agricultura desenvolvera-se a tecelagem de sacaria a partir de fibras africanas.

Apesar do aproveitamento integral das pirites constituir o cerne do complexo, a C.U.F. não conseguiu, a não ser já muito tardiamente, um acesso directo às grandes jazidas identificadas no país e que se situavam no Alentejo. “O primeiro complexo industrial português com nível europeu” (como lhe chama, com propriedade, Alfreda Cruz, 1973:123) parecia “condenado” a depender dos fornecimentos de minérios que, por via marítima, chegavam de São Domingos (via Vila Real de Santo António) e, por caminho-de-ferro, de Aljustrel. Incapaz de constituir um consumidor de peso, a C.U.F. parece ter ficado à mercê dos ciclos de produção das minas alentejanas, comandados do exterior. Impossibilitada de controlar as jazidas de minérios e sem dispor de uma protecção eficiente para a sua produção no mercado interno, a C.U.F. teria uma vida

¹³⁷ Esta análise centra-se evidentemente nas pirites. Deixamos de lado as numerosas pequenas explorações de manganês, de ferro-maganês, bem como a lavra conjuntural das minas de ferro (como as do Escoural) e a breve exploração do jazigo de hulha de Santa Suzana (Alcácer do Sal).

¹³⁸ Uma análise histórica sucinta dos processos de aproveitamento das pirites em Portugal encontra-se em Leal da Silva (1996).

económica não isenta de dificuldades. Daí que até 1922 a produção de superfosfatos tivesse um crescimento muito irregular. A sua evolução pode resumir-se sucintamente da seguinte forma:

Em 1912, a C.U.F. atingia a produção anual de 100 mt de superfosfatos sofrendo muito a produção com a guerra devido às dificuldades no abastecimento de pirites e dos fosfatos marroquinos. Em 1917, os dois fornos de ustulação encerravam por esse motivo (Amaral-1993:102). Ou seja, a C.U.F. mostrou-se incapaz de beneficiar da conjuntura da guerra, a não ser no caso do sulfato de cobre, produto em que aliás tinha já garantido o monopólio por via institucional (CUF/RC-1913-1918). A recuperação deu-se apenas em 1922, caindo a produção no ano seguinte para perto das 60 mt como resultado da liberalização na importação de adubos, cujos preços no mercado mundial acusavam o excesso da oferta. A partir de então deu-se nova recuperação gradual até 1929. A liberalização na importação de adubos, determinada pelo governo “pró-agrário” de António Granjo, em 1923, veio penalizar a empresa numa altura em que os mercados internacionais estavam saturados (CUF/RC-1922-1923, cf. Telo-1980:221-222). O proteccionismo à produção adubeira foi decretado somente em 1926, seguindo a produção num crescendo até 1929. Em 1926, a C.U.F. atingia os níveis de 1922 e de 1914 (100 mt de superfosfato simples). No entanto, 1930 marca o início duma depressão que se arrastou de até 1933³⁸. Os valores compilados por Isabel Amaral (1993) não indicam que a produção tenha disparado como resultado do aumento do consumo pela agricultura, o qual teria sido suscitado pela política agrícola do novo regime a partir da Campanha do Trigo. Em contrapartida, os anos '50, que foram marcados pela depreciação nos preços agrícolas, constituíram um momento de viragem, tendo a produção anual de adubos oscilado nessa década em valores sempre muito acima das 200 mt.

A análise da evolução da produção de adubos fosfatados pela C.U.F. revela os limites duma política orientada para a substituição de importações. Até aos anos '60, o seu consumo não foi suficiente para viabilizar economicamente qualquer uma das grandes minas do sul. Apesar das ligações que têm sido sugeridas com o regime, a política nacionalista do Estado Novo não lhe proporcionou uma base mineira nem impediu a formação de um novo concorrente em Setúbal nos anos '30 – a SAPEC. Por

³⁸ Embora nos faltem alguns valores para os anos '30, a curva da evolução da produção de ácido sulfúrico, ingrediente essencial para a produção de superfosfatos, é coerente com a descrição anterior (cf. Amaral-1993: 102, gráfico 15).

outro lado, também o relançamento da fábrica da Póvoa de Santa Iria parece ter beneficiado da queda na procura externa das pirites nos mercados externos (breve recuperação em 1918-1919 como Empresa Industrial de Santa Iria, depois Companhia Industrial Portuguesa, e com reabilitação em meados da década de 1930)¹⁴⁰. A orientação estratégica da C.U.F. para a actividade mineira dá-se somente no início da década de 1960, quando estava já agendado o encerramento da exploração de São Domingos. A entrada neste universo deu-se, porém, somente em 1973, quando tomou uma posição importante na nova sociedade, Mines d'Aljustrel, S.A., tendo pelo caminho constituído a Sociedade Mineira de Santiago, cujas actividades centravam-se na prospecção¹⁴¹.

3.4.2. A cortiça: a preparação industrial e os novos produtos.

Nas vésperas da II Guerra Mundial, as minas de Aljustrel empregavam mais de 1.500 operários, São Domingos, 1.300, as minas do Lousal perto de 600 (cf. IM/BM-1937). Com excepção das fábricas têxteis e de cortiça em Portalegre, não encontramos, no Alentejo desta época, conjuntos industriais tão importantes quanto estes. As maiores unidades corticeiras estavam longe de ter uma dimensão análoga, apesar do emprego gerado neste sector, no conjunto, ser idêntico, se não superior. A razão do subdimensionamento deste sector prende-se com a natureza dos próprios estabelecimentos corticeiros instalados na região e das relações estabelecidas com as redes de negócio controladas pelas grandes empresas transnacionais¹⁴². Nos casos que analisaremos, foi a actividade transformadora a principal responsável pelo acréscimo no volume de emprego, já que a actividade preparadora tomava um cunho mais sazonal e exigia muito menos investimentos em capital fixo. A mecanização não conduziu apenas à degradação do estatuto do rolheiro, como se traduziu na presença, por vezes em maioria,

¹⁴⁰ Segundo Leal da Silva, a fábrica arranca em 1857 com a constituição, pelo Crédito Móvel Português, da Sociedade Geral de Produtos Químicos, com sede em Lisboa (1996:247-248). A fábrica foi vendida em 1867 a Ferdinand Deligny, e em 1884 estava nas mãos da Companhia Real da Agricultura Portuguesa, mais tarde Companhia Promotora da Agricultura Portuguesa (sede em Lisboa). Em 1898 a fábrica estava arrendada a Henry Bachofen & C.ia, vindo a falir em 1914. Dificilmente se pode defender que a história da produção de adubos químicos em Portugal se tenha iniciado com a C.U.F.

¹⁴¹ Sobre a “reorganização” da indústria química a partir de finais da década de 1960, bem como as relações entre os diferentes grupos de interesse na área industrial veja-se o texto de José Félix Ribeiro e outros (1987).

¹⁴² São ainda mal conhecidas entre nós estas redes comerciais internacionais. É interessante, a este respeito, o texto de Hess (2003) e os recentemente publicados sobre a Mundet em Filipe (2003).

de mulheres e raparigas, mais mal pagas e consideradas mais aptas para executar trabalhos repetitivos e menos exigentes fisicamente.

A fábrica mais importante pertencia à Robinson Bros., Cork Grewers, L.td., com sede em Halifax. Situada em Portalegre, empregava cerca de 6 centenas de pessoas em 1923. A Mundet tinha duas fábricas na região: uma, estabelecida em Mora, em 1919, registada com 45 trabalhadores; e outra em Ponte de Sôr, registada em 1927 com 30 trabalhadores e ampliada mais tarde para cerca de centena e meia. A Wicander, estabelecida em Vendas Novas, empregava cerca de 120 indivíduos. Abaixo destas encontramos cerca de uma dezena de unidades que empregavam entre 20 a 50 trabalhadores, constituídas por capitais regionais e dispersas na área da 4^a circunscrição industrial entre as manchas de montado de sobro, ou localizadas nos nós de circulação terrestre. Entre estas destacamos, em Évora, a fábrica de Artur Augusto Ferreira (mais tarde Cutileiro & Ferreira Succ.), a de José Gomes Severino (1913) e outra nas mãos do Banco Colonial e Agrícola Português (1924- ?); na Azaruja, as fábricas de Américo R. Oliveira⁴² (1924-1955), a de Raul Rosa Girbal e a de Emílio & Canelas; em Alvalade do Sado, a Gonçalves & Douradinha, L.da; em Sines, a Hauser & Fernandes L.da; em Montemor, a R. Contreiras L.da (1926-194...?) e, finalmente, em Évora-Monte a de João Batista de Mendonça. Ao contrário das anteriores, estas fábricas de dimensão intermédia não estavam ligadas a empreendimentos transnacionais. A nossa atenção, por agora, irá para as primeiras.

O primeiro facto que devemos realçar nesta geografia industrial é que as maiores unidades corticeiras do Alentejo integravam-se em redes transnacionais, frequentemente não passando de verdadeiras feitorias industriais, instaladas em zonas de extracção como elos primários e de menor valia numa cadeia de processamento e comercialização. Assim, as maiores fábricas da Mundet em Portugal encontravam-se, não no Alentejo, mas no Montijo e no Seixal (desde 1906). A primeira empregava entre 350 a 400 operários e a segunda mais de milhar e meio. Ao lado do gigante mundial cuja origem se encontrava em Palamós (Catalunha), encontrávamos a empresa sueca Wicander que empregava no Seixal perto de 3 centenas de trabalhadores. Especializada no isolamento térmico a partir de aglomerados, a empresa de Goteburg tinha estabelecimentos fabris na Suécia, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Bélgica, Alemanha e Inglaterra. A matéria-prima provinha das fábricas portuguesas (cf. Cruz-1973:153). Ao contrário das empresas anteriores, a Robinson Bros concentrou as suas actividades em Portugal numa única

⁴² Esta fábrica passou em 1938 para Pepe da Cruz Duque e depois para Ezequiel Correia.

unidade. A empresa britânica tinha iniciado a sua actividade em Portalegre em 1845 e era a herdeira dum tempo em que o comércio da cortiça a partir de Portugal esteve nas mãos de firmas de grandes negociantes ingleses, representadas sobretudo pelos “3 Rs” (Reynolds, Robinson e Rankin) e dos Buknall (Baylis-[1998]). A I Guerra Mundial acentuou este declínio numa conjuntura de rápida transformação de todo o sector. Neste quadro, a indústria regional especializou-se na preparação da cortiça para revenda a grandes operadores internacionais. Esta especialização “explica”, sem dúvida, a ausência de fábricas da maior companhia norte-americana, a Armstrong de Pitsburg¹⁴⁴.

A tendência para a localização das maiores unidades industriais nas margens do Alentejo (a sul, no Algarve, e a ocidente na margem sul do Tejo, em Setúbal e em Sines) era um fenómeno já perceptível nos finais do século XIX, tal como atesta o *Inquérito Industrial* de 1890 e depois o *Cadastro Industrial* de 1898, publicado por Adriano Monteiro no *Boletim da Propriedade Industrial*. Quando a Sociedade Nacional de Cortiças, que recebera as fábricas dos Reynolds em Évora e Estremoz, decide mudar as suas actividades para o Barreiro, não faz mais do que seguir esta tendência. Na margem sul do Tejo, as maiores unidades localizavam-se “junto a esteiros de acesso às fragatas que podem completar o trânsito da cortiça a partir de ramais ferroviários e exportar a produção para o porto de Lisboa” (Cruz-1973:153). Enfim, tal como sucedia com os minérios, também esta indústria nascia nos pontos onde se acumulavam os estoques em trânsito para o exterior. No caso da cortiça, a localização à beira rio tinha ainda a vantagem adicional de proporcionar água abundante que era necessária para combater os incêndios (um risco real) e para a cozedura da prancha.

Um dos factores que terá favorecido a localização das indústrias junto das fontes produtoras no século XIX prendeu-se com os elevados custos de informação resultantes da manutenção dos *mercados do mato*. O *secretismo* que envolviam os negócios da cortiça resultava directamente da inexistência de verdadeiros mercados para a indústria, locais onde se transaccionassem abertamente diferentes qualidades de cortiça,

¹⁴⁴ Existem informações locais na Azaruja de industriais que atestam que a Armstrong teve uma fábrica de discos na povoação nos princípios do século XX. Tratava-se duma fábrica pequena e não encontramos registos dela.

apresentadas de acordo com as necessidades dos consumidores⁴⁴. A entrada em cena dos novos operadores envolveu a manutenção duma rede de operadores no terreno pagos pelas empresas, os quais coligiam informação estratégica e realizavam negócios com facilidade graças à pronta disponibilidade de numerário⁴⁵. O próprio desenvolvimento da camionagem facilitou essa acumulação de operações de primeiro processamento (a produção de prancha) em pontos mais afastados da origem. A abundância da água doce durante todo o ano, necessária para as operações de cozedura da prancha e para enfrentar os graves riscos de incêndio, aconselhavam a instalação de grandes concentrações em áreas de estuário. Podemos, assim, pensar que os problemas com o abastecimento de água nas urbes alentejanas e, em particular, em Évora poderá ter constituído um desincentivo, se não mesmo um obstáculo à fixação de grandes unidades de processamento.

A orientação das unidades instaladas para o armazenamento e processamento, em detrimento da actividade transformadora, contribuiu para reforçar a sazonalidade desta actividade e limitar o emprego de mão-de-obra industrial no Alentejo. Por outro lado, a orientação das unidades mais avançadas, como a dos Robinson, em Portalegre, para a produção de aglomerados já nos anos '40 transformou unidades que eram basicamente mão-de-obra intensivas, em fábricas de capital intensivo.

Um terceiro facto deve ser realçado como consequência directa desta geografia. A presença das grandes unidades não significou, na margem sul do estuário do Tejo, a eliminação da pequena indústria caseira. Bem pelo contrário. As grandes fábricas

⁴⁴ Veja-se a este respeito o testemunho duma filha de Harold Bucknall, grande negociante inglês estabelecido em Portugal, sobre o *modus operandi* neste mercado nas primeiras décadas do século: “Cork is a chancy commodity. Its supply is regulated by nature, not by demand. A tree takes thirty years to reach maturity and only then is its bark ready to be stripped. From that time onwards, a nine-year cycle of stripping has to follow its course whatever the state of the market. Demand may fluctuate widely, soaring with the discovery of a new use and dropping with the invention substitute, but there is no such elasticity in production. So it followed that in some years there is not enough cork to go round, and in others that it piled up in the depots as the orders failed to come in. Prices went up and down like a barometer. *Buying was a speculative business: so much depended on calculating the future antics of the market.* Perhaps it was due to these conditions that *cork merchants liked to cloak their dealings in an atmosphere of the deepest mystery and intrigue.* No secret service agent could have acted more surreptitiously than my father when he went “up country” to inspect a likely parcel of cork or to nose out the prospects of a big strip. All this movements had to be concealed from trade rivals (...)” (Baylis- [1998]: 28-29, itálicos nossos).

⁴⁵ Testemunho desta alteração estratégica são os ficheiros do arquivo da Mundet (actualmente no Eco-Museu do Municipal do Seixal), constituídos por largas centenas de milhares de fichas onde eram registadas anualmente as produções de todas as propriedades, quantidades e valor de transacção, *à escala nacional*.

trabalhavam largamente em sistema de *puting out*, de modo que as pequenas indústrias domésticas recebiam delas as encomendas e as matérias-primas. Elas contribuía para aliviar as pressões sobre os salários fabris e conseguiram responder a súbitas solicitações de encomendas, constituindo uma verdadeira reserva industrial de trabalho¹⁴⁷. As unidades do Alentejo, mais pequenas e orientadas para o primeiro processamento, dispensavam em larga medida esse trabalho caseiro, tal como se percebe pelo Inquérito Industrial de 1957.

Podemos acompanhar a transformação no interior destas unidades a partir dos elementos constantes nos processos legais.

A Robinson Cork Grewers, Ltd. de Halifax

A fábrica de cortiça da Boa Vista foi fundada em 1848 por George W. Robinson que teria vindo para Portugal para trabalhar com os Reynolds¹⁴⁸. A primeira máquina a vapor foi instalada somente em 1872. Segundo o Inquérito Industrial de 1881, empregava 560 trabalhadores, na maioria mulheres (340) e raparigas (180) que eram remuneradas de acordo com o número de rolhas que fabricassem. Apesar de classificada como fábrica de rolhas, uma parte significativa das 600 toneladas de cortiça consumidas era exportada em prancha para Inglaterra. Assim, anualmente saíam para Inglaterra 4.000 sacas de rolhas e 1.500 fardos de cortiça. Embora a Robinson não apareça discriminada no Inquérito Industrial de 1890, é de crer que a situação se tivesse mantido até à I Guerra Mundial, já que a Inglaterra, que considerava a cortiça como parte do “*British Trade*”, foi um dos raros países que não introduziu medidas proteccionistas¹⁴⁹.

O processo de licenciamento instaurado na sequência da legislação de 1923 pela 4^a Circunscção Industrial é omissivo relativamente à situação anterior da empresa. Ele é

¹⁴⁷ V. a este respeito os processos relativos a estas empresas no arquivo do Ministério do Trabalho (Lisboa).

¹⁴⁸ Informação do sr. Zagallo (Estremoz) de acordo com a memória familiar.

¹⁴⁹ Segundo a Comissão nomeada para o inquérito, G. Robinson negou-se “ não só a preencher o questionário mas até a dar quaisquer informações sobre a sua indústria” (Portugal-1891:IV,419). A comissão estimava que o número de trabalhadores seria o dobro dos que existiam em 1881.

também bastante tardio⁴⁹. Habituada a lidar directamente com o governo, a empresa mostrou-se relutante a prestar informações detalhadas aos serviços industriais⁵⁰. Seja como for, parece seguro afirmar que nos anos '20 a fábrica tinha-se adaptado com sucesso aos novos tempos e à concorrência movida pelos novos operadores.

O requerimento de Agosto de 1923 diz-nos que a Robsinson empregava 546 operários, 39 auxiliares de engenheiro, chefes de indústria e condutores de trabalho e 13 empregados de escritório. O conjunto fabril estava orientado para a produção mecanizada de rolhas, discos e de aglomerados. A energia era fornecida por dois geradores a vapor e dois gasogénios que trabalhavam a lenha e com desperdícios de cortiça. Para além disso, contava com dois motores a vapor com 90 c.v., três motores de combustão interna, com 196 c.v. e outro a gaz pobre. Dois dínamos com 50 Kw de potência forneciam energia a 12 motores eléctricos. Entre as máquinas operatórias contavam-se brocas de rolhas e discos, plainas, tornos mecânicos, serras de fita, elevadores, máquinas para raspar e polir, esmerilar e polir a cortiça, trituradores, etc.⁵¹. Para além dos 3 fornos para coser cortiça, existiam estufas para secagem. Contudo, muito trabalho manual continuava a ser necessário em diferentes fases de fabrico, em operações de escolha, selecção, calibragem, marcação de rolhas, etc. Mesmo no fabrico da rolha, uma parte significativa continuava a ser feita manualmente. A listagem dos equipamentos instalados, fornecida pela empresa em 1925, indicava ao lado das 22 mesas para brocar rolhas e discos, 89 aparelhos manuais. Do mesmo modo, existiam 5 prensas manuais e 4 prensas hidráulicas. Na secção de aglomerados, contavam-se também 473 moldes.⁵² O conjunto industrial apresentava-se assim como uma unidade integrada orientada para a produção de diferentes produtos (rolha, aglomerados, discos, etc.)

⁴⁹ ADRME/ Processo 1.136 da 4^a circ. Industrial - *Fábrica de cortiça, rolhas e aglomerados*, classe XIII, grupo III. Alvará 11.777 de 23.3.1928 (D.G. 20, 2^a série, 23-4-1928). Ver também Proc. 1441 (RILEI 7/129), 7^a circunscrição industrial, classe 25, grupo 250. Sociedade Corticeira Robinson Bros. SARL (av. 5.1.1962) - *Fábrica de artefactos e de aglomerados de cortiça*.

⁵⁰ O processo arrastou-se durante anos dada a relutância em enviar a planta do estabelecimento. Em 27 de Maio de 1927 o governo deu um prazo de 30 dias à empresa. Só depois o processo foi ultimado. Quando o chefe da 4^a circunscrição industrial pretendem saber, dando cumprimento à ordem de serviço da Repartição Industrial, qual era a composição do capital da sociedade, a resposta foi simples e lacónica: a «firma em questão é uma sociedade particular formada em Inglaterra» (ofício de Portalegre, de 29 de Maio de 1931).

⁵¹ Um excelente guia fotográfico dos processos produtivos associados à cortiça encontra-se em Filipe (2001).

⁵² ADRME/ Processo 1.136: listagem no requerimento de 17. Agosto de 1925.

Tendo a produção orientada para o mercado externo, a Robinson Bros. Cork Grewers, L.td sofreu duramente com a crise de 1929/1930. Em 31 de Março de 1931 a sociedade de Halifax foi dissolvida. Em sua substituição foi criada a Robinson Bros., L.da, com sede em Portalegre, à frente da qual ficaram os ingleses George W. Robinson, William H. Frazer, directores da sociedade anterior, Ellen M. Frazer e George F. Shannon. A nova sociedade tomou de arrendamento uma parte da fábrica para continuar a laboração de aglomerados. Deste modo, em Junho de 1931, data em que é averbada a nova sociedade nos serviços industriais, a empresa disponha apenas de 3 motores a gaz pobre com 280 c.v. e empregava 177 operários. Durante o processo de readaptação, a empresa ignorou tanto quanto pode os serviços industriais e os serviços do condicionamento industrial. As vistorias realizadas em 1938 e em 1939 davam conta de que a Robinson não tinha indicado todas as secções que tinham sido arrendadas. Além disso, encerrou secções e abriu outras, alterou maquinismos e introduziu outros novos sem o necessário conhecimento oficial¹⁵⁴. Não obstante, os serviços não colocaram quaisquer entraves ao processo. Em 1936 foram autorizadas 2 novas máquinas e o âmbito do alvará foi alargado por despacho ministerial de 21 de Fevereiro de 1936. O alvará de 1940 confirma o volume de emprego e a potência instalada em 1931¹⁵⁵. Três anos depois, a fábrica, já alimentada pela Hidroeléctrica do Alto Alentejo, solicitava o aumento da capacidade instalada.¹⁵⁶. Produzia prancha, aglomerado negro, rolhas e bóias. O conjunto estava dividido em secções especializadas: secção de rabanear, fabrico de rolhas, lavagem e secagem de rolhas, escolha de rolhas, fabrico de bóias e broca, fabrico de mosaicos, máquinas de lixar, trituradores, secção de aglomerados, acabamento e embalagem. Tinha ainda oficinas de serralharia e de carpintaria, serração de madeiras e vários armazéns (de fardos, de granulados e de ferramentas).

O início da produção de granulados brancos e a queima de cortiça granulada na parte alta da cidade deu origem ao protesto dos comerciantes, do exército e das “forças

¹⁵⁴ V. no processo o relatório na sequência da vistoria datado de 19.Nov.1937. V. tb ofício do director geral a 4.Fev.1938.

¹⁵⁵ Alvará 11.777, de 11.Fev.1940 no proc. cit.

¹⁵⁶ V. requerimento de 7. Out. 1943 (proc. cit.) no qual se pede deferimento 6 máquinas de escolher rolhas e discos, 6 máquinas automáticas de pulir topos de rolhas, 1 máquina de calibrar discos, 8 ventoínhas de pás duplas para transportes pneumáticos. Outro requerimento entra, na mesma data, para 1 torno mecânico, sugerindo tratar-se de equipamento para manutenção das máquinas instaladas. Por razões burocráticas, a autorização chegou apenas a 17 de Março de 1944.

vivas” da cidade⁵⁶. A orientação fabril para os granulados de cortiça apesar destes protestos veementes, contou com a anuência do governo⁵⁷. Assim, em meados de 1946, a Robinson empregava 440 operários e 135 operárias, ou seja, regressava ao nível do emprego que tivera até aos anos '20. Os problemas de poluição que colocava a produção de granulados conduziram ao protesto generalizado e à intervenção das autoridades, mostrando-se estas sempre compreensivas perante os problemas industriais. No início dos anos '50, após vários acidentes (incêndio em 1951, explosão de caldeira em 1952, com 6 mortes) tentou-se obrigar a empresa a trasladar as principais secções da fábrica e, em especial, a oficina de granulado branco para as suas propriedades nos arredores da cidade. A iniciativa surge numa conjuntura marcada simultaneamente pela alta nos preços da cortiça na árvore e pelo abaixamento dos preços das suas manufacturas como resultado da concorrência que, a nível mundial, lhe movia a nova indústria dos plásticos. Defrontando-se com graves dificuldades, a empresa escuda-se no facto do governo ter assumido a responsabilidade de conduzir um processo de concentração nesta área⁵⁸. As melhorias nas condições de laboração começam a fazer-se sentir paulatinamente na segunda metade dessa década⁵⁹. Em 1961, a fábrica passava, enfim, para mãos portuguesas, com a constituição da Sociedade Corticeira Robinson Bros Lda com um

⁵⁶ O problema era não apenas a fuligem, que provocava a pneumonicose, como os maus cheiros. Veja-se também a campanha na imprensa local, *A Voz de Portalegre*, em Maio de 1946.

⁵⁷ Por despacho de 7 de Maio de 1946 do sub-secretário de Estado da Indústria a Robinson foi autorizada a instalar na fábrica de preparação de cortiça 3 trituradores de pedras, 5 laminadores, 1 guilhotina, 5 serras de fita para cortar aglomerados, 1 serra de recorte, 2 máquinas de serrote, 1 máquina de chanfrar, 1 lixadeira, 4 prensas, 15 brocas de pedal, 1 máquina de espaldar bóias, 6 máquinas e rolas a esmeril, 1 máquina de furar rolas, 1 serra de rodear e 1 tupia simples.

⁵⁸ V. ofício da gerência de 14/8/1953, no proc. cit. : “sem estarem devidamente determinadas as bases de essa concentração industrial, com certeza que, sob os dois aspectos, técnico e económico, a oportunidade não seria a melhor para materializar as determinações contidas no ofício de V. Ex^a, isto no caso de podermos realizá-las. Ousamos, por consequência, solicitar a suspensão de aquelas determinações até estar estudada, em todos os seus detalhes, a concentração industrial dos transformadores-aglomeradores de cortiça. Evidentemente, esse estudo, submetido será à superior orientação da Direcção Geral dos Serviços Industriais que, com todo o entusiasmo dizemos, nos tem animado a prosseguir na execução dos nossos projectos”.

⁵⁹ Datam dessa época alguns investimentos no domínio da higiene e segurança, como o projecto do novo ventilador Babcock (1955) que permitiria diminuir os problemas de poluição atmosférica, as cabinas de banho e mictórios, 90 armários individuais, a aparelhagem de captação de fuligem e a alteração da fachada do edifício das caldeiras. Em Abril de 1961, porém, o sistema de captação de fuligem, reclamado havia muitos anos, ainda não tinha sido implementado.

capital social de 6 mil contos¹⁶¹. Não é claro até que ponto a pressão para a realização de investimentos não reprodutivos e as dificuldades económicas terão pesado na mudança de administração. Seja como for, a empresa foi multada em 1962 por incumprimento de cláusulas de laboração impostas, numa altura em que o presidente do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Portalegre saiu a terreiro para defender os postos de trabalho¹⁶².

Os elementos contidos nos processos industriais são lacónicos quanto às questões económicas relativas à laboração das empresas. No entanto, as condições impostas pela legislação permite-nos identificar alterações de estrutura que indiciam respostas a diferentes conjunturas. No caso da Robinson, consegue-se traçar um quadro de uma constante adaptação às condições de laboração permitidas pelas tecnologias. Neste trajecto podemos distinguir três fases: a primeira, em que a produção se centrava na rolha de cortiça, executada sobretudo por mulheres; a segunda, em que a mecanização das operações se impõe em paralelo à diversidade de produtos (aglomerados, mosaicos, discos, rolha, etc.); e, finalmente, uma terceira em que a produção é orientada para os granulados, os aglomerados brancos e negros e os seus produtos manufacturados.

A fábrica da Mundet em Mora

Em Maio de 1919, a L. Mundet & Son arranca com a sua fábrica em Móra, na estrada do Cabeção. Registada inicialmente como “fábrica de preparação de cortiça”, com 1 caldeira com uma potência de 20 a 30 c.v. e 40 operários, em meados dos anos '30 empregava 114 operários que produziam prancha e rolhas¹⁶³. Tal como sucedia com as fábricas do Montijo (1906), de Ponte de Sor (1927) e na de Vendas Novas (1950), tratava-se duma filial sem administração autónoma. As compras de matérias-primas eram feitas directamente pela sede no Seixal e todos os produtos fabricados eram remetidos para o Seixal para, por sua vez, encontrarem colocação nos mercados. O aumento de efectivos

¹⁶¹ A escritura desta sociedade encontra-se no *D.G.*, III série, de 6 Jan. 1960. Faziam parte do conselho de administração Tomás de Azevedo e Silva, Pedro Victor Pinto Vicente e o eng.º Cipriano Rebelo Caleia.

¹⁶² Officio dirigido ao eng.º chefe da 7ª circ. Ind., Castelo Branco, em 1.12.1962 “no sentido de não permitir que se realizem as malévolas intenções daqueles que tudo procuram destruir, na ânsia desmedida de espalhar o mal e a miséria, criar o caos e reduzir a pó as obras que se impõem pelo seu valor material e espiritual”.

¹⁶³ V. alvará 1.831 de 8-8-1923 no *D.G.*, 189, 2ª série de 16-8-1923.

em Móra ficou a dever-se ao aumento da capacidade instalada e à produção de rolhas⁶³. Em 1939, a fábrica ocupava 133 operários e transferia mais equipamento oriundo do Seixal ligado à preparação e transformação. Nos anos '40, a fábrica enviava para o Seixal, Montijo e Amora fardos de cortiça (prancha), quadros, rolhas não acabadas e desperdícios de cortiça⁶⁴. Em 1951, é instalado mais equipamento oriundo do Seixal destinado à produção de rolha, sendo de destacar 3 brocas automáticas, 12 a pedal, 12 máquinas de rebaixar e outras 12 de lixar com 2 ventoinhas. Apesar deste aumento no equipamento, o emprego diminuía devido fundamentalmente à mecanização das operações na produção de rolha.⁶⁵ A sua capacidade de produção em 8 horas era de 300 arrobas de prancha, 38.000 rolhas e 11.500 quadros, empregando 65 homens e 35 mulheres. A fábrica encerrou em 16 de Setembro de 1964, certamente em resultado da crise que então se vivia⁶⁶. Na origem desta decisão, terá estado a necessidade de concentrar a actividade transformadora no Seixal.

3.4.3. A grande moagem alentejana

Entre as maiores empresas industriais localizadas no Alentejo, contavam-se algumas unidades moageiras, instaladas nos maiores centros de produção cerealífera e de concentração urbana como eram Évora, Beja, Elvas e Portalegre. Na maior parte, resultaram de iniciativas imediatamente a seguir à I Guerra Mundial como sucedeu com a fábrica da sociedade Moinhos de Santa Iria, instalada em Beja em 1919, com a Sociedade Alentejana de Moagem (1920), com a Sá & C.ia, do Crato (sociedade fundada em 1917) e com a Portalegre Industrial (1922). A única excepção, neste grupo de unidades que empregavam mais de 50 trabalhadores, era a Companhia Elvense de Moagens a Vapor, constituída em 1889. Esta, tal como a Portalegre Industrial, associava a moagem de cereais à produção de electricidade. Por seu turno, a Sociedade Alentejana de Moagem produzia, a par da farinha superfina pelo processo Austro-Húngaro aperfeiçoado, massas

⁶³ Em 1935 eram instaladas por autorização do ministro 12 máquinas de rabanear e 16 máquinas de broca para fazer rolhas, 4 caldeiras de cozer cortiça, 3 prensas e outro equipamento.

⁶⁴ V. inquérito de 1949 (s.d.) no processo "Mundet & Cia. Lda." no arquivo da DRME.

⁶⁵ A estrutura do emprego era a seguinte: 3 empregados de escritório, 2 encarregados, 35 operários (homens), 33 mulheres, 4 ajudantes, 27 operários de outras categorias sem serem «de indústria» e uma faxina.

⁶⁶ De acordo com os elementos no processo, em 1967 a fábrica trabalhava o tempo indispensável para não perder os direitos de laboração. Sobre a conjuntura no início dos anos '60 e as tentativas de condução do processo de reorganização industrial veja-se Silva (1965).

e bolachas. Deste modo, apenas as fábricas de Beja e a do Crato produziam exclusivamente farinhas de diferentes tipos.

À frente destas sociedades estiveram grupos de origem diferenciada, como veremos.

A fábrica de Beja foi instalada na Horta do Cano, perto do caminho-de-ferro, sobre os três armazéns que a Fábrica de Moagem Invicta Limitada, no Porto, aí possuía¹⁶⁸. Em 1918, a Invicta, constituída por negociantes e industriais portuenses, encontrava-se em liquidação. A Sociedade Aliança L.da, da qual faziam parte alguns sócios da Invicta, ficou com esse espaço¹⁶⁹. Entre estes encontravam-se a firma lisboeta Viúva Diogo Alvarez & Companhia (Filhos), José Manuel Cruces Alvarez e Domingos Alfredo Barros. A 7 de Fevereiro de 1920 era constituída em Lisboa a Sociedade Industrial Aliança, SARL, com o capital de 10 mil contos, que ficou com todo o activo e passivo da Sociedade Aliança¹⁷⁰. À frente da nova sociedade encontravam-se os mesmos administradores, constituídos como maiores accionistas - os industriais lisboetas António da Costa Faria, Domingos Alfredo Barros, José Manuel Cruces Alvarez e o engenheiro Carlos Machado Ribeiro Ferreira¹⁷¹.

A Sociedade Aliança, L.da, em processo de falência em 1919, constituía um verdadeiro e poderoso grupo industrial neste ramo de negócios. No Porto possuía a fábrica de moagens e massas Bonfim, a fábrica de moagem Favorita e, em Gondomar, a fábrica Concórdia. No Norte, tinha ainda uma fábrica em Barcelos e outra “de destilação e moagem” em Vila Nova de Gaia. Na região de Lisboa, possuía a fábrica de moagem na

¹⁶⁸ V. DRME/ Processo (316) 6834 da 4ª circ. Industrial - *Moagem de cereais (farinhas espadadas)*. Classe VIII grupo III. Horta do Cano, freguesia de Santa Maria, Beja. V. tb. processo 316 da 5ª circ. ind. (anexado a este). *Fábrica de moagem de cereais da Sociedade Industrial Aliança*. Requerimento entrado em 27-5-1923. Alvará 5820 de 14.Mar.1925 (DG 81, 2ª série, 7-4-1925)

¹⁶⁹ Escritura da sociedade de venda da Horta do Cano (Beja) feita em Lisboa, em 11 de Outubro de 1918, no cartório de António Tavares de Carvalho. Eram sócios da Sociedade de Moagem Aliança L.da, os comerciantes e negociantes lisboetas Agapito Serra Fernandes, António Augusto Lacerda de Melo, António Francisco Ribeiro Ferreira, Carlos da Costa Marques, Carlos Machado Ribeiro Ferreira, Francisco Cruces Cortinhas, os industriais Domingos Alfredo Barros, António da Costa Faria, a família Alvarez e D. Maria Soares Rocha, proprietária da Cova da Piedade. Do Porto eram Artur de Lemos (comerciante) e Luís da Costa Faria (lavrador), Porto.

¹⁷⁰ A decisão de formar nova sociedade é tomada em 27 de Dezembro de 1919, após ter sido rejeitada a proposta da firma José Henrique Totta & C.ia. para incorporar o activo e passivo da sociedade na Companhia Industrial de Portugal e Colónias.

¹⁷¹ V. escritura nesta data, no mesmo notário. Como grandes accionistas apareciam também os comerciantes e industriais José Maria Alvarez, Eugénio Alvarez, Manuel Rivera Duran (estes de Lisboa) e Ernesto Ferreira e Elísio Pereira do Valle (do Porto).

povoa de Sta. Iria (Loures), e em Almada, outras duas. Uma rede de armazéns, padarias e prédios completavam o seu património avaliado em cerca de 514 contos pelas matrizes prediais. A listagem de padarias e lojas na região de Lisboa e na Margem Sul é vasta e cobria as freguesias mais importantes: Anjos, Arroios, Santa Justa, Madalena, Monte Pedral, São Sebatião da Pedreira, Campo Grande, Beato, Arroios, Pontinha, Carnide, S. Domingos de Rana (Cascais), Seixal, Barreiro, Aldeia Galega, Alcochete, Setúbal, Palmela, Carcavelos, Parede, Estoril. Foi neste quadro de actuação empresarial de cariz moderno que ia do comércio de cereais à produção de pão e de massas, passando evidentemente pela produção e distribuição de farinhas finas e superfinas, que os armazéns de Beja surgiam como grande depósito de cereais, estrategicamente situado junto à estação dos caminhos-de-ferro. As dificuldades que o grupo atravessou durante o período da guerra não deixavam de se relacionar com a inversão de posições relativamente ao problema do abastecimento dos trigos: pela primeira vez a produção interna de cereais interessava mais do que as compras no exterior tanto mais que as dificuldades de abastecimento eram maiores do que nunca. Tudo indica, por isso, que a reorganização da sociedade corresponderia à necessária acomodação das estratégias face a uma nova conjuntura.

Nesta perspectiva, a construção da fábrica em Beja, com uma capacidade de produção superior a 100 toneladas de farinhas diárias, parece ter cumprido quatro objectivos fundamentais em simultâneo: o primeiro, aumentar a cota de rateio do trigo exótico, por parte do grupo, ao abrigo da legislação da portaria de 30 de Julho de 1909, a qual enquadrava todo o processo⁷¹; o segundo, usar os trigos rijos da região para produzir farinhas de superior qualidade, para serem usadas pelas indústrias de pastelaria, massas e bolachas; em terceiro lugar, diminuir os custos com o transporte terrestre; finalmente, garantir uma posição estratégica perante os mercados de abastecimento e de consumo do interior.

Em Setembro de 1925, a propriedade industrial das fábricas de Beja e de Santa Iria foram transferidas para a firma Moinhos de Santa Iria L.da pela Industrial Aliança. A estratégia da nova sociedade era bastante simples: tratava-se de concentrar aqui a

⁷¹ V. a este respeito, no processo citado, o atestado em como a sociedade de moagem tinha iniciado a construção em Beja antes de 24.Abril de 1920, passado pela Fiscalização Técnica das Fábricas de Moagem e Panificação (Direcção Geral dos Serviços Agrícolas. Ministério da Agricultura, Lisboa). De acordo com o officio do eng.º Fernando Vasconcelos, datado de 20 de Junho de 1922, o requerimento dera entrada nos serviços antes de 22 de Abril “e portanto dentro do prazo determinado no art.º 1 da portaria de 30 de Julho de 1909”. Veja-se também o decreto 8.361 de 1 de Setembro de 1922 que regulamenta o comércio de trigos e dos produtos das indústrias de moagem e panificação no continente.

recepção dos trigos nacionais de Beja e de Évora, deixando para Lisboa os trigos exóticos, “estabelecendo uma média de preços aos nossos produtos. Por esta forma economizaram-se transportes, valorizou-se o trigo nacional e desenvolveu-se trabalho no distrito”¹⁷³.

Está fora dos nossos objectivos analisar a forma como a acção do Estado colidiu com esta estratégia, bem como a evolução económica deste empreendimento. Salientemos, no entanto, como o empreendimento de Beja se articulava economicamente com a fábrica maior, em Santa Iria, melhor posicionada para receber os trigos exóticos.

O parque industrial, com uma área de 2.917 m², era composto pelo edifício da fábrica, armazéns de produtos e de cereais, oficinas, escritórios e tanques de lavagem. As máquinas de origem suíça e alemã eram alimentadas por um motor diesel semi-fixo com uma potência de 400 c.v. Também aqui se nota como o empreendimento se bastava a si próprio, não apenas na manutenção das máquinas como também na confecção das sacas utilizadas para o ensacamento. Além disso, assentou sobre infra-estruturas públicas deficientes. Ainda nos anos '40, a água utilizada era, em parte, proveniente de furos e os esgotos faziam-se pela rede particular da fábrica. O pessoal empregado distribuía-se da seguinte forma: 5 escriturários, 2 moleiros, 3 fieis de armazém, 2 maquinistas, 2 carpinteiros, 17 ensacadores e pesadores, pessoal de máquina, 10 trabalhadores nas cargas e descargas, 3 guardas, 8 costureiras e lavadeiras e 4 raparigas.

Vejamos agora a grande fábrica de Évora.

Tendo começado por ser uma iniciativa de grandes proprietários e lavradores da região de Évora, a Sociedade Alentejana de Moagem, constituída em 1917 com um capital de 120 contos, passou em Agosto de 1920 para as mãos do industrial moageiro Eugénio Alvarez e de Manuel Rivera Alvarez (*v. supra*, cap.2)¹⁷⁴. Tudo indica ter sido Eugénio Alvarez, engenheiro com larga experiência nesta área, quem montou a Fábrica dos Leões com a avançada tecnologia suíça. Seja como for, a história da Fábrica dos Leões ficará ligada à família Alvarez e a outros nomes que tinham participado já na Sociedade Aliança¹⁷⁵. Em 1920, o capital social foi elevado para os 800 contos e, mais tarde, nomeados procuradores da sociedade em Évora o industrial Vitor Júlio Caeiro e o

¹⁷³ V. officio da empresa datado de 4.Mar.1927 (proc. cit.).

¹⁷⁴ V. no ADE escritura de 3.8.1920 (notário eborense Pinto Bastos). Por escritura de 31.3.1921 (notário José Peres Noronha Galvão) aumentam o capital para 800.000\$00. V. tb. registos em ACRP/C1 (1989-1960) e em ACRP/E1 (1989-1926).

¹⁷⁵ Tal como José Maria Alvarez, Eugénio Alvarez, Manuel Alvarez y Rivera, Serafim Alvarez y Rivera, Manuel Rivera Alvarez, apareciam identificados como industriais residentes em Lisboa.

comerciante Carlos Costa e Silva, os quais tinham entrado entretanto para a sociedade. Em 1925, o pacto social foi alterado, sendo o capital social elevado para 1.400 contos⁷⁵. José Maria Alvarez que entrou com 600 contos em dinheiro, foi o único responsável pelo reforço do capital social. Nesta altura estavam na sociedade, para além dos Alvarez, os industriais Emídio Gonçalves, António Augusto Lacerda e Mello, o comerciante Saul Salazar Monoro Saraga, o industrial eborense Vítor Júlio Caeiro e o advogado João Xavier Camarate de Campos. Entre 1929 e 1933, foram intensas as cedências de cotas, sintomáticas das dificuldades vividas na sociedade. Em 1930, o pacto social foi novamente alterado, ficando como únicos titulares Eugénio Alvarez (1.180 contos), Camarate de Campos (100 contos) e Vítor Júlio Caeiro (80 contos)⁷⁶. Em 1945, o capital social foi elevado para 5.000 contos, tendo entretanto entrado para a sociedade Virgílio Henriques, José Joaquim Bacharel e Francisco Duarte Caeiro, empregados públicos, e os herdeiros de Júlio Caeiro.

As instalações da Fábrica dos Leões tinham uma capacidade de produção de 45 a 50 toneladas de farinha, sémolas e sub-produtos em 24 horas. Estava dividida em 3 secções⁷⁷. Na primeira, de limpeza prévia, o transporte e limpeza dos cereais era realizada mecanicamente com elevadores e aspirador, fazendo-se a ensilagem. A segunda secção de limpeza distribuía-se por quatro pisos. Primeiro, os trigos eram lavados e secos, com eliminação de pequenas pedras. Nos dois últimos andares estavam instalados uma tarara, um aparelho “*trieur*” de 4 cilindros, 1 satinadora e 2 ventoinhas entre outros maquinismos. Finalmente, a secção de moagem distribuía-se igualmente por 4 andares (v. planta, figura G.15 em anexo). No 1º encontravam-se 11 moinhos duplos “Daverio”, com cilindros diagonais, completando 21 passagens que executavam a trituração, a desagregação, a compressão e os remoídos e, no 2º andar, existiam crivos, sassores, escovadores e 1 lotadora destinada a misturas de cereais. O 3º andar destinava-se à peneiração total dos produtos da fábrica por meio de 5 plansichters duplos, também daquela empresa suíça. Associada à fábrica de moagem, estavam as instalações

⁷⁵ Escritura em 18-07-1925. Notário José Peres Noronha Galvão, Lisboa.

⁷⁶ Publicado no D.G. III série, em 6.Jan.1930.

⁷⁷ “Memória descritiva da instalação da fábrica de Moagem da SAM, Lda. Fábrica dos Leões. Évora”, DRME/ Processo 40 da 4ª C.I. - *Panificação e moagem de cereais. Sociedade Alentejana de Moagem L.da. Leões, Évora, Alvará 1.916 de 31.Ago.1923 (D.G. II série, 206, em 5.9.1923 : moagem de cereais e forno de padaria).*

destinadas ao fabrico de massas e uma padaria “mecânica”¹⁷⁹. O conjunto, que contava com cerca de 66 motores eléctricos, era alimentado por uma central produtora de energia para iluminação e força motriz equipada com 3 motores com uma potência total de 810 c.v. Finalmente, as oficinas de serralharia garantiam a manutenção do conjunto. A estrutura do emprego aqui era por isso muito diferente da que encontramos em Beja¹⁸⁰.

A descrição da fábrica dos Leões serve de ilustração para o nível de sofisticação que a moagem de cereais tinha atingido nas primeiras décadas do século. As instalações modernas, se exigiam um elevado empate de capital, permitiam também elevados índices de extracção e, por esta via, obter elevados ganhos de produtividade e novos produtos de maior valor (v. documento, figura G.1). Ou seja, obtinha-se um aproveitamento integral dos cereais e a separação em diferentes produtos com diferentes valores no mercado ¹⁸¹. Perante as medidas impostas a partir da Ditadura Militar que contraíam as margens de lucro da moagem, a economia do empreendimento tentou assentar sobretudo na produção de massas e de farinhas para fins culinários, orientadas para o mercado nacional. Tentava-se por esta via tirar o melhor partido das propriedades dos trigos rijos alentejanos, “menos produtivos” que os trigos exóticos. Apesar de crescer, a empresa obteve um sucesso limitado. Neste processo de expansão, a empresa teve de travar uma batalha difícil com as autoridades centrais, cuja política foi a de querer orientar as moagens da província para o abastecimento regional. Sintoma destes obstáculos, só nos anos '50 os Leões começaram gradualmente a substituir maquinismos. Nesse trajecto veio a absorver a outra moagem da cidade em dificuldades, a Moagem Eborense.

Tal como muitas outras fábricas de moagem, a iniciativa de instalar uma moderna moagem no Crato data da I Guerra Mundial. Porém, devido às dificuldades de abastecimento, a fábrica da Sociedade de Moagens Sá, Santos & Silva, L.da arrancou somente em 1917. O sistema Autro-Húngaro, montado com equipamentos da Buhler Hermanos e da Harkler, Summer & Co. num edifício de quatro pavimentos, permitia-lhe

¹⁷⁹ V. tb. DRME/ Processo 2.927 (Rilei 4/361) da 4ª C.I. Sociedade Alentejana de Moagem Lda. Moagem de farinha espoada, fábrica de massas alimentícias. Alvará 23.153 de 28.Nov.1935

¹⁸⁰ No início dos anos '50, tínhamos nos Leões 11 empregados no escritório, 13 mestres, capatazes e encarregados 13, 20 operadores de máquinas 20, 6 trabalhadores nas cargas e descargas, 19 trabalhadores indiscriminados, 14 nos serviços auxiliares, 15 mulheres estendedeiras e mexedeiras e 10 empacotadeiras.

¹⁸¹ Os valores adiantados pela empresa são extraordinários pois indicam que 25 kg de trigo eram transformados em 15,45 kg de farinha de primeira, 3,1 kg de farinha de segunda, 6 kg de farinha fina e 0,45 kg de superfina. Ou então 20 kg trigo de trigo davam 7,95 de farinha de 1ª, 7,8 de farinha de 2ª, 0,55 kg de superfina, 3,55 fina e 0,105 kg grossa.

uma capacidade de 8 a 10 toneladas diárias de farinha⁸¹. Ao lado desta instalação, mantinha-se uma moagem anterior, alimentada por um motor de 150 cv. e com uma capacidade produtiva diária de 45 toneladas de trigo. A empresa, protagonizada por uma sociedade familiar de grandes proprietários do Crato, dará lugar em 1930 à Moagem do Crato, SARL, constituída com um capital de 300 contos⁸².

Tanto a Companhia Elvense de Moagens a Vapor como a Portalegre Industrial, constituídas como sociedades anónimas, reuniram capitais de raiz regional e com fortes laços com a grande propriedade fundiária. O *Álbum Alentejano* destaca a figura do grande lavrador e proprietário Francisco Barahona, que juntamente com outros lavradores fundara a Portalegre Industrial, mais tarde, Moagem de Portalegre, SARL (*v. supra*). Em 1938 esta empresa, com um capital de 700 contos, contava com 48 accionistas, destacando-se os apelidos familiares Castel-Branco, Azevedo Coutinho, Sardinha, entre outros (MP/RC-1938: “Relação de accionistas”). O mesmo “modelo” de associação de capitais locais encontramos na Elvense. Em 1924 esta sociedade, que tinha um capital de 500 contos, contava com 293 accionistas, na esmagadora maioria de Elvas. Também neste caso a frequente repetição de apelidos indicia a presença de grupos familiares com fortes raízes fundiárias (Abreu, Bagulho, Fallé). Os maiores accionistas (indivíduos com mais de 90 acções) concentravam apenas 993 das 5.000 acções e os votos que cada um acumulava não eram superiores a 20, por imposição estatutária (tabela 3.10).

Tabela 3.10. Companhia Elvense de Moagens a Vapor. Lista dos maiores accionistas (1924).

Nome	Residência	Acções	Votos
Dr. Manuel Vicente Abreu	Elvas	155	20
Dr. João Henriques Tierno	Elvas	153	20
Henrique Marques Cardoso	Elvas	137	20
Januário da Silva Ferreira	Elvas	134	20
Joaquim de Jesus Lopes	Elvas	119	20
Manuel Joaquim Henriques Lapa	Elvas	110	20
D. Mariana de Jesus Mendes Martins	Elvas	93	20
D. Eugénia Costa Brito Fallé	Elvas	92	20

Fonte: CEMV/RC-1924.

⁸¹ DRME/Proc. 2521 da 7ª CI (Rilei 4/4283)

⁸² A Sociedade de Moagens Sá, Santos & Silva, L.da foi fundada no Crato em 19-12-1917, com um capital de 27,5 contos. Faziam parte dela Efigénia de Castro Sá Nogueira, Lavínia de Castro Sá Nogueira, Alexandre de Castro Sá da Bandeira e Eugénia Pereira Sá da Bandeira. A 23-1-1919 esta sociedade passa a Sá & C.ia (escritura em Lisboa, cartório de José Cornélio da Silva).

O abandono da produção de electricidade a partir dos anos '40, devido à acção da Hidroelectrica Alto Alentejo, acompanhou a orientação destas últimas sociedades para o abastecimento dos mercados regionais. Esta orientação, tomada num contexto de fortes limitações dos lucros e de controlo da distribuição e preços, se ia de encontro à política do regime, limitou também as suas possibilidades de crescimento a prazo que, apesar do pesado controlo do condicionamento, poderia ainda existir.

A descrição da “grande” moagem alentejana revelou a heterogeneidade dos interesses e dos grupos em presença. Ao lado de empresas que operavam à escala nacional, com raízes no comércio e na indústria, encontramos sociedades que reuniram as elites locais. Submetidas à mesma disciplina imposta pelo Estado autoritário, estas sociedades apareceriam coligadas na União dos Moageiros em defesa dos interesses das “pequenas” industriais da província¹⁸⁴.

3.4.5. As grandes oficinas de metalurgia e fundição.

Embora não assumissem o carácter de grande indústria, merecem referência destacada nesta ronda pelos maiores estabelecimentos industriais no Alentejo entre os anos '20 e os anos '50 algumas grandes oficinas de metalurgia, serralharia e fundição. Encontra-se neste caso a Metalúrgica Alentejana Mendonça & C.ia, constituída em 1918 com um capital de 90 contos e com estabelecimento em Beja. Segundo declarava a direcção no verbete preenchido para os serviços industriais, trabalhava “em fundição de materiais agrícolas” e tinha como maiores consumidores os Sindicatos de Moura, Serpa, Beja, etc.¹⁸⁵ Todas as matérias-primas (ferro, coke, antracite, metais), com excepção da lenha de azinho, vinham de Lisboa, fornecidas por casas comerciais importadoras como a Orey Antunes. O seu transporte, feito até muito tarde em carros de mula, era organizado

¹⁸⁴ Das 42 sociedades presentes na União 15 operavam no Alentejo. Eram elas a André L.da. (Grândola), a Branco, Silva e Simões, L.da (Coruche); A Elvense de Moagens a Vapor (Elvas), a Moagem e Electricidade, L.da (Estremoz), a José Mendes Calado, Filhos, L.da. (Alter do Chão); a Moagem Eborense, L.da (Évora); a Moagem e Electricidade (Arraiolos), a Pais & Varela, L.da. (Avis); Portalegre Industrial, L.da., a Rosado & Antunes (Alter do Chão); A Alentejana de Moagem L.da (Évora), A Industrial Alentejo e Sado, L.da. (Ermidas Sado); a Sociedade Industrial Ceres, L.da (Montemor), a Sociedade Industrial de Fronteira, L.da, a Sociedade Industrial de Moagens e Massas, A Alentejana, L.da (Vendas Novas).

¹⁸⁵ Verbetes de 19.Jun.1922.Veja-se na DRME/ Processo 357 da 5^a circunscrição industrial - Metalúrgica Alentejana Mendonça & Cia. - Fundição e serralharia mecânica, com secções de fabrico de aparelhagem (para navios de pesca e outros, máquinas agrícolas e aparelhagens diversas para usos industriais). Classe IV, grupo III.

pela empresa. A produção declarada em 1920 e em 1921 rondava as 500 toneladas de produtos em ferro.

A planta do estabelecimento revela uma grande oficina polivalente, com fundição, serralharia e carpintaria, sendo as poucas máquinas instaladas alimentadas por um motor a gaz pobre de 10 c.v.⁸⁵ As 58 pessoas empregadas na Metalúrgica dividiam-se assim: 5 fundidores (dos quais 2 aprendizes), 1 carpinteiro, 16 serralheiros (metade dos quais aprendizes), 2 torneiros (1 aprendiz), 2 ferreiros, 1 funileiro, 1 caldeireiro, 2 pedreiros (um deles aprendiz) 3 carroceiros e 25 trabalhadores indiscriminados. Havia ainda 3 empregados de escritório. Tal como outras “metalúrgicas” na região, a empresa, para além do fabrico de instrumentos agrícolas, produzia igualmente objectos de consumo urbano. Nesse sentido vai o *Álbum Alentejano* que indicava como actividades, para além do fabrico das alfaias agrícolas, candeeiros para iluminação pública e a reparação motores. A sua especialidade seria então as “relhas aceiradas”.

Em 1923, durante o processo de licenciamento do estabelecimento, o número de máquinas tinha aumentado mas o número de efectivos baixara para “10 operários, 30 serventes e 1 empregado de escritório”.⁸⁶ Pouco se consegue apurar da evolução da actividade desta empresa até finais dos anos '30. Agora nas mãos do industrial Carlos Roeder, proprietário dos estaleiros de São Jacinto (Aveiro), a Metalúrgica passaria também a produzir peças para a indústria naval, como atesta o próprio alvará. Em 1937, a Metalúrgica pretendeu fabricar eléctrodos que importava e, no ano seguinte, conseguiu autorizações para instalar duas máquinas manuais, um de enrolar chapas para silos e outra para virar chapas grossas⁸⁷. Entre 1940 e 1942 foram feitas várias solicitações para instalação de tornos revolver, tornos mecânicos, limas e outro material de serralharia de precisão. A Metalúrgica recebeu várias encomendas para transformar motores a óleos para gaz pobre e estava a

⁸⁵ Os equipamentos instalados na origem eram 2 tornos, 2 engenhos de furar, 2 fusos com 2 pedras de esmeril, 1 plaina e 1 forja. Havia, além disso, 1 forno de fundição.

⁸⁶ O requerimento de 12 de Julho de 1923 solicita a instalação dumas “oficinas de fundição de peças miúdas de ferro e outros metais, serralharia mecânica e civil e forjas”. Nesta altura refere-se a existência de 1 gasogénio que usava carvão de sobro e antracite, 1 motor de combustão interna de c.v. a gaz pobre e 1 dínamo francês de 110 kw (para produzir luz eléctrica). Como equipamento é indicado 3 tornos mecânicos, 1 serrote mecânico, 2 fornos de fundição, 4 forjas de peneiro, fornos de cadinhos, estufa de fundição e 13 máquinas de diverso tipo. V. DRME/ Processo 6.835 da 4ª circunscrição industrial. Classe IV, grupo III. *Estabelecimentos industriais Metalúrgica Alentejana L.da*. Estrada da circunvalação ou Rua de Lisboa. S. Tiago Maior, Beja. Alvará 5727 de 14/3/1925, D.G. 83, II série, de 10/4/1925.

⁸⁷ V. DRME, processo do Condicionamento Industrial 215. Autorizado em 18-4-1938.

“proceder a reparações e fabrico de peças de máquinas agrícolas que abundam na região (sic), moagens de cereais, lagares de azeite e outras pequenas indústrias que necessitam reparar peças dos seus maquinismos e por vezes fazê-las”.¹⁸⁹

No início dos anos '50, o número de efectivos andaria perto da centena e a empresa parecia atravessar um bom momento, mercê da procura de charruas, bombas de rega e trituradores de rações para gados para a agricultura e britadeiras para a indústria mineira¹⁹⁰. A polivalência nos produtos e nas actividades parece assim ter marcado a actividade da empresa no período em estudo.

Os papéis da empresa que sobreviveram, embora se refiram às décadas de 1960 e de 1970, esclarecem-nos acerca do seu funcionamento que, em aspectos fundamentais, tudo indica serem idênticos ao período anterior¹⁹¹. Duas colecções distintas de desenhos de peças, equipamentos e estruturas, revelam que, ao lado de produções estandardizadas fabricadas mediante encomenda, existiam outras que se referiam a trabalhos específicos de reparação. Para além das secções de serralharia mecânica, serralharia civil, fundição de metais e de ferro, carpintaria mecânica e civil e secção técnica, era importante a actividade comercial. A empresa tinha colaboradores, representantes na região e angariadores de vendas que percorriam o Algarve, o Alentejo e a região centro. Muitos fornecedores de matérias-primas eram simultaneamente clientes da Metalúrgica. Em suma, por muito importante que tenha sido a procura pela agricultura, a expansão da empresa ficou ligada ao alargamento da sua área de negócio, à diversificação da sua carteira de clientes e à multiplicação de produtos e serviços prestados.

Outra empresa que merece ser destacada é a Metalúrgica, constituída por capitais nacionais e cujo estabelecimento no Crato, fundado em 1924, empregava 35 operários¹⁹². As oficinas apresentavam uma “composição” no pessoal e no equipamento idêntica àquelas que descrevemos em Beja (v. planta, anexo G). Assim, para além de 1 engenheiro

¹⁸⁹ V. DRME, proc. Cond. Industrial 1.318.

¹⁹⁰ Segundo consta nos boletins estatísticos no processo dos serviços industriais, a Metalúrgica Alentejana produziu, em 1950, 4 trituradores de rações para gados, 3 britadeiras, 26 charruas; em 1951, 11 charruas e 3 britadeiras; em 1952, 12 charruas e 3 britadeiras; em 1953, 9 charruas e 3 britadeiras; em 1954, 22 charruas, 3 britadeiras e, 1000 bombas de rega e, em 1955, 2 charruas, 3 britadeiras, 1.000 bombas, 2 aparelhagens para estações elevatórias de água e de esgoto e 3 máquinas para lavar roupa (uso industrial).

¹⁹¹ Este fundo documental encontra-se depositado no Arquivo Distrital de Beja. Uma primeira descrição foi feita por Sofia Mascarenhas Diniz (2002). Em 33 de Dezembro de 1958, esta empresa deu lugar à EIMA – Estabelecimentos Industriais Metalúrgica Alentejana, constituída com um capital de 2 mil contos por Carlos Roeder, Augusto C. Oliveira e outros, com sede em Beja (*D.G.*, III, 13, 16-1-1959). Em 1964, a EIMA passou a SARL. Em 1965 o seu capital era de 7.500 contos (*D.G.*, III, 17, 21-1-1965).

¹⁹² Ver na DRME, proc. 2.557 da 7ª C.I. (Rilei 7/3481)

e de 2 encarregados estrangeiros, tinha 25 operários e 10 aprendizes nas secções de fundição e de serralharia⁹². A intensificação da produção parece datar da segunda metade dos anos '40, já que em 1946 aparece um pedido para legalização duma extensa lista de máquinas. Dois anos depois as instalações foram ampliadas e ganharam uma “arquitetura fabril” moderna. Nasceu então a Metalúrgica do Crato, L.da, passando o capital de 104 contos para os 643 contos⁹³. Nesta altura a empresa estava a produzir material agrícola, veios para debulhadoras, acessórios para lagares e outros equipamentos, ossaturas metálicas e fazia reparações de máquinas. No logotipo da empresa destacava-se o fabrico de “cangas de tubos de aço” e as “instalações completas para lagares”. Consumia tubos de tipo diverso, cantoneiras e vigas, chapas, metais, varões e sucatas (para os fornos).

Tabela 3.11. Metalúrgica do Crato, L.da. Indicadores de evolução na década de 1950.

	3.Jun.1951	12.Mai.1955	8.Jun.1959
Capital social (contos)	643	643	643
Valor das instalações	880	n. d.	n. d.
Empregados de escritório e armazéns	9	8	9
Encarregados	2	2	3
Operários	83	107	117
Aprendizes (menores)	57	13	11
Serventes (mulheres)	2	2	2
Serventes (homens)	16	15	9
Gerentes	1	2	2
Técnicos e desenhadores	1		2
Motores eléctricos	8	14	14 (48,6 c.v.)
Tomos	8	8	8

Fonte: DRME, proc. 2.557 da 7ª C.I. (Rilei 7/3481)

⁹² O estabelecimento do Crato estava equipado com 1 gasogénio a gaz pobre que usava como combustível o carvão vegetal; 1 motor de combustão interna com 45-50 cv, alemão; 1 dínamo de 6 kw (AEG); 4 tornos mecânicos; 2 fornos de fundição eléctrica; 2 fornos de fundição de outros metais, para além de outros instrumentos.

⁹³ V. escritura no D.G., III série, 104, 5.Mai.1948. Da sociedade faziam parte Pedro Elias da Silva, António Dias Rosa, António, Carlos e Joaquim Firmino Costa Pinto, Miguel Francisco Ludovico, Maria Joana Castelo Branco e Ricardo A. Lourenço.

Em 1953 as suas instalações foram novamente ampliadas e algumas máquinas foram substituídas¹⁹⁵. Quatro anos depois, a empresa foi autorizada a fabricar máquinas para as indústrias de cerâmica, de madeiras e de cortiça¹⁹⁶. A tabela 3.11 compila alguns indicadores que mostram a evolução pouco expressiva da empresa na década de 1950.

As mais importantes empresas metalúrgicas eborenses foram relativamente tardias, pois datam da segunda metade dos anos '40, quando o problema da maquinização da lavoura se colocou como uma oportunidade de negócio nesta área. Referiremos a Sociedade de Metais e Fundição Limitada, constituída em 1947 com um capital de 270 contos, elevados para os 500 contos dez anos depois, na qual faziam parte comerciantes, lavradores e operários qualificados. Desta época data também a Fialho & Irmão, empreendimento que foi bem sucedido no fabrico de equipamentos para a lavoura mecânica do sul. Destas firmas voltaremos a falar mais adiante.

3.4.6. Os têxteis

A maior empresa industrial de lanifícios do Alentejo era a herdeira directa da fábrica pombalina instalada em Portalegre em 1773, no Colégio dos Jesuítas. Situada na rota da transumância secular do gado lanígero que da Serra da Estrela descia ao Alentejo no Inverno, a fábrica foi instalada numa região onde a produção de tecidos tinha raízes antigas.¹⁹⁷ Administrada directamente pela Junta do Comércio até 1788, a Real Fábrica foi vendida em hasta pública a 25 de Janeiro de 1822 ao tintureiro José Larcher, que aí trabalhava. Pouco depois passou para a viúva e filhos e, após a morte desta, para a firma constituída Larcher & Cunhados¹⁹⁸. Em 1863, estes constituíram-se, em sociedade anónima, como Companhia da Fábrica Nacional de Lanifícios de Portalegre. A companhia faliu em 1869, passando o estabelecendo a estar arrendado à firma Ramiro Marçal & C.ia que acabou por comprá-la em 1881. Na altura em que se realizou o Inquérito de 1881, o estabelecimento trabalhava muito abaixo da sua capacidade.

¹⁹⁵ A nova ampliação das instalações foi autorizada por despacho ministerial de 20.Out.1953 (v. Bol. Dir. Ger. Serviços Industriais).

¹⁹⁶ Despacho ministerial de 3-12-1956 (V. Bol. Dir. Serv. Ind.)

¹⁹⁷ "A distribuição da indústria dos lanifícios estava já desde os séculos anteriores relacionada com a circulação dos rebanhos em regime de transumância. As possibilidades de circulação da matéria prima permitiram que a implantação da indústria dos lanifícios não estivesse dependente da capacidade de produção local da matéria prima. Daí que, como Jorge Pedreira constatou, não houvesse "uma correlação entre a lã produzida e o número de teares nas diferentes povoações". (Matos-1997: 344).

¹⁹⁸ *Inquérito Industrial de 1881*, III parte, pp.46-49. Sobre a fábrica v. tb. Matos, 1990 e 1998.

Utilizava apenas uma máquina a vapor com 25 c.v. de potência, alimentada a mato e a cortiça virgem, e empregava cerca de 65 trabalhadores, 18 dos quais eram mulheres. Produzia panos de diversas qualidades e mantas alentejanas, sendo Lisboa o seu maior mercado. Outros estabelecimentos fabris que existiam em Portalegre tinham uma dimensão muito menor⁹⁸. Em 1892, apenas duas empresas apareceram na Exposição Industrial promovida pelo Montepio Operário Artístico Portalegrense (1894): a Companhia de Lanifícios de Portalegre e a Costa & Irmão.

A par da indústria fabril, a importância da indústria caseira tem sido enfatizada. Efectivamente, a lenta decadência da indústria doméstica da lã no Alto Alentejo caracterizou o período regenerador, enquanto na região de Castro Verde, Almodôvar e Mértola a indústria doméstica, marcada pela mão-de-obra feminina, sobreviveu ancorada num produto ancestral, apreciado pela sua qualidade – a manta alentejana⁹⁹. A indústria doméstica que resiste ainda parece orientada para a produção de tecidos grosseiros, enquanto a fábrica de Portalegre produzia lãs finas e superfina, sofrendo a concorrência directa de fábricas como a da Arrentela.

A limitada expansão da indústria têxtil no Alto Alentejo durante o período proteccionista, quando surgem novos empreendimentos um pouco por todo o lado e novos pólos orientados para a lã (como Castanheira de Pêra, por exemplo), merece uma atenção particular. A muleta que representava as encomendas do Estado parece ter sido menos importante do que as características dos mercados de abastecimento para a indústria.

As encomendas do Estado e do exército, em especial, parecem ter tido durante bastante tempo um papel de peso na economia do empreendimento. Nas décadas de 1880 e de 1890 essas encomendas desaparecem com a alteração de padrões e cores em

⁹⁸ Entre estas estava a fábrica de Manuel Jesus Costa, fundada em 1856 que trabalhava com lã portuguesa e espanhola e empregava 6 trabalhadores. Em 1862 estabelece um moagem de farinhas, depois, de massas e azeite. Todo o conjunto era movido por uma máquina a vapor de 20 c.v. (Portugal, 1882^a, III parte).

⁹⁹ Ainda em meados da década de 1860, Fradesso da Silveira escrevia: “O trabalho manual, e por assim dizer primitivo, existe em Reguengos, São Miguel de Machede, Redondo, Montemor, Arraiolos, Portel e Igrejinhãs, no distrito de Évora; em todos os concelhos do distrito de Beja; em alguns, que pouco produzem, nos distritos de Portalegre, Lisboa, Guarda, Porto e Castelo Branco; nos concelhos de Melgaço, Arcos, Viana, e Ponte de Lima, no distrito de Viana do Castelo; nos concelhos de Mação e Tomar, do distrito de Santarém; nos de Monchique, Tavira, Silves, Aljezur, Faro, Alcoutim, Vila do Bispo e Castro Marim, no distrito de Faro; em Minde e Abelheira... O trabalho mecânico, com os métodos mais ou menos aperfeiçoados da indústria fabril, propriamente dita, nota-se nos distritos de Lisboa, Porto, Castelo Branco, Portalegre e Guarda.” (Silveira -1864:40-41)

uso, criando dificuldades acrescidas à empresa²⁰¹. O inquérito de 1890 dá-nos algumas pistas para as dificuldades sentidas e que podem explicar a razão por que não se multiplicaram tais estabelecimentos em Portalegre. Efectivamente, o consumo de lã alentejana deixara de aparecer como uma vantagem, como se percebe pelo consumo de matérias-primas declarado: 30 toneladas de lã em lurdas de Portalegre (avaliada em 5 contos), 20 toneladas de lã espanhola (com o mesmo valor), 60 toneladas de lã dos Estados Unidos (avaliada em 50 contos), 2 toneladas de estambres oriundos de Espanha (4 contos) e meia tonelada de sedas em fio (produto nacional). O principal mercado de lãs do Alentejo continuava a ser o de Évora e tinha uma periodicidade anual. A ele concorria gente de todo o país que comparava por grosso. Não se percebe como daí poderiam tirar vantagens assinaláveis os pequenos capitais da região, se aparecessem, perante compradores como os da Covilhã ou de Castanheira de Pera, por exemplo (cf. Justino-1989). Por outro lado, a lã alentejana estava a perder qualidades e a sua fraca resistência mecânica dava-se mal com os equipamentos vindos do norte da Europa²⁰². Percebe-se, então, a importância que assumia a lã importada em cru para Portalegre. Seja como for, em 1890 a Companhia de Lanifícios de Portalegre, com 100 contos de capital fixo, empregava 170 operários (70 aprendizes) e usava um motor vapor fixo com 12 c.v., uma locomóvel com 50 c.v., uma máquina de ar quente com 5 c.v. e outra de ar comprimido com 3 c.v.

A viragem para século XX mostrar-se-ia particularmente difícil para os lanifícios de Portalegre (cf. Matos-1998:440 e ss.). Tendo caído nas mãos da Banca portuense, a produção fabril estava reduzida à Fábrica Pequena quando passou para a administração dos Robinson. As dificuldades com que as empresas têxteis se debateram, no Alentejo, no momento em que o proteccionismo pautal foi reforçado requer uma análise que vá além da sua história imediata. O capitalismo encerra mecanismos que garantem que a má administração dum empreendimento seja penalizada, permitindo a outros tomarem-lhe

²⁰¹ Veja-se a notícia em *Indústria Portuguesa*, ano 5, 54, Agosto de 1932, pp.29-38. O problema era antigo. Veja-se também a «representação do comércio de Évora» ao governo a propósito da mudança dos fardamentos do exército, em 9 de Agosto de 1891, no qual se toma posição em defesa das lãs nacionais. Argumentando-se com o patriotismo e com o crescente desequilíbrio financeiro afirmava-se que «*hoje só produzimos lãs pretas de qualidade...*». A comissão era composta por Manuel Duarte de Almeida, Sebastião Annes e Braz Simões vai a Lisboa (14.Ago.1891), *Diário do Alentejo*, V, 1.441, 05-08-1891

²⁰² J. Miranda do Vale no Congresso de leitaria, olivicultura e indústria do azeite, em 1905, defendia que “*o gado lanar vive [entre nós] num completo abandono*”. A fome e o frio a que os animais estavam sujeitos provocavam nos animais “*acanhada corporatura e o tardio desenvolvimento. Daí vem também a má qualidade dos velos, cujas diferenças de grossura no mesmo pêlo, indicativos de sucessivas fases de fartura e de penúria, tornam a lã quebradiça e de má qualidade*”. cit. por C. Mello (1907: 23/4).

o lugar. Nada impedia que outras iniciativas tivessem lugar naquele mesmo espaço, se as vantagens de localização existissem. Ora, o relançamento da actividade pelos ingleses tem sido explicado pelo empenhamento político local, compreensível pelo enorme impacto negativo resultante da paralisação duma fábrica que empregava directamente mais de 170 operários numa pequena urbe (Monteiro-1963). Ou seja, a capacidade produtiva instalada e o factor humano terão sido determinantes na continuidade desta actividade. Por outro lado, a falta de recursos energéticos ou os custos do combustível importado não parecem ter sido factores impeditivos da actividade pois doutra forma não se compreenderia porque uma família local tão experiente no mundo dos negócios como os Robinson embarcaria em tal aventura.

Depois da I Guerra Mundial só a Fábrica de Lanifícios de Portalegre L.da resistia à concorrência que lhe moviam outras empresas nacionais.

A Fábrica de Lanifícios de Portalegre, foi constituída como sociedade por quotas de responsabilidade limitada em Setembro de 1920, depois de, em Maio, José de Oliveira Meca a ter adquirido aos Robinson (Monteiro-1963). Joaquim de Carvalho Isaac foi o sócio gerente que deu início, em Novembro de 1923, ao processo de licenciamento da fábrica nos serviços industriais.¹⁰²

¹⁰² Este segundo processo, actualmente depositado na D.R.M.E. (Évora), teve lugar porque o alvará da fábrica se tinha extraviado. V. *Fábrica de Lanifícios de Portalegre Lda.* Alvará 4.888 de 29-10-1924 (D.G. 269, 2ª série, 15-11-1924)

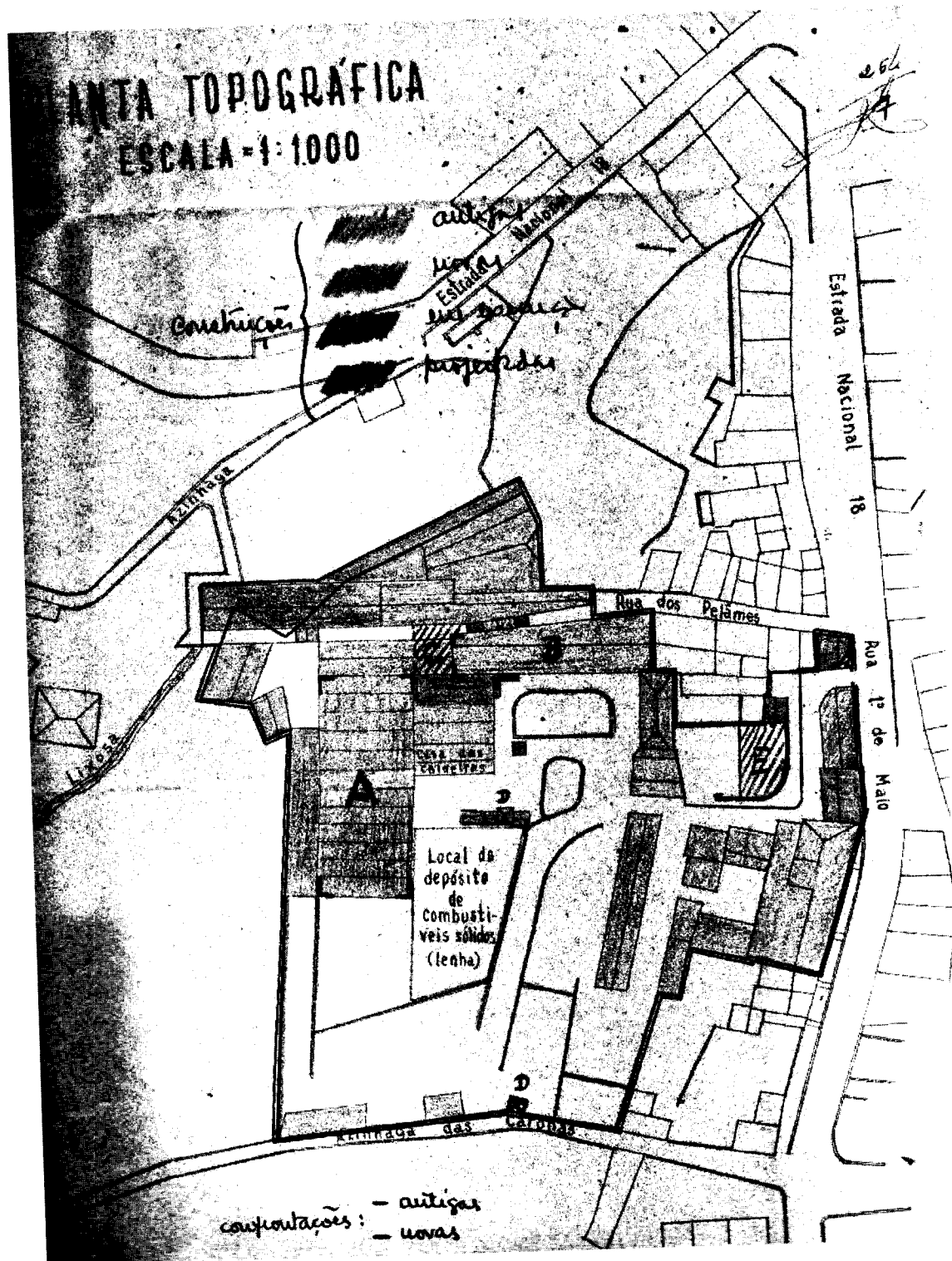


Figura 3.8. Francisco Fino Lda. (Fábrica de Lanifícios de Portalegre). Projecto de ampliação e remodelação nos anos '50.

Fonte: D.R.M.E (Évora), Proc. 2817 da 7ª Circunscrição Industrial (Mar.1956)

O espaço da antiga fábrica, agora localizado na rua 1º de Maio, tinha uma área total de cerca de 3.125 m² ocupado por um grande edifício central que atravessava a Rua dos Pelames, onde se desenvolvia a fabricação dos lanifícios (v. figura 3.8). Este edifício de 3 pisos no corpo central e com um comprimento de 95 metros concentrava no seu interior todas as operações relativas à lã, desde a cardação à tecelagem, passando pela tinturaria. A sua “tipologia que, em termos muito gerais, se caracteriza por um sistema de condução de água até ao interior do edifício, onde se situam os mecanismos capazes de produzir força motriz e accionar outros mecanismos operativos” pode ser encontrado noutras fábricas instaladas no país nos finais do Antigo Regime (cf. Oliveira-1998). A necessidade de dispor de água limpa e abundante para as lavagens das lãs, o fabrico dos tintos e o acabamento dos tecidos exigiam investimentos pesados em infra-estruturas para captação e condução de água que porventura constituíram um factor de dissuasão à instalação de outras fábricas *integradas*. No século XIX, os primitivos mecanismos hidráulicos foram substituídos pelo vapor. Assim, no início dos anos '20 encontrávamos no coração da fábrica duas caldeiras, uma portuguesa construída em Lisboa por João Peres e outra inglesa fabricada por Horsley Wil & Co. Na *casa dos motores* estava instalado um motor a vapor de tipo horizontal, de fabrico inglês (Pallit & Wigzell, Ltd.), de alta pressão com condensador. Estas caldeiras alimentavam um dínamo com a potência de 100 kw e de 110 V fabricado na Alemanha por Brena Peebles & Co Ltd.

Ao lado das casas das caldeiras e da casa dos motores encontravam-se instalados a oficina de serralharia (com um torno instalado) e uma serra mecânica de fita destinada a cortar lenhas. A energia das caldeiras era levada até à zona da tecelagem, espaço com 600 m² que tinha instalado 29 teares Jacquard e duas caneleiras. Ao seu lado ficava a casa das urdideiras e a cardação. Havia ainda uma pequena casa destinada à tecelagem de juta, onde se fazia a produção de sacaria. Na parte do edifício que ficava do outro lado da rua dos Pelames estava a zona destinada à lavagem, à tinturaria e à catinagem.

Vizinhos a este bloco principal encontravam-se outros edifícios especializados, dispostos sobre um pátio central servido por um tanque e bomba de incêndios: o armazém para depósito da lã com dois pisos e uma área coberta de 200 m², casas de preparação da lã (esfarrapadeira, prensa), oficinas de apoio (carpintaria e forja) e um enorme depósito de lenhas que testemunhava a auto-suficiência da fábrica no abastecimento energético. Um bloco formado por casas de habitação para o pessoal e arrecadações dava para a rua 1º de Maio. A entrada das lãs em bruto fazia-se por esta rua, havendo uma balança à entrada da «estrada para a fábrica» que, passando pelo edifício do escritório, ia desembocar no pátio central.

Em suma, estamos perante uma “fábrica vertical” ou “completa”, pois reunia no seu interior todas as operações relativas à lã, desde a lavagem até ao fabrico dos tecidos, integrando a cardação, a fiação e a tinturaria²⁰⁴. Em 1950, quando a fábrica tinha ainda 27 teares, o pessoal empregado distribuía-se da seguinte forma: 6 empregados de escritório, 71 cardadores, fiadores e retorcedeiras (23 homens, 13 mulheres, 28 rapazes e 7 raparigas), 51 operários na secção da tecelagem (32 homens, 8 mulheres e 11 raparigas), 4 homens na tinturaria e 56 no acabamento (15 homens, 34 mulheres, 2 rapazes e 5 raparigas). Para além disso, a fábrica empregava ainda 12 operários e 1 mulher nas oficinas de serralharia, carpintaria e na casa da caldeira.

A descrição do espaço fabril mostra que a evolução desta indústria na região foi em direcção oposta à formação de distritos industriais²⁰⁵. Aqui optou-se por concentrar no mesmo espaço todas as operações de trabalho que se maquinizaram, servindo-se da força das caldeiras e dos motores a vapor. A ideia tinha sido defendida em 1867 pela administração da Companhia Nacional de Lanifícios no folheto *Portalegre e as suas fábricas*, quando sobreveio a crise neste grupo familiar. Nessa época, tanto Ramiro Marçal como a Companhia Nacional produziram não só o mesmo tipo de produtos, apresentando um leque muito diversificado, como eram ambas *fábricas verticais*. Tudo isto contribuía certamente para manter os níveis de produtividade muito baixos. A maquinização estava reduzida às operações de cardação e de fiação, sendo a tecelagem toda ela manual. O facto da Companhia declarar então ter teares mecânicos fora de uso sugere que, neste ambiente, o seu uso não fosse mais económico. Ao mesmo tempo, os estabelecimentos de Olhos de Água e de Água de Soto que pertenciam à Companhia e que estavam especializados nas tarefas de cardação e fiação, eram considerados “estabelecimentos decadentes”.

²⁰⁴ Sobre estes conceitos veja-se o texto de Miriam H. Pereira “Diversidade e crescimento industrial” (Pereira-2001:41-67).

²⁰⁵ Em sentido diferente foi a Covilhã e Castanheira de Pera (cf. Pereira-2001). Uma leitura imediata encontra na estrutura *integrada* de Portalegre um factor de limitação ao crescimento. Pela nossa parte, a questão essencial encontra-se na relação deste espaço industrial com os mercados de matérias-primas (lãs), força de trabalho (preços e qualidade) e a posição geográfica (vs. custos de transporte e de informação) face aos principais mercados de consumo. Neste sentido, Castanheira de Pera constitui um bom caso para um estudo comparativo, já que os principais factores de dinamismo parecem ter residido na acção das suas elites, nas disponibilidades de água e custos de mão-de-obra. Vale a pena consultar, a este respeito, os apontamentos de Kalidás Barreto (1989 e 2000) e “As fábricas de lanifícios de Castanheira de Pera”, colecção de materiais publicados por nós em 1999 na Web e disponível no endereço <http://www.terravista.pt/ancora/3978/>.

Tabela 3.12. As fábricas de lanifícios de Portalegre em 1881 e em 1923

	Ramiro & Marçal & Co. (Fábrica Pequena), 1881	Companhia Nacional de Lanifícios de Portalegre, 1881	Olhos d' Água e Água de Soto (1881)	Fábrica de Lanifícios de Portalegre, 1923
Roda Hidráulica	-	-	2 (5 + 6 c.v.)	-
Máquinas e motores a vapor	Caldeira 25 c.v. Máquina alta 12-14 c.v. Força muscular do homem	50-60 c.v.		2 caldeiras 1 motor a vapor com 180 c.v., 8 motores eléctricos com 65 c.v. no total 1 dínamo de 100 kw
Tecelagem	Manual	Manual		Mecânica
Teares	20 manuais	45 manuais + 6 mecânicos (fora de uso) + 4 Jacquard		29 mecânicos
Fiação	720 * 3 fusos	12 máquinas de fiar		3 cardas e fiações
Outras máquinas-ferramentas	1 calandra, 1 máquina de escolha, 1 lobo, 1 diabo, 2 sortidos de 3 cardas, 1 urdideira, 1 enroladeira, 1 percha, 1 tosa, 2 pisões cilíndricos, 1 prensa de parafuso	1 diabo, 1 diabrete, 1 máquina de rasgar lãs e trapos, 6 sortidos de cardas, 3 encaroladeiras, 1 máquina de encher canelas, 1 hidro-extractor, 4 pisões, 4 máquinas de aveludar, 2 máquina de lustrar, 2 prensas, 1 moinho para moel anil	2 + 2 pisões	2 serras, 2 tesouras, 1 escova, 2 batanos, 2 caneleiras, 3 perchas, 1 prensa de lustrar, 1 máquina de catissage, 7 aparelhos de tingir, 8 urdideiras, 1 coladeira e 2 retorcedeiras
Pessoal	42 Homens, 18 Mulheres, 4 Menores	Variável consoante o trabalho: 100 a 200 homens, 10 a 20 mulheres e 10 a 12 rapazes		110 operários, 3 serventes
Estruturas	Lavadouro de lã	1	1	1
Produção	Casimiras, cheviotes, meletons, panos mesclas para capotes e para calças de soldado, picotilhos, chailes de pano pretos e castanhos, casteletas, mantas do Alentejo	panos pretos e de cores, panos pitosos, paletós, montanhais, fardamento para o exército, casimiras, picotilhos, cheviotes, baetas, chales, mantas, cobertores, etc.		n. d.
Valor da produção declarada	24 contos	60 a 100 contos		1.019 contos (1932)

Fonte: Arq. M.O.P. (Lisboa), *Documentos do Inquérito Industrial de 1881*; Arq. D.R.M.E. (Évora)

A capacidade produtiva instalada em 1923 não era inferior à que existia em 1881, a avaliar pelos maquinismos instalados sua potência e pessoal empregado (cf. tabela 3.13). A planta da fábrica dos anos '20 revela que vinha sofrendo uma evolução física, adaptando espaços a novas funções e adicionando-lhe novas construções. A potência instalada era bem superior ao das fábricas em 1881 e a redução do número de trabalhadores empregados entre 1881 e 1923 compensava largamente os ganhos de produtividade que se obtinham com a mecanização da tecelagem. Assim, tudo indica estarmos perante um processo de racionalização produtiva que não indicia a manutenção de equipamentos e de formas de produzir obsoletas, próprias de quem não se preocupava em adaptar-se a novos contextos. As sucessivas mudanças de administração desde a crise da década de 1880 até à formação da nova sociedade em 1923 terão certamente contribuído para isso.

Em Abril de 1930, a Fábrica de Lanifícios passou a sociedade anónima com um capital de 505 contos divididos em 5.050 acções de 100 escudos.²⁰⁶ Os poderes de administração estavam concentrados na direcção e só podiam tomar parte na Assembleia Geral os 20 maiores accionistas. Em suma, parece estarmos longe das pequenas sociedades familiares. Em 1933, apesar das leis do condicionamento, a sociedade obteve do governo autorização para instalar uma oficina de penteação, preparação e fiação de fios de estambre com a capacidade de produção de 40 toneladas (v. documento, anexo G).²⁰⁷

Em Dezembro de 1939, Francisco Fino, na altura director da Fábrica de Lanifícios de Portalegre, tomou-a de arrendamento pelo prazo de 5 anos por 25 contos anuais.²⁰⁸ Pouco tempo depois ficou com ela. Este industrial da Covilhã conseguiu então uma autorização do governo para transferir para o Alentejo 4 teares Jacquard, cardas para feltros e outro equipamento mas acabou por enviá-los para Mira d'Aire. Depois da guerra, em Abril de 1948, teve autorização para substituir teares mecânicos e instalar 3 novas fiações mecânicas com 1.300 fusos. Em Dezembro do ano seguinte foi autorizado a instalar mais 21 teares novos. Com estas autorizações sem prazo de cumprimento,

²⁰⁶ V. *Estatutos da Fábrica de Lanifícios de Portalegre*, Lisboa, 1930, 8 pp. O capital poderia ser elevado até 10 mil contos.

²⁰⁷ Despacho de 14.Jun.1933 do Ministro da Economia. O valor pedido foi exagerado pois, no ano seguinte, seria instalado uma secção para 22 toneladas somente.

²⁰⁸ Escritura feita em Portalegre em 23.12.1939 (notário Forjaz de Sampaio)

Francisco Fino começou a reapetrechar a sua «fábrica completa». Somente em 1954 se notou uma mudança de atitude por parte do governo: exigiu-se então que a empresa instalasse os teares autorizados em falta e fez-se uma fiscalização que impôs o cumprimento dum número variado de cláusulas de higiene e de segurança industrial, de acordo com a categoria do empreendimento. As inspecções referiam, por diversas vezes, que “embora tenham sido introduzidas algumas beneficiações, estas estão longe de superar as deficiências técnicas e de segurança e comodidade do pessoal e vizinhos...”. O industrial, porém, defendia-se. Afirmava que investira perto de 2 mil contos em máquinas e que as obras de conservação e reparação atingiram os 4 mil contos entre 1951 e 1953 pois a fábrica “ampliada sucessivamente sem um plano de conjunto (...) chegou-lhe à mão por compra num estado deplorável de conservação tanto de edifício como de máquinas”.¹⁰⁸

Só em Dezembro de 1955 lhe foi passado um auto de transgressão com ameaças de lhe selarem maquinismos. Vem então a Caixa Geral de Depósitos em sua defesa, alegando a recuperação financeira em curso. Os serviços do Estado perdoam-lhe a coima. No final dos anos '50, quando o governo lhe solicita o escalonamento dos investimentos nas obras necessárias no edifício, o industrial adquire mais equipamento de fiação. No início dos anos '60 quis instalar mais 50 teares mecânicos novos e teve de lutar contra a demora em sair o despacho, pedindo a sua instalação condicional. A autorização viria apenas 6 meses mais tarde. Em Outubro de 1963, a firma tinha já 100 teares quando foi autorizada a instalar uma secção para a produção de fios artificiais e sintéticos. De facto, os anos '60 seriam marcados pelo crescimento e expansão com base nos novos fios sintéticos, sendo instaladas novas máquinas em diversas secções.

O período de prosperidade dos lanifícios de Portalegre coincidiu com a retoma pelo Estado das encomendas para o exército. É-nos impossível, por agora, avaliar a sua importância para a economia da fábrica. A produção manteve-se muito diversificada, pois na folha de inquérito enviada aos serviços em 1950 Manuel Fino afirmava que produzia cobertores, mantas de viagem e diversos artigos de lã para homem e senhora. Contudo, a capacidade de produção da fábrica era “*muito variável, dependendo dos artigos a fabricar*”, resposta que sugere, a par da flexibilidade, uma situação crónica de sobre-equipamento. Seja como for, a partir de 1941, pelo menos, a fábrica concorre regulamente ao fornecimento de lanifícios para os corpos do Estado. Por terem

¹⁰⁸ Requerimento de 8.Jan.1955 dirigido à 7ª Circunscrição Industrial (D.R.M.E, Proc. cit.).

geralmente um prazo de execução curto, o volume das encomendas a que a Fino concorria mostra o gradual aumento da capacidade técnica de laboração.

Tabela 3.13. Fábrica de Lanifícios de Portalegre. Encomendas do Estado, 1941-1962

Data	Quantidade	Produto	Clientes
Mar. 1941	10.000 metros	Desconhecidos	desconhecidos
Jan.1948	20.000 metros	mescla para capotes de soldado	Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado
Ago.1951	20.000	Cobertores tipo exército	Exército
Jun.1952	500 metros	fazenda uniforme nº 1 de oficiais	Depósito Geral de Fardamento e Calçado em Lisboa
Jun.1952	10.000 metros	Uniformes	Legião Portuguesa
Set.1952	2.500 metros	Gabardina nº 1	Oficiais do Exército
Jun.1953	35.000	Cobertores tipo exército	Exército
NoV.1954	30.000	Cobertores	Exército
Out.1955	20.000 metros	Gabardine	Exército
Jul.1956	6.000 metros	Gabardine	exército
Jun.1957	8.000	Cobertores	exército
Dez.1957	60.000 metros	flanela mista	exército
Mar.1959	1.000	Cobertores	Força aérea
Jun.1961	30.000	Cobertores	exército
Jul.1961	10.000 metros	Gabardine	Aviação
Jul.1961	45.000	Cobertores	exército
Ago.1962	30.000 metros	Tecido	Desconhecidos
Ago.1962	20.000 metros	Voile	Desconhecidos
Ago.1962	10.000 metros	Capote	Desconhecidos
Set.1962	10.000 metros	pano azul ferrete	Desconhecidos

Fonte: D.R.M.E. (Évora), *Proc. cit.*

Em suma, a análise do processo da fábrica de Portalegre não sugere que a aplicação das regras do Condicionamento Industrial tenham sido impeditivas do crescimento desta empresa. Neste caso, mais tarde ou mais cedo, o governo acabou por anuir nas pretensões do empresário em instalar novos equipamentos. As dificuldades de acumulação sentidas nas décadas de 1930 e 1940 deverão ser procuradas noutra local. Até ao final dos anos '40, o número de teares instalado bem como o volume de pessoal empregado manteve-se relativamente estável. Em 1927 a fábrica empregava 110 operários, 29 teares e tinha 235 c.v. de potência total dos motores. Em 1945 tinha 167

trabalhadores e 27 teares, enquanto mantinha praticamente o mesmo equipamento instalado. Embora trabalhasse durante todo o ano, a falta de lãs em rama obrigava a regimes de laboração de 4 dias por semana. Só a partir de então existem sinais claros de crescimento e Portalegre acompanha a prosperidade que caracterizou os anos da adesão de Portugal à E.F.T.A. Em 1950, a fábrica empregava 222 trabalhadores, tinha 38 motores com uma potência de 409 c.v., 1.050 fusos e 35 teares. O consumo de lãs nacionais (lãs brancas, penteados brancos e saragoças da Beira e Alentejo) era importante embora recebesse também lãs e penteados da Inglaterra.

Em 1957 tinha conseguido instalar mais 15 teares novos e, em 1963, a fábrica contava já com 100 teares. Apesar do condicionamento, Francisco Fino conseguiu entrar na fição de fios sintéticos e contar com o apoio do governo. Ao mesmo tempo que os serviços industriais pressionavam para que fossem cumpridas normas de higiene e segurança, não deixavam igualmente de pautar-se por uma relação paternalista e «compreensiva». Assim, tal como os industriais se lamentavam através dos canais que o regime lhes proporcionava, a protecção dada às lãs nacionais através da pauta e da imposição de consumos à indústria, os problemas com abastecimento e o seu preço, a par da ineficiência da estrutura industrial que o controle do Estado autoritário impunha, tudo isto constituía certamente agravos que devemos considerar (v. tb. Chaves-1963). Mas se o governo através do condicionamento consentia em que os industriais instalados crescessem, não contribuía igualmente para impedir novas iniciativas na região?

Nos finais dos anos '30, as iniciativas tendentes a reanimar as manufacturas eram bem vistas pela imprensa regionalista e foram esboçadas algumas iniciativas nesse sentido (v. *supra*). Depois da guerra, em 1946, Manuel Percheiro e Guy Fino, o filho do industrial, instalaram no edifício da fábrica de Portalegre uma manufactura de tapeçarias murais decorativas. Criou-se então a firma Tapetes de Portalegre, Limitada que funcionou de forma autónoma numa parte do 1º piso daquele edifício, empregando 80 mulheres e 12 bastidores de madeira.¹⁰⁹ Os fios utilizados eram produzidos e tingidos na fábrica e aqui parece ter residido parte da viabilidade da iniciativa que, em breve, contaria com a concorrência directa das indústrias caseiras. Seja como for, em 1952, como resposta às inúmeras condições de laboração impostas pela Circunscrição Industrial, o gerente afirmava que

¹⁰⁹ D.R.M.E. (Évora), Proc. 1345 da 7ª C.I. (Rilei 4/4600): Tapetes de Portalegre, Limitada. O requerimento é feito ao abrigo da Lei 1.956, estando a iniciativa autorizada por despacho governamental de 28 de Junho de 1948.

“a sua indústria puramente artística não tem proporcionado resultados interessantes na sua exploração e os prejuízos têm-se vindo amontoando nos anos da sua existência. Tem portanto vivido no mais apertado critério de compressão de despesas. As condições que têm sido impostas têm vindo sendo praticadas aos poucos, baseados numa esperança futura, pois a exploração está presentemente reduzida a 14 operárias”.²¹¹

Em 1954, a firma Tapetes de Portalegre Limitada empregava 19 mulheres e 10 aprendizas que trabalhavam com o mesmo equipamento que produziam 7,5 m2 de tapetes e 1,5 m2 de tapeçarias em 8 horas.²¹² Fabricavam tapetes de tipo regional, argelino, persa, de Esmirna, para além de tapeçaria artística.

Tabela 3.14. Indústrias têxteis no Alentejo em 1957

Concelhos	EST	ACT	DTM	VBP	DSP	CF	BE
Arraiolos	1	14	222,8	214	93	52	s. s.
Reguengos	3	19	108,0	1,454	1,079	477	168
Alcácer	1	2	30,0	7	1	10	s. s.
Gavião	1	8	292,5	135	42	63	7
Santiago	1	5	96,0	105	70	48	40
Évora	3	22	145,0	s. s.	s. s.	s. s.	s. s.
Portalegre	4	394	226,7	15,631	10,076	3,996	2,558
Alentejo	14	464	210,5	17,546	11,361	4,646	2,773

Legenda: **EST.** Estabelecimentos; **ACT.** Activos (operários e empregados); **DTM.** Dias de trabalho em média por indivíduo em actividade; **DSP.** Despesas (inclui salários); **CF.** Capital fixo (inclui bens de equipamento); **BE.** Bens de equipamento; s. s. valor sem significado estatístico ou desconhecido.

Fonte: Inquérito Industrial (1957). Valores em contos de 1957.

Enfim, as manufacturas que agora renasciam como iniciativas isoladas, apenas sobreviviam num quadro económico marcado pela baixa remuneração do trabalho manual e recorrendo ao emprego da mão-de-obra feminina. Enquanto tal, a indústria doméstica apresentava-se como uma actividade muito secundária. Assim, o Inquérito Industrial de 1957 registava apenas 4 estabelecimentos com 1 trabalhador nas operações de fiação e de tecelagem, dispersos por Arronches, Borba, Gavião e Portalegre, localidade

²¹¹ Requerimento de 7 de Julho de 1952, proc. cit.

²¹² Segundo declarações do industrial na folha de inquérito dos serviços em 1954 (proc. cit.)

onde se contaram também 20 trabalhadores a domicílio. Em Évora, Santiago do Cacém e Alcácer do Sal e Reguengos as pequenas oficinas laboravam menos de 110 dias (tabela 3.14). Portalegre continuava, pois, a constituir uma ilha industrial, empregando perto de 4 centenas de indivíduos e com 2,5 mil contos de bens de equipamento instalados. Neste contexto, apareciam registadas pequenas iniciativas isoladas em Arraiolos, Reguengos e em Évora onde se podem encontrar pouco mais de 10 activos num total de 5 estabelecimentos.

3.4.7. Outras iniciativas

A partir da I Guerra Mundial e, sobretudo, na segunda metade da década de 1920, o arranque do mármore da área de Borba, Estremoz e Vila Viçosa com vista à exportação foi suficientemente importante para dar lugar à formação de sociedades que, na suas pedreiras, empregavam, por vezes, mais duma centena de trabalhadores durante a maior parte do ano. Estavam neste caso a Sociedade Luso-Belga de Mármore, L.da, de Vila Viçosa, a Empresa de Mármore e Cerâmica de Estremoz e Borba L.da e a Sociedade de Mármore de Vila Viçosa L.da.. O desenvolvimento da camionagem facilitou o incremento desta actividade nos anos '30, a qual continuaria marcada até há pouco pela ausência de qualquer tipo de transformação local. Tal orientação encontrava evidente analogia com o comportamento da grande indústria mineira e corticeira.

No Alto Alentejo, merece igualmente referência a indústria de alpergatas, cuja evolução podemos acompanhar desde os finais do século XIX, sempre nas mesmas povoações: Gavião e Castelo de Vide.

As moagens de pimentão multiplicaram-se a seguir a guerra, muitas acabando por encerrar na segunda metade da década de 1960. A fábrica de João Nunes Sequeira (1945-1965), em Fronteira, destaca-se por empregar cerca de 60 trabalhadores, quando a maioria não registava mais de 40. A Fábrica de Pimentão “A Alentejana” (1944-1952) instalada numa Herdade dos Reynolds, no concelho Évora, não empregava mais do que 37 pessoas e outras 22 em Borba.

Finalmente, Sines revelou-se não só como um ponto de escoamento da cortiça do Vale do Sado mas também como um porto de pesca. Aqui encontrávamos armações de pesca de sardinha à valenciana como a Sociedade Armação de Pesca “ Nossa Senhora das Salvas” (1899) ou a Silves, Guerreiro, Vilhena & C^a (1906-1965) que empregavam, cada uma, 33 pescadores. O desenvolvimento da pesca capitalista facilitava a instalação de fábricas de conserva, tanto mais quanto Setúbal (como sucedia em 1919) se encontrava

saturada com instalações fabris. Assim, a Júdice Fialho, empresa com fábricas noutros pontos, empregava em Sines 128 operários nos anos '20. Do mesmo modo, a “latoaria mecânica” da firma Viegas, Dias & Cia. L.da, que empregava 60 trabalhadores (metade dos quais mulheres) em Vendas Novas surgia como um posto recuado orientado para abastecer as fábricas de conserva, em Setúbal, de “vazio”. Estes dois casos não deixam de nos recordar a lógica da implantação das fábricas de cortiça instaladas pelas grandes companhias na região. Consideradas grandes neste contexto, não deixam de ser estabelecimentos menores, também eles “explicados” pela “saturação” nos pontos principais de actividade.

Conclusão

Neste capítulo iniciámos a descrição do parque industrial instalado no Alentejo, centrando a nossa atenção nos maiores estabelecimentos industriais. Como exercício introdutório, tentámos descortinar alguma coerência nas representações sobre o Alentejo transmitidas tanto pelos observadores da realidade industrial como pelos discursos regionalistas emergentes nas primeiras décadas do século XX. Ele mostrou que, a partir dos anos '30, com a crise do “modelo trigueiro” se tentou perspectivar para o Alentejo uma vocação que ultrapassasse o exclusivismo agrícola. Nova reflexão teve lugar nos início dos anos '60, quando se perceberam as dificuldades da agricultura extensiva perante a degradação relativa dos preços agrícolas e pecuários, agravados pelo drama da peste suína africana. Se então parecia evidente a perda de velocidade no crescimento da economia alentejana face a outras regiões, tal não significa que estejamos perante um processo de “desindustrialização”.

A análise do Registo do Trabalho Nacional mostrou a estreita articulação entre a economia da grande propriedade e o parque industrial identificado na área da 4^a Circunscção Industrial. Entre as actividades mais representativas (consideradas pelo número de estabelecimento registados e pelo volume de emprego) contava-se a debulha mecânica, a moagem de cereais, o fabrico de azeite, a panificação, o fabrico de carne ensacada. Depois vinham as actividades relativas à assistência desse mundo rural onde pontuavam as pequenas empresas de cariz oficial como eram as ferrarias, as oficinas de abegão e as carpintarias. Salientavam-se ainda os ofícios destinados a satisfazer as necessidades correntes das populações rurais: os sapateiros, os oleiros e os alfaiates. A tendência de evolução entre a I Guerra Mundial e os anos '50 não parece reforçar a

posição das *empresas de média dimensão*, indiciadas pelo número de estabelecimentos que empregavam entre 10 a 100 indivíduos. Antes pelo contrário, parece assistir-se à multiplicação da pequena oficina ou, se quisermos, dos estabelecimentos que empregavam um número de pessoas inferior àquele primeiro limite.

A descrição dos maiores estabelecimentos revelou, nos casos das minas, das pedreiras, da cortiça e até dos cereais, a sua associação a grandes firmas que operavam numa escala mais vasta que a regional. Longe de se apresentar como um “deserto industrial”, atrasado e auto-centrado, o Alentejo configura-se como um espaço aberto à economia mundial, construindo-se como uma periferia das regiões industrializadas. Como tal, foram nas margens da região, nos pontos onde se acumulavam as mercadorias em trânsito, que se consolidaram os maiores empreendimentos. A este título serviu de exemplo a C.U.F., bem como os grandes operadores internacionais que se estabelecem nas povoações da margem sul do Tejo, em Setúbal e em Sines, como a Mundet, a Wicander, a Henry Bucknall & Sons., etc.

Podemos então sintetizar as características destes estabelecimentos, na óptica regional, da seguinte forma:

1º *Dispersão geográfica*. Os grandes estabelecimentos encontravam-se dispersos na região fundamentalmente por estarem ligados ao processamento local de matérias-primas que tinham padrões de localização distintos. Pode defender-se, no caso dos têxteis, que esse padrão constituía uma herança do passado, ligada à circulação de gado transumante. Nos casos das grandes oficinas de serralharia e de fundição, a sua dispersão nos pontos Beja, Évora - Estremoz, Crato sugere um padrão orientado para o consumo agrícola e para a satisfação dos mercados sub-regionais.

2º A importância da *proximidade das fontes de abastecimento* é tanto maior quanto não temos mercados regionais desenvolvidos de matérias-primas para a indústria. A existência de uma grande unidade significava, nesta perspectiva, o esgotamento de um espaço económico, facto que pode explicar a relativa estabilidade, ao longo do tempo, do número e dimensão dos estabelecimentos neste padrão de localização. Este factor “explica” o desenvolvimento de unidades integradas de processamento das grandes produções alimentares do latifúndio de que serve de exemplo a Empresa Industrial Bastos Ribeiro, em Sousel, ou a Sociedade Fabril Alentejana (Sofal), em Vila Viçosa. No primeiro caso estamos perante um conjunto impressionante com oficinas próprias para manutenção, em que à moagem de cereais, à panificação,

produção de azeite e fabrico de azeite se associou a venda de electricidade à vila de Sousel. Se aqui o gestor é aquele que foi considerado “o Alfredo da Silva alentejano”, no segundo caso a sociedade agrupava a elite fundiária de Vila Viçosa, um “modelo” empresarial que vemos surgir nos anos ‘20 um pouco por todos os centros urbanos no Alentejo. Dado que a competitividade destas empresas dependia deste carácter integrado e da proximidade das matérias-primas, podemos pensar que a prazo este possa ter constituído igualmente um factor de fragilidade competitiva face a empreendimentos que apostavam na especialização e em economias de escala.

3º *Orientação produtiva para o exterior.* As grandes empresas, por via de regra, produziam para mercados internacionais e, no caso dos cereais e dos lanifícios, para o mercado nacional. As grandes unidades instaladas, no caso das minas, pedreiras, cortiça e cereais, realizavam as primeiras operações numa fileira industrial mais vasta. A importância dos mercados regionais foi diminuta em caso todos os casos e, nessa medida, não constituía uma alternativa e um factor de amortecimento das dificuldades conjunturais sentidas no exterior.

4º *Incorporação produtiva.* Os grandes estabelecimentos apresentam uma estrutura “produtiva incorporada”. Não apenas as unidades mineiras, mas também a fábrica de lanifícios de Portalegre ou da fábrica de cortiça da Robinson executavam diferentes operações que limitavam em muito a sua procura no exterior. Efectivamente, as grandes unidades produziam a sua própria electricidade e cuidavam do abastecimento de lenhas e combustíveis, realizavam diferentes tarefas de processamento especializado e tinham, enfim, oficinas de serralharia e carpintaria para a manutenção de máquinas. Encontramos esta “auto-suficiência”, própria de “um meio hostil” à indústria, tanto na mina de São Domingos (Mértola) como na Fábrica dos Leões (em Évora). Esta escala “exigia” igualmente uma integração e diversidade de produções. No caso dos Leões, as produções iam da farinha comum às massas, passando pelo fabrico de pão e farinhas para fins culinários; no caso dos lanifícios de Portalegre, passavam pelo fabrico do fio, tinturaria, tecelagem e, mais tarde, tapetes; no caso da Robinson, iam desde a preparação até à produção de rolhas; nas minas de pirites, desde a extracção, à produção de cimentos e, no caso de São Domingos, ao fabrico de enxofre (desde 1934). Finalmente, no caso das metalúrgicas, a ausência de especialização num produto, se não mesmo numa gama próxima de produtos, foi também a regra. Esta flexibilidade (podemos pensá-lo) era imposta pela natureza e dimensão dos mercados regionais.

5º Ausência de práticas de “*puting out system*” pela indústria. Ao contrário do que sucedia noutras regiões mais densamente povoadas, era escassa (se não inexistente) a produção doméstica associada aos grandes estabelecimentos manufactureiros.

Devemos ainda realçar como a tecnologia e a acção dos empresários foi um importante factor de dinamismo. Na maior parte dos casos estamos a lidar com estabelecimentos tecnologicamente desenvolvidos. No caso da Robinson, a tecnologia foi responsável pelo processo precoce de maquinização do fabrico da rolha bem como, mais tarde, na sua orientação para os granulados de cortiça. No caso dos lanifícios de Portalegre, assistimos a uma orientação para a produção de fibras sintéticas. Tais alterações resultaram por vezes de dificuldades e da necessidade de reajustamentos que envolveram a entrada de novos protagonistas, como serve de exemplo o caso de Francisco Fino, em Portalegre, ou de Carlos Roeder, em Beja.

Duas conjunturas mostraram-se importantes na fixação de novos empreendimentos com maior escala: primeiro, a de 1919-1923, quando se estabeleceram algumas grandes unidades moageiras e corticeiras; e, depois, a dos anos '50, que assiste à formação de alguns novos empresários em distintos ramos, como foi o caso dos irmãos Fialho (serralharia e fabrico de máquinas agrícolas em Évora) e a família Nabeiro (ligada à torrefação de café em Campo Maior).

A análise das grandes unidades deixou de lado a sua articulação com o restante tecido regional, marcado, como vimos, pelas pequenas unidades oficinais. Será delas que trataremos no próximo capítulo.

4. Tradição e modernidade na indústria alentejana (1922-1950): os estabelecimentos de pequena e de média dimensão.

4.1. Introdução

Constituem o objecto deste capítulo os estabelecimentos industriais de pequena e de média dimensão instalados na área da 4ª Circunscrição Industrial e considerados no Registo do Trabalho Nacional no período 1922-1952. Dentro destas duas categorias cabiam um conjunto muito diversificado de contextos organizacionais e empresariais. As expressões “pequena”, “média” ou “grande” tiveram, nesta exposição, um valor meramente operatório, devendo ser consideradas mais como um atributo relativo do que uma distinção rigorosamente quantificável. Assim, considerámos como pequenos os *estabelecimentos* que, à data do registo, ocupavam menos de 10 trabalhadores; e de média dimensão os que empregavam entre 10 a 50 trabalhadores na *actividade industrial* registada. Recordemos que estamos a lidar com *estabelecimentos* e não com *empresas* e que, com frequência, os estabelecimentos constituíam actividades complementares ou acessórias de empresas de natureza prioritariamente comercial ou agrícola. Uma carpintaria de carros que ocupava 5 pessoas, considerada, sob este ponto de vista, como “pequena” tanto surgia como a oficina duma *firma* em nome individual especializada nessa actividade como poderia (como de facto acontecia) fazer parte integrante das múltiplas actividades duma grande casa agrícola. Do mesmo modo, um pequeno estabelecimento para fabrico de chocolates poderia integrar uma grande organização de comércio retalhista como sucedeu no caso da Fomente Eborense (*v. infra*). Noutros casos, o registo de uma actividade de pequena dimensão combinava-se com outras dentro dum conjunto comercial e industrial de média ou de grande dimensão, como foi o caso, por exemplo, da Empresa Industrial de Bastos Ribeiro, em Sousel.

Notemos então algumas combinações de actividades que surgiram com alguma frequência no quadro das pequenas ou médias empresas de natureza comercial e industrial neste período.

Nas classes da alimentação e bebidas, encontramos as associações entre a pastelaria e a confeitaria com uma orientação posterior para o fabrico de refrigerantes; entre a

actividade de forneiro e a padaria; entre a confeitaria e a torrefacção de café; entre o fabrico de vinhos e licores e o fabrico de chocolate e amêndoas; e, finalmente, entre a moagem de cereais e o fabrico de electricidade. Nas classes relativas aos trabalhos em metais, foram frequentes as associações entre as ferrarias e as carpintarias de carros, as serralharias e as reparações mecânicas, ou entre as fundições e as serralharias.

Um critério de registo similar, assente no estabelecimento, parece ter existido no Inquérito Industrial de 1890 e, por isso, o confronto entre as duas fontes permitiu-nos perspectivar, com algum detalhe, a evolução do parque industrial desde os finais do século XIX. A análise em diacronia das actividades considerou a sua duração e evidenciou conjunturas fundamentais que afectaram o tecido instalado. Os principais problemas que levantou a construção de séries cronológicas a partir desta fonte foram já identificados anteriormente¹.

A descrição do parque instalado atentou na mobilidade geográfica das actividades no interior da região, nos fenómenos que decorreram quer das oportunidades induzidas pela difusão tecnológica e pela especialização regional quer das ameaças que representaram a concorrência externa e a obsolescência técnica.

Para além do *registo* das actividades, compulsámos os processos instaurados, não eliminados e arquivados presentemente na Direcção Regional do Ministério da Economia, em Évora². Tal como definia a lei, os processos compunham-se de plantas, memória descritiva, relação de equipamentos (máquinas, máquinas-ferramentas e instrumentos de trabalho), autos de vistoria e de inspecção, etc. Embora sejam escassos e pouco rigorosos os elementos económicos relativos à produção que neles podemos

¹ Os registos tiveram início em Março de 1922. Os valores apurados antes deste período referem-se apenas à data de fundação dos estabelecimentos registados a partir dessa data. O reinício duma actividade dava lugar a um novo registo se anteriormente não existisse licenciamento ou tivesse caducado o alvará (*op. supra* capítulo 3).

² Os processos eram parte integrante do acto do RTN e do licenciamento das indústrias classificadas como “insalubres, incómodas e perigosas”. Os que presentemente se encontram em arquivo e que pudemos consultar referem-se a empresas cujo registo foi “cancelado”. Destes foram seleccionados para descrição cerca de centena e meia de processos (cada um deles agrupado por empresa e agregando frequentemente distintos processos administrativos) da seguinte forma: 1) todas as maiores empresas em todos os sectores na região do Alentejo; 2) selecção aleatória de processos das pequenas empresas em cada sector em diferentes regiões. Estiveram nestes casos os processos relativos a fornos de pão, padarias, carpintarias, etc. Este exercício envolveu uma consulta exaustiva dos milhares de registos. É necessário esclarecer que nem todos os registos de actividades correspondem a processos de arquivo (dado que foram feitas eliminações ou, supomos nós, “perderam-se” pelo Ministério da Agricultura). Por outro lado, a maioria dos processos tem apenas um número muito pequeno de documentos.

encontrar, o seu estudo permitiu-nos formar uma ideia muito clara sobre a natureza de cada estabelecimento registado, o seu nível técnico e equipamento, o seu ambiente económico e mercados, enfim, as relações estabelecidas entre o Estado e os chefes de indústria. A caracterização dos estabelecimentos, feita selectivamente, recaiu sobre cerca de centena e meia de processos seleccionados de acordo com a importância dos estabelecimentos e com a natureza da actividade nos distritos de Portalegre, de Évora e de Beja. Deste modo, alargou-se a escala de observação a todo o Alentejo.

A Casa Agrícola, expressão que designava a grande exploração agrícola capitalista, constituía o elemento “estruturante” do parque industrial instalado no Alentejo, quer na sua componente moderna quer na sua componente tradicional (tabela 4.1). Em estreita ligação com a economia da grande propriedade, temos os registos de debulha de cereais, de moagem de cereais, de lagares de azeite, de fábricas de descasque de arroz, de rações para gado, fornos de pão, fornos de telha e de tijolo, de adegas e destilarias, de produção de carvão vegetal, de produção de carne ensacada, de salsicharia e fabrico manual de queijos. Isto resultava não apenas da natureza dos bens oferecidos pelo *latifúndio* ao conjunto da economia regional como da forma como a Casa Agrícola se articulava com estas actividades, as quais apareciam *integradas* na sua economia.

Um indício desta tendência para a *integração produtiva* encontrava-se na localização dos estabelecimentos. Reconhecemos 890 registos de actividade (num total de 9.640) cuja localização se identificava através de expressões indiciadoras dessa integração como era o nome duma herdade, quinta, monte, etc. A listagem, que abarcava um leque muito vasto de actividades, estendia-se desde as actividades extractivas (pedreiras, fabrico de carvão) até aos transportes (carros de aluguer), passando pelas agro-indústrias e indústrias alimentares, vestuário, calçado, indústrias da madeira e dos metais (tabela 4.1). Carpintarias, serralharias e ferrarias eram instalações correntes nas sedes das casas agrícolas necessárias para satisfazer as suas necessidades quotidianas²¹⁵.

²¹⁵ Veja-se a este respeito o recente estudo monográfico sobre um monte alentejano na região de Montemor-o-Novo (Reis-2002).

Tabela 4.1. Número de estabelecimentos e de trabalhadores registados na área da 4ª C.I. e directamente associados à Casa Agrícola alentejana (1922-1952)

Área de actividade	Indústria	Estabelecimentos	Trabalhadores
Pedreiras	Canteiro (oficinas); pedreiras	3	8
Cortiça	Preparação e manufactura	27	199
Carvão vegetal	Carvoaria	6	20
Cereais	Debulha e enfardação de palha e feno	105	1416
	Azenhas e moinhos de vento	150	159
	Moagem e descasque de arroz	100	160
Alimentação	Padarias, forno de coser pão	41	34
	Azeite – fabricação de.	104	404
	Vinhos (e aguardente), destilarias	63	40
	Carnes fumadas e carnes ensacadas	8	23
	Pimentão – moagem de	9	60
	Gelados – fabrico de	1	2
	Queijos (Fabrico manual de)	3	6
	Rações (moagem de)	30	30
Construção e cerâmica	Cal - forno de	52	147
	Telha e tijolo	96	287
	Cerâmica – materiais para construção	5	41
	Louça ordinária de barro – fabricação	3	9
Calçado e vestuário	Sapataria	21	27
	Alfaiataria	6	7
	Curtumes	10	16
Metais e mecânica	Reparações mecânicas, serralharia	3	7
	Ferraria / ferreiro	16	27
	Carpintaria , serração (madeiras)	4	24
	Carpintaria de carros	7	11
Transportes	Carros de aluguer *	5	5
Têxteis	Espartaria	1	10
	Canastreiro	7	15
	Lavandaria	2	2
	Outros	2	5

Fonte: DRME/ R.T.N. (1922-1952).

* No que respeita aos carros de aluguer, em alguns casos parece tratar-se do registo de carros para uso pessoal. Estes registos eram pouco rigorosos nas referências ao início e fim de actividade, o que sugere tratar-se dum acto posterior.

Deste modo, podemos afirmar que uma das consequências da formação dos grandes domínios foi a tendência para a *integração produtiva*, a qual já tínhamos registado nas grandes unidades industriais instaladas na região (cf. capítulo 3). Para além dos grandes domínios realizarem a transformação dos produtos agrícolas, a aplicação do vapor na debulha criou também oportunidades para a autonomização da grande exploração face à moagem tradicional. A locomóvel e a caldeira fixa foram aplicadas em moinhos de pedra (cereais) e de martelos (para fabrico de rações), em lagares de azeite e serviam para produzir electricidade antes mesmo de se desenvolverem as empresas de electrificação rural (v. figuras G.13 em anexo). Ao mesmo tempo, a casa agrícola era largamente auto-suficiente e a produção alimentar estendia-se aos trabalhadores que recrutava, pagos com frequência à ração ou a meia ração²¹⁶.

Descrições destas grandes unidades produtivas, feitas a partir dos registos orfanológicos, confirmaram esta evolução, como mostrou Helder Fonseca para a região de Évora para contrariar a imagem de estagnação agrícola (1996^a). Enquanto a Quinta da Malagueira, do Conde da Ervideira, era descrita na *Ilustração Alentejana* como uma “Versalles em tamanho pequeno” (IM/IA – 1925, I, 1; cf. IM/AA-208) a sede da sua casa agrícola na Herdade da Furada era considerada, pelo *Álbum Alentejano*, como “um autêntico mundo de actividade agrícola (...). Todas as oficinas inerentes, correios, fábricas de moagem completas, tudo enfim que compõe uma cidadezinha industrial aqui se encontra. E dissemos cidadezinha visto que algumas vilas onde temos estado não possuem o movimento industrial que vimos na Furada” (IM/AA: 359).

Da mesma forma, também o Esbarrondadouro, do lavrador eborense Manuel Dias Rodrigues Descalço, a “Central da Casa agrícola” era descrita como “um colosso, uma cidadezinha em miniatura, com central eléctrica, oficinas, armazéns” (AA, 365). No concelho de Grândola, as herdades de Canal e Caveira, a 7 km da vila, exploradas por Baptista Limpo que as tinha herdado do Morgado Champalimaud, seu sogro, tinham por “sede” um monte que dispunha de electricidade e de oficinas (AA-1056). Os exemplos podiam multiplicar-se.

²¹⁶ De acordo com Silva Picão, na freguesia da Santa Eulália (concelho de Elvas), constituíam factor de preferência no emprego, por parte dos rurais, “o trabalho próximo, a simpatia pelo abegão, e o bom trato em alimentação” (cf. Picão-1983:83). Mesmo os artesãos contratados ao ano, como os carpinteiros, raramente eram “justos a «seco»” (i.e. contratados sem alimentação).

Já durante o Inquérito Industrial de 1890 se tinha apontado a fragilidade da posição dos artesãos e a sua relação com estas grandes empresas. A Comissão de Estremoz fazia notar aos seus superiores:

“Existem, com efeito, um grande número de artífices de todas as classes; poucos são porém os que manipulam por conta própria, mas sim por conta dos proprietários que chama (sic) o pedreiro, o carpinteiro, etc. para a construção das obras que carecem cuja retribuição é diária e por trabalho regular de sol a sol”.⁵

Por outro lado, a orientação comercial “exportadora” da grande agricultura comercial não suscitou até relativamente tarde o desenvolvimento dum sector agro-industrial autónomo. Este sector encontrava-se em rápido crescimento nos anos da Grande Guerra e nos anos imediatos do pós-guerra. Neste período de euforia que encerra com a crise financeira de 1923, formaram-se um pouco por todo o Alentejo, nas sedes das principais povoações, sociedades orientadas para a transformação e comercialização dos produtos agrícolas e para a exploração da energia eléctrica. Trataram-se, na maior parte dos casos, de empresas de pequena ou média dimensão constituídas por associação de capitais locais de origem fundiária e mercantil. Entre estas vale a pena referir, na linha da pioneira Companhia Elvense de Moagens a Vapor (1899), a Moagens e Electricidade L.da, constituída em 1918 na sede da Sociedade Recreativa, em Arraiolos; a Sociedade Fabril Alentejana (Sofal), constituída em 1921 na sede do sindicato agrícola de Vila Viçosa, com um capital de 900 contos; a Sociedade Industrial Alentejana e Sado L.da. de Santiago do Cacém (1922); a Sociedade de Moagem e Massas de Vendas Novas L.da. (1921); A Campo Maiorense (mais tarde União Industrial Campo Maiorense); enfim, a Companhia Industrial Suzelense (1923) para além das já referidas Moagem Eborense (1928) e da Portalegre Industrial (1922). Em quase todos os casos estamos perante “estabelecimentos complexos”, isto é, *combinados industriais polivalentes* que procuravam articular de forma eficiente vários ramos de actividade tendo em vista a utilização de novos recursos tecnológicos e energéticos. Assim, a sociedade de Arraiolos fora constituída para a “instalação e exploração duma fábrica de moagens e central eléctrica nesta vila, compra e venda de cereais e farinhas, panificação...”⁶. Do mesmo modo, a Sofal tinha um conjunto integrado de moagem de farinha espoada, lagar de

⁵ Carta de 10 de Agosto de 1890, Arq. do Min. Obras Públicas, *Documentos sobre o Inquérito Industrial de 1890* (correspondência).

⁶ Escritura de 18.Out.1918 no arq. da DRME, proc. 6 da 4ª CI (4/383), Moagem e Electricidade, L.da. Moagem de Farinhas espoada e de rama. Moagem de rações para gado. Rua das Indústrias, Arraiolos, Alvará 1.153.

azeite, extracção de óleos de bagaços por dissolventes, fábrica de sabão e refinação de azeite.²¹⁹ Noutros casos, tais conjuntos foram iniciativa de um só indivíduo, como sucedia na Empresa Industrial Bastos Ribeiro, no Cano (Sousel), que no vasto conjunto estabelecido na Cerca do Convento explorava as indústrias de moagem de farinha espoada, moagem de farinha para gados, padaria, lagar de azeite, extracção de óleo de bagaço, fábrica de sabão, fábrica de gelo, serralharia e carpintaria mecânica, destilaria e electricidade (que fornecia à vila de Sousel através de contrato com o município)²²⁰.

A listagem das sociedades de tamanho intermédio revela um conjunto diversificado de actividades, a maior parte delas orientada para o processamento de produtos primários. Seguiam-se depois as actividades de mão-de-obra intensiva, manufactureiras, de origem antiga (alpergatas), revitalizadas neste período (tapetes de Arraiolos) ou estabelecidas pela primeira vez (sedas de Portalegre) ou de assistência mecânica (tabela 4.2). Alguns destes estabelecimentos eram bastante antigos, como sucedia com os que produziam as célebres ameixas de Elvas (conservas de fruta). Empresas de tipografia, fábricas de conserva de peixe e oficinas de carruagens datavam dos finais de Oitocentos. Assim, a maioria das firmas foi constituída em dois períodos distintos. O período republicano foi marcado pelas moagens, combinados industriais, fábricas de cerâmica e fundições e os primeiros anos '50 pelas moagens de pimentão, reparação automóvel e outras.

A segunda fonte de registos de pequenos estabelecimentos encontrava-se nas necessidades correntes das populações rurais. Apesar do seu carácter artesanal, chegaram a constituir-se centros de produção especializada. Carpintarias, ferrarias, latoarias, sapatarias ou alfaiatarias continuavam a ser actividades marcadas pelo trabalho de ofício e pela proximidade da clientela que serviam. Realçamos, na geografia destes ofícios, a importância do aumento do povoamento rural até à década de 1950, marcado como foi pela dispersão da população em pequenos núcleos de povoamento (os montes e as aldeias). Neste quadro, as vilas e cidades, cuja população não ia além das 18 mil almas, constituíam fundamentalmente centros administrativos que concentravam

²¹⁹ Veja-se na DRME / Proc. 19 da 4ª CI - Sociedade Fabril Alentejana L. da. Alvará 5.080 de 11.Dez.1959.

²²⁰ V. DRME/ Proc. 4/2266, Alvará 10147. "As indústrias estavam instaladas em edificios que constituíam 2 blocos absolutamente distintos" (informação de 13.Out.1951).

actividades comerciais e industriais orientadas para a satisfação da população regional.⁹ Por outras palavras, o urbanismo alentejano, se produziu um leque relativamente diversificado de actividades, algumas delas orientadas para o luxo e sofisticação burguesas, não encontrava uma escala suficiente para as fazer multiplicar. Por isso eram muito mais frequentes as carpintarias do que as marcenarias, os fornos de pão do que as padarias e as confeitarias, enfim, as olarias do que as fábricas de cerâmica (cf. tabelas em anexo). Deste modo, os mercados exteriores (entenda-se, neste caso, aqueles que iam mais além do *hinterland* que a urbe servia) foram sempre fundamentais para a consolidação de iniciativas como o fabrico de chocolates, a torrefacção de café ou as conservas de frutas.

⁹ V. a este respeito a tese de Jorge Gaspar sobre a cidade de Évora, centrada na teoria dos lugares centrais (Gaspar-1972) e, mais recentemente, o trabalho de Candeias (1998).

Tabela 4.2. Estabelecimentos registados de dimensão intermédia na 4ª C.I.

	Concelho	Data de fundação	Nome	Indústria	Operários total
Minas e pedreiras	Borba	1930	Sociedade de Mármore Portugal, L.da.	Mármore - extração	26
	Vila Viçosa	1949-	Francisco Dias Ramos	Mármore - extração e oficina de canteiro	22
Cortiça	Santiago	1931	Gonçalves & Douradinha	Cortiça - preparação de cortiça em pranchas	22
Alimentação	Elvas	1834	José da Conceição Guerra & Irmão	Fruta - Conservas	30
	Elvas	1872-1939	Carvalho & Cia.	Fruta - Conservas	27
	Sines	1899	Sociedade Armação de Pesca " Nossa Senhora das Salvas"	Peixe - conservas	33
	Sines	1906-1965	Silves, Guerreiro, Vilhena & Cª	Peixe - conservas	33
	Borba	1911	Sociedade Oleícola L.da.	Azeite	44
	Estremoz	1916	Companhia de Moagens e Electricidade L.da.	Cereais - moagem	22
	Arraiolos	1918-1924	A Industrial de Arraiolos	Cereais - moagem	22
	Arraiolos	1918	Moagem e Electricidade, L.da	Cereais - moagem	16
	Santiago	1922 -	Sociedade Industrial Alentejana e Sado L.da.	Cereais - moagem	24
	Vila Viçosa	1921	Sociedade Fabril Alentejana L.da.	Cereais - moagem	44
	Évora	[1928]-	A. Moagem Eborense L.da.	Cereais - moagem	27
	Arraiolos	1924-1938	A Industrial de Arraiolos	Cereais e massas alimentícias	21
	Sousel	1924-	Empresa Industrial Bastos Ribeiro	Fabrico de sabão, moagem de cereais e de rações, lagar de azeite	
	Sines	1925	Nova Sociedade de Conservas Alimentícias «La Bretagne»	Peixe - conservas	25
	Borba	-1952	Fábrica da Pimentão A Alentejana L.da	Pimentão - moagem de	22
	Elvas	1944-1952	Fábrica de Pimentão "A Alentejana"	Pimentão - moagem	37
	Portalegre		António de Paiva Tavares	Pimentão - moagem	32
Ponte de Sôr	1950-	Empresa Industrial de Pimentão, L.da	Pimentão - moagem	32	
Bebidas	Évora	[1923]-	D. Maria do Patrocínio de B. Lima d' Almeida	Vinhos e aguardentes	31
	Évora	[1950]-1962	António Mira Vidigal	Torrefação e moagem de café, licores e xaropes	22
Calçado	Gavião	1938-		Alpargatas - fabrico	45
Madeiras	Elvas	1891		Caruagens e carros - Oficina	34
Tipografia	Évora	1894-1938	Minerva Comercial L.da	Papelaria, tipografia e encadernação	22
Construção	Évora	1917-1938		Telha e tijolo	23
	Santiago	-1964	Armando de Magalhães Lagartinho	Cerâmica - materiais para construção	29
	Montemor	1950	Abílio Inácio Freixo & João Inácio Nunes Barata Freixo	Cerâmica - materiais para construção	26
	Santiago	1938	Sociedade Cerâmica do Sul do Sado L..da	Cerâmica - materiais para construção	22
Têxteis	Arraiolos	1920	Jacinta Leal Rosado	Tapetes	30
	Portalegre	1929-	Sedas de Portalegre Limitada	Tecelagem - oficina mecânica	22
	Portalegre	-1949	Tapetes de Portalegre, L.da	Tapetes - indústria	22
Metais	Estremoz	1924-1952	João Trindade Pirra	Fundição de ferro e bronze, ferraria, soldadura e serração de madeiras	24
	Mecânica	Portalegre	1950	Auto Portalegre, L. Da	Reparação de automóveis

Nota: consideraram-se aqui os estabelecimentos registados com mais de 20 trabalhadores e menos de 50. Não se incluíram os estabelecimentos de preparação e transformação de cortiça descritos no capítulo 3.

Fonte: DRME/R.T.N.

4.2. As indústrias dos produtos florestais: o carvão e a cortiça.

O RTN assinalou apenas 4 estabelecimentos para a produção de carvão vegetal a partir de 1922. Todos eles encerraram antes de 1952. Tratando-se duma actividade que conheceu um grande incremento durante a I Guerra Mundial, a par da destilação de álcool, por forma a suprir as enormes carências de combustível, terá porventura diminuído nos anos subsequentes. Seja como for, tudo indica ter sido uma actividade realizada geralmente no quadro das explorações agrícolas, não havendo nestes casos lugar a registo. Aqui estamos perante “fábricas de carvão”, ou seja, estabelecimentos com uma laboração comercial regular entre 1905 e 1936. Num dos casos, foi possível identificarmos o requerente a registo como proprietário fundiário que teve um estabelecimento comercial, em Évora (na freguesia de São Mamede), entre 1936 e 1939.

Muito mais importante foi, sem dúvida, a actividade comercial e industrial em torno da cortiça, produto que conheceu crescentes aplicações industriais no isolamento e no revestimento até começar a sofrer a concorrência generalizada dos produtos sucedâneos obtidos a partir dos polímeros¹⁰. O registo distingue a actividade preparadora da manufactureira, menos frequente.

O parque industrial corticeiro instalado ao longo da primeira metade do século XX foi marcado pela orientação da maioria das iniciativas para a actividade preparadora¹¹. A produção de prancha e, acessoriamente, de quadros e de rolhas dominava a actividade da maioria dos pequenos estabelecimentos. Estes, concentrados em alguns pontos dispersos na região, dominavam a paisagem industrial. Perto de 85 % destes “pequenos estabelecimentos” tinham 10 trabalhadores ou menos (cf. tabela 4.3.). A maioria (55,7 %) empregava apenas entre 2 a 5 trabalhadores e tinha uma actividade sazonal.

Dos 323 registos, 44 estabelecimentos referiam-se a indústrias caseiras ou de actividade muito irregular. A perda da importância das pequenas “fábricas de rolhas” e da classe dos rolheiros ainda antes da I Guerra Mundial parece ter sido o fenómeno mais

¹⁰ Para uma visão geral de natureza técnica e económica sobre a cortiça é útil consultar a síntese de Luís Gil (1996) que é uma tentativa bem sucedida de actualizar Vieira da Natividade (1950). Sobre os problemas do comércio externo veja-se MIRANDA (1991) e também LAINS (1995). Vale ainda a pena ler os clássicos BERNARDO (1943 e 1946), CALHEIROS (1934) e COSTA (1935).

¹¹ A situação não deixava de ser semelhante ao que ocorria noutras regiões. Para a Estremadura espanhola veja-se Zapata Blanco (1986 e 1996).

relevante quando se observa a evolução do sector (v. Soares, Neto e Mexia - 1912). As lutas dos rolheiros e dos corticeiros para a adopção de políticas que levassem o país a responder ao protecționismo dos países industriais e consumidores marcaram os últimos anos do regime monárquico e reacenderam-se durante os primeiros anos da República (Miranda-1991). A célebre lei Carlos Relvas, ao obrigar à preparação de toda a cortiça exportada, reforçou aquela orientação anterior. No início dos anos '20, foram os industriais corticeiros eborenses os primeiros a conseguir obter a eliminação da taxa municipal sobre a cortiça, sem que houvesse qualquer reacção por parte do operariado corticeiro²²⁴.

Tabela 4.3. Dimensão dos estabelecimentos corticeiros na área da 4ª C.I. registados entre 1922 e 1952.

Número de trabalhadores	Estabelecimentos	%
menos de 2	44	13,6
2 a 5	180	55,7
6 a 10	50	15,5
11 a 20	29	9,0
21 a 40	10	3,1
41 a 100	7	2,2
101 a 140	3	0,9
Total	323	100,0

Fonte: DRME/RTN (cálculos nossos)

Uma das questões que se pode colocar consiste em saber se a orientação da indústria para a actividade predominantemente preparadora e de intermediação comercial se traduziu numa perda absoluta no volume de emprego industrial. O confronto entre os valores apurados pelo Inquérito Industrial em 1890 e pelo Registo do Trabalho Nacional em 1922 e 1923 não sustenta tal hipótese. Apesar de se poder detectar um movimento de implantação de grandes unidades industriais nas margens do Alentejo a partir dos primeiros anos de Novecentos, as regiões produtoras não perderam efectivos (cf. cap.3, *supra*). Salvo alguns casos pontuais (Santiago, Sines, Sousel e Estremoz), em todos os concelhos que em 1890 apareciam com indústrias, tinham a sua posição reforçada depois da guerra. Em termos gerais, havia mais 18 estabelecimentos e mais meio milhar de activos, pelo menos. Os concelhos que mais beneficiaram foram Évora e Vendas Novas (cf. tabela 4.4.).

²²⁴ V. o *Notícias de Évora*, 1922.

Contudo, este sucesso deve ser matizado quando se considera a expansão que se estava a verificar noutras regiões com base nos fluxos de cortiça enviados do sul, o aumento demográfico entretanto ocorrido na região, bem como a natureza destas instalações industriais que, essencialmente, eram de pequena dimensão e de laboração temporária. Nesta medida, o balanço para a região não pode considerar-se satisfatório. Com a mecanização da rolha e com o aparecimento das novas tecnologias de processamento (granulados e aglomerados), a paisagem social nesta indústria transformou-se e com ela, porventura, a repartição dos rendimentos.

Tabela 4.4. Número de estabelecimentos corticeiros e de trabalhadores na área da 4ª CI em 1890 e 1923

Anos	1890		1923		1923-1890	
	(1) Est.	(2) Pe.	(3) Est.	(4) Pe.	(3)-(1)	(4)-(2)
Concelho						
Arraiolos	-	-	1	14	1	14
Estremoz	2	33	2	14	0	-19
Évora / Azaruja	15	48	23	281	8	233
Montemor / Vendas Novas	6	44	7	156	1	112
Móra	-	-	1	45	1	45
Viana do Alentejo	2	10	3	14	1	4
Ponte de Sôr	2	8	1	24	-1	16
Portalegre	1	560	1	600	0	40
Alcácer	-	-	3	19	3	19
Grândola	3	31	6	43	3	12
Santiago / Sines	12	93	14	71	2	-22
Sousel	1	1	-	-	-1	-1
Total	44	828	62	1.281	18	453

Fontes: *Inquérito Industrial*, 1890; DRME/RTN (cálculos nossos)

Legenda: **Est.** Número de estabelecimentos; **Pe.** Número de pessoas empregues na indústria.

Nota: o número de efectivos atribuído à fábrica da Robsinson em Portalegre é o indicado pelo Inquérito de 1881.

Vejamos então as características destas pequenas fábricas.

A análise dos processos individuais mostra que estamos perante estabelecimentos que, por norma, se compunham duma vasta área para depósito de cortiças, de uma caldeira, de um poço, de um ou mais tanques para a cozedura da cortiça, de algumas máquinas simples e de uma poucas máquinas ferramentas (como eram as máquinas de rabanear, por exemplo). Estes industriais operavam, na maioria dos casos, como

intermediários que se integravam numa cadeia comercial mais vasta dominada pelos grandes operadores internacionais. A sua actividade estendia-se da compra da cortiça à venda de produtos que constituíam matéria-prima para uma indústria em rápida transformação nas primeiras décadas do século - a prancha, as aparas e os quadros. A compra da cortiça era feita preferencialmente de modo directo ou mediante arrendamento, *na árvore*. Excepcionalmente, comprava-se a cortiça, já arrancada pelo proprietário, à porta da herdade.

A fortuna de um industrial corticeiro compunha-se fundamentalmente de cortiça em rotação mercantil, a qual constituía o seu capital. A este respeito, serve-nos de exemplo António Pais, um industrial da Azaruja (concelho de Évora), cuja estrutura patrimonial mostra o seu papel de intermediação na formação do capital industrial, como ficou patente no seu inventário orfanológico (tabela 4.5).

Tabela 4.5. Inventário orfanológico de António Pais, industrial corticeiro da Azaruja, em 1899

Rubrica	Valor
Animais: tracção	25
Matérias primas	8.750
Propriedades	2.817
Dinheiro	2.934
Bens de casa	1.095
Dívidas passivas	- 8.000
Total	7.621

Fonte: ADE/Orfanológicos (Évora), *proc.* 2860. Valores em mil réis correntes.

A parte imaterial deste capital era formado pelo conhecimento directo que o comerciante e o industrial tinha das árvores e do mercado comprador, enfim, do valor das diferentes qualidades de cortiça e do estado dos mercados. A proximidade das fontes de abastecimento das matérias-primas e as relações próximas com os grandes proprietários constituíram, pois, atributos do negócio que se procurava explorar diante dos competidores que vinham do exterior.

A fábrica de preparação de cortiça de Pepe da Cruz Duque, no centro corticeiro da Azaruja, serve-nos de exemplo para descrever este tipo de estabelecimentos²²⁵. O

²²⁵ DRME - Processo 3.716 da 4ª C.I. (RILEI 4/1048). Fábrica na Rua Nova – Azaruja, freguesia de S. Bento do Mato – Évora.

processo de licenciamento, iniciado em 1937, apresenta-nos uma fábrica em tudo idêntica às que encontrávamos já nos finais de Oitocentos¹⁴. Fundada em 1918, era composta fundamentalmente por uma vasta área para depósito de cortiça, uma zona coberta com telha marselhesa para processamento e um pequeno escritório. O equipamento limitava-se a uma caldeira a fogo directo, com uma capacidade de laboração para 2,4 toneladas diárias de cortiça, e a 2 prensas manuais. Trabalhavam ali o patrão - gerente, 4 operários e 1 servente. O capital, avaliado em 4 mil contos em 1956, era composto essencialmente por cortiça pois as instalações não valiam mais do que 500 contos¹⁵. A estação dos caminhos de ferro que ficava a 4 km da povoação, nas terras de um grande proprietário, não era o único meio de transporte utilizado. A empresa continuou a utilizar os carros de besta para o transporte da matéria-prima até à fábrica até meados dos anos '50, quando passou a dispor de uma camioneta. Produzia cortiça em prancha, aparas, bocados e quadros para o mercado nacional e estrangeiro. Para além da cortiça, os únicos bens consumidos consistiam em arco de ferro, importado da Bélgica e dos E.U.A., e arame de Sacavém.

Os anos '50 conheceram alguns sinais de modernização, registando-se igualmente um aumento da capacidade instalada em cerca de 50 %, como se percebe pelo confronto das declarações do industrial em 1949 e 1956 (tabela 4.6).

Em 1951 os serviços municipalizados procederam à instalação da rede de abastecimento de água e, algum tempo depois, a empresa começou a utilizar a camionagem. O aumento no número de efectivos a partir dos anos '30 traduz a evolução produtiva desta empresa que se situava num centro onde se encontravam muitas outras fábricas do mesmo tipo. A capacidade de indução de outras actividades em contexto local ou regional, suscitada pela expansão deste ramo de negócios, era deveras limitada. Estamos perante uma área de negócios que é muito mais “capital intensiva” do que “mão-de-obra intensiva” e os consumos industriais limitavam-se, como vimos, à cortiça, ao arco de ferro, à água e ao transporte. Por outro lado, durante os difíceis anos '50 o aumento no volume de processamento não terá tido correspondência directa nos lucros. Em Março de 1960 caducaram os dois alvarás deste industrial.

¹⁴ Veja-se a este respeito os processos no arquivo do Governo Civil de Évora. Sobre este caso v. DRME, proc. cit. Requerimento de 28-11-1937. Alvará 2.7293 de 11-3-1940.

¹⁵ V. folhas de inquérito autografadas no processo.

Tabela 4.6. Fábrica de preparação de cortiça de Pepe da Cruz Duque (Azaruja): situação em 1949 e em 1956.

Rubricas	Mar. 1949	Jun.1956
Administração	1 gerente	1 gerente, 1 empregado de escritório
Trabalhadores	18 homens e 2 menores	20 operários: 1 passador, 6 recortadores, 2 enfaixadores, 2 traçadores, 2 raspadores, 3 caldeiros, 4 faxinas
Transporte		1 chauffeur, 1 ajudante de chauffeur
Valor das instalações (em contos)	50	400
Caldeiras	1	2
Meios de transporte	Caminho-de-ferro e via ordinária	Camioneta e caminho-de-ferro
Prensas manuais	2	3
Abastecimento de água	fonte própria	rede pública
Capacidade de produção diária em regime de trabalho normal:	2,8 ton.	4 ton.

Fonte: DRME - Processo 3.716 da 4^a C.I. (folhas de inquérito)

A par dos estabelecimentos de preparadores e armazenistas de cortiça, existiam em menor número as fábricas de produção “integrada” que executavam todas as operações, desde a preparação ao fabrico de rolha, comercializando um leque de produtos mais diversificado. Podemos acompanhar a evolução duma destas fábricas a partir do caso do industrial José Lopes dos Santos, com fábrica em Vendas Novas e sede comercial em Lisboa, na Praça do Município²²⁸. A firma em nome individual que sucedera à Santos & C.ia é registada em 1923 como “fábrica de preparação de cortiça com caldeira e fabrico de rolhas” com apenas 8 trabalhadores manuais. A pequena empresa produzia prancha, quadros e rolhas para o mercado nacional. Em 1938, a firma aumentou a escala de operações, quando obteve autorização para instalar 30 garlopas.²²⁹ A produção de rolhas para produtos farmacêuticos e a “preparação de aparas virgem hidraulicamente prensadas” apareciam como a sua especialidade. A descrição do pessoal utilizado revela que o emprego nas actividades manuais era sobretudo feminino e, por isso, mais mal remunerado. Dos 46 trabalhadores, 41 eram mulheres empregadas como garlopistas (27), escolhedoras de rolhas (8) e traçadeiras de quadros manuais (6). Neste processo de crescimento, os serviços não colocaram aparentemente qualquer obstáculo (cf. tabela

²²⁸ DRME. Proc. em Vendas Novas de José Lopes dos Santos. Alvará 5880 de 12-3-1925. V. tb. *D.G.*, 70, 2^a série, 25-3-1925.

²²⁹ Despacho ministerial de 5 de Setembro de 1938. Montadas a 16 de Nov. 1938.

4.7). Em 1942 facilitaram a legalização de 16 máquinas de traçar e o número de trabalhadores subiu aos 76. Apesar disto, a situação económica da fábrica não era famosa. No ano seguinte, era arrendada por 3 contos à Empresa Corticeira L.da, sociedade com sede em Vendas Novas e representada pelo comerciante António Libânio Correia e por C. Santos, L.da (o qual tinha uma oficina de reparação de automóveis na avenida da Liberdade, em Lisboa). Em Junho de 1945, o industrial retomou a exploração para não perder o alvará, pois havia mais de um ano que a fábrica se encontrava paralisada.

Tabela 4.7. Fábrica de preparação e fabrico de rolhas de José Lopes dos Santos (Vendas Novas): situação em 1923, 1938 e 1942.

Ano	1923	1938	1942	1953
Caldeiras	1	1	1	1
Motores (a gaz pobre com 15 c.v.)	1	1	1	1
Administração (empregados de escritório)	2 **	?	?	3
Operários, trabalhadores	8	46*	76	19*
Garlupas	8	38	-	40
Máquinas lixadeiras (para lixar a cabeça das rolhas)		3	3	
Prensa hidráulica			1	3
Máquinas de traçar quadros		1	1	
Máquinas manuais para fazer rolhas	8	50	50	
Rebolos movido a gaz pobre		1	2	
Máquinas manuais de cortar cabeças de quadros e de rolhas				
Máquinas de rabanear e de espaldar cortiça			16	

* 19 operários (dos quais 7 aprendizes) distribuídos pelas seguintes categorias: escolhedores, traçadores, passadores (3), recortadores (3), caldeireiros, raspadores, prensadores (3), rabaneadores (3) indiferenciados (7)

** (os proprietários)

Fontes: DRME /proc. cit.

Apesar de José Lopes dos Santos apresentar-se (assim mostrava o seu timbre comercial) como “fabricante e exportador de cortiça e seus derivados - fábrica e escritório em Vendas Novas”, nesta altura operava apenas como armazenista e exportador. Segundo confessava aos serviços industriais, ele não fazia mais do que comprar a cortiça em prancha a outros industriais. A sua ideia era remodelar completamente a fábrica e associar-se a outro industrial da sua família para, segundo afirmava, montar a primeira fábrica de discos do Alentejo, importada directamente dos EUA em peso.

Em 1947, José Lopes dos Santos tinha 64 anos, estava doente e sem dinheiro para investir. Gastara 8 contos com obras impostas pelos serviços industriais que, segundo ele, não faziam sentido pois o que pretendia era vender a fábrica²³⁰. Como em Fevereiro a fábrica fazia 2 anos de paralisação, metera um operário a trabalhar durante um mês para poder ganhar tempo. Os nacionais ofereciam-lhe quantias irrisórias pela fábrica e a sua esperança era agora um investidor alemão. No entanto, só em 1952 conseguiu arrendar por baixo valor a fábrica a um espanhol que residia em Sintra. Neste processo perdeu os direitos de cozedura da cortiça, actividade fundamental para a viabilidade da fábrica. Assim, em 1952, a fábrica produzia apenas quadros e rolhas. E de imediato Lopes dos Santos comprou os direitos industriais da fábrica e da caldeira a outro industrial.

Em 1956, a fábrica empregava 55 pessoas e mantinha a mesma linha de produção “integrada” e manual, como se percebe pela presença das 40 garlopas²³¹. Contudo, existiam agora vários motores eléctricos e a maioria do pessoal era masculino. Em 1960 a fábrica foi vendida à Corticeira Lusitana, sociedade que se constituíra em Lisboa nessa altura.

A descrição deste caso revela a importância da integração produtiva no interior de cada unidade empresarial, como uma característica que atravessa diferentes conjunturas económicas. A produção da rolha em contexto fabril não surgia neste ambiente económico do sul como uma actividade especializada, separada da preparação da prancha. O recurso à produção doméstica por parte destas fábricas não parece ter sido significativo e a transformação continuou a operar-se sobretudo em contexto fabril.

Por outro lado, foram excepcionais as *indústrias caseiras* registadas como tal ao abrigo da legislação de referência²³². Em alguns destes casos, os processos mostram como os serviços se preocuparam em separar a preparação (que envolvia o registo na Junta Nacional da Cortiça) da actividade manufactureira, alterando radicalmente as condições do negócio. Efectivamente, o decreto 36.443 de 30.Julho.1947 e, mais tarde, o

²³⁰ Na sequência duma vistoria feita à fábrica em 1945, colocaram 15 condições higiénicas, muitas delas relativas ao pessoal. O pessoal deveria usar fato próprio para o trabalho e apresentar-se calçado, deveria haver refeitório higiénico para o pessoal operário, com mesas pequenas para 4 pessoas e boa iluminação natural, etc. Depois os serviços passaram a exigir apenas o cumprimento imediato de todas as cláusulas relativas a regras de segurança no armazenamento da cortiça (v. proc. cit.).

²³¹ V. requerimento de 8.Set.1956 (proc. cit.)

²³² A indústria caseira estava isenta do condicionamento industrial desde 1931 (dec. 19409 de 4. Março). V. a definição do conceito nos decretos 23.630 de 5.Março.1934, 36.279 de 15.Mai.1947 e também o decreto 38.783 de 16 de Junho de 1952.

39.634 de 5.Maio.1954 separava, de forma discricionária, esta indústria em preparação e transformação, aplicando-lhe critérios diferentes. Como explicava um industrial de Garvão, tais medidas não deixavam de se reflectir negativamente pois

“todos os pequenos industriais (...), quando se lhes acaba a prancha que puderam comprar no princípio da safra, empregam os seus operários no aproveitamento dos seus restos para fazer alguns quadros, rolhas, bóias, discos, aparas e refugos para venda, ou vão tirar a cortiça das árvores que os patrões trazem de renda ou pesar a [cortiça] que os mesmos comprem no mato, trabalhos que se fazem até à nova safra que começa em geral no último trimestre de cada ano”²¹.

A proximidade das fontes de abastecimento, a orientação preparadora e a subsidiariedade da actividade transformadora constituíram assim vectores que estruturaram a organização e implantação das pequenas e médias empresas corticeiras no Alentejo.

A distribuição geográfica deste parque foi coerente com a orientação preparadora e exportadora desta indústria. Assim, a esmagadora maioria dos registos nesta circunscrição recaiu sobre povoações portuárias como Sines (55), nós de escoamento do tráfego como Vendas Novas (41) ou Alcácer (10), ou sobre as grandes manchas de montado de sobro como os eixos Évora-Azaruja (56) e Estemoz (13), Grândola (32) e Santiago (30). Constituindo o fabrico de rolha uma actividade complementar, não é de estranhar que encontremos uma sobreposição geográfica nos dois casos. Efectivamente, Évora, Montemor - Vendas Novas, Santiago e Sines constituíam os centros de maior implantação, muito embora a maior fábrica se encontrasse, como vimos já, em Portalegre.

A reconstituição da série cronológica dos registos obtida pelas datas de fundação dos estabelecimentos sugere a existência dum primeiro momento alto no início do século (pico em 1902) e de uma depressão até ao início da Grande Guerra (figura 4.1). O segundo momento de expansão deu-se entre 1920 e 1925. Entre 1926 e 1939 os registos oscilaram, em baixa, em torno dos 5 novos estabelecimentos em cada ano. Sucedeu a esse período de 13 anos de “depressão”, um curto período de expansão situado entre 1941 e 1945.

²¹ DRME / Processo 3.335 da 5ª C.I. (requerimento em 29/9/1946).

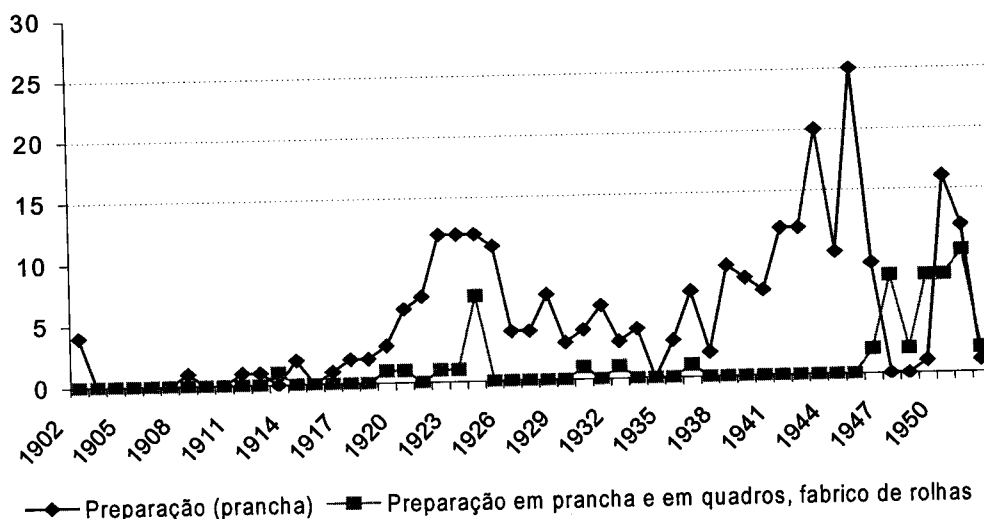


Figura 4.1. Número de estabelecimentos registados para o exercício da indústria corticeira (preparação e transformação) entre 1922 e 1952 na 4ª CI.

Fonte: ADRME/RTN: 1922-1952 (cálculos nossos).

O movimento dos registos de “fábricas de rolhas” e de estabelecimentos orientados para os produtos manufacturados e semi-manufacturados acompanhou, *grosso modo*, o das fábricas de preparação (cf. figura 4.1). A análise da correlação estatística entre as duas séries é moderadamente positiva (+0,4). Os primeiros anos '20 e os anos que sucedem à II Guerra Mundial (1946-1950) foram os mais importantes para a transformação.

A figura 4.2. agrega as duas séries e considera o emprego industrial de acordo com as declarações dos requerentes no acto de registo. No total estamos perante 324 estabelecimentos que empregaram 2.497 trabalhadores, dos quais apenas 43 eram mulheres. A média de 7,8 trabalhadores por estabelecimento pode sugerir que estamos perante alguma sub-avaliação do emprego. A maioria destes estabelecimentos tinha frequentemente uma actividade sazonal, ocupando pouco mais de metade do ano, e o emprego variava de acordo com o andamento dos negócios. Devemos assim considerar o número de trabalhadores atribuído no acto do registo como o mínimo de efectivos. A escassa presença de mulheres explica-se pela natureza do trabalho da actividade preparadora que era dado sobretudo aos homens. Raspar cortiça, cozer prancha, aparar nas máquinas recortadoras, prensar eram actividades masculinas, ao contrário da

maioria dos trabalhos de transformação que eram desempenhados sobretudo por mulheres²².

A série do movimento aparente do emprego na indústria corticeira confirma os ciclos de expansão e de depressão anteriormente referidos. Depois de um período de alta nos finais de Oitocentos, foram os primeiros nos '20, os anos imediatos da II Guerra Mundial e o início dos anos '50, os momentos altos de actividade (figura 4.2).

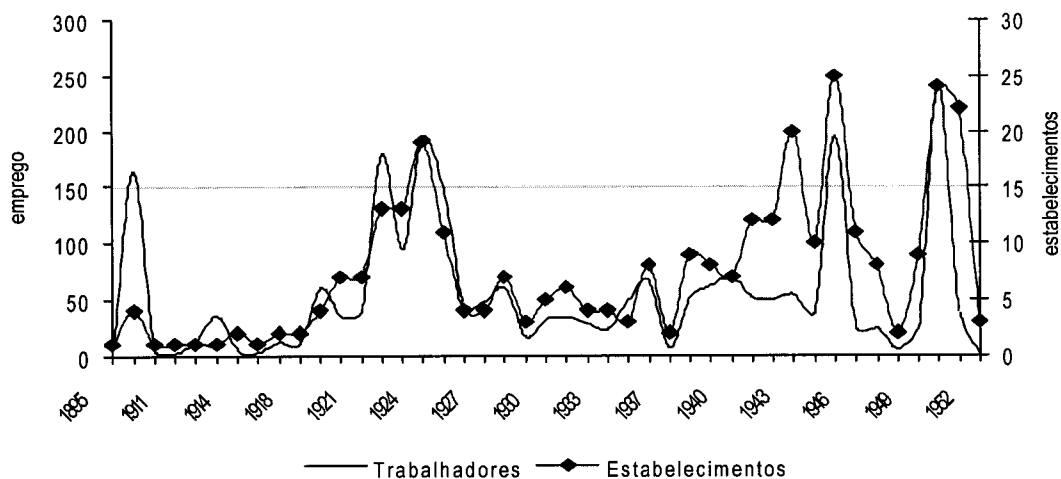


Figura 4.2. Movimento industrial aparente no sub-setor corticeiro na área da 4ª CI: oferta de emprego e criação de novos estabelecimentos (1895-1952)

Fonte: tabela C.8 em anexo. ADRME/RTN: 1922-1952 (cálculos nossos)

A análise dos movimentos de cancelamento de actividades é um indicador dos períodos de dificuldades (figura 4.3). Dispomos da data de cancelamento para 195 casos, ou seja, 60,2 % dos registos. O facto do cancelamento afectar a perda de alvarás no período em que esta actividade estava condicionada deve levar-nos a pensar no seu significado. Não se trata de situações de paralisação temporária de actividade mas da sua cessação definitiva e irreversível. Por via de regra, os serviços davam a licença industrial como caduca quando não havia laboração pelo menos durante dois anos consecutivos, o que era indiciado pela falta do pagamento da contribuição industrial. Deste modo, os cancelamentos apontavam sobretudo para movimentos de concentração industrial e/ou de “desindustrialização” em contexto local. Esse movimento indica que os anos de 1931 e 1932 foram, nesta perspectiva, comparativamente menos graves do que os vividos entre

²² Sobre as operações de trabalho com a cortiça e a sua divisão sexual veja-se o documento fotográfico publicado recentemente pelo Ecomuseu Municipal do Seixal (Filipe-2001).

1937 e 1939. A maioria dos cancelamentos teve lugar sobretudo a partir de 1949, acentuando-se nos primeiros anos da década de 1950 e arrastando-se depois até à década seguinte. Foi a conjuntura do início dos anos '50 marcada por graves dificuldades tanto para as indústrias preparadoras como transformadoras. À queda dos preços dos produtos manufacturados (motivada pelo aparecimento dum número crescente de materiais sucedâneos), por um lado, correspondeu elevação dos preços da cortiça *na árvore*, por outro, levando todos os industriais a apelar à intervenção do governo (V. Carneiro-1962). Numerosas pequenas indústrias encerraram ou deslocaram-se para outros centros corticeiros mais importantes.

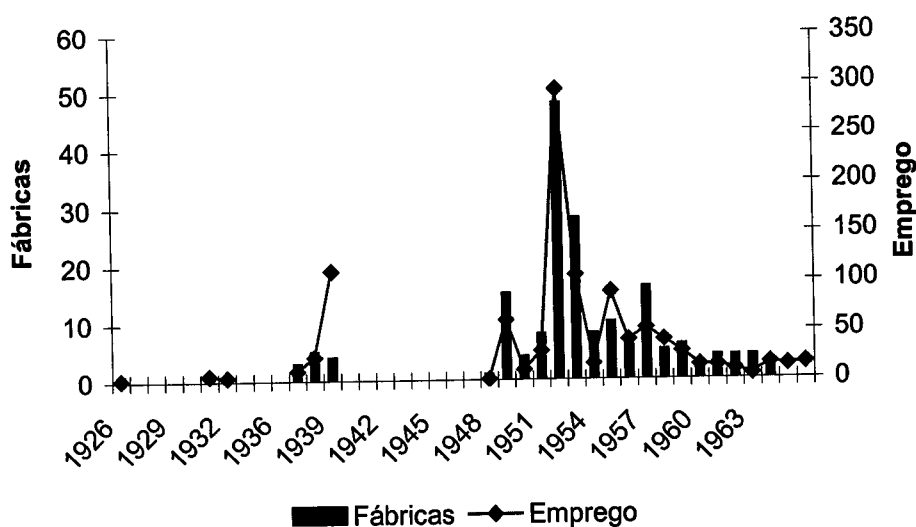


Figura 4.3. Movimento de actividades canceladas na indústria corticeira registadas na 4ª C.I. entre 1922 e 1952.

Fonte: tabela C.8 em anexo. ADRME/RTN: 1922-1952 (cálculos nossos)

Podemos seguir este movimento de deslocalização destas pequenas indústrias a partir do pós-II Guerra Mundial seguindo o caso de um industrial de São Bartolomeu de Messines²³⁵. João Dias Neto, proprietário duma “fábrica de preparação de cortiça com caldeira” solicitou aos serviços industriais, em Abril de 1946, autorização para transferir a sua fábrica para Sabóia (Odemira).²³⁶ O seu mercado era Silves e, onde estava, encontrava dificuldades em obter cortiça. Sabóia, por outro lado, ficava numa região

²³⁵ DRME – processo 1.889 da 4ª CI. (processo 3.356 da 5ª C.I.). Alvará 34.834 de 19/4/1952. Requerimento em 28-12-1946. Despacho favorável em 19.Nov.1946.

²³⁶ Requerimento de 3.Abr.1946 no proc. cit. Veja-se também no BDGSI, 449, 17/4/1946.

facilidade de transporte para a indústria. Além do mais, ele tinha conhecimentos locais. Em Fevereiro de 1947 o industrial organizou a Pereiras & Jaques (Sabóia) – Baixo Alentejo (antiga firma de João Dias Neto – Messines), sociedade composta por um proprietário e um comerciante local que recebeu a fábrica por 20 contos²⁵. Em Setembro de 1947, a fábrica estava já instalada estrategicamente no Monte do Está Bem, perto da gare dos caminhos-de-ferro e da ribeira, necessária para alimentar a cosedura. As instalações compunham-se de 1 caldeira e de 1 prensa de enfardar e empregava 4 quadradores e 4 recortadores.²⁶

No inquérito preenchido em 1950, a fábrica que tinha sido transferida de Messines (de acordo com o condicionamento) aparecia como tendo sido fundada em 1948. As instalações, avaliadas em 120 contos, compunham-se de “dois armazéns de alvenaria e uma caldeira cobertos de telha marselhesa”. A fábrica usava lenha como combustível, a água era tirada dum poço com bomba manual e não tinha esgotos. Empregava agora apenas 3 homens que laboravam de Novembro a Maio. Em Março de 1950, o proprietário Manuel Pereira ficou com a sociedade. Em 1957, ao fim de 3 anos consecutivos de prejuízos, o (agora) industrial Manuel Pereira solicitava autorização para mudar a fábrica para qualquer centro corticeiro onde esperava encontrar melhores condições de laboração²⁷. Mais uma vez os serviços não colocaram obstáculos à deslocação.

Tudo aponta, pois, para que o período que decorre entre meados dos anos '50 e o início dos anos '60 tenha sido marcado pelo encerramento de numerosos pequenos estabelecimentos e por fenómenos de deslocação e de concentração em áreas industriais fora da região como a Margem Sul e, a Norte, Vila da Feira.

²⁵ V. escritura de trespasse de J. D. Neto, industrial residente em Messines, em 28.12.1946 no cartório de Victor Castro da Fonseca (Faro).

²⁶ V. edital no DA, 13.Jan.1947

²⁷ V. carta autógrafa de Manuel Francisco Pereira à CI em 14.Nov.1957 (proc. cit.) “Tomo a liberdade de me dirigir a V. Ex.^a pelo seguinte. Há dez anos aproximadamente que sou fabricante de cortiça em prancha nesta região. Como nestes últimos três anos tenho verificado certo prejuízo, estou na atitude, suponho que lá seja um pouco melhor, mudar a minha fábrica para Alhos Vedros, Montijo, Barreiro, etc. desde que lá encontre lugar que me interesse. Como para este fim necessito duma autorização das Entidades Oficiais, Venho por esta pedir a V. Ex.^a se digne informar-me se amanhã me será autorizado desde que necessite da mesma.(...)” .

4.2. As indústrias alimentares

O processamento de produtos agrícolas constituiu uma das principais áreas de investimento de capital na indústria regional. A par as grandes unidades moageiras (já descritas anteriormente), surgiram empreendimentos de média e pequena dimensão que combinaram várias actividades merecendo especial destaque a que articulou a moagem de cereais, a electricidade e o aproveitamento integral da azeitona. Pequenos estabelecimentos ligados a novas actividades emergentes, como foi a indústria do gelo e dos refrigerantes, mantinham-se nas malhas do comércio local. Ao mesmo tempo, continuaram em actividade velhos moinhos, requisitados sempre que o mercado para a indústria o permitia. A dispersão geográfica, a sazonalidade da laboração e um baixo nível de equipamento técnico caracterizaram a maioria das actividades.

A nossa análise separou a alimentação das bebidas que serão tratadas nos pontos seguintes: indústrias da fileira do pão (4.2.1), indústrias do azeite (4.2.2.), a transformação da carne (4.2.3), os doces e os chocolates (4.2.4), os vinhos, aguardentes e licores (4.3.1.), os refrigerantes (4.3.2) e, finalmente, a torrefacção de café (4.3.3.).

A tecnologia foi um importante gerador de oportunidades e foi responsável pela emergência de novas áreas de negócio, tanto nos sectores mais enraizados como nos emergentes. À produção de farinhas extra-fina, de azeites refinados e da extracção de azeites por novos processos aliou-se a indústria dos refrigerantes e da torrefacção de café que laboravam com matérias-primas importadas.

4.2.1. A fileira do pão

O conjunto de actividades ligadas ao processamento dos cereais, desde a ceifa até ao fabrico de pão, representava 27 % dos registos realizados no âmbito do R.T.N. entre 1922 e 1952. Distribuídos pela debulha de cereais, moagem de cereais e de rações simples para gado e fabrico de pão, estas actividades tinham inscritos perto de 8 mil activos. Tal valor encontra-se subestimado, não só porque entre 1937 e 1949 estas actividades caíram na alçada do Ministério da Agricultura, como pelo facto de ser difícil o controlo as das actividades exercidas no âmbito das grandes explorações agrícolas.

A fileira do pão apresentava, como características fundamentais, a dispersão geográfica e a coexistência de actividades tecnologicamente diferenciadas até um período

bastante tardio (tabela 4.8). A presença de um sector industrial moderno e urbano na área da moagem e da panificação combinou-se com as actividades “tradicionalistas” que, como veremos, cresceram apesar disso. A maioria destes registos respeitava a estabelecimentos que tinham uma actividade de natureza sazonal e que se integravam, de forma complementar, em organizações agrícolas ou comerciais de natureza distinta.

Realizada frequentemente no quadro das Casas Agrícolas, a debulha de cereais deu lugar também a actividades de natureza comercial autónoma. Deste modo, ao lado de grandes proprietários fundiários apareciam, na qualidade de titulares, empresas comerciais como a Empresa de Debulha, Lda (Castelo de Vide), a Francisco Cunha e Manuel Luís Alves & Irmãos (Évora) ou a Albernú, Massano & Carvalho (Elvas). Noutros casos estávamos perante sociedades agrícolas e comerciais de natureza familiar como sucedia na José de Sousa Faria e Melo & Irmão (Viana do Alentejo) ou na Manuel Dias Nunes & Irmão (Bencatel, Vila Viçosa), quando não tomavam um aspecto cooperativo como sucedia no Lagar Social de Castelo de Vide, L.da.

Tabela 4.8. Dispersão geográfica das actividades da fileira do pão na 4ª C.I.

Indústria ou actividades*	Freguesias	Emprego	Registos	Max. Reg.	Max. Empr.
Debulha de cereais e enfardação de palha	134	4.540	344	17	204
Rações (moagem)	50	56	59	5	4
Azenhas	163	1.089	1054	40	38
Moinhos de vento	55	200	186	14	18
Moagem de cereais	134	1.217	286	10	254
Forno de coser (pão caseiro)	121	439	366	20	30
Padarias	138	364	316	13	24

Legenda:

Freguesias: número de freguesias onde foi registada a actividade; **Emprego:** número total de trabalhadores adscritos a esse registo; **Registos:** total do número de registos na actividade; **Max. Reg.:** número máximo de registos numa freguesia; **Max. Empr.:** número máximo de trabalhadores registados numa freguesia.

* eliminados 3 registos de moleiros e 1 peneireiro.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos).

Não existia uma relação directa entre o número de debulhadoras registadas e o *fácies* mais ou menos cerealífero dos concelhos. Encontrando-se praticamente em todas as freguesias na área da circunscrição, o maior número concentrava-se nos concelhos de Santiago do Cacém (41), Montemor (39), Évora (19), Arraiolos (16), Elvas (14), Portalegre (15) e Viana do Alentejo (12) (cf. tabela 4.8 e tabelas em anexo).

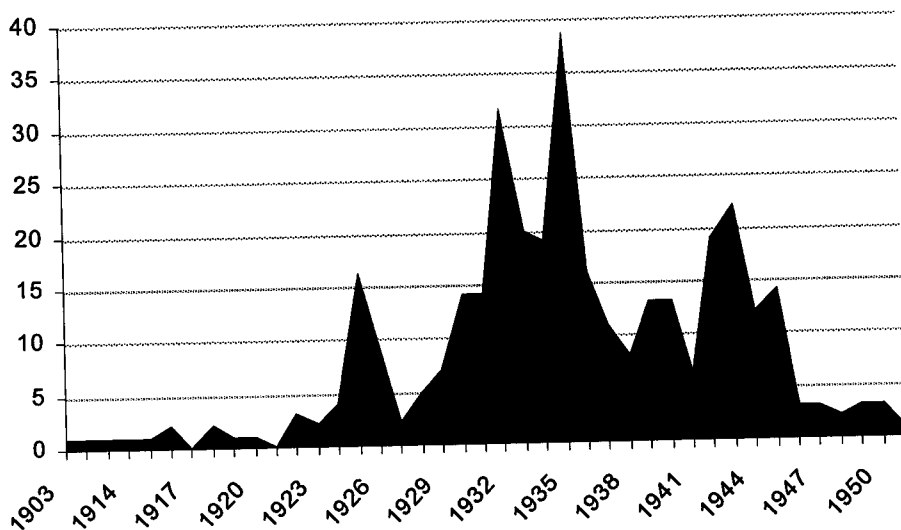


Figura 4.4. (I) Empresas de debulha de cereais registadas na 4ª C.I. (1922-1939).

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos).

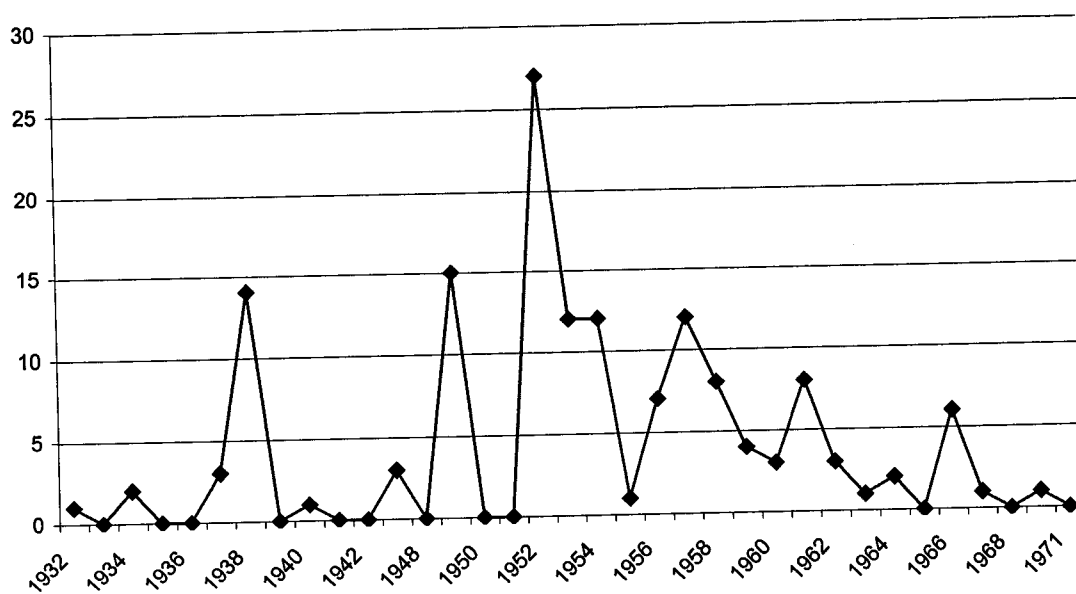


Figura 4.4. (II) Distribuição cronológica dos cancelamentos da actividade de debulha de cereais registada na 4ª C.I. entre 1922 e 1939.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos).

Nota: não dispomos de elementos para 197 cancelamentos (57 % dos casos).

A série cronológica da debulha de cereais registou picos em 1925/6, 1932 e 1935 que se relacionam com os picos de produção cerealífera (figura 4.4.I.)²⁸. A reconstrução da série antes de 1922, através da data de fundação, sugere uma oscilação regular, com ligeiro incremento no período final da guerra e em 1922. Foi particularmente importante o período 1930-1936, o qual acompanhou a Campanha do Trigo e prolongou-se no programa de protecção à lavoura quando a economia mundial capitalista se afundava na depressão. A série relativa aos cancelamentos, por outro lado, registou picos em 1938, 1949, sendo particularmente incisivo o período que se estende de 1952 a 1958, ou seja, aquele em que a lavoura do sul inicia novo processo de maquinização e de renovação de equipamentos (cf. figura 4.4.II).

No período pré-industrial, a moagem de cereais era feita em moinhos de vento e em moinhos de água, cuja actividade se complementava ao longo do ano²⁹. A *moagem à maquia* predominava nas relações entre os moleiros e os seus clientes. Da parte em cereal que o moleiro recebia pela moagem, pagava a renda ao proprietário do moinho, pagava a manutenção dos equipamentos e obtinha a remuneração do seu trabalho. Apesar das maquias terem evoluído para a forma monetária, a moagem mantinha-se subordinada à lavoura num quadro em que a relação entre a agricultura e a indústria não era mediatizada pelo mercado livre. A difusão do vapor permitiu o aparecimento de fábricas de moagem que, neste ambiente, continuavam a laborar à maquia ao mesmo tempo que, de forma combinada, procuravam comercializar as suas farinhas em concorrência quer com a grande moagem de Lisboa e Porto, quer com o sector “tradicional” que não tinha de suportar os custos do combustível.

Tem interesse, por isso, acompanhar a evolução dos registos de actividade dos moinhos de vento e das azenhas. Ambas as séries estão longe de se apresentar como uma linha contínua descendente, o que seria de esperar num sector fortemente condicionado

²⁸ De acordo com a série construída por Neves (1995) e adoptada por Valério (2001: I, 209-210), a produção de trigo, que pouco ultrapassava as 200 mt em 1916, aumentou sucessivamente nos anos '20 atingindo em 1923 as 365 mt. Este valor só viria a ser alcançado novamente em 1930, situando-se em 1932 nas 648 mt (maior valor absoluto até então alcançado). Em 1934 e em 1935 a produção foi respectivamente de 711 e 609 mt, caindo depois para as 235 mt. Os picos seguintes situaram-se em 1939 (527 mt), 1941 e 1942 (com perto de 500 mt de média). Cf. dados algo diferentes compilados pelo engenheiro agrónomo Henrique de Sá Carneiro (1944). O confronto entre as duas séries mostra uma coincidência absoluta dos picos em 1925, 1930/1, 1932, 1935, 1942/3. Tal sugere que a perspectiva de colheitas extraordinárias e a escassez de gado de trabalho constituíam uma motivação directa para a aquisição destas máquinas.

²⁹ V. a este respeito Dias (1953), Borges (1980 e 1981), Ferreira (1999). Sobre a evolução técnica e económica posterior é útil consultar Moreno Lázaro (1998).

e intervencionado pelos governos e a abraços com problemas resultantes do sobreequipamento industrial. No que respeita ao registo de moinhos de vento, os picos situaram-se em 1923/4, 1930/1, 1934 e 1950 (figura 4.5.). Ou seja, acompanham de perto os da debulha mecânica, os quais, por sua vez, seguem os da produção de trigo. Da mesma forma, o movimento de cancelamentos deu-se sobretudo entre 1951 e 1956. A explicação para esta estranha coincidência entre o movimento (aparentemente) positivo na lavoura (no sentido da maquinização) com o regresso dos moinhos de vento relacionou-se directamente com a armadura legislativa criada para fomentar a produção cerealífera.

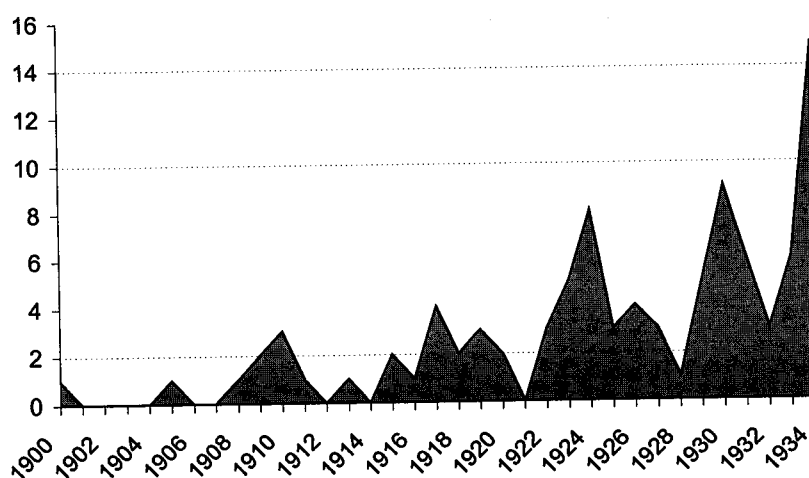


Figura 4.5. Moinhos de vento registados na área da 4ª CI (1922-1934)

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos).

Embora estes moinhos tivessem uma actividade que não ia frequentemente além dos 60 dias no ano, eles desempenharam um papel económico importante e estratégico, quer porque continuavam a abastecer regularmente o sector tradicional da panificação de ramas (o chamado *pão rural*), quer porque constituíam uma verdadeira válvula de escape para os lavradores nos momentos em que a moagem industrial se encontrava inundada com cereal nacional. Deste modo, os moinhos começavam a trabalhar logo que houvesse “excesso” de produção. Enquanto o sector moderno era coagido a consumir todo o cereal comprado a preços fixados administrativamente e remuneradores para a “lavoura”, a moagem tradicional podia obter cereais no mercado “livre” a preços inferiores ao que obtinha a indústria moderna.

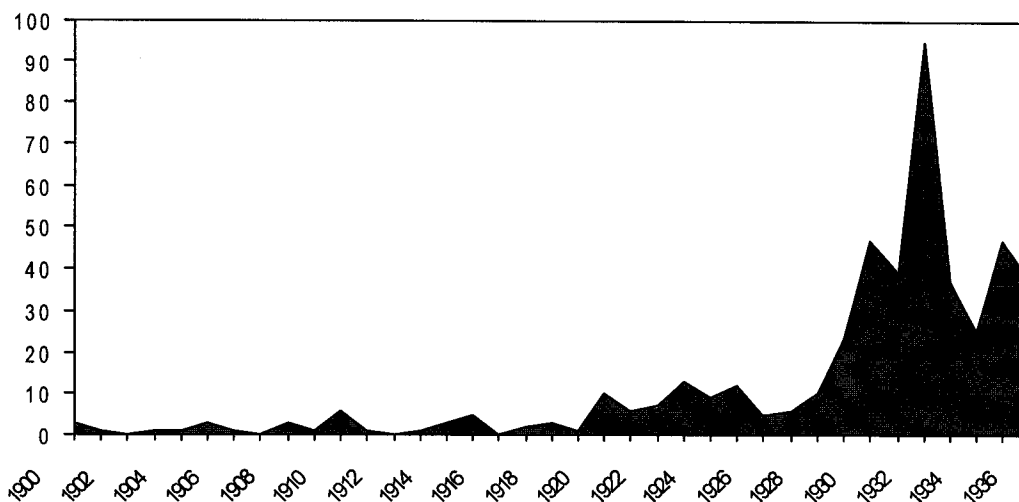


Figura 4.6. Azenhas registadas na área da 4ª CI (1922-1939)

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

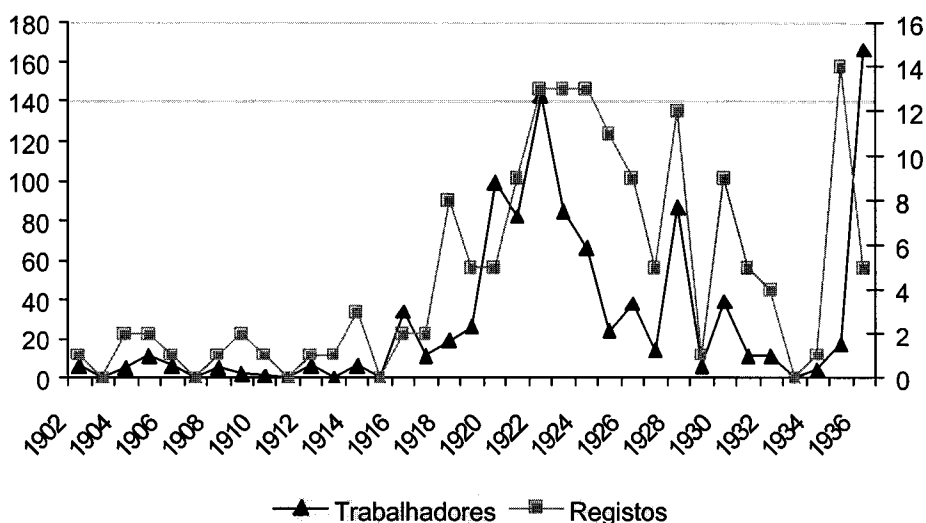


Figura 4.7. Moagens de cereais (fábricas) registadas na área da 4ª CI (1922-1939): número de registos e emprego.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas no anexo 11.

Na perspectiva desta política de defesa do mundo rural, as azenhas tiveram um papel mais importante, já que a sua capacidade de trabalho era bem superior. Com a tecnologia das turbinas, alguns tornaram-se mais eficientes e passaram mesmo a

trabalhar todos os meses do ano, quando se motorizaram²⁴². A série cronológica reconstituída aponta para picos em 1910, 1923 e 1925 (figura 4.6). No conjunto, foi particularmente importante o período 1929-1936, registando-se o pico em 1932, no ano em que a produção de cereais atinge o valor máximo excepcional de 648 mt. Em 1949 foram registadas 97 azenhas e, no ano seguinte, 316!

No entanto, os anos '50 concentraram igualmente os cancelamentos de actividade que afectaram 907 dos 1.054 registos realizados até 1952. Do ponto de vista geográfico, encontrávamos azenhas um pouco por toda a parte (com a excepção do concelho de Monforte), sendo o seu número maior nos concelhos mais bem servidos pela rede hídrica como Niza (150 registos!), Gavião (83!), Portalegre (71), Marvão, Alandroal, Arraiolos, Borba e Estremoz.

Os registos de moagens de cereais dizem respeito tanto às moagens de ramas como às que disponham de peneiração. Embora todos os concelhos dispusessem de instalações de moagem mecânica motorizada, os concelhos que concentravam o maior número eram Évora (28), Montemor (27) e Estremoz (16). A série cronológica apresenta uma curva bem distinta das anteriores, estando o maior número de registos concentrado no período 1918-1924 (figura 4.7). No entanto, 1928, 1930 e 1935 apresentam-se como picos duma actividade que foi sustentada principalmente pelas pequenas moagens de ramas, as quais não estavam sujeitas aos mesmos critérios de condicionamento administrativo das unidades maiores.

No final da guerra, o relatório da Inspeção-geral das Indústrias e Comércio Agrícolas (IGICA) apresentava-nos o seguinte quadro do parque moageiro instalado no Alentejo (Portugal-1948):

²⁴² Geralmente esta motorização não passava do simples acoplamento de um motor a gaz ou a óleos pesados que permitia a utilização dos maquinismos instalados durante o tempo seco. Em alguns casos, os motores chegaram a funcionar durante todo o ano. Veja-se a este respeito o alvará 1948-11 de 2.Dez.1947 referente a uma fábrica de moagem produtora de farinhas em rama (azinha motorizada) de José Eduardo Lança, "industrial de Beringel" (arredores de Beja).

Distritos	Fábricas de moagens de cilindros	Fábricas motorizadas	Azenhas	Moinhos de vento	Exploração particular
Beja	6	77	178	115	9
Évora	9	36	138	19	33
Portalegre	11	63	155	6	15
Setúbal	5	25	54	94	16
<i>Alentejo e Setúbal</i>	<i>31</i>	<i>201</i>	<i>525</i>	<i>234</i>	<i>73</i>
<i>Continente</i>	<i>81</i>	<i>669</i>	<i>6.920</i>	<i>1.524</i>	<i>5.050</i>

A par do moderno sector capitalista, representado pelas fábricas de cilindros espalhadas por todo o país, nos centros urbanos, persistia um largo sector “rural” de moagens de ramas “organizado” pela Comissão Reguladora das Moagens de Ramas desde 1936 e cuja actividade acabou por ficar sob a alçada da IGICA. Assim, ao lado das 81 fábricas modernas de cilindros sobreequipadas continuavam a laborar 669 “fábricas motorizadas”, 6.920 azenhas e 1.524 moinhos de vento, para além das 5 mil moagens de exploração particular (v. tabela acima). No Alentejo tínhamos 28 moagens de cilindros (mais de 1/3 do total do continente), cerca de 2 centenas de fábricas motorizadas e perto de 5 centenas de azenhas, para além dos moinhos de vento. O escasso número de instalações particulares no sul indicia como o *sistema das trocas* e das *maquias* funcionava bem ao serviço dos lavradores e das populações rurais.

A persistência deste sector “tradicional” era indissociável das relações a jusante, na distribuição de farinhas e na panificação. Enquanto as fábricas procuravam penetrar nas áreas rurais estabelecendo *depósitos de farinhas* nas principais povoações, a panificação continuava dominada pelos *fornos de pão* de origem pré-moderna.

Quer nas zonas rurais quer nos centros urbanos, as pessoas continuavam a amassar em casa e a recorrer aos fornos (privados) para cozer. Ao lado dos fornos de pão, começam a surgir as *padarias*, muitas das quais recorriam aos fornos.

Os serviços industriais consideravam assim quatro tipos de instalações na área da panificação: os *fornos de pão*, as *padarias sem forno*, as *padarias com forno* e as *padarias*. Nos finais dos anos '50, um novo tipo de registo começou a generalizar-se: o das “padarias de pão caseiro”, expressão que afinal indicava nada mais do que as “padarias com forno” sem, no entanto, prestarem serviço de cozedura ao público. O pós-

guerra assiste ao aparecimento dum novo tipo de padaria: a “padaria mecânica”, assim designada por utilizar máquinas de amassar e fornos de grande capacidade. Ligadas normalmente às grandes unidades de produção, como sucedia na Fábrica dos Leões, por exemplo, estas padarias beneficiavam com economias de escala na cozedura e utilizavam farinha *fina* (espoada) para fabricar o pão alvo ao gosto burguês. Para as grandes unidades, tratava-se de obter ganhos substanciais em toda a fileira do pão.

A partir da Ditadura Militar, a intervenção por parte das autoridades sobre a panificação, tal como sucedia com o sector moderno moageiro, foi extremamente pesada e só acessoriamente interessada nas questões higienistas e de segurança. A intervenção, que recaía inicialmente sobre o controle dos cereais utilizados no fabrico do pão e do peso, acentuou-se nos anos '30 quando se demarcavam claramente duas áreas de distribuição controladas pelo Estado: o das farinhas de ramas e o das farinhas espoadas²⁴³.

O processo do forno de padaria de Francisco José Baltazar no Largo do Chão das Covas (São Mamede), em Évora serve-nos para ilustrar a evolução destas instalações na sua relação com as autoridades²⁴⁴. Tratava-se duma pequena morada de casas térreas com paredes de taipa caiadas e de telha vã, com uma planta quadrangular dividida em 4 divisões, enfim, um prédio de “tipo tradicional”. Uma das casas servia de armazém, noutra estava instalado o forno que era alimentado a lenha, noutra a amassaria e, finalmente, a quarta servia para as operações de alimentação e despejo do forno. Esta divisão, que comunicava com o armazém, tinha saída para o largo. A planta no processo sugere que as vendas se faziam à porta do estabelecimento. Registado em 1923, o forno, arrendado, dava trabalho apenas ao requerente. Em 1933, a vistoria dos serviços impôs ao proprietário forrar com azulejos até 1,5 m de altura a casa da amassaria, pintar o tecto, colocar um estrado de madeira no chão; na casa do forno, forrar o tecto por meio dum guarda-pó em madeira; na casa da venda, forrar o balcão e o aparador do pão, de mármore ou zinco, forrar o tecto de madeira e pintá-lo. Em Junho desse ano, Francisco Baltazar, com 70 anos, suicida-se por enforcamento.

²⁴³ V. a este respeito a legislação publicada pela F.N.P.T. (Portugal, 1943) e as publicações da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas (a título de exemplo, Portugal, 1948).

²⁴⁴ DRME- Processo 202 da 4ª CI. Requerimento a 28.11.1923. Alvará 3434 de 29.2.1924 para forno de padaria.

Podemos perceber as dificuldades que a panificação estava a atravessar através duma carta dum pequeno industrial de Moura, dirigido ao director da Bolsa Agrícola, na sequência da imposição das medidas higienistas, em Novembro de 1928:

“Desculpe V. Ex.^a a maçada que lhe estou dando, aqui nesta terra há mais de 50 pessoas que vendem pão ao público de farinhas em rama feitas no Ardila e nos Barrancos, de péssimas qualidades que vendem ao público por diferentes preços, porque esta farinha é de má qualidade e compram-na a 1\$70 cada quilo, ao passo que eu só fabrico pão de farinhas espoadas da manutenção militar e das Fábricas de Iria que me custa aqui 2\$25 e 2\$30 cada, conforme a despesa que ela faz para chegar. Por este motivo [e] por pagamento de Contribuições, Taxas e Licenças, é-me impossível competir com os meus colegas vendedores de pão que não têm pago contribuição alguma; há aqui criaturas que vendem 5 ou 6 vezes mais do que eu pelo motivo que atrás disse a V. Ex.^a, parte destas criaturas amassam em espeluncas sem se importarem com a higiene nem com o asseio. Se por todos estes motivos, se V. Ex.^a não mandar aqui Fiscalizar, que os faça cumprir o Decreto, eu declaro que tenho de fechar a porta, ou então fazer os mesmo que eles fazem. Eu não tenho empenho que eles deixem de vender pão mas sim desejo que eles paguem as devidas licenças e contribuições como eu estou pagando”³³.

Em 20 de Janeiro de 1930, o mesmo industrial voltou a protestar contra o comportamento discriminativo das autoridades nestes termos eloquentes:

“Em princípio de Dezembro último fui a essa Bolsa pedir para que se fizesse justiça na vila de Moura sobre vendedores de pão que há aqui nesta terra, sem haver ninguém que faça entrar dentro da lei que essa mesma Bolsa decretou. Há aqui mais de 50 casas que fabricam pão de todas as qualidades de farinha, amassam em todas as espeluncas, sem asseio e sem condições higiénicas, de qualidade nenhuma, sem que ainda tivessem a mais pequena vistoria, prejudicando assim os que estão ao abrigo da lei e que pagaram as licenças e taxas, contribuições, etc. Os que fizeram as padarias como exige a lei da panificação que essa Bolsa decretou já 3 vezes que eu peço justiça a essa digna Bolsa, sem que tenha tirado o mais pequeno resultado. No princípio de Dezembro quando aí fui para que fizessem justiça, mandaram-me para o Ex.^{mo} Sr. Director da Bolsa Agrícola de Faro, e se lá não dessem andamento que tornasse a escrever para essa dita Bolsa de Lisboa. Finalmente fui gastar 300\$00 sem nenhum resultado, quando cheguei e me apresentei ao Ex.^o Sr. Director da Bolsa de Faro e lhe disse que eu [fora] ali mandado pela Bolsa Agrícola de Lisboa, não quis acreditar que

³³ V. DRME, doc. 26, processo 7.010 da 4 CI, padaria de fabrico de pão de farinha de trigo espoada, Sociedade de Panificação Mourense, Limitada (Rua dos Fiéis, Moura). Alvará 20.561 de 16-12-1932. V. tb. *D.G.*, 59, II série, 13-3-1933.

me mandassem para ali em tal fim, que quem para lá me mandou bem sabia que ele não tinha lá pessoal para mandar a parte alguma, porque há uns quatro meses lhe tinham tirado pessoal, que ele podia mandar a qualquer parte que fosse preciso e nesta forma nada me poderia fazer, que só em Lisboa podiam fazer a justiça, que ele não poderia fazer, visto terem-lhe tirado o pessoal. Venho mais uma vez rogar a V. Ex.^a que se digne fazer, com as autoridades deste distrito que ponham termo a esta campanha tão desleal e vergonhosa em tudo, pois julgo que se respeitam as leis menos neste Distrito de Beja, principalmente na margem esquerda do Guadiana, que se considera neutra, talvez por estar muito longe da Capital.”²⁴⁶

É evidente que esta “produção clandestina” não cessaria, sendo bastante clara a protecção das autoridades ao “fabrico do pão caseiro” (também chamado de “pão rural”) que logo encaminharam muitas destas situações para a legalização administrativa. Este pão, preferido pelas populações, tinha ainda a característica de sair barato. A protecção que foi dada à panificação caseira conduziu ao registo de grande parte desta actividade feita por todo o tipo de gente (bastante pobre na maior parte), sem que a indústria conseguisse pôr fim à entrada destes novos concorrentes.

Voltando ao processo que temos vindo a descrever, o forno de padaria passou para Manuel Joaquim Almeida depois da morte do anterior proprietário. Em 1937, Almeida decide passar transitoriamente para as farinhas de ramas. A razão porque decidiu enveredar por uma actividade que lhe dava menos margem de lucro prendia-se com as regras da distribuição de farinha. Assim, como só havia uma padaria em Évora a trabalhar com ramas, os serviços não colocaram qualquer obstáculo²⁴⁷. Nessa altura, associa-se com a firma Paula & Gomes, L.da (outros comerciantes da cidade), formando a Manuel Joaquim Almeida & Cia L.da, com capital de 5 contos, facto que deu origem a contenciosos com o senhorio e com os serviços industriais por razões que se prendiam com o registo industrial. Em 1942, a padaria passou para as espoadas sob a alegação que não lhe estava a ser distribuída farinha em rama. Em 1954, pouco antes de Joaquim de Almeida sair da sociedade, a padaria empregava 1 amassador, 1 forneiro, 1 caixeira, usava um pequeno motor eléctrico de 2 c.v. na amassadeira mecânica e consumia cerca de 360 kg de farinha por dia.

²⁴⁶ V. doc.32 (proc. cit.)

²⁴⁷ Autorização dada nos termos do art. 47 do decreto de 25.732 de 12.Ago.1935 (v. proc. 202 cit. acima)

As novas regras impostas à indústria de panificação, em Maio de 1960, acabam por produzir efeitos apenas em meados dessa década, quando a padaria foi “concentrada” na Panificadora Central Eborense L.da. Cremos que este caso clarifica a evolução dos diferentes tipos de estabelecimentos de panificação na área da 4ª CI.

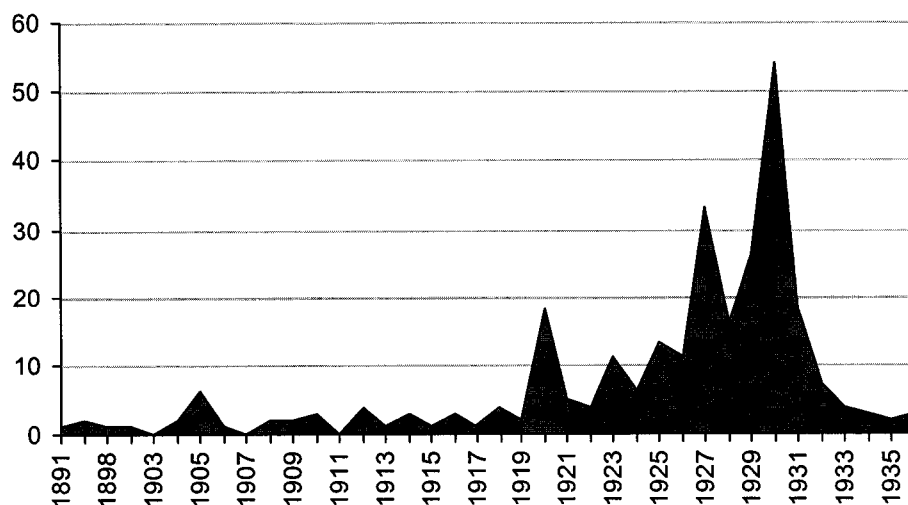


Figura 4.8. Fornos de coser pão registados na área da 4ª CI (1922-1936)

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

A análise dos registos no R.T.N. revela a presença por toda a parte dos *fornos de pão*, sendo numericamente mais expressiva nos concelhos de Avis, Elvas, Gavião, Móra, Marvão, Niza, Ponte de Sôr, Reguengos e Sousel. A reconstituição cronológica da série antes de 1922, sugere um movimento regular, com dois picos: um em 1905 e outro em 1920 (figura 4.8). Contudo, a partir da Ditadura e até 1930, o número de registos sofreu um crescimento exponencial (v. figura 4.8). Dos 356 fornos de pão registados até 1936, 325 foram cancelados provavelmente já depois do nosso período em estudo. Em 1936, as autoridades passaram apenas a permitir a laboração dos *fornos à maquia* que estivessem inscritos na IGICA, não permitindo a construção de novos fornos (v. decreto 18.820 desse ano). Estes estabelecimentos não poderiam amassar nem vender pão, a não ser mediante autorização prévia, podendo receber pão ou dinheiro pelo trabalho de cozedura.

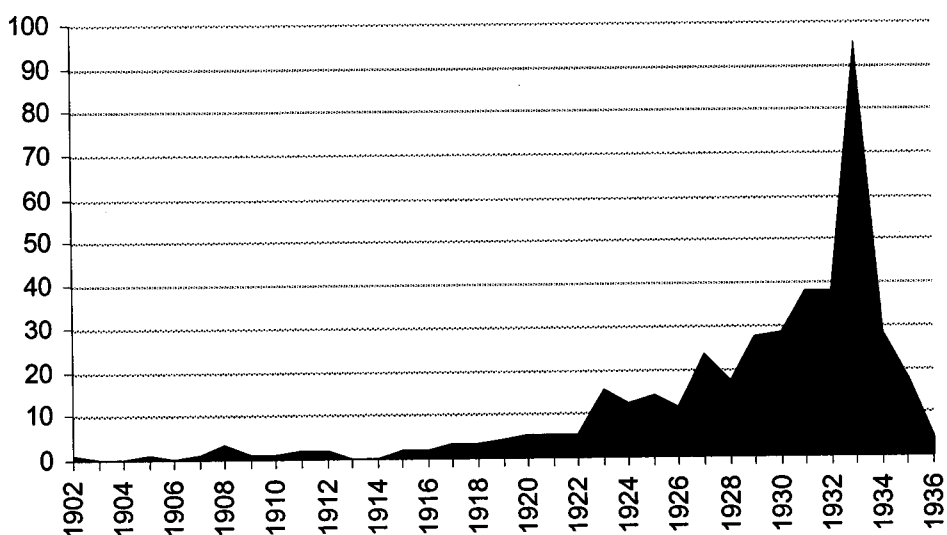


Figura 4.9. Padarias com forno registadas entre 1922 e 1936 segundo a data de fundação

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

As *padarias com forno* apareciam concentradas nos principais centros urbanos como Évora e Estremoz e o movimento de registo acompanhou, *grosso modo*, o dos fornos de pão. Verificou-se um crescimento acentuado e quase constante desde 1926, atingindo o máximo em 1933 (figura 4.9.). Notam-se, porém, alguns cancelamentos nesta actividade ao longo dos anos '30.

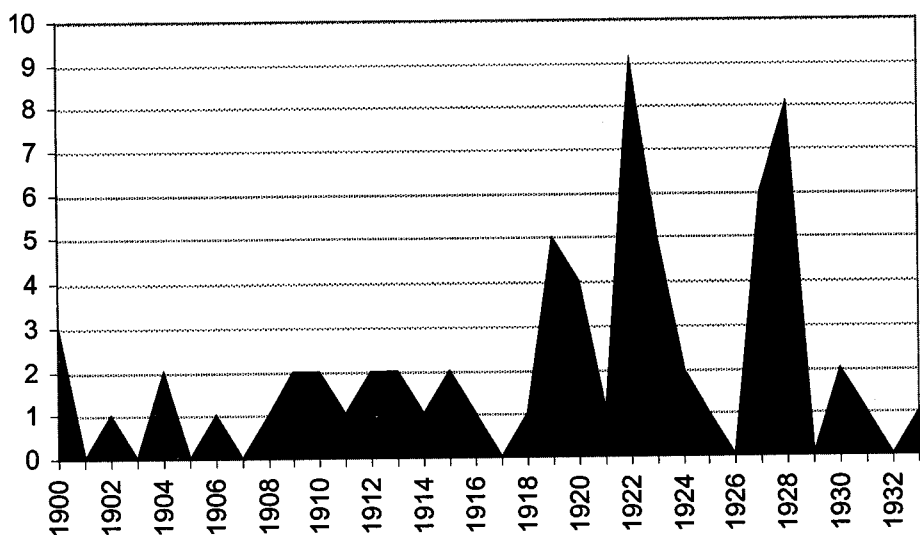


Figura 4.10. Padarias registadas entre 1922 e 1936 segundo a data de fundação

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

No registo de *padarias* (propriamente ditas) o concelho de Évora destaca-se, isolado, com cerca de 50 estabelecimentos. Neste caso, os momentos mais importantes situaram-se entre 1919 e 1922 e em 1927-1928. Ao contrário do que sucede com a actividade “tradicional” foi notória a quebra registada nos anos '30 (figura 4.10).

Só a partir de finais da década de '50 se notou um movimento de “*concentração industrial*” que, de resto, foi apoiado pelas autoridades. As baixas margens de lucro que os preços fixados administrativamente à panificação permitiam podiam agora ser compensados com economias de escala realizadas com grandes fornadas. O elevado nível de produção apoiava-se nas redes de distribuição que a pequena camionagem permitia. Deste modo, entrava-se numa era em que as padarias se converteram em *depósitos de pão* de empresas de panificação “concentradas”. A Panificadora Central Eborense L.da (APCEL), constituída em 1963, foi de algum modo um modelo regional numa forma de organização que já tinha sido ensaiada em contexto urbano, nos anos '20³⁶. O requerimento solicitava às autoridades que

“não seja permitida a instalação ou transferência de novas unidades no CONCELHO DE ÉVORA sendo-lhe concedido o exclusivo da exploração da indústria de panificação em regime de CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL por período nunca inferior a 10 anos, comprometendo-se a requerente a estabelecer depósitos de venda de pão que se venham a verificar necessárias ao completo abastecimento do público consumidor”³⁷.

Entre outras concentrações realizadas na mesma época, destacamos a Panificadora Flor do Baixo Alentejo (Beja, 1959) ou SOPARLIM - Sociedade Panificadora Arraiolense, L.da que agrupava cerca de 15 estabelecimentos no concelho e empregava cerca de 19 pessoas³⁸.

³⁶ Maiúsculas no requerimento original. V. BDGSI, 745, de 10.4.1963 autoriza o agrupamento de 18 estabelecimentos de fabrico de pão na condição de garantir o abastecimento regular de pão.

³⁷ V. doc. no processo 3.903 da 4ª CI (RILEI 4/1164)

³⁸ DRME / Proc. 9940 da 4ª CI - Um estabelecimento de fabrico de pão no Ferragial do Touro em Arraiolos. V. Despacho de 17 de Jun.1963 da D.G.I. que autorizava o agrupamento de 15 estabelecimentos de fabrico de pão no concelho de Arraiolos em não mais de 2 estabelecimentos.

4.2.2. O azeite: dos lagares às fábricas de extracção

A produção de azeite conheceu ao longo das primeiras décadas do século XX profundas alterações técnicas, ao mesmo tempo que, do ponto de vista organizacional, se constituíram empresas industriais de tipo moderno. Tal como sucedeu com a moagem de cereais, também nesta actividade de natureza sazonal predominavam as *maquinas* na relação com a agricultura. O crescimento do mercado para os azeites finos, ligado à expansão da indústria de conservas de peixe nos finais do século XIX, exigia por parte dos produtores a adopção de medidas tendentes a qualificar o olival e a presença de novas técnicas de extracção de origem italiana (o sistema Veraci). O aparecimento de novas unidades de produção foi um processo relativamente lento, limitado inicialmente por factores institucionais que favoreciam a importação de azeites pela indústria (o *drawback* sobre o azeite que entrava nas conservas) e pelas características do olival alentejano (*v. supra*). A coexistência entre lagares antigos e modernos pode ser ilustrada com a simples descrição dos lagares instalados no concelho de Aljustrel, no Baixo Alentejo, em 1935. Das 14 instalações recenseadas pelos serviços oficiais nas 4 freguesias, cerca de metade continuavam a laborar seguindo métodos antigos, sendo a moenda feita por tracção animal (tabela 4.9).

Tabela 4.9. Lagares de azeite existentes no concelho de Aljustrel (distrito de Beja) em 24.Set.1935.

Freguesia	Número	Sistema de produção	Capacidade de laboração	Energia
Aljustrel	1	Veraci	350	Vapor
Aljustrel	1	Veraci	700	Vapor
Ervidel	1	Veraci	600	Vapor
Ervidel	1	Vulgar	300	Vapor
Ervidel	1	Vulgar	600	Tracção animal
Ervidel	1	Vulgar	300	Tracção animal
Messejana	3	Vulgar	150	Tracção animal*
Messejana	1	Vulgar	300	Tracção animal
Messejana	1	Veraci	800	Vapor
Messejana	1	Veraci	500	Vapor
Montes Velhos	1	Veraci	1.500	Vapor
Montes Velhos	1	Vulgar	600	Tracção animal
Montes Velhos	1	Veraci	350	Vapor

* 1 impedido de laborar por imposição do delegado de saúde

Fonte: DRME - proc. 7285 da 4^a CI.

Muitos destes lagares integravam-se directamente na economia agro-comercial. A este respeito serve de ilustração o lagar de Manuel António Lampreia, proprietário e comerciante com exploração agrícola e pecuária em Montes Velhos (concelho de Aljustrel, Baixo Alentejo) que, de acordo com o timbre da firma, negociava em cereais, legumes, azeites, cortiça, gados de várias espécies, lãs e queijos³⁹. O estabelecimento com “*função industrial*” foi registado em 1923 e tinha em anexo uma “oficina de serralharia e carpintaria com soldadura oxiacetilénica e eléctrica”⁴⁰. Equipado com 2 prensas hidráulicas, 1 moinho de azeitona, 1 moinho de bagaço, 1 detorroador de bagaço, 2 carros com cinchos, 3 carros para ceiras, 1 bateria com 2 bombas e 1 depósito em ferro para azeitona, empregava 7 homens e tinha uma capacidade de produção de 500 litros em 24 horas. Uma locomóvel a vapor accionava o moderno moinho de pedra e o processo de extracção fazia-se a frio pelo sistema Veraci. O bagaço da azeitona era utilizado na alimentação do gado, queimado como combustível e o excedente vendido para a indústria.

As tentativas de modernização levadas a efeito neste caso, como noutros, esbarraram, a partir dos anos '30, com a “burocracia” que impedia o aumento da capacidade instalada, assim como o encerramento ou a concentração de instalações por não se achar conveniente que os lavradores tivessem de transportar a azeitona mais de 10 km.

Um segundo exemplo de lagar de azeite integrado na exploração agrícola pode ser dado pelo processo da Sociedade Agrícola Palha Van-Zeller L.^{da}, inicialmente registado em 1928 por Fernando Van Zeller Pereira Palha na Horta Luísa Maria (Vidigueira)⁴¹. O registo, feito juntamente com a destilaria na sequência da transformação do antigo lagar de varas, mostra-nos um estabelecimento que empregava 32 operários e 1 empregado de escritório e utilizava, como força motriz, uma locomóvel Garrett de 10 c.v., um motor a gaz pobre de 40 c.v. que accionava 2 bombas hidráulicas, 1 motor a petróleo com 5 c.v. e 1 dínamo de 110-180 kw. Equipado com 1 bomba de compressão, 9 bombas hidráulicas para prensar a azeitona e 3 moinhos de galgas, produzia 2.200 a 2.500 litros (1935). O

³⁹ V. DRME - proc. 7.285 da 4^a CI (proc. 588 na 5^a CI). Alvará 5.774, 14.Mar.1925, DG 83, II, 10-4-1925.

⁴⁰ Alvará 18.131 de 22-11-1937. A soldadura foi obviamente averbada muito mais tarde na actividade.

⁴¹ DRME / Processo 6.637 da 4^a CI. Alvará 10.925 de 20.8.1938. Estamos perante uma sociedade agrícola e comercial familiar constituída em 16.Jun.1919 (Lisboa), com um capital social de 310 conto. O pacto social foi alterado sucessivamente em 30.Dez.1919, 7.Fev.1924, 15.Jan.1925 e 11.Jan.1929.

estabelecimento trabalhava com azeitona própria e à maquia. Tal como sucedia no caso descrito anteriormente, também aqui os bagaços de azeitona eram utilizados como combustível para o motor a gás pobre, para aquecimento do lagar, alimentação dos gados da exploração, sendo o remanescente vendido para as fábricas de extracção de azeites por processos químicos.

Finalmente, o lagar de azeite com “função industrial” da firma José Mendes Carvalho & Sobrinhos, também da Vidigueira, serve de ilustração para a natureza do equipamento instalado nestas pequenas unidades integradas numa economia comercial e agrícola ²⁵⁴. A firma, constituída na sequência da morte do fundador, em 20 de Novembro de 1919, pela viúva, na qualidade de administradora dos bens da casa, tinha por fim “o exercício do comércio de cereais, vinhos, azeites e quaisquer outros géneros ou mercadorias e a indústria da moagem, panificação, oleificação ou qualquer outra que de futuro os sócios deliberarem explorar...”. Os 50 contos de capital da sociedade era representado pelos seus estabelecimentos de vinhos e azeites e cereais, pela fábrica de moagem e lagar de azeite e seu recheio bem como todo o seu activo e passivo. Nesta sociedade José Mendes Carvalho figura como “industrial, comerciante e proprietário” e outros sócios maiores como empregados do comércio. É, pois, no quadro dum estabelecimento comercial e agrícola que se coloca esta pequena instalação industrial.²⁵⁵

A instalação do lagar, concluída em Novembro de 1921, dispunha duma locomóvel Sans que accionava 2 moinhos. Todo o equipamento, de origem italiana, contava ainda com 4 prensas de 1ª pressão 2 de 2ª pressão, 1 conjunto de bombas e 1 elevador para as azeitonas. Com uma laboração sazonal e à *maquia*, empregava 16 homens. Como esta instalação provinha dum antigo lagar que dava serventia às casas agrícolas, o proprietário obteve dispensa do alvará ao abrigo da tabela anexa “óleos vegetais, extracção por meio de pressão (exceptuam-se as explorações agrícolas)”²⁵⁶. Deste modo, o processo foi apenas retomado em 1935, no âmbito do condicionamento, quando foi necessário apresentar atestados das autoridades administrativas em como o lagar

²⁵⁴ V. DRME - Processo 13.803/222, na Rua da Lagoa, Vidigueira (Beja). Requerimento em 16-12-1923. Alvarás 5762 de 14.Mar.1925 (*DG*, II, 10-4-1925) e 14.783 de 30.11.1938. Processo 575 da 5ª CI.

²⁵⁵ V. tb. DRME - Processo 383 (4/2450 3IPT). Moagem de farinha em rama de José Mendes Carvalho, Sobrinhos & Cia. Parque Dr. França (Portel). Alvará 8.368. O timbre da firma José Mendes Carvalho, Sobrinhos & Cia. em 1925 referia “Fábricas de moagens de cereais e azeite. Depósito de vinhos, aguardentes, cereais e azeites. Portel.” A sede das operações tinha entretanto passado para aqui. V. tb. alvarás 1703-M e 4644-M referente a azenha e moagem de rações para gados (Abr.1950).

²⁵⁶ V. proc. cit.

laborava desde 1931 e não aumentara a capacidade de laboração. Contudo, o inquérito de Novembro de 1935 indicava que as instalações dispunham agora de motor eléctrico com 40 c.v. e tinham 5 moinhos modernos em pedra, de duas galgas e 1 com 3 galgas cónicas. Havia, além disso, 2 centrifugadoras (sistema Westfália) e 1 filtro com bastidores verticais. O lagar, com uma capacidade de produção diária de 4 mil litros servia “para maquias e azeitona de produção própria e comprada”⁴⁵.

Em 1939 e 1940, verificou-se a substituição de equipamentos, indicando o relatório de inspecção de 12 de Maio de 1942 a presença de 7 prensas hidráulicas de ceiras, fabricadas pela Duarte Ferreira, outras cinco italianas (fabrico Fiense), 4 prensas de cinchos, Duarte Ferreira, outras cinco italianas, um moinho de tipo espanhol com 3 galgas, 4 baterias, 2 caloríferos; na casa de decantação havia 38 tarefas, 1 calorífero, 2 centrifugas Westefália e, na casa do motor, 2 locomóveis, 1 lavador transportador, 1 filtro Soares Mendes e diversos depósitos de ferro e de folha da flandres para armazenamento do azeite.

A par destas unidades integradas nas explorações agrícolas ou articuladas com a actividade comercial, encontramos lagares de azeite em fábricas que combinavam esta actividade com a moagem de cereais (ramas). Serve de exemplo deste estereótipo, a Ficalhense, constituída em Abril de 1920 entre a firma Lopes & Palma Limitada (Serpa), que se associou a oito proprietários de Serpa, um professor primário e um farmacêutico⁴⁶. Constituída como SARL para o fabrico de azeite e moagem de cereais, contava com 80 contos de capital divididos em 3.200 acções livres⁴⁷. Tratava-se duma pequena unidade em que a moagem, alimentada por motor a gaz pobre de 28 c.v., empregava apenas 3 operários. O lagar, com uma capacidade de produção diária de 3 mil litros, dispunha apenas de 1 moinho de galgas e de 4 prensas hidráulicas e não aproveitava os bagaços. Tal como a moagem, também trabalhava à maquia. A instalação atravessou os anos '30 e '40 sem alterações substanciais, fazendo prova da sua laboração regular. Em 1954 foram instalados 1 batedeira, 1 centrifugadora, 1 bandeja e três

⁴⁵ V. folha de inquérito no proc. cit. acima.

⁴⁶ DRME - Processo 7.188 da 4ª CI. Um lagar de azeite, uma moagem de cereais (farinha em rama) e uma oficina de trituração de rações para gado. A Ficalhense. Alvará 22.903.V. tb. Processo 1.453 da 5ª CI (Lagar de azeite e moagem de cereais (ramas). Requerimento em 8-4-1929. E o processo 12.075 / 88 IGICA, Alvará 2034.

⁴⁷ V. escritura de A FICALHENSE, S.A.R.L. de 26.Abr.1920 no D.G. 146, III série, 26.Jun.1920.

pequenos motores²⁶⁰. O inquérito realizado no ano seguinte indicava deste modo a situação da Ficalhense, volvidas mais de 3 décadas:

Capital social:	80 (1920)
Valor das instalações:	1.500 (1955)
Comercialização:	A farinha fabricada era vendida directamente ao público e o azeite por intermédio dos respectivos armazéns
Infraestruturas:	Água de nascentes e de carroto
Capacidade de produção diária:	3.000 kg de farinha e 2.500 l de azeite
Regime de laboração:	Todo o ano (moagem); entre Nov. a Fev. (o lagar)

A partir desta altura, instalaram-se vários motores eléctricos (2 no lagar, 1 no armazém e outros 4 na moagem) e o conjunto passou a dispor de um triturador de rações para gado. A central eléctrica dispunha de 1 alternador accionado por um motor e 2 de electro-bomas para abastecimento de água. No total não empregava mais do que 7 operários de modo permanente.

Outro estabelecimento deste tipo que pode ser indicado é o da Fábrica de Moagem de Cereais e Lagar de Azeite de José Clemente Maltez, em Cuba. Maltez, classificado como “proprietário e industrial”, tinha fábricas de azeite no Alvito e em Cuba, moagem de cereais em Cuba e, além disso, negociava em palhas e cereais²⁶¹. Enquanto a moagem de ramas dispunha de 3 casais de mós francesas de 1,20 m movida por 1 motor a gaz pobre de 55 c.v., o lagar de azeite dispunha ainda de mais um 1 motor de óleos pesados (com a potência de 20 c.v.) e 2 motores eléctricos. O lagar, com 3 moinhos modernos de pedra, utilizava o processo de extracção a frio e tinha uma capacidade de produção estimada em 3 mil litros em 24 horas. Empregava 4 operários no período das safras. Do ponto de vista comercial, trabalhava à maquia, comprava azeitona e utilizava azeitona das suas propriedades. Em 1941, quando mudou o proprietário, foram substituídos o moinho e as galgas, instalado um aparelho transportador elevador com lavagem para a

²⁶⁰ V. DRME – Proc. 5016 / 658 Alvará 2435-M. A moagem dispunha agora de 3 casais de mós de 1,20 m accionados por 2 motores: 1 de 28 cv (gaz pobre) e outro de 60 cv (óleos pesados).

²⁶¹ DRME - Processo 7.318 4ª CI (Rilei 4/1943): José Clemente Maltez, Rua Serpa Pinto e Lagar Novo, Cuba. Fábrica de Moagem de Cereais e Lagar de Azeite. Alvará 5.798 de 14 de Março de 1925. Requerimento a 18-3-1924. Em 1941, passou para José Morais d' Almeida (requerimento para averbamento em 13.Nov. desse ano) e em Janeiro de 1970 para a firma José Morais de Almeida & Filhos. Em Junho de 1978, o estabelecimento estava nas mãos da Cooperativa Agrícola Polivalente do Concelho de Cuba S.C.R.L. que comprou as instalações à família por 4.854 contos. Nesta altura a moagem deixara já de funcionar e o lagar tinha praticamente o equipamento registado 10 anos antes. Em 1986 o gerente da cooperativa informou que a fábrica tinha suspenso a sua actividade por falta de pessoal especializado.

azeitona e uma bateadeira de massas. A substituição não encontrou oposição nos serviços industriais que, *fazendo os cálculos da capacidade instalada à escala do concelho*, defenderam não haver excesso de capacidade instalada. Em Novembro de 1952, a situação da fábrica “complexa” era a seguinte⁵⁰:

Valor das instalações:	1.010 contos
Transporte:	Matérias-primas e produtos laborados servidos por caminho-de-ferro e vias ordinárias
Abastecimento de água e esgotos:	Água proveniente de 2 poços e servida por esgotos públicos
Energia:	Electricidade fornecida (só para iluminação) pela firma local J. J. Palma Borralho
Emprego – Moagem	2 escriturários, 1 fiel de armazém, 1 moleiro, 1 serviçal, 1 maquinista e 1 serralheiro
Emprego – Lagar	15-20 homens pagos à hora entre Nov. e Jan.
Abastecimento	cereais e azeitonas de «diversos concelhos do distrito de Beja»
Capacidade produtiva:	Moagem 360 kg por hora; lagar 1.500 Kg por hora
Regime produtivo:	“A moagem trabalha Quase todos os dias úteis do ano, conforme as necessidades, e o lagar trabalha dentro dos meses de Nov. Dez. e Janeiro”.
Economia:	Comprava o trigo a 3\$10 o kg e vendia a farinha em rama a 3\$40 (“Esta farinha é fabricada somente para trocos” <i>(sic)</i>); a azeitona comprava-se a 1\$80 kg e vendia-se o litro do azeite a 11\$10

O mesmo José Clemente Maltez esteve na origem da fundação dum estabelecimento análogo no Alvito, instalado nos finais da I Guerra Mundial junto à estação dos caminhos-de-ferro, aproveitando as dependências da fábrica de moagem. Na sua origem parece ter estado a Sociedade Osiris que, por sua vez, deu lugar à Companhia Oleícola Portuguesa, sociedade anónima constituída em Lisboa entre Maltez e 2 empregados de comércio. Esta sociedade foi depois liquidada em Agosto de 1924 quando o proprietário de Cuba ficou com a fábrica por 100 contos. Daqui nasceu a Peninsular Oleícola Limitada, constituída no Alvito com um capital 50 contos, que levou por diante a exploração do azeite *em toda a linha* por processos avançados. Efectivamente, a fábrica em Vale de Lameiros (Alvito), para além de lagar, fazia a extracção de óleo do bagaço (por processos químicos), refinava o azeite e era saboaria⁵¹. Em finais de 1925, a fábrica, que dispunha de 2 pequenos motores a vapor e 1 dínamo com 110 kw, tinha uma capacidade de produção fixada em 3.000 litros de azeite em 24 h e empregava 5

⁵⁰ Inquérito de 20.Nov.1952 no proc. cit.

⁵¹ DRME - Processo 6.618 da 4ª CI. Peninsular Oleícola Limitada (Alvito). Alvará 11228 de 21 Out.1927.

trabalhadores na extracção química e outros 15 no lagar. Também aqui se comprava azeitona e se trabalhava à maquia.

Entre 1931 e 1934 a Peninsular teria trabalhado, em média, 277 dias, tendo-lhe sido fixada uma capacidade de produção de 98 mil toneladas de azeitona ou 47 mil toneladas de bagaço. A firma, cuja produção estava orientada sobretudo para exportação, vivia com grandes dificuldades desde 1930. Em 1938, estava hipotecada à banca e Maltez viu-se obrigado a sair da sociedade²⁶⁴. A reabertura da fábrica, em 1939, deu lugar à substituição de 7 prensas hidráulicas (que a Peninsular proclamava terem sido das primeiras a serem introduzidas em Portugal) e ao aumento de capacidade de produção, situação que foi resolvida com o pagamento de multa, apesar dos protestos doutros industriais. Nessa altura, a posição da Peninsular entre as restantes fábricas de extracção de óleo de bagaço no país era a seguinte²⁶⁵:

Firma	Local	Capacidade de produção diária
Peninsular Oleícola	Alvito	30 ton.
João Andrade Bastos Ribeiro	Sousel	20 ton.
Sociedade Oleícola	Borba	30 ton.
Sociedade Fabril Alentejana	Vila Viçosa	30 ton.
C.U.F.	Barreiro	60 ton.

Em 1941 foi instalada mais uma máquina a vapor de 30 c.v., 1 dínamo e 4 motores eléctricos com 22,57 c.v. de potência e entre outro equipamento²⁶⁶. Depois desta data e até finais dos anos '50 não temos evidências de novas remodelações nem de aumentos de capacidade, a não ser em 1957, quando foi autorizada a instalação de mais um extractor de óleo. Em 1960, a fábrica foi adquirida pela firma industrial do ramo Mariano Lopes & Filhos que tinha sede em Brinches, e que se interessara apenas pelo seu alvará.

²⁶⁴ V. escritura de venda em 12.Set.1938 de José Clemente Maltez e sua esposa das instalações a Francisco Gonzalez y Gonzalez e Maximo Gonzalez Briz, comerciantes moradores em Lisboa (em representação da Peninsular Oleícola Limitada), no proc. cit. A fábrica estava hipotecada ao BNU por 200 contos e foi vendida por 300 contos.

²⁶⁵ V. proc. cit.

²⁶⁶ V. Alvará 3.094 de 13. Mar.1945 fixa a capacidade de laboração da fábrica em 3.760 kg de azeite refinado em 24 h. V. tb. alvará 4.858 de 12.Maio.1947 para extracção de óleos de bagaço.

A extracção de óleo de bagaço de azeitona aparece, pois, como uma actividade integrada em unidades que procedem à produção em lagar e refinação de azeites, localizadas de forma dispersa na região transtagana entre as manchas maiores de olival.

Um segundo caso que mereceu a nossa atenção foi o da Electro-Oleíca de Moura, Limitada, sociedade constituída em 30 de Janeiro de 1913 com um capital de 25 contos entre o “unionista” António Lobo de Aboim Inglês e uma família de proprietários do Huelva, ligação que lhe ficou certamente da sua experiência no sul de Espanha como engenheiro de minas⁵⁵. A sociedade, com sede em Moura, tinha por objecto “explorar o negócio do azeite, bagaços e extracção de azeites por estes bagaços por processos químicos, aproveitamento dos respectivos resíduos para produzir energia eléctrica pública e particular nesta vila de Moura, podendo ainda explorar indústrias derivadas daquelas explorações”. Deste modo, nasceria em Moura uma “fábrica de extracção de azeite pelo sulfureto de carbono, óleo de bagaço de azeitona, sabão, moagem e lagar de azeite”⁵⁶.

A fábrica, que ficou sob a gerência de Aboim Inglês, tinha uma caldeira, 2 motores a vapor com 48 c.v., um dínamo de 33 kw que alimentava 5 motores eléctricos e empregava cerca de 12 operários, 1 técnico e 1 empregado escritório. O bagaço de azeitona desengordurado servia de combustível aos motores que punham o dínamo a funcionar. Embora haja provas do seu funcionamento regular ao longo dos anos '20, podemos especular que uma das limitações ao crescimento desta unidade *integrada* estava na dependência do fornecimento local de azeitona. A fábrica de bagaço estava em regime de laboração contínua mas as restantes unidades, de acordo com as declarações na folha de inquérito, trabalhavam apenas “quando as exigências do mercado o determinavam”. Em 1938, foi instalado neste conjunto um estabelecimento para fabrico de cal, de telha e tijolo que empregava 6 operários. Dois anos mais tarde, pouco tempo antes de encerrar, Henrique Cansado indicava assim a distribuição de pessoal:

“os nossos operários trabalham nas diferentes secções da nossa fábrica pelo que não podemos indicar ao certo o seu número em cada uma delas. Como média podemos

⁵⁵ Escritura no cartório de José Frasilho de Moura. Tratavam-se e de D. Jacinto Navas Romero, médico, D. Manuel Barrera Martín, D. Roque Barreira Martín, proprietário, residente em Almonaster La Real, Huelva e D. Juan Navas Romero, proprietário que residia no monte da Herdade da Vila Ruiva, arredores de Moura.

⁵⁶ DRME - Processo 1.763 da 5ª CI. Requerimento entrado em 13-10-1930. A Electro-Oleica de Moura, L.da. Ponte de Sua Alteza, Moura. Alvará 23839 de 16.Mar.1936 (DG, 127, 2ª série, de 4/6/1936)

calcular para a extracção 15 operários, para o sulfureto 5 e para o sabão 3. Cerâmica 3 operários” (informação de 15.Fev.1940, *proc. cit.*).

Em 1941, a fábrica foi autorizada a reabrir, a transformar-se e a ampliar pelos serviços do condicionamento no meio dos protestos dos outros industriais do ramo²⁶⁹. Nesta altura, o estabelecimento pertencia já à Empresa Fabril de Moura, Limitada, sociedade liderada pela família Cansado e que iniciara as suas actividades em 1913²⁷⁰. A velha caldeira foi então substituída. A nova planta do conjunto industrial revelava a presença de 3 grandes edifícios ao correr do rio da Roda, um dos quais a fábrica do sulfureto. Esta constava *na planta* de 5 extractores e 2 destiladores quando, na verdade, só 3 extractores e 1 destilador se achavam operacionais. A reabertura da fábrica do óleo de bagaço e de sabão, em Maio de 1945, teve a oposição improcedente da Sociedade Fabril Alentejana, L.da. (Vila Viçosa) dado que defendia estar autorizada e capacitada para laborar até 15 milhões de litros de óleo bruto!²⁷¹ Em 1951 a sociedade foi autorizada a instalar um lagar de azeite, uma moagem de ramas e “uma destilação de figo e outros produtos”²⁷². Um motor de combustão interna de 50 c.v. e 1 dínamo de 7 kw forneciam energia ao lagar de azeite e à moagem. O lagar empregava 12 operários, a moagem 4 e a destilação outros 3²⁷³. No ano seguinte, a Empresa Fabril de Moura L.da era autorizada

²⁶⁹ Veja-se, em Março de 1941, o processo do Condicionamento Industrial no *proc. cit.* para reabrir, transformar e ampliar o estabelecimento, autorizado em 2-10-1941. Contestou Guimarães Pestana & Cia. L.da. de Vila Nova de Gaia, empresa que afirmava ter o monopólio do sulfureto de carbone. Esta empresa contestou a pretensão da oleícola mouranense em fabricá-lo, alegando que o país era excedentário neste bem e que a candidata não tem capacidade técnica. O chefe da 5ª CI (Faro) defendeu, no entanto, que a produção nacional era insuficiente e alegava a distância da fábrica do Porto e razões de segurança. A firma recebia agora o sulfureto da CUF que também o utilizava largamente nas suas instalações.

²⁷⁰ V. Processo 3.151, organizado pela extinta I.G.I.C.A. (no *proc. cit.*). A sociedade que tinha um capital de 300 contos (1948) e era composta por Henrique Cansado, Henrique Uva Cansado, Carlos Uva Cansado e Raul Pinto da Fonseca Leitão. V. *D.G.*, III série, 116, pp. 639-640 de 13.Maio.1948.

²⁷¹ Por despacho ministerial de 24-5-1945. Oposição da Sofal em 19.Maio.1944.

²⁷² V. ofício da 2ª repartição (CI) da Direcção Geral dos Serviços Industriais, C.G.-M 1186/51 de 5.Abr.1951 para a Empresa Fabril de Moura (EFM), autorizando a empresa a instalar 2 casais de mós de diâmetro inferior a 1,2 m (requerimento da empresa em 22.2.1951), ao abrigo do art.º 2 do dec. 36.443 de 30.Jul.1947. O Ministro da Economia por despacho de 14.Mar.1951 considerou que era “inconveniente a localização concentrada de grandes unidades de moagem de farinhas em rama”. O mesmo artigo permitia que, por desp. de 4.4.1951 a empresa fosse autorizada a instalar a indústria de “destilação de figo, medronho, bagaço de uva e borras de vinho (devendo observar o que dispõe o dec. 20.408 de 20.10.1931)”. A actividade deveria ser exercida em edifício próprio. Como condicionante “o aparelho de destilação não deve ser munido de lentilha rectificadora”.

²⁷³ V. requerimento para o licenciamento destas actividades em 5.5.1951 (*proc. cit.*).

instalar um grupo de soldadura autógena para a sua fábrica de sulfureto de carbono, extracção de óleo de bagaço e fábrica de sabão. A sua situação era a seguinte⁶²:

Fundação:	30.1.1913
Capital social:	300 contos
Valor das instalações:	3.000 contos
Energia:	Central eléctrica própria com potência de 37 kva, corrente trifásica com 380/220 de tensão
Motores:	Motor a vapor de 30-40 cv.; a óleo: 1 de 37 cv; a gasolina: 1 de 4 c.v.
Combustível:	Bagaço extractado
Transporte:	Caminhos-de-ferro, camiões e carros de tracção animal
Infraestruturas:	Água dos poços; esgotos naturais
Emprego (por secções):	5 homens diversos; 12 na fábrica de sulfureto (5 meses); 18 na fábrica de extracção (2 a 5 meses) e 21 no lagar de azeite (1 a 3 meses)
Administração:	2 (1 gerente e 1 técnico português)
Capacidade de produção:	2 desagregadores 20 ton /8 h; 1 secador idem; 5 extractores idem; 3 destiladores 1,5 ton /8 horas; 2 moinhos, 10 prensas e 1 centrífuga com capacidade de 16 ton /8 h
Matérias primas e preços (ao Kg):	Azeitona 2\$50; carvão vegetal \$80; enxofre 1\$60; bagaço \$35 (tudo do Alentejo)
Produtos e mercados:	óleo de bagaço 7-8\$00 de exportação para o estrangeiro; sulfureto de carbono: 6\$00 (Portugal); azeite (preço variável conforme a graduação) destinado às conservas de peixe

Em 1953, a empresa conseguiu obter autorização superior para fabricar azeites refinados numa instalação com capacidade para produzir 10 toneladas em 24 horas, considerada “como complemento do ciclo das operações oleícolas a instaladas”⁶³. Apesar da oposição de numerosas firmas industriais instaladas que argumentam com o excesso de capacidade instalada e da crise no sector, o projecto foi por diante⁶⁴.

∴

⁶² Inquérito de 23 de Setembro de 1955 (proc. cit.).

⁶³ DRME - Processo 1.994 da 4ª CI. Processo 3IPT 6.990. Notícia no Boletim da DGSI 209 de 31 Dez.1952.

⁶⁴ As 17 fábricas existentes no país, embora tivessem capacidade para 33 mil toneladas, só laboravam 8 mil anualmente em 60 dias no ano. Opuseram-se a Sociedade Industrial Refinadora de Azeites (Lisboa), Bastos Ribeiro (Sousel), União Industrial (Lisboa), a Soc. Fabril Alentejana (V. Viçosa), Soc. Fabril (Setúbal), a Sociedade Industrial e Comercial de Azeites L.da, a António Correia da Silva (V. N. Gaia), Peninsular Olícola (Alvito), a Fábrica Torrejana de Azeites (T. Novas), a Vicente, Correia & Campeão (Tomar), a C.U.F., a Soares & Irmãos (Porto), J. Olaia (C. Branco) e a Mariano Lopes (Brinches).

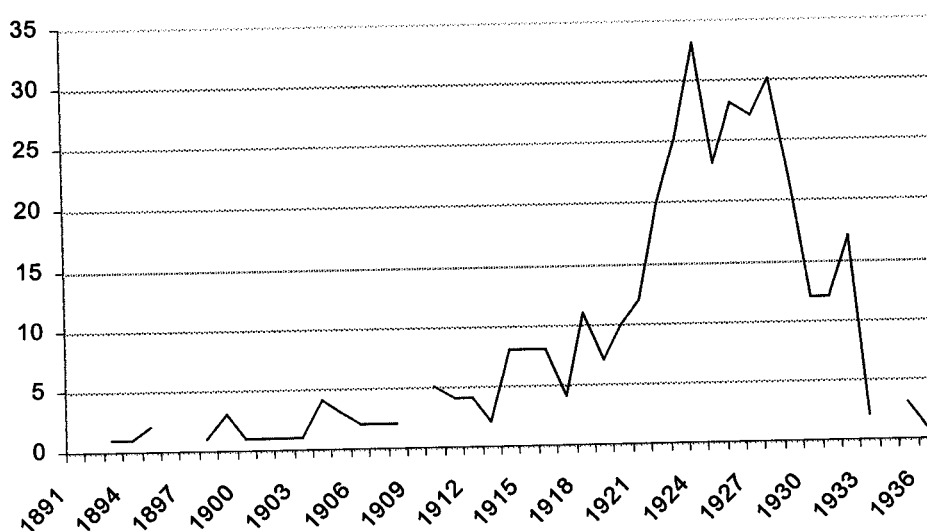


Figura 4.11. Registos de fábricas e de lagares de azeite na 4ª CI (1922-1939) de acordo com a sua data de fundação.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

Feita a caracterização dos principais tipos de estabelecimentos industriais dedicados ao processamento da azeitona e dados alguns elementos sobre a sua evolução, passemos à análise do conjunto dos registos relativos às fábricas e aos lagares de azeite realizados no âmbito do RTN na área da 4ª CI.

Tal como ficou implícito na descrição dos lagares integrados ou articulados com a agricultura comercial latifundiária, a sua geografia aponta para a presença de lagares que se dispersavam por toda a área da 4ª CI. O maior número de unidades registadas encontrava-se no Gavião (30), em Sousel (29), Évora (27), Estremoz (26), Portalegre (25), Montemor (24) em Alcácer (22) e Avis (19), o que não deixava de se relacionar com as áreas onde se apresentam as maiores manchas de olival.

Em termos cronológicos, a série revela um aumento exponencial de registos a partir de 1918 e até 1924 (figura 4.11). Antes desta data, as declarações de fundação sugerem picos em 1883, 1904 e 1918 e uma tendência ascendente desde 1910 (cf. tabela no anexo 11). A partir de 1924 o movimento industrial manteve-se elevado até 1928, data em que sofreu uma quebra acentuada. A partir de 15 de Janeiro de 1932 foi formalmente proibida a instalação de novas unidades e o aumento da capacidade instalada (decreto 20.770). Os registos realizados depois dessa data foram feitos mediante intimação dos proprietários pelas autoridades, os quais deviam apresentar uma certidão da Repartição

de Finanças como prova de laboração em data anterior. Tais processos corriam pela Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas (ITICA, do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura).

4.2.3. A transformação da carne

Embora menos importante do que o fabrico de azeite, as indústrias ligadas ao processamento das carnes, sobretudo de porco e de gado lanígero, destacaram-se pelo seu número entre as restantes indústrias alimentares. Cerca de 247 registos feitos nos anos '30, a maior parte deles em 1936, dispersavam-se por cerca de 56 freguesias (tabela 4.10). Tratava-se duma actividade manual realizada em unidades quase sempre de pequena dimensão. Arraiolos, Crato, Estremoz, Marvão, Fronteira, Monforte e Mora foram os concelhos que tiveram o maior número de registos. A par dos estabelecimentos de carnes fumadas ou de carnes ensacadas, foram registadas 29 salsicharias em 18 freguesias, sendo os concelhos mais importantes Redondo, Reguengos, Mora e Montemor. Além dos proprietários e dos comerciantes, as duas actividades revelaram a presença de actores tão diversos quanto a Sociedade de Comércio e Indústria de Gados Alto Alentejo L.da. (Chança, Alter do Chão, 1924-1938), a Cooperativa de Crédito e Consumo na Igrejinha (Arraiolos) ou a Cooperativa Brotense (Brotas, Móra).

Sendo o gado alentejano exportado sobretudo vivo, esta actividade parece ter estado orientada sobretudo para mercados locais, sofrendo a concorrência de unidades industriais situadas noutras regiões.

O registo do fabrico manual de queijos foi feito acidentalmente apenas em 1930 e 1931 em Reguengos de Monsaraz.

Tabela 4.10. Distribuição geográfica das indústrias alimentares registadas na área da 4ª CI (1922-1952) *

Indústria	Freguesias	Registos	Max. Reg.	Emprego	Max. Empr.
Azeite	139	422	15	1757	71
Azeitonas – Conservas	2	2	1	2	1
Carnes fumadas e ensacadas	56	247	16	554	37
Salsicharia	18	29	4	44	5
Dobrada, pezinhos, tripas	1	1	1	3	3
Pastelaria	25	50	15	77	26
Confeitaria	12	16	3	41	9
Chocolates e amêndoas	1	2	2	18	18
Doces	2	2	1	5	3
Gelados	1	1	1	2	2
Gelo	9	12	3	23	5
Pimentão – moagem	18	36	14	352	67
Queijos (fabrico manual)	3	10	4	22	10
Fruta – Conservas	8	13	3	118	57
Peixe – Conservas	1	5	5	234	234
Tomate – Conservas	1	1	1	2	2

* Não incluindo as indústrias da fileira do pão (cf. tabela 4.7.)

Legenda:

Freguesias: número de freguesias onde foi registada a actividade; **Emprego:** número total de trabalhadores adscritos a esse registo; **Registos** : total do número de registos na actividade; **Max. Reg.:** número máximo de registos numa freguesia; **Max. Empr. :** número máximo de trabalhadores registados numa freguesia.

Fonte: DRME / R.T.N. (cálculos nossos).

4.2.4. Doces, chocolates e amêndoas

Cerca de 70 registos diziam respeito a fabricos realizados por pastelarias e confeitarias. A pastelaria era uma actividade quase circunscrita a Évora, enquanto a confeitaria surgia também em Elvas e em Portalegre. Símbolo do luxo urbano, as pastelarias eram relativamente recentes, pois datavam as mais antigas dos anos '20 e, a maior parte, dos anos '40 e '50. Évora e Estremoz destacavam-se pelos fabricos de chocolates e de amêndoas, enquanto Elvas se destacava pela doçaria e pelas conservas de frutas.

O fabrico de chocolate encontrava-se já como a principal actividade, nos finais de Oitocentos, da firma Anselmo Dias Sucessores, de Évora, cujo mercado era verdadeiramente regional. Um dos seus sócios era viajante e tinha por missão angariar clientela em todo o interior e sul do país (Alentejo e Algarve). Noutros casos, o fabrico de chocolates e de amêndoas aparecia ligado à actividade comercial de grandes empresas de distribuição como a Fomento Eborense, L.da cujo âmbito de actividade era bastante diversificado.

Em Elvas, as conservas de frutas merecem uma referência especial. Quase todas as empresas que se dedicavam a esta actividade eram de fundação antiga (1834, 1863, 1872, 1873, 1924, etc.). Muitas delas viram a sua actividade cancelada entre os finais dos anos '30 e o início dos anos '50. Entre elas destacamos a José da Conceição Guerra & Irmão (1834) que empregava 30 trabalhadores, a Carvalho & C.ia (1872-1939) que empregava outros 27 que deu lugar à Carvalho & Sobrinho (cancelada em 1951). Nos princípios do século, a principal indústria estabelecida em Elvas era a de José da Conceição Guerra & Irmão. Tratava-se dum edifício de tijolo e ferro que ocupava vários andares onde se fabricavam conservas de frutas com ameixas (rainhas cláudias e ameixas compridas), figos, alperces e pêsegos⁶⁵. Os frutos saíam principalmente das propriedades do dono da casa e o açúcar era comprado em Lisboa a negociantes. O resultado era um produto de luxo afamado que aparecia nos mostruários das mercearias e das confeitarias, em todas as povoações de maior importância de Portugal. Eram célebres as Ameixas de Elvas,

“ora acondicionadas em bocetas de bem curada ornamentação, perfeitas no seu acabamento; ora a granel em caixotes vulgares e dali passadas para os mostruários das confeitarias, amontoadas” (Ferreira – 1907: 79).

Além disso preparavam-se conservas de hortaliças para fabricar “a sopa juliana” e as “azeitonas de Elvas”, também conhecidas em todo o país e que tinham grande consumo. Entre a apanha e o fabrico, a fábrica maior ocupava mais de 60 mulheres nos meses de Julho e de Agosto.

Também os fabricos de gelo e de gelados apareciam como indústrias urbanas ligadas a outras actividades do ramo alimentar. Não é de estranhar assim que encontremos à frente desta actividade empresas regionais que operavam no ramo da alimentação e das bebidas refrigerantes nas vertentes comerciais e industriais, como era o caso d' A Portalegre Industrial L.da, da Fomento Eborense L.da (Évora), d' A Sertoriana

⁶⁵ Seguimos a descrição feita pelo engenheiro Luís Ferreira (1907).

L.da (Évora) ou da Moraes & Irmãos L.da (Arronches). Em Sines, o fabrico de gelo interessou aos armadores como atesta o registo feito pelo Grémio dos Armadores de Pesca de Arrasto, em 1949.

Em termos geográficos, a cidade de Évora destacava-se com 4 registos, seguida depois por Portalegre (2) e de Sines (2). Encontramos ainda registos em Elvas, Arronches, Alcácer e Estremoz. O fabrico de gelo foi uma actividade bastante recente (data somente de 1925) e o seu consumo acompanhou a generalização do consumo das bebidas refrigerantes. A maioria dos registos foi efectuada nos anos '30 e '40, com um número de trabalhadores que oscilava entre 1 (a norma) e 5, sendo os cancelamentos efectuados nos finais dos anos '50, princípios da década seguinte.

4.2.5. Outras indústrias da alimentação

Com excepção do descasque de arroz e das conservas de peixe (cuja análise é aqui deixada de fora), as restantes indústrias alimentares datavam dos finais dos anos '40, quando se verificou a orientação de algumas explorações para a pecuária e surgiram as primeiras unidades ligadas ao regadio.

No que respeita às fábricas de descasque de arroz, apenas em Santiago e em Alcácer do Sal encontramos registos, o mais antigo de 1896. Também neste caso os momentos altos, concentrados em Alcácer, situaram-se entre 1922 e 1925.

O registo de rações para gados foi feito entre 1949 e 1951 e dizia respeito à instalações de pequenos moinhos de martelos para cereais e legumes realizadas geralmente em anexo às fábricas de moagens, a empresas comerciais que dispunham de estabelecimentos combinados agro-industriais (geralmente moagem e fabrico de azeite) ou a empresas agrícolas, sinal da orientação pecuária de algumas explorações. A maioria destas instalações irá desaparecer na década seguinte, impondo-se a produção de rações *compostas* para animais, uma actividade que suscitou a formação de empresas industriais distintas.

O registo das unidades de moagem de pimentão iniciou-se em 1932 mas foi sobretudo a partir de 1948 que o seu número se tornou relevante. Ponte de Sôr, com 17 unidades, Elvas, com 7, e Marvão, com 4, foram os concelhos mais importantes. Participaram nesta actividade grandes proprietários como Filipe Reynolds de Sousa

(Estremoz), cuja actividade foi cancelada em 1952, ou empresas como a “A Alentejana”, que tinha fábricas em Elvas e em Borba. A mais importante foi, no entanto, a de João Nunes Sequeira Fronteira, registada com 60 trabalhadores (cancelada em 1965). Os anos '50 e '60 seriam fatais para a maioria destas unidades.

4.3. As bebidas

Cinco tipos de actividades distintas no domínio da produção de bebidas foram registados na área da 4ª CI no âmbito do RTN: o fabrico de vinho e de aguardente, o fabrico de vinagres, o de xaropes e licores, o de refrigerantes e o de torrefacção e moagem de café e chicória (tabela 4.11). A mais importante dizia respeito às adegas e actividades acessórias de destilação, registadas quer como “fabrico de vinho e de aguardente” quer como “destilarias” (nos anos '50), sendo objecto de particular atenção as actividades com “função industrial”, ou seja, cuja produção se destinava à comercialização. Se bem que a produção de álcool para combustível possa ter tido um lugar de relevo durante a I Guerra Mundial, durante o período em análise foi sobretudo o fabrico de aguardente vínica que frequentemente era registada nas adegas, sem que se atribuisse por isso qualquer trabalhador à actividade (cf. tabela 4.11)⁶⁶. O registo do fabrico de vinagres, tal como o de xaropes e licores, foi feito apenas em 1950 e 1951. Em ambos os casos foram actos accidentais, pois tratavam-se de actividades sem grande expressão comercial. O mesmo já não sucedeu com a indústria de refrigerantes e com a de torrefacção e moagem de café, actividades em franca expansão a partir dos anos '20.

Tabela 4.11. Distribuição geográfica das indústrias de bebidas registadas na área da 4ª CI (1922-1952)

Indústria	Freguesias	Registos	Max. Reg.	Empr.	Max. Empr.
Vinhos e aguardentes – fabrico; destilarias	102	426	31	281	54
Vinagres	2	2	1	0	0
Xaropes e licores	1	1	1	0	0
Refrigerantes	38	61	4	163	19
Café - torrefacção e moagem	31	87	16	160	22

Legenda e fonte: v. tabela 4.8.

⁶⁶ Nos concelhos de Odemira e Almodôvar, que pertenciam à 5ª CI, foi importante o registo de destilarias cuja actividade tinha por base o medronho. Não trataremos delas aqui.

4.3.1. Vinhos e aguardentes

O fabrico de vinhos e de aguardentes era uma actividade desenvolvida tanto por grandes proprietários, no quadro das explorações agrícolas, como por comerciantes que, para além de trabalharem com uva de produção própria, a compravam aos pequenos produtores. Em Évora, ao lado de proprietários como D. Maria do Patrocínio de B. Lima d' Almeida e José Joaquim Almeida, aparecem comerciantes como Fernando Augusto (1925), Cláudio Augusto Mouginho (1928) ou António Anselmo Dias (1933), ou ainda firmas comerciais como a Mourão & Bila (Sé, 1922), Inácio Mendes Leão & F.º L.da (1927) ou a Fomento Eborense, L.da (1942), por exemplo. Exportadores como Frank Edward Pidwel, em Sines (1927), surgiam ao lado de empresas voltadas para a vinificação (a Vínicola do Alentejo, L.da em Santiago do Cacém, 1949-1953), para a produção de aguardentes (Destilaria Montemorense L.da., 1923) ou de vinagres (a Vinagreira Fraustagana, L.da, mais tarde nas mãos de Dias & Rosado, em Reguengos, 1950-1960). O registo das “destilarias” feito entre 1950 e 1951 acabou por destacar a presença dos grandes proprietários como, por exemplo, Francisco Rosado Ramalho (Redondo) e das grandes empresas agrícolas como foi o caso da Fundação da Casa de Bragança (Vila Viçosa), da Sociedade Agrícola Palha VanZeller (Alcácer), da Sociedade Agrícola da Herdade da Palma L.da (Alcácer) ou da Companhia Agrícola da Barrosinha (Alcácer).

Era, por isso, uma actividade que se encontrava um pouco por toda a parte, estando registada praticamente em todos os concelhos. Tratando-se duma actividade pouco concentrada em termos industriais e de baixa tecnologia, naturalmente que os maiores centros produtores foram também aqueles que registavam o maior número de estabelecimentos. Destacavam-se assim o Redondo (54 registos), Marvão (47), Borba (45), Reguengos (38), Évora (33), Mora (21), Santiago (20).

A figura 4.11 mostra-nos a evolução do registo de fabricantes de vinhos e de aguardentes de acordo com a data de fundação declarada e que incidiu sobre a actividade comercial. Por outras palavras, ficou aqui de fora o registo das 350 “destilarias” efectuado a partir de 1950 e que passou a considerar os alambiques instalados nas unidades agrícolas. Podemos então considerar esta série como indicador aproximado do dinamismo comercial nesta actividade. Ela mostra que a maioria destes 61 registos se concentraram na segunda metade dos anos '20 e na primeira metade dos anos '30. Por outro lado, a maioria dos cancelamentos em ambos os tipos de registos realizaram-se entre 1958 e 1962.

O registo de fabrico de xaropes e de licores, feito muito tardiamente, refere apenas um caso em Ponte de Sôr (1952-1972), sinal de alguma subestimação nesta actividade que, sem ter grande expressão, aparecia recorrentemente nas exposições dos distritos alentejanos.

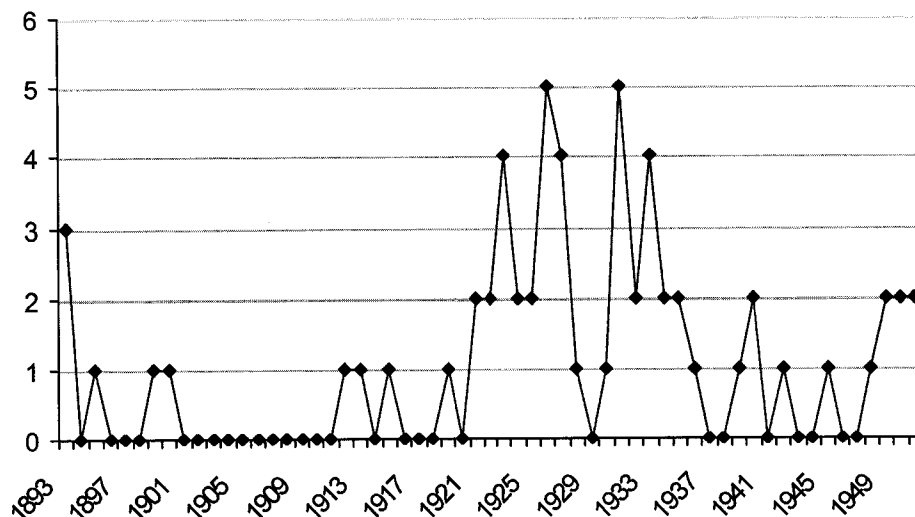


Figura 4.12. Registo de fabricantes de vinhos e aguardentes na área da 4ª CI segundo a data de fundação (1922-1952)

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

4.3.2. Os refrigerantes

Embora o registo mais antigo date de 1908, foi a partir dos finais da I Guerra Mundial que, no Alentejo, se desenvolveu o fabrico das bebidas refrigerantes, uma actividade que apareceu ora ligada a pequenos estabelecimentos comerciais de âmbito local, ora em estabelecimentos próprios que exploravam uma *marca* que era objecto de registo e cujo mercado raramente ultrapassava um grupo reduzido de concelhos circundantes. A distribuição cronológica dos 61 registos revela uma tendência crescente até 1930 (com picos em 1925 e 1930), caindo ao longo dos anos '30 para um nível anual de registos que oscilava geralmente em torno dos 2-3. Nos finais dos anos '40 verificou-se um novo impulso (cf. figura 4.12). O registo de cancelamentos, por outro lado, foi relativamente baixo ao longo de toda a série, com excepção dos anos de 1934, 1952 e 1965 (figura 4.13). Tais movimentos no início dos anos '50 e em 1965 não deixam de ligar-se à acção reguladora do Estado sobre esta actividade que, através da imposição de regras crescentes de higiene e operacionalidade, acabaram por conduzir ao cancelamento de

muitos dos velhos alvarás, favorecendo por outro lado as empresas melhor apetrechadas. Tal solução que visava já o *condicionamento técnico* (em vez do puramente administrativo) esteve longe, porém, de representar uma sentença de morte para toda a pequena indústria, como veremos.

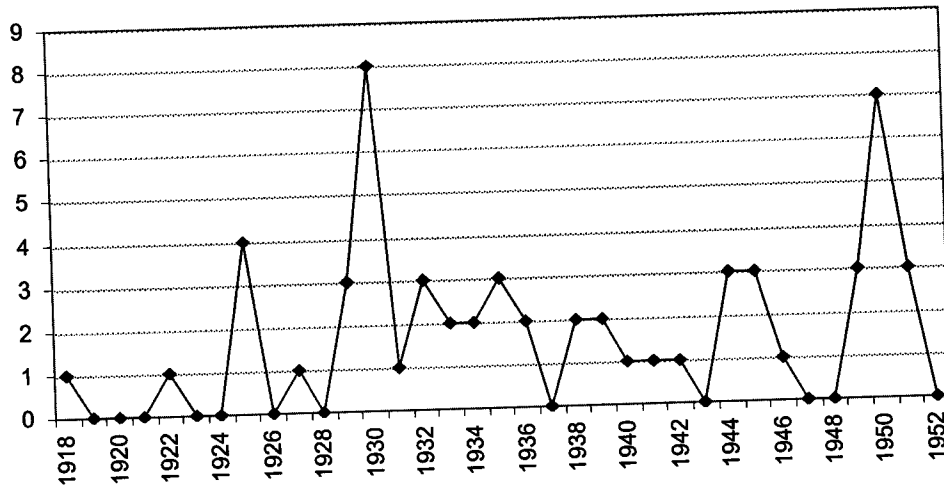


Figura 4.13. Registo de fabricantes de refrigerantes na área da 4ª CI segundo a data de fundação (1922-1952)

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

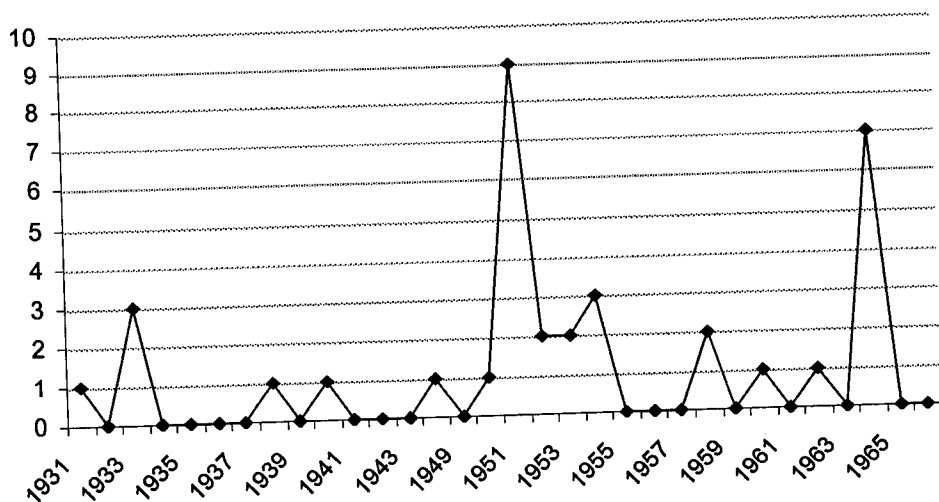


Figura 4.14. Cancelamento da actividade de fabricantes de refrigerantes na área da 4ª CI e registada no período 1922-1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

Embora sem a natureza dispersa que encontramos nos vinhos e nas aguardentes, encontramos registos em 38 freguesias, sendo de salientar a presença nos eixos de tráfego representados em Montemor - Vendas Novas (8) e Alcácer (4), nos centros

urbanos e sedes de concelho (Alter do Chão, Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Évora, Vila Viçosa, Viana do Alentejo, Sousel, Sines, Santiago, Reguengos, Portalegre, Ponte de Sôr, Niza, Mourão, Mora e Estremoz). Sendo uma actividade sazonal, raramente tinham adscritos mais de 5 trabalhadores e tinham frequentemente associadas não apenas o fabrico de gelo, como seria de esperar, mas também outras actividades bastante díspares como o fabrico de perfumes, carnes fumadas ou de ladrilhos e mosaicos, a atestar a estreita dependência destes estabelecimentos de negócios multifacetados. Embora a maioria das actividades corresse em nome individual surgem, com algum relevo, sociedades especializadas como foram, por exemplo, a Empresa de Licores “A Sertoriana Lda.” (Évora, 1925), a Empresa de Refrigerantes da Serra d’ Ossa L.da (Redondo, 1925), a Mosaicos de Portalegre (1908), a Caios, Coelho & Guerreiro L.da (Alcácer, 1930-1939) ou a Sociedade de Produtos Malvar, L.da (Elvas, 1950-1955).

Podemos acompanhar a vida empresarial destes estabelecimentos a partir de três casos seleccionados, dois dos quais na área da 5ª CI. O primeiro respeitava à Fábrica de Refrigerantes Universo L.da, em Estremoz, registado por Acácio Faustino em 1946⁶⁷. A “fábrica de refrigerantes engarrafados” confrontava com a habitação do proprietário e estava equipada com motor eléctrico de 2 c.v., “uma máquina marca “Universo”, composta de uma saturadora e dois enchedores para laranjadas e gasosas, e ainda um enchedor para pirolitos montado em coluna separada”⁶⁸. Havia ainda “um chuveiro de 12 bicos para lavagem de garrafas” e “um filtro para xaropes e outro para água”. Empregava 1 empregado de escritório, 2 homens e 4 mulheres. O timbre da firma mostrava as áreas de negócio do empresário em Estremoz: “Construtor Civil. Fábricas de Refrigerantes «Universo». Fábricas de cortiças de Faustino & Gomes, Lda. Camionagem de aluguer.”

O inquérito autógrafa de Junho de 1951 sintetizava assim a situação deste estabelecimento:

Valor das instalações:	250 contos
Transporte:	Caminhos-de-ferro e camiões
Infraestruturas:	Água e esgotos da rede municipal
Energia:	Sociedade Bonfim
Emprego:	1 homem, 3 mulheres e 11 raparigas

⁶⁷ DRME- Processo 4.382 (Rilei 4/2281) da 4ª CI. Alvará 34623

⁶⁸ Do requerimento no proc. cit.

Emprego:	1 homem, 3 mulheres e 11 raparigas
Equipamento:	2 máquinas eléctricas com capacidade de produção em 8 h de 200 caixas; 1 gasificadora e 3 enchedoras de fabrico nacional.
Matérias-primas:	Ácido cítrico italiano, gaz carbónico nacional, açúcar colonial, óleo de laranja e de limão italiano, pasta de laranja nacional
Mercados e produtos	Pirolitos, laranjadas e gasosas vendidas no distrito de Évora e de Portalegre
Capacidade de produção:	200 caixas /dia
Regime de laboração:	6 meses / ano

A acção fiscalizadora do Estado foi marcada por exigências crescentes no exercício da indústria que, no entanto, não impediram de todo a presença da empresa no mercado. Efectivamente, em 1949 e em 1950 verificou-se a selagem temporária das instalações por incumprimento das condições impostas mas a acção foi realizada, por duas vezes, já fora do período de campanha e não terá perturbado a marcha do negócio²⁸¹. O novo alvará passado em 21 de Maio de 1952 apresentava agora 32 artigos restritos e, no final dessa década, a portaria 17.264 de 11 de Julho 1959, passada na sequência da nova lei para a indústria dos refrigerantes impôs novas condições de laboração mais restritivas. Na prática, os 36 artigos regulamentares da actividade impunham a automatização na produção fabril. Contudo, o texto da intimação recebida pelo industrial em Novembro de 1969 e assinada pelo engenheiro chefe da 4ª CI tinha alterado o texto impresso da portaria que aprovava o Regulamento do Exercício da Indústria de Refrigerantes. Foram eliminadas partes (em minuta impressa!) que obrigavam à automatização (transporte de garrafas entre máquinas e enchimento do líquido), sendo acrescentadas cláusulas que permitiam que essas operações continuassem a fazer-se manualmente.

As três fábricas de refrigerantes em Estremoz puderam continuar a laborar graças à colaboração e atitude *compreensiva* das autoridades. As alterações fizeram-se apenas em 1962, quando a fábrica esteve para ser selada. Nessa altura verificou-se que uma linha semi-automática estava a ser instalada para enchimento, gaseificação e encapsulamento,

²⁸¹ Entre as condições impostas nestes alvarás figuravam a obrigação de usar água “bacteriologicamente pura”, “clara e límpida, devendo para esse fim, quando preciso, ser filtrada”. O uso do açúcar era obrigatório e proibido o uso de corantes não autorizados. Os recipientes deviam ser em vidro e as rolhas e discos de cortiça deviam ser preparados para não serem tocados pela água. Nestes estabelecimentos, todas as secções deveriam ser independentes e fartamente iluminadas”, ter um pé direito com mais de metros. O edifício deveria estar isolado de estábulos, fábricas, etc. V. dec. 19.409 de 4.Mar.1931.

a par dum sistema para tratamento de água (filtragem e desendurecimento) e fabrico de gelo⁷⁰. Deste modo, o estabelecimento iria sobreviver até 1983.

Um segundo caso pode ser ilustrado com a Empresa Industrial de Refrigerantes Limitada, em Mértola, cuja actividade principiou em 1936⁷¹. A sociedade, constituída na localidade entre um solicitador forense e um comerciante aí residentes, dispunha de 15 contos de capital. A fábrica de refrigerantes de frutas e águas gaseificadas “Carasona” estava instalada numa simples casa térrea construída com paredes de taipa e telha algarvia. Utilizava uma máquina fabricada pela Vulcano & Colares (modelo de 1929) para a gaseificação da água Carasona e “fabrico de refrigerantes de frutas tais como pirolitos, laranjadas e de tangerina (sic)” e uma máquina manual L’ Electric para a lavagem de garrafas com escovas, operada por mulheres (do *proc. cit.*). As matérias-primas eram adquiridas em Lisboa na L’ Air Liquide e na Centeno & Neves L.da e, em Barcelona, na Adrian Klain. De acordo com a Memória Descritiva do projecto aprovado:

“A água da “Carasona” para fabrico dos enumerados produtos, é transportada em bidões de ferro, convenientemente lavados e desinfectados, na camioneta do proprietário da mesma água. Estes bidões vêm selados, com o selo da «Carasona». A condução dos produtos fabricados faz-se em carro de muar pertença dos requerentes e próprio para tal fim”⁷².

Os seus mercados eram “as povoações deste concelho, especialmente na margem direita do Guadiana e não se pensa ir mais além a não ser as povoações pequenas vizinhas ao concelho”⁷³.

Na verdade, este estabelecimento, que empregava apenas 1 homem e 2 mulheres, depressa passou a usar a água do poço quer para a lavagem quer para o fabrico de pirolitos. No Outono de 1951 os maquinismos foram selados devido à qualidade da água utilizada. Antes dele, tinham sido encerrados outros 4 na região⁷⁴. Começava então o

⁷⁰ Tratava-se dum transportador mecânico accionado por 1 motor eléctrico de 1 c.v., 1 máquina automática para lavar garrafas com 3 motores eléctricos, 1 máquina automática para encher e capsular 16 bicas, 4 xaropadores e 1 saturadora automática com 3 pequenos motores.

⁷¹ DRME - Processo 2.410 da 5ª CI / RILEI 5/152 Fábrica de Refrigerantes Engarrafados (Classe VIII Grupo III) no Poço Novo, em Mértola. Alvará 25.642 de 17-5-1938 (DG 147, 2ª série, 28-6-1938).

⁷² Memória Descritiva, Abril de 1936, *proc. cit.*

⁷³ *Idem*, *idem*.

⁷⁴ 2 em Almodôvar, 1 em Garvão e outro na Mina de São Domingos, da Sociedade Cooperativa Comércio Unido, encerradas pela Ordem de Serviço de 15 e 22 Agosto de 1951.

conflito entre o gerente e os serviços por causa das análises bacteriológicas da água numa vila que não dispunha de água canalizada. Paga a multa, feitas obras no poço e recorrendo acidentalmente à água de Carasona, a empresa conseguiu continuar a trabalhar. Quando o decreto 42.159 foi publicado, já o proprietário usava água da rede pública e deixara, por isso, de fazer análises. Até 1965 a (agora) Empresa Industrial de Refrigerantes Mirtilina Limitada tinha conseguido ampliar as suas instalações e adaptar-se às novas exigências de laboração.

Um último estereótipo que descreveremos refere-se ao fabrico de refrigerantes pelo comércio armazenista local de mercearias. Servimo-nos, para simples descrição, da Moreno & Antunes Limitada, em Ferreira do Alentejo, registada em 1947 para a “torrefacção de cafés e análogos, com fábrica de refrigerantes e licores”²⁸⁷. Também neste caso estamos perante um estabelecimento que empregava 3 indivíduos, 1 motor eléctrico de 1,5 c.v., 1 saturadora e 3 enchedoras de gasosas, de pirolitos e de laranjadas que, porém, usava água da rede. Em Novembro de 1951 estas instalações foram seladas por razões higiénicas que envolviam a própria concepção do projecto anteriormente aprovado. Porém, esta secção foi cancelada somente em 1963²⁸⁸.

A situação do comércio e armazém de mercearias, em Abril de 1953, era a seguinte:

Valor das instalações:	80 contos
Produção:	Pirolitos, laranjadas, licores e xaropes
Matérias-primas:	Açúcar, pasta de laranja e óleo de limão nacionais. Óleos essenciais provenientes da Holanda, etc.
Equipamentos (torrefacção e refrigerantes):	1 Torrador de bola de fabrico nacional 400/500 kg em 8 horas; 1 moinho nacional, 1 saturador Regina (alemão) e 3 máquinas de encher com capacidade para 7/8.000 garrafas em 8 h
Força-motriz:	3 motores eléctricos com potência de 1,5 cv
Emprego:	2 homens, 2 mulheres e 1 menor
Regime de laboração:	Torrefacção e licores – trabalhava todo o ano a 8 h/dia; Refrigerantes – 7 meses.

²⁸⁷ DRME - Processo 7.401 da 4ª CI (RILEI 4/2370). Em 1950 foi feito o trespasse para Timóteo Moreno Briz, outro comerciante local. V. tb. processo 3.391 de Fábrica de refrigerantes e licores (anexa ao outro). Alvará de 2ª classe 36.692. O pedido de licenciamento foi feito em 7 de Maio de 1947.

²⁸⁸ O fabrico de licores perdurou até 1975 e a empresa encerrou por volta de 1980.

4.3.3. A torrefacção de café

Tal como sucedia com a indústria das bebidas refrigerantes, a torrefacção de café foi uma actividade que não estava *condicionada* (sujeita ao regime do condicionamento industrial), aparecendo frequentemente associada, como acabámos de ver, aos negócios de mercearias. O registo mais antigo datava de 1921 e o incremento nesta actividade manteve-se relativamente baixo até aos anos '30. Efectivamente, foi só a partir de 1938, na fase final da guerra civil de Espanha, que a actividade ganhou novo impulso. A tendência para a alta manteve-se até 1950, com picos acentuados em 1944 e 1946 (figura 4.14). Por outro lado, os cancelamentos só ganharam alguma expressão a partir dos anos '50. A tendência para o aumento de cancelamentos arrasta-se até os princípios dos anos '60, verificando-se picos em 1953, 1955, 1958 e 1962. Esta foi uma década de prosperidade verificando-se um nível muito baixo de cessação de actividades até ao início da década de '70 (figura 4.15). Ao contrário do que sucederia com as indústrias dos refrigerantes, o movimento de concentração industrial que os cancelamentos indiciam foi grandemente favorável à região que viu crescer, em Campo Maior, importantes empresas especializadas de base familiar.

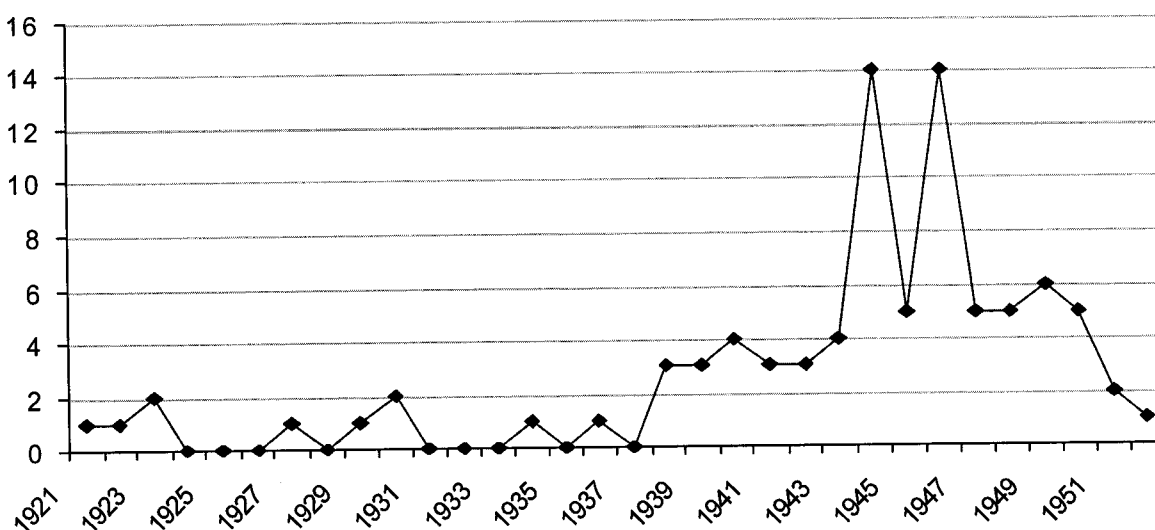


Figura 4.15. Registo da actividade de torrefacção e moagem de café na área da 4ª CI no período 1922-1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

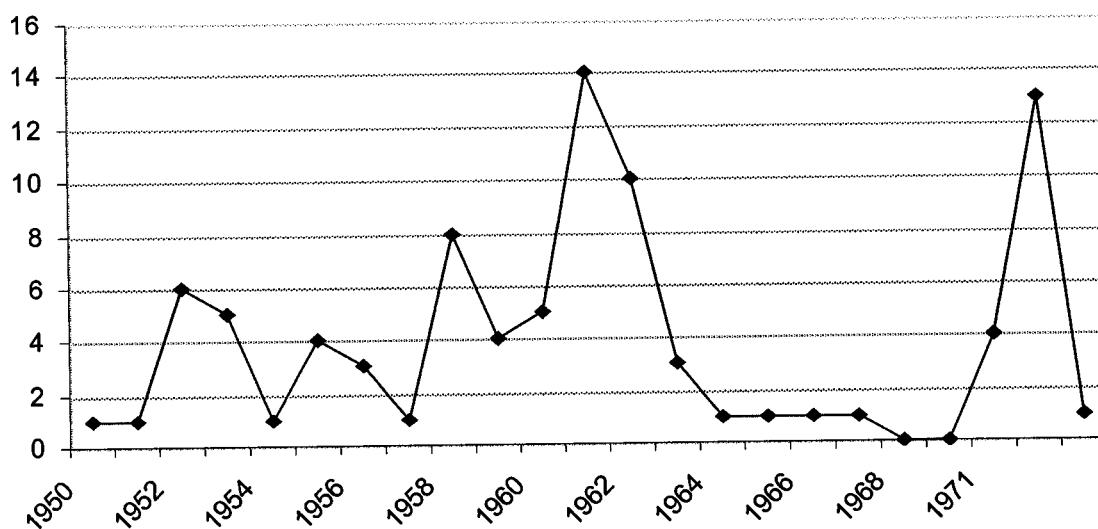


Figura 4.16. Cancelamento da actividade de torrefacção e moagem de café na área da 4ª CI registada no período 1922-1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

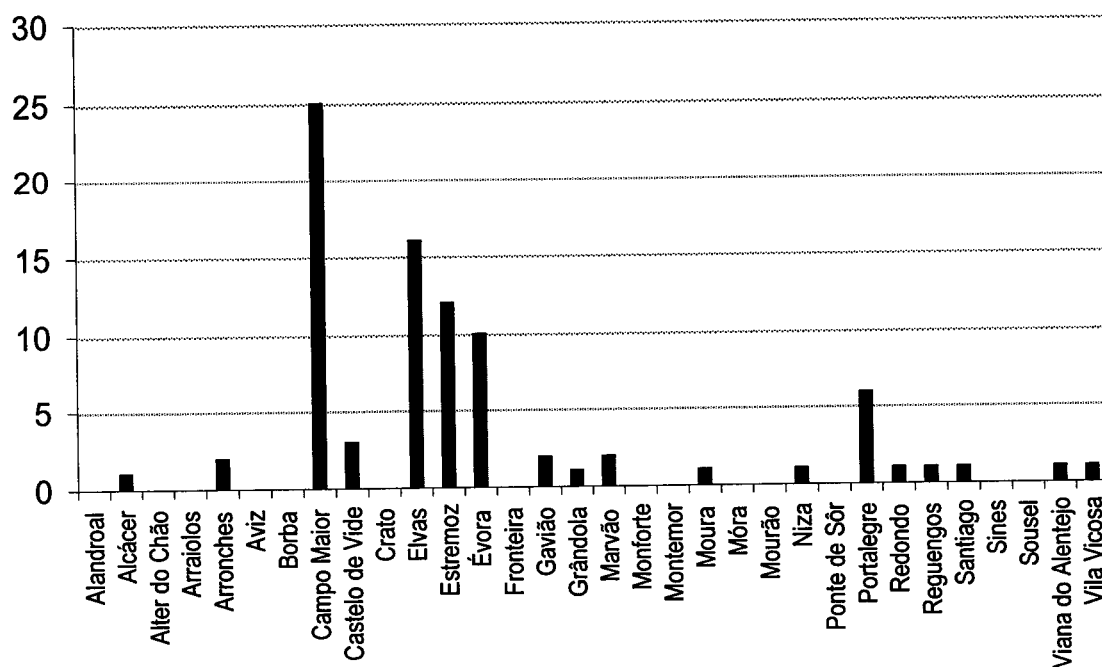


Figura 4.17. Distribuição geográfica da actividade de torrefacção e moagem de café na área da 4ª CI registada no período 1922-1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

A distribuição geográfica mostra-nos uma actividade de registo muito desigual na região. Constituíram centros de implantação preferencial as urbes próximas da raia de Espanha como Campo Maior (com 25 registos), Elvas (16), Estremoz (12) e os maiores centros urbanos (Évora e Portalegre).

A proximidade do público urbano consumidor dava lugar à criação de sucursais. A Barquinha & Barros, L.da, estabelecida em Beja em 1943, não passava duma filial da sociedade de Vila Franca de Xira⁷⁷. De acordo com a Memória Descritiva, “o objecto desta instalação visa a que o café seja torrado, lotado e moído em local para venda imediata ao público e acompanhando as necessidades do consumo”. A produção média de café e misturas andaria nos 900 ou 1000 kg em 8 horas, sendo o café colonial comprado a negociantes de Lisboa.

Contudo, era o mercado espanhol o principal responsável pela investimento nesta área como ficou patente no processo de José Cláudio Gastão para montar, em Moura, uma torrefacção⁷⁸. De acordo com o seu “estudo prévio” existiam, em 1948, 126 torrefacções de cafés das quais apenas 1 se situava no distrito de Beja, o que ficaria explicado pelo facto da população do Baixo Alentejo ser “de baixo rendimento, segundo nos consta”⁷⁹. A fábrica, instalada num edifício amplo, com 3 pisos, composto pela associação de vários prédios, dispunha de 2 torradores esféricos com capacidade de 60 kg cada, 2 torradores a ar quente, 2 moinhos mecânicos, 2 motores diesel de baixa potência e empregava 10 trabalhadores. Contava realizar um investimento inicial de mil contos e adquirir um camião com capacidade de carga de 3 a 5 toneladas para ser operado por 4 pessoas.

Longe desta escala de operações encontravam-se sociedades de comércio local como a Mendes, Meira & Niza, L.da que, de acordo com o timbre da firma, se dedicava ao comércio de mercearias, drogas e ferragens, louças e vidros, papelaria e artigos de

⁷⁷ DRME - Processo 2.388 da 5^a circ. ind. (depois 6.876 da 4^a circ. ind.). Alvará 28448 de 5/3/1943 Sobre esta sociedade veja-se a escritura de 12.Dez.1946 (notário de V. F. Xira, Francisco França D. Nóbrega), livro 96. Dela faziam parte os proprietários Manuel de Sousa Gomes Barquinha e esposa e Manuel Amador Barros Martins e esposa, estes de Beja. V. tb. escritura de 28.Mar.1925, lavrada a fls. 82 do livro 23-B do notário de Lisboa, António Tavares de Carvalho. O capital inicial era de 50 contos. A sociedade foi dissolvida em 1946. O estabelecimento passou então para Manuel Martins e, mais tarde, para a viúva. Em Maio de 1962 ficou em nome dos herdeiros.

⁷⁸ V. DRME - Processo 6.940 da 4^a CI. Alvará 37.261.

⁷⁹ No proc. cit.

escritório em Estremoz²⁹². O licenciamento, realizado em 1930, revela uma escala de operações modesta: um simples torrador, accionado por um motor eléctrico de 2 c.v. que ocupava um único operário²⁹³. A “secção” seria depois aumentada em 1937 e em 1939.

Também nesta cidade Eduardo de Carvalho associou a torrefacção e moagem de café, ao cacau e fabrico de chocolate em pó, actividade que, em 1940, empregava apenas 2 operários²⁹⁴. Em Évora, também a já referida firma de António Anselmo Dias, estabelecimento fundado em 1876, aparecia registada nas modalidades de torrefacção de café, cevada, cacau e milho, fabrico de amêndoas e chocolates²⁹⁵. Em 1946 começou igualmente a fabricar licores.

Idêntica diversidade encontramos, também em Évora, na firma António Mira Vidigal (mais tarde António Mira Vidigal & Filho L.da) cujo processo dos Armazéns Titan se referia a um estabelecimento de “torrefacção e moagem de café, fabrico de chocolate em pasta e em pó, pastelaria com forno, confeitaria, fabrico de licores (sem destilação) e fabrico de amêndoas e rebuçados”²⁹⁶. O estabelecimento que, em 1940, empregava apenas 5 operários diversificou a sua produção a partir de então. Em 1949, começou a fabricar chocolates, em 1954, bolos e, no ano seguinte, amêndoas doces e rebuçados. Quando, em 1956, começou a fabricar licores, empregava mais de 18 pessoas. Depois, estes “armazenistas de mercearias” a partir de 1960 entraram no negócio da confeitaria e das bolachas.

Também na Fomento Eborenses Limitada, empresa fundada em Novembro de 1930, a torrefacção de café associou-se a actividades tão diferentes como o fabrico de gelo, o fabrico de doces, rebuçados, amêndoas, xaropes e licores²⁹⁷. O requerimento de 1936 indicava apenas 2 operários, 1 motor a óleos pesados, 2 motores eléctricos, 1 máquina de fazer gelo, 1 torrador, 1 moinho para café e 3 bacias para fabrico de amêndoa. Em 1942

²⁹² DRME – Proc. 2.106 da 4ª CI.

²⁹³ Alvará 17349 de 24/11/1930 (*D.G.* 300, 2ª série de 24/12/1930).

²⁹⁴ DRME - Proc. 3887 da 4ª CI. Alvará 30.477 de 9-7-1946

²⁹⁵ DRME – Proc. 463 da 4ª CI. Alvará 8582 de 1.Jul.1926

²⁹⁶ DRME – Proc. 4178 (RILEI 4/1170) da 4ª CI. Alvará 30446 de 9-7-1946. Este processo teve início com a transferência da torrefacção situada no Largo da Graça, 4, freg.^a de S. Pedro, licenciada pelo alvará 28.176.

²⁹⁷ DRME – Proc. 3591 da 4ª CI. Alvará 27.554 de 1.7.1940

começou a fabricar rebuçados e, quatro anos depois, amêndoa doce e licores. A situação da empresa, em Março de 1949, pode ser sistematizada da seguinte forma:

Capital social:	80 contos (sociedade por cotas)
Valor das instalações:	2.000 contos
Transportes:	Caminhos-de-ferro e camionagem
Infra-estruturas:	Poço próprio. Esgotos e água da rede pública.
Trabalhadores	9 homens e 54 mulheres (mais 119 mulheres serventes adventícias).
Força motriz:	1 motor a óleo com 42 c.v.; 11 eléctricos com 24,5 c.v.
Máquinas (principais):	Torrador de café com capacidade para 480 kg /8h; máquina frigorífica produz 2 ton. de gelo em 8 h.
Matérias-primas:	Açúcar, café, amendoim colonial; miolo de amêndoa, marmelo, chicórea, glucose, cevada, grão preto do continente; e açúcar do Brasil e do Perú.
Produção:	Gelo, marmelada, amêndoa, café, rebuçados, cafés, amendoim.
Regime:	Trabalha todos os meses

Em meados da década de '60, a Fomento Eborense, talvez a maior empresa armazenista alentejana, produzia ainda pastilhas elásticas, drops, caramelos e aniz escarchado.

Ao contrário do que sucedia nestes estabelecimentos orientados para o fabrico de produtos de marca diversificados e destinados aos mercados regionais e nacional, os estabelecimentos de Campo Maior nasceram especializados na torrefacção⁸⁶. A prosperidade de alguns destes empreendimentos foi um fenómeno relativamente recente e extravasa o âmbito cronológico do nosso inquérito. Um dos casos que importa descrever diz respeito à Torrefacção Camelo L.da. O processo teve início em 1948 com a transferência da casa do pequeno industrial José Luís Solas para a vila Campo Maior. No ano seguinte, a “fábrica” foi adquirida por António Azinhais Nabeiro e, em 1951, mudou de mãos novamente⁸⁷. Do que estamos a falar? Tratava-se dum barracão com dimensões idênticas a uma vulgar casa de habitação, localizada em zona recuada em relação à rua e à linha de casas que dava forma a um dos quarteirões do Bairro Operário. Três pequenas divisões sucediam-se a partir da entrada, sendo as 2 primeiras destinadas a armazém e a última às máquinas: 3 torrador com 230 kg e 1 moinho. Em anexo, uma serração de madeiras era usada para a embalagem dos produtos (secção cancelada em 1951). Só em

⁸⁶ Já depois de termos escrito estas linhas foi publicada biografia de Rui Nabeiro por Teresa Castro Ribeiro Reis (*O homem: uma obra, a de Rui Nabeiro*, 1ª ed. Porto: Asa, 2002).

⁸⁷ DRME Proc. 4.756 da 4ª CI. Alvará 37.118

1950 foi feito um projecto de uma planta industrial: um armazém iluminado e arejado através da cobertura, com paredes altas e de mediana dimensão. Em 1954, o estabelecimento, avaliado em 400 contos, empregava 3 motoristas, 11 homens, 22 mulheres e 4 empregados de escritório e tinha uma capacidade de produção em 8 h estimada em cerca de 2 toneladas. Finalmente, em 1958, o estabelecimento passou para a firma Torrefacção Camelo, L.da. Nova ampliação das instalações teria lugar em 1967/8.

4.4. As fibras têxteis e os seus fabricos

A indústria fabril, na área dos têxteis, estava limitada à fábrica de Portalegre e, por isso, numa visão de conjunto o sector era caracterizado pelas actividades artesanais ou manufactureiras diversificadas, ligadas à lã e às fibras têxteis, porém, de fraca expressão numérica. Na maior parte dos casos tratam-se de actividades circunscritas a algumas localidades, sintoma ora da presença de circuitos de distribuição regional, ora de actividades residuais (cf. tabela 4.12).

A cordoaria, por exemplo, limitava-se a Évora (com 5 registos), a Montemor (1) e a Alcácer (1). As oficinas, quase todas registadas em nome individual entre 1934 e 1951, empregavam entre 1 a 14 trabalhadores. Os cancelamentos foram particularmente incisivos na década de '50. Começaram em 1951 e arrastaram-se até 1972. Estaremos perante uma “actividade residual”? Será este o resultado da longa decadência duma actividade que no passado teria tido maior expressão? Nada o indica. O Inquérito Industrial de 1890 registou apenas 6 oficinas para todo o Alentejo, em Évora, Estremoz, Elvas e Serpa que ocupavam, no total, 17 pessoas. Se em algumas destas localidades esta indústria desapareceu, foi porque se concentrou em Évora em oficinas maiores de natureza “mais capitalista”, apesar do seu aspecto arcaico. Também no que respeitava à colchoaria, ela aparecia limitada a 4 oficinas em Vila Viçosa (2), Évora e Alcácer. Mas em 1890 contaram-se apenas 3 estabelecimentos para todo o Alentejo, dois em Évora e um em Portalegre, que empregavam 5 pessoas.

As 18 oficinas de canasteiro, registadas entre 1927 e 1939, apareciam quase todas na freguesia de Ribeira de Niza (Portalegre). Não empregavam mais do que 3 pessoas e, aparentemente, foram canceladas todas nos anos '30, pouco tempo depois de serem registadas. O fabrico de cestos, registado no período 1922 e 1940, existia em Évora (3), Portalegre (3), Marvão (2) e Estremoz e era feito em oficinas de idêntica dimensão. O seu número, em 1890, era superior: 41 estabelecimentos no Alentejo, a maioria dos quais em

Portalegre (24) e em Marvão (10). Também em Marvão se fazia o fabrico de objectos em vime (4 oficinas), uma actividade que também encontrávamos, isolada, em Estremoz (1) e Évora (1).

Comparativamente, as oficinas de espartaria estavam mais dispersas. Existiam em 8 concelhos, sendo os mais representativos Elvas, Estremoz, Évora e Sousel. O estabelecimento mais antigo datava de 1917 e os 14 registos arrastaram-se até 1950, marco que abre a década dos cancelamentos. Em 1890, temos notícia de 8 oficinas que ocupavam 9 pessoas em todo o Alentejo. Assim, no que respeitava a este artesanato o balanço até à década de 1950, relativamente aos finais de Oitocentos, não foi desfavorável à região.

Tabela 4.12. Distribuição geográfica das indústrias têxteis e anexas registadas na área da 4ª CI (1922-1952)

Indústria	Freguesias	Registos	Max. Reg.	Emprego	Max. Empr.
Lanifícios*	1	1	1	146	146
Tapetes – indústria	4	8	4	88	46
Tecelagem – oficina mecânica	3	5	3	30	22
Canasteiro	3	18	16	28	26
Vimes - fabrico de artigos	4	6	2	7	2
Espartaria	8	14	3	44	11
Cesteiro	6	8	2	11	4
Vassouras - fabrico de	1	1	1	1	1
Colchoeiro	3	4	2	7	3
Cordoaria	6	7	2	39	21

* Situação à data de registo (1923)

Legenda e fonte: v. tabela 4.9

No que respeita às lãs, o renascimento da manufactura de tapetes em Arraiolos e os novos fabricos em Portalegre deram origem a oficinas de “média” dimensão de natureza capitalista. Empresas como a de Jacinta Leal Rosado (1920), empregavam, em Arraiolos, 30 trabalhadores. Outras, como a Fábrica nacional de Tapetes de Arraiolos, L.da ou a M. J. Pinto Xavier & C.^a L.da registaram-se com apenas 8. Em Portalegre, destacou-se a Tapetes de Portalegre, L.da que, como vimos, funcionou *integrada* na fábrica de lanifícios (*v. supra, cap. 3*). Finalmente, referiremos no Alcorrego (concelho de Avis), a Sociedade Fabril Alentejana L.da.

Embora o registo mais antigo date de 1920, foi a partir dos anos '30 e, principalmente, nos meados da década de '40 que ela ganhou maior incremento. Tal evolução é análoga ao das “oficinas mecânicas de tecelagem”, com registos em Portalegre, no Gavião e em Reguengos (3). Destacava-se nesta actividade a Sedas de Portalegre Limitada que, em 1929, empregava 22 pessoas.

Tabela 4.13. Indústria de fição e tecelagem da lã no Alentejo em 1890 e em 1957.

Sub-região	Concelho	1890		1957	
		Est.	Pes.	Est.	Pes.
Vale do Sado	Alcácer	-	-	1	2
	Santiago	-	-	1	5
Alto Alentejo	Portalegre	1	?	5	395
	Gavião	36	36	2	9
	Marvão	2	9	-	-
	Arronches	-	-	1	1
	Évora	-	-	3	22
	Reguengos	3	3	3	19
	Arraiolos	-	-	1	14
Baixo Alentejo	Borba	-	-	1	1
	Mértola	374	374	-	-
	Castro Verde	-	-	7	7
	Almodôvar	264	277	-	-
	Serpa	3	7	-	-

Fontes: Inquéritos industriais de 1890 e de 1957.

O balanço do têxtil da lã no período 1890-1957, avaliado pelo confronto entre os elementos fornecidos pelos inquéritos industriais, revela-se um exercício complexo e de resultados contraditórios, pois estamos perante actividades de natureza distinta e que, por isso, obedeceram a ciclos produtivos diferentes. Assim, se na zona de Évora – Arraiolos – Reguengos se pode falar num “renascimento”, embora com resultados sociais limitados, nos concelhos do Campo Branco (Baixo Alentejo) foi o fabrico de mantas alentejanas (esse verdadeiro sector proto-industrial tardio) que, “invisível” no Inquérito de 1957, acusava o seu irremediável declínio (tabela 4.13). Também no Gavião e em Marvão ocorreu semelhante processo com a indústria doméstica. No que respeitava à actividade fabril, em Portalegre, vimos já como ultrapassou as conjunturas difíceis dos anos de 1890 e de 1930 e se adaptou a novas tecnologias, cresceu e diversificou, mudando nesse trajecto os seus principais protagonistas.

Assim, apenas no caso da indústria do linho, que tinha alguma expressão em 1890 em Niza (46 oficinas) e no Baixo Alentejo (Almodôvar, 89 oficinas; Aljustrel, 20; Beja, 9) se pode falar em verdadeira extinção. Efectivamente, estávamos perante uma actividade doméstica que sobreviveu em ambiente pré-capitalista até ao momento em que encontrou aplicação na sacaria, nos finais do século XIX, um produto que sofreu forte concorrência das fibras coloniais.

4.5. Os curtumes e as indústrias associadas

Analisamos nesta rubrica, para além da indústria de preparação de couros e de peles, as correeiras e as oficinas de albardeiro, estas últimas muito dependentes, tal como o ofício de cabresteiro, do uso da tracção animal no transporte e na lavoura. Como ocorreu até aqui, a análise do RTN incidirá sobre a área da 4ª CI. Tentaremos depois tipificar alguns destes estabelecimentos a partir dos processos instaurados na área do Alentejo. Finalmente, faremos o balanço confrontando os elementos quantificados pelos inquéritos de 1890 e de 1957 à luz dos elementos qualitativos e quantitativos compulsados.

Tabela 4.14. Distribuição geográfica das indústrias de curtumes, de correeiro e de albardeiro registadas na área da 4ª CI (1922-1952)

Indústria	Freguesias	Registos	Max. Reg	Emprego	Max. Empr
Correeiro	15	30	4	65	18
Curtumes	39	75	8	128	25
Albardeiro	49	89	6	155	31

Fontes e legenda: v. tabela 4.10.

O estabelecimento mais antigo registado na indústria dos curtumes data de 1737, sendo o seguinte de 1884. A partir de 1907, a série cronológica é mais regular registando-se picos em 1924, 1930, 1945 e em 1949-1951 (figura 4.17). Perto de metade destas actividades foram canceladas a partir de 1938, sendo particularmente importante 1952 e o período situado entre os finais da década de '50 e o início da década de '60 (figura 4.18). Os registos recaíram sobre 19 concelhos ou 39 freguesias, sendo os centros mais importantes Évora (14 casos), Estremoz (10), Elvas (8), Redondo (7), Montemor (7), Vila Viçosa (6). Esta geografia industrial sugere uma dependência estreita desta actividade do volume de abate nos matadouros locais. Efectivamente, a exportação de animais vivos

para os grandes centros de consumo e, em especial, para a região de Lisboa não terá favorecido o aparecimento de núcleos de curtimenta.

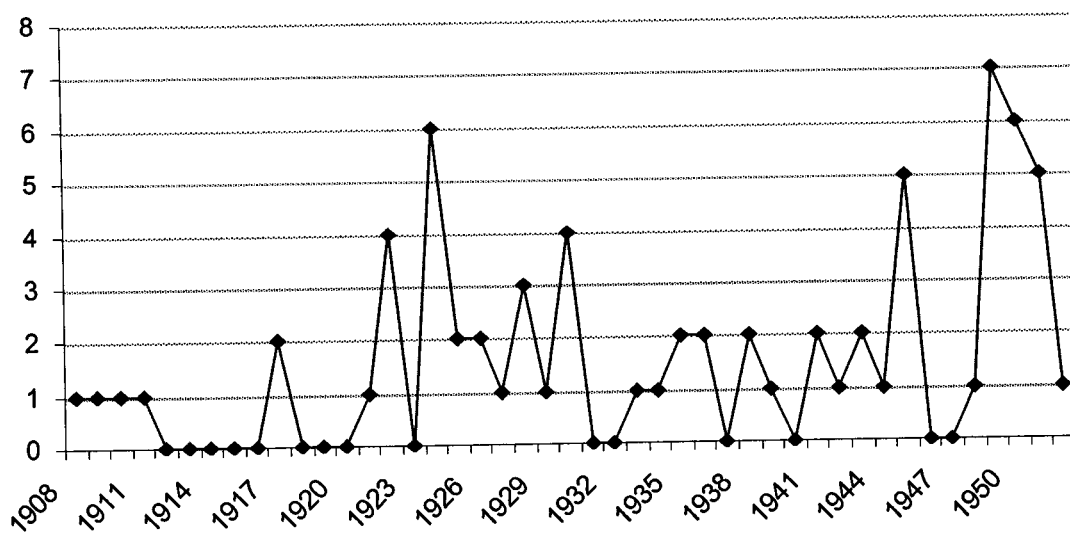


Figura 4.18. Evolução da fundação de estabelecimentos de curtumes registados entre 1922 e 1951 na área da 4ª CI.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

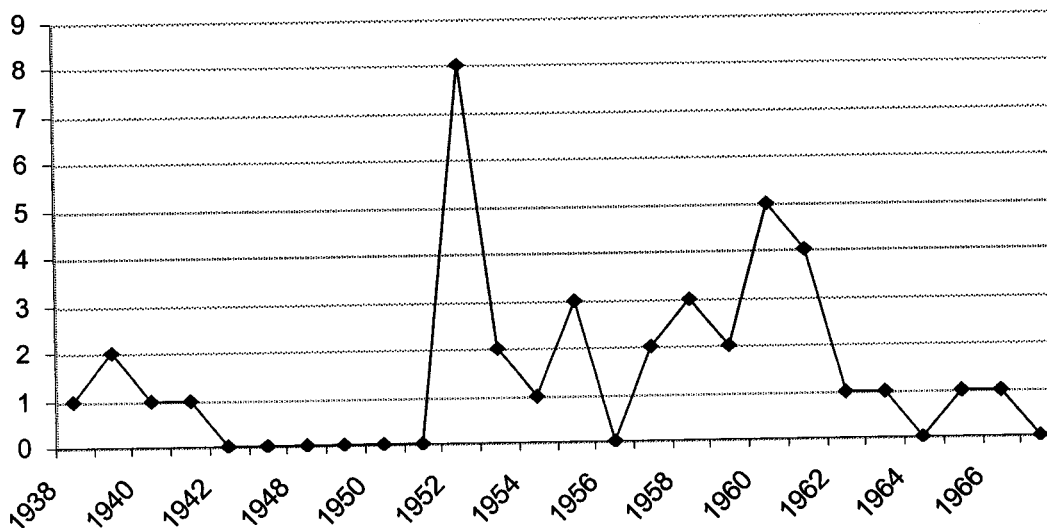


Figura 4.19. Evolução dos cancelamentos da actividade de curtumes registada entre 1922 e 1951 na área da 4ª CI.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

Do mesmo modo, as transformações que estavam a ocorrer na lavoura alentejana nos finais de Oitocentos conduziram à substituição do gado bovino como animal de

tracção pela mula, um animal mais rápido e versátil, e pelo vapor, com a debulha mecânica⁸⁸. A expansão cerealífera, se contribuiu assim para a redução do gado grosso manadio teve por outro lado reflexos positivos no aumento dos efectivos dos pequenos quadrúpedes (Andrade-1941). Deste modo, o eventual declínio da actividade exportadora de couros de bovinos foi compensado pela actividade em torno das peles de ovinos, com ampla aplicação no vestuário rural alentejano. Ou seja, o crescimento desta actividade foi orientada para o consumo regional e, nessa medida, o aumento da população rural terá representado um factor de estímulo importante.

Alguns processos esclarecem-nos sobre a natureza destes estabelecimentos e a sua evolução no período. Um dos casos que mereceu atenção foi o estabelecimento de Nunes & Costa L.da, sociedade de Estremoz. O requerimento de 1924 solicitava um “alvará de licença para explorar no quintal da residência dos sócios (...) um estabelecimento de curtimenta de peles a pedra de Hume”⁸⁹. O desenho da planta revela-nos uma casa de habitação rural, sem janelas, que se desenvolvia em profundidade onde se encontram as cavalariças, a casa das galinhas, ao lado duma pequena latrina e, sob um alpendre que dava para um quintal, 2 pequenos tanques de curtimenta. Segundo declarava, não trabalhava durante todo o ano e curtia apenas um pequeno número de peles de borrego e de ovelha. O seu estabelecimento comercial, um armazém, era de cabedais e solas que comprava já curtidas. Pouco depois, a Nunes & Costa deixou (aparentemente) de exercer qualquer indústria. Em 1936, com a dissolução da sociedade, a indústria passou a ser explorada por Francisco Martinho Costa, outro industrial e comerciante de Estremoz. Era agora referida a presença de 3 homens, 5 tanques de cimento armado, 3 potes de barro e 1 moinho de pedra para moer entrecasco. Em 1940, o estabelecimento voltou a mudar de mãos, passando para outro peleiro local. Em 1956, o novo proprietário esclareceu a entidade reguladora do sector, a Junta Nacional dos Produtos Pecuários, sobre a sua actividade desta forma:

“A pequena unidade fabril de curtumes de que é possuidora a firma atrás aludida, dedica-se, principalmente, ao fabrico de curtidos de ovinos e de caprinos, e só acessoriamente e quase sempre por encomenda da lavoura - como de resto é norma na generalidade da indústria de curtumes do distrito de Évora - à curtimenta de

⁸⁸ V. Picão-1983, Amaral-1941, Andrade- 1941, Barros-1934, Caldas-1991, Raposo-1974, Brito et al. (1996). Para Espanha García Sanz e Garrabou (1985, III) e Simpson (1995).

⁸⁹ DRME - Processo 436 (4/3234) da 4ª CI. Alvará 6564 de 9.Mai.1925 no *D.G.* 173, 2ª série de 25.7.1925.

couros e de peles de outras espécies provenientes de animais que morrem nas suas casas agrícolas, sendo os produtos curtidos utilizados em arreios, tractores, debulhadoras, etc.”³⁰²

Em 1951 foi-lhe negada a possibilidade de legalizar 2 potes de curtir com capacidade para 400 litros com base no argumento de que estava em curso a “reorganização” do sector pela Comissão Reorganizadora das Indústrias.

A oficina de curtimenta de peles de Manuel Henrique Chorão, em Serpa, registada com 5 operários em 1927, empregava em Janeiro de 1938 apenas 1 homem e 3 mulheres entre Julho a Setembro³⁰³. O seu equipamento era constituído por uma roda de pedra para moer casca de azinheira e sobreira movida por uma mular, 1 ferro para descamar peles e 1 ferro para puxar peles.

“Trabalha com peles de ovelha, cabra, porco e cavalari. Fabricam-se também algumas peles de cão, de vitela, de raposa mas são muito poucas porque só de vez em quando aparece uma de freguês.”³⁰⁴

Em 1959, quando foi visitado, dispunha de 15 tanques de curtimenta e 1 pote.

Em Serpa, outro estabelecimento trabalhava, em 1949, com “peles de ovinos para fabrico de carneiras”, “coiros de cavalos para usos industriais”, “peles de ovinos com lã e de cabra para fabricar safões regionais”³⁰⁵. Segundo afirmava, “o meu fabrico é mais curtir peles para fabricar safões regionais. Carneiras e coiros fabrico muito pouco, quase nada”³⁰⁶. Nele trabalhava apenas 1 operário e o proprietário e o seu equipamento constava de 1 moinho para casca de tracção animal e de 12 tanques.

A situação destes estabelecimentos era tão precária quanto a situação económica dos seus artesãos proprietários. Em 1941, no meio das dificuldades vividas com a guerra, o proprietário deixara de pagar contribuição industrial durante dois anos, levando os serviços a querer cancelar o alvará. Em officio dirigido ao Ministério da Economia, o chefe local dos serviços industriais dizia que

³⁰² Officio de João Augusto Marchante, presidente da JN dos Produtos Pecuários ao Sub secret de Estado da Agricultura em 13.12.1955.

³⁰³ DRME - Processo n.º 1.204 da 5ª CI / Proc. 7.183 da 4ª CI / Proc. Rilei 4/1635. Alvará de 15.909 de 8.Jul.1930 (DG 192, 2ª série, 20-8-1930).

³⁰⁴ Bilhete postal de Serpa de 1-10-1949 à 5ª CI no proc. cit.

³⁰⁵ DRME - Proc. 1205 da 5ª CI / Proc. 7.184 da 4ª CI / proc. Rilei 4/1636. Alvará 15.910 de 8.Jul.1930. DG 192, 2ª série, 20-8-1930

³⁰⁶ Officio da firma Domingos António Janeiro, Serpa ao chefe da 5ª CI, em 2.Out.1949 no proc. cit.

“Ana Palma Sota, de Serpa, tem sido avisada desde 1939 para pagar o selo anual do seu alvará, que continua em dívida. É de admitir que os proprietários de estabelecimentos miseráveis como este, desde que se atrasem no pagamento de alguns anos, já não podem pôr-se em dia e assim esta Circunscrição é de parecer que se anula a multa e se procure receber singelamente o emolumento anual, dentro das possibilidades da requerente”⁹⁵.

Encontramos o mesmo tipo de estabelecimentos na cidade de Évora como se percebe no estabelecimento de Custódio José Machado, no Bairro do Escusa-Sacos (freguesia da Sé), transferido para aí em 1943, de São Matias⁹⁶. A “ fábrica de curtimenta de peles para agasalhos e carneiras” empregava 3 operários e dispunha de 4 tanques para curtimenta, 2 tanques para águas e 1 moinho para moer casca. De acordo com a folha de inquérito preenchida em 1950, os produtos eram vendidos em feiras e mercados na região. A sua economia pode ser sistematizada assim⁹⁷:

Valor das instalações:	40 contos (1953)
Equipamento:	9 tanques de curtimenta, 1 pote + 5 tanques e 1 pote
Emprego	2 homens (curtimenta) e 4 mulheres (fabrico de safões), 1 aprendiz.
Consumo:	4.391 peles de ovinos; casca de sobreiro 4,75 ton.; azinho 3 ton.; óleo de peixe, 150 kg; extracto de minerais, 150 kg
Produção:	carneiras: 3.056 unidades; safões e plicas: 1.250
Capacidade de laboração:	9 carneiras e 31 pares de safões ou plicas
Regime de laboração:	Trabalha de Julho a Setembro e em Outubro só para o fabrico de safões

Desta forma, a produção de carneiras e de peças de vestuário como os safões e as plicas combinavam-se na actividade destes estabelecimentos cuja actividade, embora sujeita à disciplina do condicionamento, estava limitada aos mercados regionais (cf. figura G.20). O confronto entre os dados do Inquérito de 1890 e o de 1957 revela um aumento generalizado destes estabelecimentos, um pouco por toda a parte.

⁹⁵ V. officio no proc. cit.

⁹⁶ DRME – Proc. 4698 da 4^a CI. Req 7 -5-1948

⁹⁷ Folha de inquérito de 13.Mar.1953.

Tabela 4.15. Distribuição por concelhos e sub-regiões dos estabelecimentos e emprego nas indústrias de curtumes no Alentejo em 1890 e em 1957.

Sub-regiões	Concelho	1890		1957	
		Est.	Pes.	Est.	Pes.
V. Sado	Alcácer	-	-	4	5
	Grândola	-	-	4	5
	Santiago	-	-	8	13
A. Alentejo	Alandroal	-	-	2	12
	Arraiolos	-	-	2	2
	Arronches	-	-	2	2
	Aviz	-	-	1	1
	Álter do Chão	-	-	2	3
	Castelo de Vide	-	-	2	2
	Eivas	-	-	17	58
	Estremoz	2	2	10	35
	Évora	3	6	6	17
	Monforte	-	-	7	9
	Marvão	-	-	1	1
	Moura	1	2	4	4
	Mourão	-	-	1	1
	Niza	-	-	1	1
	Portalegre	-	-	2	5
	Montemor	-	-	6	11
	Mora	-	-	1	1
	Redondo	-	-	9	13
	Reguengos	1	1	5	7
	Vila Viçosa	5	5	2	2
Sousel	-	-	5	11	
B. Alentejo	Aljustrel	-	-	6	6
	Almodôvar	4	4	3	4
	Alvão	2	2	1	6
	Beja	-	-	6	10
	Borba	-	-	3	3
	Campo Maior	-	-	2	2
	Castro Verde	-	-	2	3
	Cuba	1	1	4	6
	Ferreira	-	-	1	2
	Mértola	-	-	2	2
	Odemira	-	-	4	4
	Ourique	-	-	3	4
	Portel	2	5	4	4
	Serpa	-	-	5	8
	Viana do Alentejo	-	-	2	2
Vidigueira	-	-	4	5	

Fonte: Inquéritos industriais de 1890 e de 1957.

Os estabelecimentos de correio receberam um registo diferenciado. O mais antigo que foi identificado datava de 1908 e respeitava à firma Bento Fialho Prego & C.ia, em Évora. A série revela uma tendência para um aumento constante até 1925, caindo nos anos seguintes. Após uma breve recuperação nos finais da década de 1920, o nível de registo manteve-se baixo até finais dos anos '40 (figura 4.19). O crescimento nos finais dos anos '50 parece explicar-se mais pela substituição de alvarás, pois nessa data regista-se igualmente um número elevado de cancelamentos.

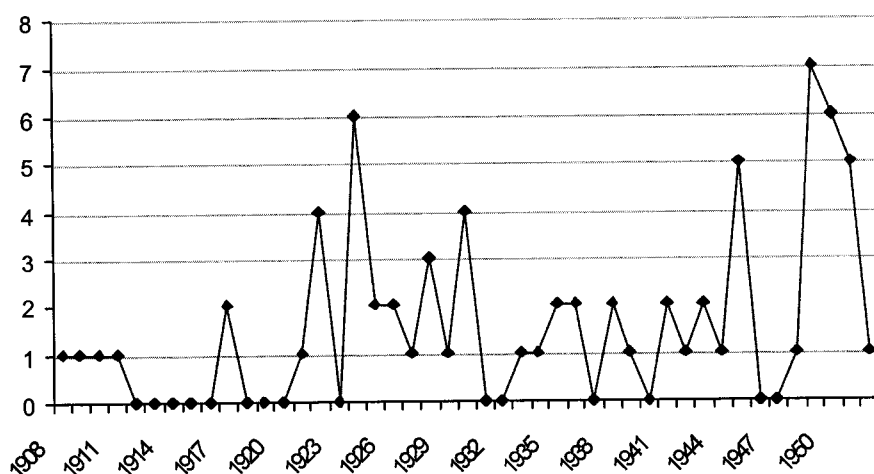


Figura 4.20. Registo de estabelecimentos de correio na 4ª CI no período 1922-1952 por data de fundação declarada.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

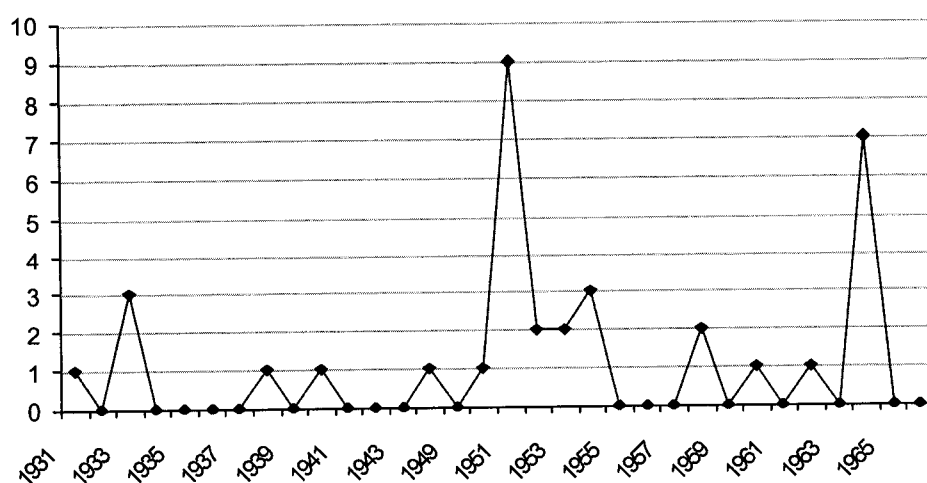


Figura 4.21. Cancelamentos da actividade de correio nos estabelecimentos registados na 4ª CI no período 1922-1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

Os cancelamentos desta actividade começaram na década de 1930 e prolongaram-se pela década seguinte num movimento de baixa intensidade (com excepção do ano de 1933) (cf. figura 4.20). A maior parte dos cancelamentos verificou-se, pois, no início da década de '50 e em 1964. Na maioria dos casos estamos perante pequenas firmas comerciais registadas em nome individual nas quais a actividade industrial decorria de forma subsidiária (ou que tinham evoluído neste sentido). Deste modo, o cancelamento da actividade *industrial* não significava necessariamente o fim da actividade *comercial* das firmas cujo mercado era sobretudo de âmbito local ou sub-regional.

4.6. As indústrias do vestuário e do calçado

As indústrias de vestuário e do calçado permaneceram até finais dos anos '50 como indústrias oficinais de mão-de-obra intensiva especializada. Na área da 4^a CI encontramos registos referentes ao vestuário nas actividades de alfaiataria, modista de vestidos, chapelaria e barretes.

No domínio do vestuário distinguiram-se as sapatarias dos fabricantes de calçado, bem como o fabrico de alpercatas (cf. figura G.22). Embora se tratassem quase sempre de estabelecimentos de pequena dimensão, a natureza da actividade era, por vezes, bem distinta. No caso das alfaiatarias, modistas e sapatarias registadas a actividade comercial associava-se ao *ofício no estabelecimento*. Ou seja, não estávamos, como sucedia com o fabrico de alpergatas, de barretes e de sapatos, perante estabelecimentos vocacionados *essencialmente* para a produção. Por esta razão, o registo deve-nos colocar de sobreaviso para a existência de muito trabalho doméstico oculto que era alimentado pelas lojas de modas e fazendas, sempre irregular, pouco visível e, por isso, de difícil quantificação.

A maioria destas classificações foram usadas no Inquérito Industrial de 1890 e, por isso, é fácil perceber a evolução destas actividades durante o período em análise. Em quase todos os concelhos aumentou o número de estabelecimentos e de trabalhadores, o que não deixa de traduzir um padrão de crescimento que acompanha o aumento da população rural e urbana. Efectivamente, numa época em que o pronto-a-vestir e o pronto-a-calçar ainda não se tinham generalizado e em que se afirmaram modelos regionais de vestuário e de calçado, estas actividades caracterizavam-se pela *proximidade* dos consumidores, pela associação entre o *comércio* e a *indústria*, pelo recurso intensivo à mão-de-obra especializada no *ofício* e por baixos níveis de empate de

capital em equipamentos. Alguns destes estabelecimentos ancoraram-se em produtos especializados ao gosto regional que não tinham a concorrência do exterior, como era o caso, por exemplo, dos célebres *capotes alentejanos*.

Tabela 4.16. Distribuição geográfica das indústrias de vestuário e calçado registadas na área da 4ª CI (1922-1952)

Indústria	Freguesias	Registos	Max. Reg.	Emprego	Max. Empr.
Alfaiataria	104	347	19	888	96
Modista de vestidos	11	34	12	88	37
Barretes- oficina de fabrico	2	2	1	0	0
Chapelaria de feltro – fábrica	6	11	4	22	6
Alpargatas- fabrico	3	4	2	116	51
Calçado – fabrico	23	47	5	193	34
Sapataria	163	926	33	1889	111

* Não foram consideradas 5 lavandarias e 1 algibebe.

Legenda e fontes: v. tabela 4.9.

A associação entre o comércio e o ofício tornavam as alfaiatarias estabelecimentos *urbanos* que se encontravam nas sedes dos concelhos. O maior número encontrava-se em Niza (56), seguido de Évora (32), Móra (23), Gavião (17), Portalegre (19), Ponte de Sor (16), Estremoz, (15), Montemor (15), Elvas (14) e do Crato (14). A par da evidente relação entre a dimensão das urbes alentejanas e o número de estabelecimentos, encontra-se também alguns centros especializados cuja origem poderá eventualmente relacionar-se com a antiga presença de cristãos-novos em alguns daqueles centros. Embora na maioria dos casos estejamos perante estabelecimentos que ocupavam entre 1 a 5 pessoas, podemos identificar algumas oficinas de média dimensão em Elvas (18 e 16 pessoas), em Alcácer, Évora, Estremoz e Redondo (locais onde trabalhavam mais de 10 pessoas).

Em termos cronológicos o registo mais antigo data de 1881. A partir dos princípios do século verificou-se uma tendência para um crescimento ligeiro, muito acentuado a partir de 1927 e até 1932. Outros dois picos verificam-se em 1935 e em 1939, data a partir da qual o número de registos caiu sucessivamente situando-se nos finais da guerra entre 1 e 2 por ano (cf. figura 4.22).

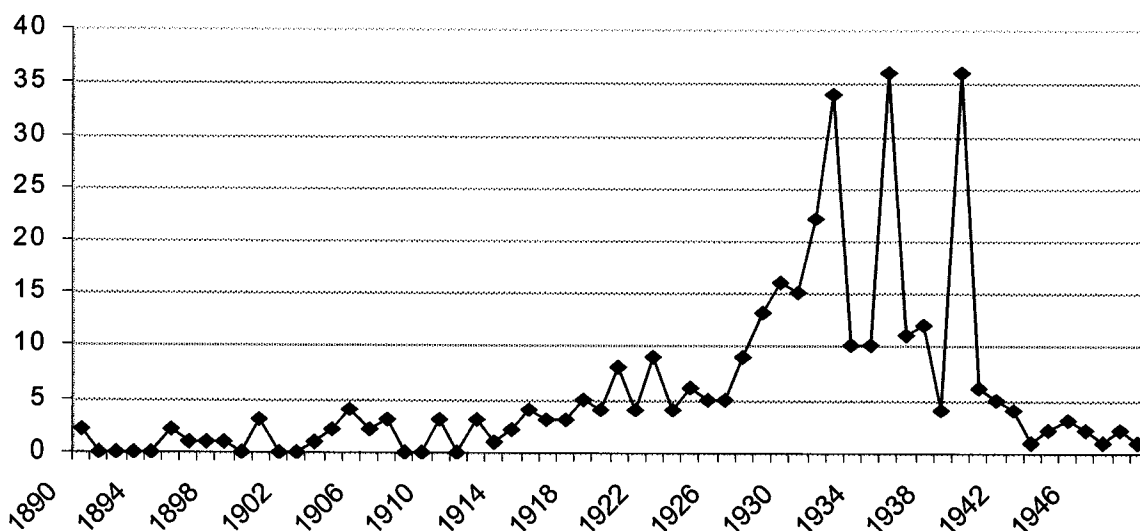


Figura 4.22. Registo de alfaiatarias na 4ª CI no período 1922-1952 por data de fundação declarada.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

A série de cancelamentos revela picos em 1938, 1949 e em 1952-1953. O período que se situa entre os finais dos anos '40 e os princípios da década seguinte foi, pois, o mais intenso (figura 4.23).

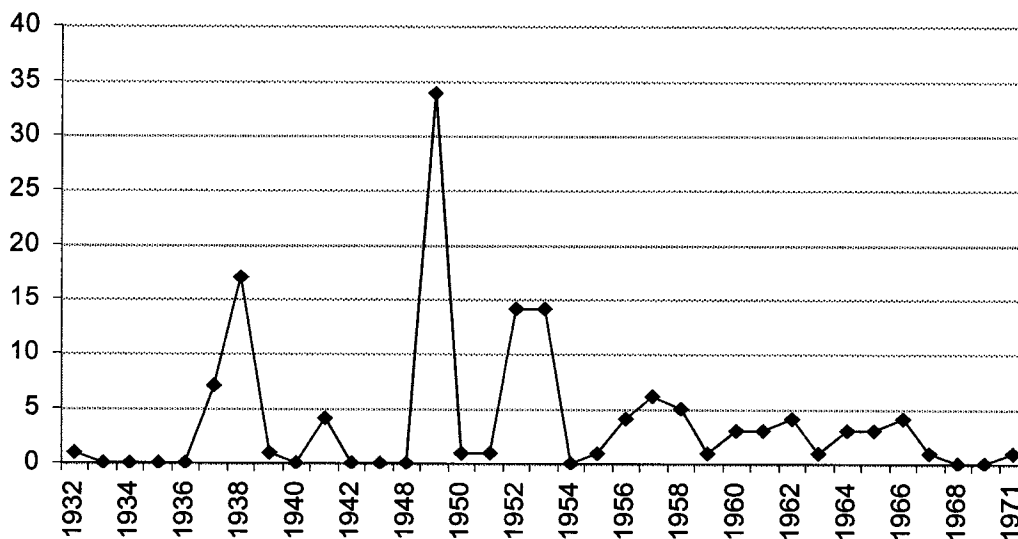


Figura 4.23. Cancelamento da actividade de alfaiate registada na 4ª CI no período 1922-1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

Podemos analisar a duração destes estabelecimentos a partir duma amostra de 61 casos em que nos é dada a data de fundação e de cancelamento. Os resultados mostram-nos que, na maioria dos casos, estamos perante estabelecimentos que seguem a vida activa dos proprietários. Cerca de 53 % dos estabelecimentos duraram entre 21 e 40 anos e apenas 13 % tiveram menos de 10 anos de vida (tabela 4.17).

Tabela 4.17. Duração dos estabelecimentos de alfaiataria registados na área da 4ª CI entre 1922 e 1952.

Número de anos	Registos	Frequência relativa
<=5	5	8,2
6-10	3	4,9
11-20	12	19,7
21-30	20	32,8
31-40	12	19,7
41-50	8	13,1
>50	1	1,6
Total	61	100,0

Fonte: DRME / R.T.N. (cálculos nossos)

As modistas de vestidos foram registadas apenas entre 1934 e 1940 e aparecem somente em 6 concelhos, sendo os centros mais importantes Estremoz (13), Évora (8) e Elvas (6). Tratavam-se de casas que ocupavam quase sempre menos de 6 pessoas. O Inquérito de 1890 indica o fabrico de “roupa branca” como “indústria caseira” em alguns concelhos alentejanos. Tal esteve inteiramente ausente no R.T.N. , sinal provável que se tratava duma indústria que desaparecera com a difusão das máquinas de costura pelas vilas e aldeias.

A chapelaria, registada como indústria de chapéus de feltro entre 1935 e 1939, existia em Évora (4 casos), Estremoz (4), aparecendo de forma isolada em Elvas, no Gavião e em Grândola. Houve cancelamentos em 1937-1938, 1939, 1952-1953 e em 1957. Os estabelecimentos ocupavam no máximo 5 indivíduos. Outros dois registos de barretes referentes à oficina dum único indivíduo revelam uma actividade pouco expressiva que se desenrolou entre 1938 e 1961, em Elvas.

Tal como já indicava o Inquérito de 1890, também no fabrico do calçado podemos encontrar estabelecimentos de mediana dimensão, muito embora na maioria dos casos estejamos perante oficinas que empregavam menos de 5 indivíduos. Em Évora,

salientemos os casos de José Francisco Claudino dos Santos, de António Joaquim Mouginho, José Jacinto Tanganho (Sapataria Alentejana) cujas oficinas, fundadas em 1902, 1903 e 1919, empregavam mais de 10 pessoas. A evolução deste negócio revela que o aumento do número de estabelecimentos se traduz numa redução do número de pessoal empregado no fabrico, sinal porventura de que os consertos se tornaram mais importantes do que o fabrico.

Muito mais numerosos foram os registos de sapatarias, ou seja, de estabelecimentos que também vendiam sapatos fabricados por outros. A distribuição geográfica dos 926 casos revela a importância de Niza (87), Arraiolos (60), Castelo de Vide (44), Estremoz (58), Portalegre (46), Évora (41), Montemor (40), Mora (49) e Sousel (36). Tal como sucedia com a alfaiataria, sobressai não apenas a relação com a dimensão urbana mas também a importância de alguns antigos centros manufactureiros. Em termos cronológicos a série revela uma tendência de crescimento forte até 1930, mantendo-se em alta, com oscilações, até cerca de 1936, caindo acentuadamente depois (cf. figura 4.24).

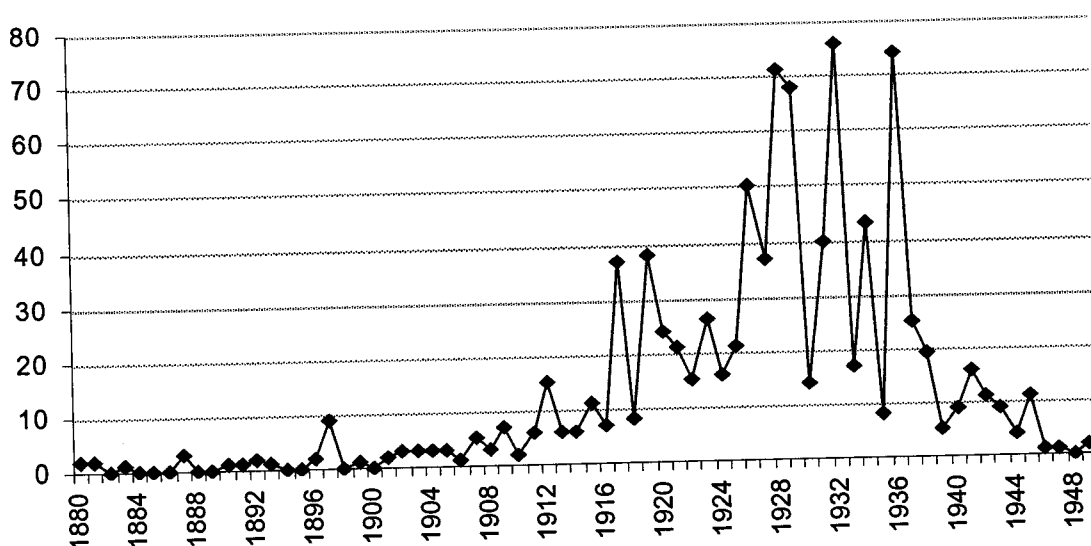


Figura 4.24. Distribuição dos estabelecimentos de sapataria e de fabrico de calçado na área da 4ª CI registados entre 1922 e 1952 por data de fundação.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

O movimento de cancelamento da actividade teve início nos finais dos anos '30, princípios dos anos '40, sendo mais intenso no início dos anos '50 e dos anos '60 (figura

4.26). Ou seja, tudo indica que a concorrência movida pela indústria fabril tenha afectado este sector sobretudo a partir dos anos '50, já que, tal como sucedia noutros casos, ele pode resistir ancorado em produtos especializados para a população rural ou nos simples consertos. Também neste caso, a maioria dos estabelecimentos terá continuado a operar na sua vertente comercial. Seja como for, estamos perante casas que acompanharam ciclos de vida activa dos seus proprietários. Efectivamente, em 55 % dos casos que pudemos apurar, a sua actividade durou entre 21 e 40 anos. Apenas em 7 % dos casos a actividade teve menos de 10 anos (tabela 4.18).

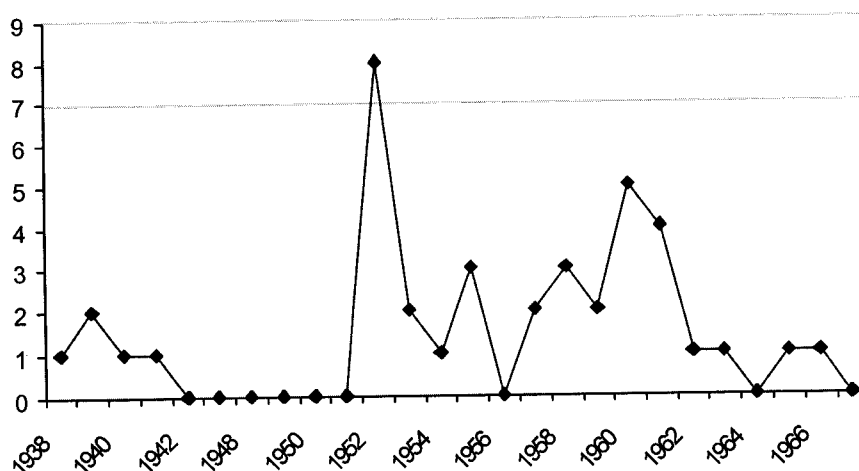


Figura 4.25. Cancelamentos da actividade de sapataria e de fabrico de calçado na área da 4ª CI registados entre 1922 e 1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

Tabela 4.18. Duração dos estabelecimentos de sapataria e fabrico de calçado registados na área da 4ª CI entre 1922 e 1952.

Número de anos	Registos	Frequência relativa
<=5	3	1,9
06-10	8	5,2
11-20	32	20,6
21-30	44	28,4
31-40	40	25,8
41-50	15	9,7
>50	13	8,4
Total	155	100,0

Fonte: DRME / R.T.N. (cálculos nossos)

O fabrico de alpercatas aparece registada a partir de 1932 em Portalegre e em Belver (Gavião). Trata-se duma actividade muito localizada exercida apenas por 3 firmas em nome individual ou em pequena sociedade que terá desaparecido nos anos '50. A firma mais importante empregava 51 pessoas em 1935, sendo este número reduzido para 45 três anos depois.

4.7. As indústrias da madeira e do mobiliário

Trataremos nesta rubrica das carpintarias, marcenarias, serrações de madeiras assim como da tanoaria e da indústria do mobiliário. Deixaremos por agora de parte as carpintarias de carros que serão objecto de atenção quando tratarmos das indústrias dos transportes.

Tabela 4.19. Distribuição geográfica das indústrias da madeira registadas na área da 4ª CI (1922-1952) *

Indústria	Freguesias	Registos	Max. Reg.	Emprego	Max. Empr.
Carpintaria	114	413	20	797	51
Marcenaria	12	17	3	49	19
Serração (madeiras)	20	29	4	107	19
Tanoaria	7	8	2	11	3
Mobiliário - indústria de mobílias	3	7	5	23	10

* Não foram incluídas as indústrias relativas aos transportes.

Legenda e fontes: v. tabela 4.9.

Neste sector, as carpintarias foram os estabelecimentos mais numerosos e dispersavam-se por toda a área da 4ª CI. 413 registos efectuados ocupavam perto de 8 centena de trabalhadores e distribuíam-se por 114 freguesias ou localidades. O máximo de ocorrências numa única freguesia foi de 20 estabelecimentos e 51 pessoas (v. tabela 4.18). A razão de tamanha dispersão prendia-se com a natureza assistencial e polivalente da actividade. As carpintarias tanto construía como reparavam objectos de madeira utilizados nas edificações rurais e urbanas (portas, janelas, armários embutidos, etc.) como serviam ainda para a construção e reparação de peças que compunham as máquinas e os instrumentos utilizados na agricultura. Sintoma da sua flexibilidade, tais estabelecimentos apareciam, em alguns casos, associados à actividade de serração de madeiras, de ferreiro ou de fabrico de mobiliário. Encontramos oficinas de carpintaria tanto nas grandes explorações agrícolas, nos anexos dos *montes*, como nas grandes

empresas industriais e mineiras. E, naturalmente, encontramos as carpintarias como *estabelecimentos de ofício* nas vilas e aldeias. Por essa razão, na esmagadora maioria dos casos estamos perante estabelecimentos que empregavam 2 pessoas ou menos. Efectivamente, dos 413 casos assinalados 207 tinham atribuído apenas 1 trabalhador ou menos, 117 dois trabalhadores, 48 três trabalhadores, 29 entre 4 e 6 indivíduos e, finalmente, 11 oficinas empregavam entre 7 a 9 indivíduos.

A maioria dos estabelecimentos que identificámos como firmas de carpintaria foi registada em nome individual ou em sociedade familiar. Servem de exemplo, neste caso, a Filipe Augusto Macedo & Irmão, em Montemor, que empregava 9 trabalhadores (1935-1955), a José António Macora & Filhos, em Évora, com 7 pessoas (1931-1949), a Guerra & Guerra (Irmãos), em Alter do Chão, com 5 pessoas (1928-1938). Noutros casos estamos perante pequenas sociedades como a Carlos M. da Costa & Cia. L.da, em Évora (1900-196?), a Prego, Correia & Gaspar, L.da (Reguengos, 1932-?) ou a Vidigal & Bernado, L.da, em Elvas (1949-?). Excepcionalmente, encontramos sociedades cooperativas como parece ter sido o caso da União de Artistas Reguenguense (1935).

Ao contrário do que se poderia pensar, alguns destes estabelecimentos mecanizaram-se antes ainda da generalização da electricidade e das máquinas accionadas por pequenos motores eléctricos, movimento que é perceptível a partir de meados da década de 1950. Foi este o caso da “Carpintaria Mechanica Estremocense”, fundada em 1925 e que empregava 7 trabalhadores.

A distribuição geográfica das carpintarias sugere alguma dependência do urbanismo a par de alguma especialização regional. O “centro” mais importante foi Évora, com 52 casos, seguido por Niza (38), Elvas (32) e Estremoz (24). Portalegre, no entanto, teve apenas 13 oficinas, menos uma do que Sousel.

A oficina mais antiga identificada nos registos feitos a partir de 1922 foi a de Gilberto Augusto Carvalheira & Irmão, em Évora, que datava de 1870. A série cronológica, porém, revela dois grandes momentos de crescimento na primeira metade do século XX: o primeiro, curto, com início em 1920 e que vai até 1924 (com o pico em 1922); e o segundo, mais prolongado, que inicia em 1927 e se estende até 1946 (com picos em 1932, 1935, 1939 e 1946), com três curtos interregnos em 1933-1934 e em 1941-1942 e em 1944-1945 (cf. figura 4.26). O pós-guerra abre assim um período de menor dinamismo.

Cerca de 45 % das actividades registadas foram canceladas, sendo os momentos mais importantes 1938 (22 casos), 1949 (19), 1952-1953 (52) e 1956-1957 (30) (cf. figura 4.25). Assim, os anos '50 parecem ter sido decisivos por inverterem a tendência para o crescimento que se assistiu até ao início dos anos '40.

A análise da duração da actividade, realizada a partir duma amostra de 65 casos, revela, em comparação com as actividades oficiais anteriores, um peso superior no caso dos estabelecimentos que duraram 10 anos ou menos, muito embora se note que a maioria teve uma duração superior a 20 anos. Por outras palavras, também aqui o ciclo de vida ligado ao ofício parece explicar a duração nos casos identificados (v. tabela 4.19).

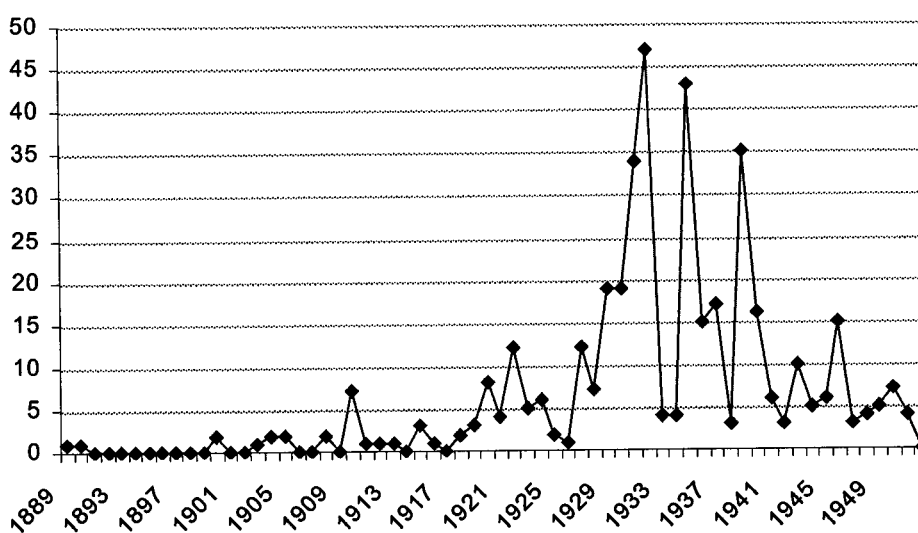


Figura 4.26. Registos da actividade de carpintaria na área da 4ª CI registados entre 1922 e 1952 por data de fundação.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

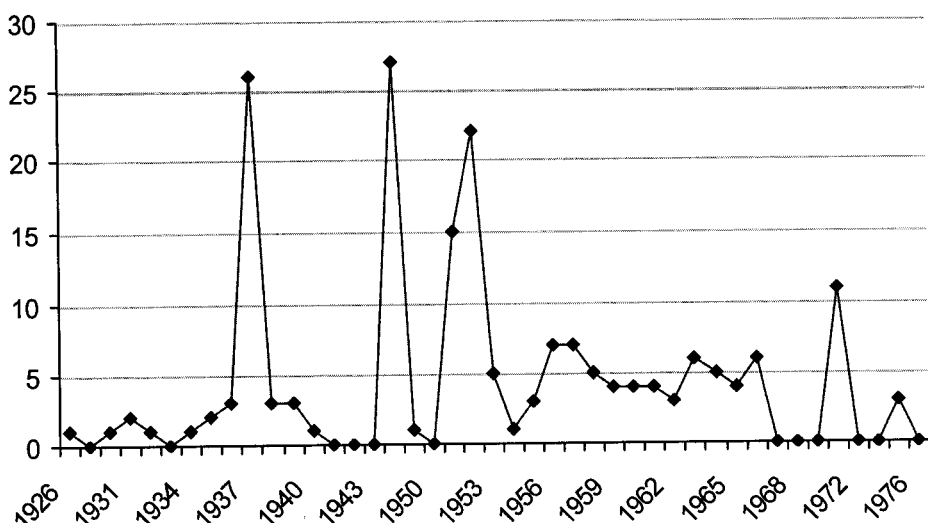


Figura 4.27. Cancelamentos da actividade de carpintaria na área da 4ª CI registada entre 1922 e 1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

Tabela 4.20. Duração da actividade das oficinas de carpintaria registadas entre 1922 e 1952 na área da 4ª CI.

Número de anos	Estabelecimentos	Peso relativo
Menos de 10 anos	14	21,5
11 a 20	15	23,1
21 a 30	15	23,1
31 a 40	13	20,0
41 a 50	6	9,2
mais de 51	2	3,1
Total	65	100,0

Fonte: DRME / R.T.N. (cálculos nossos)

A marcenaria, ao contrário da carpintaria, era uma actividade especializada no fabrico e na reparação de mobiliário. Tratou-se duma actividade orientada para a satisfação duma clientela “burguesa” que, por isso, foi limitada pela capacidade de consumo da população rural e, além disso, sofria com a concorrência dos centros de produção especializada. Não menos importante terá sido a generalização entre as classes populares do mobiliário mais barato em ferro (como as camas) que concorriam directamente com a madeira. Tal como se tornava já perceptível no Inquérito Industrial de 1890, a marcenaria aparecia circunscrita a alguns centros, sendo o mais importante

Évora (6 casos), seguido depois por Elvas (3). A capital alentejana acabaria, aliás, por ser bem sucedida na generalização dum estilo de mobiliário: as típicas *mobílias de Évora*, que ficaria identificado com a região. Entre as firmas orientadas para o fabrico de mobiliário nesta cidade, a maior era a Sociedade de Mobílias L.da, constituída em 1919 e que empregava 10 trabalhadores.

Finalmente, encontramos 8 pequenas oficinas de tanoaria, a mais antiga de 1917, em Alcácer, Évora, Reguengos, Elvas, Montemor e Estremoz. Os cancelamentos desta actividade residual começaram em 1938 e arrastaram-se até 1972.

4.8. As indústrias da construção

Os fornos de cal e as fábricas de telha e de tijolo foram as mais importantes indústrias ligadas à construção, consideradas quer sob o ponto de vista do número de estabelecimentos como do emprego (tabela 4.21). Em contrapartida, foram escassas as iniciativas ligadas à produção de mosaicos, de materiais cerâmicos para construção ou de artigos em cimento bem como as oficinas de canteiro, as serrações de mármore e a sua extracção. Trataram-se, nestes casos, de actividades geograficamente mais circunscritas, dependentes quer da existência local de matérias-primas (como foi o caso dos mármore) quer duma procura escassa de bens mais sofisticados. Tem, por isso, interesse notar que encontramos apenas 2 registos de estabelecimentos vocacionados para a espelhagem e biselagem do vidro, iniciativas tardias (pois datam de 1949 e 1950) e circunscritas a Évora.

Tabela 4.21. Distribuição geográfica das indústrias da construção registadas na área da 4ª CI (1922-1952)

Indústria	Frequências	Registos	Max Reg	Emprego	Max Empr
Telha e tijolo	105	293	17	902	90
Cal – forno	55	162	13	434	46
Canteiro – oficina	16	41	7	89	20
Cimento – artigos	4	5	2	17	8
Mármore – extracção e	5	9	2	157	74
Ladrilhos e mosaicos	3	3	1	5	3
Cerâmica - materiais para	10	21	6	171	51
Vidro - espelhagem e biselagem	1	2	1	11	9

Fonte: DRME / R.T.N. (cálculos nossos)

Este sector foi assim marcado até muito tarde pelo “tradicionalismo” nas técnicas utilizadas no fabrico, na natureza dos produtos fabricados, bem como nas relações com os restantes sectores.

Os fornos de cal e as fábricas de telha e de tijolo foram actividades geograficamente dispersas, dado que o seu padrão de localização resultava da optimização entre o local das matérias-primas e a geografia da procura dados os elevados custos de transporte terrestre. Assim, as quase 3 centenas de fábricas de telha e de tijolo apareciam em 28 dos 32 concelhos que compunham a área da 4^a CI, sendo os mais importantes Évora (25), Ponte de Sôr (20), Grândola (21), Santiago do Cacém (17), Montemor (16), Aviz (17) (cf. tabela 4.21). Não há, pois, uma relação directa entre a dimensão das urbes e o número de estabelecimentos que eram de muito pequena escala. Efectivamente, apenas 22 estabelecimentos empregavam mais de 6 pessoas e o seu regime de laboração era, por via de regra, sazonal. Grande parte deles operava em contexto rural, integrados ou não na economia das grandes propriedades, como se percebe pelo facto de, em 89 casos, a sua localização ficar em herdades ou noutros prédios rústicos. Não admira, por isso, que apareçam igualmente grandes proprietários à frente do registo de tais estabelecimentos.

As edificações rurais correntes continuavam a utilizar, acima de tudo, os materiais locais abundantes – a taipa, o xisto e a pedra – contribuindo para o fraco consumo do tijolo, material requerido nas construções mais sólidas, nos arcos e abóbadas, enfim, pelas obras de arte. O fraco índice de urbanização traçava o quadro duma procura muito dispersa, irregular e débil, sendo os mercados limitados pelos custos de transporte terrestre duma mercadoria de baixo valor unitário.

Alguns exemplos mostram-nos a natureza destes estabelecimentos. O primeiro caso refere-se à “fábrica de produtos cerâmicos (telha e tijolo)” do proprietário de Moura José Miguel Raposo de Oliveira, a qual não passava dum forno de cozer telha mourisca, tijolos, lambases e telheiro, localizado na sua herdade de Barreiros (concelho de Moura), que usava lenha do montado e água do poço⁹⁸. Localizado a 250 metros da Estrada Nacional e a 9 Km da vila, o forno empregava apenas 2 homens e trabalhava durante 3 meses no verão para o consumo local. Produzia, em 1937, 400 peças diárias. Um novo requerimento feito no ano seguinte explicava o modo de funcionamento desta indústria. Deste modo, o proprietário desejava obter licença dos serviços industriais para a

⁹⁸ DRME - Processo 7.028 da 5^a CI. Alvará 26.322 de 7 -12-1938 no D.G. 297, II, de 23-12-1938

“laboração de um forno em regime de aluguer, como é uso da região, não é para a indústria de conta própria. Pessoal que trabalha no forno é um operário que aluga o forno e que trabalha por sua conta e emprega de rendeiro um ou dois serventuários nacionais, tudo homens”³¹¹.

Na mesma época, também na “fábrica de telha, tijolo e ladrilho” da proprietária Catarina Rosa Ferreira, que ficava na Estrada do Carmo, na Vidigueira, trabalhavam 2 operários. Segundo afirmava, “não há máquinas. O trabalho é manual usando-se apenas formas de telha, tijolo e ladrilho”³¹². Encontramos o mesmo tipo de “fábrica de telha e tijolo” na Herdade da Repoila, em Serpa. O registo feito em Setembro de 1939 por Manuel de Brito Sampaio, em nome do proprietário da herdade, afirmava que no *telheiro* trabalhavam apenas ele e um ajudante. “Duas formas antiquadas em madeira para fabrico de telha e tijolo” e 1 forno com capacidade de 14 m³ era tudo o que havia a anotar deste estabelecimento que nem todos os anos trabalhava.

Já numa época mais recente, a fábrica de telha e tijolo do Dr. Quintino Lopes no Bairro dos Leões (Sé – Évora), instalada em 1952, podia produzir anualmente 100 mil peças (lambaz, tijolos, etc.) e funcionava apenas durante 3 ou 4 meses, no verão, utilizando 3 homens e 1 encarregado³¹³. A actividade dependia tanto da expansão urbana como da reserva local de argilas, razão pela qual o proprietário esperava mudar o estabelecimento ao fim de alguns anos. O estabelecimento não passava dum forno com um barracão anexo que utilizava apenas 1 motor de 2 c.v., formas e carrinhos de mão. Os produtos eram vendidos ao milheiro à boca do forno para o consumo de Évora³¹⁴.

Podemos acompanhar a evolução destes pequenos fornos de herdade a partir dos finais da década de '50, seguindo o processo de Joaquim José (1913- ?), agricultor do Cabeção que recebera de herança um pequeno prédio rústico com 2 hectares³¹⁵. Incapaz de se sustentar da lavoura consegue autorização dos serviços industriais para instalar uma “fábrica de telha e tijolo” em 1956. A fábrica, composta por um forno vulgar com 29 m³ e um barracão com 200 m², utilizava um moinho para amassar barro movido por um animal, uma prensa manual para fazer telha, outra para tijolo e empregava uma pessoa e

³¹¹ Requerimento feito em 9 de Abril de 1938 (proc. cit.)

³¹² V. DRME -Processo 2.840 da 5^a CI. Alvará 27.266 de 28-12-1939.

³¹³ DRME - Processo 7.970 da 4^a CI. V. requerimento de 15.Mai.1952

³¹⁴ Veja-se a folha de Inquérito de 12 Abr. de 1953 no proc. cit.

³¹⁵ DRME - Processo 8.796 (Rilei 4/463). Fábrica de Telha e Tijolo no Monte Novo, Mora. Alvará 48.776 de 12-5-1958.

“5 pessoas da família da casa”¹⁰⁴. Na altura em que o fiscal ia fazer a vistoria, encontrou o proprietário ausente. Segundo afirmava, tinha sido

“pelo motivo de eu ter ido com o meu pessoal ceifar umas searas que tenho tive de parar ali com os serviços do forno porque eu sou pessoa pobre e não tenho posses de fazer o movimento dos meus serviços ao mesmo tempo. Por isso venho fazer um grande pedido a vossa Excelência se poder ser eu agradeço-lhe bastante dar-me mais o mês de Julho para eu ter tempo de fazer o dito forno que já está começado e pôr tudo em condições de vossa Excelência nos vir fazer a visita se não puder ser tanto tempo”¹⁰⁵.

No ano seguinte, foi instalada uma máquina de fazer tijolo accionado por um tractor de 20 c.v. e mais um forno para cozer tijolo. O proprietário produzia agora três qualidades de tijolo para o mercado de Mora, continuando o fabrico de telha a ser manual. Em Fevereiro de 1969, foi constituída a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada Joaquim José & Filhos Limitada, com sede nas Courelas do Monte Novo, em Mora, tendo por objecto a indústria e o comércio de cerâmica. O pai dava a cada um dos filhos uma cota de 5 contos em capital, reservava para si 30 contos e queria a sua assinatura em todos os negócios. Foi nesta altura que as exigências colocadas pelo “condicionamento técnico” ameaçaram o encerramento, levando o industrial a apelar aos serviços¹⁰⁶. Em vez de fiscalizar simplesmente a qualidade dos produtos fabricados que apareciam no mercado, o Estado exigia investimentos em equipamentos que a escala de operações do pequeno industrial não podia suportar.

¹⁰⁴ V. requerimento de 1957 no proc. cit.

¹⁰⁵ Carta autógrafa de Mora, 19 de Junho de 1957 (*proc. cit.*). (Erros ortográficos corrigidos).

¹⁰⁶ “Senhor Engenheiro eu e toda a minha família pedimos a Vossa Ex. ia e ao Senhor fiscal pela vossa rica saúde que tenham dó de nós, haver (sic) se podiam estudar um processo de evitar diminuir ou selar uma coisa que tantos sacrificios custou a nós todos e que tanto trabalharmos (sic) e ainda custou uma porção de contos e que somos pobres e tanta falta nos faz. Porque os fornos são pequeninos levam pouco e não dão arrefecimento não se pode desenfornar a tempo a família queima-se depois não podemos coser e a máquina assim pode trabalhar depois não há rendimento as despesas estão certas os encargos aparecem nós não arranjam fundos para satisfazer todos os pagamentos a tempo. como manda a lei. Por isso eu peço e agradeço o seu auxílio e pagarei o que vossa Ex. ia entender agradeço que me deixem laborar algum tempo com os 3 fornos e assim que eu poder dar um jeito nós fazemos imediatamente um forno em condições e se não for por este meio eu e a minha família temos a nossa vida estragada. Estas máquinas que aqui temos, custam uns centos de contos, nos temos muito que trabalhar e sofrer para as pagar-mos e corresponder a todos os encargos que estamos sujeitos, estou muito empenhado e arrisquei tudo o que tenho por causa da Cerâmica. E se não for assim por este meio não defendemos. Estamos até sujeitos a ficar desgraçados sem nada” (Carta de Joaquim José, datado de Mora no proc. cit. Erros ortográficos corrigidos).

Alguns estabelecimentos tiveram características mais “industriais” e, por isso, não tiveram o mesmo tratamento caridoso e compreensivo dos serviços do Estado. Estava neste caso a Cerâmica Pereira, L.da, estabelecimento fundado em 1922 por Domingos José Pereira, comerciante de fazendas e de mercearias também em Mora. Em Junho de 1931, no auge da crise mundial, o administrador do concelho foi intimado pelos serviços industriais a impedir a laboração daquele forno enquanto o industrial não estivesse munido da “respectiva licença”³¹⁹. Tratava-se de 1 forno com chaminé que dispunha de 1 motor semi-diesel de 10 c.v., 1 laminador mecânico (amassador de barro), 1 máquina de fazer telha e 1 prensa manual e que empregava, pelo menos, 5 operários. A fábrica ficou, por isso, sujeita ao condicionamento industrial. Quando em 1933 o industrial declara ter substituído “o motor Nunk de 10 HP por outro Crossely de 23 HP, tendo também adicionado mais uma máquina destinada a preparação de barro e vendido o Nunk ao Sr. Manuel Nunes Prates de Montargil”, recebe de imediato a seguinte resposta das autoridades industriais:

“Em carta datada de 10 do corrente diz V. Ex.^a que substituiu o motor de 10 c.v. por outro de 23. É caso para lhe perguntar (sic) quem o autorizou a fazer tal? Queira pois justificar-se e entregar nesta Circunscrição no prazo de 15 dias a contar da data desta notificação, requerimento solicitando a Sua Excelência o Senhor Ministro do Comércio e Industria, autorização a que se refere o art.º 2º do regulamento sobre o condicionamento das indústrias aprovados (sic) pelo decreto N.º 19.409 de 4/3/1931”.³²⁰

Em 1933, a fábrica de cerâmica empregava já 10 homens e 12 mulheres, tendo sido legalizada aquela acção do empresário. Em 1935 foi montado um novo motor e, em 1942, uma serra circular. O seu comportamento refractário à lei levou-o a ser multado nesta data por ter aumentado a dimensão do forno sem autorização. Nesta altura, a situação do estabelecimento que fabricava ladrilhos e mosaicos era a seguinte:

Valor das instalações:	400 contos (1948)
Emprego:	8 operários (2 mulheres)
Máquinas:	1 prensa revólver alemã com capacidade para 3 mil telhas em 8 horas, 2 prensas manuais para 1200 telhas, 1 feira nacional para 5000 tijolos, 1 laminador alemão para preparar barros, 1 prensador de tijolo nacional para 600 em 8 horas, 1 serra mecânica para serrar lenha, 1 motor a óleos pesados com 23 c.v., 1 motor a vapor com 6 c.v. nominais (locomóvel a funcionar até que lhe fossem fornecidos combustíveis)

³¹⁹ V. officio de 6-6-1931. DRME - Processo 2.414 (Rilei 4/491) de Mora. Alvará 19.075 de 27-2-1932.

³²⁰ V. officio do engenheiro-chefe da 4ª circunscrição, Évora, 27 de Julho de 1933 no *proc. cit.*

Transportes:	Matérias primas chegam por carroças; exportação por caminho de ferro.
Regime de laboração:	Trabalha de Março a 31 de Outubro
Produção:	200 mil telhas, 100 mil tijolos furados, 20 mil tijolos para ladrilhos
Mercados:	o distrito de Évora

As dificuldades em obter combustível durante a guerra levou o industrial a procurar queimar bagaços, serradura de mato e raspas de cortiça, situação que o obrigou a instalar outros motores. Só em 1956 se abateram os maquinismos instalados durante a guerra. Nessa altura existia já um novo forno (instalado no final dos anos '40) com dimensão idêntica aos dois anteriores e seis alimentadores mecânicos. A electrificação das operações foi feita apenas em 1963, quando se instalaram 7 motores eléctricos com 88,5 c.v. no total e 1 transformador de 75 kw. Quatro anos mais tarde, quando a concorrência se começava a fazer sentir com a entrada de novos operadores vindos da lavoura, o industrial sentindo-se objecto de fiscalização discricionária, queixava-se agora da liberdade que lhes era dada¹⁰⁹.

Este caso mostra que a proximidade do caminho-de-ferro e a produção de produtos mais especializados e de valor superior, como os mosaicos, permitiram o aparecimento de unidades de características mais industriais e que operavam para mercados mais alargados. Contudo, a existência destas unidades não impediu a entrada de

¹⁰⁹ V. officio de Domingos José Pereira de Mora, em 19 de Junho de 1967, dirigida ao Director dos Serviços Industriais (no proc. cit.) : “Agradeço a V. Ex.^a a fineza de ordenar uma visita à minha fábrica de Cerâmica, assim como aquelas novas que ultimamente têm sido equipadas com maquinaria de grande capacidade mas sem condições algumas para as instalar. Como pode ser verificado. Obedecendo isto a construtores de máquinas de Cerâmica que tentam impingir estas a quaisquer pessoas sem condições para as pagar. É estranho que eu, fabricante há mais de 40 anos, quando os serviços industriais não estavam tão apertados, não podia fazer qualquer serviço na minha indústria sem as respectivas autorizações e vistorias, que custavam bastante dinheiro, o que é natural, e que agora as coisas tomaram outro rumo. O meu colega, sem conhecimentos, sem condições de instalações, lhe é permitido montar uma máquina de 100 c.v. e outros sem dar cavaco? Esta pessoa que está aqui a 2 ou 3 km no meio de proprietários cujas propriedades são constituídas de sobreiral, sujeitos a serem incendiados pelo lume irradiado dos fornos rudimentares usados por aquele colega. Nessas propriedades me encontro incluído, o que nunca reclamei por ser oficial do mesmo officio. Também iniciei o meu princípio mas fui obrigado a fazer-lhes chaminés. Trata-se do Sr. (...), o que é natural essa direcção já ter conhecimento. / Mas creio que ainda não foi verificado o estado precário daquela instalação. Este Amigo faz tudo. Nunca pagou imposto de transacção do que vende e nunca pagou para as Caixas de Previdência, faz transportes com os seus tractores quando estes não são para os serviços industriais. Eu nada posso fazer inclusivamente não há muito tempo fui obrigado a canalizar água com pressão para os tanques que servem de limpezas às sentinelas, que eram cheios com pessoal. Ora a fábrica também está no campo. Há tempos, há cerca de 3 anos fui avisado para mandar tirar alvará para fazer depósito de lenha limpa porque não gasto rama [...] Enfim, todas as pessoas deviam carregar em igualdade de circunstâncias com o que as leis mandam (...)”.

estabelecimentos mais arcaicos, como se percebe pela análise dos processos industriais. É, pois, interessante analisar a evolução cronológica dos registos nesta perspectiva.

O registo mais antigo data de 1891 mas foi a partir de 1902 que se verificaram registos com alguma regularidade. A 1ª fase de expansão ocorreu no período 1920-1924 que se prolongou, em alta, até 1930, após a breve interrupção registada em 1925 (cf. figura 4.28). A partir de 1930, a actividade caiu de forma continuada até 1933. A recuperação ocorre lentamente e com anos de quebra até 1945, ano que registou um aumento súbito importante, logo interrompido nos dois anos seguintes. Enfim, 1948-1950 constituem os últimos anos bons nesta série.

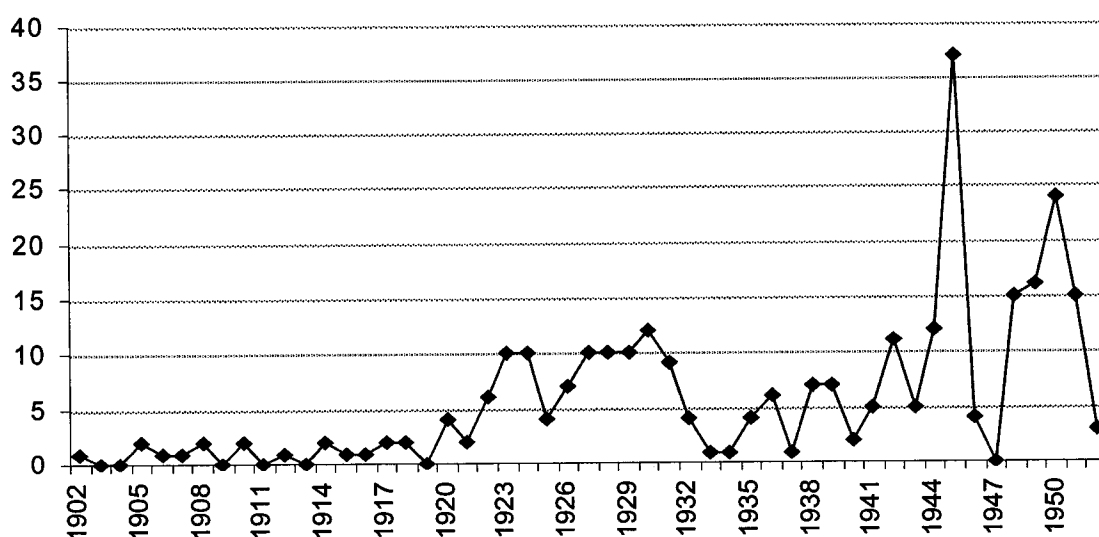


Figura 4.28. Registos de fábricas de telha e de tijolo na área da 4ª CI registados entre 1922 e 1952 por data de fundação.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

A análise dos cancelamentos mostra que eles ocorreram sobretudo a partir dos anos '50, com picos em 1953, 1958, 1961 e 1966, marcos que porventura assinalam processos de concentração / modernização na qual a acção reguladora do Estado se fez sentir, como vimos.

Os fornos de cal seguiram, em certa medida, um padrão de actividade análogo ao dos fornos de telha e tijolo. Estamos perante pequenos estabelecimentos que, por norma, não ocupavam mais do que 4 indivíduos que laboravam de forma sazonal e intermitente e que se dispersavam no espaço rural de acordo com a localização da principal matéria-prima utilizada. Os fornos de cal aparecem assim em 16 concelhos ou 55 freguesias e

lugares na área da 4ª CI, sendo de destacar Santiago do Cacém (23), Bencatel – Vila Viçosa (12), Elvas (17), Aramenha - Marvão (14), Alter do Chão (11), Borba (10) e Sousel (10).

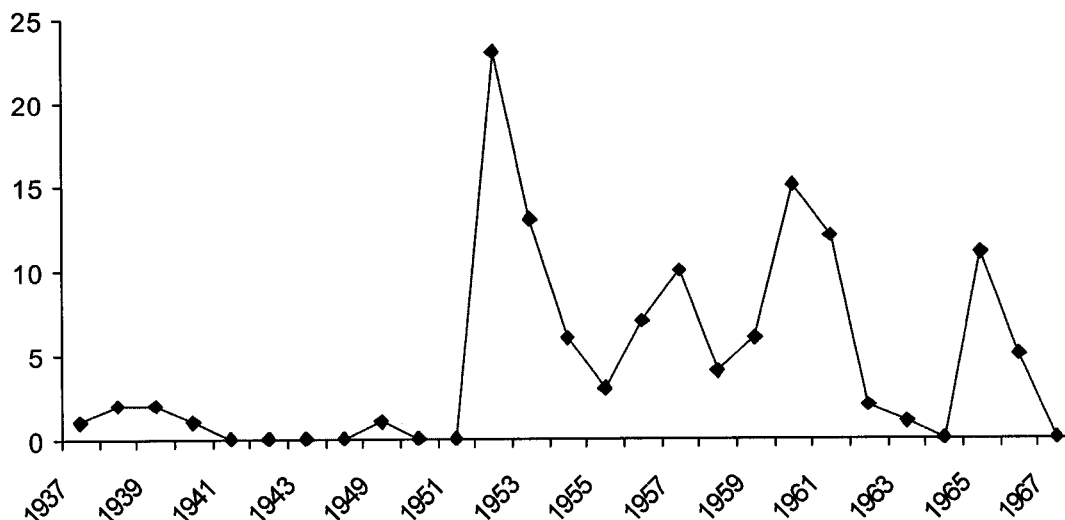


Figura 4.29. Cancelamentos da actividade de fabrico de telha e tijolo na área da 4ª CI registada entre 1922 e 1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

Para além da construção, a cal conhecia igualmente muitas aplicações na agricultura, sendo de salientar a preparação das caldas bordalesas. Não é de estranhar assim que, ao lado de proprietários agrícolas e de firmas familiares, apareça registada A Companhia de Agricultura de Portugal, em Alcácer do Sal. A série cronológica revela picos regulares, quase sempre em cada três anos como se percebe na sequência 1916, 1919, 1922, 1924, 1930, 1934, 1936, 1942, 1945 e 1948 (cf. figura 4.30). Depois de 1924 verificaram-se 3 anos excepcionalmente bons entre 1928 e 1930 e, depois de 1936, 4 anos maus até 1941.

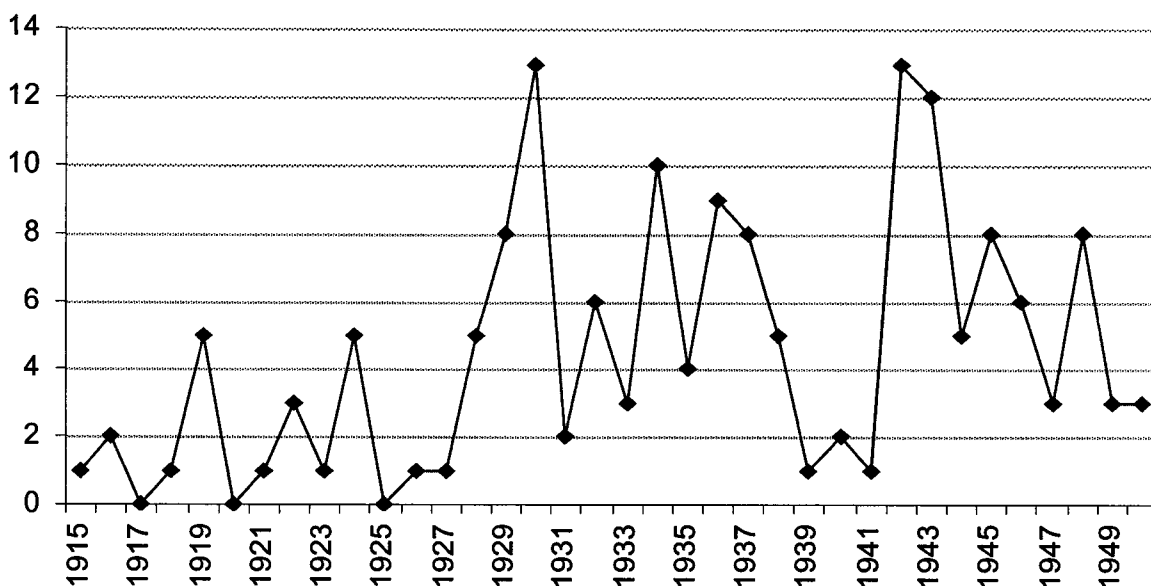


Figura 4.30. Registos de fornos de cal na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

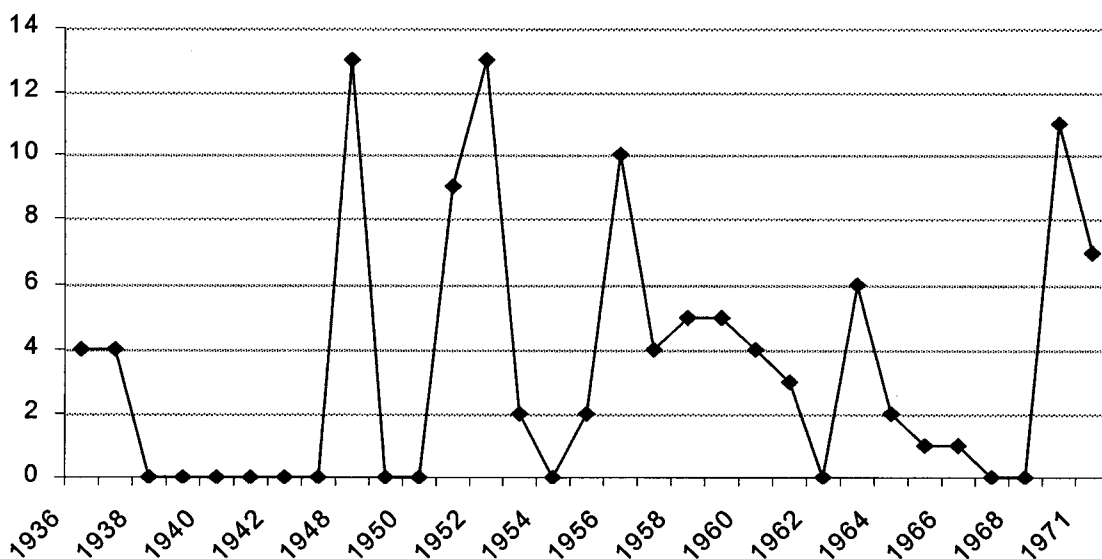


Figura 4.31. Cancelamentos da actividade de forno de cal na área da 4ª CI registada entre 1922 e 1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

A leitura dos novos registos deve ser comparada com a dos cancelamentos (figura 4.31). Esta apresenta picos em 1937-1938, 1949, 1953, 1959-1960, 1964 e 1971 sugerindo-

nos que é sobretudo a partir dos anos '50, graças à generalização do cimento *portland* e das novas técnicas de construção, que se verificou o fim da era dos fornos de cal. Efectivamente, a partir de 1945 vemos surgir os primeiros estabelecimentos de fabrico de artigos em cimento, pouco numerosos, em Évora, Arronches e Grândola. Naquela cidade, assinalamos as pequenas firmas de Rosária M. L. de Carvalho, Manuel A. Filipe e Antero da Conceição (1947-1952) bem como a Empresa Eborense de Construção (1950-1952). A análise duma “indústria de blocos de cimento” estabelecida em Évora em 1953 revela-nos uma pequena oficina na zona urbana equipada com máquinas-ferramenta utilizadas no trabalho em madeira (garlopa, tupia, plaina, etc.) accionadas por motores eléctricos e que empregava 12 homens¹¹⁰. Fabricava tubos, vigas e blocos de cimento, mosaicos, caixilharia e móveis para o mercado regional com madeiras que recebia das Beiras e do Ribatejo, cimento e grés que vinha do Outão, tintas de Lisboa, granulado de mármore de Pero Pinheiro e areia que vinha de Elvas. Ao contrário do que poderíamos pensar perante uma lista tão extravagante de fornecedores, a empresa prosperou até 1966, pelo menos, pois nessa altura dispunha de 17 motores eléctricos com 67 c.v. e empregava 21 trabalhadores e 4 pessoas no escritório.

Fora da área da 4^a CI, podemos assinalar a “Fábrica de Mosaicos” de João da Palma, na cidade de Beja, também ela constituída para satisfazer o mercado do distrito a partir de matérias-primas importadas de origem bem distinta¹¹¹. Fundada em Janeiro de 1939, os mosaicos hidráulicos eram produzidos com cimento que vinha de Setúbal, Leiria ou Alhandra, granito (marmorim) da Póvoa de Santa Iria, cimento branco e tintas metálicas importadas dos E.U.A., Inglaterra e Espanha e óxido de ferro de origem nacional. Tratando-se duma pequena oficina que não empregava mais do que duas pessoas, a iniciativa não teve dificuldades em obter a aprovação dos serviços do condicionamento apesar do protesto duma firma estabelecida no Algarve. O seu mercado era o de Beja “onde existe um assinalável movimento de construção urbana e em projecto” e poderia ir até “aos concelhos vizinhos onde não existe nenhuma indústria similar montada”¹¹². Servia-se do caminho de ferro e das camionetas de carga para as mercadorias vinda de fora e da carroça vulgar de tracção animal para os produtos

¹¹⁰ DRME - Processo 4.585 (Rilei 4/1340 Rilei). A legalização da secção dos blocos de cimento foi feita somente em 1964.

¹¹¹ Ficava na Travessa da Banha, em Beja. V. DRME - processo 6.917 da 4^a CI. Alvará 30.670 de 5/12/1946. D.G., 2^a série, 19-12-1946.

¹¹² Da memória descritiva de 12.Jun.1939 no proc. cit.

utilizados na confecção. Em 1942, a capacidade de trabalho do estabelecimento tinha triplicado e empregava já 4 pessoas, ou seja, menos dois do que em 1960.

Na Vidigueira encontramos também uma fábrica de mosaicos e de artigos de cimento em tudo semelhante à anterior³²⁵. Fundada em 1947, a Cerâmica Vasco da Gama L.da empregava apenas 4 pessoas e estava equipada com uma simples prensa hidráulica, uma máquina de blocos de cimento e 1 motor de combustão interna com 1,5 c.v. Com areia da Vidigueira, cimento do Outão, pó de pedra de Pero Pinheiro e tintas compradas em Lisboa, a firma produzia diariamente 600 mosaicos com destino a Lisboa! De acordo com as afirmações prestadas no boletim de inquérito, a firma trabalhava durante todo o ano, “paralisando por falta de cimento ou falta de colocação do material”³²⁶. No início dos anos '50, a firma fabricava, para além de mosaicos, tubos e blocos de cimento.

Tudo indica, pois, que o crescimento urbano e a própria malha de povoamento condicionaram o potencial de crescimento destas pequenas iniciativas de âmbito sub-regional. Um breve apontamento de feição prosopográfica sobre a vida empresarial de uma das mais antigas fábricas de mosaicos da região fundamenta essa conclusão. Trata-se da “fábrica de mosaicos e de azulejos”, fundada em 1923 por António Rosado, industrial e proprietário eborense que, para além disso, “comercializava cimentos de todos os tipos”³²⁷. Somente em 1939, ano em que se fizeram algumas modificações na “fábrica”, as prensas hidráulicas foram substituídas. Em 1946, quando foram instalados mais 1 acumulador eléctrico, 1 polidor e 1 máquina misturadora, não empregaria mais do que 3 pessoas. Três anos mais tarde, o negócio passou para a Pinto & Machado L.da, sociedade constituída entre um comerciante e um construtor civil. Em 1960, quando começou a fabricar manilhas de cimento, a empresa não empregava mais do que 10 operários.

A par das fábricas de mosaicos e de azulejos, foram registadas 21 fábricas de cerâmica para materiais de construção, vocacionadas para a produção de manilhas em grés, pias, mosaicos, etc. Eram estabelecimentos geralmente de maior dimensão geridos por firmas especializadas como parece ser o caso de A. Regional L.da, em Arronches (1920-?) que empregava 11 trabalhadores, d' A Companhia das Fábricas Cerâmica

³²⁵ ADRME - Processo 6.673 da 4ª CI. (Rilei 4/586). Requerimento deferido ao abrigo do art.º 2º do dec. 36.433 de 30.Jun.1947.

³²⁶ No proc. cit.

³²⁷ Do timbre da sua firma. V. ADRME - Processo 34-U da 4ª CI (Rilei 4/3241). Ficava na Rua das Alcaçarias, 1. S. Mamede – Évora. Alvará 3391 de 29.Fev.1929.

Lusitânia, em Arraiolos (1925-1952), com 18 trabalhadores ou da Sociedade Cerâmica do Sul do Sado L.da (1938-?), em Santiago, com 22. Na maioria dos casos, porém, dominavam as firmas em nome individual, sendo a mais antiga de 1908. Em termos geográficos, Arronches e Portalegre reuniram a maioria destas iniciativas que podem ser encontradas também em Arraiolos, Campo Maior, Grândola, Évora, Montemor, Mora, Portalegre, Redondo e Santiago do Cacém.

De alguma forma associadas às indústrias da construção encontravam-se as oficinas de canteiro, as serrações de mármore e os estabelecimentos ligados à extracção e preparação de mármore. Ao contrário do que sucedia com os produtos cerâmicos, em que os mercados tinham uma dimensão local ou sub-regional, neste caso era principalmente a actividade exportadora que dinamizava este grupo de actividades. As oficinas de canteiro eram, neste panorama, uma excepção já que o mármore saía sobretudo em blocos.

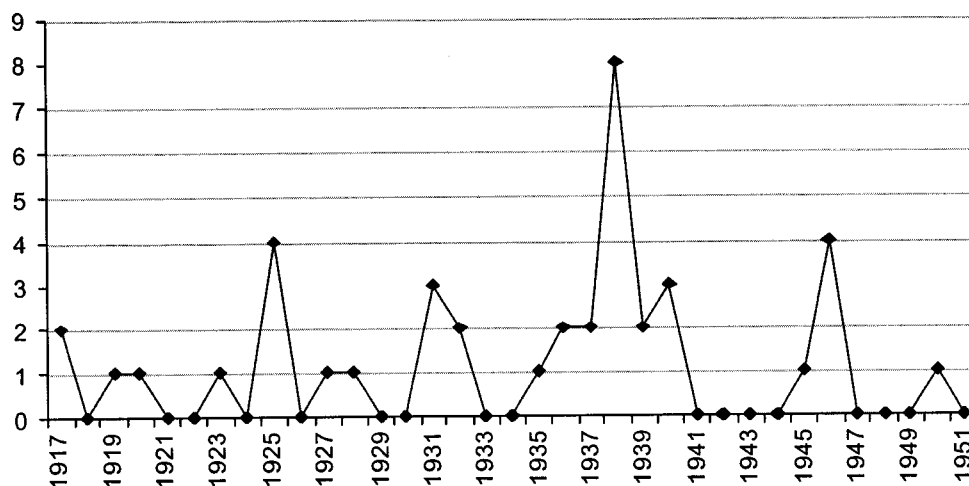


Figura 4.32. Registos das oficinas de canteiro na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

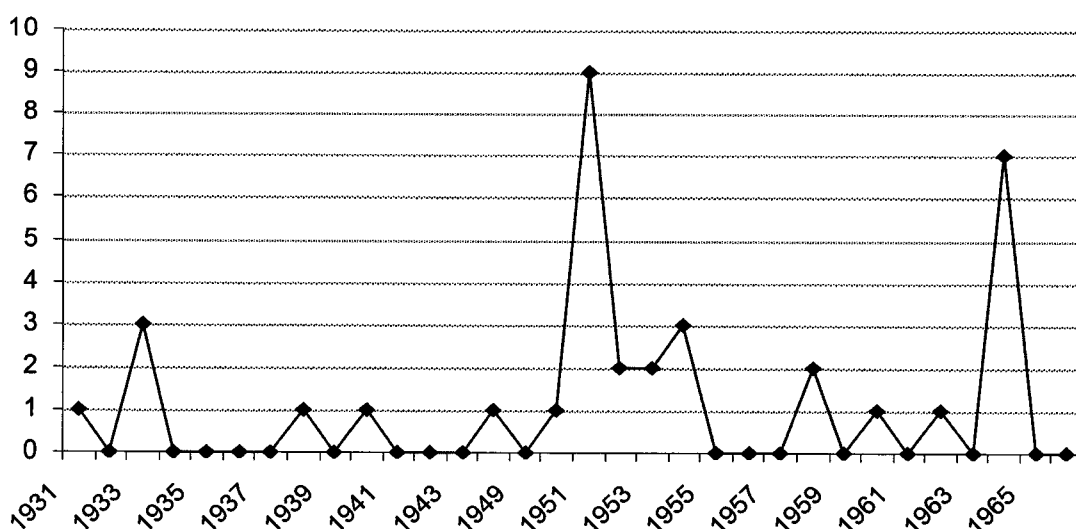


Figura 4.33. Cancelamentos das actividades de canteiro na área da 4ª CI registadas entre 1922 e 1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

As oficinas de canteiro raramente ultrapassavam os 3 indivíduos e localizavam-se nas zonas de extracção. Deste modo, Borba (8 registos), Estremoz (8 registos) e Vila Viçosa (9) concentravam a maioria das oficinas. Évora, por sua vez, era igualmente um “centro” de produção (8 casos). Arraiolos, Elvas, Móra, Portalegre e Reguengos foram as localidades que tiveram igualmente este tipo de oficinas orientado para a produção de objectos de culto e funerários. As figuras 4.32 e 4.33 mostram, respectivamente a evolução do registo desta actividade no período 1922-1952 e as datas cancelamento declaradas. Nelas sobressaem os picos de actividade em 1925, 1931, 1938, 1940 e 1946, sendo o cancelamento um fenómeno que sobressai no início dos anos ’50 e em 1965.

A extracção e a preparação de mármore foi uma actividade mais “capitalista” que deu lugar à formação de sociedades que operavam em vários estabelecimentos distintos, com um número de trabalhadores sempre variável mas que, por vezes, ultrapassava a meia centena. Nos registos, todos em Estremoz e em Vila Viçosa, sobressaíam a Empresa de Mármore e Cerâmica de Estremoz e Borba L.da (Estremoz, 1918-) que empregava 70 trabalhadores, a Sociedade de Marmóres de Vila Viçosa L.da (1932-), com 38 trabalhadores, e a firma de Francisco Dias Ramos (1949-), também naquela vila, com 22 operários (v. tabela 3.8). Havia, porém, sociedades que operavam numa escala mais

reduzida como acontecia, por exemplo, com a Sociedade dos Mármore de Portugal, L.da (1939-1952) ou com a União de Mármore, Limitada, em Bencatel (1944-1971).

4.9. As indústrias cerâmicas

Para além das indústrias cerâmicas ligadas à construção, o R.T.N. inventariou o sector tradicional ligado à produção de objectos de barro de uso corrente sob a classificação ora de “olaria” ora de “fabricação de louça de barro ordinário”. O fabrico de pratos, enfusas, quartas, etc. era feito em pequenas oficinas que, por norma, não registavam mais do que 1 ou 2 trabalhadores e que vendiam à boca do forno ou em feiras e mercados regionais. O fabrico de grandes talhas para vinho, porém, era uma “indústria” à parte, muito mais especializada e circunscrita.

Podemos encontrar oficinas de olaria ou estabelecimentos com fabrico de louça de barro em 20 dos 32 concelhos da 4ª CI. Contudo, esta aparente dispersão é enganadora já que, na maioria dos concelhos, a actividade aparecia de forma isolada ou residual. Tal aconteceu em Alter do Chão (1 casos), Arraiolos (1), Campo Maior (2), Évora (2), Gavião (1), Montemor (2), Portalegre (3), Santiago (1) e Vila Viçosa (3). Noutros concelhos, porém, esta indústria predominantemente doméstica tinha maior expressão, como sucedia em Elvas (4), Estremoz (5) e Grândola (5). A esmagadora maioria dos estabelecimentos concentrava-se, porém, em algumas pequenas vilas ou aldeias. Tal acontecia no Redondo (50 casos), na aldeia de S. Pedro do Corval, no concelho de Reguengos (23 casos), em Flor da Rosa, no concelho do Crato (34 casos), em Viana do Alentejo (29) e, finalmente, em Niza (15).

Aliava-se a essa especialização regional do trabalho de ofício, a produção de um produto com características estilísticas tão próprias que acabava por ter mercados algo diferenciados. Essa tipicidade, resultante das características peculiares das pastas cerâmicas, de alguma especialização, fixação técnica e estética, permitia identificar as loiças pela sua proveniência geográfica nos mercados regionais. Deste modo, a análise deve atentar nessa relação entre a produção doméstica, a comunidade e um produto específico na sua relação com os *seus* mercados. Mais do que um destino para a “loiça alentejana”, deparamo-nos com destinos diferenciados, obedecendo a cronologias diferentes, para as loiças da região. Assim, se nos parece seguro situar a entre os finais do século XIX e os princípios do séc. XX a “decadência” da loiça de Estremoz, já o mesmo não se aplica de todo a outras povoações. Ao contrário do que sucedia com a maior parte

da loiça da região, grosseira na matéria-prima utilizada, na cosedura e nos processos de fabrico, a loiça de Estremoz era apreciada pela pureza do seu barro, a que eram justamente atribuídas qualidades excepcionais e, por isso, o seu mercado era nacional. Não é de estranhar, pois, encontrar naquela vila pequenas firmas de natureza comercial e industrial como a Cerâmica Estremocense L.da. Esta loiça, porém, depressa defrontou-se com a concorrência dos produtos esmaltados, bem como da entrada no mercado de operadores de outras regiões com pastas de qualidade superior. São Pedro do Corval, Viana ou a Flor da Rosa estiveram até muito tarde arredadas destas ameaças, vivendo duma clientela regional e popular. No contexto da economia rural doméstica, a concorrência movida pela latoaria e pelas fundições só parcialmente poderia ter afectado (se é que afectou!) o consumo regional de produtos em barro. A evolução do registo da actividade, de resto, não sugere tal. A série cronológica revela uma tendência para um crescimento acentuado a partir dos finais da guerra, só quebrado em 1926. Depois desta data, registamos picos em 1931, 1940, 1947 e 1951 (figura 4.34). A análise da evolução dos cancelamentos, por seu turno, mostra que os 108 casos (cerca de metade dos registos) se distribuíram entre 1938 e 1964, estando os picos maiores em 1938, 1953 e 1959.

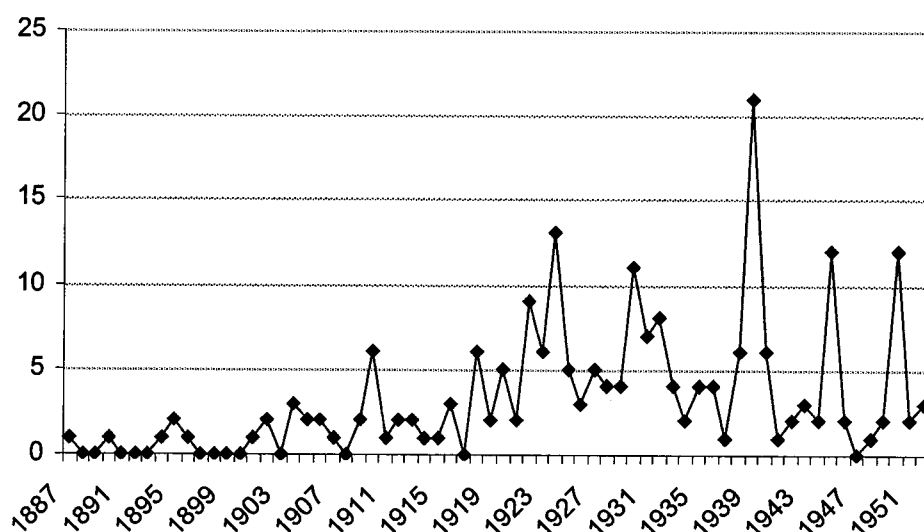


Figura 4.34. Registos de fabrico de loiça de barro na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

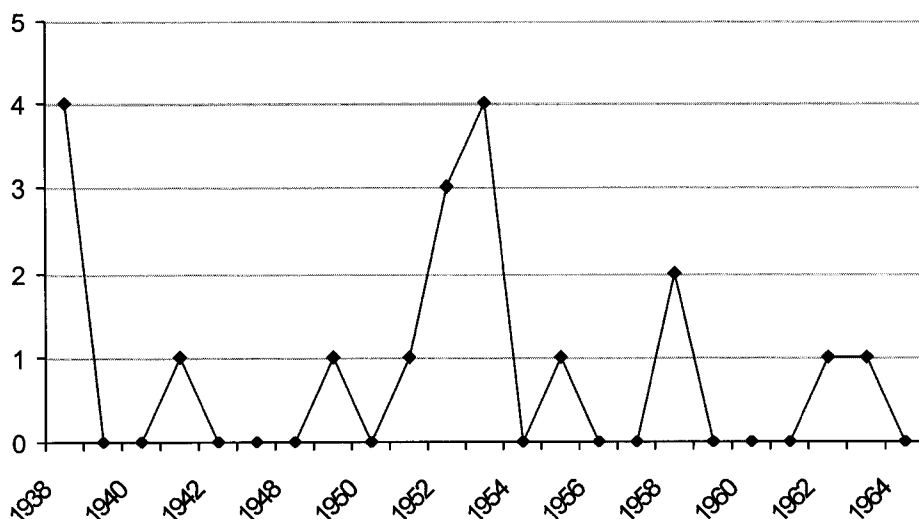


Figura 4.35. Cancelamentos da actividade de fabrico de loiça de barro na área da 4ª CI registadas entre 1922 e 1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

Esta análise “demográfica” deve ter em linha de conta que, mais uma vez, não estamos a lidar com empresas capitalistas mas, fundamentalmente, com indústrias domésticas ou com pequenas firmas familiares. Por tal razão, o aumento da população rural actuava duplamente sobre estas actividades: por um lado, aumentava por si só a procura global; por outro, esse aumento demográfico, ao afectar as próprias famílias de artesãos, conduzia à multiplicação dos estabelecimentos. Tais actividades eram frequentemente executadas a tempo parcial, sendo complementadas por ganhos obtidos na agricultura ou no comércio. As crises económicas permitiam assim a sobrevivência duma actividade cujo maior capital residia porventura no saber de ofício e nos laços familiares.

A análise da duração das actividades foi apenas possível em 35 casos (16 % do total). Nesta amostra menos de 9 % dos estabelecimentos não duraram 10 anos. O conjunto dos registos que teve uma actividade igual ou inferior a 20 anos foi apenas de 23 %. Em metade dos casos, a duração oscilou entre os 31 e os 50 anos. Os casos em que se ultrapassaram os 50 anos foram inferiores a 6 %. Tais dados sugerem que estes estabelecimentos cumpriam 1 ou 2 ciclos de vida activa como uma actividade que passava de “pais para filhos”. Apesar disso, não tinha a dignidade suficiente para dar lugar à

formalização de empresas familiares, como se percebe pelo carácter excepcional dos registos feitos por firmas familiares.

A descrição de dois casos completa a nossa ronda por estas indústrias para ilustrar não só a diversidade de situações que se “escondiam” por detrás destes pequenos estabelecimentos como a sua capacidade sobrevivência à indústria moderna. O primeiro caso refere-se à “oficina de cerâmica (louça de barro) ” de Cassiano Ernesto que ficava numa casa arrendada na Rua do Afan (na encosta norte do castelo) em Estremoz³²⁸. O estabelecimento, registado em 1924, compunha-se de “1 roda em madeira movida pelo pé do operário” e de “1 pequeno forno de sistema antigo, funcionando a lenha”. Tratava-se dum estereótipo que se repetia sucessivamente naquela vila. Em 1944, a oficina passou para outro oleiro, José António Ourelo, que tomara “aquela indústria ao concessionário do referido alvará”, o qual já se encontrava muito velho e doente.

Tabela 4.22. Duração dos estabelecimentos de olaria e de fabrico de loiça registados entre 1922 e 1952 na área da 4ª CI.

Número de anos	Estabelecimentos	Frequência relativa
até 10	3	8,6
11-20	5	14,3
21-30	7	20,0
31-40	9	25,7
41-50	9	25,7
51-60	1	2,9
61 e mais	1	2,9
Total	35	100,0

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos)

O segundo caso refere-se a uma oficina localizada fora da área da 4ª CI, no sítio da Pouca Farinha, em São Teotónio (concelho de Odemira), registada em 1952 para o “fabrico de louça de barro ordinário” por José Candeias Ribeiro de Matos em virtude da intimação que recebera dos serviços industriais³²⁹. Este estabelecimento, que trabalhava de Abril a Setembro, empregava 3 pessoas (1 operário rodista, 1 aprendiz e 1 servente) e compunha-se de 1 forno a lenha e de 2 rodas de oleiro. Usava água dum poço e servia-se

³²⁸ ADRME - Processo 395 da 4ª CI (Rilei 4/3219). Alvará 6534 de 9.Maio.1925. Requerimento a 7.Set.1924

³²⁹ ADRME - Processo 5.523 (5ª CI). Alvará 36.591. Veja-se a este respeito o decreto 36.443 de 30/7/1947.

dos carros de besta para o transporte dos seus produtos. Nos anos '60 o processo foi registado em nome dos herdeiros.

4.10. As indústrias dos metais

Já nos princípios do século, o engenheiro Adriano Monteiro tinha inventariado as oficinas de serralharia, sendo notória a sua importância nos distritos de Évora e de Beja (Portugal-1905). A importância destas oficinas não deixava de relacionar-se também com a necessidade de prestar apoio às novas máquinas agrícolas em ferro e às caldeiras a vapor instaladas nas grandes explorações. Nesta perspectiva, o seu aumento pode indiciar um comportamento progressivo dos actores económicos, resultante da generalização do uso de instrumentos e de máquinas em ferro, de caldeiras e motores. Embora a construção e o equipamento urbano pudessem igualmente ter desempenhado algum papel, a verdade é que, como veremos, a actividade foi marcada sobretudo pela prestação de serviços, ou seja, orientou-se mais para a execução de encomendas ou à realização de reparações sob pedido, do que propriamente para o fabrico de peças para comercialização.

A par desta actividade encontramos, na área dos trabalhos em metais, registos de ferrarias, das latoarias ou oficinas de caldeireiro, fundições de metais, fundições de objectos em bronze e fabricos de chocalhos (tabela 4.2). As ferrarias eram, de longe, a actividade mais importante (pelo número de registos e pelo volume de emprego) e também a mais disseminada no espaço. As oficinas de latoaria e as de funileiro empregavam 287 pessoas, mais 131 do que em 1890 e encontravam-se menos disseminadas¹¹⁸. Finalmente, temos 12 registos de fundições e 16 de fabricantes de chocalhos.

Sendo o ofício de ferreiro uma actividade que dependia directamente da tracção animal aplicada sobretudo na agricultura e nos transportes, a evolução do número de estabelecimentos não deixa igualmente de ser um sintoma do estado da economia rural. De acordo com os dados do Inquérito Industrial, em 1890 existiam na área em análise 167 oficinas (ou 262 em todo o Alentejo) quando, em 1922, existiam 187. A série cronológica do registo de ferrarias revela uma linha de tendência para o crescimento até

¹¹⁸ O Inquérito Industrial acusava, para a área da circunscrição, 114 oficinas e, para todo o Alentejo, 140 que empregavam 196 pessoas.

1934, apresentando depois uma tendência para o declínio, contrariada em alguns momentos (1938, 1945, 1949). Deste modo, entre 1934 e 1951 houve 323 registos, mais 23 do que entre 1919 e 1933 (figura 4.36).

Tabela 4.23. Distribuição geográfica das indústrias dos metais registadas na área da 4ª CI (1922-1952) *

Indústria	Freguesias	Registos	Max. Reg.	Emprego	Max. Empr.
Ferraria	159	743	13	1240	39
Serralharia	50	141	15	591	79
Latoaria	51	82	5	171	60
Funileiro	47	77	5	116	9
Fundição de metais	5	8	3	214	198
Fundição de Bronze	4	4	1	29	24
Chocalhos – fabrico	5	16	11	21	12

* Não foram incluídas nesta lista 6 registos de oficinas de soldadura ontogénio.

Fonte e legenda: v. tabela 4.8

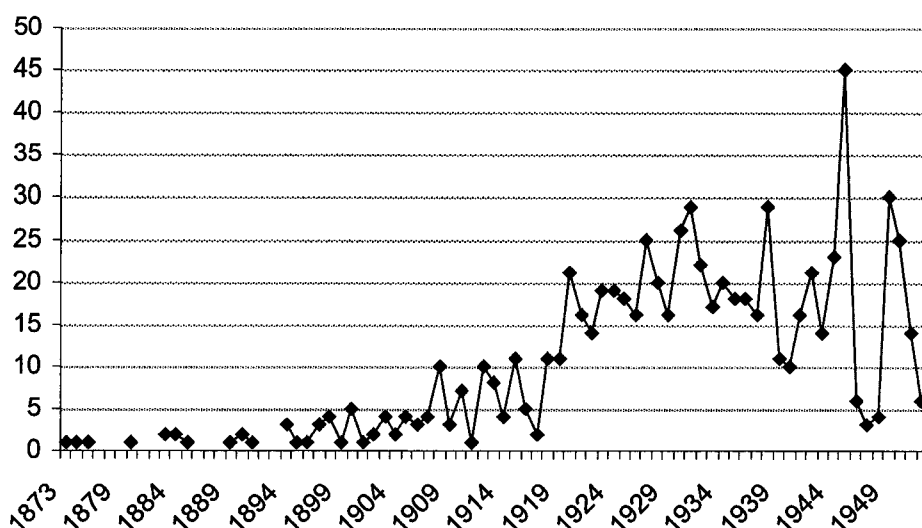


Figura 4.36. Registos de oficinas de ferreiro na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

De igual forma, os cancelamentos desta actividade não deixaram de ser, indirectamente, um indicador da motorização do conjunto da economia. Note-se que a taxa de sobrevivência foi elevada - dos 930 registos, 478 foram cancelados (51,4 %).

Porém, a sua distribuição sugere a existência de 3 períodos decisivos: o primeiro, nos finais dos anos '30; o segundo, na primeira metade dos anos '50; e, finalmente, o terceiro entre os finais dessa década e os primeiros anos '60 (figura 4.37). Outras fontes, nomeadamente, os processos de condicionamento industrial relativos a oficinas de serralharia como eram a Somefe (Sociedade de Metais e Fundições), a Fialho & Irmão, L.da, em Évora, ou a Trindade Pirra, em Estremoz, atestam esse movimento de motorização da lavoura alentejana nos anos '50

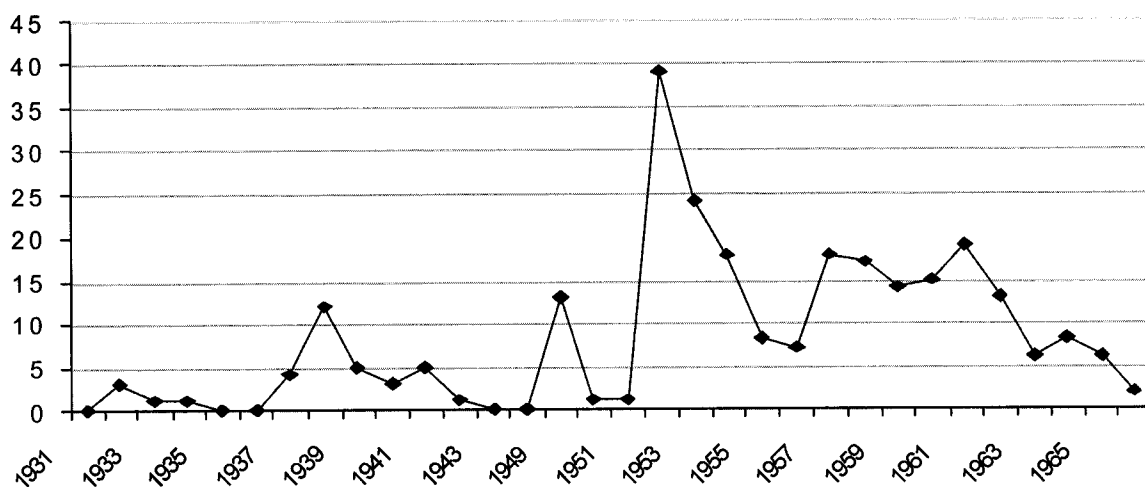


Figura 4.37. Cancelamentos da actividade de ferreiro na área da 4ª CI registadas entre 1922 e 1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

Sendo uma “indústria de serviço”, as ferrarias existiam em todos os concelhos e freguesias. O maior número estava em Niza (60), Évora (46), Montemor (44), Arraiolos (33), Santiago do Cacém (33) e em Estremoz (30). Tratavam-se de pequenos estabelecimentos, alguns deles integrados em propriedades agrícolas, nas sedes das casas de lavoura, como se depreende da sua localização ou do titular do registo. Neste contexto, firmas como a Carichas, Navarro & Bragão (Elvas), A Reparadora Elvense de Gravanças & Lopes, L.da que empregavam 6 pessoas constituem a excepção.

Igualmente numerosas eram as oficinas de latoaria e de funileiro. Registadas de forma dispersa por 25 concelhos, raramente ocupavam mais de 3 pessoas. Em 1890, existiam 119 oficinas destas, as quais empregavam 156 indivíduos. Ora, até 1930 o R.T.N. acusava apenas 69 estabelecimentos e 40 artesãos. Estaremos perante um caso de sub-avaliação ou de “decadência” desta actividade artesanal? A série cronológica revela que a

maioria dos registos se realizaram depois daquela data. Efectivamente, os maiores picos desta série registaram-se em 1922, 1934, 1938 e 1941 (figura 4.38). A partir desta data, não voltamos a ter um número de novas entradas tão elevado. O nível de cancelamentos (55,8 %) não parece ser extraordinariamente elevado, se atendermos ao facto de estarmos a lidar com uma actividade que conheceu a concorrência dos plásticos a partir dos anos '50. Efectivamente, foi sobretudo nesta década que se registaram as maiores baixas (figura 4.39).

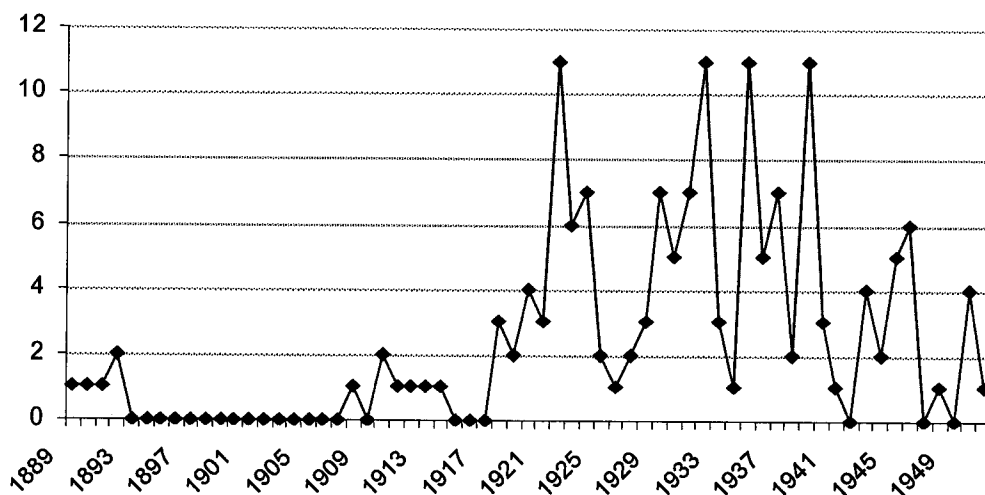


Figura 4.38. Registos de oficinas de latoeiro e de funileiro na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.

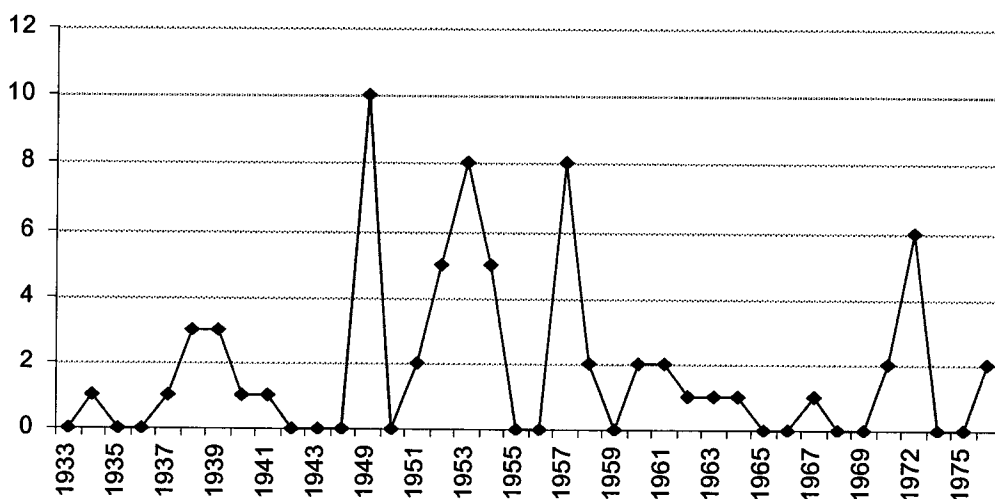


Figura 4.39. Cancelamentos das actividades de funileiro e de caldeireiro na área da 4ª CI registadas entre 1922 e 1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

Embora menos numerosas, as fundições merecem interesse pela diversidade de contextos empresarias em que operavam e dos produtos que fabricavam. Assim, uma das fundições registadas pela Empresa Exploradora de Minas L.da entre 1942 e 1952, simplesmente usava 8 pessoas na fundição dos concentrados de chumbo e de prata. Noutros casos, porém, tratava-se de produzir objectos em metal para uso agrícola ou doméstico ou peças de substituição. Foi este o caso, já referido no capítulo anterior, da Metalúrgica (mais tarde, Metalúrgica do Crato, L.da), que fabricava, entre outros produtos, instalações completas para lagares. Aqui nasceria também, em 1947, a Fundação do Crato Limitada, empresa de menor dimensão que fabricava desde puxadores para móveis e portas até charruas em ferro e seus pertences de charruas, passando por vários tipos de peças para alfaias agrícolas, carros e noras. Também a João Trindade Pirra, em Estremoz, esteve orientada para uma vasta gama de produtos, satisfazendo um mercado essencialmente sub-regional. Vale então a pena seguir a trajectória desta empresa de média dimensão.

Fundada em 1918, a firma de João Trindade Pirra começou a funcionar realizando concertos em máquinas para agricultura, servindo a fundição para o fabrico de peças de substituição¹¹⁹. De acordo com as declarações que prestou aos serviços de condicionamento industrial, só em 1930 começou a fabricar as primeiras máquinas-ferramentas para ferro e madeira, “as quais ficaram na minha casa e para minha utilidade”. Em 1940, o industrial comprou a patente para fabrico de cangas em tubo de ferro, tendo neste produto e no fabrico de diversas máquinas simples para a agricultura o seu principal negócio. Entre 1950 e 1955, a diversidade de produtos fabricados foi impressionante. Na lista das máquinas ferramentas temos tornos mecânicos, engenhos de furar mecânicos, aparelhos de frezar para adaptar a tornos mecânicos, aparelhos de retificar, máquinas verticais para molduras (tupias), serras de fita e máquinas de furar e de rasgar. Produzia, além disso, charruas de volta-aiveca de tracção animal, trituradores para cereais, descaroladores de milho, moinhos de martelos e bombas centrífugas para a agricultura. Em 1953, o seu estabelecimento empregava apenas 37 trabalhadores na produção e estava equipado com 45 motores com uma potência de 150 c.v. no total.

Enquanto alguns destes estabelecimentos tiveram uma trajectória de crescimento, outros mantiveram-se em escala pequena, como sucedeu com a firma de Augusto Alves Leal, fundada em 1859, em Évora, que em 1922 não empregava mais do que duas

¹¹⁹ DRME - Processo 3.548 na CI, no arquivo da antiga D.G.S.I. processos 38/328-9 e 38/328-10.

peessoas. Um destes pequenos estabelecimentos foi a “fábrica de chumbo de caça” de Cândido Augusto Gomes, na Azinhaga do Chafariz d’El-Rei, em Évora, registada em 1949 e que empregava apenas 4 operários³³². Produzia, no máximo da sua capacidade, 800 quilos diários de chumbo para caça e trabalhava apenas de Agosto a Dezembro.

O fabrico de chocalhos fazia-se também em oficinas que não ocupavam mais do que 3 pessoas. O centro de produção mais importante encontrava-se em Alcáçovas (Viana do Alentejo), mas havia também oficinas destas em Aviz, em Portalegre e em Estremoz.

Vejamos, para finalizar esta rubrica, o comportamento neste período das oficinas de serralharia.

Em 1890, existiam 280 oficinas de serralharia na área da 4ª CI que empregavam 363 pessoas pelo menos. No conjunto do Alentejo, existiam 489 serralharias classificados de “pequena indústria” que produziam e consertavam instrumentos agrícolas tão variados como grades, charruas, ferraduras, enxadas, picaretas, ferros, alviões, etc. Até finais de 1921 foram objecto do RTN apenas 31 estabelecimentos na área da 4ª CI. E até 1952 encontrámos 141 registos de estabelecimentos, dos quais apenas 12 tinham mais de 10 trabalhadores. A forte redução no número de oficinas não deixou certamente de relacionar-se com o desenvolvimento da produção industrial de peças estandardizadas para a agricultura vendidas à vista ou por catálogo e com o aparecimento de grandes empresas como era o caso da Empresa Industrial Portuguesa, da Vulcano & Colares ou da Duarte Ferreira. Tal não significou, para a região, o completo esgotamento de oportunidades como se percebe pelos casos já analisados das “grandes” empresas metalúrgicas em Beja ou no Crato. Sem disporem de mercados locais importantes fora da esfera agrícola, eventualmente sustentados pelas construções e pelos equipamentos urbanos que o moderno urbanismo permitiria, a serralharia tornou-se um ofício em declínio, facto que poderá explicar a presença destas secções nas maiores unidades de produção³³³. Por outro lado, como já tem sido afirmado encontramos frequentemente

³³² DRME - Processo 5.723 (4/1934 3IPT). A sua laboração terminou em 1988.

³³³ Um dos casos de antigas oficinas que pudemos acompanhar diz respeito à Serralharia Montemorense, casa fundada em 1843 que passou da serralharia civil para a “serralharia mecânica, com postos de soldadura oxiacetilénica e eléctrica” (DRME - processo 4.528 (4/1139 3IPT) e alvará 32.133 de 21-3-1949). Instalada num prédio arrendado de piso térreo, com aparência simples, empregava apenas 2 pessoas. Depois, com a morte de Joaquim Manuel Soeiro, passou para o filho serralheiro em Julho de 1954. O timbre da firma registava: “Oficina de reparações de automóveis, motores a gasol (sic) e a petróleo e máquinas agrícolas. Perfeita execução de todos os trabalhos de construção civil”. Nesta altura empregava 9 serralheiros e 4 aprendizes mas, quatro anos depois, parece ter voltado aos 3 empregados.

oficinas de serralharia tanto em empresas metalúrgicas, como foi o caso da João Trindade Pirra, como na generalidade dos conjuntos industriais e agro-industriais. Deste modo, na lista de empresas com secções de serralharia temos, a mero título ilustrativo, no caso da cortiça, a Mundet & C^a L.da, a Sociedade Corticeira Robinson Bros., SARL; no casos dos têxteis, a Fábrica de Lanifícios de Portalegre L.da.; no caso da moagem de cereais, a Companhia Elvense de Moagens a Vapor, a Moinhos de Santa Iria, L.da (Beja), a Fábrica dos Leões, os conjuntos fabris da Sociedade Fabril Alentejana L.da (Vila Viçosa), da Empresa Industrial Bastos Ribeiro (Sousel) ou a Fábrica de Moagem de Cereais e Lagar de Azeite de José Clemente Maltez, em Cuba. No caso das empresas mineiras, cujo registo estava fora do âmbito do RTN, encontramos serralharias onde chegavam a trabalhar mais de 60 pessoas como sucedia na Société Anonyme Belge des Mines d' Aljustrel onde, para além da reparação, se fabricavam alguns equipamentos. Contudo, a maioria dos estabelecimentos tomavam a forma de firmas em nome individual ou de pequenas sociedades, frequentemente familiares.

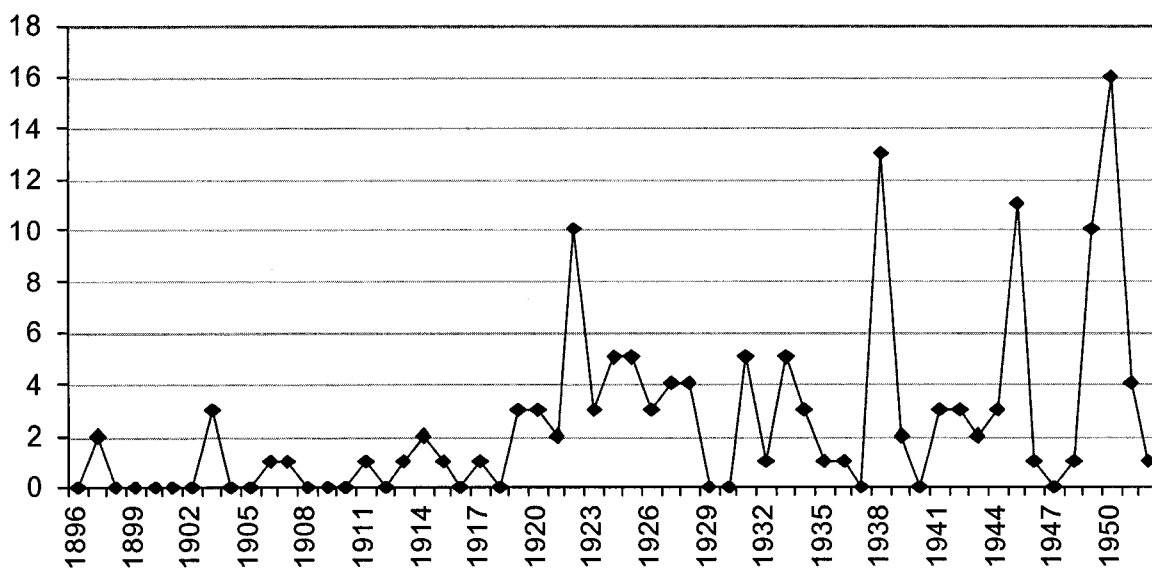


Figura 4.40. Registos da actividade de serralharia na área da 4^a CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

A cronologia de implantação de novas unidades aponta para um período de expansão nos anos que sucederam à I Guerra Mundial. Depois do pico de 1922, sucederam-se, isolados, os anos de 1938, 1945 e de 1950 (figura 4.40). Ao longo deste período, a reparação dos novos motores de combustão interna foi um mercado de importância crescente que deu lugar à formação de firmas especializadas como foi o caso, por exemplo, da Empresa Mecânica de Reparação de Máquinas e Automóveis L.da (1921-?), d' Auto Évora L.da (1942-1962), d' A Comercial Reparadora L.da (1950-?), todas

em Évora, da Auto-Reparadora L.da (1953), em Ponte de Sôr ou da Auto Portalegre, L.da (1950-?).

A serralharia revelou uma *mortalidade aparente* na ordem dos 65,2 %, mais elevada portanto do que as actividades anteriores³³⁴. Devemos notar que, na maior parte dos casos, o cancelamento de actividades não tinha por detrás o artesanato mas firmas de natureza comercial e/ou industrial. Três fenómenos parecem ter contribuído para esse resultado: em primeiro lugar, a formação de sociedades multiplicava os registos e os cancelamentos pelo simples facto das entidades proprietárias mudarem; em segundo lugar, muitos pequenos estabelecimentos “de serviço” apresentavam-se como negócios de curta duração (como sucedia no ramo da assistência automóvel); finalmente, muitas “secções” de serralharia nas grandes empresas acabaram por desaparecer quando a oferta local se revelou satisfatória. A série revela assim uma concentração dos cancelamentos na primeira metade dos anos '50, quando se formam algumas empresas que se orientam para a assistência à nova lavoura mecânica (figura 4.41).

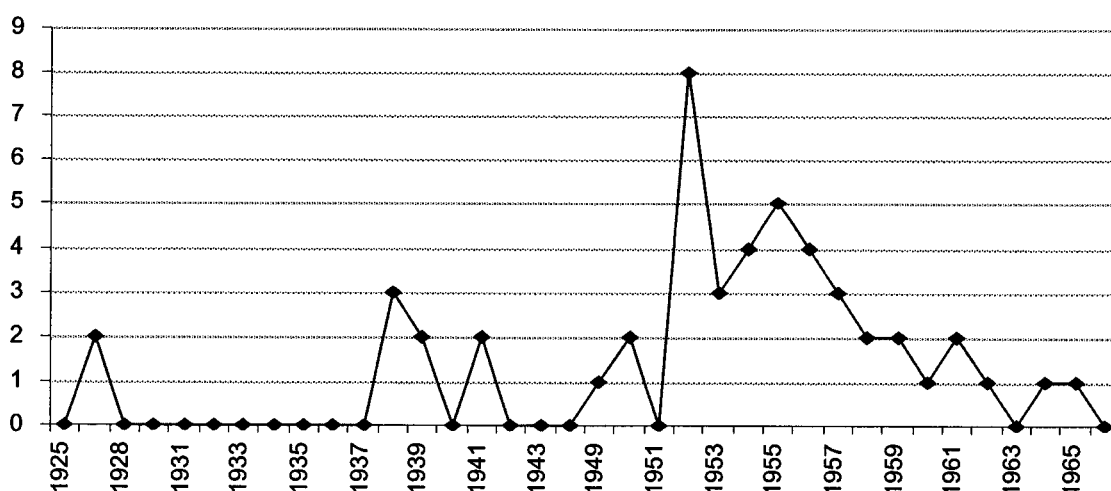


Figura 4.41. Cancelamentos das actividades de serralharia na área da 4ª CI registadas entre 1922 e 1952.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

Podemos acompanhar a história duma dessas pequenas empresas, em Évora, através da “Serralharia Mecânica de Serafim Henriques”. Registada em 1926 como serralharia que ocupava 5 operários, teve fundição de metais que usava para fabricar

³³⁴ Referimo-nos à razão entre (a) o total de cancelamentos verificados nas actividades e (b) o total de actividades registadas no período 1922-1952 (em percentagem).

componentes e, mais tarde, soldadura autogénia e eléctrica¹²³. Em 1939 tinha já 16 máquinas, algumas especializadas para a reparação de automóveis e empregava 9 pessoas. O seu timbre revela-nos a sua área de actividade: reparações de automóveis, máquinas agrícolas, motores de explosão e combustão. Com a morte do proprietário, em 1947, a viúva constituiu uma sociedade com um antigo empregado. A evolução do estabelecimento pode ser sistematizada assim¹²⁴:

	1938	1955	1964
Capital social:	-	50	50
Valor das instalações:	70	?	150
Trabalhadores:	9	23	23
Motores:	3 motores com 20,5 cv	10 motores eléctricos com 26,5 c.v.	14 motores eléctricos com 31,75 cv
Máquinas	14	15	26
Consumos:	aço e ferro inglês e alemão		ferro do Seixal; aço, carvão, latão e bronze importados, botijas de oxigénio francesas, eléctrodos suecos e nacional
Actividade:	Faz consertos em máquinas agrícolas e automóveis	Reparações diversas	

A Emídio, Bigodes & Farto, em Estremoz, fundada em 1931 ilustra a evolução duma firma de serralharia que da manutenção de máquinas passou para a reparação automóvel e para o “fabrico de alfaias agrícolas e de outros utensílios para utilização na lavoura”¹²⁵. Empregando sempre praticamente o mesmo número de pessoal (10-15 operários), a empresa consegue, em 1961, ver deferida a pretensão de anexar a actividade de “reparação de automóveis, bate-chapa e fabrico de alfaias agrícolas e outros utensílios para utilização na lavoura”. Apesar desta última autorização, a empresa não passou duma oficina de reparação de máquinas com capacidade para fabricar peças de substituição.

No entanto, a abertura permitida pelo condicionamento possibilitou a formação de algumas empresas vocacionadas para a produção dos novos equipamentos agrícolas. Foi este o caso da União Metalúrgica de Montemor, L.da, sociedade por cotas constituída naquela cidade em 1952¹²⁶. Em 1960, a “oficina de serralharia mecânica com soldadura oxacetilénica e eléctrica” começou a fabricar charruas de tipo pesado num pequeno

¹²³ DRME - Processo 791 da 4ª CI. Ficava na Rua Romão Ramalho. Alvará 8603 de 1.Jul.1926 (DG 172, 2ª série, de 24.7.1926).

¹²⁴ V. Boletins de inquérito no processo.

¹²⁵ DRME - Processo 3.934 da 4ª CI

¹²⁶ DRME - Processo 9.405 da 4ª CI (Rilei 4/1900 3IPT). Alvará 54.978.

edifício fabril de traços “modernos”. Empregava então 22 operários, 3 empregados no escritório, 1 desenhador e produzia bombas hidráulicas, subsoladores, escarificadores e charruas de marca própria (Almansor) de diversos tipos. Para além disso fazia reparações e modificações de tractores, máquinas e alfaias agrícolas. O percurso da União Metalúrgica não deixa de invocar o de outra empresa com um percurso algo semelhante – a Fialho & Irmão de Évora. Dela trataremos com detalhe quando analisarmos, noutra capítulo mais adiante, a relação dos industriais com Estado, bem como o papel desempenhado pela regulamentação da actividade industrial.

A análise da evolução duma empresa, mesmo quando centrada apenas em algumas “variáveis” de feição prosopográfica, não pode deixar de considerar o seu posicionamento estratégico face às restantes. Assim, o aparecimento duma empresa especializada na assistência às máquinas agrícolas “empurrava” as restantes para outros segmentos de actividade, como era a reparação automóvel. Serve, neste caso de exemplo, a pequena oficina de Albano Gonçalves, em Ferreira do Alentejo³³⁹. Fundada em 1942, fazia reparações em máquinas agrícolas e “fabricava aparelhos para debulha de grão, fava, arroz, etc. com montagem em qualquer debulhadora”. Em 1958, tinha aparelhos de soldadura e empregava 1 ferreiro, 1 serralheiro, 1 filho maior aprendiz e 2 filhos menores no escritório. Quando, em 1962, a casa foi trespassada, funcionava como oficina de reparação de automóveis. Agora, naquela vila as reparações de máquinas agrícolas faziam-se na Agro-Mecânica.

4.11. As indústrias dos transportes

Entre as indústrias ligadas aos transportes, as carpintarias de carros foram as mais importantes. Vocacionadas para a construção e reparação de vários tipos de carros de tracção animal, bem como para o fabrico de charruas e alfaias em madeira, estiveram ameaçadas pelo progresso técnico. A sua importância fica atestada nos 400 registos que se distribuíam por 127 freguesias, uma actividade que ocupava perto de 8 centenas de artesãos (tabela 4.23). As restantes actividades diziam respeito à assistência aos veículos automóveis (reparação e venda de automóveis, reparações mecânicas, vulcanização de pneus) e à reparação de bicicletas. Embora fora do âmbito da actividade industrial, o RTN considerou ainda empresas de carros de aluguer e de transportes de passageiros e

³³⁹ DRME - 4^a CI proc. 7.397 (Rilei 4/1236). Alvará 34.959 [de 19.Abr.1952]

de mercadorias, cuja evolução apenas nos interessa por comparação com a evolução das restantes.

A análise da evolução e distribuição destas actividades “antagónicas”, no seu conjunto, contribui para esclarecer a combinação entre a modernidade e o tradicionalismo na vida material. Em que medida a difusão do transporte terrestre automóvel liquidou o transporte animal? *Quando* se atingiu na região o ponto de inversão entre os dois tipos de transporte? Vimos na rubrica anterior como a difusão do transporte automóvel e dos pequenos motores de combustão interna constituíram uma oportunidade para as oficinas de serralharia, cujas competências na arte dos metais puderam ser transferidas com êxito para a mecânica. Tal não parece ser possível neste caso. Como se adaptaram então essas empresas? Que caminhos seguiram as que lograram sobreviver?

Tabela 4.24. Distribuição geográfica das indústrias dos transportes registadas na área da 4ª CI (1922-1952)

Indústria	No. Freguesias	No. Registos	Max. Reg.	Emprego	Max. Empr.
Carpintaria de carros	127	400	15	758	34
Automóveis - reparação e venda	13	17	2	60	12
Reparações mecânicas	7	10	2	28	12
Borracha (Vulcanização)	10	14	3	30	11
Bicicletas – reparação	18	44	9	64	12

* Não foram incluídos aqui 1 oficina de cabresteiro e 4 registos associados à assistência automóvel: 2 relativos à actividade de Pintura à pistola, 1 de carga de baterias e 1 Gasolina (depósito)

Legenda e fonte: v. tabela 4.9

Ao contrário do que se poderia pensar, a carpintaria de carros não parece ter sofrido uma redução tão forte quanto a serralharia. Em 1890 havia em todo o Alentejo 211 oficinas de abegão que empregavam cerca de 3 centenas de pessoas. Até Dezembro de 1922, foram registadas na área da 4ª CI apenas 105 oficinas – cerca de metade das que existiam em 1890. Os carros de varas e os carros de canudo continuaram a ser utilizados até bastante tarde, sem que sofressem a concorrência de qualquer produção estandardizada. Continuavam a operar na região “grandes” oficinas de construção, como a de Joaquim José das Neves Severo & Filhos L.da (1883- 195?) que, em Évora, empregava 13 pessoas ou a Rolim & Soares L.da, fundada em 1925 também nessa cidade, que empregava 7 pessoas. Tal como sucedida com as oficinas de ferreiro e de serralharia,

eram também frequentes a sua localização nas sedes das casas agrícolas. Deste modo, entre as carpintarias de “média dimensão” encontramos as de grandes proprietários e lavradores eborenses como Manuel Dias Rodrigues Descalço, registada na freguesia rural de São Matias entre 1903 e 1952, com 6 activos, a de António Torres Vaz Freire, registada em S. Jordão (1913-?), a de Francisco Simões de Almeida Margiochi (1883- ?), na freguesia da Sé com 3 activos, ou a de José Perdigão de Carvalho (Conde da Ervideira), em São Vicente do Pigeiro (1923-1963). Contudo, na maior parte dos casos estamos perante firmas em nome individual ou, situação menos frequente, pequenas associações entre comerciantes, industriais ou artesãos. Parece ser este o caso da Carichas, Navarro & Aragão, em Elvas (1939-?) ou da firma José de Oliveira & João da Costa Tição, em Mora, registada em 1949.

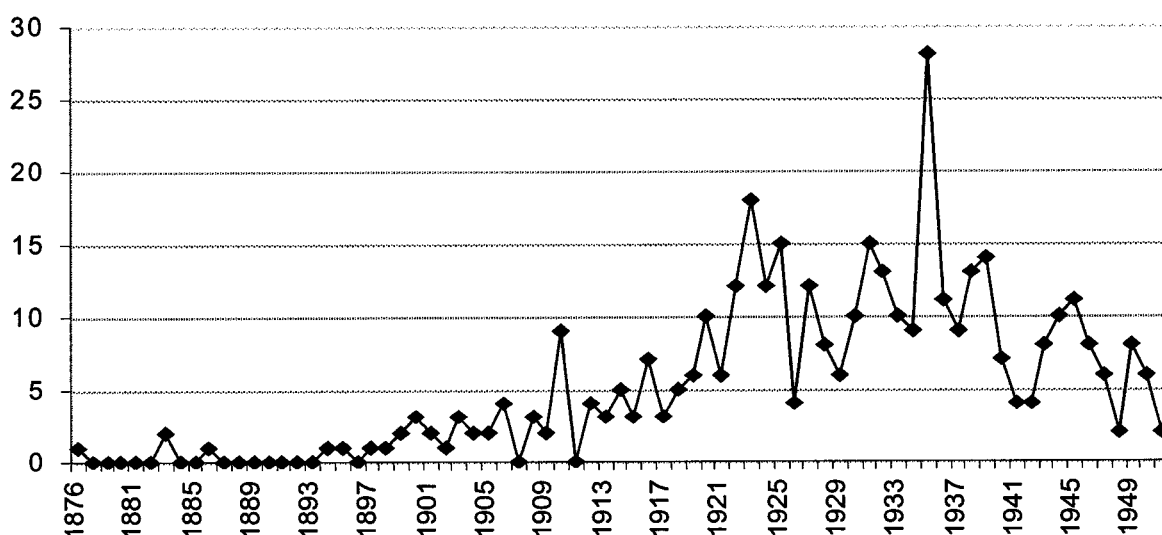


Figura 4.42. Registos da actividade de carpintaria de carros na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.

Como era uma actividade ligada à reparação de veículos, instrumentos e máquinas em madeira, as oficinas de abegão dispersavam-se por 127 freguesias ou 30 concelhos, sendo os mais importantes Évora (32), Montemor (28), Santiago do Cacém (27), Reguengos (23), Sousel (20), Arraiolos (20) e Estremoz (20). A evolução da actividade parece ter sido positiva até 1923, com oscilações breves (figura 4.42). Esta leitura optimista deve ter em atenção que não estamos perante o número de registos realmente efectuados nesse período, mas que se trata duma reconstrução feita a partir da data de fundação declarada nos registos realizados após 1922. Só a partir desta altura temos a segurança de estar a lidar com novos licenciamentos que podemos confrontar com o

nível dos cancelamentos nesse período. Deste modo, a comparação entre os número do Inquérito Industrial de 1890 e os registos efectuados depois de 1922 cuja data de fundação foi declarada anterior a Dezembro de 1922 leva-nos a pensar que os anos subsequentes a 1890 foram marcados por saldos negativos no balanço entre as novas actividades e os cancelamentos. Seja como for, o período que se prolongou até aos finais da II Guerra Mundial foi marcado por níveis de registo sempre superiores aos que encontramos antes de 1922. A sequência dos maiores picos nesta série é esclarecedora: 1923, 1925, 1932, 1936 (o maior de todos) e, finalmente, 1940.

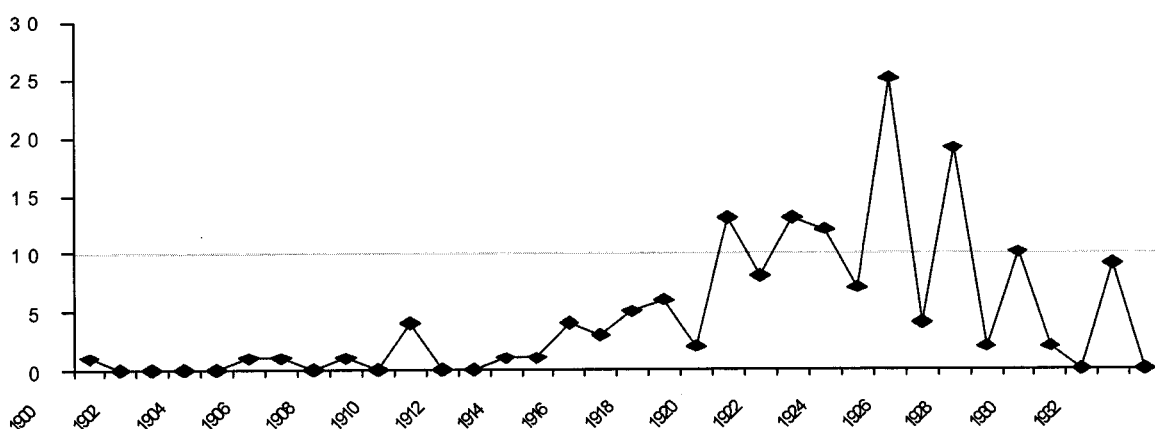


Figura 4.43. Cancelamentos das actividades de carpintaria de carros na área da 4ª CI registadas entre 1922 e 1952.

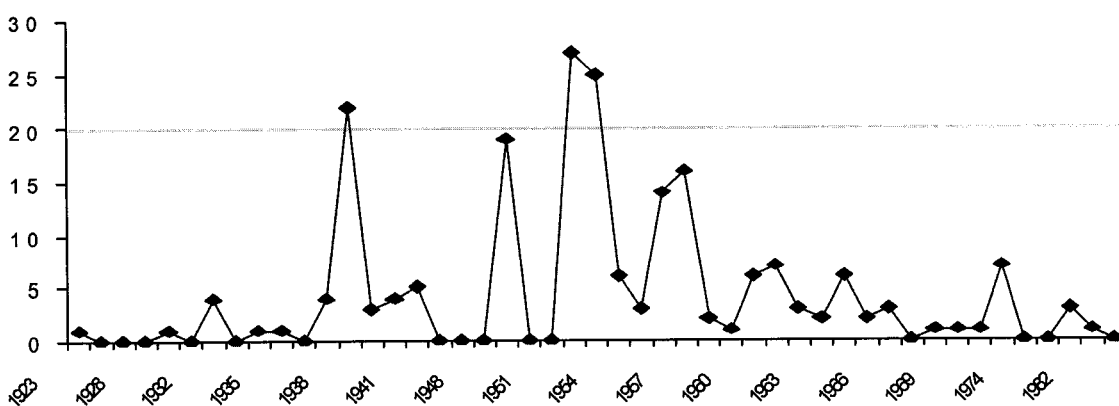


Figura 4.44. Registos da actividade de carros de aluguer na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

O número de actividades de abegão canceladas foi mais escasso do que o impacto do automóvel poderia sugerir. A persistência de atavismos na economia rural é uma explicação óbvia quando pensamos na sobrevivência do “carro algarvio”, adoptado entretanto pela economia regional. Mas a capacidade de adaptação da actividade a novas funções poderá explicar resistência destas casas dispersas pela região que trabalhavam a madeira e que, na maior parte dos casos, não ocupavam mais do que 2 pessoas. Os 186 cancelamentos concentraram-se em 1939, 1950, 1952-1953 e em 1958-1959 (figura 4.43). Este movimento parece acusar o impacto da motorização e o início do movimento de emigração na região.

É interessante comparar as séries de fundação e dos cancelamentos desta actividade com o do registo de carros de aluguer para transporte de carga e de passageiros efectuada entre 1923 e 1932 no âmbito do R.T.N. Tratam-se de 154 registos distribuídos por 15 concelhos, sendo os mais importantes Arraiolos (47), Bencatel – Vila Viçosa (20), Portalegre (19), Montemor (21) e Fronteira (15). Neste caso, desde 1914 até 1925 verifica-se uma tendência para a alta, facto análogo ao que verificamos com o registo de carpintarias de carros. A partir desta data e até final da série, em 1932, verificamos uma tendência para o declínio, embora com fortes oscilações no registo de carros de aluguer, tal como sucede no caso acima (cf. figuras 4.42 e 4.43). Infelizmente, a partir desta data deixamos de ter tais registos, provavelmente porque se tratava duma atitude contraproducente que contribuía para eliminar a actividade, em vez de protegê-la³⁴⁰. Contudo, os registos de “reparação e venda de automóveis”, de “garagens de automóveis” e da indústria da vulcanização de borracha dá-nos algumas indicações sobre a cronologia da intensificação das actividades de serviço ao automóvel, ou seja, serve-nos de indicador da progressão dos veículos motorizados na economia regional. Se assim foi, podemos classificar os anos 1930-1932, 1934-1936, 1938-1946 e 1950-1952 como os mais importantes nessa progressão, sendo notória a coincidência com os períodos de cancelamento das oficinas de abegão (cf. figuras 4.43 e 4.45).

A análise de alguns casos permite-nos compreender a “flexibilidade” desta actividade. Uma das oficinas mais importantes no Alentejo foi a firma de Joaquim José das Neves Severo, fundada em 1883 em Évora e que, em 1921, foi transformada em

³⁴⁰ Todos os registos realizados em 1932 foram cancelados nessa altura. Efectivamente, na maior parte dos casos não estamos a lidar com “automóveis de praça”, mas com pobres almocreves que não eram capazes de pagar contribuição industrial nem de suportar todos os gastos inerentes ao registo industrial.

sociedade familiar¹²⁹. Classificado como “ferraria, serração mecânica de madeiras, aparelhamento e carpinteiro de carros”, o estabelecimento usava madeira da região, carvão e ferro inglês para produzir “carros agrícolas”¹³⁰. Nos finais da II Guerra Mundial, a distribuição do pessoal era a seguinte: 4 carpinteiros e 2 menores aprendizes, 1 ferreiro, 2 torneiros, pintor, 1 ajudante, 3 malhadores, 1 escriturário e 1 servente. Até princípios dos anos '50, a sua actividade foi moderadamente progressiva, como se pode observar a partir da sistematização de alguns elementos fundamentais da vida da empresa¹³¹:

	1928	1941	1946
Forjas em alvenaria	3	Idem	Idem
Motores eléctricos	1 (14 c.v.)	Idem	Idem
Máquinas - ferramenta	8	11	10
Gerentes	3	3	3
Trabalhadores	8	8	20
Aprendizes	1	1	-

Em 1954, contudo, na sequência duma vistoria realizada pelas autoridades industriais, a empresa pedia para que lhe fossem anuladas as condições de laboração impostas “dado que estas oficinas estão condenadas a desaparecer devido à mecanização da lavoura e às pequenas oficinas clandestinas”¹³².

Um segundo caso que mereceu a nossa atenção foi a Sociedade Comercial Alentejana de Alves, Pirra & Falcato, fundada em Março de 1920 em Estremoz. Instalada no Largo S. José, a empresa funcionava como “armazém de ferro, aço e carvão para forja, estância de madeiras nacionais e estrangeiras, oficinas de carpinteiro, ferreiro e serralheiro, depósitos de relhas e mais acessórios para charruas de diversas fábricas do país” e fazia “ferração de rodas de carro a frio”¹³³. Mais tarde a sociedade foi dissolvida, passando a Alves & Falcato L.da. Em 1929, a firma estava já nas mãos de Júlio Alves Falcato, passando depois, em 1957, a constituir uma sociedade familiar da viúva e seus

¹²⁹ V. Alvará de 12.630 de 18.10.1928, no DG 27, 2ª série, de 30.10.1928. Ficava na Rua do Muro, em Évora.

¹³⁰ V. DRME - Processo 1.435 da 4ª CI.

¹³¹ V. boletins de informação no proc. cit.

¹³² V. carta em Abril de 1954 no proc. cit. acima.

¹³³ Do timbre da empresa. Veja-se no DRME – proc. 210 (4/69) da 4ª CI. V. tb. alvará 4.878 de 29.10.1924.

filhos. Embora trabalhasse durante todo o ano, na oficina não estavam mais do que 4 operários e 1 servente. No seu equipamento constava apenas um motor eléctrico com 7 c.v., 1 torno mecânico, 1 serra sem fim e 1 máquina de furar. Em 1946 instalou 1 forja e 1 máquina de repetar (sic) rodas e empregava 7 pessoas, mais 3 pessoas do que em 1952 e continuava a produzir carros de carga alentejanos com “madeiras alentejanas”³⁴⁶. Finalmente, em 1965, Acácio Faustino, construtor civil, arrendou o imóvel passando a trabalhar como carpintaria civil, equipada com máquinas eléctricas de tipo inteiramente diferente e adaptadas à sua nova actividade.

Trajecto idêntico conhece a oficina de carpintaria de carros de Celestino das Neves Braguês, na Rua do Chão das Covas, em São Mamede (Évora)³⁴⁷. O registo, efectuado em 1931, dizia que na oficina trabalhavam apenas 5 pessoas que usavam 2 motores eléctricos com 9 c.v., 1 plaina, 1 serra de fita, 1 tupia, 1 torno mecânico, 1 forja e produzia carroças e carros com destino à região. Em 1954 foram instalados mais 2 motores eléctricos, não tendo existido aumento no número de efectivos. Finalmente, em Maio de 1966 foi legalizada a secção de construção civil e eliminada a actividade de carpintaria de carros. Ou seja, também neste caso houve uma clara orientação para a actividade de serração de madeiras e para a construção civil.

A oficina de José de Jesus Imaginário, em Pias (Serpa), registada em 1928 como “ferraria, serração mecânica de madeiras, aparelhamento e carpinteiro de carros” teve um trajecto diferente³⁴⁸. Em 1938, empregava dois oficiais como carpinteiros de carros e outros dois como ferreiros. As “máquinas” limitavam-se a 1 engenho de furar e a 1 fole. De acordo com as suas declarações, para além de fabrico e consertos de carros, também fabricava alfaias agrícolas, actividade que o alvará não contemplava³⁴⁹. Em 1955, por seu falecimento a oficina passou para a posse de um ferreiro. Nessa altura, a oficina empregava 1 ferreiro e 2 aprendizes, tinha 2 forjas, 1 engenho de furar, 2 tornos de bancada, 2 cavaletes, 1 aparelho de soldar e apenas fazia consertos em alfaias agrícolas.

Noutros casos verificou-se uma alteração substancial da actividade, havendo nada mais do que o aproveitamento dum antigo espaço “industrial”. Aconteceu isso no caso da Alves & Irmão L.da, em Évora, que recebeu o barracão de Manuel Joaquim Sezões que

³⁴⁶ V. inquérito de 28.Fev.1952 autógrafo no proc. cit.

³⁴⁷ V. DRME - Processo 2.413 da 4 CI (4/2174, 3IPT). Alvará 18.678 de 16.2.1931.

³⁴⁸ DRME – Proc. 1.435 da 4ª CI. Requerimento entrado em 7.2.1928.

³⁴⁹ V. Alvará 25.649 de 17-5-1938 DG 147, 2ª série de 28-6-1938.

funcionava como carpintaria de carros e o adaptou para oficina de serração e cantaria em mármore.

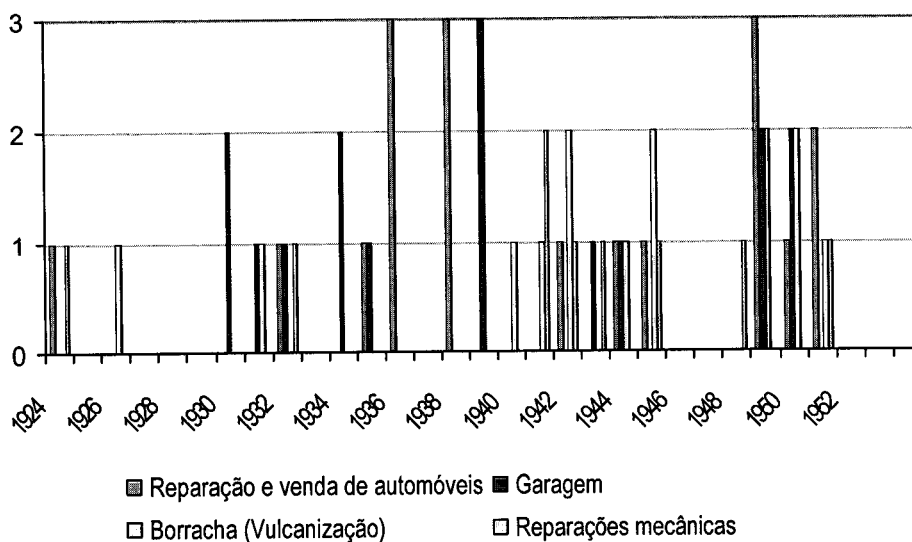


Figura 4.45. Registos das actividades de reparações mecânicas, reparação e venda de automóveis, de garagens de automóveis e da indústria da vulcanização de borracha na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.

Fonte: ADRME / R.T.N. (cálculos nossos). V. tabelas, anexo 11.

O registo das oficinas de reparações mecânicas e de comércio automóvel constituíram um ramo em expansão ao longo do período em análise. O registo mais antigo data de 1908, mas é a partir dos anos '20 que ganha significado. Os 28 casos repartem-se da seguinte forma: 3 até 1925, 11 entre 1930 e 1939, 11 entre 1940 e 1949 e 3 entre 1950 e 1952 (figura 4.42). Com excepção de 4 casos, todas empregavam menos de 6 pessoas *nesta actividade* à data do registo. Entre as firmas constituídas sobressai a Empresa Electro-Metalúrgica L.da., fundada em 1922, em Évora (12). A sua distribuição geográfica revela a importância dos centros urbanos como factor de localização: Évora (8 registos), Portalegre (5), Reguengos (4), Santiago, Montemor, Estremoz e Elvas (cada um com 2), Arraiolos e Móra (com 1).

Finalmente, os 44 registos de oficinas de reparação de bicicletas acompanharam de perto a série anterior. Antes de 1930 temos só um caso, 25 entre 1930 e 1939 (ano que teve 11 registos!), 19 entre 1940 e 1949, e 1 em 1951. Distribuíram por 11 concelhos, sendo os mais importantes Évora (13), Estremoz (9), Santiago (5) e Montemor (4).

4.12. As indústrias químicas

Foram escassas as indústrias químicas registadas: identificámos 3 oficinas de produção de insecticidas com 1 só trabalhador em Évora, Grândola e Fronteira feitos entre 1936 e 1952; 3 pequenos fabricantes de perfumes (dois em Évora e um no Gavião) registados a partir de 1944; um alambique de extracção de óleos essenciais, em Santiago do Cacém, com 3 pessoas, registado em 1951; 5 drogeries, entre as quais a Sociedade Progresso Eborense, L.da, que fabricavam acessoriamente alguns produtos, dispersando-se por 5 concelhos; 18 casas de fotografia registadas a partir de 1931 que se dispersavam por Campo Maior, Elvas, Estremoz, Évora, Montemor, Ponte de Sôr, Portalegre, Santiago e Sines; e, enfim, 5 fabricantes de sabão registados entre 1928 e 1950. Estas actividades apareciam frequentemente integradas nas unidades de extracção de óleo a partir do bagaço da azeitona, como sucedia, por exemplo, na Empresa Industrial Bastos Ribeiro, em Sousel. Para além deste caso merecem destaque a Saboaria Baião, L.da (Viana do Alentejo) e a Américo da Cruz, Limitada (Estremoz). Estas empresas não empregavam mais do 5 pessoas *nesta actividade*.

4.13. Outras actividades

Para finalizar esta ronda pelos pequenos estabelecimentos de labor industrial na área da 4ª CI, agrupámos aqui as actividades relativas às indústrias do papel, electricidade e as relojoarias. Todas elas representam, de algum modo, sinais de urbanidade, sofisticação e luxo.

Do ponto de vista do emprego, a indústria mais importante foi a tipografia que deu lugar a sociedades e estabelecimentos que promoviam edições de livros e de jornais de expansão local ou regional ou que exploravam igualmente o comércio de papelaria e faziam encadernações. Salientemos, pela sua importância, as empresas gráficas de Évora como a Minerva Comercial L.da, firma constituída em 1894 que empregava 22 pessoas, a Gráfica Eborense 1935 (10 pessoas) e a Empresa Jornalística “Democracia do Sul” (1938). Encontramos empresas gráficas em 14 concelhos, havendo mais registos em Évora (12), Montemor (8), Portalegre (6) e em Elvas (6).

Entre 1929 e 1945 foram registadas apenas 10 oficinas de electricista em Estremoz, em Borba e em Évora. Combinando muitas vezes o comércio com a reparação de

máquinas eléctricas, não empregavam mais do que 5 pessoas cada uma. Mais numerosas foram as relojoarias. Existiam em 20 concelhos, sendo os mais importantes Évora (14), Estremoz (10), Alcácer (9), Elvas (5) e Reguengos (5). Em termos cronológicos, estes 72 casos distribuíram-se da seguinte forma: 5 até 1920, 10 entre 1921 e 1930, 39 entre 1931 e 1940 e 15 entre 1941 e 1950.

4.14. Conclusão

A descrição que fizemos do parque industrial alentejano revelou um tecido mais complexo e diversificado do que indicavam as representações estereotipadas sobre a região. As indústrias cobriam uma vasta gama de actividades, desde as indústrias da alimentação e das bebidas, até ao vestuário e calçado, passando pelas indústrias têxteis e dos metais. Nelas coexistiam elementos modernos e tradicionais: ao lado da grande moagem, continuaram em laboração as azenhas e as pequenas fábricas motorizadas; ao lado das modernas fábricas de extracção de azeite continuavam em actividade velhos lagares. Grandes oficinas de serralharia e de fundição não tiravam a clientela às pequenas oficinas. As carpintarias de carros continuaram em actividade ao lado das oficinas de reparação automóvel. Enfim, oficinas de calçado e de curtumes continuavam a resistir à concorrência de produtos fabris.

O “tradicionalismo” surgia ainda na forma de organização do trabalho e das relações com a indústria. Nem sempre a *actividade* correspondeu a (ou deu lugar a) *firmas*. Foram excepcionais, no panorama do RTN, as *firmas industriais* de natureza capitalista. Assim, muitas das actividades integravam-se em firmas de média ou grande dimensão de natureza comercial, agrícola ou industrial. Oficinas de serralharia ou de carpintaria tanto encontrávamos nas grandes casas agrícolas como nas maiores unidades mineiras ou industriais. Marcado pela dispersão e “desarticulação” entre as diferentes actividades, o parque industrial tomou um caminho diferente daquele que deu origem aos distritos industriais. A “grande” escala gerou neste ambiente a tendência para a auto-suficiência das empresas, levando-as a incorporar diferentes funções e a procurar a diversificação produtiva. Nesta perspectiva, encontrámos analogias na estrutura de organização integrada entre as grandes casas agrícolas, os grandes estabelecimentos mineiros e industriais modernos, todos eles contando com unidades de produção de energia, oficinas de carpintaria e serralharia para assistência às suas funções vitais e combinando diferentes produções de modo racional.

A agricultura comercial foi o principal elemento estruturante do sector industrial quer pelas matérias-primas que entregava para processamento quer pela forma como o fazia. A constituição dum sector moderno no domínio agro-alimentar, representada pela moagem de cereais, lagar de azeite, processamento de carne, etc. estava em marcha desde os finais de Oitocentos. O movimento, muito acelerado nos anos '20, suscitou a atracção de grandes capitais originários da esfera comercial e agrícola e deu lugar à formação de empresas com fortes marcas locais. Porém, a forma como a agricultura comercial moldava o tecido industrial passava também pela relação dos grandes domínios com a procura regional (limitada, como vimos, pela sua tendência para a auto-suficiência).

Até aos anos '50 persistiu um sector artesanal ou de ofício importante e muito diversificado, representado pelas actividades de olaria, caldeiraria, sapataria, alfaiataria, espataria, etc. Foram actividades que ficaram ancoradas em produtos especializados para mercados rurais quando conheceram a concorrência fabril. Muitas pequenas indústrias sobreviveram assim graças aos *produtos regionais* que tinham uma distribuição de feira e de mercado quando não estavam representadas por casas comerciais nas principais urbes. Ao calçado, pelicas, capotes, samarras, safões, etc. juntavam-se outros produtos rurais que iam desde a loiça, aos fabricos de chocalhos, às mobílias de Évora, às, passando pelos alforges e pelas mantas alentejanas. Este crescimento acompanhou o aumento da população rural até aos anos '50, o qual constituiu, sem dúvida, um dos factores de dinamização destas actividades “tradicionais”. A pulverização da esmagadora maioria da população por montes e aldeias, numa malha dispersa, reforçou o peso dos transportes terrestres como factor de protecção dos ofícios num cenário económico marcado pela defesa do proteccionismo agrícola, controlo da actividade industrial moderna e eliminação das relações mediatizadas pelos mercados livres. Podemos assim pensar que o êxodo rural que se iniciou ainda na década de 1950 afectou profundamente o sector artesanal e oficinal, com a emigração de trabalhadores de ofício para outras regiões. No mesmo sentido foi o sector corticeiro, que conheceu a transferência de numerosos estabelecimentos para outras regiões (Margem Sul e Vila da Feira).

Devemos, em todo o caso, pensar no seu destino em função de cada produto específico. A perda de mercados da loiça de Estremoz não parece ter afectado a loiça de São Pedro do Corval ou do Redondo. A limitação destes produtos resultava também da natureza do trabalho artesanal em meio rural – executado a tempo parcial, mais tosco, menos perfeito, enfim, longe do trabalho artístico que era exigido nos centros de

consumo de luxo. Essa orientação para os mercados regionais, se lhes permitia resistir ou sobreviver, limitava desde logo a sua possibilidade de crescimento. Pequenas oficinas, como as serralharias, orientaram-se para a prestação de serviços, com as reparações mecânicas.

Até muito tarde puderam surgir empresas que orientaram os seus fabricos para a satisfação do consumo regional a partir de matérias-primas oriundas de outras regiões. Estas iniciativas foram, porém, limitadas pela estreiteza dos mercados urbanos que serviam e pelo seu lento crescimento como foi caso das indústrias da construção (cerâmica). A torrefacção de café confirmou esta asserção *a contrario* – cresceu porque se apoiou em mercados exteriores. Enquanto isso, a indústria dos refrigerantes decaiu limitada como estava aos mercados locais. Por isso, dada a posição geográfica destas iniciativas, os mercados de média e longa distância foram fundamentais para o seu crescimento a médio prazo. A simples leitura das empresas bem sucedidas no caso da torrefacção e moagem de café indica que tirar partido desses mercados exigia o controlo das redes de informação e de distribuição centradas num produto. A prazo não parecem ter sido as empresas comerciais polivalentes, voltadas para clientelas locais ou sub-regionais, as mais bem sucedidas.

Os mercados, pelas características da procura e dimensão, tiveram por isso um papel fundamental. Houve actividades orientadas para o exterior que puderam crescer, sem qualquer base em matérias-primas locais, como foi o caso da torrefacção de café ou do fabrico de chocolates. Inversamente, a indústria cerâmica, se conseguiu manter-se com matérias-primas compradas no exterior, ficou limitada pelo fraco crescimento urbano.

Noutros casos, a indústria apareceu subordinada ao capital comercial ou fundiário. Neste contexto, o problema da concorrência industrial vinda de outras regiões colocava-se de forma inteiramente diferente. Sendo empresas de natureza comercial orientadas para mercados locais ou sub-regionais, a diversificação foi mais importante do que a especialização, o lucro mercantil mais importante do que o lucro industrial. Nessa medida, a cessação da actividade produtiva poderia traduzir-se num acréscimo nos lucros. Para muitas casas de sapataria e de mobiliário, por exemplo, a opção entre mandar executar em oficinas da região ou comprar um produto vindo do exterior não era dramática.

Se as características dos mercados foram importantes, eles não foram livres para grande parte dos produtos regionais. Durante todo este período e, em especial, a partir da Ditadura Militar o Estado tomou uma parte activa no condicionamento da actividade industrial, limitando os lucros, a possibilidade do investimento e o rumo dos negócios. Sobretudo impediu que as firmas instaladas desenvolvessem mecanismos de dissuasão a novas entradas. Em que medida esta intervenção não terá mobilizado as forças do atraso em detrimento da modernidade? A análise do R.T.N. na área da 4^a C.I. aponta para uma resposta afirmativa como atesta a multiplicação do registo de novas iniciativas de natureza oficinal, artesanal ou de tecnologia pré-industrial entre os finais dos anos '20 e os anos '40, actividades que foram subtraídas à disciplina imposta pelo regime à indústria moderna.

Por outro lado, em que medida *o capital humano* que representavam os industriais não terá afectado o desempenho deste sector. Quando se descreve uma indústria espartilhada entre grandes empresas comerciais ou agrícolas e a pequena oficinas, não estaremos nós a lidar com uma indústria sem industriais? Quem eram, então, os industriais?

Antes de tentarmos responder a estas questões, façamos uma última incursão pela indústria da produção e distribuição de electricidade, através da qual tentaremos perspectivar o problema da energia face ao desenvolvimento industrial na região.

5. A indústria da produção e distribuição de electricidade

5.1. Introdução

O interesse precoce das elites regionais por uma tecnologia avançada num contexto industrial ainda dominado pela energia a vapor e pelo trabalho manual merece mais do que uma simples referência no âmbito da descrição que fizemos do parque industrial alentejano na primeira metade do século XX. A falta de carvão mineral tinha sido até então um dos argumentos em que se baseavam aqueles que defendiam ser a agricultura a vocação essencial do país (Andrade-1902, Campos-1913 e 1918, cf. Marvaud-1912). A expressão “hulha branca” generalizou-se entre os defensores do progresso industrial para realçar a importância da electricidade e dos projectos hidroeléctricos em programas de desenvolvimento de indústrias “pesadas” (Galvão - 1928). Ora, se isto era válido para todo o país, melhor se aplicava numa região carente de combustíveis para a indústria. A análise da história das empresas de produção e distribuição de electricidade no Alentejo contribui para esclarecer a questão de saber até que ponto a carência de energia constituiu um obstáculo real ao desenvolvimento industrial na região durante a primeira metade do século XX. Neste sentido, a história regional da electricidade não se esgota no problema da iluminação, no qual o consumo público assumiu um papel relevante face à tacahez do consumo privado e industrial. Para as elites tratou-se tanto de obter o conforto (privado e público) proporcionado pela nova fonte de energia, com evidentes vantagens sobre o gás, como de explorar comercialmente as oportunidades emergentes com o novo meio técnico. Neste capítulo, mostraremos as relações entre o negócio da electricidade e os projectos industriais locais, bem como os seus protagonistas.

A história da electricidade na região pode dividir-se em duas fases distintas: a primeira, dos princípios do século até finais dos anos '30, fase em que a produção eléctrica foi claramente dominada por pequenos operadores; e a segunda, que teve início a partir dessa época, em que se destaca a acção de empresas eléctricas de média ou

grande dimensão que actuavam sob concessão governamental e num quadro de regulação institucional distinto¹.

Este capítulo centrar-se-á sobre quatro importantes e significativas empresas de produção e distribuição de energia eléctrica de âmbito sub-regional, a saber: a Companhia Eborense de Electricidade; a Moagem e Electricidade de Estremoz; a Companhia Elvense de Moagens a Vapor; a Hidroeléctrica do Alto Alentejo.

As fontes utilizadas na nossa análise foram, principalmente, os relatórios e contas dessas companhias e, acessoriamente, os processos de licenciamento industrial. O *corpus* documental reunido oferece-nos uma cobertura cronológica que, embora distinta para cada empresa, foi considerada suficiente para respondermos às questões que justificaram este capítulo. Em primeiro lugar, tratava-se de saber quais os actores que estiveram presentes nesta área de negócio e as suas motivações, tal como podem ser inferidas pela exposição dos seus directores. Em segundo lugar, identificar as oportunidades criadas pela emergência duma nova fonte de energia, geradora por sua vez de novos produtos e tecnologias de produção e os constrangimentos à sua acção. Em terceiro lugar, perceber *porquê, como e em que medida* o negócio da electricidade apoiava outras actividades industriais. Fica subjacente a esta análise todo o enquadramento institucional que suportou a actividade eléctrica desde os princípios do século até ao Estado Novo, os quais têm sido tratados por outros, repetindo largamente o discurso oficial sobre a electricidade como área de excelência da concessão privilegiada e da grande indústria².

Mostraremos como a acção individual foi determinante no arranque de algumas destas iniciativas fundamentais, de maior ou menor duração. Assim, o nome de José Custódio Nunes ficou ligado à Hidroeléctrica do Alto Alentejo (HEAA). Menos conhecido foi o caso de Aboim Inglês que apareceu ligado à Electro-Oleica de Moura ou de Oliveira Soares, na Companhia Eborense de Electricidade. Mas a acção destes notáveis não se limitou “à iniciativa” ou “à visão”, sendo fundamental a capacidade de buscar apoios financeiros e institucionais. O Estado, apesar de não aparecer como investidor directo,

¹ Uma visão de conjunto sobre a história da electrificação portuguesa é dada por Francisco de Almeida e Sousa (1998). V. tb. os apontamentos de Jaime Ferreira (“Electrificação”) em Heitor, Brito e Rollo (2002: 199-203) e do eng.º Nuno Ribeiro da Silva em Barreto e Mónica (1999-I:622-627, “energia, política de”). Sobre a disciplina corporativa e o condicionamento nas suas relações com a indústria, veja-se o artigo de síntese geral de J. Confraria (1999) e os contributos de Brandão de Brito (1989 e 1992).

² Vejam-se as análises de Rosas-1986, Brito-1988, 1989, 1993 e, mais recentemente, Madureira-1998 e 2002.

mostrou-se fundamental pela sua acção jurídico-institucional no enquadramento de grandes negócios no período do Estado Novo. Através do seu poder soberano de conceder direitos, licenciar, autorizar, impor consumos, acenar aos grupos privados com oportunidades lucrativas “de interesse nacional” a acção governativa não deve ser subestimada. É questionável, contudo, que essa acção tenha sido progressiva e eficiente no quadro dum rumo industrial que, de resto, não era desejado pelos sectores mais retrógrados do regime (cf. Barbosa-1952). Isto ficará patente na história da empresa HEAA.

Finalmente, veremos como a busca do lucro esteve por detrás da acção dessas modernas sociedades que, por vezes, empregavam engenheiros e tinham directores remunerados.

5.2. Os negócios da electricidade e a electricidade como sub-produto da grande indústria regional.

Desde os princípios do século que a electricidade constituiu uma das áreas de negócio onde se envolveram as elites regionais. Graças à sua influência junto dos poderes locais, conseguiam contratos com os municípios que lhes dava segurança para entrar nesta actividade. Foi este o caso da Companhia Eborensis de Electricidade que se constituiu, em 1905, como sociedade anónima com um capital de 25 contos para a “exploração e fornecimento de energia eléctrica no concelho por deliberação da Câmara Municipal de Évora em 16/06/1904” (ACRP/E-1 e ACRP/C-1:32)³⁵². À frente desta iniciativa estiveram grandes proprietários como Luís Barahona Caldeira Castel-Branco, José António de Oliveira Soares e José Estevão Cordovil, o comerciante lisboeta José Ribeiro Cardoso e o engenheiro Maximiano Gabriel Apolinário³⁵³. Os novos interesses constituídos em torno da iluminação eléctrica tiveram de se confrontar, em Évora, com os da Companhia Geral de Iluminação a Gaz que, em 1887, obtivera a concessão para a iluminação pública e privada da cidade (Matos-2001 e Rodrigues-1943). Esta companhia de origem britânica, na qual existiam interesses de fabricantes de equipamentos, obtivera

³⁵² Entre os seus maiores accionistas encontravam-se Francisco Eduardo de Barahona Fragoso (500 acções), Francisco Barahona Fragoso de Mira (300), Luís Barahona Caldeira Castelo Branco, Eduardo Martins, José Estevão Cordovil e o padre José Farinha Martins (cada um com 100 acções). Estes detinham 1.300 do total das 2.500 acções emitadas (V. tb. Matos-2001).

³⁵³ Foram estes que apareceram como “accionistas concessionários” no acto de registo da companhia em 22 de Maio de 1905 (ACRP/E-1).

também concessões do mesmo tipo em Santarém (1889), Aveiro (1889) e Leiria (1890). A insatisfação existente face aos elevados preços praticados (justificados pela escassa seis dezenas de consumidores privados), a má qualidade do serviço prestado pela companhia estrangeira e o desejo de obter uma nova fonte de iluminação constituíram os argumentos que levaram a Câmara (refém de contratos anteriores relativos à iluminação pública) a concessionar o fornecimento de energia eléctrica *a particulares* a uma nova companhia de electricidade, formada pelas maiores fortunas da cidade⁵.

Noutros casos, a electricidade apareceu associada a outras indústrias, geralmente à moderna moagem por cilindros. Assim, no lançamento da Moagem e Electricidade, L.da em Arraiolos, em 1918, estiveram os grandes proprietários e lavradores. Reunidos na sede da Sociedade Recreativa Arraiolense, Manuel e Jerónimo Amaral de Mira, Francisco da Conceição Brito, José Maria de Brito Rosado, António Rosado Mexia Dórdio, Eduardo Queiroga, o Dr. José Damião Félix, Bernardo Félix de Mira, Joaquim José Perdigão Queiroga e outros constituíram uma sociedade por cotas com o objectivo da “instalação e exploração duma fábrica de moagens e central eléctrica nesta vila, compra e venda de cereais e farinhas, panificação...” com um capital de 66 contos⁶. Antes desta data, em 1913, o engenheiro de minas alentejano Aboim Inglês constituiu com uns espanhóis A Electo-Oleica de Moura, Limitada, sociedade com sede nesta vila que tinha por objecto “explorar o negócio do azeite, bagaços e extracção de azeites por estes bagaços por processos químicos, aproveitamento dos respectivos resíduos para produzir energia eléctrica pública e particular nesta vila de Moura”⁷. Também em Elvas, a Companhia Elvense de Moagens a Vapor produzia electricidade nos princípios do século. Em Estremoz, operava a Sociedade Bonfim L.da. Em Sousel, a electricidade que chegava à vila era produzida pelo maior complexo industrial da região, a Empresa Industrial Bastos Ribeiro⁸.

Deste modo, a venda da electricidade aos municípios, às outras indústrias locais bem como aos particulares aparecia assim disseminada pelo espaço regional em diversas iniciativas que estiveram longe de cobrir todas as necessidades da indústria. Na maior parte dos casos, a indústria teve de suprir essas carências produzindo a energia eléctrica

⁵ Este historial encontra-se em Matos-2001.

⁶ V. escritura no DRME/Proc. 6 da 4ª CI.

⁷ Escritura de 30.Jan.1913 do cartório de José Frasquilho de Moura.

⁸ V. DRME/Proc. 7.188 da 4ª CI.

que necessitava para as suas operações, como sucedia, por exemplo, com empresas como a Peninsular Oleícola Limitada (Alvito) ou com a Robinson Bros, Cork Growers, Ltd (Portalegre). Noutros casos, a electricidade era um subproduto da indústria que as vilas podiam beneficiar, como sucedeu em Aljustrel que nos princípios do século XX começou a ser abastecida pela central eléctrica das minas situadas nos extremos da vila³⁵⁸.

Salientemos, pois, o contexto económico e a dimensão dos mercados da electricidade.

As necessidades da indústria em energia eléctrica eram, na maior parte dos casos, bastante pequenas dado que a maioria dos motores eram accionados por vapor, gaz pobre ou óleos pesados. Na Fábrica de Moagem de Cereais e Lagar de Azeite de José Clemente Maltez, em Cuba, as necessidades eléctricas eram supridas com um simples dínamo desde a sua fundação, em 1925, quando, no início dos anos '50, a firma decidiu comprar electricidade à firma local J. J. Palma Borralho³⁵⁹. A Ficalhense (Sarpa, 1920), que tinha fábrica de moagem, rações e azeites, usava vários equipamentos eléctricos que eram abastecidos por uma “central eléctrica”, constituída por um alternador de 55 c.v. que era accionado por velho motor a óleos pesados³⁶⁰. Só a partir de meados dos anos '40 se começaram a generalizar os pequenos motores eléctricos que foram introduzidos para accionar máquinas-ferramenta em quase todos os domínios da actividade industrial, chegando até às pequenas oficinas de carpintaria, serralharia, serrações, etc.

Deste modo, quando em 1926, a Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo inaugurou a 1ª central, a indústria regional tinha resolvido melhor ou pior os seus problemas energéticos. A questão eléctrica (ao contrário do que acontecia com o abastecimento de água) não se colocava como um problema maior, muito embora pudéssemos ser levados a pensar que a energia barata acabaria por criar novas oportunidades. Feliciano Marreca, quando nos princípios do século analisou a situação da principal indústria de Elvas, a das conservas de frutas, não deixou de criticar o investimento feito pelo município na electricidade para iluminação, “a qual (segundo ele) ficou bastante cara aos seus habitantes e que razão nenhuma de conveniência superior estava recomendando. (...) se alguma fábrica necessitasse de melhor luz que a do petróleo, faria o que até nos melhores centros, melhor providos de iluminação, se pratica, arranjanado iluminação própria”

³⁵⁸ V. o livro de registo dos subscritores no arquivo municipal.

³⁵⁹ Resposta ao inquérito em 20.Nov.1952 no DRME/Proc. 7318 4ª CI (4/1943)

³⁶⁰ DRME / Proc. 7.188 da 4ª CI.

(Ferreira-1907: 82). Por isso, ele defendia que o empenho público no abastecimento de água teria sido mais remunerador e interessante para a indústria regional¹².

Mas não era só para indústrias de conservas alimentares que a água era exigida. Efectivamente, a água abundante durante todo o ano era necessária mesmo para indústrias enraizadas como a da cortiça ou dos curtumes, que sofriam com a estiagem. A água sob pressão era fundamental para diversas áreas de actividade industrial. A disponibilidade de água em abundância constituía um verdadeiro seguro de vida para os industriais corticeiros que operavam como preparadores e constituíam vastos depósitos de matéria-prima altamente inflamável.

O interesse de grandes negociantes e proprietários fundiários pelo negócio da electricidade pode explicar-se tanto por serem eles próprios consumidores interessados como pelos lucros elevados que o empreendimento podia proporcionar. Numa década particularmente difícil para a indústria portuguesa como foram os anos '30, a Companhia Eborense de Electricidade distribuía dividendos na ordem dos 33,5 % do seu capital social (40 contos) e tinha acumulado 418 contos de lucros originados pela venda de electricidade e de material eléctrico (1937). Para fazer face à renovação de equipamentos, a sociedade tinha criado nesse ano um fundo especial a constituir a partir dos lucros que recebeu um acréscimo de 99 contos. No total, os fundos de reserva subiam aos 900 contos.

Os activos da Companhia podem distribuir-se deste modo (valores em contos de 1937):

¹² A importância da água para a cozedura da prancha na indústria corticeira e da água sob pressão para fazer face aos incêndios nos depósitos de cortiça, bem como para a indústria de lanifícios, foi já referida anteriormente. Estas infraestruturas requeriam naturalmente uma rede de esgotos eficiente que só tardiamente (a partir dos anos '50) foi estabelecida como se percebe pela leitura dos processos nos casos de Vila Viçosa (curtumes) e Estremoz (cortiça).

Capital fixo:	Edifício da fábrica	7,0
	Máquinas, equipamentos, linha Decauville	556,1
	Rede particular	58,2
	Rede pública	53,5
	Instalações particulares	4,8
Capital circulante:	Valores em armazém	
	Material eléctrico	52,9
	Combustíveis	22,9
	Valores:	
	Caixa, letras a receber, valores em depósito	10,5
	Saldo das contas correntes	270,6

Por sua vez, na conta de ganhos e perdas, as despesas de operação (gastos gerais, iluminação pública, gastos de reparação e de conservação) não atingiam os 200 contos, quando os lucros realizados no ano ultrapassavam aos 119 contos.

Após a sua fundação, a Companhia conheceu apenas mais duas emissões de acções, uma em 1908, de 300 acções de 50 mil réis, amortizáveis em 30 anos, vencendo um juro anual de 5 % e outra, em 1912, de 1.500 acções no valor de 10 escudos cada, ficando a sociedade com um capital nominal de 40 contos (ACRP-E1). Tal como sucedeu noutros casos, o recurso ao auto-financiamento através dos lucros foi a prática adoptada para fazer face à necessidade de renovação dos equipamentos.

O empreendimento manteve-se nas mãos de um grupo restrito de “grandes” de Évora que a dirigiram até à data da sua dissolução em 1943. O interesse na expansão da rede para áreas rurais era limitado pelos elevados custos de transporte de energia e pelas “deseconomias” de escala que resultavam dessa expansão. Assim, os principais mercados de consumo da electricidade limitaram-se aos maiores centros urbanos do Alentejo. Dada a natureza dos interesses constituídos nas sociedades, podemos pensar que cada um desses mercados estava sujeito a grupos de interesses e de influência locais que limitavam a acção de gente de fora, na medida em que isso viesse colidir com esses interesses.

Em muitos casos, como já referimos, a electricidade constituiu uma oportunidade de negócio para as grandes indústrias instaladas e que dela necessitavam. Que papel económico poderá ter desempenhado a electricidade na economia dessas indústrias? Não

constituiria a electricidade um segundo produto (ou subproduto), capaz de dar vantagens comparativas a empreendimentos estratégicos para as elites fundiárias como eram os combinados industriais?

O negócio da electricidade poderia dar às grandes moageiras do Alentejo alguma vantagem comparativa face às grandes unidades de Lisboa, Santa Iria e do Porto, melhor posicionadas para receber o trigo exótico e para aceder aos mercados de consumo. Tem interesse, por isso, analisar o papel que a electricidade tinha na economia dos conjuntos industriais através do caso que constitui a Elvense de Moagens a Vapor (CEMV).

Constituída em 1899 na sequência da legislação que protegia as fábricas de moagem que consumissem exclusivamente cereais nacionais, isentando-as de contribuição industrial, a CEMV foi constituída como sociedade anónima que reunia grandes proprietários de Elvas (*v. capítulo 3, supra*). A fábrica estava instalada nas Fontainhas, um lugar a 3 km. da cidade e a 200 m. da estação de caminho de ferro, ligando-se a esta por via reduzida para receber matérias-primas e exportar as suas farinhas. Embora integrada no conjunto fabril, a Central Eléctrica constituía um edificio distinto que ficava paralelo à fábrica, servindo para alimentar a moagem e fornecer energia à cidade. Esta dispunha de dois motores, um eléctrico e outro a gás pobre de 200 c.v. de reserva. Estamos, pois, perante duas instalações distintas no mesmo conjunto¹³.

A distinção entre a moagem e a electricidade deu lugar a financiamentos distintos. Deste modo, o balanço da companhia de 1913 mostra-nos que a “secção de luz eléctrica” se servira de três emissões de obrigações ao portador para financiar a sua actividade. Apesar disso, a gestão e a contabilidade eram comuns. O capital fixo na indústria eléctrica compunha-se da instalação geral (Central Eléctrica), avaliada em 88,1 contos de 1913, das redes de distribuição em Campo Maior, das instalações particulares em Elvas e Campo Maior e das instalações nos edificios militares e quartéis do exército e, finalmente, nos correios. O valor da rede do exército subia aos 3,3 contos quando as instalações particulares em Elvas e em Campo Maior não ultrapassavam os 2 contos. A importância do consumo do exército estendeu-se, naturalmente, às farinhas até ao momento em que o Estado decidiu instalar a maior fábrica de moagem do país, a Manutenção Militar, para consumir exclusivamente cereais nacionais.

¹³ “Memória descritiva” de 1938 no processo 1.688 da 4ª CI e o alvará n.º 13.984 (DRME).

A distinção entre os dois ramos do negócio mostra que as receitas da electricidade estavam longe de ser desprezíveis. Antes pelo contrário. Os lucros alcançados, na ordem dos 28,6 % sobre o capital social, não deixam de se relacionar com economias de operação que resultavam da articulação entre os dois ramos do negócio.

Esta associação não deixou de trazer contratemplos conjunturais. Nos finais da guerra e no início dos anos '20, a espiral inflacionista dos custos de operação reflectiram-se negativamente sobre o negócio da electricidade. A companhia estava amarrada a contratos de média duração com os municípios. Em 1922, o rendimento bruto da electricidade em Elvas e Campo Maior foi de 159 contos, o que não deu para cobrir encargos que atingiram cifra de 215,6 contos. O prejuízo de 56,7 contos foi explicado pela gerência pelo aumento geral no custo dos combustíveis, salários e ordenados, nos custos dos consumíveis, na amortização dos equipamentos e com os encargos crescentes com o capital. Tudo isto levava a companhia a pedir um aumento de tarifas de 0\$60 para 1\$50, tendo-lhe sido concedido apenas 50 % desse valor. A companhia viu-se forçada a recorrer ao Tribunal Administrativo, tendo ganho a causa.

As contrariedades com a electricidade eram largamente compensadas com os lucros auferidos durante esse período com a venda de farinhas. O manifesto de produção de 1917 mostra que a Elvense estava a usar de forma inteligente os trigos rijos para produzir farinha de primeira qualidade para “exportação” para os principais centros do país (tabela 5.2). Quer porque não havia trigos exóticos e coloniais disponíveis para distribuição, quer porque trocava a sua pequena cota de rateio com outras fábricas do litoral, o facto é que a fábrica trabalhava com “trigo nacional”, sendo o “da terra” quase irrelevante (tabela 5.1). Tudo isto mostra que a Elvense não suportava custos de transporte acrescidos na sua relação com os mercados fornecedores de trigo e com os consumidores.

A declaração dos produtos que a Elvense tinha em armazém em Dezembro de 1917 e em Abril de 1918 mostra claramente qual o seu mercado privilegiado numa conjuntura marcada pela “crise das subsistências”, pela especulação comercial e com a fome generalizada a todo o país: o das farinhas de 1ª para “exportação” destinada ao consumo da burguesia radicada nas grandes cidades, por um lado, e o das farinhas de 2ª, destinadas em parte ao consumo local. A existência, em depósito, de maior quantidade de farinha de 1ª pode ser interpretada justamente pela maior dificuldade de escoamento local desse tipo de produto fino, considerado por isso como um produto de “exportação”

por excelência que se destinava às pastelarias, confeitarias nos maiores centros urbanos do país e fábricas de massas.

Tabela 5.1. Trigos entrados na fábrica da Elvense entre Abril de 1917 e Fevereiro de 1918.

Trigos / Origem	Abril/1917		Mar/1917		Dez/1917		Jan/1918		Fev/1918		Existências em Dez/1917	
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2		
Quinzena	2		1		2		1		2		-	
Exótico	-		-		-		-		-		-	
Nacional	20,4				16,3		9,1	6,0		6,8	2,6	1.239,0
Da terra			0,7				0,8					5,3
Colonial	-		-		-		-		-		-	-

Valores em toneladas

Fonte: “Declaração quinzenal nos termos do art.º 46, nºs 1 e 3 do Dec. 3216 de 28.Jul.1917”, DRME, processo 1.688 da 4ª CI e o alvará n.º 13.984.

Tabela 5.2. Produtos da Elvense em armazém (1917-1918)

Tipo de produtos	Dezembro de 1917	Abril de 1918
farinha de 1ª	42,5	61,7
2ª	-	38,6
sêmola de trigo	8,1	3,8
Sêmea de trigo	3,8	5,1
Farinha lotada	9,1	-

Fonte: v. tabela anterior. Valores em toneladas.

Os lucros obtidos com a moagem durante a guerra e a orientação da moagem para o consumo de luxo levaram a companhia a renovar o seu equipamento de moagem, o que só veio a suceder quando a paz voltou e a casa fornecedora foi capaz de satisfazer a encomenda. Assim, em 1921, a fábrica é inteiramente remodelada com a última tecnologia da Buhler Hermanos, através da sua sucursal de Barcelona. A direcção, no seu relatório de 1922, não deixou de referir que os “maquinismos adquiridos ultimamente (...) produzem produtos de excelente qualidade”. E acrescentava:

“Se as circunstâncias do mercado e dos capitais disponíveis nos tivessem permitido a aquisição de cereais, nós poderíamos ter atingido o máximo da nossa laboração, com a segurança de colocar as nossas farinhas e sêmeas, que de diversos pontos do país até de alguns centros produtores desses artigos, eram incessantemente pedidos” (CO/CEMV-1922).

O hiato entre a data de encomenda e a entrega dos equipamentos da Bühler, dando-se num período marcado por forte inflação no interior e desvalorização do escudo, fez com que os custos fixos atingissem “imprevistas extraordinárias proporções”. Os equipamentos da nova moagem orçamentados em 180 contos, deram em 1923 um encargo de 666,7 contos, cobertos com aparente facilidade, com nova emissão de acções. Vivia-se, efectivamente, um momento extraordinário. Com isto, a Elvense fechava as contas com um lucro de 130 contos, satisfazia as necessidades do mercado local e estava a produzir pão de trigo de excelente qualidade ao preço mais baixo do país.

Em 1925, o ambiente económico estava a mudar. O relatório da direcção dava conta de que se tinham agravado as causas que tornam precário o exercício desta indústria: falta de capitais em ocasiões propícias para aquisição dos trigos, dificuldades em colocar farinhas de primeira qualidade que no mercado local não tinham saída, oscilações nos mercados, enfim, custos de transporte que oneravam os trigos exóticos. Contudo, acrescentava:

“Ainda assim, pelo que sabemos, não é a nossa empresa das menos favorecidas, pois que esta indústria exerce-se em geral por toda a parte em condições difíceis”.

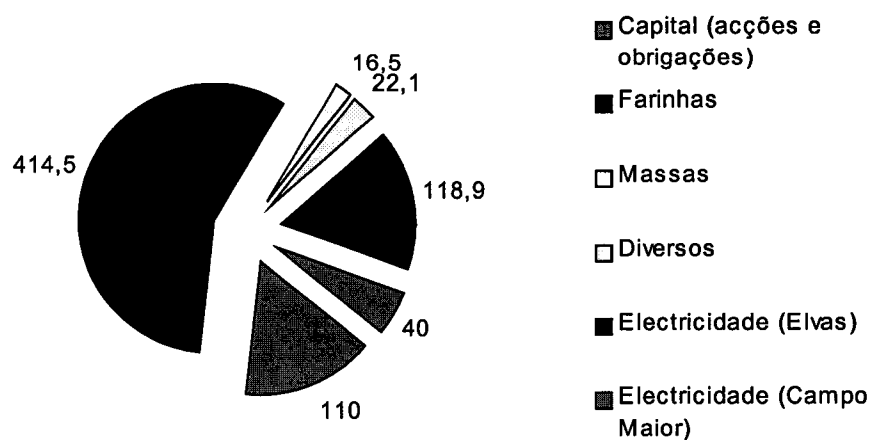


Figura 5.1. Companhia Elvense de Moagens a Vapor. Capital e principais rubricas da receita (1923).

Fonte: CO/CEMV/RC-1923 (Conta de ganhos e perdas, 1923). Valores em contos (preços correntes)

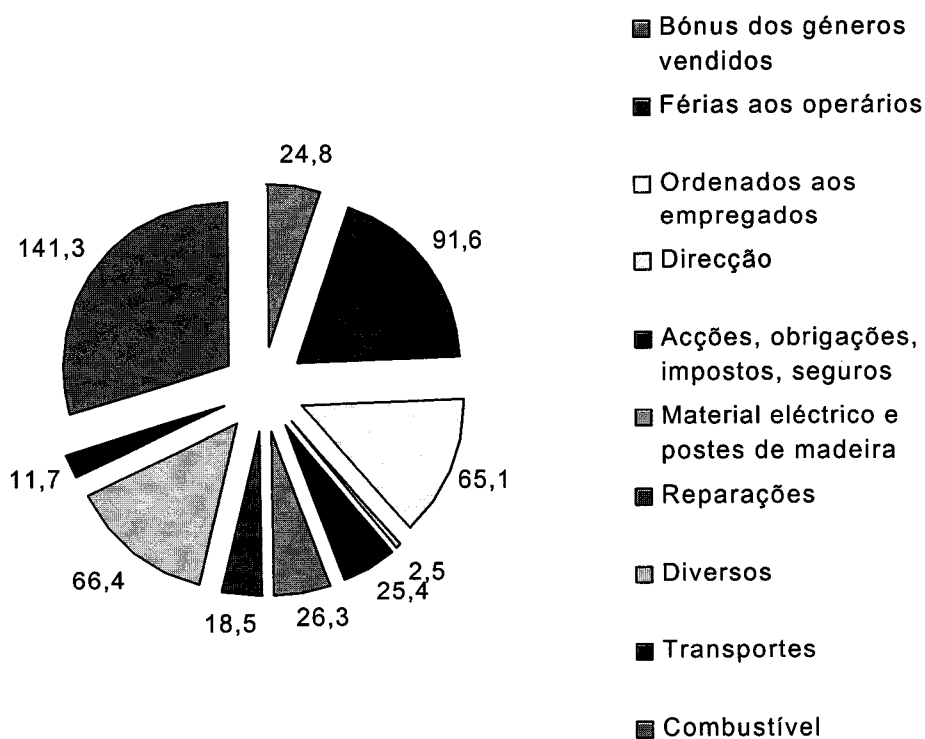


Figura 5.2. Companhia Elvense de Moagens a Vapor. Lucros e principais rubricas da despesa (1923).

Fonte: CO/CEMV/RC-1923 (Conta de ganhos e perdas, 1923). Valores em contos (preços correntes)

Até 1928 os resultados da Elvense foram positivos, em larga medida graças à ausência de investimentos na expansão da rede eléctrica e ao aumento de capitais com recurso à emissão de acções. Tal como sucedeu com outras unidades congéneres, a partir de então os resultados dependeram muito da política seguida pelo governo para o sector.

Em meados dos anos '20 a companhia deixou de fornecer energia a Campo Maior e o parque eléctrico foi gradualmente amortizado (tabela 5.3). Apesar disso, as receitas da electricidade foram importantes para suprimir os custos energéticos da companhia. Estes custos equivaliam, nas contas de "ganhos e perdas", aos salários e remunerações pagas a operários e empregados das secções da moagem e da electricidade. Entre 1923 e 1933, as receitas da electricidade variaram entre 23 e 33 % do total, sendo a norma 25 %. Por outras palavras, as receitas da electricidade cobriam as despesas de combustível de toda a companhia.

A história da companhia a partir dos anos '30 foi fundamentalmente a duma empresa moageira da província, cada vez mais orientada para a satisfação dos mercados locais e regionais do interior centro do país. Impossibilitada administrativamente, por

Vejamos agora outro caso.

Conhecemos os problemas da Companhia Moagem e Electricidade, S.A.R.L. de Estremoz a partir dos anos '30. Tal como sucedia na Elvense, também neste caso a contabilidade da electricidade aparecia integrada nas contas gerais duma sociedade cuja actividade foi dominada pela farinhação de trigo (CO/CME/RC, 1931-1950). Os 300 contos de capital estavam formalmente distribuídos pela moagem (200) e electricidade (100) sem quaisquer consequências ao nível da gestão financeira. Em 1931, o valor da rede eléctrica somava os 190 contos e as máquinas e prédios (comuns) 2.300. A pequena dimensão do mercado da electricidade e da fábrica de moagem “explicam” as dificuldades económicas sentidas ao longo dos anos '30. A estratégia de “concentração” na sociedade Moinhos Reunidos L.da não resolveu o grave problema económico que resultou das relações fixadas pelo governo entre a moagem e a lavoura. Assim, até 1936 a sociedade irá acumular mais de 700 contos de prejuízos, resultantes da operação fabril corrente, ou seja, sem houvesse nesse percurso (ou pudesse ter havido) qualquer investimento de monta em qualquer dos ramos de negócio.

Está fora do nosso objectivo fazer uma análise mais detalhada o papel do Estado no percurso destas empresas moageiras através da regulação corporativa e autoritária das relações entre a indústria e a agricultura. Salientemos, pois, como a electricidade se apresentou como um negócio que, nas conjunturas bélicas, pesou nos resultados destas sociedades moageiras devido à rigidez das tarifas praticadas face aos custos de operação e como, durante os anos '30, contribuiu numa medida variável para limitar os prejuízos resultantes da actividade moageira. Fica implícito, neste processo, que a capacidade de expansão da rede eléctrica era limitada pela dimensão do mercado consumidor, composto fundamentalmente por entidades públicas (câmaras, exército) pela indústria local e pelo consumidor doméstico. Apesar da pequena dimensão do mercado eléctrico privado, como se viu no caso de Évora, estas companhias contribuíram muito cedo para difundir o consumo de produtos e de equipamentos eléctricos no meio urbano e certamente na sede das grandes casas agrícolas.

Vejamos agora o projecto da Hidroeléctrica Alto Alentejo, tentando perceber *quando e em que medida* alterou esta economia eléctrica.

5.3. A Hidroeléctrica Alto Alentejo

No lançamento do projecto da Hidroeléctrica Alto Alentejo (HEAA), tem sido atribuído um papel de relevo à acção de José Custódio Nunes (1887-1961). De acordo com uma biografia de cariz hagiográfica, este engenheiro ficou “ligado à existência da Hidroeléctrica Alto Alentejo desde a sua primeira hora, todas as horas de cada dia daquela importante empresa eram horas da sua própria vida, pois uma e outra se tinham de tal modo fundido que nem ele próprio saberia estabelecer-lhes separação” (Gonçalves-1964:8/9). Vale a pena, por isso, realçar alguns traços da sua biografia empresarial e personalidade.

Alentejano de Póvoas e Meadas (Castelo de Vide), Custódio Nunes viria a concluir o curso de engenharia em Toulouse, para onde partiu depois da Grande Guerra, inconformado com o lugar medíocre que lhe oferecia o curso dos CTT, tirado depois de ter completado o liceu. Entre os atributos pessoais que lhe foram reconhecidos destacavam-se a sua “capacidade de inspirar confiança”, o “amor ao trabalho e perseverança nas iniciativas”, ser “dotado de raro instinto e vocação de progresso”. Enfim, “o que os seus amigos mais apreciavam nele era a sua mentalidade, o seu saber, o seu espírito generoso e a sua paixão pela terra onde nasceu”. Finalmente, tinha qualidades de “organizador e animador de visão firme e possuidor de extraordinários recursos de realização – ainda tinha a virtude de saber escolher colaboradores dedicados e de chamar auxiliares competentes” (Gonçalves-1964:8,10). Como veremos, grande parte destas qualidades foram também atribuídas a Aboim Inglês, outro empreendedor com quem partilhava um profundo sentimento regionalista³⁶³.

Associados a Custódio Nunes na direcção da HEAA ficaram até 1945, outro engenheiro, João Geirinhas e Mário de Albuquerque. Em finais de 1926, estava concluída a 1ª parte do aproveitamento da Ribeira de Niza, tendo sido inaugurada a primeira central eléctrica. Para a viabilidade do empreendimento durante a fase de arranque foi fundamental o apoio financeiro prestado por António Alves da Costa, Eduardo Marçal (do Banco do Alentejo), Pimentel Fragoso e Raul Alves Mineiro e o envolvimento interessado de empresas como a Duarte Ferreira & Filhos e Nogueira L.da. No ano seguinte a sociedade, que contava com um capital de 4 mil contos, foi obrigada a contrair

³⁶³ Custódio Nunes foi um empolgado propagandista do regionalismo alentejano, sendo sócio fundador da Casa do Alentejo, em Lisboa. Foi presidente da direcção em 1932, 1933, 1934 e 1937, presidente do Conselho fiscal, de 1946 a 1952 e presidente da assembleia-geral desde 1953 a 1961.

um empréstimo na CGD de outros 4 mil contos para fazer face aos seus encargos com a expansão programada do empreendimento. Com esse capital a HEAA pode construir a segunda central.

Tratando-se dum projecto privado orientado exclusivamente para a exploração da electricidade, a sua estratégia económica passou pela construção das linhas de transporte para os centros de consumo mais intensos. Em vão apelou para o governo e, sem poder contar com o apoio das câmaras, cedo se tornou claro que a rede de distribuição representava um custo que deveria ser optimizado com o fornecimento prioritário de energia a grandes clientes.

Deste modo, logo em 1927 começou a construção da linha de transporte Niza-Tramagal e fez-se um contrato com os Caminhos-de-ferro Portugueses para fornecer energia ao Entroncamento. A direcção depressa se deparou com um problema de fundo: a grande distância que separava a central das grandes unidades consumidoras tornava a construção das linhas de distribuição muito dispendiosa. E, no ano seguinte, a empresa ver-se-ia com o problema de arranjar mercados de consumo para os 3.500 c.v. que iria dispor quando concluiu a barragem e a Central de Bruceira. Deste modo, sem poder contar com o auxílio financeiro das câmaras interessadas e dos industriais que viriam a consumir esta energia, só restava apelar ao Estado. Em 1928, a empresa tinha gasto 600 contos acima das suas previsões na construção da linha de transporte de Bruceira a Niza e de Niza ao Tramagal, Chamusca e Entroncamento, numa extensão de 110 km. Fizera contratos com a Câmara Municipal da Chamusca, com Luís Sommer, com Empresa Eléctrica de Rio de Moinhos, com Escola de Tancos e, de acordo com as palavras da direcção no seu relatório anual, *“teríamos estendido as nossas linhas de transporte para Norte e Sul até Castelo Branco e Estremoz se tivéssemos encontrado o apoio financeiro que inutilmente temos procurado no país”* (CO/HEAA/RC-1928, sublinhado nosso). No ano seguinte terminava a construção da central da Valada, ficando o aproveitamento da Ribeira de Niza com uma potência total de 9.000 c.v. O consumo aumentava muito favoravelmente, atingindo os 2,5 milhões de Kwh em 1930, graças à expansão do mercado eléctrico para a indústria. Nessa altura, a empresa fornecia energia também a vários industriais de Abrantes e de Constança e tinha em projecto alimentar os cimentos da Maceira (Leiria), as câmaras da Golegã, Barquina, Portalegre e os organismos do exército em Tancos. Na ausência de participações do Estado, o financiamento da rede foi feito pela empresa recorrendo a novo empréstimo bancário. Forçada a firmar contratos com preços de venda baixos, a empresa mal conseguia cobrir os custos. Do

ponto de vista estritamente financeiro, e em face dos constrangimentos institucionais com que a empresa se debatia, a Hidroeléctrica estava longe de ser uma aposta segura e rendosa. O relatório de 1931 dava conta que a 3ª emissão dos 4 mil contos de capital não tinham sido ainda coberta e que “os resultados ainda não são de molde a ter plena confiança no futuro da Sociedade” (CO/HEAA/RC-1928).

No ano seguinte, a estiagem provocou uma quebra forte na produção e obrigou a empresa a adquirir um grupo térmico de reserva. O aumento das despesas de exploração e as quebras nas receitas obrigaram a direcção a suspender os trabalhos de construção da Central da Velada e a linha de distribuição Niza–Maceira. A melhoria económica veio com o aumento do consumo, graças à entrada em funcionamento das linhas até Alcanena, Mira d’Aire e Castelo Branco.

É Henrique Sommer quem apoia “desinteressadamente” a expansão da rede e os trabalhos do 3º aproveitamento, suspensos desde 1931. Mas, para o governo, uma coisa era fornecer o exército, as populações das pequenas urbes rurais, outra era alimentar a expansão da indústria.

“O fornecimento de energia à Empresa de Cimentos de Leiria, que tem passado pelas mais estranhas vicissitudes, não foi ainda iniciado em virtude de dificuldades burocráticas que sobremaneira têm entorpecido o nosso desenvolvimento” (CO/HEAA/RC-1933).

A expansão do empreendimento passava por obter autorizações do governo para lançar uma linha pela margem esquerda do Tejo para satisfazer as solicitações dos industriais. Só assim poderia a empresa arranjar colocação para o seu excesso de produção no Inverno. No ano seguinte, o problema mantinha-se:

“Não obstante todos os esforços desenvolvidos no sentido de procurar resolver as dificuldades que surgiram no prosseguimento da construção da linha Velada-Maceira, que têm causado à nossa Sociedade pesadíssimos prejuízos, não pudemos conseguir ainda as licenças necessárias para iniciar o fornecimento de energia eléctrica à Fábrica de Cimentos «Liz»” (CO/HEAA/RC-1934).

Em causa estava a possibilidade de duplicar a produção e, dessa forma, consolidar financeiramente o empreendimento. Apenas o constante aumento do consumo na rede já instalada dava algum alento à direcção mas constituía um débil suporte económico.

No ano seguinte foi finalmente concluída a montagem da linha Velada-Maceira e a Central de Velada, a qual veio adicionar 9.000 c.v. de potência à HEAA. Os “obstáculos burocráticos” foram vencidos neste caso mas, no fundamental, o enquadramento legal da actividade das empresas produtoras de electricidade era considerado pela direcção da HEAA um obstáculo ao exercício progressivo da actividade (CO/HEAA/RC-1934)¹⁵. Assim, só ao fim de 13 anos de imobilização de capitais, e graças ao consumo assegurado da Maceira, começaram a ser distribuídos os primeiros dividendos.

A expansão da rede continuou nos anos seguintes em direcção a sul e a ocidente, em busca dos principais centros de consumo. Em 1938, foram firmados contratos com a Câmara Municipal de Elvas e com a Sociedade Industrial do Bonfim, L.da., empresa eléctrica de Estremoz que alimentava as indústrias e a cidade, e na qual a HEAA iria participar. Avançavam as linhas que iriam abastecer Leiria, Marinha Grande e Vieira de Leiria, firmavam-se contratos com a Empresa Mineira do Lena, que explorava jazigos carboníferos necessários para alimentar as centrais térmicas nos meses de verão. O capital social da HEAA atingia os 15 mil contos. Em 1939, começara-se a abastecer os concelhos de Elvas, Estremoz, Alpiarça, Monforte, Marinha Grande e Vieira de Leiria. No ano seguinte, iniciava-se a electrificação de Castelo Branco e estavam avançados os estudos para o aproveitamento do Tejo a montante de Alvega, em conjunção com o aproveitamento e regularização do Ocreza, empreendimento cujo sistema era capaz de produzir 300 Milhões de Kwh. Tal projecto significava, para a empresa, dar um verdadeiro salto de gigante.

Os anos da guerra não proporcionaram à empresa os lucros que uma tal conjuntura poderia proporcionar graças à anomalia provocada nos abastecimentos e circuitos de distribuição. Se nos dois melhores anos de sempre, 1941 e 1942, se chegaram a pagar dividendos na ordem dos 16 % do capital, entre 1944 e 1946 os accionistas viveriam um período de jejum explicado pelos prejuízos que ultrapassaram os 4.600 contos, facto que obrigaria a HEAA a elevar o capital social para os 7.200 contos.

A exigência por parte do governo de numerosos estudos arrastaram-se durante anos, tendo sido outorgada à sociedade o aproveitamento do Ocreza *finalmente* (diz o relatório da direcção) em 1944. O arrastar das decisões governamentais anos a fio, que adiara a consolidação financeira do projecto, veio depois comprometer a expansão da

¹⁵ Sobre os custos do adiamento dos programas de desenvolvimento hidroeléctrico veja-se o texto crítico de Daniel Barbosa (1952).

rede hidroeléctrica de produção, provocando graves transtornos durante a guerra, diminuindo lucros e provocando aqueles dois anos de elevados prejuízos.

Em 1941, o aumento do consumo de electricidade foi satisfeita em parte com encomendas à Empresa Mineira do Lena para as centrais térmicas, diminuindo as margens de lucro. Um ciclone, nesse ano, o esgotamento da capacidade de produção do sistema de Niza, o aumento dos custos gerais, as dificuldades em obter equipamentos, aparelhagem e materiais de uso corrente, acabaram por provocar uma diminuição da produção no ano seguinte. Depois, em 1943, a estiagem prolongada e anormal obrigou a empresa a entrar em regime de restrições de produção e a usar permanentemente uma central a Diesel. Com o prolongamento do período de quebra na pluviosidade no seguinte, a HEAA deixou de fornecer, pelo menos, 18 milhões de Kwh. A empresa teve assim de recorrer a compras de combustível, adquiridas por alto preço, quando estava amarrada a contratos de fornecimento já desajustados devido à inflação. O governo de Salazar, ferreamente agarrado à sua política anti-inflacionista, foi lento a reagir. A possibilidade de aumentar as tarifas em 20 % veio apenas em Abril de 1944 através da portaria 10.649. Contudo, só foi autorizada a sua aplicação em 1 de Junho e, como afectou apenas aquela produção que resultava da energia térmica, não contribuiu significativamente para minorar os enormes prejuízos.

Em 1945, ainda devido à continuação da seca, a produção hidráulica foi insignificante. A HEAA foi forçada a laborar com combustíveis e óleos importados e inflacionados, por um lado, e a vender electricidade a taxas fixadas pelo governo e completamente desjustadas, por outro. O resultado foi o acumular de avultados prejuízos no meio dum programa de expansão (v. tabela E1 em anexo). Efectivamente, e apesar deste cenário, começaram nesse ano os trabalhos para aproveitamento do Ocreza.

O lançamento do novo projecto foi financiado com a elevação sucessiva do capital para 72 mc (1945) e 230 mc (1946). O crescimento do consumo nos anos imediatos ao final da guerra foi satisfeito, em parte, com a aquisição de energia a terceiros³⁶⁵. A dependência energética de terceiros, crónica nos meses de verão devido ao regime hídrico, arrastava-se nos anos de seca, fragilizando a posição económica da empresa. No ano seguinte a Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola entrega à HEAA a

³⁶⁵ Em 1947, quando a normalidade climatérica tinha já regressado, a produção da HEAA foi de 23 milhões de Kwh, valor superior em quase 3 milhões de Kwh relativamente ao ano anterior, e em mais de 15 milhões de Kwh relativamente a 1945. Mas as compras a terceiros atingiram os 9,7 milhões de Kwh (CO/HEAA/RC-1934: Parecer do Conselho Fiscal).

exploração da Central do Ponsul de forma a minorar a aquisição de combustíveis sólidos por parte da empresa. Apesar disso, dos 34,6 milhões de kwh vendidos em 1948, 14 milhões tiveram de ser comprados a terceiros.

Em 1947 começou a construção das barragens e centrais de Belver e Pracana que foram entregues a empresas estrangeiras (a Socol-Losinger e a Sviluppo Iniziative Idrauliche).

Para explorar a concessão da produção, transporte e distribuição de 12 concelhos da região centro, a HEA constituiu com a Companhia Eléctrica das Beiras e com as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, a Sociedade Eléctrica do Oeste L.da. A expansão da rede prossegue, com a instalação de redes de transporte pela margem esquerda do Tejo, atingindo Salvaterra de Magos e Coruche, para depois continuar para sul até Samora Correia. É ligada a central de Belver a Castelo de Bode e começa a ser alimentada a Fábrica de Cimentos Brancos em Pataias, no concelho de Alcobaça.

Apesar da expansão da rede de distribuição, os resultados económicos não eram brilhantes. Desde 1947 até 1951, os dividendos distribuídos atingiram um máximo de 4,7 % do capital constituído, havendo 3 anos sem remuneração e outros 3 em que o prémio foi de apenas 2,2 ou de 2,7 %. Em termos oficiais, entre 1946 e 1948, a sociedade que atingira 230 mc de capital social estava a remunerar apenas os 72 mc constituídos em 1945, a uma taxa que variou entre os 5 e os 7 %. As razões para tão fraca remuneração do capital foram expostas pela direcção em 1950:

“As tarifas excessivamente baixas que praticamos na nossa rede, que são as de 1939 com um aumento de 20%, não correspondem evidentemente às realidades presentes e estão longe de corresponder quer ao poder de compra da nossa moeda, quer aos agravamentos enormes de todos os encargos. Tal situação levou-nos em muitos casos a fornecer energia por um preço inferior ao da compra e, na generalidade dos outros, a obter um diferencial tão pequeno que está bem explícito nos resultados do exercício” (CO/HEAA/RC-1950).

Em 1951 ficaram finalmente concluídos todos os trabalhos relativos ao aproveitamento dos dois primeiros escalões dos rios Tejo e Ocreza, passando a HEAA a enfileirar no grupo dos grandes produtores nacionais de electricidade. Foi só nesta altura que a empresa começou executar trabalhos tendentes a melhorar a distribuição no distrito de Portalegre, com a construção da linha que ligava Alter, Fronteira, Sousel e Estremoz. Os investimentos já realizados permitiram então à empresa reavaliar os

activos em 46 mc e proceder a nova emissão de acções. Os encargos financeiros decorrentes da construção das novas centrais foram resolvidos com a emissão de 30 mc em novas acções que, tal como a anterior, foi limitada ao grupo dos accionistas. Em 1952, a HEAA distribuía 108 mc de dividendos, ou 10 % do capital realizado, o que representava o máximo de sempre.

Ao longo do percurso da HEAA a banca desempenhou um papel fundamental no financiamento desde a sua fase inicial de arranque, até ao momento em que a empresa se consolida nos anos '50. Em 1927, a HEAA realiza um empréstimo de 4 mc à Caixa Geral de Depósitos, montante idêntico ao do capital social da empresa. Este empréstimo permitiu à empresa altear a primeira barragem e avançar com a construção da primeira linha de distribuição até ao Tramagal. Um segundo empréstimo de 5,5 mc teve lugar em 1931, numa altura de crise financeira aguda para fazer face à expansão da rede de distribuição. As dificuldades encontradas pela empresa em cobrir a 3ª emissão de acções de 3 mc impediram que o financiamento avançasse com a celeridade desejada pela direcção. Seja como for, o encargo financeiro da HEAA à Caixa Nacional de Crédito (CNC) subia em 1932 aos 10 mc, quando o seu capital social nominal era de apenas 8 mc. Em 1937, esse encargo atingia os 16,9 mc, um valor superior em 60 % ao seu capital social. Em 1946, quando o capital social era elevado para os 230 mc para fazer face à nova fase de expansão da empresa, a dívida à CNC atingiu um mínimo de 4,6 mc.

O financiamento da banca foi igualmente crucial para o arranque do aproveitamento do Tejo (barragem de Belver) e Ocreza (barragem da Pracana). O empréstimo feito à CNC em 100 mc em 1948 atingiu perto dos 170 mc dois anos depois. O Fundo de Fomento Nacional avançou com outros 20 mc. O crédito a curto prazo foi utilizado apenas para fazer face a compromissos urgentes, recorrendo a empresa a outros bancos privados e não ultrapassou 719 c (1949).

Ao longo deste processo, a acção do Estado foi fortemente intervencionista e orientada quer no sentido de conter e de controlar o potencial industrial que a nova fonte de energia poderia proporcionar quer no de impedir o desenvolvimento de processos inflacionistas associados a esse processo. Assim, vimos como a acção do governo foi marcada pela sua intervenção nos processos de concessão de exploração de redes de distribuição, que pautaram o processo de crescimento da própria empresa. Por outro lado, a sua acção foi marcada pela omissão face a assunção de encargos relativos aos custos pesados com a distribuição da rede. A penúria financeira em que viviam os

pequenos municípios não lhes permitia, mesmo se pudessem, tomar uma parte mais activa no processo. Por outro lado, o Estado teve uma acção directa na fixação das tarifas a baixo custo, factor inibidor dum crescimento mais rápido da empresa e duma remuneração mais favorável dos capitais. A fixação de tarifas pelo governo representou pesados encargos financeiros para a empresa quando esta tinha de adquirir electricidade a outros fornecedores, sendo forçada a vendê-la abaixo dos preços de custo.

Podemos pensar que a autorização para a exploração do Tejo e do Ocreza foi dada quando, na sequência dos anos de estiagem sucessiva ocorrida durante a guerra, o governo percebeu a vulnerabilidade do sistema de Niza que necessariamente sobrecarregava as importações de combustíveis fósseis. Fosse como fosse, o controle por parte do governo nesta segunda fase aumentou, já que um delegado do governo passou a estar presente nos conselhos de administração.

O governo teve ainda um papel activo na autorização da formação das companhias eléctricas. Tal ocorreu quando, em 1953, foi entregue à União Eléctrica Portuguesa a concessão para a distribuição de energia eléctrica no Baixo Alentejo e Algarve. Tais direitos deram lugar à formação duma nova companhia, a qual contou com a participação da HEAA. Coube ao governo a última palavra, pois dele dependia a homologação dos seus estatutos.

Se o projecto da HEAA teve nulas repercussões em projectos de intensificação agrícola que poderiam subverter as relações sociais nos campos construídas em torno da grande exploração extensiva de sequeiro, o mesmo não se poderá dizer no que respeita à grande indústria portuguesa. Como se viu neste relato, em face da dimensão do mercado de consumo privado e municipal, as cimenteiras tiveram um papel de relevo na fase de arranque deste projecto. Numa segunda fase, a grande indústria terá igualmente um papel de relevo.

O aproveitamento do Tejo e do Ocreza não teria sido possível sem se encontrarem grandes consumidores. O relatório de 1951 afirmava:

“Não basta, todavia, produzir energia, sendo necessário transportá-la e distribuí-la o que, em virtude das dificuldades actuais de abastecimento de fios e cabos, se tornou um problema grave e, tanto mais, quanto é certo que a subida considerável dos preços destes materiais torna difícil, se não impraticável a construção de novas linhas, visto

que as linhas não são de molde a remunerar os avultados investimentos que as linhas presentemente exigem” (CO/HEAA/RC-1950).

A HEAA, que produzia até então uns modestos 10 ou 12 milhões anuais de Kwh, passara em 1953 para os 160 MKwh sem que a rede acompanhasse esse súbito aumento. Deste modo, um novo projecto industrial iria desenvolver-se por iniciativa do governo tendo em vista o consumo da enorme disponibilidade energética no Inverno. O excesso de produção encontrou no projecto União Fabril do Azoto (UFA) o consumidor ideal para o programa de substituição de importações de “inputs” agrícolas necessários à grande lavoura do sul.

A HEAA entrava numa nova etapa da sua história em 1953. De acordo com o Parecer do Conselho Fiscal, “os anos de 1951 e 1953 podem e devem ser considerados como constituindo um período de transição entre um passado de produção anémica e um futuro estuante de sangue rubro, pleno de energias criadoras e promissor de resultados compensadores” (CO/HEAA/RC-1952).

A estrutura de produção da HEAA, no início da nova etapa, é apresentada na tabela 5.5. A produção própria nos dois anos de 1952 e 1953 ascendia agora a 97 % do total das vendas. Embora tivesse desempenhado um papel importante sob o ponto de vista da história técnica e empresarial, o primeiro sistema hidroeléctrico de Niza não contribuía com mais de 6 % do total. A nova etapa assentou no aproveitamento de Ocreza e Pracana. Com isto, a estrutura comercial da empresa alterou-se profundamente (tabela 5.6). A distribuição para a rede própria da companhia representava apenas 28 % das emissões totais da HEAA. Neste contexto, o consumo energético do Alentejo não iria além dos 7 % do total. Em contrapartida, o consumo da UFA representava só por si 46,1 % do total. Apenas 5,7 % da energia produzida era vendida em baixa tensão.

Tabela 5.5. Hidroelétrica Alto Alentejo: estrutura da produção e consumo de energia para venda, 1952-1953.

Fonte	Sistema produtor	Produção	%
Energia produzida pela HEAA	324,9		
	Niza	19,7	5,9
	Ponsul	5,7	1,7
	Pracana	63,2	18,9
	Belver	236,3	70,6
Energia comprada pela HEAA para distribuição de outras empresas	9,9		
	C.N.E.	9,2	2,8
	S.E.O.L.	0,6	0,2
	C.R.G.E.	0,1	a)
		334,8	100,0

Valores em milhões de quilovátios por hora (MKwh).

Fonte: (CO/HEAA/RC-1954): cálculos nossos.

Tabela 5.6. Energia emitida e vendida pela Hidroelétrica Alto Alentejo

Rubrica	Companhias	Valor	%
Vendas para a rede da	Hidroelétrica Alto Alentejo	93,7	28,0
	Companhia Eléctrica das Beiras	19,5	5,8
	Companhia Nacional de Electricidade	24	7,2
	Companhias Reunidas Gás e Electricidade	2,6	0,8
	Sociedade Eléctrica do Oeste	9,8	2,9
	União Fabril do Azoto (UFA)	154,2	46,1
	Outros distribuidores	9	2,7
Consumo próprio		1,6	0,5
Perdas		20,4	6,1
		334,8	100,0

Valores em milhões de quilovátios por hora (MKwh).

Fonte: (CO/HEAA/RC-1954). Cálculos nossos.

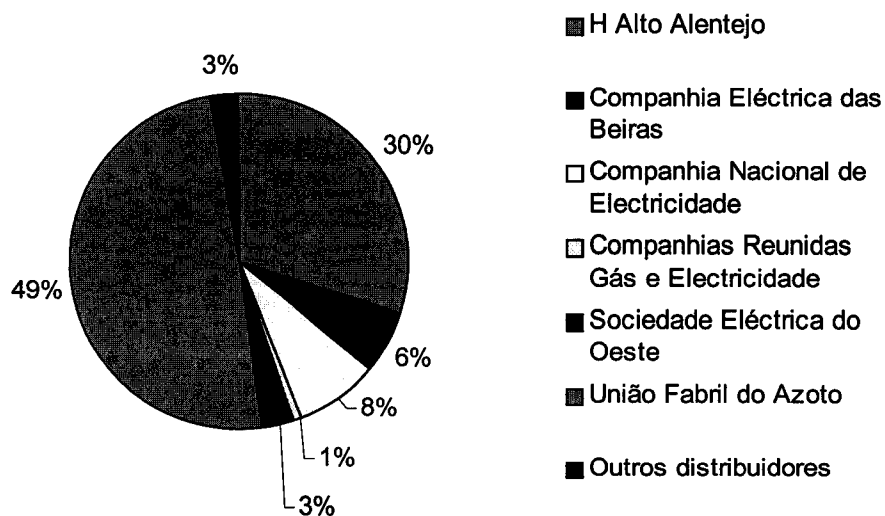


Figura 5.3. Composição das vendas de energia pela Hidroelétrica Alto Alentejo, 1952-1953

Fonte: tabela 5.6. (CO/HEAA/RC-1952-1954). Cálculos nossos.

A importância da UFA na economia da HEAA justifica uma breve incursão sobre este empreendimento.

A fábrica da UFA em Alferrarede foi inaugurada solenemente, como se duma obra do regime se tratasse, em 15 de Março de 1952. Pouco tempo depois, entrava em laboração a fábrica de sulfato de amónio no Barreiro, projecto de que era parte indissociável. A UFA foi um projecto em que o governo tomou parte activa, interessando nela a CUF pela sua capacidade técnica e financeira e condicionando-lhe as escolhas da tecnologia a utilizar na produção de adubos azotados (sulfato de amónio, nitrato de sódio, ciamide e nitro amoniacaís). Tratava-se de implementar um programa de substituição de importações que, além do mais, eram fortemente subsidiadas, tendo o Ministério de Economia gasto com isso centenas de milhares de contos durante anos sucessivos (CO/UFA/RC-1952). A escolha dos processos electroquímicos de fabrico fazia com que a UFA assegurasse

“às centrais eléctricas a colocação de energia sobranete de Inverno e primavera que, se não fosse a [indústria] electroquímica, seria perdida. Desta forma, contribuimos fortemente para a rentabilidade (sic) das hidroeléctricas e para a melhoria das tarifas dos consumidores restantes.

Foi esta a ideia mestra das entidades oficiais ao imporem às empresas produtoras de sulfato de amónio que começassem por instalar o processo electrolítico.” (CO/UFA/RC-1952)

Por outro lado, a agricultura começava a reagir à baixa generalizada dos preços agrícolas e pecuários imposta pela política anti-inflacionista de Salazar com um aumento constante no consumo de adubos fosfatados e azotados (Graça – 1954, Alves – 1954, Raposo – 1962, cf. Caldas e Loureiro – 1963). A intervenção do governo no sentido de favorecer “a lavoura” com adubos a baixo preço, através de subsídios, não deixava de ter igualmente um custo elevado em divisas. Foi, pois, neste quadro que o programa da UFA se colocou.

A UFA, constituída como SARL com um capital de 50 mc, arrancou com o programa de produção sem estarem reguladas as suas relações a montante com a HEAA nem com a agricultura, a jusante. Apesar das boas perspectivas de negócio, o risco para o grupo Mello não deixava de existir face às decisões que viessem a serem tomadas pelo governo na fixação das tarifas de electricidade e nos preços de adubos. Do ponto de vista técnico e da qualidade do produto, o programa foi um êxito, atendendo à rápida aceitação e preferência dos consumidores. O mesmo já não se poderá dizer da parte económica.

Numa indústria electroquímica “pesada”, a dependência da electricidade da HEAA teve custos elevados para a UFA. O arranque da produção fez-se a 50 % das suas capacidades devido à escassez da energia eléctrica fornecida, chegando mesmo a ser cortado completamente o fornecimento de energia durante os meses de Outubro e Novembro, o que obrigou a fábrica a paralisar e a carregar com os custos de manutenção de pessoal e equipamentos. A situação repetir-se-ia nos anos seguintes. O relatório de 1954 afirmava:

“a razão fundamental dos insucessos destes três primeiros anos de laboração provém menos do preço que da carência de quantidade de energia. No exercício de 1954, a fábrica de Alferrarede foi forçada a paralisar totalmente durante 60 dias (...). Na maior parte dos dez meses restantes não recebeu potência bastante para alcançar a plena carga” (CO/UFA/RC-1954).

A fábrica da UFA sofria ainda dum problema de localização que se mostrou gravoso perante o cenário económico que se criou. Instalada em Alferrarede, próxima à fonte de energia para evitar os pesados investimentos em linhas de transporte de alta tensão e para evitar perdas de energia, ficava no entanto longe da fábrica de sulfato de amónio

que ficava no Barreiro. Se a UFA aceitara inicialmente essa opção do governo, agora reclamava contra a factura que tinha de pagar pela “energia sobran­te” e queria compensações pelos custos de transporte acrescidos que suportara em benefício da HEAA. Em consequência, “existe disparidade flagrante entre a situação das empresas hidroeléctricas, que podem distribuir dividendos, e a indústria de azotados, que tem vivido em regime de prejuízo permanente” (CO/UFA/RC-1954).

Tabela 5.7. União Fabril do Azoto: produção de sulfato de amónio, cota de mercado e resultados financeiros (1952-1962).

Anos	Consumo em Portugal*	Produção de Sulfato de Amónio	Cota UFA	Resultados do exercício
1952	95,9	22,2	23,1	-11,4
1953	111,0	19,3	17,4	-14,2
1954	122,0	33,3	27,3	-4,8
1955	158,0	45,0	28,5	4,5
1956	174,0	61,3	35,2	15,5
1957	188,0	33,9	18,0	-10,8
1958	188,9	66,0	34,9	4,4
1959	191,8	74,0	38,6	8
1960	178,8	61,3	34,3	5,6
1961	183,9	75,9	41,3	1,9
1962	202,4	80,2	39,6	0,1
Total	1794,7	572,4	31,9	-1,2

* Continente e ilhas adjacentes

Valores de produção em milhares de toneladas e resultados financeiros em milhares de contos (preços correntes)

Fonte: CO/UFA/RC-1962.

Entretanto, o governo permitira a entrada de uma nova empresa – o Amoníaco Português – que, tal como a UFA, era subsidiada pelo Fundo de Abastecimento para poder concorrer com a indústria estrangeira. Criava-se assim uma situação de concorrência e de abertura num sector ainda jovem, por forma a favorecer a agricultura. Esta dispersão industrial tinha, no entanto, custos elevados, nomeadamente para os accionistas. O volume anual de produção da UFA mal atingia os 15 % do investimento por impossibilidade de produzir quando o mercado dos amoniacaís crescia nos anos '50 a um ritmo anual superior a 10 %. Acumulando fortes prejuízos ano após ano, a UFA pugnava já por um programa de “concentração industrial”. Em vez disso, novos operadores entraram neste mercado, como a Sapec, em 1962.

A tabela 5.7 mostra que, apesar do aumento constante da produção, a UFA mal atingiu os 40 % da cota de mercado. Os resultados globais não eram de forma alguma considerados satisfatórios, saldando-se num prejuízo de 1,2 mc ao fim de 10 anos de actividade. Por outro lado, a actividade da UFA esteve sempre mais dependente da energia fornecida do que da sua posição no mercado e os resultados mostram que, em face dos investimentos fixos realizados, o volume de produção determinava os resultados finais da empresa. Embora esteja fora do âmbito do nosso inquérito analisar a história das duas empresas, que recai sobre um período estranho ao nosso estudo, podemos perguntar porque razão não houve participações cruzadas entre as duas sociedades. Uma das hipóteses que pode explicar o *modus operandi* destes grupos económicos durante o Estado Novo prende-se, por um lado, com a importância dos grupos familiares e das suas alianças na constituição destas sociedades e, por outro, com o peso do governo nas decisões fundamentais que regiam as relações intersectoriais e que, por isso, retiravam muito do interesse nas fusões, iniciativas impensáveis fora dos programas governamentais de “concentração” congeminados no seio do Ministério da Economia. Tal como ficava explícito nos relatórios destas empresas, cabia ao governo o papel dirigente nas iniciativas de “concentração” na medida em que comandava as regras do jogo, cabendo às lideranças empresariais um papel reivindicativo face aos programas em curso iniciados por ele¹⁷.

¹⁷ Uma primeira análise dos grupos económicos neste período de “industrialização portuguesa” pode encontrar-se em Ribeiro, Fernandes e Ramos (1987). Vale a pena ainda consultar Belmira Martins (1973). O esquema interpretativo de Pedro Fraille (1991) para Espanha não nos parece clarificador para o caso português neste contexto.

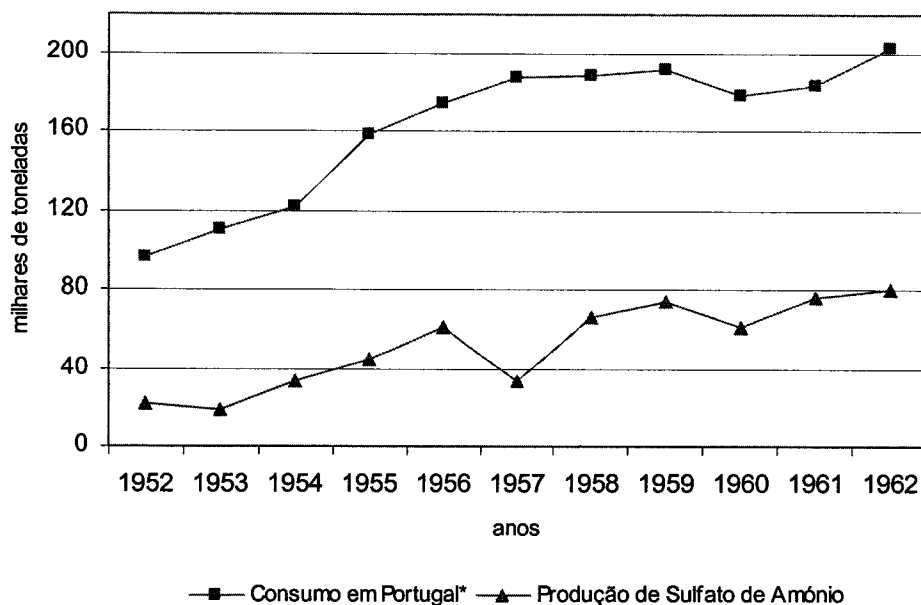


Figura 5.4. Consumo em Portugal de Sulfato de Amónio e produção da UFA, 1952-1962.

Fonte: tabela 5.7.

5.4. Conclusão

A electricidade constituiu uma das áreas privilegiadas de acção das elites económicas em contexto regional, aparecendo numa primeira fase associada ao consumo urbano em empresas independentes, como foi o caso da Companhia Eborense de Electricidade, em Évora, ou da Sociedade Bonfim, L.da, em Estremoz, ou articulada em projectos industriais que aproveitavam as grandes produções regionais, como foi o caso frequente da moagem de cereais e do fabrico de azeite. A dimensão do urbanismo alentejano e as necessidades da indústria instalada não eram de molde a favorecer a expansão destas pequenas unidades produtoras. Nos meados dos anos '20, o arranque da Hidroeléctrica Alto Alentejo ficou a dever-se em larga medida à acção voluntarista de Custódio Nunes que nela interessou as grandes indústrias consumidoras de energia: os cimentos e, em muito menor escala, as fundições e metalúrgicas.

Viu-se o papel de Luís Sommer e dos cimentos na primeira fase do arranque do empreendimento bem como os obstáculos “burocráticos” criados pelo governo, os quais pautaram o crescimento da empresa, impedindo a formação de capital a ritmo que o mercado pedia. O Estado não teve também qualquer papel na assunção de encargos ou

na comparticipação das despesas com a construção de redes de distribuição pelos municípios. O interesse económico guiou assim a orientação da empresa numa primeira fase, o que explica a expansão da rede para ocidente em vez, se não em detrimento, dos distritos a sul. Deste modo, a HEAA só a partir dos finais dos anos '30 começa a substituir-se ou associar-se às empresas eléctricas pré-existentes, sem que se perceba um impacto significativo no parque industrial instalado até aos anos '50.

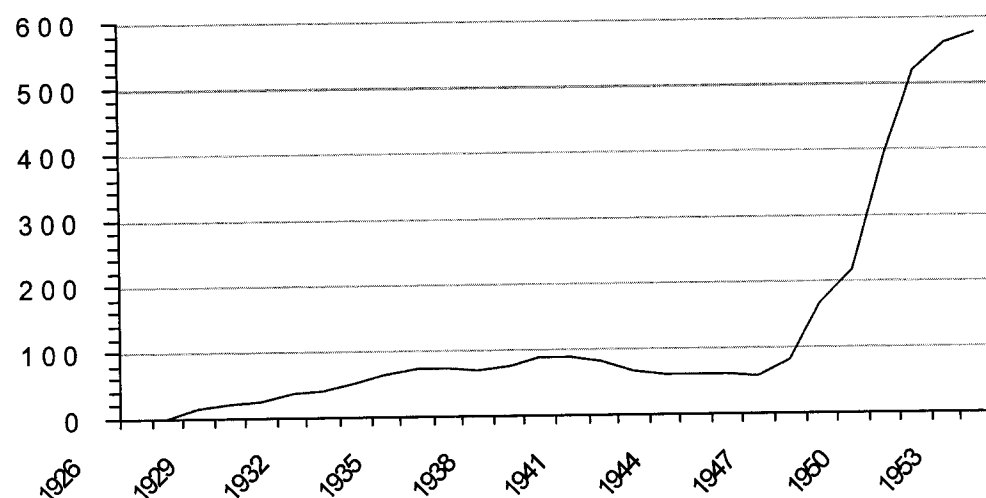


Figura 5.5. HEAA: formação de capital fixo (1926-1953).

Valores em milhares de contos.

Fonte: Tabela E.1. em anexo (CO/HEAA/RC-1926-1953). Cálculos nossos.

A penúria energética vivida durante a guerra devido à fragilidade do sistema de Niza iriam convencer o governo da necessidade de arrancar com o aproveitamento do Tejo e Ocreza. O programa, que se realizaria apenas nos finais dos anos '40, catapultou a empresa para uma escala de operações qualitativamente diferente (figura 5.5). A abundância de energia que, subitamente, passou a dispor-se impunha a necessidade de criar mercados de consumo. Estes não foram encontrados em programas metalúrgicos que consumissem os minérios de ferro em depósito disseminados pela a região (Cercal e Escoural), multiplicassem o emprego industrial e aliviassem a pressão demográfica sobre a agricultura, mas numa indústria de elevado consumo energético que se destinava a satisfazer as necessidades crescentes da “lavoura” e a economizar divisas. Nesta perspectiva, o impacto regional da abundância de energia eléctrica disponibilizada pela HEAA foi bastante limitado.

6. Os industriais e o seu recrutamento.

6.1. Introdução

A descrição que fizemos da constituição das sociedades, bem como do parque industrial alentejano, revelou que a actividade industrial apareceu muitas vezes como parte integrante de negócios ou de empresas de cariz essencialmente agrícola ou comercial. O Alentejo era uma região aberta à economia mundial e, por isso, alguns dos seus actores fundamentais nas áreas das minas ou da cortiça, por exemplo, obedeciam a motivações exteriores. Enfatizou-se também o papel da grande propriedade na estruturação do parque industrial que, na maior parte, aparecia vocacionado para a transformação dos produtos do agro alentejano. No que respeitava às pequenas iniciativas, mostrou-se a importância das oficinas e, de um modo geral, das actividades vocacionadas para mercados rurais e de tecnologia pouco sofisticada. Ficou também explícito, quando se descreveu o processo de autonomização dessas indústrias face à agricultura, que os seus chefes foram recrutados largamente no comércio e na lavoura regionais.

Neste capítulo iremos um pouco mais longe. Focaremos a nossa atenção sobre os industriais e o seu recrutamento, sendo visado o Alentejo como espaço de análise. Quem eram os industriais que aqui operavam? Qual a sua origem social? Enfim, quais os percursos que conduziram à actividade industrial nesta região? Que papel poderá ter desempenhado a educação formal nestes percursos?

Pretendemos responder a estas questões através de quatro exercícios de natureza distinta que desenvolvemos nesta exposição. Em primeiro lugar, tentámos identificar o espaço social ocupado pelos industriais no conjunto social que genericamente poderemos

identificar com a *burguesia* nos cadernos de recenseamento eleitoral¹. Seguidamente, identificámos os grupos sociais que participaram na actividade industrial, as áreas e a extensão dessa participação. Em terceiro lugar, descrevemos os industriais enquanto grupo emergente, tal como é possível perceber a partir do RTN e dos cadernos de recenseamento eleitoral. Finalmente, descrevemos sucintamente alguns percursos de personalidades distintas com interesses na indústria, alargando a escala de análise a todo o Alentejo. Assim, tal como tem sucedido até aqui, utilizaremos duas escalas analíticas: uma, mais fina, em torno da região de Évora, na qual recai o nosso esforço de quantificação; e outra, mais abrangente, que se estende necessariamente a toda região e que a complementa com base na investigação empírica. Tentaremos com isto mostrar a pluralidade de canais e de percursos sociais que estiveram presentes na formação do patronato industrial, bem como a diversidade de interesses que nele é possível perscrutar.

6.2. Elites e industriais.

Nos princípios do século existiam em Évora, para além do Sindicato Agrícola, uma Associação Industrial e outra Comercial². Esta separação das associações pode ser interpretada como o reflexo da autonomia relativa de cada um dos grupos destes interesse, traduzindo a forma institucional de uma *consciência de si*. No entanto, apesar de existir uma associação industrial, em vão procuraremos por “industriais” nos cadernos

¹ O termo *burguesia* é utilizado aqui de forma mais alargada que o de elite, incluindo os grupos da classe média. Veja-se a este respeito o artigo de Francisco Fuentes (1993). Sobre o conceito de *burguesia* e aristocracia veja-se também Fradera e Millán (2000), em especial a síntese de Jurgen Kocka e também Kocka (1996), Daumard (1991). A análise da *burguesia* a partir dos recenseamentos eleitorais no século XIX foi feita para o Porto por Maria Antonieta Cruz (1999) que utiliza a grelha taxonómica utilizada por A. Daumard. Tal solução não resolve inteiramente, quanto a nós, problemas de representação dos grupos construídos a partir do vocabulário semântico utilizado nas fontes para identificar socialmente os indivíduos.

² Em 1906, o (Real) Sindicato Agrícola funcionava na Praça do Giraldo e tinha à sua frente o grupo dos grandes proprietários fundiários e lavradores eborenses como Tiago Eleutério de Soure (presidente da Assembleia Geral), o conselheiro José António de Oliveira Soares (presidente da Direcção), António Torres Vaz Freire, Miguel José de Matos Fernandes, Tomás Fiel Gomes Ramalho (no Conselho Fiscal) e António José de Sá Potes (tesoureiro). A Associação Comercial funcionava então na Alcáçova de Cima e encontramos nela um grupo intermédio de comerciantes (V. “Évora”, *Anuário Comercial*, 1906: 1472). Era seu presidente Pedro Augusto de Azevedo. À data não existia ainda a Associação Industrial, que foi fundada em 1911 (estatutos em 4 de Janeiro desse ano). Em contrapartida havia uma Sociedade Artística Eborense, sobre a qual pouco sabemos. O *Anuário* desse ano registou apenas uma associação de classe: a de construções civis e artes auxiliares.

eleitorais dos princípios do século. Nesta fonte, que se preocupava com a exactidão da identificação social dos eleitores, *as pessoas que desenvolviam uma actividade industrial e que nela tinham o seu principal interesse* apareciam classificados como “fabricantes”, mais frequentemente, pelo seu ofício (sapateiro, carpinteiro, padeiro, etc.), outras vezes como “comerciantes” ou como “proprietários”³⁶⁹. Vejamos então quem estava presente na Associação Industrial Eborense.

Os indivíduos que aparecem a subscrever a lista de fundadores (mais de uma centena) não pode ser identificada com uma elite envolvida nos negócios industriais. Bem pelo contrário. Entre eles encontramos fundamentalmente os oficiais “representativos” das principais *indústrias* da cidade (entendendo o termo num sentido lato), sendo de realçar os oficiais de sapateiro (os fabricantes, não os remendões), os alfaiates, os carpinteiros de branco, os marceneiros, os carpinteiros de carros, os serralheiros, os ferradores, os latoeiros e, como seria de esperar, os fabricantes de cortiça e alguns corticeiros (entenda-se, mestres de fábrica)³⁷⁰. Estes eram os grupos que formavam o núcleo das *associações de artistas*, como a que existia em Évora, em Beja e em muitas outras localidades do país, que se constituíram depois da guerra civil, mantendo essencialmente o carácter de associações de socorros mútuos. Assim, a constituição da Associação Industrial parece relacionar-se com as transformações que estavam a ocorrer nas relações de trabalho no seio da indústria³⁷¹. Tal como pudemos apurar, entre a lista dos sócios fundadores encontramos verdadeiros empresários capitalistas ou chefes de firmas com projecção regional cujos nomes encontramos, por vezes, na lista dos accionistas do Banco do Alentejo. Estamos a pensar, por exemplo, no correeiro Bento Fialho Prego, no grupo ligado à electricidade e à moagem do qual fazia parte o conselheiro José António de Oliveira Soares, o industrial de serralharia Joaquim Perdigão Queiroga, em José Carlos Bastos, para além do grupo de industriais corticeiros

³⁶⁹ O trabalho de A. Cruz para o Porto oitocentista refere que foram poucos os eleitores inscritos sob a designação de industriais (1999: 176). Só em 1880 os “industriais” aparecem em número significativo, sendo 1 % de todos os patrões. Estes 41 “industriais” eram donos de oficinas, dos quais 22 entravam na rubrica de eleitores com rendimentos superiores a 1 conto de réis. Em 1847 havia apenas 1 neste grupo. Em 1860 havia 1.422 “donos de oficinas” e apenas 6 “industriais”. Em 1880, esse número tinha quase dobrado para os “donos de oficinas” (havia 2.110) e o número de “industriais” subia a 41. Mas esta é a classificação da autora que nela incluiu “os mestres-de-obras, os empresários, os construtores de navios, etc.” (Cruz-1999: 176).

³⁷⁰ V. tabela D.1. em anexo.

³⁷¹ Já Manuel Villaverde Cabral (1977) notara este fenómeno para o conjunto do país. Cf. Freire (1992) que, na primeira parte, descreve o mundo oficial anterior à Ditadura Militar (1916). Note-se que em 1913 existia também uma Associação de Classe de Operários Corticeiros (cf. *Anuário Comercial*, 1913).

como José Gomes Severino, Joaquim Augusto, Francisco Saragoça, Armando Areu, Lopes Braguez, entre outros.

Tabela 6.1. Número de indivíduos designados como “industriais” nos recenseamentos eleitorais no concelho de Évora, 1911-1939.

Freguesia	1911	1914	1919	1926	1930	1939
Sé	3	3	4	7	9	-
São Pedro	-	-	1	8	8	9
São Mamede	1	3	-	5	10	48
Santo Antão	-	-	3	6	-	26
São Bento do Mato	-	-	-	8	11	8
Graça do Divor	-	-	-	-	-	1
N. Sra. Tourega	-	-	-	-	8	-
N. S.ra Machede	-	1	-	-	-	-
S. Sebastião da Giesteira	-	-	-	-	-	19
São Miguel de Machede	-	-	-	-	1	-
Total	4	7	8	34	47	111

Fonte: CME / RE (1911-1939)

Não admira, por isso, que a formação de firmas industriais tenha contribuído decisivamente para que aquela *representação de si* mudasse gradualmente nas primeiras décadas do século XX de acordo com as transformações que se estavam a operar nas relações de trabalho. Em 1911, foram registados 4 industriais entre os eleitores; em 1914, sete; em 1919, oito; em 1926, trinta e quatro; em 1930, quarenta e sete; e em 1939, cento e onze. Este aumento do número de industriais afectou quase todas as freguesias (tabela 6.1). A Azaruja (freguesia de São Bento do Mato), que não teve “industriais” até 1928, quando foram registados 8, passou para 11 em 1930, número que caiu para 8 em 1939 com a mudança de alguns industriais para a cidade. A freguesia urbana de Santo Antão, por exemplo, que aparecia com 6 industriais em 1926, não registou nenhum em 1930 e teve 26 em 1939. Na Sé, cujo número de “industriais” aumentou constantemente até 1930, não registava nenhum em 1939. No entanto, São Mamede (outra freguesia urbana), passou de 5 em 1926, para 10 em 1930 e 48 em 1939 ! Nas freguesias rurais (excepção feita à Azaruja), os “industriais” rareavam. Porém, a Tourega registou 8 em 1930 (cf. tabela 6.1).

Estas variações no número de “industriais” entre as diferentes freguesias expressam a transformação que se operou no tecido urbano durante as primeiras décadas do século

XX. É perceptível a deslocação de indústrias do centro (Sé e São Pedro) para as margens (São Mamede e Santo Antão), bem como a transferência de alguns industriais corticeiros da Azaruja para Évora nos anos '30. No entanto, o crescimento no número de “industriais” esteve longe de acompanhar o que se passou efectivamente no terreno.

O nosso inquérito debateu-se, pois, com problemas de representação social. Deparamo-nos com o simples facto de que a partir da I Guerra Mundial o industrial emergiu como um grupo social que identificava (e com a qual se identificavam) pessoas com diferentes actividades económicas. À medida que avançamos pelos anos '20 e '30, cada vez mais pessoas que até então se reconheciam pelo seu ofício assumiram o estatuto de “industrial”.

Correspondeu este fenómeno a uma efectiva mudança na posição social dos indivíduos? Vejamos alguns casos. José Gomes Severino, que representou a Associação Industrial Eborense no Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal que ocorreu em Lisboa, em Dezembro de 1923, apareceu continuamente desde 1911 até 1939 nos recenseamentos eleitorais como industrial. Efectivamente, tratava-se dum industrial corticeiro, cuja fábrica, estabelecida na Rua Cândido dos Reis desde 1913, empregava 36 operários. Foi um caso excepcional por ter atravessado todo esse período como industrial. Já Vicente Surêda, corticeiro da Azaruja cuja família era de origem catalã, aparecia em 1914 como corticeiro e a partir de 1923 como industrial. Sebastião José do Ó Severo, carpinteiro desde 1911 até 1926, apareceu em 1939 como industrial. Samuel Augusto de Carvalho, padeiro desde 1911 em São Pedro era industrial em 1939. E muitos outros exemplos poderiam ser dados. Se efectivamente não estamos perante um espaço económico que se orienta no sentido da industrialização, então o que emerge efectivamente é uma nova categoria que a sociedade rural reconhece³⁷². Mas, tal como sucede com a categoria de “proprietário”, também o “industrial” constitui uma figura de *status*, denuncia movimentos socialmente ascendentes e o desejo de demarcação perante os ofícios entretanto desclassificados.

Não deixa de ser sintomático desse processo, o facto, aparentemente contraditório, das associações comerciais e industriais se unirem numa única entidade nos anos '30, o que deve ser interpretado como sintoma da fragilidade dos interesses industriais após o

³⁷² Em termos dicionariais, desde o século XIX que “industrial” designa o proprietário e o que dirige fábricas (cf. Cruz-1999). Tal como noutros casos, o termo apontava para o exercício duma actividade. Isso não significava, porém, que existisse uma representação social do industrial como grupo social.

encerramento de algumas unidades corticeiras na cidade e como reflexo do desgaste provocado pela concorrência fabril nas indústrias do calçado⁷. Carpinteiros, industriais de padaria, de fotografias e outros eram classificados cada vez mais como “industriais”.

E o que era, então, ser industrial neste ambiente social dos anos '30?

Ser industrial significava, em primeiro lugar, ser patrão, estar à frente dum *estabelecimento* que desenvolvia uma qualquer actividade de natureza industrial, enfim, dispor de algum capital e de crédito em praça. Acessoriamente significava ser mestre do seu ofício, conhecer a arte e o negócio. Em qualquer dos casos, era um modo de vida distinto e cujo rendimento era formado através do exercício de uma qualquer indústria. O Estado, ao intervir no sentido do licenciamento obrigatório dessa actividade e na tecitura burocrática das relações sociais, reforçou esse estatuto na exacta medida em que dificultava administrativamente o seu acesso. O industrial era, nesta perspectiva, alguém que dispunha de uma licença ou de um alvará que lhe permitia exercer uma actividade de transformação de matérias-primas ou de execução de operações sobre objectos. Subjacente a este estatuto estava a clarificação das águas que separavam patrões e trabalhadores, enfim, a eliminação da ambiguidade que representavam as relações no interior da oficina⁸.

O novo quadro de referência afectou as representações sociais no seu conjunto. Industriais e comerciantes apareciam também como “proprietários”, já que os termos não eram exclusivos, antes se completavam. “Comerciante e proprietário” ou “industrial e proprietário” eram identificações correntes nas escrituras notariais.

Que lugar ocupavam então os industriais na sociedade rural alentejana dos princípios do século? Uma primeira aproximação pode ser alcançada a partir da análise dos recenseamentos eleitorais na área de Évora. O nosso exercício começou por isolar o grupo dos contribuintes que no início do século XX pagavam anualmente mais de 10 mil réis de imposto no total (predial, industrial, sumptuária e rendas de casa e juros). Embora tal critério de recorte censitário possa parecer arbitrário, incluíam-se neste conjunto indivíduos cujos atributos sociais, profissionais e de *status* os colocam n' *a burguesia*. Trata-se duma malha larga de observação. No topo encontramos os grandes

⁷ A Associação Comercial e Industrial manteria, contudo, duas secções distintas (uma comercial e outra industrial).

⁸ A análise das relações de trabalho no sistema da oficina em Portugal neste período é feito por João Freire (1992, cap. 2).

proprietários, os lavradores, negociantes e altos funcionários do Estado (tabela 6.2). Na base começam a surgir alguns grupos inequivocamente “populares” (boeiros, carreiros, seareiros, etc.), enfim, “gente do povo” que logrou acumular alguns bens, sinal de que abaixo dos 10 mil réis entramos nos níveis inferiores desta sociedade. No conjunto, a nossa amostra agregou 146 eleitores em freguesias urbanas e rurais dos concelhos de Évora e Reguengos³⁷⁵. A sua distribuição pode ser feita por 9 grupos socioprofissionais, como mostra a tabela 6.2. O grupo mais numeroso era constituído pelos “proprietários” (1), seguido depois pelos comerciantes (7) e pelos trabalhadores de ofício (6). Um número restrito de indivíduos era classificado pela sua formação superior ou elevada patente militar (2). Também o número de “lavradores” (4) era relativamente escasso, menor do que os negociantes (3) e o dos funcionários públicos inferiores e eclesiásticos (5). A figura 6.1. representa graficamente o peso de cada um destes grupos na nossa amostra.

A questão que se coloca quando se pretende construir uma representação da sociedade alentejana dos princípios do século é o de relacionar esses grupos com classes de rendimento e, finalmente, com a representação das classes sociais. Como veremos, a ordenação representada tinha alguma relação com uma graduação nos níveis de rendimentos. Por isso, os dois grupos inferiores eram representados por grupos populares (seareiro, singeleiro, carreiro, boeiro, etc.) ou por gente que vivia modestamente dos seus próprios rendimentos (“sua agência”, “agenciários”).

³⁷⁵ ADE/RE (1901-1908), cadernos eleitorais das freguesias do concelho de Évora da Graça do Divor, N. Sra. da Tourega, N.Sra. da Boa-Fé, São Brás do Regedouro, São Matias, São Pedro e São Sebastião da Gesteira; e do concelho de Reguengos de Monzaraz, a freguesia de Santa Maria de Alagoa.

Tabela 6.2. Distribuição dos eleitores que pagavam mais de 10 mil réis de contribuição por grupos socioprofissionais nos concelhos de Évora e de Reguengos (1901-1906).

	Profissão, ocupação ou estatuto social	Número	%
1	Proprietário	57	39,0
2	Altos funcionários e doutores	5	3,4
3	Negociante	10	6,8
4	Lavrador	5	3,4
5	Funcionários públicos, eclesiásticos e profissões liberais	7	4,8
6	Oficiais	20	13,7
7	Comerciantes	25	17,1
8	Agenciário	6	4,1
9	Rurais	11	7,5
	Total	146	100,0

Fonte: ADE/RE (1901-1906).

Legenda: **Proprietário, negociante e lavrador:** indivíduos identificados como tal; **Altos funcionários e doutores:** engenheiro agrônomo, engenheiro, médico, major (reformado), agente bancário. **Funcionários e liberais:** presbítero, professor, oficial do Gov. Civil, tesoureiro da Câmara, guarda-livros, solicitador. **Oficiais:** albardeiro, alfaiate, alveno, carpinteiro de carros, canteiro, correiro, padeiro, relojoeiro, sapateiro, serralheiro, ferrador, ferreiro, forneiro. **Comerciantes:** comerciante, lojista, merceiro, peixeiro, taberneiro, tendeiro, vendedor, regatão, estalajadeiro, cortador, farmacêutico. **Rurais:** seareiro, síngelero, carreiro, boeiro, carvoeiro, trabalhador. **Agenciário:** sua agência (sem actividade específica).

Tabela 6.3. Valor mínimo e máximo de imposto pago por cada categoria de identificação social dos indivíduos eleitores utilizada em Évora e em Reguengos em 1901-1906.

	PROFISSÃO	Mínimo	Máximo
1	Proprietário	2	5173
2	Altos funcionários e doutores	19	858
3	Negociante	107	636
4	Lavrador	11	259
5	Funcionários públicos, eclesiásticos e profissões liberais	16	266
6	Oficiais	12	125
7	Comerciantes	13	106
8	Agenciário	12	62
9	Rurais	11	70

Fonte: ADE/RE (1901-1906).

Legenda: v. tabela 6.2

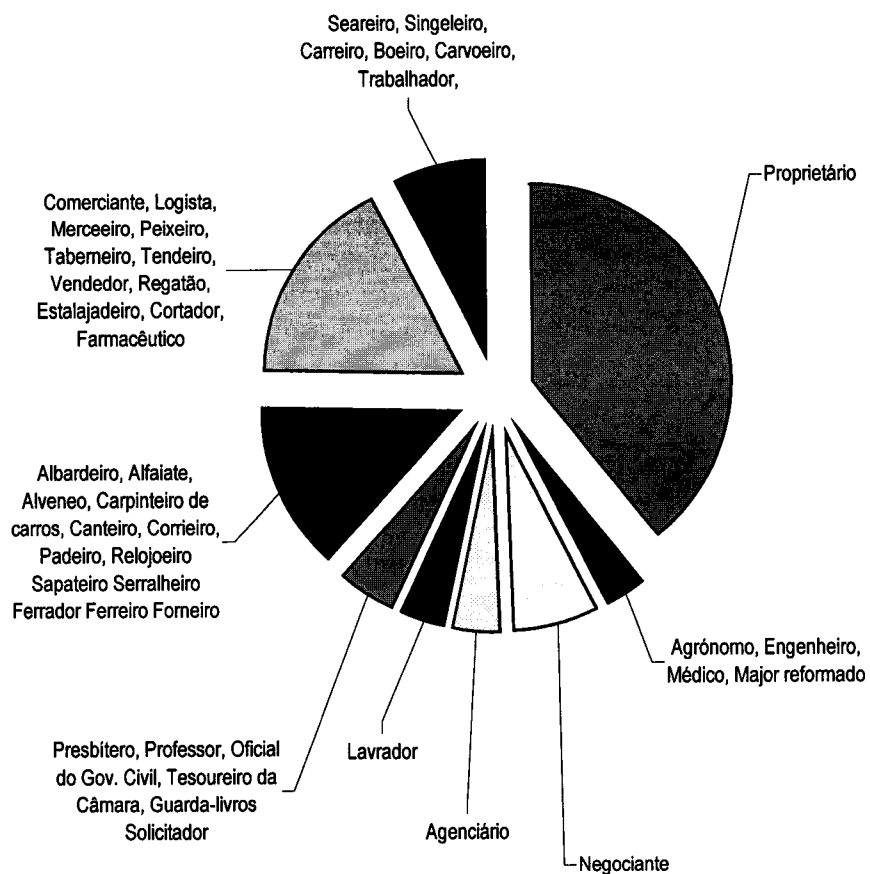


Figura 6.1. Distribuição dos eleitores que pagavam mais de 10 mil réis de contribuição por grupos socioprofissionais nos concelhos de Évora e de Reguengos (1901-1906).

Fonte: tabela 6.2.

A distribuição etária deste grupo de eleitores dá-nos algumas pistas para respondermos à questão de saber se estamos a lidar sobretudo com rendimentos individuais ou, pelo contrário, com patrimónios representados através de chefes de família.

A idade da grande maioria dos eleitores que pagavam mais de 10 mil réis situava-se entre os 40 e os 70 anos (74,3 %). Por outras palavras, apenas 23 % destes eleitores tinham menos de 40 anos. Muito poucos eram jovens. A curva de Gauss na distribuição etária desta amostra revela inequivocamente que estamos perante um grupo envelhecido (figura 6.2). Isto sugere que, em muitos casos, estamos perante chefes de famílias alargadas, proprietários agrícolas, comerciantes e mestres de ofício. Podemos então pensar que na nossa listagem aparecem cabeças de casal cuja longevidade lhes permitiu acumular bens no interior do seu grupo.

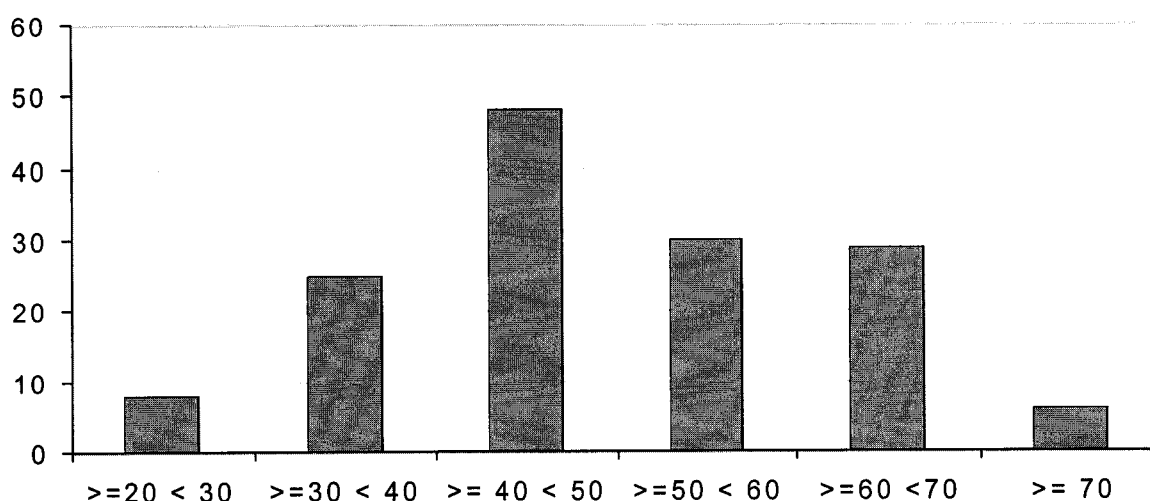


Figura 6.2. Distribuição etária dos eleitores cuja contribuição fiscal era superior a 10 mil réis em 1901/1906 em freguesias de Évora e de Reguengos.

Fonte: tabela 6.5.

Esta nota mostra-se importante para descrever as categorias utilizadas na identificação social dos eleitores. Para cada uma destas categorias coevas encontramos uma amplitude de contribuições fiscais que, *grosso modo*, correspondiam a uma banda de rendimentos reais. A amplitude dos rendimentos de cada categoria indicia a elasticidade social de cada categoria semântica utilizada na identificação social dos indivíduos. Por sua vez, a comparação entre as bandas de rendimento presumido das

diferentes categorias permite-nos identificar pontos de contacto e de distinção entre essas diferentes categorias semânticas, contribuindo para uma primeira aproximação à identificação dos grupos superiores, médios e inferiores dessa “burguesia”.

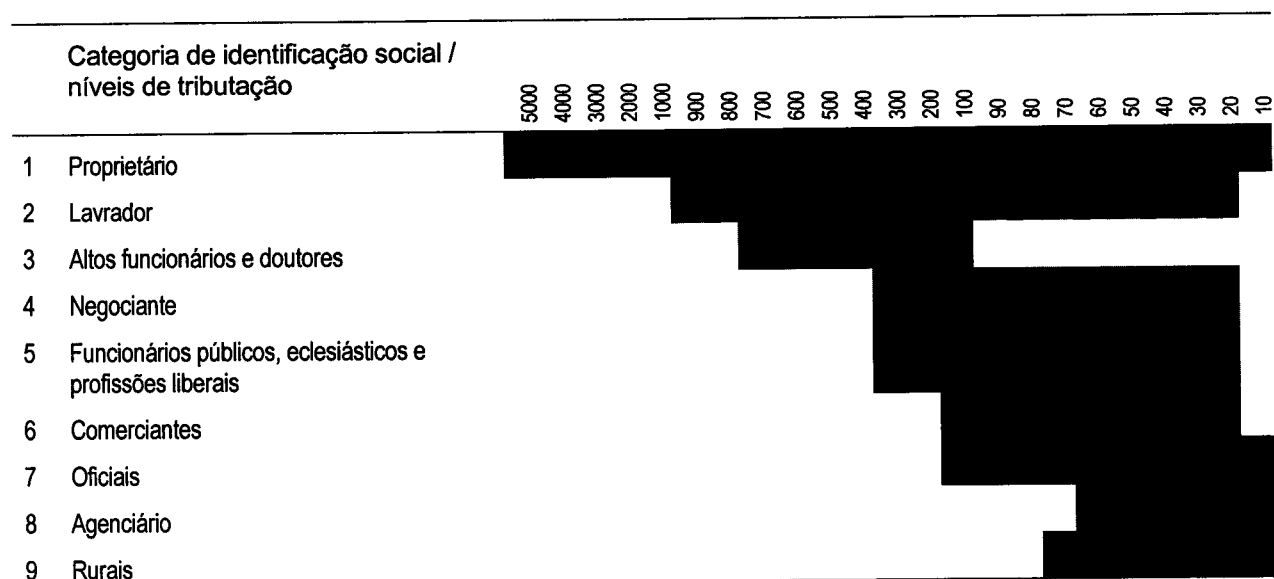


Figura 6.3. Amplitude do valor tributado de acordo com o rendimento fiscal nas categorias de identificação social

Fonte e legenda: tabela 6.3.

Nota: a escala de rendimentos não é proporcional. Níveis de tributação em mil réis de 1901.

A tabela 6.3. indica o valor mínimo e máximo de imposto pago por cada categoria de identificação social dos eleitores utilizada em Évora e em Reguengos em 1901-1906 de acordo com as fontes que temos vindo a utilizar. A figura 6.3. faz a sua representação dando-nos uma imagem da amplitude da tributação fiscal aplicada em cada categoria usada na época.

O primeiro facto que devemos realçar na leitura dessa figura relaciona-se com a enorme elasticidade de rendimentos que se apresentam por detrás do termo “proprietário”. Se a designação era socialmente precisa na medida em que indicava alguém que vivia dos rendimentos que lhe proporcionavam os direitos adquiridos de propriedade, não deixa igualmente de ser ambíguo na medida em que apontava para um estatuto social que cobria quase todo o espectro de rendimentos. Era-se proprietário também na medida em que não se desempenhava uma actividade económica. Como tal, era um *estatuto* que percorria todo o tecido social criando uma clivagem com os despossuídos. Neste sentido, a sociedade alentejana era uma sociedade de proprietários. E como muito bem mostrou Helder Fonseca, o ser proprietário era muitas vezes o

resultado final duma carreira de negócios diversificada e consolidada pela acumulação fundiária (Fonseca-1998). Os grandes proprietários fundiários ocupavam assim um lugar de destaque no estrato superior da burguesia regional, ou se quisermos, no grupo identificado como *a elite*.

A par ou imediatamente abaixo destes grandes proprietários encontrávamos os grandes lavradores, os altos funcionários do Estado, médicos, “profissionais liberais” e os chefes de empresa assalariados. Estes últimos formavam um grupo de pessoas com cursos superiores ou com elevada patente que ocupavam postos de alta administração muito bem remunerada e que gozavam de elevado prestígio social. De tal forma que um grande lavrador podia ser identificado pela sua profissão de médico, agrónomo, etc. mesmo que não a exercesse.

Os negociantes apareciam nesta representação esquemática, numa posição intermédia, ao lado dos funcionários públicos, dos professores e eclesiásticos. Os negociantes, cujo rendimento derivava da *especulação* mercantil, tendiam a consolidar fortunas na propriedade fundiária graças às oportunidades que iam surgindo. Como já vimos, negociavam com os produtos da grande propriedade e, por isso, esta orientação fundiária era-lhes vantajosa. O poder que lhes era conferido como proprietários fundiários permitiam-lhes optar por “dar terras de renda” e converter a renda fundiária em espécie em renda capitalista. Os funcionários públicos, eclesiásticos e professores apresentavam uma grande amplitude nos seus rendimentos e tinham frequentemente laços de parentesco com os grupos superiores.

Em seguida surgiam os comerciantes, lojistas e tendeiros, a par dos mestres de ofício. Como já vimos, muitos destes mestres de ofício tinham loja, empregavam gente e auferiam rendimentos elevados, embora não comparáveis de forma alguma aos dos grandes proprietários. Enfim, na base desta selecção encontrávamos o topo das fortunas de origem social humilde e as pessoas que viviam de “sua agência”. Ser “agenciário” ou viver de “sua agência” era uma expressão que designava a pessoa que vivia dos seus rendimentos ou negócios de natureza não especificada.

Esta representação da sociedade alentejana foi naturalmente simplificada, pois, como já tínhamos mostrado anteriormente, muitos membros da elite eram simultaneamente descritos como “comerciantes e proprietários” ou “proprietários e lavradores” (capítulo 1). Como é óbvio, ser lavrador não significava necessariamente ser grande lavrador e estes últimos eram quase sempre identificados como proprietários. Por

outro lado, haverá que admitir a necessidade de reajustamentos entre grupos sujeitos a desigual incidência fiscal. Mas o que importa salientar agora é a elasticidade nos rendimentos presumidos em cada categoria. Quase todas incluíam indivíduos com baixos rendimentos (relativamente). Se fizermos um recorte nos 100 mil réis, critério cego que separava a burguesia dos que se situavam numa zona intermédia entre as classes populares e essa classe dominante, quatro grupos considerados ficariam inteiramente excluídos (o 6º, o 7º, 8º e o 9º grupo). Proprietários, lavradores, negociantes, comerciantes, funcionários e profissionais liberais atravessavam essas duas “zonas” divididas pelo critério dos 100 mil réis. Salientemos então que, tal como os pequenos comerciantes e lojistas, também os industriais (aqui representados pelos grupos de ofício) se situavam numa zona intermédia entre uma base popular e um topo burguês. A análise em diacronia deste grupo irá mostrar trajectos de mobilidade social diferenciada, passando uns a classificar-se como “industriais”, enquanto outros permaneceram nas suas categorias socialmente desclassificadas.

No grupo dos eleitores contribuintes que pagavam mais de 100 mil réis (apenas 28) destacavam-se claramente os proprietários (mais de metade do total), os negociantes, comerciantes, lavradores, empregados superiores e profissões liberais (tabela 6.4). De fora ficava uma multidão de gente que pertencia ao mundo dos lojistas, tendeiros e dos pequenos comerciantes, das oficinas e artesãos. Efectivamente, apenas um comerciante e um industrial de panificação puderam entrar neste grupo (tabela 6.4).

Tabela 6.4. Eleitores contribuintes que pagavam mais de 100 mil réis de imposto em Évora e Reguengos, por categorias de identificação social (1901-1906)

Categoria	Número
Proprietário	15
Negociante, comerciante	4
Lavrador	2
Agente bancário, solicitador, tesoureiro da câmara	3
Médico, engenheiro	3
Industrial (Padeiro)	1
Total	28

Fonte: ADE/RE (1901-1906).

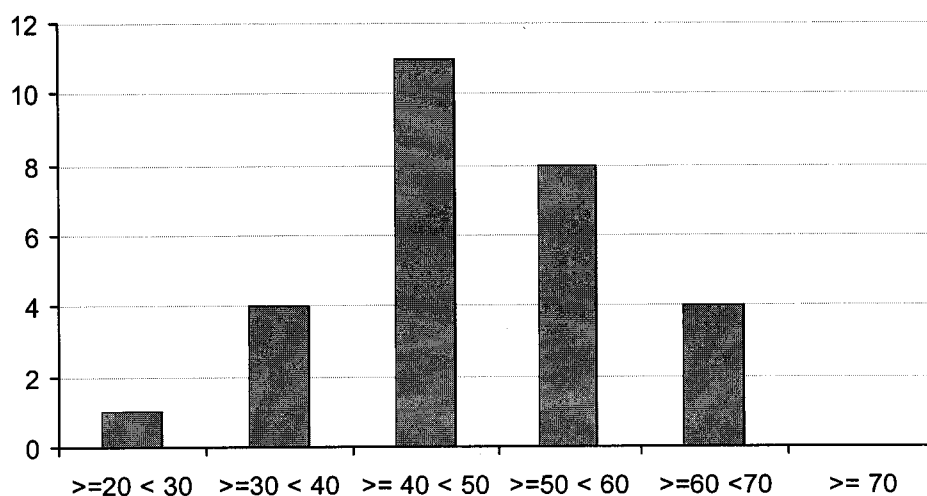


Figura 6.4. Distribuição etária dos eleitores que pagavam mais de 100 mil réis de imposto em Évora e em Reguengos (1901-1906).

Fonte: ADE/RE (1901-1906). Cálculos nossos.

A distribuição etária deste agrupamento apresenta uma curva de Gauss algo diferenciada da anterior, dado que os valores tendem a concentrar-se ainda mais no centro, ou seja, nas idades situadas entre os 40 e os 60 anos (cf. tabela 6.5). Não existiam eleitores com 70 anos ou mais e eram poucos os que tinham menos de 30 anos. 25 eram casados, 2 solteiros e apenas 1 era viúvo. Trata-se, pois, de um grupo sénior também, nascido na maior parte antes de 1860 e que viveu a juventude durante a 1ª Regeneração.

Tabela 6.5. Distribuição etária dos eleitores que pagavam mais de 10 mil réis (A) e mais de 100 mil réis (B) de imposto em Évora e em Reguengos (1901-1906).

Idades	A		B	
	Número	%	Número	%
>=20 < 30	8	5,5	1	3,6
>=30 < 40	25	17,1	4	14,3
>=40 < 50	48	32,9	11	39,3
>=50 < 60	30	20,5	8	28,6
>=60 < 70	29	19,9	4	14,3
>=70	6	4,1	0	0,0
<i>Total</i>	<i>146</i>	<i>100,0</i>	<i>28</i>	<i>100,0</i>

Fonte: ADE/GC/ RE

6.3. A formação do patronato industrial e a participação de outros grupos de interesse na indústria: o caso de Évora.

Vimos no ponto anterior como, ao longo da primeira metade do século XX, o industrial emergiu como categoria social distintiva, fenómeno que se expressou pela multiplicação do número de industriais. Por outro lado, o nosso estudo tem vindo a realçar a multiplicidade de interesses na actividade industrial. Consideramos que o reconhecimento desses interesses é importante quando se procura perceber o destino duma actividade. Não é indiferente o facto de, por hipótese, numa actividade como a serralharia, estarem ou não presentes interesses comerciais ou de a produção de azeite ser feita quase exclusivamente por proprietários fundiários. O cruzamento da informação relativa aos requerentes ao licenciamento industrial no quadro do RTN com a sua identificação social nos cadernos eleitorais, permite-nos sistematizar a participação desses interesses. Considerámos as actividades onde participaram predominantemente: a) proprietários fundiários e lavradores; b) comerciantes; c) comerciantes, industriais e mestres de ofício; d) os industriais; e) os mestres de ofício; f) todos os grupos indistintamente.

Antes de avançarmos nesta descrição, importa referir as dificuldades e os limites impostos por este exercício. Em primeiro lugar, estamos a cruzar informações relativas a *actividades* industriais (não a firmas) registadas a título individual no âmbito do RTN, por um lado, com referências relativas ao censo eleitoral de âmbito concelhio, por outro. Deste modo, ficaram de fora as associações entre indivíduos, ou seja, as firmas em nome colectivo responsáveis pelo registo de uma ou mais actividades industriais. Esta análise foi já feita anteriormente (capítulo 2). Os resultados agora apurados confirmaram conclusões anteriores e ampliaram o seu alcance. Houve, além disso, dificuldades em localizar socialmente muitos dos *requerentes* ao registo por não terem sido encontrados nos cadernos eleitorais (v. tabela D.2 no anexo final). Isto pode explicar-se pelo facto dos requerentes não serem residentes no concelho ou, como sucedia frequentemente, pela baixa origem social de muitos artesãos, ou ainda por qualquer outra razão.

- a) A participação dos “proprietários” nas actividades industriais registadas no âmbito do RTN foi relativamente limitada, já que o próprio termo de identificação social apontava para um *status* que remetia para uma posição

retirada (ou de retaguarda) na actividade económica. A produção de carvão vegetal, a moagem de cereais e de pimentão, o fabrico do azeite foram as actividades onde os proprietários fundiários surgiram, de forma isolada ou em associação com os lavradores, com uma participação destacada. Nas restantes actividades ligadas directamente “à terra” os proprietários apareceram ao lado de outros. Assim, no caso da “debulha de cereais e enfardação de palha e feno”, os “proprietários” foram menos importantes do que “lavradores” e os “industriais”. No caso dos curtumes, eles surgem ao lado dos industriais e, na correeiria, participaram ao lado de mestres do ofício e de industriais. O termo “proprietário” pode dar lugar a equívocos já que em alguns casos estamos a falar de “grandes proprietários e lavradores” e noutros de pequenos proprietários em que, por exemplo, a pelaria surgia como uma actividade complementar.

- b) Os comerciantes e negociantes apareceram de forma destacada na produção de “vinhos e aguardentes”, “carnes fumadas e ensacadas”, no “fabrico de chocolates e amêndoas” e nas actividades associadas aos automóveis, máquinas (reparação, venda, garagem) e à fundição de metais. Este grupo, que frequentemente tinha uma base fundiária importante, desempenhava assim um papel de relevo na diversificação comercial dos produtos da terra alentejana. Ele terá sido muito afectado pelas medidas impostas pela regulação corporativa e autoritária da economia, impostas a partir da Ditadura Militar, orientando o seu investimento para a lavoura, área protegida por essa economia que visava defender “os produtores”. Além disso, orientou o seu investimento para o comércio de representação e consignações em novas áreas em expansão que encontravam nos lavradores e nos proprietários o seu principal mercado. Foi este o caso do comércio de automóveis e de máquinas agrícolas. Uma figura exemplar de um percurso ascensional nesta área, em Évora, é-nos dado pelo comerciante Arquimínio Caeiro, que viria a ser presidente da Associação Comercial. Este, que começou o seu percurso como guarda-livros de António Simões Paquete, que negociava em lãs por atacado, criou a sua própria empresa no ramo das representações automóveis, mantendo as melhores relações com a sua clientela agrária e burguesa. Trata-se, portanto, duma entrada recente sem qualquer ligação ao mundo industrial. Os seus filhos receberiam formação superior nas áreas da engenharia mas, a apesar disso, não viriam a tornar-se chefes de indústria.

c) Na maior parte dos casos as “actividades industriais” foram registadas por mestres do ofício, comerciantes e industriais. No caso das padarias, o número de registos efectuados por “padeiros” equivale aos dos “comerciantes”, sendo menos importante o número de “industriais”. Uma situação idêntica encontramos nas relojoarias, orientadas como estavam para a actividade comercial. O ofício aparecia, de forma exclusiva ou preponderante, nas actividades de “forno de coser pão”, “oficina de electricista”, “tanoaria”, “borracha (vulcanização)”, “ferraria”, “latoaria”, “funileiro” e “albardeiro”. A designação de industrial, neste contexto, remete-nos para a escala e a qualidade das empresas em causa. Ao contrário do que sucedia com os fornos de pão, a actividade de “padaria / panificação” aparecia executada igualmente por “industriais”. No caso da “sapataria” ou do “fabrico de calçado”, e da “carpintaria” ou “indústria de mobílias”, os “industriais” eram tão importantes quanto os “mestres de ofício”. A ausência de “comerciantes” nestas duas actividades pode constituir uma pista que contribui para explicar a sua fragilidade. Por outras palavras, elas confirmam a ideia de que se trata de actividades orientadas para mercados locais ou sub-regionais, enfim, que não participavam em redes mais alargadas de abastecimento de mercados urbanos de luxo como era a capital. Esta articulação entre o comércio de média e longa distância e as empresas industriais existe no caso da cortiça. De facto, entre os “corticeiros” e antigos “rolheiros” encontramos comerciantes e industriais. O comerciante foi neste caso a figura fundamental que mobilizou a actividade exportadora. Por outro lado, a presença de tanta gente de ofício indicia a mobilidade social que a actividade proporcionou na ascensão de muitos à categoria de “industrial”.

Também na alfaiataria surgem comerciantes, industriais e mestres do ofício. A actividade surgia muitas vezes, como sucedia no caso das modistas de vestidos, na sucessão lógica da venda de tecidos ao público. Face ao domínio do trabalho oficinal e doméstico na confecção, a área do “grande” negócio situava-se assim na venda de tecidos, como atestavam os repetidos anúncios no *Notícias de Évora*, no início dos anos '20, sobre a “venda de retalhos” da sucursal na cidade dos Grandes Armazéns Grandela, de Lisboa. Neste caso, porém, a industrialização proporcionada com as vendas do “pronto-a-vestir” fez-se

tardiamente e numa conjuntura fortemente marcada pela internacionalização dos factores produtivos não inteiramente desfavorável à região¹⁰.

d) Os “industriais” apareceram de forma destacada no registo de um conjunto de actividades muito diversificadas e desconexas como foram os moinhos de vento, o fabrico de refrigerantes, a serralharia, a biselagem de vidro, a tipografia, a reparação de bicicletas e a oficina de canteiro. Dificilmente encontramos entre elas pontos de contacto que permitissem trocas de bens e serviços. A satisfação da procura urbana e do *hinterland* eborense parece ser o seu único ponto de união. Entre estas, a serralharia que tinha forte dependência da clientela agrária foi particularmente importante no recrutamento de industriais. A sua presença no grupo dos que tinham debulhadoras explica-se pela oportunidade do negócio quando estava em causa a reparação de máquinas agrícolas quando estas se avariavam no meio das ceifas.

¹⁰ Basta pensar nas indústrias que se fixaram na região no ramo do vestuário e das confecções a partir de meados dos anos '60.

Tabela 6.6. Participação de grupos socioprofissionais nas actividades registadas no RTN (1922-1935).

Grupo(s) predominante(s)	Indústria	C	O	I	P	L	Z	
Proprietários	Carvão vegetal	0	0	0	1	0	0	
	Cereais - moagem	0	0	2	4	7	0	
	Pimentão – moagem	0	0	0	1	0	0	
Proprietários e lavradores	Azeite	1	0	1	5	8	0	
Comerciantes, industriais, industriais e proprietários	Debulha de cereais	1	0	3	2	3	0	
	Curtumes	0	0	3	2	0	0	
Oficiais, industriais e proprietários	Correaria	0	1	1	1	0	0	
Oficiais, industriais e lavradores	Carpintaria de carros	1	11	4	1	4		
Comerciantes	Carnes fumadas e ensacadas	3	0	0	1	0	1	
	Chocolates e amêndoas	1	0	0	0	0	0	
	Pastelaria, confeitaria	5	1	0	0	0	3	
	Vinhos e aguardentes	13	0	1	2	2	0	
	Automóveis – reparação, venda,	5	0	1	0	0	0	
	Fundição de metais	2	0	0	0	0	0	
Comerciantes e de oficiais	Padaria com forno	5	5	2	1	0	3	
	Relojoaria	2	3	0	0	0	0	
Comerciais e industriais	Telha e tijolo	2	0	2	0	1	2	
	Espartaria	1	0	1	0	0	0	
Comerciais, oficiais e industriais	Alfaiataria	4	3	5	0	0	1	
	Cortiça	5	11	15	1	0	0	
Industriais	Cereais (moinho de vento)	1	2	4	1	0	1	
	Refrigerantes	0	0	1	0	0	0	
	Canteiro – oficina de	0	0	1	0	0	0	
	Bicicletas - reparação de...	1	1	4	0	0	0	
	Serralharia	0	2	7	0	0	2	
	Tipografia, papelaria e encadernação	0	0	2	0	0	0	
	Vidro - Biselagem de	0	0	1	0	0	0	
	Forno de coser pão	1	3	2	0	0	1	
Oficiais	Electricista – oficina de...	0	2	0	0	0	0	
	Tanoaria	0	1	0	0	0	0	
	Borracha (Vulcanização)	0	2	0	0	0	0	
	Ferraria / ferreiro	1	12	4	0	2	1	
	Latoaria, funileiro	0	5	0	0	0	0	
	Albardeiro	0	5	2	0	0	0	
	Oficiais e industriais	Padaria / panificação	1	8	8	1	1	4
		Sapataria, fabrico de calçado	0	16	11	0	0	2
Carpintaria, indústria de mobílias		0	16	8	1	0	2	

Legenda: C. Comerciante; O. Oficiais; I. Industriais; P. Proprietários; L. Lavradores; Z. Outros (Barbeiro, sapateiro, seareiro, ferrador, albardeiro, taberneiro, trabalhador e outros).

Fonte: RTN (v. tabela X em anexo)

e) as indústrias onde predominava o ofício eram marcadas pela pequenez do negócio. Estiveram neste caso os fornos de pão, as oficinas de ferreiro, funileiro, tanoeiro, albardeiro, electricista e de vulcanização de borracha. Ao lado de actividades residuais e em declínio encontramos outras de manutenção dos novos produtos.

A análise do percurso dos requerentes ao RTN nos livros de recenseamento eleitoral entre 1890 e 1935 dá-nos alguns elementos que nos permitem formar uma ideia das tendências de mobilidade social dos indivíduos em algumas actividades. Devemos, contudo, assinalar que a mobilidade dos indivíduos neste período não foi a regra, como fica claro no pequeno número de casos identificados (35) (cf. tabela 6.7).

O recrutamento dos industriais desta amostra fez-se, por via de regra, nos grupos de ofício, muito secundariamente entre os comerciantes (cf. tabela 6.7). Entre estes ofícios registámos como significativos os carpinteiros, os comerciantes, os latoeiros, os padeiros, os serralheiros e os sapateiros. Assim, o facto de ter havido pouca mobilidade de capitais oriundos do comércio para a “indústria” (expressa neste contexto em diversas actividades artesanais e de mão-de-obra intensiva), ao contrário do que sucedia nos casos das indústrias agro-alimentares, pode explicar (pelo menos em parte) as dificuldades de adaptação e de crescimento no médio prazo do conjunto daquelas actividades. As debilidades de indústrias como as do mobiliário, da confecção de vestuário e do calçado não deixaram de se relacionar com a sua orientação para a satisfação de clientelas no *hinterland* económico das principais urbes alentejanas. Por outras palavras, a inexistência de redes comerciais alargadas de exportação para a produção artesanal que caracterizam as regiões proto-industriais, a ausência de sistemas de comercialização de produtos que utilizassem, de forma sistemática e intensiva, a mão-de-obra subaproveitada e disponível nos campos foi um traço fundamental que esteve subjacente na estrutura do tecido industrial que o nosso inquérito à mobilidade traduz. Neste contexto, a passagem da indústria para o comércio surgiu como o corolário lógico da perda de competitividade da produção local.

Também a mobilidade no sentido da lavoura foi excepcional neste contexto. Identificámos um único caso, um ferrador que de seareiro se tornou pequeno lavrador. Em dois casos, os lavradores tornaram-se “proprietários”,

havendo também um cordoeiro que assumiu esse estatuto.

Tabela 6.7. Casos de mobilidade indiciada pela identificação social dos indivíduos registados em Évora no âmbito do RTN.

Profissão posterior	Proprietário	Lavrador	Comerciante	Industrial	Corticeiro
Profissão inicial					
Proprietário	-	-	1	1	-
Lavrador	2	-	-	-	-
Comerciante	-	-	-	3	-
Industrial	-	-	2	-	1
Corticeiro	-	-	-	1	-
Carpinteiro de carros	-	-	1	-	-
Carpinteiro	-	-	-	4	-
Colchoeiro	-	-	-	1	-
Cordoeiro	1	-	-	-	-
Padeiro	-	-	3	3	-
Sapateiro	-	-	1	3	-
Ferrador Ferreiro Funileiro	-	1	-	2	-
Latoeiro	-	-	-	2	-
Serralheiro	-	-	-	3	-
TOTAL	3	1	7	23	1

Fonte: RTN (1922-1952), Concelho de Évora e ACME/RE.

Não podemos, contudo, identificar a mobilidade dos grupos socioprofissionais que registaram actividades industriais no âmbito do RTN com o recrutamento dos industriais. Uma aproximação mais rigorosa à origem social do patronato industrial (ou, se quisermos, daqueles que em meados dos anos '30 se diziam e podiam ser identificados como industriais) pode ser feita a partir dos censos eleitorais.

A nossa atenção dirigiu-se inicialmente para os “industriais com passado”, ou seja, para o grupo de pessoas que durante décadas apareceram referidos como tal (cf. tabela D2, em anexo). Trata-se de um grupo muito restrito. Na nossa selecção de 165 industriais em listas eleitorais até 1939, apenas 15 foram seguramente industriais ao longo de várias décadas no concelho. Servem de exemplo, para além dos industriais corticeiros Francisco Oliveira Saragoça e José Gomes Severino já referidos, António do

Anjo Messejana, este último correeiro na freguesia da Sé que foi sempre registado entre 1911 e 1930 como industrial. Mais importante foi a figura de Eugénio Alvarez, proprietário e gerente da Sociedade Alentejana de Moagem (Fábrica dos Leões) que passou a ser identificado como um industrial eborense deste 1923.

Porém, em muitos casos, os industriais apareciam como figuras sem qualquer tipo de passado na vida económica da cidade. O seu número foi relativamente escasso até finais dos anos '20, mas aumentou extraordinariamente ao longo dos anos '30. Das 70 novas entradas no grupo, 53 realizaram-se nesta época. Podemos lançar várias hipóteses explicativas para a emergência deste numeroso grupo de “industriais sem passado”. A primeira prende-se como o aumento efectivo do número dos pequenos estabelecimentos, agora considerados como “industriais”, ao longo desse período, como mostrámos quando fizemos a descrição da evolução desse parque (capítulo 4). Ligado a este crescimento estiveram fenómenos de mobilidade geográfica que poderão explicar as ausências de informação anterior e inflacionar o número dos recém-chegados à indústria. Em terceiro lugar, a actuação do Estado no sentido do condicionamento da actividade dos “grandes” pode ter criado oportunidades para a entrada de recém-chegados à indústria. Por outras palavras, o controle corporativo burocrático da distribuição, dos preços e o condicionamento da actividade industrial retiraram capacidade de dissuasão à entrada por parte dos instalados, permitindo deste modo a entrada de gente de fora em alguns sectores. Em quarto lugar, podemos estar a lidar com pessoas que nunca antes tinham estado recenseadas devido ao seu baixo estatuto social. Finalmente, deverá considerar-se a demografia ou, se quisermos, a reprodução ampliada do próprio grupo.

Se bem que todas estas hipóteses explicativas possam ter-se verificado em *alguma medida*, a que nos parece menos importante prende-se com a da reprodução social do grupo. A tendência para a terciarização por via das aquisições de competências escolares podem ter pesado no sentido inverso, atirando com muitos dos filhos destes “industriais” para os empregos oferecidos pela máquina burocrática do Estado e para outros empregos em firmas maiores. Seja como for, a análise dos sobrenomes não corrobora aquela hipótese, apontando para novas entradas efectivas. Assim, parece-nos mais importante o processo que esteve subjacente à actuação combinada de factores distintos como a multiplicação das pequenas unidades, a ascensão do estatuto social e o alargamento da base social do recenseamento como foi a que ocorreu, de facto, durante o Estado Novo.

A análise do calendário das alterações de estatuto mostra que foi sobretudo a partir dos anos '30 que o número de pessoas até aí identificadas pelo seu saber fazer profissional, pela mestria no seu ofício, passaram a ser referidas como industriais (tabela 6.8.). Até 1914, apenas 6 pessoas alteraram o seu estatuto, o dobro até 1926. Até 1930, somente 16 pessoas passaram a ser “industriais”. Em contrapartida, entre a Ditadura Militar e as vésperas da II Guerra Mundial, temos 35 alterações de estatuto, fenómeno que deve ser associado ao enorme número de novas entradas. A ideia vulgar de que a I Guerra Mundial criou muitas novas fortunas e oportunidades de mobilidade ascendente para os que vieram do fundo obscuro, não parece ter em Évora e no que respeita a esta categoria de gente, qualquer fundamento. Sem se negar que nesse período a correlação de forças entre os diferentes grupos possa ter-se alterado, fica patente que foi sobretudo a partir da Ditadura que os fenómenos de mobilidade aparente se podem detectar.

Tabela 6.8. Número de novos industriais sem qualquer passado e de pessoas que passaram a identificar-se como industriais em diferentes épocas.

	1914	1919	1926	1930	1939	Total
Novos industriais	-	2	7	8	53	70
Alteração de estatuto	6	6	4	21	14	51
Total	6	9	11	29	67	121

Fonte: tabela D2 (anexo)

Antes de prosseguirmos a análise da mobilidade aparente façamos um pequeno desvio no sentido da determinação das representações sociais. Em que medida o *industrial* não emerge no novo contexto social como uma figura de *status*, ao mesmo título que a sociedade burguesa do século XIX criara a figura do *proprietário* ? É interessante, a este respeito, fazer uma sondagem sobre a distribuição etária dos “industriais” eborenses identificados nos livros municipais do recenseamento eleitoral. Contrariamente ao que seria de esperar quando se está a lidar com uma área de actividade muito aberta, essa análise mostra que o grupo “envelhece” como resultado da entrada de novos “industriais” ao longo da década de '30 (tabela 6.9, figura 6.5). Enquanto, em 1930, 68% dos industriais tinha entre 30 e 50 anos, em 1939, 79 % situavam-se entre os 40 e os 70 anos. É assim muito provável que o termo tenha adquirido para “a pequena indústria” um novo atributo de *status* social. Efectivamente, o aumento que verificámos no número de industriais não teve uma tradução directa no robustecimento do sector industrial. Contudo, a transformação do artesanato em indústria acentuou a fronteira de classe entre o patronato e os trabalhadores

assalariados. A representação em torno da nova figura de *status* foi certamente consolidada com o aumento do controlo administrativo imposto à indústria e com a imposição da organização corporativa, que veio separar as águas entre o patronato e os trabalhadores.

Tabela 6.9. Distribuição etária dos industriais de Évora em 1930 e em 1939

Idades	1930		1939	
	Número	%	Número	%
>=20 < 30	3	6,4	4	3,6
>=30 < 40	20	42,6	16	14,4
>= 40 < 50	12	25,5	33	29,7
>=50 < 60	8	17,0	31	27,9
>=60 <70	4	8,5	24	21,6
>= 70	0	0,0	3	2,7
Total	47	100,0	111	100,0

Fonte: CME /RE

Vejamos então a origem das pessoas que viram o seu estatuto alterado. A grande maioria destes industriais teve origem no artesanato ou na própria indústria¹¹. O nosso esforço de quantificação mostra que foram sobretudo as profissões de ofício a principal base de recrutamento dos industriais: 89 % dos casos da nossa amostra tiveram aí essa origem, sendo particularmente importantes como grupo de recrutamento os corticeiros, os carpinteiros, os serralheiros e, na área da alimentação, os padeiros. E foram, afinal, estas as principais áreas de actividade registadas no âmbito do RTN, realidade que os inquéritos e censos industriais não deixaram de traduzir desde 1890. Um escasso número de comerciantes orientou a sua estratégia no sentido industrial, como se percebe pelo número reduzidíssimo de casos observados (cf. tabela 6.9). E, tal como seria de esperar, as entradas oriundas do Estado foram insignificantes.

¹¹ Cf. estudo comparativo de Harmut Kable sobre o recrutamento do patronato industrial na Alemanha, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (1979). O estudo que questiona a ideia da grande mobilidade ascensional proporcionada pela Revolução Industrial, apresenta resultados bem distintos destes pois centra-se no grande patronato industrial. A sua tese é a de que, numa visão de conjunto, os empresários da revolução industrial saíram na maior parte da classe superior e média superior, com raízes em famílias ligadas ao mundo dos negócios ou a um meio social favorável.

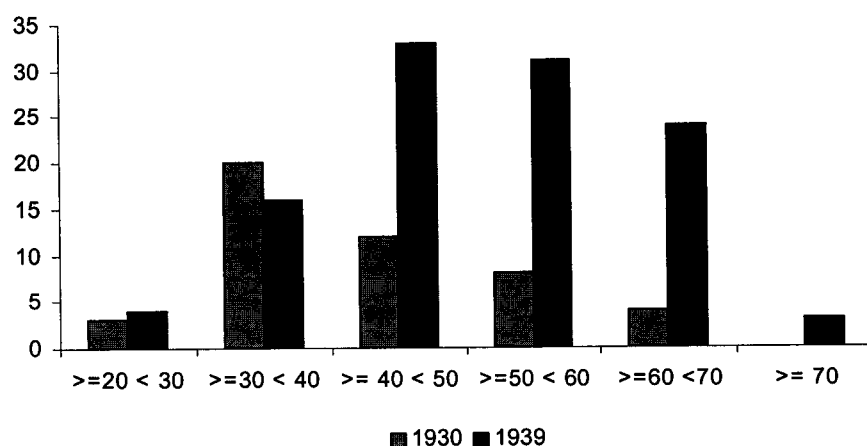


Figura 6.5. Industriais de Évora: distribuição etária em 1930 e em 1939

Tabela 6.10. Origem socioprofissional dos industriais identificados nos recenseamentos eleitorais em Évora, 1890-1939.

Origem	Área de actividade	Profissão	No.	Total
Agricultura		Proprietário	1	1
Indústria				44
	Alimentação	Padeiro	5	
	Vestuário	Alfaiate	1	
	Calçado	Sapateiro	4	
	Curtumes e peles	Peleiro	1	
	Cortiça	Corticeiro	15	
	Artes dos metais	Ferrador, forjador, funileiro, serralheiro, latoeiro	8	
	Artes da madeira	Carpinteiro, abegão, marceneiro	7	
	Artes do papel	Tipógrafo	1	
	Construção	Alvenéo	1	
	Química	Fotógrafo	1	
Comércio		Comerciante	3	3
Estado		Polícia	1	1
Serviços		Barbeiro	1	1
Outros				1
Total				51

Fonte: tabela D2 (anexo)

A leitura da tabela 6.10 deve ter presente que ficaram de foram numerosos “novos industriais” sobre os quais é difícil avançar com elementos sobre a sua origem. Sabemos que, em alguns casos, estamos perante pessoas que estiveram ligadas à gestão de

estabelecimentos industriais de certa importância, firmas em nome colectivo, como foi o caso da família Alvarez que se ligara havia pouco tempo à cidade. Mas a dúvida permanece para a maior parte.

Quando analisamos os processos das maiores empresas em cada sector à escala da região, a participação de gente com origem fundiária na gestão industrial foi bem mais importante do que este exercício deixa entrever. Um dos exemplos que pode ser dado é o da Moagem do Crato, L.da. Alexandre de Castro Sá da Bandeira, classificado como proprietário e residente em Paris quando se constituiu a sociedade de moagens Sá, Santos & Silva, em 1917, aparecia classificado como viúvo e industrial em 1941 quando foi alterado o pacto social da Sá & Cia L.da, sociedade familiar que detinha aquela fábrica¹². Neste, como noutros casos que fomos evidenciando ao longo do nosso estudo, foi a gestão fabril que transformou os “proprietários” em “industriais”. As indústrias alimentares constituíram uma porta de entrada privilegiada das elites para o universo industrial. No entanto, a oportunidade de sucesso no médio prazo foi limitada pela forte intervenção do Estado neste grupo de indústrias agro-alimentares, retirando-lhes grande parte do seu interesse económico e a sua possibilidade de crescerem através da livre concorrência.

Em contrapartida, a engenharia constituiu uma importante estratégia de reprodução social para os grupos da elite fundiária. O nosso recenseamento nominal dos engenheiros residentes em Évora entre as duas guerras mundiais mostra que eles eram originários, não da indústria, mas da elite agrária e comercial. A simples leitura dos seus nomes revela fortes laços de parentesco com as “boas famílias” da elite agro-comercial eborense (cf. tabela 6.11). O capital técnico e social adquirido graças ao seu poder económico numa sociedade onde a formação superior era fortemente elitista permitia-lhes constituir um grupo privilegiado de recrutamento para as altas funções do Estado com grandes responsabilidades não só na fiscalização e licenciamento das indústrias como na definição ou na execução de políticas que afectavam directamente os industriais. Um dos casos paradigmáticos, já referido, foi o de Adriano Augusto Monteiro, um dos chefes do “partido agrário” regional nos finais de Oitocentos, durante anos chefe da circunscrição industrial do sul.

¹² V. DRME / Processo 2.521 da 7ª CI (Rilei 4/4283).

Nenhum destes engenheiros foi empresário industrial ou parece ter usado do seu capital técnico para lançar, por sua iniciativa, novas indústrias³⁷⁹. A engenharia colava-se como um atributo excepcional aos proprietários e chefes de empresa, como sucedia com os agrónomos. Por outro lado, poucas eram as indústrias instaladas no Alentejo que tinham escala e complexidade suficientes para poderem precisar ou até sustentar um simples engenheiro. Nos casos identificados na análise dos processos de arquivo, a engenharia foi importante em alguns casos pontuais, como porta de entrada para o universo mineiro, metalúrgico, metalo-mecânico, para a grande moagem e para a produção e distribuição de electricidade. Apenas os grandes empreendimentos podiam empregar engenheiros a tempo inteiro, servindo-se deles nas tarefas de direcção técnica e de gestão industrial. Entre as empresas regionais que dispunham na sua direcção de engenheiros encontravam-se a Robinson de Portalegre, a Metalúrgica do Crato, L.da ou a Sociedade Exportadora do Norte, firma invicta que ficou com a fábrica de Moura da Sociedade de Azeites.

Tabela 6.11. Engenheiros nos recenseamentos eleitorais em Évora (1919-1939)

NOME	1919	1923	1926	1930	1939
Alberto Humberto Menezes de Spínola			E		
Artur Schiappa Monteiro de Carvalho		E			
Adriano Augusto da Silva Monteiro	EI				
Agostinho Joaquim d' Oliveira Basto			E		
Carlos Mendonça Ribeiro		EA	EA		
Raul Fiuza de Albuquerque Cabral		E	E		
Virgílio Salvador Ricardo da Costa			EA	EA	EI
Simão Valdez Trigueiros de Martel				E	
José Rodolfo Fernandes Potes			E		
Luís António Eloé Monis Júnior				EI	
Augusto Gomes Fróis Júnior				EC	

Legenda: E. Engenheiro ; EI. Engenheiro inspector; EA. Engenheiro auxiliar; EC. Engenheiro civil; EI. Engenheiro industrial.

Fonte: Fonte: CME /RE

³⁷⁹ A acção dos engenheiros no processo de industrialização dos países da Europa do sul tem sido alvo de atenção também entre nós. É de salientar os trabalhos de Brandão de Brito (1988 e 1989). Mais recentemente constituiu-se uma equipa de investigação sobre o tema cujos primeiros resultados foram apresentados no XX Encontro da APHES (Porto, 2000). Uma visão geral que constitui uma síntese do tema para o período aqui em estudo é feita por Nuno Madureira (2002).

6.4. Percursos de empresários industriais no Alentejo entre as duas guerras.

A descrição que fizemos da grande indústria revelou, desde meados de Oitocentos, a importância de actores exteriores à região que poucas vezes se integraram nas elites locais. Na indústria mineira, a necessidade de elevadas competências técnicas aliava-se, como um requisito para o sucesso, à capacidade de organização, planeamento e administração industrial e um bom posicionamento face aos mercados. A formação em engenharia foi um requisito exigido pelo Estado para a direcção dos trabalhos mineiros. A presença de engenheiros ingleses, belgas e franceses relacionava-se intimamente com a direcção das sociedades sediadas no exterior. Outro tanto se passava com os grandes operadores no comércio de exportação da cortiça, onde pontuavam os ingleses, catalães, alemães e dinamarqueses. No domínio da grande moagem encontramos também empresários de origem espanhola que foram engenheiros de panificação, representantes de empresas multinacionais de equipamento especializado como era o caso da Bühler que tinha uma sucursal em Barcelona. Os engenheiros empresários foram ainda importantes, como já tem sido salientado, no lançamento de indústrias eléctricas. A este propósito o caso de José Custódio Nunes com a Hidroelectrica Alto Alentejo é exemplar.

Tais percursos foram, no entanto, excepcionais entre as elites alentejanas. Um inventário dos percursos biográficos das elites representadas no *Álbum Alentejano* revelou-nos que, na maioria dos casos, a mobilidade social ascendente se fez através da lavoura e no sentido da constituição de casas agrícolas. A narrativa do pequeno lavrador ou seareiro que vai acumulando terras à custa de arrendamentos e do “seu” esforço pessoal ao longo duma vida de trabalho é repetida entusiasticamente com uma frequência que parece querer destruir a imagem de uma elite fechada constituída durante as primeiras etapas do período liberal. E a origem desse esforço ascensional que nos é descrito quase sempre veio da lavoura.

Nos percursos cuja origem se situava no comércio, não deixa de ser interessante notar que tal orientação se fez com o abandono das primeiras actividades. Um dos casos é relatado num artigo que recebeu um título elucidativo: “Como se consegue vencer na vida. O exemplo de José Mendes contado por ele próprio” (IM/AA, 733). José Mendes começou a trabalhar como marçano numa refinaria de açúcar em Lisboa, passou para umas tabacarias e por fim para um depósito de máquinas de costura. Em 1882, apoiado na ajuda dum cambista lisboeta, António Inácio da Fonseca, ficou como representante e depositário das máquinas de costura «Memória» em Elvas. Aqui constituiu uma

sociedade com um amigo Baltazar Lino de Paiva que vendia máquinas, relógios, camas de ferro e mobílias a crédito. Em 1885 criou uma empresa de carros de aluguer em Elvas que trespasseou em 1890, data em que começou a sua vida de lavrador. Outro caso de mobilidade do comércio para a lavoura descrito foi o de João Nunes Sequeira, em Marvão (IM/AA-835).

Neste contexto foi excepcional o percurso de José Mendes Calado (1851-1927) que foi considerado o maior comerciante por grosso em cereais, carvão e palha de Alter do Chão e quando investiu na moagem e lagar de azeite passou a ser identificado como industrial. Contudo o seu filho, Rafael Mendes Calado, teve casa agrícola (IM/AA, 579).

O caso mais importante que nos é relatado pelo *Álbum* foi o J. A. Bastos Ribeiro, considerado como um “Alfredo da Silva do Alentejo” (IM/AA-973). Tendo começado em 1922 a vida agrícola, com 3 herdades deixadas pelo pai, depressa enveredou pela actividade industrial. Em 1924, estabeleceu as suas primeiras oficinas de carpintaria e serralharia e, no ano seguinte, instalou a fábrica de moagem que tinha uma capacidade de produção de 20 toneladas diárias. Dois anos mais tarde estendeu a sua actividade até à panificação. Depois, em 1930, firmou um contrato com o município para a produção de electricidade. Começou a fabricar gelo e, em 1932, azeites de marca Seizely. O seu complexo fabril, instalado no antigo convento de Santo António, cobria uma área de 1.500 m² e integrava a produção de electricidade, a moagem de cereais, a panificação, destilaria, o fabrico de gelo, a destilação de bagaços, a refinação de azeites e o fabrico de sabão. O conjunto era assistido por oficinas mecânicas de estriagem de cilindros, carpintaria e serralharia³⁸⁰. Apesar da importância desta componente industrial, a exploração agrícola e pecuária continuava como uma parte importante do negócio, constituindo a parte essencial do seu património.

Este percurso não deixa de ser similar ao de Francisco Barahona que fundou com outros lavradores a sociedade Portalegre Industrial, depois Moagem de Portalegre, e a fábrica de tecidos Sedas de Portalegre.

A actividade criativa e experimentalista deste grupo esteve intimamente ligada à sua acção como lavradores e não parece ter tido quaisquer consequências a prazo. Os esforços realizados pelo lavrador Miguel Fernandes na criação de adubos fosfatados melhor adaptados às terras galegas e na sua divulgação não levaram o lavrador até à

³⁸⁰ V. DRME, Processo 4/2.266. Alvará 10.147.

indústria, apesar das suas aplicações darem lugar a adubos de marca¹⁵. O mesmo não se terá passado com Joaquim Perdigão Queiroga, apresentado na *Indústria Portuguesa* como “alentejano ilustre” e “inventor ignorado” que “jamais tentou usar da influência do iminente tribuno (era sogro de António José de Almeida) para dar a conhecer os seus trabalhos, fugindo sempre à fácil popularidade que então podia criar, refugiando-se (...) modesto, simples, bondoso” (IM/IP-1928, 56, Out.1932). Segundo a revista, o director técnico da Moagem e Electricidade de Arraiolos inventara e construíra “máquinas agrícolas e tractores portugueses”.

“Inventou uma prensa de fuso, com multiplicação de força; uma prensa hidráulica, com duplo efeito; um moinho de cones, completamente móvel e de moagem contínua; um outro moinho, de galgas, de moagem alternada; uma bomba hidráulica de efeito dando-lhe corpos separados e sem choque; uma bomba de tracção animal, extra-forte, elevando a pressão a mil atmosferas; uma ciranda-«lavrador», com trepidação, secagem de azeitona e elevador por sem-fim; um decantador automático, ligado a bomba de efeito duplo; um depurador automático, com aquecimento ou não, levando o azeite ao armazém; um extractor de azeite; um despaldador com aquecimento, lavagem e raspagem interior; um separador de terra e pedra e lavagem de azeitona; um esfarelador para reduzir a líquido a polpa da azeitona, e muitos outros pequenos inventos de grande utilidade para a agricultura” (IM/IP-1928, art. cit.).

Com a sua fundição instalada em Évora, a principal actividade de Perdigão foi a produção e montagem de instalações de lagar completas e de moagens de ramas. A sua fábrica funcionou como uma verdadeira escola de fundição e de serralharia até à data da sua morte inesperada, altura em que o estabelecimento encerrou.

No contexto das trajectórias empresariais com raízes fundiárias no Alentejo da primeira metade do século XX, António Lobo de Aboim Inglês (1860-1941) constituiu um caso excepcional. Foi por duas vezes presidente da Associação Industrial Portuguesa e, em 1920, fundou com Frederico Vilaret, Martinho Dardio Rosado e Agostinho Fortes a Liga Alentejana, uma experiência efémera. A sua casa em Lisboa, na Junqueira, era considerada nos anos '20 e '30 como um verdadeiro centro de cultura, onde se reuniam republicanos e intelectuais que fervilhavam de ideias e projectos para o país. O seu

¹⁵ Sobre a divulgação do uso de adubos veja-se Fernandes-1899, Prego-1902 e Silva-1917 e também o *Boletim do Agricultor. Revista Mensal. Propriedade da Fábrica Nacional d' Óleos e adubos*, Lisboa, ano 1, n.º 1, Agosto de 1903 e a *Técnica Industrial Revista dos estudantes do Instituto Superior Técnico*. Lisboa, ano I, n.º 1, Out. 1915.

percurso industrialista foi largamente tributário da sua visão do Alentejo, onde concentrou a sua actividade.

Originário duma família de grandes proprietários de Aljustrel (distrito de Beja), a sua entrada na indústria fez-se por via da sua formação como engenheiro de minas³⁸². A sua carreira profissional começou em Lisboa, após ter concluído a sua formação, em trabalhos de construção civil e em empresas da capital. Partiu depois para Espanha, onde trabalhou em várias minas, acabando por dirigir em Huelva as minas de São Miguel que tinham participação de capitais portugueses. Republicano, conterrâneo e amigo de Manuel de Brito Camacho, chefe do partido unionista, regressou a Portugal pouco depois da implantação do novo regime político, tomando parte activa na propaganda dos ideais dos Unionistas. De acordo com a memória familiar, no seu comportamento empresarial teve um papel determinante a sua crença de que o futuro do Alentejo não podia residir no exclusivismo agrícola. As suas qualidades humanistas e o seu profundo amor ao Alentejo levaram-no a acreditar que o progresso da província era incompatível com uma economia assente numa agricultura pobre e que nunca poderia remunerar bem o trabalho. Neste percurso, “teve colegas políticos mas não teve companheiros”, pessoas que, como ele, “quissem desinteressadamente investir no Alentejo”.³⁸³ Faz sentido, por isso, que nesse projecto tecnicamente sofisticado para a época que foi a Electro-Oleica de Moura (1913), ele aparecesse ao lado de quatro proprietários espanhóis. Em Moura fez também uma fábrica de enchidos, a Nodar, que ficou entregue à direcção de Francisco Ramirez. Nos muitos negócios em que se meteu o lucro terá sido um móbil secundário. Contudo, é provável que estivesse subjacente nestes investimentos alguma estratégia de reprodução familiar que não passava unicamente pela terra. Aboim Inglês casou cedo e rapidamente viu-se com sete filhos. Sabemos que a fábrica de sabão, em Moura, foi feita para o seu filho primogénito. É possível que o empresário visse num futuro próximo a actividade industrial como o destino para alguns dos seus filhos, por ser mais remuneradora do que a lavoura, cuja rendibilidade dependia sempre da unidade do património. Por outro lado, parece que Aboim Inglês alimentava a ideia social de que a terra deveria pertencer aos rendeiros volvidos 25 anos de arrendamento ou de casa.

Seja como for, o afastamento da gestão directa dos seus negócios industriais devido à sua participação activa na política unionista (foi deputado em 1919 e em 1921 e ministro

³⁸² Elementos colhidos na entrevista com o neto, o Dr. Francisco Aboim Inglês Barata, em 17 de Fevereiro de 1998, em Lisboa. V. tb. artigo “Inglês (António Aboim)” na Enciclopédia Luso-Brasileira

³⁸³ Entrevista citada.

da agricultura sob a presidência de António Granjo), poderá ter estado na origem de graves problemas de liquidez com que se defrontou. Aboim Inglês voltou-se então para a indústria mineira, explorando várias concessões de cobre e de manganês no Baixo Alentejo, entre elas a mina Saramaga, perto de Messines, e a Cova da Moura (S. Marcos da Serra). Na maior delas, a Lagoas do Paço (em Montes Velhos, Aljustrel), onde chegaram a trabalhar 600 pessoas, investiu todo o capital que lhe restava. Mas esta exploração deparou-se com o grave problema da abundância de águas subterrâneas. Tentou tirar partido disso quando elaborou projectos para abastecer de água os municípios de Beja, Ferreira e Aljustrel, que não foram por diante devido às limitações financeiras destas câmaras. Neste trajecto, o empresário foi delapidando a sua fortuna e abandonando tudo o que era lavoura para se dedicar inteiramente à exploração mineira. No início dos anos '30, a situação de Aboim Inglês era difícil.

A recuperação deu-se gradualmente. O ambiente belicista que se começou a sentir na economia internacional a partir de meados dos anos '30 foi particularmente favorável às minas de manganês, dado que este minério era utilizado na purificação do aço. Assim, os lucros proporcionados nos anos do conflito permitiram relançar a empresa. Contudo, à data da sua morte, em 1941, o valor do património constituído não cobria ainda as suas dívidas e nenhum dos seus filhos se tinha tornado empresário industrial. O mais velho, engenheiro de minas pelo I.S.T., tinha já falecido. Fora durante anos o seu braço direito até ingressar na indústria de refinação de petróleo como empregado superior da firma romena Sacor. Outro, que foi administrador da Mobil, era financeiro e, de acordo com o testemunho do familiar que temos vindo a seguir, “nada percebia de minas”. Carlos tornara-se militante comunista e vivia na clandestinidade. Finalmente, António Lopes, que era médico veterinário e professor da Sorbonne, foi quem veio para Portugal tomar conta de Lagoas do Paço.

Os filhos associaram-se então na Sociedade Aboim Inglês L.da para a exploração mineira, ficando de fora o património fundiário que passou a ser gerido pelo grupo familiar de forma informal. O proprietário ribatejano Carlos Empis entrou na sociedade avançando com meios de pagamento mediante participação nos lucros, retirando-se quando a família pôde liquidar a dívida que vinha do passado.

Depois da guerra, a actividade da sociedade ficou limitada ao abastecimento das fábricas de vidro de Fontela e Marinha Grande, onde o manganês era utilizado para dar a coloração âmbar às garrafas de champagne. A viabilidade do empreendimento passou

pela aposta na electrificação, que exigiu pesados investimentos em infra-estruturas. Conotada com a esquerda, a família sofria com dificuldades de relacionamento com as autoridades. Não conseguia vender à Siderurgia Nacional e estava-lhes vedada qualquer cooperação com as autoridades municipais que mais teriam a ganhar com as externalidades da mineração: o abastecimento de água e a produção de electricidade. Na década de '60, a água das minas era distribuída para a cultura do tomate que alimentava uma fábrica ao pé da vila de Aljustrel. Com o aparecimento de sucedâneos para o manganês, a actividade mineira tornou-se inviável. As minas encerraram, finalmente, em 1974.

6.5. Condicionamento industrial e ascensão social na indústria – o caso dos irmãos Fialho (Évora).

Os casos apontados de Francisco Barahona, J. A. Bastos Ribeiro, Perdigão Queiroga e Aboim Inglês constituem percursos no sentido industrial que partiram duma base fundiária, onde os interesses estratégicos da grande lavoura, por um lado, e o capital humano, por outro, desempenharam papéis distintos. Diferente foi, como vimos, o percurso no interior da indústria onde o número de indivíduos reconhecidos como industriais cresceu de forma exponencial numa região marcada pelos interesses agrários. Ora, a ideia que os estudos realizados em torno do condicionamento industrial transmitem é o de que o condicionamento protegeu os “interesses instalados”, substituindo a coligação entre industriais e os mecanismos de mercado por uma malha de decisões burocráticas equiparável àqueles mecanismos utilizados nas economias capitalistas “abertas” para dissuadir a entrada de novos actores.³⁸⁴ Nessa medida, terá limitado a mobilidade social no seio da indústria. Ora, tal imagem foi contrariada pela evidência empírica do empresariado industrial no sul³⁸⁵.

A descrição que fizemos do parque industrial revela que os anos '30 conheceram a substituição de alguns actores em empreendimentos importantes, sendo de assinalar a entrada de Francisco Fino, pequeno industrial originário da Covilhã que ficou com a Fábrica de Lanifícios de Portalegre, ou de Carlos Roeder em Beja. Nos anos '50, uma

³⁸⁴ Foi este o caso de Confraria (1992). Veja-se também Brito (1989), Rosas (1986 e 1994) e Madureira (1998 e 2000).

³⁸⁵ Os estudos de Makler (1969) sobre a elite industrial portuguesa, infelizmente, deixaram de fora o Alentejo.

nova geração de industriais começou-se a afirmar, cuja origem se inscreve na própria actividade, como foram os casos dos irmãos metalúrgicos Fialho, em Évora, ou da família Nabeiro, em Campo Maior.

Foi neste contexto que o caso dos irmãos Fialho mereceu a nossa atenção, pois estamos perante uma entrada na indústria bem sucedida por parte de pessoas que vieram do trabalho de ofício. É um caso notável, não apenas por se tratar de um percurso ascensional, mas também por ter sido uma entrada muito tardia, num sector fortemente condicionado e onde, havia décadas, actuavam grandes empresas metalúrgicas. É ainda notável devido à *forma* como esse percurso se realizou, servindo de ilustração das práticas culturais desenvolvidas pelos industriais na sua relação com o Estado salazarista, explicitamente reaccionário e anti-moderno na sua inspiração. É, finalmente, um caso que reflecte sobre a importância e o alcance do conceito de “capital humano” no sucesso empresarial, já que se tratou de uma entrada numa área tecnicamente avançada feita por pessoas com baixas qualificações formais. Cremos, porém, que este percurso foi apenas possível no ambiente económico e social criado pelo salazarismo. Também não foi a excepção que confirma a (falsa) regra do imobilismo social. Bem pelo contrário, pensamos que ele ilustra um dos caminhos que esteve na origem da formação de uma parte do empresariado português na segunda metade do século XX (cf. Makler-1969). Por tudo isto, foi um percurso exemplar que ilustra, na área industrial, a dinâmica gerada entre a sociedade civil e o Estado.

Os irmãos Fialho, constituídos como industriais nos anos '50, foram a segunda geração de serralheiros que aproveitou as oportunidades criadas pela motorização da lavoura alentejana no pós-guerra. O avô, que morou no Monte da Defesinha (Torre dos Coelheiros), foi singeleiro. Desbravava mato e fabricava carvão de pedra que vendia em Évora. Teve 21 filhos, um dos quais meteu como aprendiz de serralheiro numa oficina da cidade que ele abastecia.

José António Fialho (1878-1943) fez a maior parte do seu percurso como serralheiro em empresas da região. Aprendeu o ofício numa fundição que laborava perto do mercado da cidade, defronte da Igreja de São Francisco, e que era propriedade de um alemão²⁰. Fabricava bombas manuais em ferro. Nos anos '20, trabalhou na fundição de Perdigão Queiroga e depois como serralheiro na moagem de São Manços, que instalou. O encerramento da moagem, em 1932 na sequência das medidas administrativas impostas,

²⁰ De acordo com as palavras do industrial em entrevista gravada em Junho de 2001.

deixou-o desempregado. Foi nesta altura que montou uma pequena oficina onde fazia um pouco de tudo, desde espingardaria aos trabalhos de serralharia civil e, em especial, reparações em caldeiras e debulhadoras que o levavam a percorrer os *montes* das herdades. Politicamente, José Fialho viveu revoltado com a desigualdade social e assumiu ideais comunistas durante toda a vida.

Teve três filhos varões que não entraram todos de imediato na actividade industrial. Lenine Fialho, por exemplo, enquanto criança trabalhou “no campo” onde fez todo o tipo de trabalhos³⁸⁷. Em Março de 1948 veio para a cidade trabalhar na Somefe, sociedade metalúrgica constituída na altura entre o comerciante Francisco Parreira Rosado, o lavrador Agostinho Inácio Gião, a Agência Comercial L.da (Évora), Albino J. Lopes Braguez e dois torneiros-mecânicos. Pouco meses depois foi trabalhar com o seu irmão e sogro nas oficinas da Fábrica dos Leões, as quais constituíram uma verdadeira escola de serralharia na região. O seu sogro, José Baião, encarregado das oficinas de serralharia, abriu depois uma pequena oficina defronte dos Leões que passou a dar assistência àquela fábrica e a máquinas de debulha.

Várias circunstâncias favoreceram a passagem dos Fialhos para o campo do empresariado, a começar pelo facto de poderem contar com o apoio financeiro do sogro de um deles e com as dificuldades com que Augusto Alves Leal se deparava na sucessão do negócio após a morte do gestor Álvaro Saraiva. Lenine Fialho e o seu irmão ficaram com o trespasse daquele agente da Tramagal por 80 contos, adquirindo o alvará e o estabelecimento que dispunha de algum equipamento. Contando com apenas com 20 contos de capital, a sociedade arrancava com um empréstimo contraído junto de um dos sogros e avalizado pelo terceiro irmão, Rogério.

A firma Fialho & Irmão L.da teve, no entanto, de travar uma longa luta para obter autorização para fabricar máquinas para a agricultura.³⁸⁸ O alvará que dispunha dava-os como uma oficina de serralharia mecânica, repicagem mecânica de limas, soldadura autogénica e eléctrica. Nada mais. Ora, o seu objectivo era poderem fabricar “acessórios para máquinas agrícolas e industriais”, tal como constava no seu pacto social (ACRP/C1 - 1989-1960). Para o conseguirem os dois irmãos gerentes defenderam, em requerimento

³⁸⁷ Idem, entrevista citada.

³⁸⁸ Processo 3.148 da 4ª C.I. Fabrico de máquinas para a agricultura Rua do Mouro, 38 São Mamede – Évora. O requerimento é feito ao abrigo da lei 2.052 de 11.Mar.1952 e do seu regulamento aprovado por decreto de 39.634 de 5.Maio.1954.

junto da circunscrição industrial que havia muito que se dedicavam à reparação de carros e de alfaias agrícolas de tracção animal. Afirmavam também que a sociedade, constituída recentemente, tinha tomado de trespasse a casa de Augusto Alves Leal, a qual trabalhava desde 1924 com o alvará que estava em nome de Salvador Mirador & Irmão.²³ Com este alvará e outros títulos “esta casa vem fabricando charruas, arados, grades, há dezenas de anos”²⁴. Em 1958 tinham aumentado as instalações, melhorado a qualidade do pessoal e começado a fabricar equipamentos sem licença, confiando na grande solicitação de encomendas que vinha da lavoura. Com esta iniciativa a empresa reconhecia “a necessidade de acompanhar o desenvolvimento que se acentua cada vez mais com a utilização de alfaias agrícolas de tracção mecânica nesta região”.²⁵ Em Janeiro de 1959 a empresa tentou, em vão, obter autorização para fabricar charruas de discos e de formões, grades de discos, escarificadores, pulverizadores, semeadores, reboques, facas e crivos para debulhadoras e ceifeiras debulhadoras.²⁶ Um novo pedido, feito em Dezembro do ano seguinte, voltou a ter o mesmo desfecho.²⁷ Malograda a estratégia de “esticar” os direitos transferidos do antigo alvará, tentava-se adoptar a política do facto consumado levando as autoridades a aceitar uma situação de facto. No entanto, os serviços industriais acabaram por actuar, levando-os a tribunal por fabricarem equipamentos agrícolas sem alvará, apesar de se tratar de substituir bens importados. Salvou-os então uma amnistia geral decretada pelo governo.

Lenine Fialho, que lidou sempre directamente com Lisboa por forma a contornar as enormes dificuldades criadas pelos serviços regionais em defesa dos “instalados”, acabou por ter a felicidade de ser chamado a Lisboa onde foi inquirido directamente por um alto funcionário acerca das suas actividades e competências - um autêntico exame oral que o obrigou a explicar como se construía um sistema novo e sofisticado utilizado nos novos tractores agrícolas. O mestre de ofício, que fizera a 4^a classe em adulto através de lições

²³ V. escritura no D.G., III série, de 14.Jul.1958.

²⁴ Petição para que seja regularizada a situação da firma Fialho & Irmão L.da dirigida ao Secretário de Estado da Indústria em 20.Abr.1961.

²⁵ Memória Descritiva no processo citado.

²⁶ Indeferimento no Boletim da DGSI, 566, de 4-11-1959. A pretensão contou apenas com a oposição da Casa Hipólito, de Torres Vedras, que se opunha ao fabrico de pulverizadores, coisa que não consta no requerimento!

²⁷ Boletim da D.G.S.I., 625, de 21-12-1960: pedido para adaptar o seu estabelecimento e fabricar alfaias para a agricultura (a lista de produtos foi a mesma da anterior). O pedido contou agora com a oposição de da Sociedade de Metais e Fundição Lda (Somefe, Évora) e Metalúrgica Benaventense (Boletim da D.G.S.I., 628, de 28-1-1961). Indeferimento publicado no mesmo boletim, 656, de 26-7-1961.

particulares, ficara agora aprovado como industrial numa especialidade que não tinha concorrentes. Os irmãos foram então autorizados a reiniciar o processo de licenciamento.

Assim, em Novembro de 1963 os Fialhos apresentam um pedido “para manter em laboração o seu estabelecimento industrial o fabrico de alfaias agrícolas, charruas de tracção mecânica e grades de discos”.³⁹⁴ Naturalmente, o processo ainda teve de percorrer a via dolorosa de todos os processos sujeitos ao condicionamento. Assim, os novos industriais depararam-se com a oposição de empresas “de peso” nesta pretensão: a Sociedade de Metais e Fundição L.da (SOMEFE), Metalúrgica Benaventense e a Metalúrgica Duarte Ferreira, SARL.³⁹⁵ Apesar disso, o governo autorizou-o “a manter em laboração na sua oficina de serralharia em Évora o fabrico de alfaias agrícolas”.³⁹⁶ Que acontecera?

Tal como se pode perceber pelos pareceres aos dois primeiros requerimentos, as associações industriais e os organismos corporativos não deixaram de opor-se ao projecto invocando razões plausíveis: falta de condições técnicas mínimas para um projecto daquela envergadura (Associação Industrial Portuense e Associação Industrial Portuguesa), excessivo número de fabricantes (Grémio dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Norte) e necessidade de manter alguma prudência no alargamento sucessivo destes fabricantes na ausência de normas sobre a qualidade do fabrico (Grémio dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos de Braga). Em sua defesa os Fialhos apenas acrescentaram 2 argumentos: a sua capacidade de expansão, mudando as oficinas para os Leões; e o facto dos serviços da 4^a CI concordarem na capacidade técnica da empresa.

No 3^o requerimento, os Fialhos (que empregavam já 20 trabalhadores) propunham-se mudar as oficinas para os Leões e ganhar capacidade técnica, já que afirmavam dispor de “crédito ilimitado”. Apesar da oposição da Somefe, contavam agora com novos aliados, entre eles o Governador Civil, o Grémio da Lavoura de Évora e de Viana do Alentejo e com um argumento de peso, também invocado por outro industrial de Estremoz, Trindade Pirra: o de que “o mercado local dispunha apenas de alfaias deficientes, insuficientes e inadaptadas às Províncias Alentejanas”. Apesar disso, o governo continuou a optar pelo indeferimento. Finalmente, numa petição foram os

³⁹⁴ Boletim da D.G.S.I., 775, de 6-11-1963: pedido

³⁹⁵ Boletim da D.G.S.I., 779, de 4-11-1963.

³⁹⁶ Boletim da D.G.S.I., 805, de 3-6-1964

próprios industriais que admitiram estar à margem da legalidade quando apresentaram cartas de lavradores que louvavam a qualidade dos seus produtos. Enquanto os industriais do sector falavam na concorrência externa e na dispersão interna de fabrico, os Fialhos faziam coro com os lavradores falando na má qualidade dos produtos fabricados em Portugal. A sua estratégia explícita era acompanhar lavradores na sua utilização de equipamentos, prestando-lhe auxílio e colhendo informações. A Duarte Ferreira, que tinha quintas experimentais, era velada ou implicitamente acusada de incompetência. A crise da lavoura, a braços com a emigração, o aumento dos custos da mão-de-obra bem e a diminuição relativa dos preços dos cereais, em vez de fazer abrandar a procura de equipamento agrícola estava a aumentá-la de forma a ganhar eficiência. Isso exigia igualmente cada vez mais eficiência dos instrumentos que utilizava. Os Fialhos propunham-se produzir exclusivamente alfaias, charruas e grades de disco e instrumentos de tracção mecânica. Segundo o parecer dos serviços, “para cada caso, [a empresa] tem um modelo original estudado em colaboração com lavradores e técnicos agrários da região, dos quais tem recebido bom acolhimento comprovado por um ritmo crescente de encomendas”³¹

A contestação de Francisco Parreira Rosado, gerente da Somefe, denunciava aquela firma por estar já a fazer charruas mecânicas e rulotes atreláveis a tractores. Tratava-se de uma ilegalidade e de uma reincidência! Denunciando a situação a que estava sujeita como “concorrência ilegal”, os seus argumentos finais iam, tal como os da Metalúrgica Benaventense, contra a dispersão do sector em pequenas unidades ineficientes.

Enfim, no *processo de legalização* da actividade os Fialhos tiveram ainda de provar que desde 1924 aquela casa fabricava alfaias agrícolas. Era uma ficção, já que a “casa”, depois de passar por duas transmissões, quase só existia no alvará. Fosse como fosse, no processo encontrámos apenas, como prova, um recibo da contribuição industrial de 1948 como carpinteiro de carros e serralheiro. Enfim, a política do “facto consumado” contribuiu para rever a posição dos serviços.³² Em 1964 a empresa foi autorizada “a

³¹ Parecer do agente técnico de 1ª classe da 4ª CI em 17.Dez.1963. Ver figuras em anexo.

³² “Esta secção, revendo a posição da firma requerente que pretende legalizar-se no fabrico destes dois tipos de alfaias, de que tem dado provas ter fabricado com boa qualidade, boa adaptação aos terrenos da região, boa aceitação da parte dos lavradores, e atendendo aos valores verificados na importação e ao esforço da firma que se lançou na remodelação e ampliação das suas instalações, tem a honra de submeter o assunto à consideração superior propondo o deferimento do pedido” (parecer de 29.Abr.1964, proc. cit.).

manter em laboração na sua oficina de serralharia em Évora o fabrico de alfaias agrícolas”.³⁹⁹

Podemos encontrar no apoio local dos lavradores e na capacidade da empresa em “fazer emendas” às máquinas importadas, adaptando-as aos solos alentejanos, a razão final da anuência dos serviços a uma situação de facto, quando estavam pendentes dezenas de autorizações. O despacho final dos serviços do condicionamento foi elucidativo a este respeito:

“Esta secção, revendo a posição da firma requerente que pretende legalizar-se no fabrico destes dois tipos de alfaias, de que tem dado provas ter fabricado com boa qualidade, boa adaptação aos terrenos da região, boa aceitação da parte dos lavradores, e atendendo aos valores verificados na importação e ao esforço da firma que se lançou na remodelação e ampliação das suas instalações, tem a honra de submeter o assunto à consideração superior propondo o deferimento do pedido”.
(29.Abr.1964).

Os Fialhos teriam ainda de lutar contra a Câmara Municipal, que se recusava a licenciar um terreno para uso industrial às portas da cidade.

Mais uma vez o problema foi contornado com a apresentação de um projecto de um barracão industrial para uma vacaria. Os barracões foram construídos, mas nunca tiveram aquele fim (v. figuras em anexo).

6.6. Conclusão: os industriais e a política.

A indústria regional constituiu uma actividade onde participaram diferentes grupos sociais, sendo a composição dessa participação distinta (e não apenas variável) de acordo com cada área de actividade. Este facto, claramente perceptível quando analisámos as sociedades constituídas em Évora, ficou agora sistematizado para toda a actividade registada neste concelho. Proprietários, lavradores, negociantes, comerciantes e mestres de ofício participaram de forma inteiramente distinta em áreas como o processamento de produtos primários ou a produção de bens finais. Diferentes graus de participação denunciam igualmente diferentes interesses em presença. Em qualquer dos casos, porém, essa participação deu lugar a portas de entrada distintas no universo industrial. Corresponderam igualmente a diferentes escalas de negócio. Enquanto em áreas como a

³⁹⁹ Boletim da D.G.S.I., 805, de 3-6-1964.

da cortiça surgia essa “virtuosa” combinação entre o grande comércio de exportação e a pequena unidade empresarial, denunciada pela presença de negociantes e industriais, na maioria das actividades onde encontrávamos pequenas empresas não existia solução de continuidade com redes mais alargadas de comercialização. A maioria das actividades officinais dependia directamente dos mercados locais ou tinham nas feiras o seu circuito mais alargado de comercialização. O número de pequenas firmas prometedoras que encontrávamos já no Inquérito Industrial de 1890, as que empregavam 10 operários ou mais em áreas como a carpintaria ou o calçado, não se multiplicaram nem cresceram de forma sustentada nas décadas seguintes. Também estas indústrias, ao contrário do que sucedia no caso da cortiça, não mobilizaram contingentes de mão-de-obra rural especializada. Por outro lado, tratando-se de pequenas firmas com distintas áreas de actividade, a maior parte não alimentava trocas locais com outras unidades. Assim, a ausência de relações entre as pequenas unidades constitui outro traço que emerge da análise dos interesses em presença. Podemos pensar que estes factores fragilizaram a posição do artesanato e da oficina, a sua capacidade de crescerem e de se modernizarem, tanto como o problema da formação técnica formal. No outro lado do espectro, nas moagens de cereais e de rações, na produção de electricidade, de azeite ou de sabões, assistimos à presença de membros da elite fundiária.

Esta “estrutura de participações” deu lugar a diferentes portas de entrada no grupo dos industriais, ou se quisermos, na indústria moderna. Neste processo, a posição social de origem dos indivíduos, a sua formação técnica e experiência fabril, as oportunidades oferecidas pelo meio económico e pelo Estado tiveram um papel relevante. Dois canais distintos devem ser considerados nesta análise: um, de entrada das pessoas de origem “popular”, na qual a mobilidade se fez, na maior parte dos casos, pela mestria no ofício e pela experiência na direcção dos trabalhos; outro, com origem nas elites mercantis e fundiárias, que assentou na autonomização das indústrias de processamento de produtos agrícolas, no aparecimento de indústrias tecnicamente sofisticadas, como era o caso da electricidade, e na formação técnica avançada adquirida em instituições públicas superiores. Neste caso, a especialização proporcionada pelos lugares de direcção desempenhou um papel fundamental na reprodução alargada do grupo, dissociando o ramo agrícola do ramo industrial. Se quisermos representar estes dois caminhos em termos didácticos muito simples e esquemáticos, podemos afirmar que os “carpinteiros com loja” e “os alfaiates com loja” que nos apareceram nos censos fiscais de Oitocentos (v. capítulo 1) deram lugar, a partir dos anos '20, aos “industriais”, tal como os encarregados das secções de carpintaria e de serralharia das grandes unidades industriais

instaladas foram sérios candidatos a novos patrões. Mas também os grandes negociantes e proprietários fundiários, ou mais provavelmente alguns dos seus filhos, passaram a ser reconhecidos “industriais” quando apareceram como proprietários de estabelecimentos ou directores fabris.

Em certo sentido, pode defender-se que estamos perante fenómenos diferentes já que por detrás da mesma categoria de identificação social cabiam grandes empresários como Eugénio Alvarez ou Aboim Inglês, e pessoas como o fotógrafo da cidade, Eduardo Nogueira. Mas isso não nos autoriza a afirmar que o aumento do número de “industriais” tinha apenas tradução simbólica, exprimindo o desejo de ascensão ou de reconhecimento social dos grupos inferiores. Ficou patente neste processo em que se afirmou um novo estatuto social, a transição duma sociedade fundamentalmente agrária e mercantil, na qual o artesanato surgia com um estatuto de classe “híbrido”, numa sociedade mais moderna em que as relações de classe foram clarificadas na exacta medida em que a indústria se distingue do artesanato. No que respeita aos grupos superiores, os resultados do nosso inquérito vão também no sentido dos estudos que vêm sendo realizados sobre a mobilidade social nos países da Europa Ocidental com a industrialização: os grandes empresários industriais foram durante este período indivíduos que vieram da classe superior ou média superior, pessoas com ligação ao mundo dos grandes negócios e que cresceram num meio social favorável (Kaelble-1979).

A transição para a modernidade foi, quanto a nós, plena de consequências. Embora não esteja no âmbito deste inquérito analisar a relação destes grupos com as ideologias, não queremos deixar de assinalar que este processo deu lugar à emergência de movimentos sociais desde os finais de Oitocentos que reagiram contra esse capitalismo individualista e democrático, ao mesmo tempo criador e destruidor, desclassificador de competências e subversivo na medida em que ameaçava igualmente as elites constituídas. Nesta perspectiva, a difusão de novos ideais como socialismo, o anarquismo, o comunismo, o mutualismo e o cooperativismo podem ser interpretados, no quadro da história dos movimentos sociais no Alentejo até aos anos ‘30, como formas ideológicas reactivas que radicaram nestes grupos que buscavam alternativas para a ameaça de desqualificação e miséria. No outro lado do espectro social, o nacionalismo, o tradicionalismo e o cristianismo social constituíram a resposta das elites à “anarquia” social que a guerra e o pós-guerra tinham criado.

O recente estudo de Manuel Baiôa sobre as elites políticas em Évora na transição da I República para o Estado Novo colige elementos suficientes que nos permite desmontar a aparente ambiguidade política dos industriais eborenses (Baiôa-2000).

O inventário dos candidatos em cada associação política constituída no concelho revela a presença de industriais em todas as associações, cobrindo praticamente *todo o espectro político eleitoral*. A lista de candidatos pelo “concelho” contava com 26,5 % de industriais, 20,6 % de lavradores e 17,6 % de comerciantes (Baiôa-2000: tabelas em anexo). Esta participação política não era de estranhar numa candidatura que se pretendia apolítica e unitária, numa palavra, *municipalista*. Da mesma forma, já anteriormente os industriais eborenses apareceram representados na União dos Interesses Económicos, associação que por um momento pensou ser capaz de pôr as *forças vivas* a gerir directamente o país, dispensando a classe política fortemente desgastada na legitimidade do exercício do poder.

Na lista da Esquerda Democrática de 1925 existiam 17,6 % de industriais (grupo que tinha um peso idêntico ao dos proprietários), 8,8 % de lavradores e outro tanto de operários (entenda-se, de trabalhadores qualificados). Mas também a lista monárquica, onde encontrávamos os maiores proprietários, contava com industriais cooptados a outros agrupamentos políticos. Aqui eles representavam 11,8 %, contra 35,3 % de proprietários, 20,6 % de lavradores e de industriais. Em números absolutos temos 9 industriais na lista do concelho, 6 na esquerda e 4 entre os monárquicos, uma lista onde os comerciantes estavam ausentes. Significa isto que os industriais, por não disporem de qualquer estratégia própria, aparecessem para “fazer número” integrados como os artesãos em redes de clientelas pessoais? Não cremos. A presença de industriais com um peso significativo em todas as forças políticas pode explicar-se pela ambiguidade do sentido social do termo ou, se quisermos, pelos dois canais de recrutamento distinto que descortinámos. Embora possam ser percebidas redes clientelares em alguns casos, cremos que foi fundamentalmente a unidade de interesses entre alguns sectores industriais e os grandes proprietários que deu origem a coligações de interesses aparentemente contraditórios. É interessante, nesta perspectiva, descrever o comportamento político dos industriais corticeiros da Azaruja. Assim, se André Camps Morra surgia simultaneamente na Lista do Concelho e na da Esquerda Democrática, uma parte significativa deles, como foi o caso de Inácio Ferrão Tique, Jacinto António Correia, Joaquim José Baptista e José Diogo Ferreira que integravam na Lista do Concelho, apareciam ligados às Juventudes Monárquicas, agrupamento onde pontuavam os

grandes proprietários. Por outro lado, o grande proprietário Sebastião de Melo da Mota Cerveira, por estar ligado à Companhia Eborense de Electricidade, era nas vésperas do 28 de Maio presidente da “secção industrial” da Associação Comercial e Industrial. Ele, que estivera na União dos Interesses Económicos, surgia em 1925 como candidato da Esquerda Democrática e pertencia às Juventudes Monárquicas. Tal como o industrial Arménio de Oliveira. “Alianças” deste tipo encontrávamos também no seio dos comerciantes, como atesta o caso de Arquimínio Caeiro que, de guarda-livros do negociante Paquete, conquistou lugar de relevo na Associação Comercial. Foi ele um dos eleitos em 1925 e, tal como o lavrador Descalço, pertencera às Juventudes Monárquicas. Esta fidelidade na acção política para com os “senhores da terra” não ia para além das redes dos monárquicos. Os industriais estiveram ausentes no Centro Católico Português, em Évora, onde encontrávamos um recrutamento elitista por excelência, constituído por grandes proprietários, lavradores, eclesiásticos, tesoureiros e escrivãos, empregados bancários e professores.

Neste contexto, o que nos parece notável é a presença de grandes proprietários e de seus amigos em todas as forças políticas e, inclusivé, na Associação Comercial e Industrial (reunida em 1925). Efectivamente, se encontrávamos corticeiros, carpinteiros de carros e industriais na lista do concelho, como Pepe da Cruz Duque, José Gomes Severino, Leonardo A. Caeiro, Francisco de Oliveira Saragoça ou Claudino Augusto Monginho, também lá apareciam proprietários como Sebastião José Perdigão. José Eduardo da Calça e Pina da Câmara Manuel, grande proprietário e monárquico que regressa ao poder após o 28 de Maio, era já vice-presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial e Industrial de Évora (1925-1927), altura em que também foi Director da Escola Prática de Agricultura de Évora e Director da Companhia Eborense de Electricidade.

Neste contexto, o Partido Republicano Nacionalista aparecia como um partido de advogados, funcionários públicos e empregados de escritório. As clivagens sociais mais acentuadas encontramos quando analisamos a lista das esquerdas (onde participaram comunistas). Aqui estavam funcionários públicos e, pelo menos em número de candidatos, dominavam os artesãos. Na Azaruja, a lista destes candidatos incluía igualmente industriais e corticeiros. De acordo com o inventário realizado por Baiôa, este parece ter sido igualmente o fundo sociológico onde o partido republicano radical foi buscar os seus membros, como se percebe pela presença do baixo funcionalismo, polícias, comerciantes, corticeiros, carpinteiros, tipógrafos e sapateiros. Esta parece ter

sido efectivamente, a base de recrutamento do PCP, onde podíamos encontrar Joaquim Nogueira, um carpinteiro de carros, à frente da Comissão Administrativa da Comuna. Torneiros mecânicos, carpinteiros, alvenós, pequenos proprietários e dois trabalhadores rurais completavam a lista de candidatos. Assim, é interessante verificar que grupos como os dos carpinteiros de carros, ameaçados pelo progresso técnico, estavam em ruptura com o sistema capitalista ou coligados com os grandes proprietários. Não poderemos descortinar aqui um dos sintomas de fragilidade do PRP, identificado como um partido de classes (inter)médias mas onde, na base, o peso das pessoas de ofício teria sido importante no passado?

A formação técnica desempenhou papéis diferentes nestes dois “canais”, já que estamos a falar de formações diferentes que conferiam estatutos diferenciados. Enquanto para os mestres de ofício a escolarização técnica desempenhava apenas um papel accidental (pois a formação era adquirida com a prática), para as elites a formação em engenharia revelou-se estratégica. Ao contrário do que sucedera ao longo do século XIX, a indústria moderna exigiu cada vez mais a presença de engenheiros *teóricos*. No contexto do Alentejo, isso aconteceu apenas nos casos circunscritos à grande indústria, presentes de forma excepcional na electricidade, nas minas e na grande moagem, ou seja, sectores onde a presença de estrangeiros foi dominante muito para aquém dos anos '20. O alto funcionalismo oferecido pelo Estado constituiu um destino privilegiado para estes grupos cujo recrutamento era feito fundamentalmente entre as elites. A grande indústria foi outra porta de entrada, aberta quando um conjunto de diplomas e a pressão política actuaram no sentido de forçarem as grandes empresas estrangeiras a empregarem técnicos portugueses ameaçados pelo desemprego. Como vimos já, poucas empresas da região fora da área agrícola, no entanto, tinham escala para contratar engenheiros ou gestores.

Mas se a formação em engenharia abriu uma porta de entrada privilegiada na indústria moderna, oferecendo meios de liderança em organizações modernas, outra coisa era a entrada independente no empresariado. A existência de capital, crédito, visão e experiência industrial foram fundamentais, como se viu no caso de Aboim Inglês. No panorama social do Alentejo que descrevemos, apenas os grandes proprietários e negociantes podiam reunir as primeiras condições. Deste modo, estes industriais surgiam à frente de projectos que reuniam vários grupos familiares, como se viu no caso da Companhia Elvense de Moagens a Vapor.

Para quem vinha de baixo os casos conhecidos mostram que uma rede familiar e/ou social de apoio era fundamental para o êxito. Esta não tinha de ser necessariamente um capital previamente adquirido, mas algo que se podia ir construindo com a actividade. No caso dos Fialhos, essa rede veio do apoio dos consumidores que se traduziu num significativo apoio das poderosas forças da lavoura eborense, permitindo-lhe ultrapassar os obstáculos impostos pela “burocracia”.

Ficou patente nestes processos de regulação da entrada na actividade industrial, que o papel do Estado foi crescente a partir dos anos '20 e determinante depois da Ditadura na criação dum pequeno empresariado industrial devido à sua acção de multiplicação de autorizações e alvarás. Vejamos agora em que medida o crédito e as instituições financeiras controladas pelas elites regionais actuaram no tecido económico e, em especial, face aos industriais e às iniciativas industriais.



7. O crédito, a banca e a actividade seguradora no universo dos negócios regionais: alheamento dos interesses industriais?

7.1. Introdução: as elites regionais e o problema do crédito industrial.

A actividade bancária e seguradora constituiu uma área privilegiada de actuação dos grupos de elite no Alentejo. O seu papel na criação dos dois bancos regionais fundados durante a Regeneração foi já salientado por Helder Fonseca na análise que fez do seu comportamento económico até às vésperas da I Guerra Mundial (Fonseca-1996:252-294). Segundo este historiador, a quantidade de dinheiro na composição das fortunas da elite económica eborense aumentou ao longo da segunda metade do século XIX, atingindo um peso de 12,2 % no início do século seguinte⁴⁰⁰. A procura de capitais teria sido superior à oferta proporcionada pelos actores que operavam na região, sendo frequente o recurso aos grandes capitalistas da praça de Lisboa que participavam neste mercado na mira de ficarem com as propriedades que estavam hipotecadas. Este crédito de cariz *predatório* foi dirigido sobretudo à nobreza titulada e teria sido uma das operações que mais interessou os capitalistas portugueses do terceiro quartel do século XIX⁴⁰¹. Por outro lado, o acesso privilegiado ao crédito barato fornecido pelas instituições pias (que praticavam taxas de juro de 5 %) por parte de quem tinha fortunas idóneas, permitia que, em alguns casos, a elite actuasse como intermediária no negócio do dinheiro, emprestando a outros, lavradores e comerciantes, a taxas de juro mais elevadas.

Neste contexto, Fonseca mostrou que o interesse das elites regionais pela constituição da banca foi suscitado pelo colapso das instituições financeiras de Antigo Regime como eram os Celeiros Comuns, o Monte da Piedade Eborense, a Misericórdia, a Casa Pia, os conventos e as colegiadas. A banca veio assim, de alguma forma, desempenhar o papel que detinham as casas religiosas e os estabelecimentos pios, que

⁴⁰⁰ Num painel de proprietários, negociantes e lavradores construído por H. Fonseca, entre 1841 e 1870, 17,5 % tinham créditos, 12,2 % tinham dívidas e 5,3 % tinham créditos e dívidas de herança; para o período de 1871-1900, esses pesos foram, respectivamente, de 8 %, 27 % e 3 % (Fonseca-1996:262, nota 251).

⁴⁰¹ Serve de exemplo, a este respeito, o caso do capitalista José Maria Eugénio de Almeida (v. Reis-1993).

em meados de Oitocentos garantiam ainda cerca de metade do crédito hipotecário (Fonseca-1996:252). Por outro lado, a prática creditícia do grupo, surgindo preferencialmente através das letras comerciais, foi reforçada durante este período. A análise dos inventários orfanológicos de Évora mostrou que “até meados do século XIX, foi ao mercado local que as casas de lavoura integradas na elite eborense recorreram para colocar ou angariar créditos a longo ou curto prazo, com ou sem obrigação de bens. (...) [E] uma faixa significativa deste mercado circunscreveu-se à família directa” (Fonseca-1996:257).

Efectivamente, se uma parte importante deste crédito resultava de contas de herança, outra parte advinha da necessidade de dinheiro para operações comerciais e para a aquisição ou consolidação de títulos de propriedade. Neste quadro, o crédito / endividamento integrou a circulação da terra entre indivíduos / grupos familiares na qual estiveram envolvidos casas aristocráticas, grandes lavradores e negociantes. A aquisição ou consolidação de direitos sobre a terra foi, assim, o objectivo prioritário destas operações de crédito.

A lúcida análise de Helder Fonseca revela-nos o papel desempenhado pela banca na consolidação das grandes fortunas. A conversão de papéis de crédito em promissórias de depósitos a prazo, a transferência de dívidas a particulares em dívidas à banca regional e a utilização do crédito em conta corrente para financiar operações de vária ordem, entre as quais se deve incluir o empréstimo a terceiros, foram práticas que ilustravam a múltipla valência das duas instituições bancárias regionais que depressa se tornaram nos principais fornecedores de crédito bancário.

Partindo deste valioso contributo, o nosso inquérito pretendeu estender a análise das instituições financeiras até meados do século XX procurando determinar o seu papel no universo dos interesses comerciais e industriais em presença. Em que medida a banca limitou ou se alheou dos interesses industriais? Num período marcado pelo aparecimento na região de estabelecimentos industriais nas áreas da alimentação e bebidas, na metalurgia, minas e pedreiras ou electricidade, que papel desempenharam os bancos e os seguros? Foi a actividade seguradora exclusivamente orientada para o mercado agrícola? Que papel desempenhou o seguro sobre bens móveis na actividade seguradora? Contribuíram os seguros para libertar o crédito da garantia, limitadora, fornecida pelo título de propriedade? Por outro lado, continuou o crédito privado a desempenhar o importante papel que tivera no século XIX? Em que medida se

mantiveram importantes as práticas creditícias e as actividades que marcaram a banca comercial Oitocentista?

Apesar da presença de dois bancos radicados em Évora, a ausência de crédito favorável tanto à indústria como à agricultura dominaram os discursos preocupados com o desenvolvimento da província no ocaso do regime monárquico. Neste aspecto, o Alentejo não se demarcava do cenário geral do país como mostrou o lavrador bejense Miguel Fernandes. Numa esclarecida análise sobre a situação da “pequena” lavoura alentejana, este enfatizou o papel que deveria desempenhar o “crédito barato e fácil” sob garantia da produção (e não da propriedade) na sua consolidação, papel que deveria ser assumido pelo Banco de Portugal dada a incapacidade da banca comercial para o fazer (Fernandes-1897).

Logo a seguir à República uma das medidas preconizadas de grande alcance para promover uma classe média empresarial agrícola, foi a instituição das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. A iniciativa, do messejanense Manuel de Brito Camacho, chefe unionista e então Ministro do Fomento, teve larga adesão por todo o Alentejo. Deste modo, nas vésperas da I Guerra Mundial Évora contava com mais uma instituição financeira. O interesse por esta instituição esclarece o problema do crédito às iniciativas de pequena e média dimensão que se encontravam fragilizadas por não poderem apresentar as garantias que oferecia a grande propriedade fundiária. Por outro lado, a existência de situações de dupla actividade indicia que algum crédito agrícola poderá ter reforçado ou apoiado directamente a posição dos pequenos industriais, nomeadamente dos corticeiros, dando-lhes maior autonomia face aos grandes proprietários a quem eram obrigados a recorrer.

A falta de capitais baratos foi também um dos argumentos esgrimidos por alguns industriais nos inquéritos industriais de 1881 e de 1890 para explicar a sua difícil situação. A fábrica de curtumes da firma Constantino Bernardo & Irmãos, por exemplo, afirmava operar com um lucro de 5 % sendo a sua produção orientada para os mercados de Évora. Não admira, por isso, que o industrial se queixasse das elevadas taxas de juro e da falta de capitais (MOP/IM/II-1881). Do mesmo se queixava o industrial corticeiro Agostinho Covas, em Odemira, apesar de se declarar numa situação próspera (MOP/IM/II-1881). Em Portel, o carpinteiro Manuel Joaquim Palαιο, que considerava estar numa “situação precária” e de lutar com falta de capitais, afirmava que “se tivesse capital podia aperfeiçoar e aumentar o seu estabelecimento”. E concluía: “juro barato é o

que mais faz falta” (MOP/IM/II-1881). A escassez e conseqüente carestia de capitais poderia não constituir o elemento central do problema, mas integrava um cenário de dificuldades para os pequenos industriais. O catalão André Camps, por exemplo, afirmava que a situação da indústria corticeira era “precária e desanimadora pela razão referida de pagarem os produtos manufacturados elevado imposto de importação ao passo que a cortiça em pranchas nada paga nos países importadores e tem um insignificante imposto de exportação. E deste modo, sendo mais barato e aperfeiçoado o fabrico em alguns países importadores, não pode Portugal concorrer com estes vantajosamente” (MOP/IM/II-1881).

Apesar do maior problema, identificado por este corticeiro, residir nas regras do jogo das trocas internacionais, Camps também “lutava com falta de capitais”. De acordo com a mesma fonte, ele só conseguia alcançar os capitais pagando juros de 8 a 12 %, valor a que deveria ainda somar-se as despesas com os impostos sobre os juros e o imposto de selo. Por isso, candidamente o industrial sugeria que se deveria “diminuir ou extinguir a concorrência do Estado que, pela dívida flutuante, inscrições, etc., levanta a alto juro a maior parte dos capitais do país” (MOP/IM/II-1881).

Também o corticeiro Juan Lagrifa declarava:

“Luto com falta de capital por que os interesses da minha indústria não são suficientes para pagar o juro que o governo e outras companhias pagam aos capitalistas”. [Para ele era essencial] “haver bancos que auxiliem a indústria dos fabricantes de rolhas de cortiça que emprestem por juro módico, dinheiro sobre a rolha fabricada e, ao mesmo tempo, promova a venda destas no estrangeiro por comissão” (MOP/IM/II-1881)..

O problema do elevado custo do dinheiro colocava-se também noutros ramos de actividade, afectando, pelo menos aparentemente, a competitividade das firmas instaladas na região. Um pequeno patrão duma oficina de serralharia em Beja respondia ao Inquérito de 1881 de forma esclarecedora:

“- Luta com falta de capital?

Muito.

Quais são os meios que julga conducentes para obviar a esse inconveniente?

800 mil réis.”

Ora, como esse valor era inatingível, declarava:

“Só faço consertos porque não posso competir com as fábricas que têm motores”
(MOP/IM/II-1881).

Deste modo, algumas vezes se levantavam sugerindo como solução para a crise das pequenas oficinas o cooperativismo. Mas se os pequenos industriais se queixavam da falta de capitais baratos, o tema desaparecia quando deparamos com a resposta dos grandes. Gente do calibre dum Robinson não parecia confrontar-se com esse problema naquela época. Fosse como fosse, a questão do “crédito industrial” atravessou toda a Primeira República⁴⁰². Um estudo recente sobre a situação actual das empresas de mármore da região de Estremoz voltou a reflectir sobre o tema associado à escala dessas organizações. Tudo isto sugere que o problema do crédito industrial tem raízes profundas (Silva-1999)⁴⁰³.

Teria havido por parte da banca um alheamento face aos problemas industriais na região? Nem os estatutos da banca eborense nem a sua prática autorizam que se fale num comportamento discriminatório negativo face à indústria. Apesar da maior parte das operações se centrarem sobre os grandes negócios agrícolas e comerciais, ainda em 1925 os estatutos do Banco do Alentejo reafirmavam, pelo seu artigo 3º, que

“o seu objecto é o exercício de todas as operações bancárias e financeiras e as conexas, bem como quaisquer outras, tendentes a realizar lucros, autorizados pela Assembleia Geral, que visem principalmente a auxiliar e desenvolver a agricultura, o comércio e a indústria regionais e comércio e indústria de produtos regionais”⁴⁰⁴.

⁴⁰² Veja-se, a este propósito, Perpétuo da Cruz (1926). Para um enquadramento teórico do problema da banca e do crescimento económico em perspectiva histórica, veja-se, nomeadamente, P. Mathias (1969), Jean Bouvier (1981), Sylla e Toniollo (1991), Charles P. Kindleberger (1993) Charles H. Feinstein (1995), Douglas J. Forsyth e Daniel Verdier (2002).

⁴⁰³ De acordo com este autor, a pequena dimensão e a fraca competitividade são agravadas por dificuldades de acesso ao crédito bancário cujas regras dificultam a vida às pequenas empresas. Deste modo, Vidigal da Silva referindo à situação presente, defende a necessidade duma política industrial que permita o aumento de competitividade e a racionalização da exploração dum recurso não renovável.

⁴⁰⁴ Já H. Fonseca tinha salientado este aspecto quando analisou os estatutos dos dois bancos (Fonseca-1996:252-294). Efectivamente, esta *vontade* em desenvolver uma acção de âmbito regional no domínio agrícola, comercial e industrial aparece manifesta na sucessiva renovação de estatutos ao longo da primeira metade do século XX. Veja-se a este respeito no ACRP/E1 (1989-1926), fls.11-16, o registo da alteração de Estatutos do Banco Eborense em 18-06-1892 no qual se continua a afirmar que o seu objectivo é promover o desenvolvimento e o progresso da agricultura, comércio e indústria (ADE/Notariais, nas notas do Tabelião Joaquim Maria Pinto). E também o registo de 23-06-1911 do Banco do Alentejo, SARL. Na escritura de 14-10-1924 (registo em 20-10-1930) que altera os seus estatutos refere-se explicitamente que o seu objectivo é a realização de operações que “visem o desenvolvimento da agricultura, o comércio e a indústria regionais”.

Efectivamente, um dos maiores empreendimentos industriais sedeados em Évora, que arrancou também em 1875, o da Companhia Industrial Eborense, não deixou de contar com o apoio do Banco Eborense, apesar de nesta iniciativa não se encontrarem figuras proeminentes das elites com raízes na região⁶. Como veremos adiante, a extensão do apoio a iniciativas comerciais, industriais e mineiras, directa ou indirectamente através de firmas constituídas, parece ter dependido mais da emergência de iniciativas que demandassem apoios financeiros do que de qualquer atitude discricionária por parte da banca regional. Como sucedia com a maioria das sociedades comerciais constituídas para os grandes negócios, a ausência de especialização, explicada frequentemente pela dimensão dos mercados, constituía a regra na conduta das suas operações. A banca não constituía, sob este ponto de vista, uma excepção como mostrou a análise recente de Jaime Reis ao conjunto da banca portuguesa⁷. Tudo isto sugere que o problema do crédito com que as pequenas empresas industriais se debatiam resultava não tanto da natureza da sua actividade ser distinta dos objectivos da banca, como das elevadas taxas de juro praticadas, agravadas quando estavam em causa pequenos montantes e incomportáveis para as suas possibilidades. Assim, o problema fundamental na questão do crédito parece dever colocar-se não tanto em termos de dicotomia agricultura/indústria ou agricultura/comércio mas de escala das operações. A hipótese explicativa é a de que num ambiente económico regional dominado pelos grandes negócios mercantis só estes poderiam pagar os juros exigidos pela banca e oferecer segurança nas operações. O crédito de curto prazo fornecido a uma escala superior era obtido em condições mais favoráveis.

Deste modo, a questão do acesso ao crédito e do preço do dinheiro face à actividade levou-nos a fazer uma incursão sobre o universo dos negócios regionais. A nossa sondagem incidiu sobre os registos de actos notariais realizados em Évora em dois

⁶ Fizeram parte desta sociedade, constituída com um capital de 160 contos e sedeada em Lisboa, Luís de Carvalho Daun e Lorena, o Visconde d'Alenquer, Joaquim de Vasconcelos Gusmão e Alfredo Ribeiro, J. Francisco da Mota, A. Alves Pereira da Fonseca, Francisco Maria da Cruz, J. Maria Alcobia, A. Eliseu de Resende entre outros (CO/CIE/ES – 1875).

⁷ “An examination of the specific statutes of a number of these institutions shows that their founders had a very much in mind the possibility of mixed banking as long-term strategy. (...) [The largest banks in Oporto] proposed to engage in virtually everything: the discount of all types of bills, the acquisition of the Public Debt bonds, making advances on the security of a wide variety of assets, including mining concessions, corporate shares and bonds and even pending harvests, providing loans guaranteed by factories or their production, as well as mortgage loans backed by rural or urban property, allowing credits on current account and loans to other banks or joint-stock companies on the basis of reputation and, finally, issuing life insurance policies.” (Reis-2001: 191).

momentos distintos: o primeiro, entre 1880 e 1906, correspondeu ao propalado período de crise agrícola prolongada, solucionada pelos dois actos proteccionistas de 1889 e de 1899; o segundo recaiu sobre 1920 e 1921, dois anos de extremo dinamismo nos negócios regionais, tal como a imprensa o testemunhou profusamente (*v. infra*). Dada a extensão do universo e os nossos limitados recursos, apenas analisámos metade dos notários da cidade de Évora em cada um destes períodos, amostra que, no entanto, foi considerada suficiente para responder a um conjunto de questões de enquadramento essenciais. Em primeiro lugar, tratava-se de caracterizar o ambiente económico local onde a banca poderia intervir. Em segundo lugar, importava perceber qual a importância do crédito oferecido pela banca no conjunto da oferta de dinheiro, na qual devemos incluir os particulares, as instituições de Antigo Regime e as instituições de crédito que emergiram durante a República. E, por último, tivemos em conta outras questões relacionadas com as diferentes conjunturas, designadamente, com o papel da banca regional durante a crise agrícola, no período marcado pelo proteccionismo e, depois, naquele outro marcado pela hiper-inflação e rápida desvalorização do escudo. Esta análise, completada com a consulta dos arquivos dos dois bancos, permitiu-nos ler criticamente os relatórios da banca dirigidos aos accionistas, em muitos casos obscuros e cuja validade pode parecer duvidosa.

Assim, a nossa exposição neste capítulo desenvolveu-se em cinco pontos. No primeiro faremos uma breve caracterização do nosso universo de análise na óptica dos actores e das oportunidades de negócio para o mercado do dinheiro a partir das evidências fornecidas pelos registos notariais. Consideraremos não apenas *quais* as práticas creditícias desenvolvidas como também *quem* beneficiava delas e (implicitamente) *quem* delas estava arredado. E procuraremos responder às seguintes questões: conseguiu a actuação da banca eliminar ou diminuir o crédito privado? Foi ela no sentido de apoiar o crédito agrícola e industrial?

O segundo ponto descreve a evolução da banca regional até à I Guerra Mundial num duplo sentido: primeiro, considera a acção dos dois bancos como empresas capitalistas de natureza comercial, interessados na realização de lucros e concorrentes no mercado do dinheiro; e depois como possível factor de progresso económico, indutor de novas sinergias na província. Tal abordagem permitiu-nos esclarecer, ainda neste ponto, a relação entre os dois bancos da cidade e os dois grupos distintos de accionistas. Tentaremos, enfim, descortinar as razões por que se mantiveram a operar dois bancos na

cidade quando os capitais constituídos (muito aquém do que a lei permitia) pareciam aconselhar a sua fusão numa instituição mais sólida.

As condições impostas pela I Guerra Mundial e o imediato pós-guerra desafiaram a estabilidade desta banca ao serviço das elites regionais, obrigando-a a procurar alternativas para os problemas de realização de capital. Neste processo desapareceu o Banco Eborense, integrado no Banco Nacional Ultramarino em 1920, e surgiram duas novas instituições: a Companhia de Seguros “A Pátria” e o Banco Nacional Agrícola. O sentido destas transformações será tratado no ponto seguinte. Entre estas serão destacadas as ligações do Banco do Alentejo a um projecto industrial de fição de lãs, concebido de raiz com o seu patrocínio, descritas no ponto 4. O último ponto tratará das relações de “A Pátria” e da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Eborense com as elites regionais.

A nossa conclusão é a de que o comportamento da banca regional foi bastante equilibrada e que subordinou a sua actuação mais às necessidades particulares dos seus accionistas do que aos seus interesses próprios. Apesar da diversidade de iniciativas em que estiveram envolvidas, a banca regional e a actividade seguradora constituíram sobretudo instrumentos de apoio à actividade das elites agrárias e comerciais que estiveram por detrás da sua constituição. Foi também nessa perspectiva que se pensou a participação decisiva do Banco do Alentejo na constituição duma empresa industrial a partir de meados dos anos '20 (ponto 4). A busca de lucros em função duma orientação para o seguro agrícola caracterizou a actividade da Companhia de Seguros “A Pátria”, tal como se poder perceber pelos seus relatórios.

Como pano de fundo desta análise, não podemos deixar de referir “o peso estrutural” que o Estado deteve quer pela concorrência directa que fazia no mercado através da emissão de títulos garantidos, quer pela sua actuação discriminatória (negativa) sobre os bancos da província. Estas instituições estiveram não só impedidos de emitir papel-moeda como pagavam pesados impostos sobre os rendimentos que distribuían, muito mais elevados do que os seus congéneres de Lisboa e do Porto (*v. infra*). Por esta e por outras vias, os diversos governos acabaram por favorecer uma estrutura bancária que seria consolidada a partir de meados dos anos '20, a qual assentava, por um lado, num número restrito de grandes bancos como o Banco de Portugal, a Caixa Geral de Depósitos ou o Banco Nacional Ultramarino e, por outro, num vasto número de pequenas instituições de cariz local ou sub-regional pequenas mas

relativamente estáveis (Reis-1995 e 2002). Sob o ponto de vista que aqui nos interessa, a alteração no sistema financeiro português realizado entre as duas guerras correspondeu a um dirigismo do Estado central que afectou directamente as formas e canais de financiamento das actividades económicas com repercussões directas nas possibilidades da banca regional e no papel por elas desempenhado até então.⁴⁰⁷

7.2. O universo dos negócios regionais até aos anos '20: a terra e o dinheiro.

Neste ponto preambular tentaremos caracterizar o universo dos negócios regionais a partir dos registos notariais realizados na cidade de Évora entre a década de 1880 e os anos '20 do século XX. A importância dos actos notariais para os estudos de natureza prosopográfica tem sido salientada por outros autores (Carasa Soto, 1994; Moreno Lazaro, 1994; Florescano, 1985; Fonseca, 1996). Para nós, tratou-se fundamentalmente de colmatar a informação de arquivo relativa à actividade bancária e ao seu posicionamento face ao universo mais vasto dos grandes negócios na região. Efectivamente, os actos notariais podem ser percebidos como representações de acções entre sujeitos económicos e sociais concretos, fixadas no âmbito de um quadro jurídico determinado, do qual o próprio acto de registo, mediatizado por uma terceira parte, constituía parte integrante. Sendo actos de natureza pública realizados entre entidades particulares, eles conferiam ou retiravam aos indivíduos intervenientes direitos e/ou obrigações e, por essa via, reforçavam ou alteravam a sua posição dentro do seu universo económico e social. A análise sistemática dos registos notariais permite-nos assim descortinar não apenas percursos individuais, como relações grupais e caracterizar a sua natureza. Apesar das múltiplas formas que tomavam (fixadas ou condicionadas pela lei), os registos notariais podem considerar-se simultaneamente factos únicos e de repetição, uma vez que se referem não apenas a acções singulares entre particulares, visto que surgem aos olhos do historiador como actos constitutivos de relações sociais e

⁴⁰⁷ Nos últimos anos têm-se multiplicado as monografias sobre as instituições bancárias e seguradoras portuguesas, de qualidade e interesse muito variável. A história do Banco Pinto & Sotto Mayor e do Banco Fonsecas & Burnay foi feita por João da Câmara (1985, 1989) e a da *Companhia Geral de Crédito Predial Português* por Oliveira Marques (1989). A recente história do Banco de Portugal infelizmente não vai além dos primeiros anos da Regeneração (Reis-1996). Anterior é a obra de Braga Paixão (1964) sobre o Banco Nacional Ultramarino e a do Banco Totta-*Aliança* (1968). No que respeita às seguradoras destaques o caso da *Tranquilidade*, feita por Romero de Magalhães (1999), da *Aliança UAP*, feita por Jorge Alves e Fernando de Sousa (1995), da *Bonança*, por J. Hermano Saraiva (1992) e a da *Companhia Fidelidade*, por António Alves Caetano (2000). A análise do sistema bancário mereceu a atenção de Costa Leite (1926), de Ramos Pereira (1953 e 1969). Uma recente visão de conjunto, fundamental, pode encontrar-se em Jaime Reis (1995 e 2002).

económicas tipificadas. Sob este ponto de vista podemos dividir os milhares de actos registados durante o período em análise em seis categorias gerais, a saber:

1. Actos relativos a pessoas e bens de natureza familiar (*família*) ;
2. Actos sobre direitos de propriedade imobiliária (bens rústicos e urbanos) (*propriedade*);
3. Transacções sobre bens móveis e imóveis (actos de compra e venda) (*transacções*);
4. Actos sobre associações de indivíduos e seus direitos e capacidades (*sociedades* de qualquer natureza);
5. Actos relativos a relações de natureza financeira entre indivíduos e/ou outras entidades (*dívidas e empréstimos*).

A estas categorias genéricas devemos aduzir outra de natureza “residual”:

6. Outros contractos e actos não incluídos nas rubricas anteriores (*outros contratos*).

Esta tipificação construída sobre este universo documental não pretende, naturalmente, ter validade universal. Contudo, torna-se evidente que, numa perspectiva sincrónica (de natureza comparativa) ou diacrónica, diferentes pesos em cada uma destas categorias configuram diferentes ambientes económicos e sociais. Este método pareceu-nos interessante quando se procurou dar conteúdo a questões problemáticas emergentes como “estabilidade” *vs.* “mudança”, ou “tradicionalismo” *vs.* “dinamismo” no comportamento da elite em contexto regional.

A tabela 7.1 mostra a distribuição do número de actos notariais presentes na nossa amostra pelas categorias enunciadas e o seu peso relativo no período 1880-1922. Antes de prosseguirmos nessa análise, vejamos os tipos de actos presentes em cada uma dessas categorias.

Considerámos como actos do primeiro tipo (*família*) os contratos antenupciais, a perfilhação e os testamentos públicos. A estes actos associámos os escassos contratos para admissão de expostos e menores em instituições religiosas, as declarações de entradas no seminário e as doações de bens. A esmagadora maioria dos actos desta rubrica referiam-se a testamentos. Dos 120 actos registados entre 1880 e 1889 na nossa amostra, 89 diziam respeito a testamentos e 12 a entradas no seminário. No período

seguinte, 39 casos referiam-se a testamentos. A quebra nesses valores a partir de 1900 pode explicar-se pelo sub-registo destes últimos actos.

Tabela 7.1. Número médio anual de actos notariais por categoria (1880-1922)

Categoria	1880-1889	1890-1894	1899-1906	1921
1.Família	12,0	11,5	1,9	12,0
2.Propriedade	25,3	29,5	7,4	95,0
3.Transacções	28,4	30,5	7,6	161,0
4.Sociedades	0,8	0,5	3,0	23,0
5.Dívidas e empréstimos	31,2	40,8	43,8	70,0
6.Negócios e contratos (outros)	4,0	5,0	6,5	22,0
<i>Total</i>	<i>101,7</i>	<i>117,8</i>	<i>135,8</i>	<i>383,0</i>

Fontes: ADE, livros de notas dos notários Joaquim Maria Pinto (1881-1918), José Domingos Mariano e Martinho Pedro Pinto Bastos (1921-1923), n.º 1957 a 1969 (Jan. 1880 a Jan. 1894), 1895 a 2003 (Jan. 1899 a Jul. 1906), 2689 a 2700 (Jan. 1921 a Mai. 1922). Total: 2.414 registos.

Incluimos nos actos relativos aos direitos *propriedade* (segunda categoria) os aforamentos, os arrendamentos, as escrituras de demarcação de propriedade e de obrigação, de divisão de prédio comum, o aluguer, a juramentação de propriedades, a remissão de arrendamentos (sic) e de foros, o reconhecimento de novos foreiros, e a expropriação amigável. A quase totalidade destes actos disseram respeito a arrendamentos, já que os actos hipotecários sobre bens se incluíram na categoria “dívidas e empréstimos”. Os aforamentos foram raros: encontramos um caso apenas relativo a uma solução de herança encontrada no seio da família do industrial Neves Severo. Os actos de compra e venda de propriedades incluíram-se nas “transacções”.

Assim, o que importa salientar nos actos sobre a propriedade é, por um lado, o enorme peso das propriedades rústicas e, por outro, a escassez de actos de aforamento que pode ser “explicada” pela própria legislação liberal que limitava os direitos dominiais de propriedade. Efectivamente, o peso dos bens rústicos é perceptível no cadastro de propriedades que elaborámos com a nossa amostra. Dos 1.643 actos sobre propriedades ou grupo de propriedades registadas, apenas 461 podiam ser classificadas como urbanas. Destas, 85 eram “moradas de casas” ou “casas térreas”, sendo as restantes relativas a propriedades tão diversas como armazéns, adegas, quintais, cocheiras, telheiros, etc. Em suma, predominava o arrendamento sobre herdades, tomadas individualmente, ou grupos de herdades.

Foram incluídos nas “*transacções*” os actos de compra e venda, os registos de promessa de compra e venda, a permuta de bens, os registos de transferência de capital e os trespases de estabelecimento comerciais. Apesar desta diversidade aparente, a esmagadora maioria das *transacções* referiam-se a registos de compra e venda de propriedades imobiliárias. Em 169 casos identificados, 60 referiram-se a herdades, 8 a grupos de herdades vendidas em bloco, 58 a moradas de casas, 28 a quintas, courelas, hortas e ferragiais, 2 a adegas, 4 a moinhos e os restantes a outros bens. Apenas um acto, referente à venda da Fábrica das Donzelas, em Évora, realizada em Outubro de 1888, dizia respeito a um estabelecimento industrial, o qual foi comprado apenas pelo edifício (cf. relatórios do Banco Eborense, CO/BA/BE/RC).

Nos actos relativos às “*sociedades*”, incluíram-se os registos de constituição de sociedades, de alterações de estatutos, de dissolução de sociedades, de cessão e de cedência de quotas em sociedade e, enfim, as declarações e confissões de interesses em sociedades constituídas. O seu peso numérico no conjunto dos actos notariais foi bastante diminuto.

Um vasto leque de registos respeitava a relações nos quais estiveram envolvidos actos creditícios. Além dos actos de “empréstimo”, quase sempre sob hipoteca de propriedade, generalizou-se o “empréstimo por crédito aberto em conta corrente” promovido pela banca. Alguns actos referiram-se a “confissões de dívida” ou mais simplesmente a “declaração de dívida”. Depois havia os actos de renovação de crédito (“elevação de crédito aberto em conta corrente”, “renovação de empréstimo por crédito aberto em conta corrente”, “renovação de contrato de mútuo”, “declaração de alteração de contrato de empréstimo”) e as transferências de dívidas (“cedência de crédito”, “subrogação de dívida”). Alguns actos referiram-se a apresentação ou substituição de fianças, “novas fianças” e “penhor”, “caução”, “caução hipotecária” ou “caução por depósito”. Finalmente, temos os actos relativos a liquidação de dívidas como eram os actos de distrate e quitação, a “cessação de crédito hipotecário” e a “consignação de rendimentos para pagamento de dívidas”. A maior parte dos actos notariais recaiu sobre esta rubrica, inflacionada também pelo facto de um empréstimo entre duas partes dar lugar a actos de renovação, liquidação e novos empréstimos.

Entre os diferentes tipos de documentos agregados na categoria de *negócios e contratos* (partilha amigável de bens, procuração geral, alteração de contrato anterior não especificado, contrato de obrigação, extinção de obrigação, declaração e ratificação

de contrato anterior, rescisão de contrato), os mais importante foram, de longe, os relativos à partilha amigável de bens. 24 dos 35 contratos classificados nesta rubrica entre 1880 e 1889 recaíram sobre partilhas e, em 1920-1921, essa proporção foi 14 para 17.

Do ponto de vista cronológico, a nossa análise contemplou 4 momentos nesta amostra, sendo de destacar as seguintes características em cada um deles:

- 1880 a 1889: década caracterizada na imprensa regional e lisboeta pela *crise agrícola*. Quando se pensa na economia alentejana, a crise foi, no entanto, mais geral já que afectou igualmente a indústria mineira, rolheira e a indústria de lanifícios de Portalegre, por exemplo. Os inquéritos industriais realizados em 1881 e em 1890 mostraram igualmente as dificuldades sentidas pela indústria oficial e pelo artesanato, em particular nas áreas da serralharia, carpintaria e da sapataria.
- 1890-1894: anos marcados pela emergência do proteccionismo cerealífero e pela orientação produtiva da lavoura do sul para a cerealicultura extensiva. A imprensa regionalista caracterizou-a mais tarde, já depois da I Guerra Mundial, como parte de um período heróico de arroteamentos e de expansão da produção cerealífera. Contudo, a primeira metade da década foi marcada pela sucessão de maus anos cerealíferos e pelo impacto da crise financeira.
- 1899-1906: anos de amadurecimento da solução proteccionista, confirmada pela legislação cerealífera de 1899, e marcados pela depreciação do preço da prancha de cortiça e pela concorrência argelina⁴⁰⁸.
- 1921: ano que integra uma conjuntura excepcional que contrasta com os anos que antecederam o conflito bélico. Marcada pela rápida desvalorização externa do escudo, que culminará na crise financeira de 1923, pela

⁴⁰⁸ A relação entre a cortiça e a produção cerealífera, sob o ponto de vista social, foi apresentada da seguinte forma pela “comissão corticeira”, composta por representantes dos grandes interesses agrários do sul: “o tratamento do sobreiro tem sido, e é, sabem-no todos, a causa próxima do desbravamento de milhares de hectares de charneca, obtido em larga percentagem pelo braço do beirão que, por milhares, todos os anos desce ao Alentejo e Ribatejo a procurar o sustento próprio e das respectivas famílias. A crise mais aguda nos preços da cortiça, no período (...) de 1901 a 1905, teve como imediata consequência uma diminuição muito sensível no número de trabalhadores do norte contratados para os serviços no sul, e bem graves teriam sido as consequências desse retraimento se a expansão na cultura dos trigos lhe não tivesse minorado os efeitos.” (Soares, Neto e Mexia-1912:31).

hiperinflação, e pela fuga de capitais para o estrangeiro, esta foi uma conjuntura que criou sérias dificuldades à actividade bancária e coincide com um momento de grande dinamismo económico na região, como se percebe pela constituição e arranque de várias importantes iniciativas que conduziram à implantação de modernos estabelecimentos industriais na área da alimentação e bebidas, serralharia e fundição, etc. Essa euforia nos negócios de que nos dá conta, por exemplo, o *Notícias de Évora*, foi também uma fase marcada pela carestia dos géneros, especulação comercial de vária ordem e em que o impacto das medidas proteccionistas terá sido menor. É que, durante a guerra, os preços externos dos géneros alimentares terão sido superiores aos preços internos tabelados, actuando as comissões republicanas de abastecimento nos concelhos de forma a limitar os sobrelucros que a guerra poderia proporcionar aos produtores e grandes negociantes.

Importa destacar dois factos muito gerais ao longo destes 4 momentos: em primeiro lugar, a importância dos actos que directa ou indirectamente recaíam sobre a propriedade imobiliária e, em particular, sobre a grande propriedade, tal como se pode perceber a partir da tabela 7.1 (categorias *propriedade, transacções, dívidas e empréstimos*). Em segundo lugar, foram muito expressivos os actos relativos a dívidas e empréstimos.

Embora sejam distintos, estes dois fenómenos (a terra e o crédito) interligavam-se na exacta medida em que no seu centro se colocavam relações sobre direitos fundiários. Por outras palavras, muitas dívidas activas e passivas resultavam tanto da gestão comercial como da gestão fundiária, actos frequentemente indissociáveis no quadro das grandes casas da elite eborense. Salientemos ainda que estes dois fenómenos atravessaram os diferentes momentos considerados e que nele estiveram envolvidos directamente os membros da elite regional. As dificuldades nos negócios em torno da terra não afectaram apenas ou principalmente as classes inferiores ou intermédias. Como veremos, a elite não se situava acima de todas as dificuldades e contingências.

A agregação dos valores monetários envolvidos naqueles actos confirma a nossa análise (tabela 7.2). Na nossa amostra, os montantes relativos a “dívidas e empréstimos” representaram sempre entre 62 a 72 % do total dos valores envolvidos nos negócios.

Tabela 7.2. Valor dos actos notariais em quatro categorias (média anual)

Classe	1880-1889	1890-1894	1899-1906	1921
Dívidas e empréstimos	90,7	106,8	115,0	804,4
Propriedade	18,4	18,0	15,3	49,4
Transacções	36,5	21,4	29,2	185,2
Contratos	0,2	1,6	0,3	98,9
<i>Total geral</i>	<i>145,5</i>	<i>147,9</i>	<i>159,6</i>	<i>1.164,8</i>

Valores em contos de réis (preços correntes)

Fontes: v. tabela 7.1.

Vislumbra-se aqui a importância das condições de acesso ao dinheiro, já anteriormente evidenciada por Helder Fonseca (1996^a). Neste universo foram relativamente escassos os actos relativos a contratos de natureza comercial entre indivíduos ou firmas que envolvessem a produção, o consumo ou a comercialização de produtos. Foram, por exemplo, excepcionais os contratos de fornecimento de qualquer mercadoria. No que respeitava ao comércio de cereais, cortiça, lãs e gados a completa liberdade de negociação dominou as relações entre os actores durante todo este período. Muitos dos grandes negócios faziam-se directamente em mercados “abertos”, em praça, ou através de representantes ou comissários, directamente aos grandes lavradores e proprietários, por vezes à mesa do café. O conhecimento pessoal ou a confiança constituíam atributos suficientes que contribuíam para dispensar formalismos nas grandes transacções. O mesmo já não se passava no que dizia às relações sobre a propriedade e o capital-dinheiro, quer fossem realizadas no seio da família ou fora dela.

Esta elite não estava imune às dificuldades sentidas pela generalidade dos lavradores, comerciantes e artesãos. Dois exercícios revelaram a vulnerabilidade da posição da elite económica eborense aos mecanismos de mercado durante este período: o primeiro resultou da simples inventariação dos actos notariais; o segundo transpareceu da diversidade de posições das fortunas nos inventários orfanológicos. Nos dois casos tornou-se evidente a heterogeneidade da composição das fortunas *individuais*, a sua solidez e grau de dependência de outros negócios. Alguns exemplos ilustram o endividamento de alguns grandes proprietários bem como as fortes ligações de empresas locais ao exterior (que provocavam falências em cadeia).

Quando José Maria de Sousa Matos, grande proprietário de Montemor-o-Novo morreu, em 1898, os seus bens fundiários foram avaliados em cerca de 100 contos, mas

as suas dívidas ascendiam a 64,8 contos e os seus créditos a apenas 5,3 contos de réis (ADE/ORF:2845). Em situação análoga se encontrava João Barreiros de Torre Vaz Freire, cujas propriedades foram avaliadas, em 1900, em 106,3 contos, as suas dívidas atingiam os 53 contos e os créditos não ultrapassavam 13,6 contos (ADE/ORF: 191, 2941). No mesmo ano, as propriedades do lavrador Luís Rosado de Carvalho foram avaliadas em perto de 10 contos de réis e as suas dívidas passivas rondavam os 8 contos (ADE/ORF: 190, 2918). O inventário dos bens de dona Henriqueta Cunha Pimentel revelou a existência de dívidas no montante de 113 contos, quando as suas propriedades não valiam mais de 11,2 contos (ADE/ORF – 186, 2894). Em melhor posição encontrava-se Vicente Rodrigues Ruivo, lavrador do Redondo, que em 1908 tinha dívidas na ordem dos 8,9 contos quando as suas propriedades valiam 25,7 contos (ADE/ORF: 2083, 150). Idêntico era o caso de Francisco Manuel Fragoso, pessoa com propriedades avaliadas em 60,5 contos. Quando faleceu, em 1891, as suas dívidas atingiam os 27,8 contos sendo os seus créditos de apenas 7,8 contos (ADE/ORF – 166, 2626).

Também nesta época, alguns registos de processos de falências no tribunal comercial da cidade de Évora foram dirigidos a “comerciantes” que eram, efectivamente, grandes proprietários fundiários. Em Junho de 1892, o comerciante Augusto César Almeida avançou com um processo de falência contra Francisco António Cabreira, proprietário com fábrica de moagem na cidade e que, como ele, estava ligado ao comércio de cereais e azeites. Em 1905 foi a vez do próprio César de Almeida que andara associado a Torres Vaz Freire na sociedade Torres & Almeida (*v. supra* cap. 2). Nesta data, o Banco de Portugal apresentou um requerimento de falência contra o lavrador e comerciante António de Mira Calhau. Antes dele, em 1889, o Banco do Alentejo actuara contra João António Soares Pinheiro, cujo pai pertencera ao conselho fiscal daquela instituição de crédito e que geria a sociedade Soares Pinheiro & Annes, constituída em 1899 para a “especulação relativa ao comércio capitalista, retroseiro, fanqueiro e mercador” (ACRPC/E1). Outros casos, como o “escândalo” da insolvência do Conde da Costa, num pesado empréstimo contraído no Banco Eborense, revelavam as dificuldades sentidas no interior do grupo social superior.

Os proprietários que estiveram ligados ao comércio de exportação de cortiça passaram igualmente por grandes dificuldades. Em 1903, Guilherme Reynolds viu-se forçado a contrair um grande empréstimo de 140 contos junto do Banco Eborense destinado a liquidar dívidas anteriormente contraídas e que se arrastavam, entre as quais avultava a dívida ao London Brazilian Bank e ao próprio Eborense (ADE/NOT/Livro

1993, registo 2.706). Antes dele, em 1892, Amaro Dias da Silva, proprietário de Ferreira do Alentejo, inscrevera uma “confissão de dívida” a este banco na vultuosa quantia de 44,6 contos de réis. Nem todos estes grandes empréstimos corriam, evidentemente, através da banca, como se percebe, por exemplo, pelo crédito de 60 contos fornecido pelo médico e proprietário Augusto José Ramos a José Eduardo Cordeiro Vinagre, de Estremoz.

Tabela 7.3. Média anual do número de actos notariais relativos empréstimos, dívidas contraídas e sua resolução em Évora no período 1880-1906 e em 1921.

Actos notariais	1880-1889	1890-1894	1900-1906	1921
Confissão ou declaração de dívida	1,1	1,4	0,8	11,0
Empréstimo por crédito aberto em c/c	3,6	5,2	5,3	0,0
Empréstimos e créditos	14,2	9,2	5,5	31,0
Distrate / quitação	12,5	10,4	10,3	18,0
Total	30,9	32,6	23,3	70,0

Nota: Não incluídas aqui as cauções, declarações de alteração de contrato de empréstimo, fianças e actos de consignação de rendimentos para pagamento de dívidas.

Fontes: v. tabela 7.1

Tabela 7.4. Média anual do valor dos actos notariais relativos empréstimos, dívidas contraídas e sua resolução em Évora no período 1880-1906 e em 1921.

Actos notariais	1880-1889	1890-1894	1900-1906	1921
Confissão ou declaração de dívida	3.2	9.7	1.0	0.0
Empréstimo por crédito aberto em c/c	23.0	27.4	62.5	0.0
Empréstimos e créditos	32.4	14.2	24.8	198.8
Distrate / quitação	23.4	54.0	25.6	527.6
Total	82.0	105.2	114.0	726.4

Valores em contos (preços correntes)

Fontes: v. tabela 7.1

Tudo isto indicia que grande parte das dificuldades sentidas pela “lavoura alentejana” era, efectivamente, partilhada (se bem que de forma muito desigual e com sentidos distintos) pelos membros da elite fundiária e mercantil. Nesta perspectiva, pode perceber-se as medidas proteccionistas de 1889 e de 1899 como *solução* encontrada para as dificuldades de acumulação sentidas no interior do próprio grupo. A simples leitura das tabelas 1 e 2 sugere um abrandamento, primeiro em valor, depois em número, das transacções fundiárias nos períodos que sucederam à difícil década de 1880 que

contrastou com os anos subsequentes ao primeiro conflito mundial. No que diz respeito às “dívidas e aos empréstimos”, exige-se uma análise mais fina que discrimine as quitações das dívidas dos créditos contraídos (v. tabelas 7.3 e 7.4).

Entre 1890 e 1894 o número de “confissões de dívidas” parece ter aumentado devido ao arrastamento e ao acumular de dificuldades anteriores, agravadas agora pela sucessão dos maus anos agrícolas¹⁰. Em contrapartida, este tipo de registos foi muito diminuto nos 7 anos que vão de 1900 a 1906. Quanto aos actos relativos a “créditos” e a “empréstimos”, o seu número e valor diminuíram drasticamente a partir de 1890, muito embora se verifique uma ligeira recuperação entre 1900 e 1906. Contudo, o volume e o valor dos empréstimos contraídos em conta corrente aumentaram continuamente nesse período. Quanto aos actos de liquidação de dívidas (de quitação e distrate), o seu número foi mais elevado em 1880-1889, mas as grandes liquidações fizeram-se no período seguinte. É verdade que, em alguns casos, os empréstimos contraíam-se para pagar outras dívidas, quando não se pagavam dolorosamente com terras. Mas não deixa de ser significativo que o melhor período tenha sido precisamente o dos anos que sucederam à lei de 1899. Salientemos a razão entre o valor dos empréstimos e dos actos de quitação: 68 contos de dívidas para 23 contos de quitação, em média, por ano entre 1880 e 1889; 51 contos de dívidas para 54 de liquidações entre 1890 e 1894; e 89 contos para 26 nos primeiros anos do século XX. Tudo isto sugere que a “expansão cerealífera” não tenha desencadeado uma corrida duradoura ao crédito: o aumento do volume de empréstimos verificado no início do século XX explicou-se, em larga medida, pelos maus anos agrícolas¹¹. As imagens construídas mais tarde sobre este “período heróico de conquista da charneca” (como lhe chamaria o *Álbum Alentejano*) salientaram o papel dos seareiros, o recurso às práticas de parceria e à força bruta, mais do que a mobilização de modernos factores de produção para além dos superfosfatos. Os elementos que dispomos sobre a situação de algumas fortunas sugerem que, para muitos membros da elite fundiária, estes anos foram de resolução de dívidas e prosperidade.

¹⁰ Em 1892 e 1893 identificámos um incremento neste número de actos que afectaram sobretudo propriedades hipotecadas e dívidas que oscilaram entre os 860 mil réis e os 44 contos. Entre os credores sobressaía o Banco Eborense. Com excepção de uma firma comercial os devedores eram sobretudo proprietários fundiários. A estes actos ainda devemos adicionar os actos relativos às sub-rogações de dívidas e as consignações de rendimentos para liquidação de dívidas.

¹¹ Voltaremos a este ponto quando analisarmos os valores apresentados pela banca regional. Cf. figuras 7.8 e 7.9.

Finalmente, o ano de 1921 serve-nos de referencia para os anos de 1919 a 1923 ⁴¹¹. Os elementos colhidos contrastam com os dois períodos anteriores não apenas pelo volume de endividamento, como pelos elevados montantes envolvidos na resolução de dívidas. A inflação, por si só, “explica” a inversão da situação anterior pois os distrates ultrapassaram em muito o valor dos empréstimos.

A nossa análise do universo dos negócios construída a partir dos actos notariais realçou o papel fundamental do crédito ou, se quisermos, do capital dinheiro numa “estrutura” social e económica marcada pelas relações em torno da terra. Do ponto de vista da elite fundiária e mercantil, a banca revelou-se um instrumento muito útil sob um triplo aspecto: em primeiro lugar, pela facilidade e prontidão no acesso ao dinheiro em momentos difíceis; em segundo lugar, pelo prémio cobrado em situação de privilégio (por contraste com o mercado particular); e, finalmente, pela ausência de comportamentos “predatórios” ou, se quisermos, pela manifestação de atitudes “compreensivas” e “amigáveis” em situações de dificuldades. Como veremos, os relatórios de gerência dos bancos da cidade dirigidos aos accionistas explicitaram muito claramente como as suas práticas de conduta cumpriam estas três condições.

Todavia, parte substancial dos empréstimos corria entre particulares. Na maior parte dos casos estava em causa a incapacidade para recorrer à banca, por falta de garantias. Noutros, os empréstimos resultavam de dívidas contraídas entre firmas ou particulares no exercício da sua actividade corrente.

Na amostra de actos sobre empréstimos que recolhemos para o período de 1880 a 1904 a taxa de juro *escriturada* variou 5 pontos, entre os 4 % e os 9 %. Tal variação deve pensar-se tanto em função de *quanto* se emprestava como de *quem* emprestava a *quem*. As taxas de juro mais baixas eram, naturalmente, as praticadas no seio da família e pelas instituições religiosas. Em contrapartida, a taxa de juro que incidia sobre o comércio e indústria era das mais elevadas, porventura devido ao risco que lhe estava associado. Em 1880, quando as Religiosas do Convento do Salvador ou a Misericórdia de Évora emprestavam dinheiro a 5 % e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé a 6 %, o comerciante e industrial António Anselmo Dias dava-o a 8 % a um cerieiro, adicionando-lhe ainda as elevadas custas notariais.

⁴¹¹ Qualquer um destes anos pode considerar-se excepcional, sendo difícil encontrar em 1921 um ano médio ou representativo desse quinquénio. O sentido deste exercício é procurar identificar contrastes com o período antes da guerra.

A banca, por seu turno, tinha taxas de juro variáveis de acordo com os montantes que emprestava. Assim, por exemplo, a direcção do Eborense fixava a 14 de Agosto de 1914 a taxa de juro em 8 % para empréstimos até ao montante de 50 contos, 7 % para valores entre 50 e 100 contos e 6,5 % para mais de 100 contos “para facilitar as transacções” (CGD/BNU/BE/DCF/AC, 1896-1919).

Em qualquer dos casos, a renovação dos empréstimos envolvia habitualmente a elevação no juro. Em 1905, Joaquina de Jesus Fonseca realizou um empréstimo hipotecário de 4 contos à taxa de 10 % junto do negociante Inácio Mendes Leão, quando eram correntes empréstimos a 7 % entre lavradores e proprietários. Os prémios dos empréstimos particulares, mesmo sem serem entre familiares, não eram *necessariamente* mais altos do que os praticados pela banca. Os dois “mercados” vigiavam-se mutuamente e a norma parece ter sido a banca seguir a tendência dos privados quando se tratava de baixar as taxas de desconto. Tudo indica, por isso, que o mercado dos particulares apresentasse a maior amplitude nas taxas de juro praticadas. Esta flutuação nas taxas de juro cobre todo aquele período sem se tornar clara qualquer tendência duradoura até à Grande Guerra. Como veremos, depois da contínua queda do preço do dinheiro nos últimos anos da década de 1880, o “choque” que poderia ter representado o abandono do padrão ouro após 1892 não provocou um aumento das taxas de juro.

A banca permitia, no entanto, operar com quantias na ordem das largas dezenas de contos em conta corrente e com taxas de juro variável. Tratando-se dum crédito de curto prazo (1 ano ou menos), podia ser renovado sucessivamente na condição de que as prestações fossem sendo liquidadas. Deste modo, o crédito arrastava-se tanto quanto os negócios o exigiam. Era esta modalidade “típica” do recurso ao crédito bancário por parte da elite, tanto como o recurso ao desconto de letras para as operações de curto prazo.

O *crédito pessoal* e a garantia hipotecária sobre bens fundiários, critérios considerados seguros nas operações bancárias, *tornaram-se* práticas que favoreceram os maiores¹³. A análise dos registos de empréstimos dos dois bancos mostrou que, por norma, as direcções não emprestavam acima de metade do valor de mercado da propriedade a hipotecar, sendo a regra 1/3. Os relatórios explicavam esta medida como uma fatalidade da lentidão com que actuava o sistema judicial. De outra forma, o

¹³ V. por exemplo a lista de grandes empréstimos em conta corrente realizada pelo Banco do Alentejo no volume anexo, tabela F.5.

esperado arrastamento das execuções por via judicial tinha como consequência o agravamento da dívida que, desse modo, deixaria de ficar coberta pelo bem hipotecado. Dois exemplos podem ser dados relativamente ao Eborense, como ilustração. Um crédito concedido em 15 de Maio de 1899 até ao montante de 30 contos exigiu a hipoteca das propriedades do Outeiro e Monte da Vinha avaliadas entre 90 a 100 contos e mais 1 conto para despesas de execução. Em 14 de Março de 1902, um empréstimo em conta corrente de 140 contos concedido a Guilherme Reynolds exigiu a hipoteca das suas propriedades rústicas e urbanas avaliadas em 215 contos.

As práticas creditícias estavam generalizadas a um vasto leque de grupos sociais. Havia empréstimos realizados entre pessoas do mesmo nível e meio social, tal como outros, entre pequenos e grandes. Uma sondagem realizada sobre a nossa amostra, construída sobre os registos de empréstimo, crédito hipotecário, confissão de dívidas, etc. permite-nos apresentar uma estimativa da participação dos diferentes grupos sociais, bem como o grau de cobertura das instituições de crédito da cidade (bancos, instituições religiosas, montepios) (v. tabelas 7.5 e 7.6). O cômputo do volume monetário das operações de crédito para o período 1880-1906 mostra, como seria de esperar, que foram os “proprietários” os principais agentes e beneficiários do crédito, representando no conjunto cerca de 70 % do conjunto dos indivíduos credores e devedores. Ora, se pensarmos (como efectivamente sucedia) que muitos dos lavradores, grandes negociantes, altas patentes do exército, membros de profissões liberais e religiosos eram eles próprios também grandes “proprietários” ou pessoas a eles ligados por estreitos laços de parentesco, então podemos estimar o crédito escriturado movimentado pelo grupo de topo num valor em torno dos 90 % daquele total.

Este valor deve ser confrontado com outro: o grau de cobertura dos bancos da cidade e de outras instituições (com um peso efectivo muito diminuto). O volume monetário do crédito *escriturado* fornecido pelos dois bancos na nossa amostra para o período 1880-1906 representou 61,9 % do total. Uma estimativa sobre os credores, realizada com base na mesma amostra indica que os “proprietários” representavam 53,9 % do volume monetário crédito *escriturado* fornecido entre particulares (ou 14,1 % se incluirmos os dois bancos nesse cálculo). Em suma, tudo indica que o crédito no interior das grandes famílias se associado ao crédito entre indivíduos e firmas particulares satisfizesse cerca de metade da procura de dinheiro.

Tabela 7.5. Número de actos de empréstimos e seu valor distribuídos por grupos sociais. Devedores e credores. (1880-1906).

Grupo social	Actos	Act%	Valor	Val%
Proprietários	212	48,8	1.457,1	70,3
Lavradores	29	6,7	201,9	9,7
Negociantes, comerciantes	35	8,1	128,4	6,2
Profissões liberais, militares e religiosos	35	8,1	112,1	5,4
Funcionários, empregados	14	3,2	22,5	1,1
Industriais, artesãos	28	6,5	27,4	1,3
Pequenos comerciantes	5	1,2	2,0	0,1
Trabalhadores	13	3,0	7,0	0,3
Outras profissões	63	14,5	113,6	5,5
Total	434	100,0	2.072,0	100,0

Fonte: v. tabela 7.1

Notas: Valores em contos de 1914 (sobre os deflacionadores utilizados veja-se Valério-2000). Os números apresentados referem-se a uma amostragem sobre os actos escriturados em Évora para o período 1880-1906 (sobre os critérios utilizados v. texto). Não se incluíram aqui os actos em que estiveram presentes os dois bancos da cidade (123 casos no valor de 866,4 contos, ou seja, 41,8 % deste total).

Legenda: **Profissões liberais, alto funcionalismo e militares de patente**: médico, professor, estudante no Seminário, agrónomo, advogado, professor no Liceu, solicitador forense, juiz de Direito, estudante de Direito, Curador Geral dos Orfãos, estudante, Lente do Instituto d' Agronomia e Veterinária, militares de patente. **Religiosos**: presbítero, padre, chantre da Sé, Beneficiado da Sé. **Funcionários (baixo funcionalismo) e empregados**: escriturário da Fazenda, escrivão da Câmara, empregado público, escrivão, chefe de estação, pagador de Obras Públicas, empregado no comércio. **Artesãos e industriais**: cerieiro, carpinteiro, corticeiro, alvanéo, sapateiro, padeiro, funileiro, ferrador, tipógrafo, ferreiro, industrial, serralheiro, telegrafista. **Pequenos comerciantes**: lojista, vendedor de peixe, taberneiro. **Trabalhadores**: quinteiro, singeleiro, costureira, moleiro, ganadeiro, barbeiro, contínuo da Câmara Municipal.

A falta de instituições de crédito *agrícola* constituiu, como é sabido, um dos temas recorrentes no debate sobre o desenvolvimento português durante a Monarquia. Ideias generosas em torno do mutualismo agrícola e de outras iniciativas que apoiassem os pequenos e médios lavradores rendeiros não deixaram de desabrochar logo nos primeiros anos da República, criando o ministério de Brito Camacho legislação sobre Caixas de Crédito e instrução agrícola básica e média. A avaliação da situação em 1921, quando já tinha desaparecido o Eborense, mostra a permanência duma “estrutura” do mercado para o dinheiro idêntica àquela que se verificava anteriormente (tabela 7.6).

Vejamos agora, em traços gerais, a evolução e o modo de operar dos dois bancos da cidade.

Tabela 7.6 Número de actos de empréstimos e seu valor. Devedores e credores (1921).

Grupo social	Actos	Act%	Valor	Val%
Proprietários	46	69,7	28.220	64,3
Lavradores	2	3,0	1.595	3,6
Negociantes, comerciantes	5	7,6	4.083	9,3
Profissões liberais, militares e religiosos	2	3,0	893	2,0
Funcionários, empregados	2	3,0	187	0,4
Industriais, artesãos	2	3,0	550	1,3
Trabalhadores	1	1,5	66	0,2
Outras profissões	6	9,1	8.262	18,8
<i>Total</i>	<i>66</i>	<i>100,0</i>	<i>43.856</i>	<i>100,0</i>

Fonte e notas: v. tabela 7.5 e texto. Valores a preços de 1914. O Banco do Alentejo esteve presente em 25 actos (ou 37,9 % dos casos) sendo o seu valor de 21,1 contos de 1914 (48 % do total).

7.3. Traços gerais da evolução da banca regional até à I Guerra Mundial.

7.3.1. O Banco do Alentejo

O Banco do Alentejo iniciou a sua actividade em Abril de 1875 no contexto da *febre bancária* que varreu todo o país (Coelho, 1875). Estabelecido com sede na cidade de Évora, o banco contava no início com caixas filiais no Porto e em Portimão e agências em Londres e Paris. A crise comercial brasileira desse ano impediu que o banco arrancasse, como se pensara, com uma agência no Rio de Janeiro. Desde o início que a sua área de acção privilegiada foi definida como sendo o Alentejo e o Algarve. Contudo, a importância dos mercados financeiros do Porto e de Portimão não deve ser subestimada. No primeiro ano, quando o banco operou com um capital efectivo de 360 contos, os negócios no Porto representavam mais de 307 contos e Portimão perto de 165 contos.

Em Junho desse ano, a crise que atingira as praças de Lisboa e do Porto, coincidiu com a chamada para o pagamento das acções. De acordo com o relatório dirigido aos accionistas, a crise motivou “um extraordinário e geral retraimento de capital, obrigou-nos a imobilizar em caixa soma desproporcionada ao movimento normal das operações do Banco e a restringir somente às forças próprias, independentemente dos depósitos” (CO/BA/RC-1875).

O relatório desse ano apresentava de forma optimista um lucro bruto de 9 % e defendia como boas as perspectivas para o capital ser aumentado até aos 1.200 contos autorizados.¹⁴ Na verdade, a crise obrigou a gerência a demorar o pagamento dos primeiros dividendos e a transformar a caixa filial do Porto numa simples agência. As acções que não estavam integralmente pagas tiveram de ser anuladas. Confrontada com a impossibilidade prática de elevar o seu capital, a direcção foi obrigada a recuar no seu programa de expansão da rede bancária. Na verdade, os 840 contos realizados não permitiam apoiar qualquer programa de criação duma rede bancária alargada. Com esta retracção, a gerência actuava “no interesse dos accionistas”, “poupando-os a sacrifícios ruinosos, embora lucrativos para o Banco, diminuindo consideravelmente os gastos gerais e abrigando o Banco dos abalos comerciais da praça do Porto” (CO/BA/RC-1876). As dificuldades de realização de capital obrigaram o banco a recolher as 24 mil acções emitidas e ainda não pagas e a lançar nova emissão de 6 mil acções.

Embora o facto fosse ocultado e até negado, o Banco do Alentejo viria a ser muito abalado nos anos seguintes pelas falências havidas no Norte. A caixa filial do Porto encerrou com uma dívida à sede na ordem dos 419,7 contos, dos quais seriam liquidados somente 322,4 contos até finais de 1878. Em 1880 estavam ainda por liquidar perto de 100 contos que se distribuíam por numerosos processos de falência que se arrastavam penosamente. O Banco terá perdido, neste balanço, perto de 60 contos (CO/BA/RC-1879).

Em 1877, quando começou a construção do edifício do banco na cidade, as caixas filiais de Lisboa e do Porto estavam reduzidas a meras agências e, o pior, muitos accionistas queriam entregar as acções argumentando que “a febre bancária os levou a subscrever acções cujo pagamento lhes atrofia o ânimo pelo encargo do juro e consequências inerentes” (CO/BA/RC-1875). A direcção, por seu turno, falava destas pessoas como “mutuários, simultaneamente devedores e accionistas, arrastados pela febre bancária, [que] miravam a taxa de dividendo ou como farol ou como escolho da sua precária situação financeira” (CO/BA/RC-1878).

A situação do banco era preocupante. O movimento de caixa que em 1876 fora de 2,2 mil contos (a partir de agora *mc*) caíra nos dois anos seguintes para quase metade

¹⁴ Tratava-se obviamente de tentar “agarrar” os accionistas. Mais tarde dir-se-ia que “um dividendo elevado não é frequentemente mais do que um véu lançado temporariamente sobre a sua própria ruína” (CO/BE/RC-1878)

(1,4 mc). O movimento de depósitos degradou-se sucessivamente desde 1875, caindo de 687,6 contos para 230,5 em 1877. Também os créditos em conta corrente acusaram acentuada quebra, acompanhando a tendência geral. Enfim, apenas o movimento de desconto de letras apresentava um crescimento regular, cifrando-se em 1878 em quase 1,3 mc. Outros sinais alarmantes, como a fuga precipitada do gerente do Porto em 1877, explicavam porque as acções do banco andaram cotadas no mercado muito longe do par nesse momento e nos anos seguintes.

A direcção, para além de optar pela redução de capital e das operações, passou a valorizar a segurança das aplicações. Em 1877, as contas de crédito estavam garantidas na maior parte com hipoteca de propriedades e outras com acções do próprio banco cotadas a $\frac{3}{4}$ do seu valor nominal. No ano seguinte deixou-se de aceitar como garantia acções próprias ou de outras companhias, como afirmava o relatório da Gerência:

“Conseguimos sobretudo que o nosso capital esteja hoje garantido somente por firmas comerciais e propriedade, em cujo sentido temos alargado as operações” (CO/BA/RC-1878).

A consolidação do capital do banco passou também pela redução dos dividendos distribuídos. Em 1879, as operações do banco fora de Évora ficaram limitadas à caixa filial de Portimão. Mas também aqui se verificaram situações de insolvência, explicadas por três maus anos agrícolas sucessivos. A situação levou a gerência a suprimir os descontos nas agências do Algarve e a promover a venda das propriedades que garantiam os débitos. Finalmente, a caixa filial foi substituída por uma agência.

Nesta altura tinha-se tornado claro que apenas no Alentejo se encontrava facilidade e segurança de aplicação de capitais. Estabelecera-se o princípio de que “deve ser Évora o único centro que deve gerir o capital do Banco e o Alentejo a sua exclusiva área de aplicação”. Tratava-se de “extinguir radicalmente o mal que torna enfezado o movimento do Banco, restituindo-lhe a prosperidade que o acompanhou antes da crise do Porto que infeccionou este assim como todos os estabelecimentos ligados àquele importante centro comercial” (CO/BA/RC-1879).

Assim, o Banco do Alentejo voltava a recolher as acções avaliadas em 560,3 contos para nova emissão, ficando o capital reduzido a 500 contos. O anúncio do encerramento da caixa de Portimão e a sua transformação em agência coincidiu com a descoberta de um desfalque de 1 conto de réis após fogo premeditado (18 de Março de 1880).

Foi, pois, no início da década de 1880 que a orientação do banco para as operações fundiárias no Alentejo se acentuou. Em 1881 cessou totalmente a actividade do banco no Porto, reduziram-se as operações de desconto em Portimão e concentraram-se todas as decisões na sede. Évora era agora descrita como a “capital do Alentejo, onde as necessidades pecuniárias são tão intensas, quanto extensos os ares de terreno que podem servir e servem realmente de garantia às transacções bancárias de prazo curto, além da reconhecida proibidade comercial de seus proprietários” (CO/BA/RC-1881).

Esta decisão teve como consequência um quase permanente excesso de dinheiro em caixa, facto que era explicado pela “repugnância, fundada na prudência, em ampliar a verba de descontos nas agências e, outras vezes, a menor procura de capital” (cf. figura 1). Trocar o sacrifício de maiores margens de lucro pela segurança tornou-se um lugar comum nos relatórios aos accionistas. Todas as operações realizadas tinham como regra a “completa garantia e solidez”. De facto, o “mercado [era] relativamente escasso ao alargamento de transacções fora da nossa imediata acção de vigilância” (CO/BE/RC-1883). Apesar disso, nesta altura o movimento de desconto de letras nas agências representava cerca de metade do total (cf. figura 7.2).

Contudo, segurança não significava imunidade. Em 1882, o Banco viu-se envolvido na falência do capitalista de Estremoz José Rodrigues Tocha que, no meio dos seus muitos negócios comerciais e industriais, se lançara em problemáticos projectos mineiros em minas de cobre na região. Em contrapartida, o banco realizara um empréstimo de 60 contos à Junta Geral do Distrito “sumamente vantajoso” (CO/BA/RC-1883). Em 1885, para recuperar o capital empatado, começou a vender a cortiça da Herdade de Aduares, dado que não encontrava compradores que cobrissem o valor pedido por ela. Avaliada pelo Banco em 40,8 contos, a propriedade viria a ser vendida somente 8 anos depois por 38,3 contos, apesar da lei proibir a posse permanente de bens de raiz.

A partir de 1885 o Banco do Alentejo acusou as dificuldades sentidas pela agricultura, sendo forçado a diminuir as taxas nas operações de desconto e nas contas de crédito. A retracção nas taxas de juro, (mal) justificada com a diminuição das operações de crédito, continuou a ser a regra. A procura de moeda “não alterou a nossa norma invariável de prudência constante na colocação dos capitais” (CO/BA/RC-1886).

A situação de “prosperidade” do Banco permitia-lhe agora deixar de pressionar os credores importantes. No seu parecer, o Conselho Fiscal não deixava de referir a situação dos

“agricultores do Alentejo, lutando com uma crise permanente acarretada pela desproporção entre o capital despendido e os poucos resultados da indústria agrícola, pelo desanimador desequilíbrio entre a produção e o valor da indústria agrícola. Afecta este estado, é certo, os interesses do Banco, mas a direcção entendeu muito bem que não deveria ser muito exigente com os mutuários do Banco, lutando estes fatalmente com tão sérias contrariedades. Mas essa bem entendida benevolência, por um lado, trouxe indispensavelmente, por outro, o retraimento mencionado no relatório da direcção...” (CO/BA/RC-1886).

Efectivamente, apesar da extensão da “crise”, apenas uma herdade, a de Almeirime, veio parar às mãos do Banco, em 1889, sendo vendida pouco depois. A partir de 1887, as taxas de juro praticadas nas operações de curto e médio prazos descem sucessivamente, situando-se em Abril de 1889 em 7 e 6 % de acordo com os montantes. Apesar de não se registarem grandes lucros, a cotação das acções do Banco aumentou. A “crise agrícola (...) motivou por vezes a pouca procura de capital e determinou a maior permanência deste em caixa, sem interesse, portanto, para o banco” (CO/BA/RC-1889). Em 1890, as taxas de juro voltaram a aumentar, situando-se entre 6 e 8 %.

A crise monetária e financeira de 1891, embora não provocasse uma corrida ao levantamento de dinheiro, afectou o movimento bancário. No ano seguinte, a diminuição do movimento de caixa e nos depósitos, “no contexto da nossa província, apenas exprime a geral tendência de substituir o capital dinheiro por capital propriedade” (CO/BE/RC-1892). A direcção não deixou, por isso, de salientar que “a escassez de colheitas no Alentejo roubou ao comércio local elementos de actividade que intensamente se reflectiram no nosso banco” (CO/BA/RC-1892).

A partir de 1893, os bancos da cidade passaram a contar com a concorrência do Banco de Portugal, que estabeleceu uma agência na cidade, e dos correios, que passaram a realizar saques sobre o país e o estrangeiro. Esta iniciativa, da responsabilidade do Estado, ocorreu numa conjuntura marcada pela escassez na procura de numerário por parte da economia regional. No entanto, é duvidoso que tal concorrência tenha limitado as possibilidades de crescimento da banca já estabelecida, uma vez que o seu comportamento, pautado pela “máxima segurança das operações”, estava longe de cobrir toda a procura. Em contrapartida, as pesadas contribuições lançadas sobre os bancos da província (10 % sobre os dividendos e, sobre este montante, 2% de imposto de selo, 18 % para o distrito, 31,8 % para a câmara, 2 % para a paróquia e o adicional de 6 %) limitaram seguramente os lucros embolsados pelos accionistas. Não admira por isso que, para além

dos “escolhos que quase permanentes ameaçam as operações comerciais”, o Estado fosse considerado um *“ingente inimigo dos estabelecimentos de crédito, apresentando-se até como seu principal concorrente”* (CO/BA/RC-1892).

Durante o seu percurso, o Banco do Alentejo orientou a sua acção para apoiar as necessidades recorrentes da grande agricultura do sul. A importância dada à segurança das operações, a sua preferência pelas operações de curto prazo fazia com que os serviços prestados pelo banco fossem “no tocante à agricultura mais do que no comércio propriamente dito, de alta valia, oferecendo por isso vasto campo ao exercício da indústria a que o nosso estabelecimento se dedica” (CO/BA/RC-1895, Parecer do Conselho Fiscal).

A partir do início da década de 1890, a diminuição do movimento bancário passou a ser relacionada com os bons anos agrícolas. Assim, o relatório de 1895 explicava a diminuição em 98 contos nos descontos de letras na sede pela “abundância relativa de capital devido à colheita cerealífera e vitícola de 1894, notável em preço e em qualidade” (CO/BA/RC-1895). Em 1901, “a excelência da colheita agrícola no ano findo tornou sensível a diminuição da procura dos serviços do Banco” (CO/BA/RC-1901). Por sua vez, o aumento das taxas de desconto explicaram o aumento dos lucros no momento em que as transacções abrandaram.

Em contrapartida, nos momentos em que mais se necessitava de dinheiro, o risco constituía um argumento que limitava a oferta. Em 1896, quando se sentia a depressão no pequeno e no grande comércio da província, apesar de existir “bastante capital disponível” havia “pouca procura para operações consideradas seguras” (CO/BA/RC-1896). Não estranhámos por isso que as falências que se deram na cidade, em 1904, não afectassem seriamente o Banco, o qual atravessava um dos seus melhores períodos. Outro exemplo mostra como actuava em situação de dificuldades para os grandes proprietários agrícolas. Em 1905, o mau ano agrícola produziu uma corrida ao levantamento de fundos, testando a capacidade do banco para responder à súbita demanda de capitais. Como resultado, restringiram-se as transacções em número e em valor. Em 1908, outro ano de escassas colheitas que coincide com o retraimento do crédito nos bancos de Lisboa e Porto, a direcção do banco não podia, devido à pequenez da instituição, “alargar quanto desejava as transacções, deixando portanto de atender certas propostas aceitáveis; no entanto o resultado a que chegou foi bastante remunerador” (CO/BA/RC-1908).

As dificuldades comerciais eram resolvidas através da entrega da terra como garantia. Assim, em 1906, as dificuldades de liquidações devido à paralisação das vendas de cereais e cortiça fez com que o banco convertesse muitas letras em créditos hipotecários. De várias formas, a acção da banca contribuiu para reforçar o valor da terra.

A importância das grandes operações fundiárias e comerciais contrastava com o peso dos valores apresentados pela Caixa Económica, instituição criada no interior do banco destinada às pequenas poupanças⁴¹⁴. Em 1909, por exemplo, o número de depositantes atingiu quase as 6 centenas e o valor dos depósitos 52 contos, uma cifra que representava menos de metade do montante dos depósitos à ordem nesse ano. A enorme desigualdade na distribuição da riqueza, as formas não monetárias de remuneração do trabalho, aliados ao elevado índice de analfabetismo da generalidade da população rural, limitaram seguramente o alcance destes esforços para recolher as migalhas às quais era realçado o seu valor social.

Deste modo, até à entrada de Portugal na Grande Guerra, o Banco do Alentejo foi cumprindo cabalmente a sua maior função: o de facilitar crédito a bom preço para as operações agrícolas e comerciais nos momentos em que, por razões climatéricas ou comerciais, mais urgente se fazia sentir a necessidade do dinheiro.

7.3.2. O Banco Eborense

Embora com uma génese distinta, o percurso do Banco do Alentejo convergiu com o do Eborense, quer sob o ponto de vista da sua clientela, redes de circulação de capitais e relação para com a terra. Vejamos, então, os seus traços principais dessa trajectória.

O Banco Eborense constituiu-se em 1875 na cidade de Évora a partir da transformação da Caixa de Crédito Agrícola Eborense, instituída pouco tempo antes (Fonseca-1996:252-294). A euforia era tal que a emissão das 9.340 acções que constituíam o capital do banco encontraram 38 mil subscritores. Mas, na sequência da crise, depressa o seu capital ficaria fixado em 500 contos, metade do que estava

⁴¹⁴ De acordo com os estatutos desta caixa, ela tinha “por fim a guarda em depósito de pequenas quantias”. Qualquer pessoa podia ser depositante e aceitavam-se depósitos em nome de menores. Cada pessoa dispunha de uma caderneta onde eram registadas as operações de depósito e os saques. Os juros eram contados dia a dia. A taxa de juro estava fixada em 4 % em 1905, valor muito abaixo da remuneração oferecida pelo banco aos seus accionistas e paga pelos depósitos a prazo. (V. documentos depositados no actual arquivo do BPI).

autorizada a realizar. Tal como sucedia com a dos bancos comerciais desta época, também o Eborense assentava a maioria das suas receitas no desconto de letras, representando os juros realizados sobre empréstimos de vários tipos menos de 20 % daquele montante. Os empréstimos hipotecários em conta corrente constituíam a quase totalidade destas últimas operações que, pela sua flexibilidade, tinham a preferência do público. Também o Eborense promoveu desde a primeira hora a constituição duma caixa económica destinada às pequenas poupanças. Em breve esta caixa alcançou os 300 clientes, muito embora estes montantes tivessem fraca expressão no conjunto dos depósitos. A sua utilidade social era, porém, enaltecida:

“o rico e o pobre aqui acham recursos cujo valor doméstico todos temos podido apreciar praticamente” (CO/BE/RC-1878).

A crise financeira e comercial de 1875/6 não parece ter abalado tão profundamente as finanças deste banco quanto o seu rival, já que as operações realizadas nas agências era bastante diminuto (cf. figuras 1 e 2). Perdeu, no entanto, pelo menos 3 contos em papéis da Companhia de Mercados e Edificações Urbanas de Lisboa. E, sobretudo, o seu crescimento foi afectado pela situação económica dos seus accionistas¹⁶. Nos finais de 1878, das três emissões de acções no montante de 550 contos, havia ainda a receber dos accionistas 43,4 c. Além disso, detinha ainda 2,7 contos de títulos próprios em carteira. Surgiriam depois vários problemas. Às dificuldades com a cobrança de avultadas dívidas seguiram-se à insolvência da Companhia Industrial Eborense em 1879, iniciativa que fora apoiada pelo banco desde o início. As acções judiciais desencadeadas para haver três herdades em Moura arrastaram-se nos tribunais até 1882, com custos acrescidos devido ao emaranhado de direitos constituídos. Seja como for, em 1879, a tormenta parecia ter passado já que as acções do Banco andavam cotadas ao par em Évora. A gerência definira a sua conduta de forma idêntica à do seu rival na cidade: o desconto de letras era classificado como “a principal e a mais profícua das operações”, os créditos pessoais davam lugar a créditos hipotecários quando renovados ou quando a direcção assim achasse conveniente. Os contratos não deveriam ser renovados sem que houvesse amortizações periódicas, enfim, fugia-se das operações sobre títulos para aplicar os excedentes depositados a prazo. O crédito hipotecário sobre a terra não estava, contudo, isento de problemas pois a teia de interesses e direitos jurídicos em que permanecia envolvida aliava-se à morosidade dos tribunais, dificultando a realização de activos.

¹⁶ A este respeito a gerência diria que “o numerário que o país dispunha não correspondia, ainda que muito se apregoava a nossa riqueza e aquela que do Brasil nos tinha vindo nos últimos anos” (CO/BE/RC-1875). Veja a este respeito, a leitura contemporânea de Pinto Coelho (1875).

Assim, surgiram novamente problemas com execuções em propriedades em 1882 que seriam alienadas somente dois anos mais tarde. Mas em 1885, o banco não conseguira alienar a Fábrica das Donzelas que pertencera à Companhia Industrial e que produzia farinhas, massas e azeite.

Em 1886, a crise agrícola levou a gerência a restringir as operações de desconto de letras. Tendo a sua acção limitada ao Alentejo, a corrida aos depósitos a prazo impedia o banco de aproveitar plenamente a carência de dinheiro. A necessidade de ter “a caixa robustecida” para fazer face às operações de desconto de letras, base do lucro da banca, desaconselhava-o. Neste quadro de acanhada circulação monetária e de fundos limitados, a gerência apostava sobretudo na constituição do fundo de reserva para elevar os seus capitais.

A segurança nas operações dada pela garantia fundiária traduziu-se nos últimos anos da década de 1880 pela contínua alienação de propriedades. A sua atitude foi, por regra, a de vender o melhor possível, mesmo que para isso ficasse com as propriedades em carteira anos a fio. O resultado de todo isto era um crescimento moderado no volume de negócios. Tal como se viria a afirmar mais tarde os maus anos agrícolas eram anos de “prosperidade” para o Banco, “o que bem revela quão útil foi para a lavoura a criação dos estabelecimentos da natureza do nosso, que têm por verdadeira missão acudir às faltas originadas pelos insucessos agrícolas” (CO/BE/RC-1904 : Parecer do Conselho Fiscal).

A venda de propriedades prosseguiu nos primeiros anos da década de 1890. Em 1890 houve execuções de propriedades de pequeno valor no Algarve e no Alvito e, em 1893 o banco ficou com a herdade de Bencafed.

O Banco Eborense atravessou estes anos com alguns incidentes. Em 1891, a crise provocada pelo governo, deixou o banco sem capacidade para responder à procura de dinheiro por parte dos depositantes. Iniciada em 10 de Maio, na sequência do decreto do governo, os levantamentos foram limitados a 25 % do valor dos depósitos, situação que ficaria resolvida apenas um mês depois graças à intervenção do Banco Comercial de Lisboa e do Banco de Portugal. O desaparecimento da moeda em circulação (a “crise dos trocos”) foi solucionado com a emissão de papel pelo banco. No ano seguinte, o Banco acusou uma retracção geral em todas as operações financeiras e teve 2,2 contos de prejuízos. Apesar do valor da propriedade ter subido, o banco deixou de realizar novos contratos com o argumento de que era “difícil à maioria dos nossos lavradores o apuramento de capitais”. Os dois anos seguintes seriam maus para os lavradores. Em

1894, a nova direcção nomeada “chama à ordem” os seus clientes, realizando-se um grande movimento de liquidações e foram vendidas propriedades no valor de 73,6 contos. Avultadas dívidas estavam em litígio nos tribunais envolvendo figuradas gradas como o Conde da Costa e D. Maria José Maldonado Passanha, de Ferreira do Alentejo.

Apesar destes incidentes, a prática do banco esteve longe de contribuir para lançar no mercado terra a baixo preço. Definido o princípio de “colher para o Banco o que só ao Banco pertence”, a sua prática consistiu em “evitar os meios coercivos que podendo redundar em aniquilamento de forças, também podem, em determinadas conjunturas, produzir efeitos contraproducentes e até menos satisfatórios” (CO/BE/RC-1896). Também se impedia o aviltamento dos preços da terra. A recurso ao “arrendamento de propriedades que trazíamos em conta própria e para as quais não tem aparecido oferta a nosso contento” foi uma prática seguida por diversas vezes, pois o Banco não estava “resolvido a liquidar por todo e qualquer preço oferecido” (CO/BE/RC-1898). Para além de protelar durante anos a venda, este princípio levou o banco até a fazer benfeitorias em propriedades que recebera por forma a valorizar o seu património.

A partir de 1896, uma sequência de bons anos agrícolas trouxe ao banco, não apenas a liquidação de dívidas e o aumento no volume de depósitos, como criou condições para a venda de propriedades. No ano em que o banco ficava instalado na Praça do Sertório (1897), a abundância de dinheiro levou à descida das taxas de juro e colocou o problema singelo de saber o que fazer com ele. A prosperidade agrícola não se repercutia igualmente no comércio e o panorama que surgia à direcção era de completa ausência de oportunidades de investimento na região fora da esfera agrícola. Também o relatório do Banco do Alentejo de 1902 notava:

“É (...) satisfatório e remunerador o ano que *findou e maior seria o movimento geral das transacções se não fosse a evolução económica porque está passando, nesta província, a agricultura*, a quem o Banco presta os seus serviços.” (CO/BA/RC-1902, sublinhado nosso).

Também a prática do Eborense continuava a pautar-se pelo princípio de ir “reduzindo e limitando sempre as nossas operações tanto quanto possível, a um meio comercial e agrícola mais do nosso conhecimento” (CO/BA/RC-1904). O excesso de dinheiro no cofre fez o banco regressar à aquisição de títulos em 1899, sendo justificada a aplicação de 51 contos em títulos do Banco de Portugal e em “obrigações das classes inactivas” desta forma eloquente:

“Perante a expectativa dos lucros cessantes com danos emergentes, pensou a vossa direcção ainda em aplicá-la (a redução das taxas em vigor) tão-somente na secção descontos; mas viu do mesmo modo que não era fácil, nem crível mesmo, crescer aí o movimento até ao ponto de compensar seguramente todas as deficiências que também surgiam indubitáveis e reais. Além disso (...) nunca poderia ir além dos efeitos locais e muito transitórios; e o meio em que vivemos, sendo como é, limitado e restrito, também não tem movimento industrial que nos pudesse levar a confiar plenamente nos resultados práticos duma deliberação evidentemente extraordinária e que só se recomendava de momento pelas inconstantes e variadíssimas oscilações de caixa. Sair para fora do meio? Além da falta de procura também nos parecia temeridade e tanto mais por se saber o pouco prudente o caminhar com passo incerto e por desvios onde só se nos oferecia crédito pessoal e pouco conhecido prejudicando desde logo a indispensável confiança (no Banco).” (CO/BA/RC-1898).

Em 1903 e 1904, nova corrida ao dinheiro voltou a criar problemas de caixa, levando o banco a contrair um empréstimo de curto prazo ao Banco Comercial de Lisboa. Em breve, os títulos em carteira cairiam até aos 6 contos, sendo constituídos, na maioria, pelas acções na Adega Regional do Alentejo. Mas, no essencial, o seu modo de funcionamento manter-se-ia inalterável até à guerra.

7.3.3. Accionistas e clientes

Ao longo de quase meio século, o Banco do Alentejo partilhou o mercado com o seu rival, como atesta a evolução do valor dos depósitos nos dois bancos (a preços de 1914) (figura 7.1)⁴¹⁶. A questão que se coloca é a de saber porque existiram dois bancos que disputaram um mesmo espaço económico. Uma análise da questão remete-nos para as “raízes” sociais e para as clientelas dos dois bancos.

⁴¹⁶ Essa partilha de mercado é indiciada pela escala idêntica das duas instituições como se verá nas figuras que representam as existências em dinheiro no cofre no final de cada ano, o volume das operações de desconto de letras, etc. (*v. infra*).

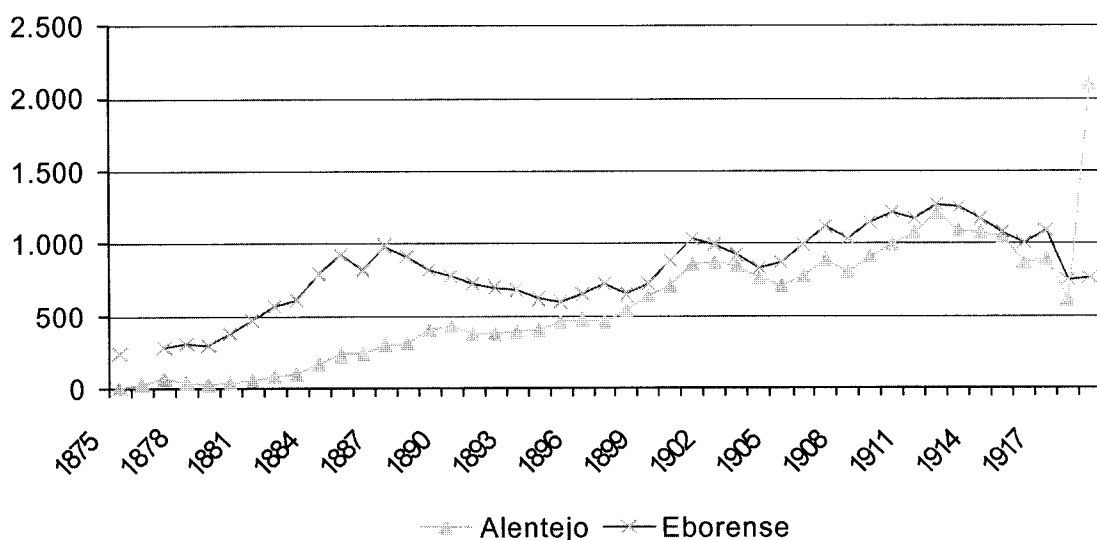


Figura 7.1. Valor dos depósitos existentes nos Bancos do Alentejo e Eboreense em Dezembro de cada ano (1875-1919).

Fontes: CO/BE/RC, 1875-1919 e CO/BA/RC, 1875-1919.

Valores sobre os depósitos à ordem, a prazo ou em conta corrente em contos de 1914.

Embora as “boas práticas” das duas firmas bancárias tivessem sido convergentes ao longo dos últimos 25 anos do século XIX, a sua origem foi distinta (*v. infra*). Tanto o Eboreense como o seu rival eram bancos de accionistas. Por outras palavras, não tiveram uma origem individual ou familiar, nem havia neles ninguém que submetesse a estratégia dos bancos aos seus interesses particulares ou que se servisse das poupanças recolhidas para se lançar em projectos ambiciosos e arriscados. Nos dois casos parece ter sido a acção empenhada de um grupo restrito de individualidades que acabaram por arrastar um número mais vasto de pessoas interessadas. Na sua quase totalidade, as acções eram nominais e tinham sido adquiridas mediante subscrição particular. Tais procedimentos garantiam que a porta do “clube”, se não estava fechada a sete chaves, estava pelo menos adequadamente fechada. A permanência e a continuidade nos nomes de família dos maiores accionistas assim o atestam. Por outro lado, as regras de funcionamento das assembleias dificultavam o controlo interno por *uma* pessoa ou grupo familiar. Tal acabava por dar importância às direcções eleitas e remuneradas. Isto não invalida que não existissem pessoas *influentes*, mais conhecedoras e as quais as gerências consultavam quando se tornava de tomar decisões ou obter informações. No Banco Eboreense, por exemplo, os estatutos limitavam a autonomia dos directores

obrigando-os a consultar o conselho fiscal ou a assembleia geral para operações que envolvessem elevados montantes⁴¹⁷.

Uma larga proporção de acções ficava nas mãos de mulheres e de menores, invariavelmente representadas nas assembleias gerais pelos pais, maridos, tutores ou representantes. Laços de parentesco diminuían significativamente o significado da dispersão das acções (estimada sobre número total de accionistas), tanto mais que havia a moda de atribuir uma única acção aos filhos menores. No Eborense, por exemplo, as assembleias não contavam com mais de duas dezenas de pessoas que representavam as mais de 3 mil acções nominais. Para a maior parte destes accionistas, a posse de títulos era certamente encarada como uma fonte regular e segura de rendimentos e não como um investimento de curto prazo. É, assim, provável que muitos accionistas não estivessem interessados na acção da gerência desde que a sua acção garantisse o valor de mercado e um rendimento considerado aceitável. Deste modo, devemos considerar as *famílias* e não apenas os indivíduos, bem como a autonomia que era dada aos gestores eleitos e remunerados que nem sempre estavam na lista dos maiores accionistas. Sob este ponto de vista, o Banco Eborense pode ser classificado como pertencendo às *boas famílias* da elite alentejana enquanto o seu concorrente tinha raízes no comércio e em interesses sobretudo “financeiros”. O Banco do Alentejo apresentava, enfim, uma composição mais heterogénea mesmo se considerarmos a extracção geográfica dos capitais. No primeiro caso encontramos famílias cuja origem nobre remontava ao Antigo Regime, gente que conseguira fazer a transição de forma bem sucedida para o novo regime de propriedade, convertendo direitos dominiais em propriedade fundiária capitalista. A estes juntavam-se grandes lavradores e grandes negociantes ligados à comercialização das produções da lavoura regional e à importação de géneros que, no seu percurso ascensional, estabeleceram laços de parentesco com aqueles. Nomes de grandes accionistas como Gama, Barahona, Fíúza, Cordovil, Potes (Sá Potes, Potes Amaral, Potes de Campos), Fernandes ou Paquete que estavam no Eborense não se repetiam no seu concorrente⁴¹⁸. Este grupo, por sua vez, usava sistematicamente o banco quer para

⁴¹⁷ V. a este respeito a legislação de enquadramento da actividade bancária publicada em 1867 (*Diário do Governo*, em 17 de Janeiro), em 1894 e a *Reforma Bancária (decreto 10.474)* de 1925 (Reis-1995 e 2002).

⁴¹⁸ O caso do conselheiro Oliveira Soares foi excepcional.

realizar importantes operações de desconto, quer para realizar depósitos ou contrair empréstimos²⁰.

A listagem nominal dos maiores accionistas do Banco Eborense no seu primeiro ano de actividade revelou que 31 indivíduos detinham mais de 50 acções cada um e que estes, no total, somavam mais de metade das 11 mil acções emitidas (v. tabela F.2 em anexo). Em 1904, havia um número de accionistas um pouco maior, mais como resultado da reprodução do próprio grupo original do que da entrada de novos actores. Isto mesmo é sugerido pela repetição dos mesmos sobrenomes e da entrada 12 donas na lista dos maiores. Enfim, o perfil social da assembleia manteve o carácter *alentejano* que desde o início o banco procurou mostrar na estatística de accionistas. Em 1879, dos 350 accionistas, 234 residiam no concelho de Évora, 57 noutros concelhos alentejanos e 46 em Lisboa. Ou seja, apenas 13 não tinham residência no sul (destes, 7 eram do Porto) (CO/BE/RC-1879).

Tabela 7.7. Banco do Alentejo: número de acções e de accionistas (1907-1942)

	1907	1922	1942
Número de acções nominais	9.928	14.256	17.185
Número de acções ao portador	2.072	9.744	46.815
Número de accionistas (acções nominais)	717	884	1.232
Número de maiores accionistas	37	20	28
Número de acções detidas pelos maiores accionistas	3.190	4.413	3.101

Nota: consideraram-se “maiores accionistas” todos os indivíduos titulares de 50 ou mais acções (em 1942 com mais de 100 acções).

Fontes: CO/BE/RC-1907, 1922 e 1942.

Em contrapartida, a lista dos maiores accionistas do Banco do Alentejo até à I Guerra Mundial apresentava indivíduos de origem geográfica distinta, na maior parte sem raízes na região e com um perfil social diferenciado (v. tabela F.1. em anexo). O peso das instituições de caridade era aqui maior (o Asilo da Infância Desvalida de N.^a Sr.^a da Piedade de Évora detinha 158 acções, a Real Casa Pia de Évora, 35, a Misericórdia de Évora 177 e Misericórdia do Porto, 80) bem como dos membros da Igreja (padres e cónegos) e mulheres cuja fortuna pensamos ser composta sobretudo por capitais móveis. E se é verdade que na lista da assembleia de 1907 encontramos alguns nomes sonantes

²⁰ V. a este respeito a documentação de arquivo (livros de caixa) dos dois bancos, depositada presentemente no BPI e na CGD.

entre os grandes proprietários eborenses, eles não detinham cotas importantes neste banco. A este respeito constituíram excepções notáveis os Barahona e Castel' Branco ou a família Soares Pinheiro. Haverá aqui alguma clivagem também de natureza clientelar e política em oposição aos Históricos e Regeneradores, como sugere a presença do republicano Brito Camacho e do chefe local do Partido Progressista? Mesmo indivíduos ligados ao comércio regional como os Paquetes, não detinham um número substancial de acções no Alentejo. Em contrapartida, revela-se a importância das famílias Arnaud, Lopes e Marçal.

Salientemos, em todo o caso, que o Banco do Alentejo não era mais aberto: apenas 2 mil acções eram ao portador, enquanto cerca de 10 mil eram nominais. As acções não estavam, porém, tão concentradas e o número de “capitalistas” (ou seja, de gente rica sem uma raiz essencialmente agrária) era superior. Uma análise das pessoas que estiveram à frente do Alentejo irá mostrar que a par de banqueiros e comerciantes (como os Marçal), por detrás dele estiveram também os interesses regionais do comércio de exportação de cortiça. Muito embora encontremos industriais corticeiros no Eborenses, como os Reynolds e o catalão Areu y Camps, foi na direcção do outro banco da cidade que estiveram alguns nomes importantes da cidade ligados a este comércio.

Seja como for, este traço irá desaparecer depois da guerra, quando uma parte da elite agrária se agrupa novamente no Banco do Alentejo. Assim, as listas dos maiores accionistas de 1922 revelam a entrada de alguns lavradores que conheceram um percurso ascensional (Calhau, Descalço) e de outros (Queiroga). A lista de 1942 parece consolidar o carácter regional do grupo com a saída dos Arnaud, do banco Fonseca, Santos & Viana e com a entrada de gente que se movia no meio dos negócios locais (como o advogado Camarate de Campos) e fortunas fundiárias como os Mota Cerveira, Descalço, a Viscondessa de S. João da Pesqueira e o Visconde de Sacavém. As instituições de beneficência mantiveram a sua posição e as acções detidas por firmas comerciais e seguradoras no conjunto ultrapassaram as 7 centenas. Nesta altura, o número de acções ao portador era já bastante superior ao das acções nominais e, por isso, torna-se difícil asseverar dos interesses que ali representados⁴²⁰.

A análise das escrituras notariais em Évora até à I Guerra Mundial e os livros de caixa revelam algumas diferenças no perfil social das pessoas que recorriam aos dois

⁴²⁰ A lista de presenças nas assembleias é, porém, um indicador. V. BPI/BA, *Livro de actas da Assembleia Geral*, 1924-1974.

bancos. Por via de regra, lavradores e os grandes proprietários fundiários com raízes na região recorriam mais ao Eborense enquanto o comércio e a indústria pareciam preferir o seu concorrente. A existência destes dois bancos sugere assim duas redes distintas de negócios do dinheiro. A distinta cronologia e intensidade das propriedades que caíram na posse dos dois bancos e da actividade de desconto de letras são indicadores que sustentam esta hipótese (v. figura 7.6).

É também interessante analisar a composição da gerência dos dois bancos (v. tabelas F.2 e F.3 no volume anexo). Apesar da curta duração dos mandatos para os corpos gerentes, a estabilidade marcou tanto a vida do Banco do Alentejo como do Banco Eborense. A continuidade predominou sobre a alternância. Pessoas em posições fundamentais serviam durante longos anos (em muitos casos até à morte) e, nessa medida, marcavam a vida da empresa. Dificuldades conjunturais de natureza financeira, como a crise de 1892, ou política, como a implantação da República, não trouxeram quaisquer alterações no grupo de liderança. Deste modo, à frente dos bancos estiveram um número restrito de pessoas. No caso do Eborense, que tinha na gerência um corpo de 3 directores e de 3 membros no conselho fiscal, a lista de pessoas com responsabilidades no topo contava com pouco mais de 3 dezenas de nomes. Sobressaem, como já foi referido, grandes proprietários fundiários e grandes negociantes, parecendo as maiores fortunas resguardar-se para plano recuado, optando por acompanhar a vida do banco no conselho fiscal. Interessados na gestão quotidiana das suas próprias casas, tal opção seria a mais conveniente. Apesar disso, não deixamos de encontrar as maiores fortunas fundiárias na direcção do banco.

No caso do Banco do Alentejo, o número de gestores foi também muito estreito (v. *tabela* F.2. em anexo). A imagem de estabilidade foi reforçada pela longa carreira da família Lopes Marçal à frente da direcção. Três gerações de gestores accionistas (João, Manuel e Manuel Lopes Marçal Jr.) sucederam-se na direcção do Banco. Apesar desta posição, os directores não deixaram de exercer outras actividades. O primeiro surgiu ligado ao comércio de tecidos e fazendas que “importava” dos centros de produção e o segundo foi médico. Apesar disso, não deixaram de constituir fortuna fundiária como atesta a presença de José Lopes Marçal entre os eleitores maiores contribuintes de contribuição predial e sumptuária do concelho.

Outro caso notável foi a presença de Eduardo e depois José Oliveira Soares durante várias gerências, constituindo este o único caso de sobreposição familiar que

encontrámos com o Eborense. Efectivamente, enquanto Manuel Eduardo e depois o conselheiro José António se encontravam no Eborense, outro Eduardo e outro José encontravam-se no Alentejo. Seja como, algumas das pessoas que encontramos à frente do Banco do Alentejo surgem não apenas como proprietários ou lavradores, mas andaram ligados a outras actividades. Assim, José António Soares Pinheiro esteve associado a um comerciante na Soares Pinheiro & Annes (1889), sociedade constituída para a “especulação relativa ao comércio capitalista, retroseiro, fanqueiro e mercador”, Ricardo Villardebó teve uma actividade importante no comércio internacional de cortiça destinado aos mercados da Europa Central, António Simões Paquete negociava em “lãs, cereais e outros artigos”, enfim, Júlio Victor Machado abastecia a região com tabaco (*v. supra*, cap. 2).

É assim provável que as distintas marcas de origem dois bancos da cidade (radicando um na elite fundiária e mercantil regional e outro na reunião de fortunas mobiliárias de diferente extracção) sustentassem redes de negócio diferenciadas.

7.3.3. Comportamentos convergentes

a) A concentração das operações na sede e o privilegiar das operações de curto prazo: a segurança dos capitais.

Os dois bancos da maior cidade alentejana partilharam o mercado para os capitais regionais e convergiram na sua orientação e práticas creditícias. Como resultado do trauma provocado pela crise bancária de 1875-1877 e de algumas más experiências subsequentes com negócios nas agências, as duas sociedades sacrificaram das possibilidades que poderiam advir duma rede bancária mais alargada, em nome da segurança das aplicações e da necessária credibilização bancária, e concentravam quase exclusivamente as suas operações na sede. Podemos avaliar a evolução da importância das operações nas agências dos dois bancos uma vez que nos dois casos os relatórios apresentaram sempre de forma distinta essas contas no seu balanço.

A figura 7.2 mostra-nos a evolução dessas rubricas do activo nos balanços anuais dos dois bancos, realizados em Dezembro de cada ano (em valores constantes de 1914), desde a sua data de fundação até ao momento em que o Eborense é vendido ao Banco Nacional Ultramarino, em 1919.⁴²¹ Os livros de caixa mostram que os relatórios

⁴²¹ Utilizámos os deflacionadores de Nuno Valério (2002)

apresentavam balanços de contas com correspondentes cujas operações recaíam fundamentalmente sobre o descontos de letras (CGD/BNU/BE/DI, 1854-1920).

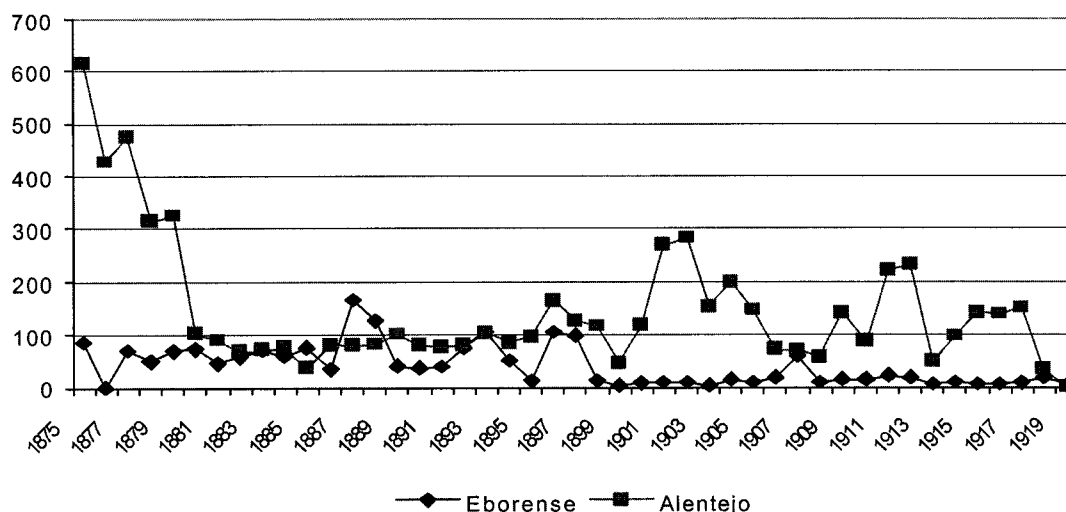


Figura 7.2. Evolução das contas dos agentes e correspondentes dos bancos Eborense e Alentejo (1875-1919)

Fontes: CO/BA-RC: 1875-1919; CO/BA-RC: 1875-1919 (cálculos nossos)

Nota: valores dos resumos dos balanços das contas escriturados nos activos dos dois bancos em mil réis de 1914.

É interessante analisar a evolução da importância desta rede de agentes e correspondentes nos dois bancos. Podemos avaliar a importância destas operações no exterior na proporção com as operações de crédito a curto prazo realizadas na sede (cf. figura 7.3). Tal como disséramos anteriormente, as operações com agentes e correspondentes foram mais importantes para o Banco do Alentejo do que para o seu concorrente. Em 1877, para cada 100 réis aplicado no crédito a curto prazo na sede do Alentejo, 150 estavam no exterior. No Eborense essa relação era inversa: para cada 100 réis emprestados a curto prazo, cerca de 25 correspondiam a contas no exterior. Mas a situação vivida pelo Banco Alentejo alterou-se pouco tempo depois. A descida acentuada e contínua registada entre 1875 e 1881 traduziu o movimento de encerramento das caixas filiais do Porto e de Portimão e, depois, de redução da actividade com os agentes locais e representantes, sendo de destacar as agências do Algarve (Olhão, Loulé, Tavira e Faro) de Lisboa e do Porto (v. por ex. BPI/BA/PO/Cx, 1879-1880). Assim, em 1883 aquela relação tinha-se invertido: 23,5 mil réis aplicados nas agências para cada 100 mil réis na sede.

Até finais do século XIX esse movimento com agentes e correspondentes continuou sempre muito débil e dependente das decisões da sede. No caso do Eborense, dir-se-ia

que se trataram de operações quase residuais que se podem explicar pela necessidade de aplicar fundos imobilizados em determinados momentos ou por relações comerciais que se estendiam para lá do raio de acção habitual do banco.

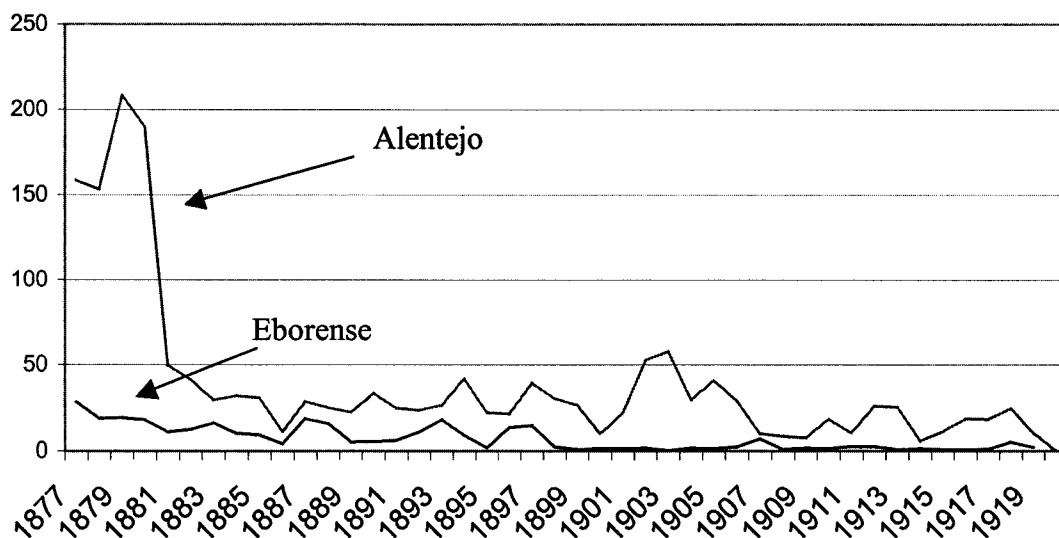


Figura 7.3. Relação entre contas dos agentes e correspondentes (1) e o crédito a curto prazo (2) nos bancos Eborense e Alentejo (1877-1919)

Nota: Valores do *ratio* (1)/(2) em percentagem. A linha superior refere-se ao Banco do Alentejo e a inferior ao Banco Eborense.

Fontes: CO/BA-RC: 1875-1919; CO/BA-RC: 1875-1919 (cálculos nossos).

O Banco do Alentejo partiu, pois, duma posição em que o movimento de capitais no exterior era mais importante do que na região. Este facto esteve relacionado com a origem dos capitais accionistas. Efectivamente, enquanto o Banco Eborense nasceu da iniciativa das elites há muito radicadas na cidade, o Alentejo reuniu participações mais diversificadas, sendo de destacar a participação dos capitais da praça portuense (*u. supra*). A sua natureza mais comercial e financeira deste banco explicava as ambições da direcção expressas nos primeiros relatórios de abrir agências em Lisboa, Paris e no Rio de Janeiro.

No Eborense, a proporção entre as operações na sede e nas agências foi muito menor e manteve-se débil ao longo de toda a sua história. Como explicar essa duradoura relação entre a sede e os agentes? Porque razão não se investiu mais na criação de redes alargadas para os capitais? Timidez ou atavismo das sucessivas gerências bancárias? Excessiva concorrência nas áreas cobertas pelas agências?

As gerências não deixaram de enfatizar nos seus relatórios os riscos envolvidos nas operações com as agências. A relação dos gerentes bancários com os agentes tinha necessariamente de assentar num conjunto de pressupostos nem sempre fáceis de alcançar. Encontrar uma pessoa de elevada credibilidade em meios de negócios mal conhecidos pela gerência envolvia necessariamente uma relação de forte confiança. A proximidade das relações interpessoais, o conhecimento do meio e a abundância e qualidade de informação sobre os negócios eram vectores que pesavam nas decisões quando se tratava de mandar dinheiro para longe da sede. Se bem que os elevados custos de informação pesassem na vida diária das firmas, as razões fundamentais para a escassa diversificação dos negócios e para a ticanhez da rede bancária tinham sido já enunciadas: o volume de capitais constituídos depois da crise de 1875-1877 não permitia ao banco manter noutros locais caixas filiais.

Tentemos então descortinar o sentido das relações da sede com os agentes cuja importância não deve, apesar de tudo, ser subestimada. Notemos, em primeiro lugar, a “coincidência” entre o aumento do volume de saídas de capitais e os momentos de melhor desempenho por parte da banca. Nos últimos anos do século XIX, nos primeiros da década seguinte, e em alguns momentos durante o período da guerra a banca viu-se a braços com dificuldades de aplicação de capitais. Esta relativa abundância de numerário na caixa teria talvez permitido um incremento do investimento longe da área de vigilância das gerências. Contudo, a principal “função” dos agentes foi realizar lucros nas operações de desconto de letras, numerosas, muito frequentes e que envolviam prazos curtos de liquidação. Estas operações eram preferencialmente realizadas directamente na sede e apareciam incluídas na sua carteira comercial.

Em suma, as razões para a concentração das operações na sede por parte dos dois estabelecimentos bancários da cidade foram invocadas pelos seus directores nos seus relatórios aos accionistas: a segurança nas operações e a remuneração superior dos capitais disponíveis proporcionado no seu centro. Por outras palavras, os elevados custos de informação resultantes da distância e de se tratarem de diferentes meios de negócios, as dificuldades de gestão resultantes dos problemas de controlo das operações e, enfim, os capitais necessários para operar com uma rede mais vasta, indisponíveis, parecem-nos razões plausíveis para tal evolução. Um último testemunho pode ser dado a partir dum caso exemplar. Quando, em 1916, os negócios bancários na região tinham paralisado devido à guerra e a direcção do Eborense se confrontava com o problema da imobilização dos seus capitais, a sua resposta foi baixar as taxas de juro de 8 para 7 % e recusar os

depósitos a prazo. A 4 de Março de 1916, a Companhia de Papel de Góis, porventura informada desta súbita “abundância de capitais”, pediu um empréstimo de 150 contos ao Eborense. Ora, apesar das garantias dadas, a proposta indeferida pela direcção “para não elevar a taxa de juro” e por se tratar de “uma região bastante distante e assim não haver facilidade em indagar agora das suas condições de segurança”. Mas a razão principal, segundo cremos, esteve na última alegação: a direcção tinha o “intuito de reservar quanto possível os capitais do banco para estas regiões” (CGD/BNU/BE/DI, 1916).

No ocaso da Monarquia, o Alentejo e o Eborense tinham-se consolidado efectivamente como os dois bancos das elites regionais, quer pelos accionistas que os constituíram, quer pela área negócios que privilegiaram quer ainda pela conduta da banca. Esta centração no meio de “imediate vigilância” tinha, porém, algumas desvantagens. A banca ficava muito exposta às circunstâncias que decorriam dos maus anos agrícolas, criando situações de instabilidade de caixa e nos próprios fundos (cf. figura 7.4). O problema pode colocar-se muito simplesmente da seguinte forma: nos maus anos os lavradores corriam a levantar dinheiro nas contas a prazo, aumentava a pressão sobre o crédito nas *contas correntes*, diminuindo depois o dinheiro disponível em contas à ordem. Deste modo, a capacidade do banco responder às solicitações da lavoura em conjunturas de crise era limitada. Os próprios gerentes referem com frequência que deixavam de conceder crédito apesar das garantias apresentadas pelos candidatos⁴²². Inversamente, nos bons anos agrícolas o dinheiro abundava tanto nos depósitos a prazo, como nas contas correntes e à ordem e a procura de crédito abrandava. A solução corrente consistia em recusar depósitos e, se necessário, baixar as taxas de juro. Tais práticas restritivas não parecem ter incomodado os usurários. Só muito tardiamente, nos anos '30, os relatórios dedicaram algumas linhas para lamentar a concorrência do mercado particular, intenso e que não pagava impostos.

Este funcionamento subordinado às vicissitudes da economia agrícola foi confirmado pelos registos dos movimentos de caixa diários dos dois bancos. Os números apresentados nos balanços em Dezembro de cada ano não traduzem devidamente a amplitude e a intensidade destas oscilações de caixa (cf. figura 7.4). Uma agregação mensal dos movimentos de caixa mostraria a forte dependência dos ciclos agrícolas

⁴²² Na óptica dos interesses bancários, não sabemos *quanto* crédito teria sido possível conceder nos maus anos, embora possamos suspeitar que se perderam oportunidades pelos lamentos dos gestores nos seus relatórios dirigidos aos accionistas. A este respeito, é sintomático que a entrada em funcionamento da agência do Banco de Portugal em Évora, representada pelo engenheiro Adriano Monteiro, não tenha sido mal recebida.

anuais. Nesta perspectiva, é interessante relacionar as operações de desconto de letras e os créditos em conta corrente, bem como as relações entre os depósitos à ordem e a prazo. No Banco Eborense, a correlação entre as operações de desconto e de crédito a curto prazo no período 1877-1917 foi forte (+ 0,56). No mesmo período essa relação foi ainda mais forte no Banco do Alentejo (+0,85!), revelando a natureza conjuntural do recurso ao crédito bancário. Estes resultados traduzem as dificuldades sentidas por todos (comerciantes, industriais, lavradores e proprietários) nos maus anos agrícolas. Isto sugere que a maior parte do crédito era contraído mais para enfrentar dificuldades conjunturais do que para fazer face a desafios a longo prazo.

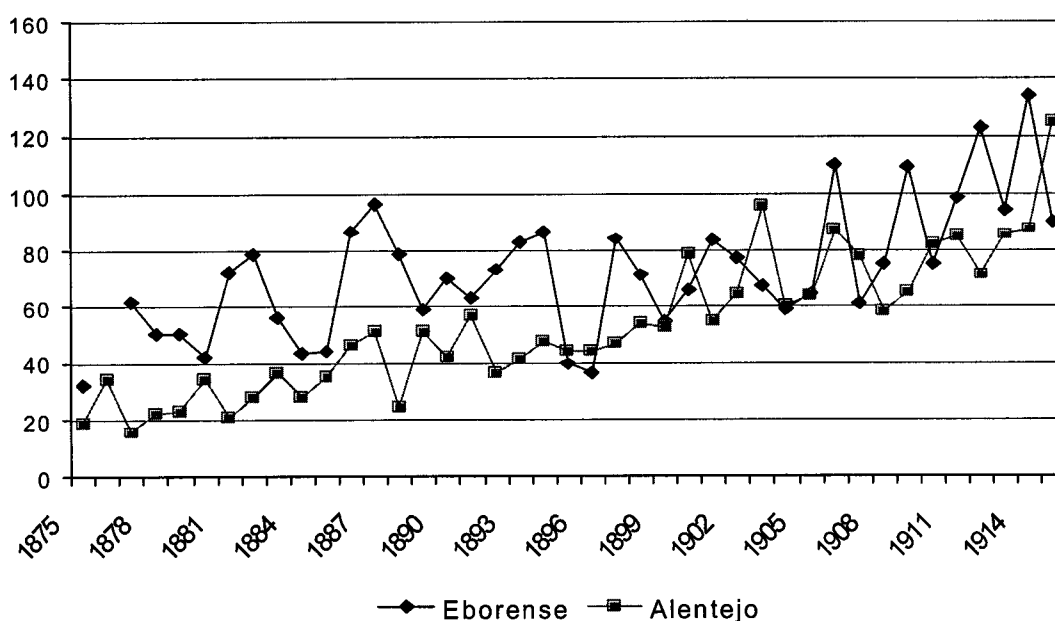


Figura 7.4. Evolução do dinheiro disponível em caixa na sede dos bancos Eborense e Alentejo em 31 de Dezembro de cada ano, 1875-1914.

Valores em contos correntes.

É também de salientar a estreita relação entre os depósitos a prazo e o depósito à ordem no Banco do Alentejo entre 1894 (o primeiro ano em que estes valores são discriminados) e 1916 (+0,77). Também no Banco Eborense verifica-se uma relação fortíssima entre o dinheiro em conta corrente e os depósitos a prazo (+0,81)²⁴.

²⁴ O Banco Eborense distingue na sua contabilidade os depósitos à ordem, em conta corrente e a prazo (superiores a 3 meses). A primeira modalidade não vencia juros mas o depósito podia ser levantado sem restrições em qualquer momento. O Alentejo tinha apenas duas modalidades. Não se verificou qualquer relação estatística entre os depósitos à ordem e a prazo no Eborense (-0,29) entre 1877 e 1896.

A privação de possíveis rendimentos de aplicações no comércio e na indústria, dois sectores da economia regional que não se recomporiam tão cedo da crise dos anos '90 do século XIX, teve outras implicações. Num cenário de maior diversidade económica, os rendimentos do comércio e da indústria poderiam alimentar a maior procura de capitais nos maus anos agrícolas, enfim, amortecer as dificuldades quando actuassem em contraciclo. A carência de dinheiro pressionava as taxas de juro para cima e proporcionava bons lucros à banca, muito embora aquém do que teria sido possível se estas instituições apresentassem maior escala e diversificação. Inversamente, nos bons anos agrícolas os bancos ficavam inundados com dinheiro e sem grandes capacidades para fazer outras aplicações, as quais teriam de ser necessariamente de curto prazo. Como veremos adiante, o investimento em títulos cumpriu largamente esta função.

b) As operações de curto prazo: depósitos e crédito

A maioria das operações de crédito foi dirigida fundamentalmente para o curto prazo e eram garantidas quase sempre por propriedade imobiliária ou por fiança pessoal. A análise dos livros diários do Eborense revelou que uma parte importante dos empréstimos cobria o ciclo agrícola, sendo contratados em Julho para depois serem liquidados em Agosto (CGD/BNU/BE/DI, 1873-1910). Piteiras Fernandes, Oliveira Soares, Eleutério de Soure, Gomes Ramalho, Adriano Augusto Murteira, Adriano Monteiro, Matos Fernandes, Visconde da Esperança, Potes Amaral foram nomes da elite eborense que se repetiam periodicamente tanto como credores como depositantes. No conjunto, estávamos perante um grupo relativamente restrito de clientes que usavam periodicamente a instituição e que eram responsáveis pela maior parte do seu movimento. Era este também o grupo dos maiores accionistas que utilizava o banco de forma a valorizar os seus rendimentos imobilizados ou para fazer face às suas necessidades de numerário para realizar operações comerciais ou fundiárias.

A análise do livro das escrituras de empréstimos do Banco do Alentejo entre 1906 e 1911 revelou a presença de um grupo de clientes algo distinto e relativamente mais diversificado que cobria todo o Alentejo. Entre o grupo dos que contraíram grandes empréstimos encontrávamos, para além de grandes lavradores e proprietários, pessoas ligadas ao comércio e à indústria da cidade como foi o caso Estevão de Oliveira Fernandes (no ramo do negócio automóvel), António Anselmo Dias (alimentação), Francisco de Oliveira Saragoça (industrial) e firmas comerciais como a Pires, Tristão & C.ia ou a Florival, Barahona & C.ia (cf. tabela em anexo). Também estes apareciam quase sempre como accionistas, embora não necessariamente entre os maiores.

O crédito em conta corrente foi importante também devido à forma como era utilizado. O crédito *pessoal* era convertido em crédito hipotecário em conta corrente quando sucessivamente renovado, ou quando o banco considerava tal garantia necessária. Com isso, o cliente tinha então acesso a um limite que podia utilizar fazendo levantamentos periódicos até determinado montante, os quais venciam os juros correntes na praça à data do saque. Por sua vez, ficava obrigado a pagar determinado número de prestações até ao vencimento dos saques efectuados. Como o crédito corria geralmente sobre garantia fundiária, a um determinado empréstimo hipotecário ficava consignado um montante máximo de crédito. Tal regime permitia que o crédito de curto ou de médio prazo *se arrastasse* durante anos, tornando-se um crédito de médio ou longo prazo (superior a 3 anos). O crédito de curto prazo tornava-se assim uma prática útil tanto para os lavradores que os requeriam para as suas operações de granjeio, pagamento de rendas, etc. como para os negociantes e comerciantes. A amortização periódica das dívidas, por seu turno, era para os bancos sinal do regular andamento dos negócios, dando-lhes a tranquilidade necessária para o andamento das operações.

De um modo geral, pode afirmar-se que o capital disponível pelas gerências para este crédito era limitado pelos montantes aplicados nas operações de desconto de letras. Por sua vez, os capitais necessários para satisfazer a procura de crédito dependiam dos montantes disponíveis nos depósitos a prazo e, naturalmente, dos capitais próprios dos bancos, uma vez que, como já foi referido, o volume de capitais reunidos pelas *caixas económicas* foi sempre muito limitado, como mostra a figura 7.5 para o Banco Eborense. O problema da escassez de dinheiro por parte da banca colocava-se assim periodicamente quando nos maus anos agrícolas os lavradores e comerciantes corriam aos depósitos e aumentavam as solicitações para as operações de descontos de letras e empréstimos.

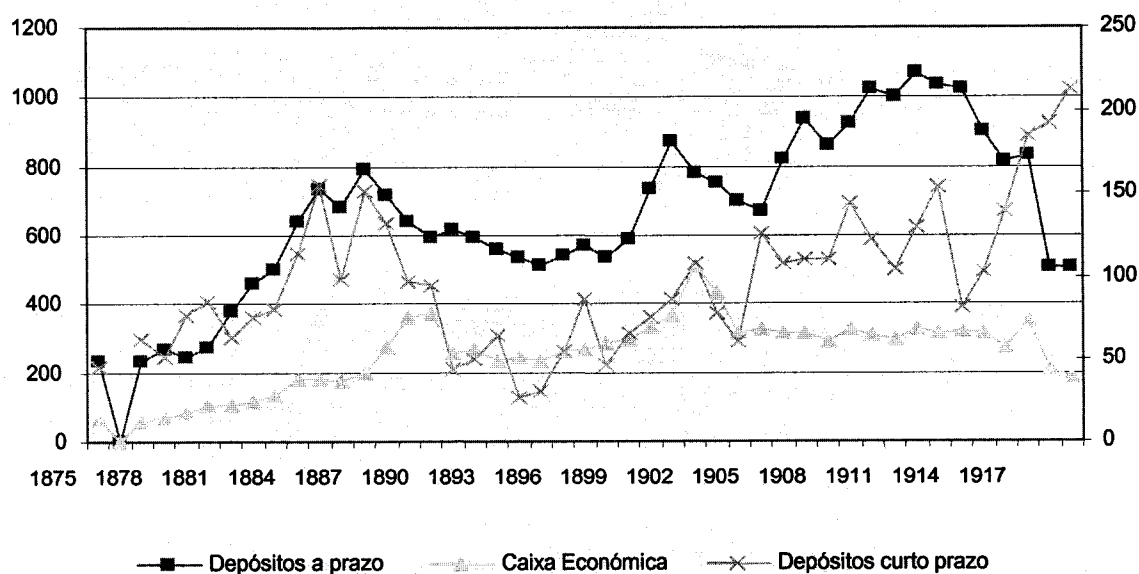


Figura 7.5. Evolução dos depósitos a prazo (eixo da esquerda), curto prazo e na Caixa Económica no Banco Eborense (eixo da direita), 1875-1919.

Fontes: CO/BE/RC: 1875-1916. Valores em contos de réis de 1914.

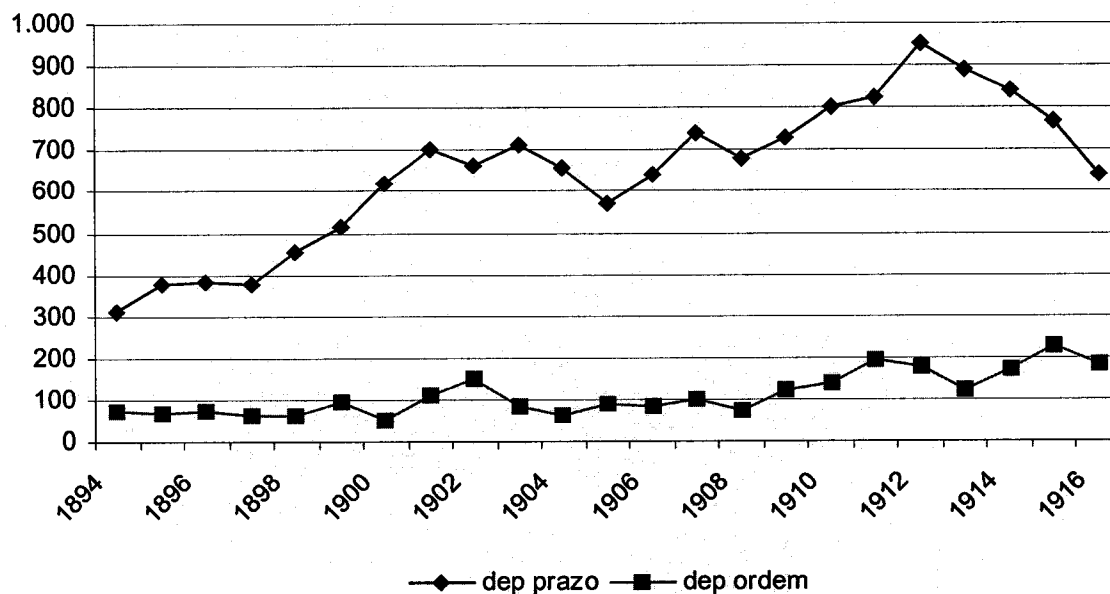


Figura 7.6. Evolução dos depósitos à ordem e a prazo no Banco do Alentejo (1894-1916)

Fonte: CO/BA/RC: 1894-1916). Valores em contos de réis de 1914.

c) A valorização da propriedade.

A elite fundiária e mercantil radicada em Évora ou com fortes ligações ao Alentejo, na maior parte accionista destes bancos, beneficiou da política “conservadora” das

c) A valorização da propriedade.

A elite fundiária e mercantil radicada em Évora ou com fortes ligações ao Alentejo, na maior parte accionista destes bancos, beneficiou da política “conservadora” das instituições de crédito de várias formas. Em primeiro lugar, obtinha um fundo de maneiço substancial a partir dos seus “créditos pessoais” e, sobretudo, do património fundiário para as operações de granjeio e de comercialização de produtos agrícolas. Em segundo lugar, e tal como observámos nos contratos escritos, poderia obter efectivamente juros mais favoráveis nos grandes empréstimos a prazos mais dilatados. Em terceiro lugar, podia contar com uma instituição que rapidamente lhe facultava o crédito necessário em situações urgentes. Depois o banco remunerava devidamente, através dos depósitos a prazo, o dinheiro em circulação na esfera agrícola e mercantil. Finalmente, os bancos não contribuían para baratear o preço da terra e não impediram a proliferação de um mercado privado para o dinheiro. Por esta via, os bancos não limitavam a capacidade de endividamento do grupo em conjunturas difíceis, como seria de esperar. Enfim, a ausência de “práticas predatórias” ou a atitude amigável e compreensiva não deve também ser subestimada. Em alguns casos difíceis, as dívidas a outros bancos foram saldadas e convertidas à banca regional que operou de forma amigável como um *banco de último recurso*.

Alguns exemplos podem ser dados a este respeito. Um empréstimo em conta corrente de 12 contos efectuado a 18 de Agosto de 1879 pelo Conde da Costa (Visconde de Guedes) foi resolvido com outro empréstimo de 24 contos contraído em 6 de Julho de 1886, seguindo-se ainda outro de 20 contos em 31 de Dezembro de 1892. Finalmente, o contencioso com o Eborense (que resultava das suas dificuldades da sua casa) foi resolvido com um acordo com a Condessa da Costa sobre as dívidas do marido. Estas foram convertidas novamente em crédito em conta corrente. Na mesma época, a casa comercial de Vilarinho & Sobrinho contraiu um empréstimo sobre o Banco Eborense para liquidar dívidas anteriores, entre as quais um empréstimo realizado junto do Crédito Predial Português. Um último caso pode ser ilustrado com as relações da casa de Guilherme Reynolds com o Eborense, em sérias dificuldades em 1892. Nessa altura, quando os seus bens foram à praça, o Eborense detinha dois créditos que atingiam os 226 contos. Estes avultados empréstimos tinham sido contraídos para liquidar as dívidas a outros bancos (nomeadamente o London Brazilian Bank) e casas comerciais. Apesar disso, tal como relatou a Direcção, os “bens foram vendidos em praça sem a concorrência da banca, é certo, atendendo a tratar-se de bens que a família dos devedores tinha

Roberto Luís Reynolds para autorizar o cancelamento das hipotecas na parte respeitante àqueles prédios”. (CGD/BNU/BE/DCF, fl.65).

Como consequência da importância do crédito sobre hipoteca imobiliária, os dois bancos acabaram por acumular propriedades que não punham à venda enquanto não achassem compradores dispostos a pagar o preço considerado aceitável. A figura 7.7 representa esse movimento e mostra que ele foi muito mais importante no Eborense do que no Alentejo. As linhas que se mantêm em alta, por vezes não representam mais do que a mesma propriedade que transitava durante anos no mesmo balanço, apesar desta atitude ser contrária à lei. Mas o facto que deve ser salientado é o carácter relativamente excepcional das execuções, em termos de intensidade e volume de valor, quando confrontado com o volume capital emprestado. Efectivamente, pouca gente perdeu a terra *a favor destes bancos*, embora a aflição que as fontes traduzem em determinadas conjunturas deva ser considerada genuína.

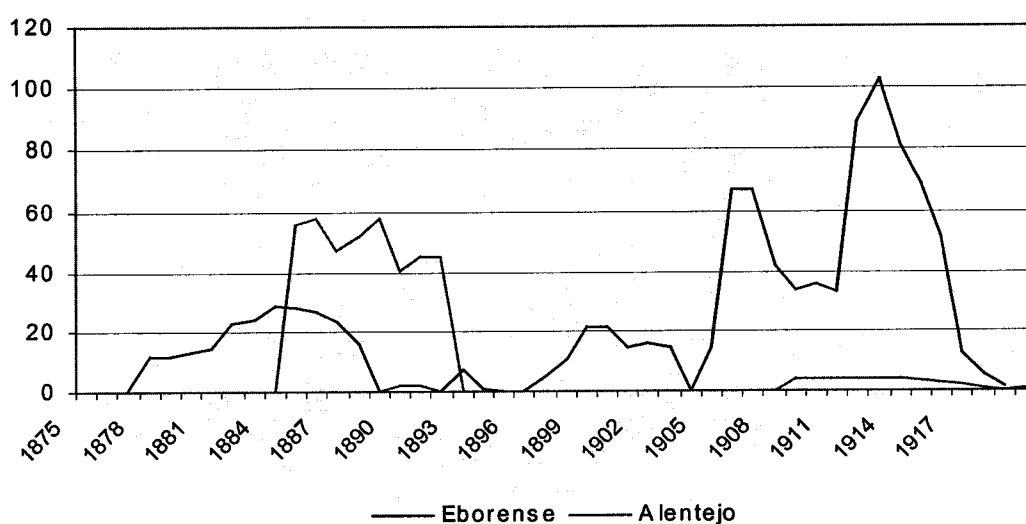


Figura 7.7. Valores dos fundos imobiliários nos activos do Banco Eborense e do Alentejo (1875-1919)

Fonte: CO/BA/RC: 1894-1916). Preços em contos de 1914.

d) As operações lucrativas: o desconto de letras e o crédito em conta corrente.

As operações efectuadas na sede, de desconto de letras e de crédito em conta corrente, foram até I Grande Guerra as principais fontes de rendimento dos dois bancos. Em 1882, por exemplo, a conta de ganhos e perdas do Banco Eborense revelava 26,3

d) As operações lucrativas: o desconto de letras e o crédito em conta corrente.

As operações efectuadas na sede, de desconto de letras e de crédito em conta corrente, foram até I Grande Guerra as principais fontes de rendimento dos dois bancos. Em 1882, por exemplo, a conta de ganhos e perdas do Banco Eborense revelava 26,3 contos de ganhos com os juros dos créditos em conta corrente e 28,4 contos no desconto de letras; ou seja, 54,7 contos num total de 65,4 contos de receita arrecadada nesse ano provinham dessas duas operações. Os “empréstimos hipotecários” a prazo mais alargado rendiam 5 contos, enquanto os empréstimos sobre penhores e com caução cifravam-se em 1 conto de réis. Esta relação entre as principais fontes de rendimento do banco, no entanto, alterar-se-ia a partir de meados da década de 1890, quando se tornou perceptível que o “bom” andamento do sector agrícola não estava a estimular de igual forma o sector comercial. Assim, em 1908, por exemplo, quando os lucros foram de 122 contos, os juros dos empréstimos em conta corrente quase atingiam os 68 contos. Os descontos de letras ficaram-se pelos 41 contos e os juros sobre empréstimos hipotecários atingiram apenas os 8,2 contos. Esta relação nas rubricas manter-se-ia até às vésperas da I Guerra Mundial. Podemos então afirmar que as operações de desconto de letras e os empréstimos hipotecários em conta corrente cobriam os riscos inerentes às operações de crédito e “pagavam” os juros dos depósitos a prazo e os dividendos.

A comparação das séries, nos balanços das contas, dos empréstimos hipotecários (1), dos créditos em conta corrente (2) e das operações de desconto de letras (3) (a preços constantes de 1914) mostra um declínio contínuo na importância dos empréstimos hipotecários a partir de 1894, muito acentuado a partir de 1914 (cf. figuras 7.8 e 7.9). Se o bom estado da economia da “lavoura” cerealífera explicava até então a perda de importância dos empréstimos sob hipoteca fundiária, já a partir da guerra os relatórios apontaram como principal razão para esse comportamento, a renitência dos proprietários em contrair empréstimos nessas condições, compreensível numa época de incertezas.

No Eborense, a correlação estatística entre as séries dos créditos em conta corrente e das operações de desconto é fraca (+ 0,34). Nos anos de dificuldades, o aumento nas operações de crédito de curto prazo correspondeu a uma descida no volume das operações de desconto de letras (1885-1887, 1896-1897, 1904-1905). Nos restantes anos,

relação entre as operações de desconto e os depósitos a prazo é positiva e fortíssima (+0,9 entre 1894 e 1914 para o Alentejo e +0,71 para o Eborense entre 1877 e 1914!)⁴²⁵.

O conflito bélico produziu uma quebra acentuada na carteira comercial dos dois bancos, caindo drasticamente os valores dos empréstimos e dos descontos de letras, muito embora a inflação contribuisse para tordar esta realidade.

O contínuo crescimento das operações financeiras até meados da primeira década do século XX mostra que o Banco do Alentejo estava gradualmente a ganhar terreno ao Eborense. Em 1914, as operações desconto deste cifravam-se em 536,7 contos, enquanto o Alentejo realizava 769,6 contos. O volume de depósitos aponta também para uma partilha equitativa do mercado (cf. figura 7.1, *supra*).

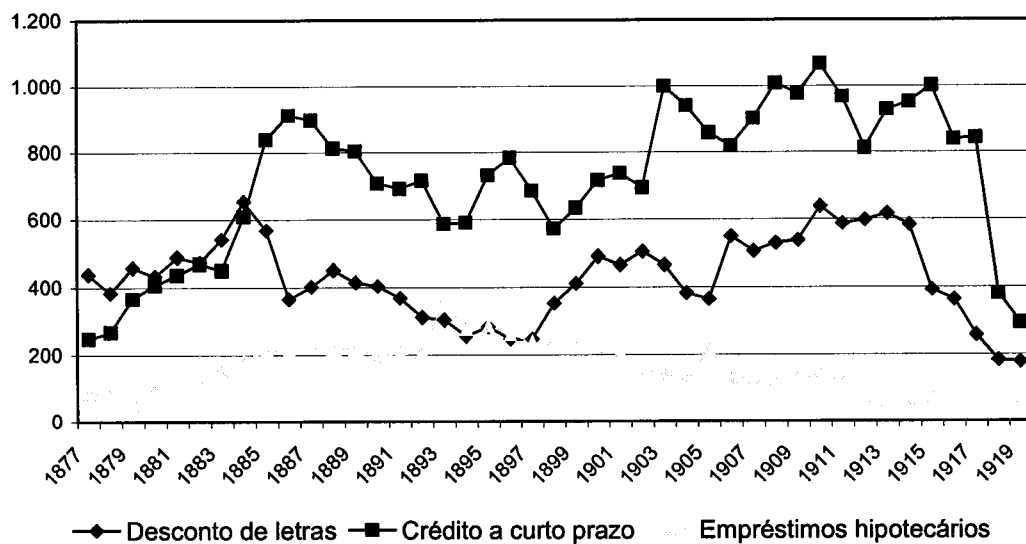


Figura 7.8. Banco Eborense: evolução das operações de desconto de letras, créditos em conta corrente e empréstimos hipotecários (1877-1919)

Fonte: CO/BE/RC: 1877-1919. Valores em contos de 1914

⁴²⁵ Antes de 1894 não há nos relatórios do Banco do Alentejo uma distinção entre os dois tipos de depósito.

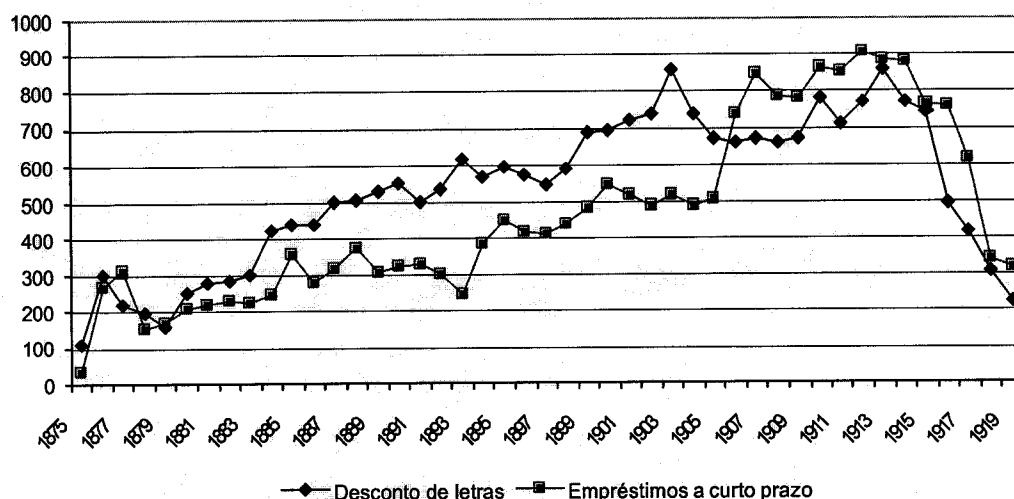


Figura 7.9. Evolução no volume das operações de desconto de letras e dos empréstimos a curto prazo no Banco do Alentejo (1875-1919)

Fonte: CO/BA/RC: 1875-1919. Valores em contos de 1914

As constantes variações nas operações de crédito e de desconto traduziam-se igualmente em fortes oscilações no dinheiro no cofre dos bancos. No Banco do Alentejo, por exemplo, a média aritmética do balanço do dinheiro em cofre a preços correntes foi de 73,2 contos e o desvio padrão 22,7 (cf. figura 7.4). Tal evolução indicia uma forte dependência das contingências naturais que afectavam o sector agrícola. De uma maneira muito esquemática podemos afirmar que nos bons anos agrícolas saldavam-se dívidas, aumentavam os depósitos e diminuía a necessidade de crédito para as operações comerciais; nos maus, pelo contrário, verificava-se uma corrida ao dinheiro acumulado que estava a render juros e aumentavam as dificuldades *quer para a agricultura quer para o comércio*. Na óptica da banca, apenas os últimos anos eram bons. Este ambiente obrigava os bancos a terem sempre a “caixa fortalecida”, situando-se estes valores nas duas instituições de crédito sempre acima dos 30 % das reservas constituídas. Deste modo, o aumento da poupança que se verificava nos anos bons não podia ser aplicada em investimentos de longo prazo, na exacta medida em que, para as gerências, não havia garantias que esse *incremento fosse sustentado*. Esse aumento das disponibilidades de dinheiro por parte do banco só podia beneficiar operações de curto prazo, o que ocorria na altura em que também o comércio e a indústria dele não necessitava.

A primeira metade dos anos '90 do século XIX foi um período globalmente mau tanto para a agricultura (por razões sobretudo climatéricas) como para o comércio e indústria como atesta o registo de falências (v. cap.2). A crise sentida na comercialização

das cortiças semi-preparadas foi agravada com a concorrência argelina e com os problemas financeiros e comerciais que acompanharam o ano de 1892. Estas dificuldades devem ter acompanhado a perda de oportunidades para os negócios de géneros alimentares. De acordo com a literatura disponível, a imposição de consumo de cereais nacionais à indústria atirou para os campos alentejanos agentes comerciais das empresas industriais que dispunham de dinheiro contado e usavam de práticas agressivas (como a compra antecipada de searas), facto que não deixou de se repercutir na actividade dos negociantes da região. Também os vinhos, azeites e as lãs sofriam com problemas sérios de comercialização. Nesta perspectiva, podemos pensar que o aumento no volume do crédito concedido pelo Banco do Alentejo a partir de meados da década de 1900, por coincidir com um abrandamento nas operações de desconto, traduz as dificuldades deste sector comercial.

e) O investimento em títulos

Após a euforia dos anos 1873-1876, os títulos sobre companhias perderam credibilidade. No caso do Banco do Alentejo, o regresso ao investimento em papéis deu-se em meados da década de 1880, na sequência dos lucros proporcionados pelos empréstimos caucionados com propriedade. Os títulos comprados foram sobretudo de obrigações do Estado português. Nos finais do século XIX os 14 contos aplicados em títulos distribuía-se assim: 4,5 contos no Banco de Chaves, 4,7 contos em obrigações do empréstimo português de 1889, 4,2 % em obrigações prediais e, finalmente, 800 mil réis na Companhia do Açúcar de Moçambique. Nos princípios do século, o Banco tinha ainda 1,5 contos em acções da Companhia da Zambézia, situação que manteve até à Grande Guerra. Nenhuma destas participações resultou de relações privilegiadas com essas companhias ou tinha outro significado do que constituir uma aplicação segura para fundos “excedentes”. O mesmo se pode dizer do Eborense que, em 1901, detinha acções do Banco de Portugal (5,5 contos), do Banco Lisboa & Açores (18 contos) e obrigações das classes inactivas emitidas pelo Banco de Portugal (86 contos) (cf. figura 7.10).

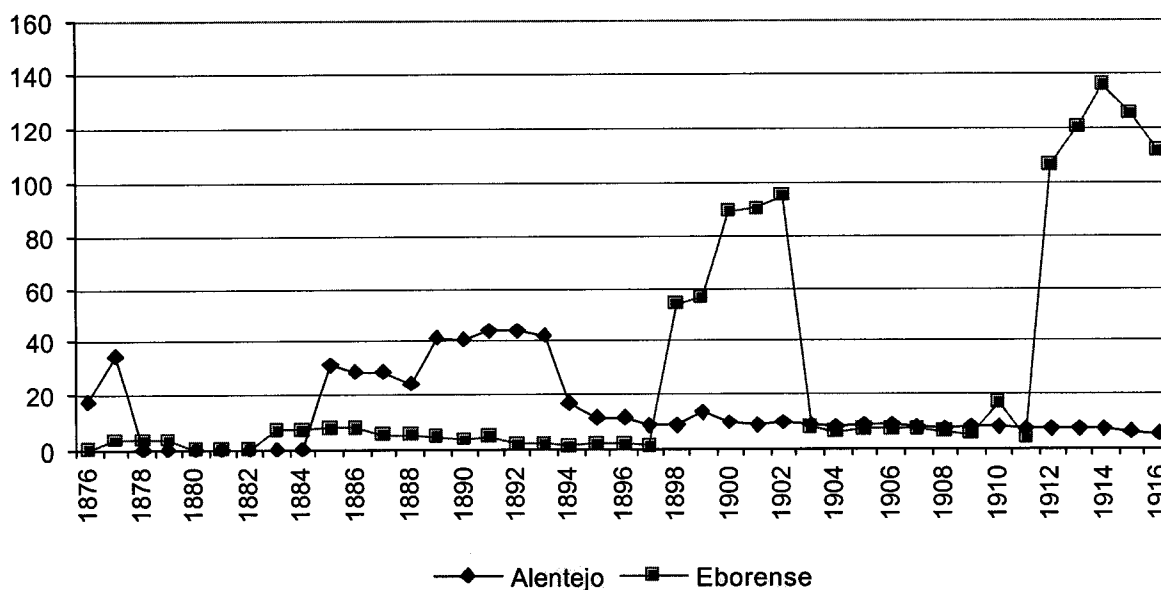


Figura 7.10. Investimento em títulos (fundos flutuantes) nos Bancos Eborense e do Alentejo (1876-1916).

Valores em contos de 1914.

O regresso ao investimento em títulos foi conjuntural e explicava-se pela necessidade de aplicar os fundos imobilizados. Apesar da liquidez alcançada na primeira década do século, a ausência de oportunidades de investimento na esfera industrial no “imediato raio de acção e vigilância” acabariam por conduzir a estratégia das gerências. Tal como foi dito para outros contextos, estes bancos funcionaram em larga medida como mealheiros das elites que estavam interessadas ora na maximização da sua poupança, ora em obter crédito em condições mais favoráveis. Neste sentido, foi a evolução do comércio e da indústria regionais que “explicaram” o comportamento da banca e não o inverso. Por outras palavras, um sector comercial e industrial mais forte poderia ter constituído uma oportunidade para aplicação de capitais reunidos pelos bancos nos bons anos agrícolas e constituir, por sua vez, uma fonte de financiamento para a agricultura nos momentos mais aflitivos. A necessidade, por parte da banca, de ter disponível os meios para acudir às dificuldades sentidas pela grande agricultura orientou a sua conduta.

Esta relação com o comércio e com a indústria foi diferente nos dois bancos da cidade e teve consequências. No início do século XX o Banco do Alentejo, envolvido como esteve na falência de algumas casas comerciais da cidade, não teve de enfrentar os problemas de “excesso de liquidez” sentidos pelo Eborense. Neste caso duas soluções

foram adoptadas, ambas indesejadas pelos accionistas: a primeira consistiu no investimento em títulos e a segunda foi a redução nas taxas de juro dos depósitos a prazo. O investimento em títulos obedeceu assim a dois requisitos básicos que facilitavam a sua alienação nos anos de maior procura de numerário: a segurança no investimento e o rendimento garantido. Deste modo, nas vésperas da I Guerra Mundial, o Eborense tinha já constituído uma importante carteira de títulos de forma a remunerar condignamente os seus accionistas e depositantes. Com a inflação provocada pela guerra, combinada com a redução nas operações comerciais, a procura de títulos disparou. Esta tornou-se para o Eborense um meio de fugir à delapidação de fundos.

Em 1918, o Eborense estava refém da sua própria estratégia. Detinha a impressionante quantia de 570 contos em títulos e realizara 82 contos de lucros com estas operações, um pouco menos do que obtivera com os juros do crédito em conta corrente. Os títulos que mantinha em carteira respeitavam, na maior parte, a empréstimos públicos contraídos por Estados aliados para fazer face ao esforço de guerra, assim distribuídos em valor: França, 58,8 c; Japão, 25,6; Argentina, 32,6 c; Inglaterra, 66,2 c e Brasil (obrigações), 158,5 c; o restante dizia respeito a inscrições (41,1 c), acções sobre o Banco de Portugal (41,5 c), o Banco Nacional Ultramarino (28 c), sobre companhias de navegação (2,3 c), caminhos de ferro portuguesas (61 c), companhias coloniais de Angola (8,9 c) e as monopolistas companhias dos Tabacos (14,5 c) e dos Fósforos (5,6 c). No final do conflito a maioria destes títulos dos Estados aliados tinham perdido valor ou tornava-se difícil convertê-los em dinheiro sem perdas importantes. Deste modo, o desenlace desta estratégia seria fatal para o Eborense.

Também o Banco do Alentejo comprou acções por forma tanto a remunerar os depósitos a prazo como a enfrentar o problema da delapidação das suas reservas pela inflação. Contudo, o volume desse investimento foi bastante inferior e esteve circunscrito ao espaço económico nacional. Os 190 contos de títulos existentes em carteira em Dezembro de 1918 distribuíram-se de forma quase equitativa entre bilhetes do tesouro e empréstimos do Estado português e acções na banca e em grandes companhias coloniais e nacionais. Assim, o banco detinha 510 acções da Companhia dos Tabacos de Portugal avaliadas em 69,4 c, 180 do B.N.U. (17 contos), 196 obrigações da Nova Companhia Nacional de Moagem (19,6 contos) e mais 100 na Companhia das Águas do Vidago (9 contos). É quase certo que nenhum destes títulos desempenhava outras funções estratégicas para os negócios regionais ou denunciava o envolvimento dos accionistas ou credores nesses interesses.

A evolução do volume do investimento pelas gerências em “fundos flutuantes” ao longo da história do banco revela 4 períodos distintos: um, nos finais do século XIX, que corresponde à necessidade de investir a poupança acumulada no sector agrícola fundamentalmente; outro, que corresponde aos anos da guerra e aos primeiros anos '20, marcado pela necessidade de enfrentar o problema da inflação; um terceiro, que teve ocorreu no final da II Guerra Mundial, num período novamente marcado pela inflação (desta vez muito mais moderada), escassez de oportunidades de investimento no sector agrícola e de lucros acumulados na área comercial; e um quarto, finalmente, que teve início nos anos '50 e que corresponde a uma carteira de títulos inteiramente distinta da existente em períodos anteriores.

Antes de prosseguirmos nesta análise, vejamos a alteração que sofreu a banca regional no período da guerra.

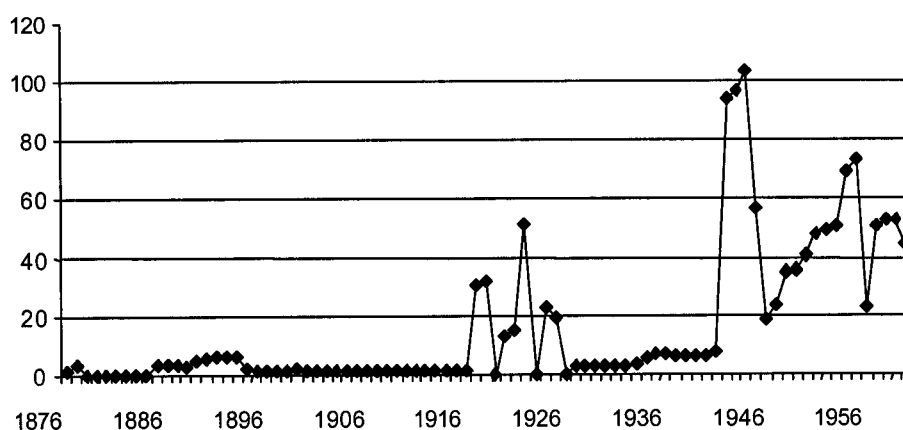


Figura 7.11. Banco do Alentejo: evolução dos fundos flutuantes em percentagem do seu capital (1876-1960)

Nota: considerou-se como **capital** do banco a soma das rubricas do passivo no resumo do balanço em 31 de Dezembro de cada ano relativas ao capital subscrito pelos accionistas e aos fundos de reserva constituídos.

f) Lucros e formação do capital bancário

A capacidade financeira dos dois bancos era, apesar de tudo, limitada. Tanto o Eborense como o Alentejo ficaram muito aquém do capital social que estavam autorizados a constituir. Autorizado a aumentar o capital até aos 1.200 contos, o capital efectivo do Banco do Alentejo não atingia os 800 contos em 1914. O capital do Eborense,

por sua vez, não ultrapassou os 550 contos. O volume dos depósitos foi, neste contexto, importante na constituição dos seus recursos financeiros.

Embora os relatórios de gerência não sejam consideradas fontes da melhor qualidade para conhecer o estado real dos bancos, a compilação dos números que apresentam permitem-nos ultrapassar a retórica que se repete em todos os relatórios. Invariavelmente, a situação destas casas era próspera, a adversidade conjuntural, passageira, e o dinheiro emprestado estava seguro pelas mais sólidas garantias. A existência dos bancos exigia de forma imperiosa a necessidade de garantir confiança no público, comprovada pelos números apresentados. De acordo com a fonte, “a índole de um relatório bancário é concisa, discreta, valiosa pela eloquência dos números. Assim é. Mas o nosso accionista afasta-se tanto das suas assembleias, alheia-se tanto dos negócios do seu banco (...)” (BPI/BNU/BA/RC-1932).

O alheamento dos accionistas da vida das sociedades não era um fenómeno típico desta região, nem os modos de ocultação de prejuízos uma característica invulgar. Cremos, contudo, que é possível extrair dos relatórios das direcções alguns factos cruciais para responder às questões que têm orientado o nosso inquérito à banca.

A análise dos relatórios e contas sugere que a política das gerências bancárias face aos accionistas até à I Guerra Mundial preocupou-se sobretudo com a distribuição regular de dividendos, os quais tinham por valor de referência os prémios pagos pelos títulos do Estado. A distribuição regular dum rendimento quase fixo dava aos accionistas um sentimento psicológico de segurança e de credibilidade destas empresas num meio de negócios estreito. Assim, os dividendos distribuídos não tinham uma relação directa com o estado momentâneo das finanças do Banco. Os prejuízos eram cobertos pelos fundos de reserva, reforçados sempre que fosse necessário. Deste modo, a apresentação de lucros elevados ocultava, de facto, prejuízos que eram amortizados em anos subsequentes com os fundos de reserva. Esta prática veio a ser confirmada com documentação de arquivo.

No Banco do Alentejo, após os dois primeiros anos de dividendos elevados (7 e 7,7 %), entre 1877 e 1879 a gerência foi forçada a admitir a sua situação real, pagando entre 2,5 e 3 % sobre o valor das acções. A partir de 1880 e até 1897, os accionistas receberam invariavelmente 5 a 5,5 %. No bom período que se estende de 1898 até 1913, pagou-se sempre 6 %. Se os dois primeiros anos foram excepcionais, pois explicam-se pela necessidade das gerências “agarrar” os accionistas, sacrificando para isso os fundos constituídos, já os anos seguintes mostraram uma relação com os accionistas que

revelava uma atitude de quem procurava satisfazer a necessidade de obter, com os títulos da banca, um rendimento regular e seguro.

Havia várias razões para os accionistas aceitarem esta remuneração mediana do seu capital: em primeiro lugar, a certeza da regularidade dos dividendos e a confiança no estado do banco (que se traduzia numa boa cotação destes papéis no mercado de Évora); em segundo lugar, porque esta remuneração resultava de um conjunto de práticas bancárias favoráveis aos accionistas que eram muitas vezes credores do banco ou depositantes de valores a prazo. A melhor retribuição dos depósitos a prazo (superiores a 3 meses) e a facilidade no crédito eram contrapartidas muito aceitáveis para apostar na banca local. Como veremos, estes depósitos tornaram-se muito importantes na vida destes bancos que, por essa via, duplicaram o capital disponível. Por outro lado, uma análise mais detalhada do grupo dos accionistas revelou uma grande estabilidade nas assembleias.

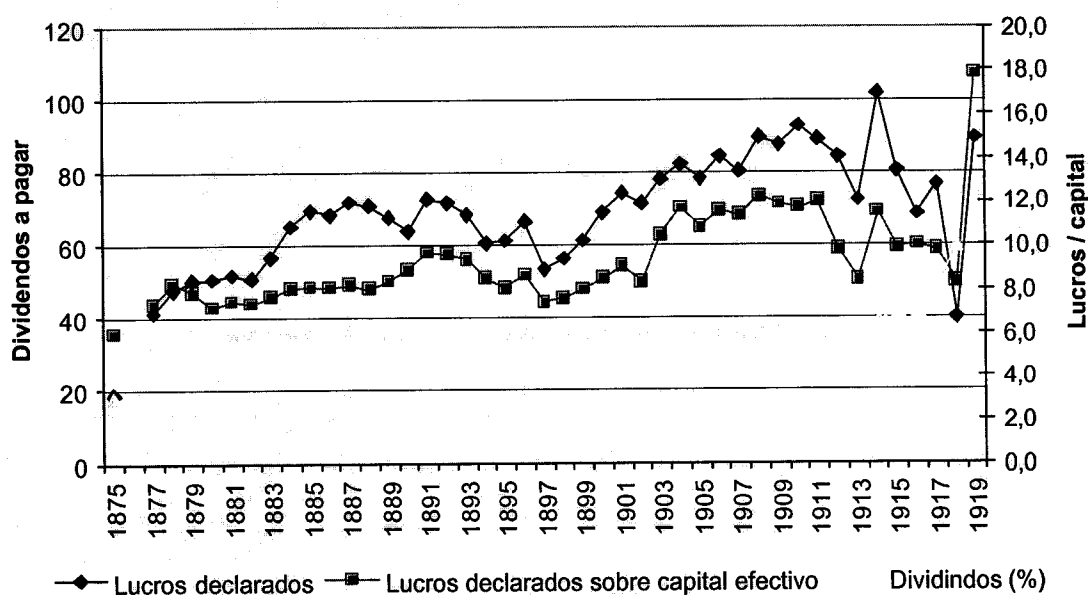


Figura 7.12. Banco Eborense: lucros e dividendos distribuídos (1875-1919).

Fontes: CO/BE/RC: 1875-1919.

Nota: não se encontrou o relatório de 1876. Lucros declarados em percentagem do capital (eixo da direita) e em contos de 1914 (eixo da esquerda). Dividendos distribuídos representados em percentagem do valor facial das acções (eixo da esquerda). Sobre o cálculo do capital do banco v. nota à figura 7.11.

Com excepção dos dois primeiros anos, em que pagou mal, o Eborense remunerou sempre os accionistas a 6 % até 1914, data em que passou a remunerar a 6,5 %. Nos anos seguintes esse valor iria subir sucessivamente (sem, contudo, cobrir a inflação) para os 7,

8 e 10 % até à liquidação do banco, em 1919. Tais valores foram sempre inferiores às taxas de lucro apresentadas, sendo significativos os montantes que reentravam na contabilidade por via dos fundos de reserva (cf. figura 7.12).

Que representavam estes valores? Estariam os bancos a prejudicar os accionistas ou a pagar mais do que seria aconselhável? A resposta a estas questões deparou-se, naturalmente, com as dificuldades resultantes de estarmos a lidar com balanços de contas onde se encobriam prejuízos e o crédito mal parado.

A figura 7.13 representa graficamente a evolução do capital do Banco Eborense e os lucros declarados ao longo da sua vida (a preços de 1914) ⁴²⁶. A sua leitura diz-nos que após a reconstituição financeira de 1877, ano em que constituíra um capital de 500 contos (metade do que estava autorizado), as reservas cresceram de forma continuada até finais da década de 1880. Os anos intermediários dessa década representaram, na verdade, um período áureo para a banca que coincidiu com o agravamento das dificuldades para os lavradores. Em contrapartida, a década de 1890 interrompeu esse movimento ascendente e iniciou um período de estabilidade *em baixa*, apenas contrariado com alguns bons anos para a banca que foram, por outro lado, maus anos agrícolas. Essa oscilação do capital em torno dos 800 contos foi quebrada somente nos dois últimos anos da vida do banco, quando se registou uma depreciação acentuada do seu capital.

⁴²⁶ Ao longo da história dos dois bancos alentejanos os seus activos apareceram inflacionados no balanço das contas anuais apresentadas aos accionistas. Logo em 1875 o Banco do Alentejo adicionava 1.200 contos nos activos (na rubrica “acções”) e outro tanto no passivo como “capital nominal” (CO/BA/RC-1875). O capital subscrito (600 contos) foi inscrito no passivo como “capital efectivo” e os activos somavam pouco mais de 1,8 mil contos. Em 1877 esta rubrica (“capital efectivo”) desapareceu. Nesta altura o “capital” inscrito no passivo era de 1.200 contos mas apareciam nos activos 300 contos como “acções recolhidas para 2ª emissão”. Após a reforma administrativa deste banco, o valor desta última rubrica dos activos estabilizou nos 600 contos, sendo inscrito o capital de 1.200 contos. Assim, ainda em 1891, por exemplo, 1/3 do valor dos activos era representado por acções não emitidas. No caso do Eborense, inscreveram-se, em 1875, 500 contos de capital no passivo, ficando 255,8 contos no activo como “accionistas”. Os activos subiam assim aos 802 contos. Esta engenharia financeira contabilizava ainda nos activos contas de dívidas incobráveis que eram depois amortizados com os fundos de reserva constituídos a partir dos lucros declarados. Devemos ainda salientar que até à legislação bancária de 1894 não havia regras claras e uniformes na apresentação de contas, tornando difícil a tarefa de construir séries comparáveis. Optámos assim por calcular os recursos financeiros próprios das instituições bancárias a partir do cálculo da soma do valor do capital efectivamente subscrito pelos accionistas e dos fundos de reserva constituídos.

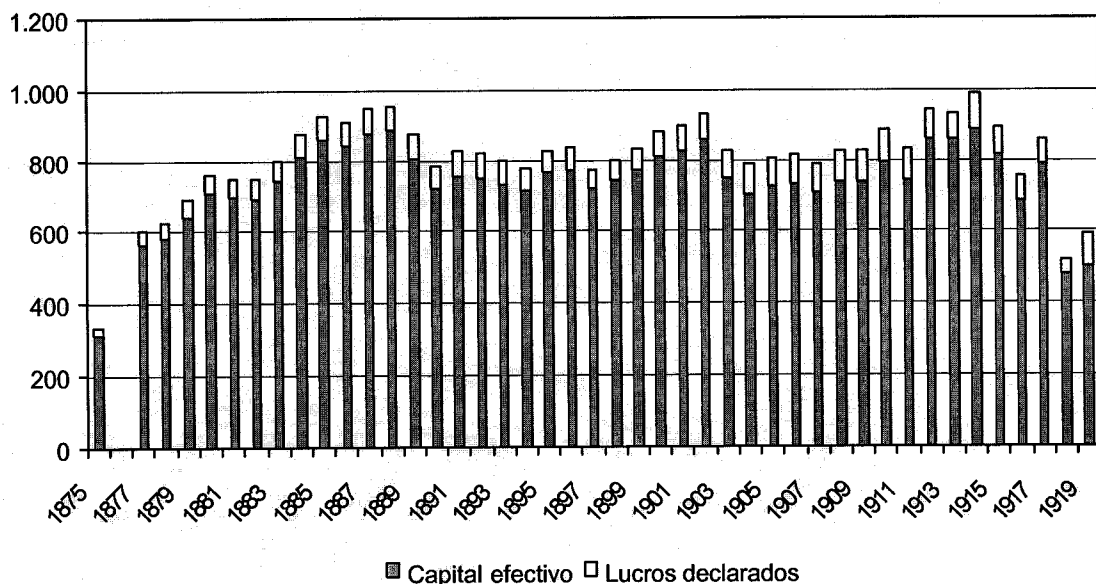


Figura 7.13. Banco Eborense: capital constituído e lucros declarados (1875-1919).

Fontes: CO/BE/RC: 1875-1919.

Nota: não se encontrou o relatório de 1876. Valores em contos de 1914 (cálculos nossos).

A formação do capital do Banco do Alentejo apresenta uma evolução muito semelhante a partir da década de 1880 como se pode observar na figura seguinte:

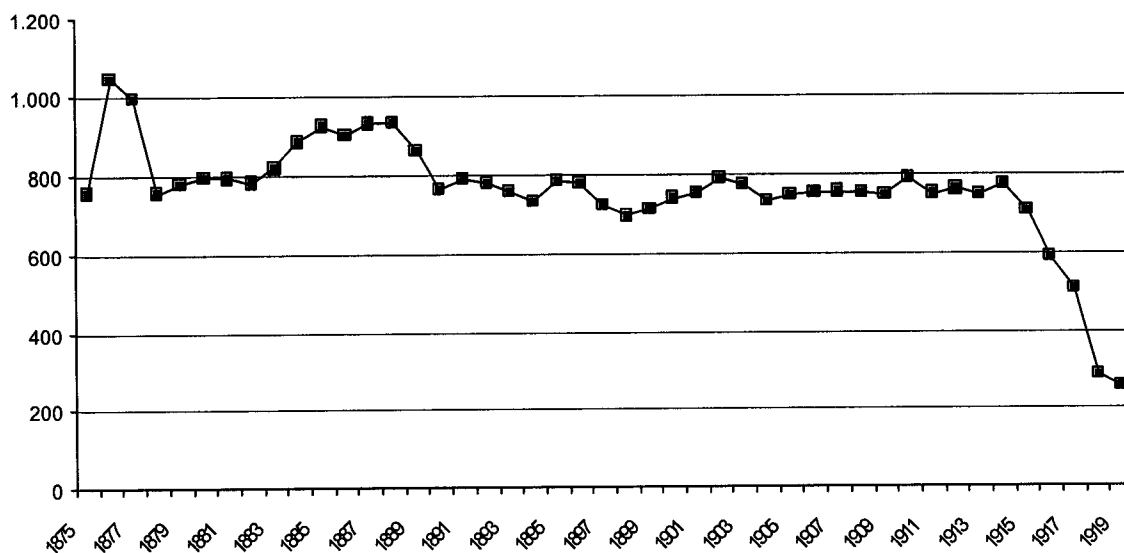


Figura 7.14. Banco do Alentejo: capitais próprios (1875-1919).

Nota: valores em contos de 1914.

Salientemos, então, os traços gerais dessa evolução, na maior parte comuns ao seu concorrente. Após o desaire de 1875-1877, os anos seguintes abriram um período de consolidação e de crescimento lento e gradual, interrompido na difícil década de 1890. A partir de então o Eborense viveu um período de estabilidade que, com ligeiras flutuações, se estendeu até à entrada de Portugal no conflito europeu. Finalmente, a inflação que o acompanhou contribuiu fortemente para a delapidação das suas reservas.

7.4. A banca regional e os negócios entre as duas guerras: euforia, crise e depressão.

A inflação provocada pela guerra veio perverter as relações económicas instituídas e ameaçar a posição dos dois bancos regionais. Os relatórios não deixaram de referir que, apesar do aumento da inflação, as gerências foram relutantes em denunciar os contratos para não penalizar os seus clientes importantes, porventura accionistas também. Os registos de empréstimos hipotecários em conta corrente mostram que a taxa de juro real caiu, penalizando os bancos (*v. supra*). Se em Fevereiro de 1922 havia particulares que emprestavam dinheiro a 40 % ao ano, no ano anterior o Banco do Alentejo emprestava 10 contos a 6 % de juro com uma “pena convencional” (*sic*) de 1 conto. Embora os proprietários preferissem cada vez mais as rendas pagas a trigo, a inflação e o ambiente de guerra actuaram em seu desfavor. Para os proprietários, as dificuldades de transporte e a economia de guerra provocaram uma forte retracção no mercado das cortiças, mal compensadas com o encerramento da concorrência que vinha do exterior. Para os lavradores, a constante depreciação no valor real pago pelas diversas contribuições, actualizadas de forma muito deficiente com os costumeiros adicionais actuou a seu favor. As dificuldades de abastecimento interior, por seu turno, levaram à criação de comissões municipais cuja actuação parece ter-se centrado mais nos lavradores do que nos açambarcadores. A ideia vinculada na imprensa da cidade era que a guerra estava a beneficiar sobretudo os grandes armazenistas (mais do que os retalhistas) e os lavradores e não os proprietários *enquanto tal*. A guerra veio assim redistribuir rendimentos entre os principais actores económicos regionais (proprietários, lavradores, rendeiros, negociantes, capitalistas, comerciantes e industriais) e criar a ilusão duma abundância de dinheiro na economia que alimentou um período de euforia nos negócios sem precedentes. Este fenómeno teve consequências sociais profundas, afectando de forma desigual a sociedade (ou, se quisermos, a “ordem social”) no seu conjunto.

Em Évora, a pressão popular para impedir a saída de produtos para fora do concelho na sequência das “lutas contra a carestia” juntaram-se às necessidades de dinheiro por parte da câmara para fazer face às suas despesas, a braços também com subida dos preços. Perante a relutância em agravar os impostos sobre a propriedade e a indústria, o município adoptou um imposto de exportação que recaiu sobretudo sobre produtos alimentares e matérias-primas (sessões de 4 e de 11 de Junho de 1918)²⁸. A lista cobria a maior parte dos produtos estratégicos da economia local que a guerra valorizara (v. tabela 7.8. e documentos em anexo). Tal medida não impediu, porém, a atracção dos capitais pelo mercado local. Como resultado desta conjuntura, a partir de 1919, os negócios regionais conheceram um período de euforia que terminaria em 1925. Podemos distinguir três fases: a primeira, mais intensa, entre 1917 e 1923 (com o auge entre 1919 e 1921) e a segunda, entre 1923 e 1925, que fecha o ciclo à medida que se entrou em fase de recessão.

Tabela 7.8. Taxas municipais aplicadas sobre géneros pela Câmara Municipal de Évora e proposta do comércio

Mercadorias	Sr. Nunes	Aprovada
Carne	2	5
Peixe	2	2
Vinho	4	4
Vinagre	2	2
Bebidas alcoólicas	10	10
Cerveja	5	5
Bois ou vacas (u)	250	250
Vitelos (u)	150	150
Gado miúdo (u)	50	40
Gado suíno (u)	100	650
Costal de peixe	120	120

Fonte: *Notícias de Évora*, 6.613, 13 de Janeiro de 1923. Valores em centavos por quilo, por litro ou à unidade (u).

Podemos captar este ambiente a partir do *Notícias de Évora* nesta época.

Em Outubro de 1919, anunciava-se estar em constituição em Lisboa a Sociedade Alentejana de Comércio e Indústria destinada ao “fomento regional” e que contava com o apoio de firmas comerciais e bancárias daquela praça, “secundado pelo auxílio da nossa

²⁸ Em Dezembro de 1920 a Câmara aplicou novas taxas que recaíram sobre a contribuição predial (25 %), cemitério (5 %), entre outras que recaíram sobre os mercados e os gados e a prestação de trabalho.

lavoura e comércio”⁴²⁸. A iniciativa, pensada para reunir um capital de 1.500 contos, receberia o seguinte comentário:

“O Alentejo é uma colónia dentro do continente cuja exploração há-de ser feita por capitais e homens estranhos à sua vida, mas que melhor do que os seus habitantes sabem conhecer e apreciar as suas riquezas e o seu futuro sob o aspecto económico e mercantilista”. [E dizia-se que] “neste manancial imenso que é o Celeiro e a Dispensa de Portugal, tantas e tantas indústrias novas há de encetar”⁴²⁹.

Na mesma altura anunciava-se a subscrição dos 2 mil contos do capital da Companhia Portuguesa de Preparação de Carnes, sediada em Évora. Em Vendas Novas constituía-se igualmente A Alentejana, companhia moageira por acções com 100 contos de capital. Nesse ano, a Sociedade dos Grandes Hotéis de Portugal, que pretendia reunir imóveis por todo o país para a exploração turística, emitia igualmente 10 mil contos de acções. Em Janeiro de 1920, a casa bancária Nunes & Nunes L.da abria filial na Praça do Giraldo sob a gerência de dois jovens empresários eborenses, Leonardo Caeiro e Guilherme Nogueira. No mesmo mês abria as portas a Fomento Internacional L.da, sociedade que negociava sobre géneros e que ficou sob a gerência doutro comerciante da praça, José Roma Pereira. A maioria destes estabelecimentos comerciais vendiam de tudo um pouco, como a Casa Mendes que tinha plantas decorativas, enxergões, colchões, camas de ferro, vidraria, serviços de loiça, etc. Outras casas da cidade faziam o mesmo como sucedia com a Caeiro & Tojo, a Cerveira & Alcobia, a Comercial Alentejana de José Inácio Godinho ou o “Centro Comercial e Industrial” de António Anselmo Dias. Os Grandes Armazéns do Chiado estabeleceram uma filial na cidade e anunciavam a venda de tecidos baratos (os “retalhos”). Também a Empresa de Transportes Mecânicos, que graças aos seus 150 camiões ao serviço em Portugal e Espanha pretendia ser a maior empresa de transportes da Península em material automóvel e instalações, abria em Junho uma filial em Évora. Por seu turno, a G. Mourão & C.ia alugava “carros de aluguer” na cidade. Em Setembro abria as suas portas a Empresa Alentejana de Publicidade que publicava *O Alentejo* e à frente da qual estava Domingos Rosado (IM/NE: 5.913, 21.Set.1920; 6.160, 19. Jul.1921).

Ao mesmo tempo que se falava em “crise”, a abundância de dinheiro atraía para Évora muitas companhias que andavam à procura de accionistas, como a Companhia de Vinhos e Azeites de Portugal, o Banco Peninsular (Porto) ou o Banco Luso-Hespanhol.

⁴²⁸ A.M.P., “O desenvolvimento do Alentejo” (IM/NE, XX, 5.634, 30.Out.1919)

⁴²⁹ A.M.P., “O desenvolvimento...” (artigo citado).

Este último banco constituía fundamentalmente um empreendimento financeiro para a promoção imobiliária na área das “habitações sociais”³¹. Inspirado em modelos norte-americanos que assentavam na oferta barata de terrenos urbanos garantidos através da intervenção das autoridades locais ou regionais, no recurso ao crédito popular e aos seguros de vida, o Luso-Hespanhol visava actuar também em Évora³². Na mesma altura anunciava-se a formação da Empresa Construtora de Prédios, iniciativa que tinham o apoio dos alvencos da cidade e que acabaria por não singrar³³.

Outros indícios, como artigos sobre a falta de alojamentos, anúncios de aluguer de parte de casas, ofertas de emprego ou de quartos para estudantes, greves de trabalhadores de indústria (manifatores do calçado) dão-nos a imagem do dinamismo na urbe nestes anos. “Évora é um boquet de flores” que no meio do “descalabro económico e social” em que o país vivia, tinha “iluminação, comida e ainda exporta”. Mais importantes eram as mudanças que se estavam a dar nas mentalidades. Como tinha notado um contemporâneo com preocupação:

“Uma das características mais salientes da sociedade actual é a seu pronunciada ânsia para enriquecer depressa. Enriquecer depressa, seja por que meio for, não olhando aos meios, é hoje uma preocupação constante de quase toda a gente.

A febre do ganho avassala todos os espíritos e quando mesmo algumas criaturas bem intencionadas, vendo o perigo que corre a sociedade, onde as dissipações, o prazer do luxo e a ânsia dos divertimentos é a única preocupação, tentassem deter a onda, seriam inexoravelmente arrebatados por ela”³⁴

No que respeitava à agricultura, ao mesmo tempo que se anunciava a venda de propriedades, surgiam igualmente notícias de divulgação sobre o uso da tracção mecânica (tractores agrícolas), difundiam-se oportunidades de negócio com a tecnologia

³¹ Eram representantes locais os comerciantes Roma Pereira, José Maria Cardoso e um padre (IM/NE, 13.Jan.1921). Faziam parte deste banco vários capitalistas, entre os quais Agapito da Serra Fernandes. José Perdigão de Carvalho (Conde da Ervideira) fazia parte do “conselho consultor” (IM/NE, 6051, 8. Mar.1921).

³² “Banco Luso-Hespanhol”. Entrevista com o eng^o Santos Viegas (IM/NE, 15.Julho.1920).

³³ B. Carujo, “Empresa Construtora de Prédios” (IM/NE 5.911, 18. Set.1920). De acordo com o articulista, a iniciativa não tivera muitos subscritores porque “o animatógrafo e a tourada levam tudo”. Dois anos depois a imprensa falava ainda da “crise das habitações” como “um problema por resolver” e afirmava: “Por todo o país, mas muito principalmente nos grandes centros para onde a população rural cada vez mais está convergindo, a falta de casas tornou-se um flagelo assustador.” (IM/NE, 18.Ago.1923).

³⁴ R(uy) de M(elo), “Enriquecer depressa” (IM/NE 6.627: 30.Jan.1922).

do frio utilizada noutros países e pomicultura⁴³⁴. O milho colonial estava a ser comprado para alimentar gado suíno, anunciavam-se diversas novas máquinas e ferramentas agrícolas e adubos. No que respeitava à propriedade, multiplicaram-se os anúncios de venda de foros e quinhões, movimento que confirmámos pelas escrituras notariais. Leovegildo Queimado de Sousa fazia estudos sobre a introdução de leguminosas e sobre a cultura do trigo no distrito de Évora e Pequito Rebelo sobre o *dry farming*. Queimado de Sousa escreveria que “de 1914 em diante, com excepção do ano agrícola de 1917-1918 [isto é, sob consulado de Sidónio País], o regime proteccionista de comercialização dos nossos trigos, se não foi revogado por lei, deixou de facto de existir” (IM/NE 6979, 3.Abril.1924). O lavrador foi por isso obrigado “a andar agarrado à muleta dos gados” (art. cit.). De acordo com a sua opinião autorizada, o produtor de trigo desde 1912 não foi mais do que um jogador de fundos que realizou lucros em escudos importantes mas que, em 1921, perdeu muito em ouro.

A inflação e a especulação tinham recomposto os lucros da indústria da moagem e da panificação. Em Outubro, o governo de António Granjo, com um programa de acção claramente favorável aos grandes lavradores, dava à Manutenção Militar poderes para actuar na regulação dos preços dos géneros e artigos de primeira necessidade, fixando o lucro industrial em 8 % (IM/NE, 5.947, 31.Out.1920). Pouco depois, realizava-se nova manifestação contra a saída de géneros do concelho.

Novas sociedades iniciaram a sua actividade no ano seguinte, entre as quais destacamos a Empresa Industrial de Cortiças Eborense, L.da (com sede em Lisboa). Mais modesta (com 25 contos de capital) foi a Industrial Agrícola Eborense, L.da destinada à reparação e fabrico de máquinas industriais e agrícolas⁴³⁵. A “A Pátria”, que depressa se tornou uma das principais companhias de seguros, mostrava estar florescente apesar do problema financeiro que assolava o país. Outra iniciativa merece destaque no domínio bancário: o Banco Nacional Agrícola.

Com o desaparecimento do Banco Eborense em 1919, o Banco Nacional Ultramarino procurou ocupar o seu espaço pois, em 1921, abriu filial na cidade. No entanto, uma parte significativa dos grandes accionistas do Eborense entrou na formação

⁴³⁴ V. “Lavoura por tracção mecânica” (IM/NE, 5824, 8. Jun. 1920) onde se louvam as aptidões das máquinas inglesas. Estevão Fernandes que vendia e reparava máquinas agrícolas fez demonstrações de “lavoura mecânica” em Dezembro de 1921 (IM/NE, 6284, 13.Dez.1921). V. tb. “Tractores” (IM/NE 6288, 17.Dez.1921).

⁴³⁵ A escritura desta sociedade foi publicada em IM/NE 6.322 de 26. Jan.1922).

do Banco Nacional Agrícola que iniciou a actividade também nesse ano. A sua sede provisória funcionava no Sindicato Agrícola. Para além de efectuar todas as operações bancárias, recebia cortiças à consignação para transformação e venda, fazia empréstimos sobre imóveis e sobre mercadorias (IM/NE: 6.141, 26. Jun. 1921). Em breve as suas operações passariam para Lisboa e a agência de Évora vendia produtos de consumo corrente para a agricultura como arco de ferro, nitrato do Chile, sulfato de cobre, sacas para lã e sacos para cereais e arame queimado (IM/NE 6787, 12.Agosto.1923). À frente da direcção estavam três pessoas de carreira na direcção do extinto Eborense: José António de Oliveira Soares, conselheiro “que representa no país a agricultura alentejana” e que era na altura também presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial, o doutor José Albino da Silva Moreno, considerado “perito em assuntos bancários” e José Sebastião de Torres Vaz Freire, na qualidade de “director dos serviços industriais e comerciais” (IM/NE, 6.140: 24. Jun.1921). É significativo, por expressar a mentalidade dominante e o ambiente social que acompanhava estas iniciativas, que a inauguração do BNA foi celebrada com a oferta de dinheiro aos pobres das freguesias.

Foi, enfim, sob este pano de fundo, que em Julho de 1921 se realizou o I Congresso Regionalista Alentejano, no qual uma nova ideologia brotava ligando aos interesses regionais que se afirmavam *acima* das clivagens partidárias. O *Notícias de Évora* convertido à nova doutrina, insistia em três acordes que soaram desde os finais da década de 1880, a saber, que o Alentejo, “celeiro de Portugal”, era ignorado pelo país e desprezado pelos governantes.

“É preciso, afirmava-se, que as pessoas esqueçam que são *democráticos*, ou *liberais*, *reconstituintes* ou *populares*, que antes de prestar serviços a um partido político, que eles devem todo o esforço que possam dispor àquela profissão em que trabalham e em que são úteis a si e à sua Região, conseqüentemente, à sua Pátria (..) A ideia moderna é juntar todos os que trabalham no mesmo ramo de produção na mesma organização política”³⁷.

O regionalismo passou a ser veiculado como doutrina em que o corporativismo estava implícito em acções em que passavam igualmente pela defesa do sindicalismo agrário. Em Setembro desse ano, o Grémio Transtagano, com sede em Portalegre, tomou a iniciativa de realizar em Évora outro Congresso Regional Alentejano que, na mesma toada “contra os partidos”, tinha nas bases dos seu programa a intensificação agrícola, a

³⁷ “O Congresso Alentejano” (IM/NE, 6.183, 14.Agosto.1921). Sublinhado no original.

irrigação das culturas, o aproveitamento de terrenos incultos, os aumentos das linhas de transporte e comunicações, e o ensino primário e técnico “puramente regional” (sic).⁴³⁷

O primeiro abalo a este bom desempenho da economia surgiu em Setembro de 1921 quando a casa bancária e comercial Nunes & Nunes se viu forçada a suspender as suas operações também em Évora após uma corrida aos depósitos em Lisboa (IM/NE 6208, 13.Setembro.1921). O facto da crise de 1920, despoletada a partir de Nova Iorque, não ter sido sentida em Portugal foi explicado pelos observadores da cidade pela natureza mercantil persistente da economia regional. Segundo eles, a ausência de crises de sobreprodução explicavam-se simplesmente pelo facto de, neste ambiente económico marcado pela insuficiência produtiva, as actividades industriais subordinarem-se aos lucros mercantis. A produção fabril integrava-se em actividades de firmas cujos lucros provinham essencialmente das trocas comerciais e que, por isso, não hesitavam em encerrar fábricas para elevar os lucros⁴³⁸. Servia de exemplo, a este respeito, os armazéns Grandela, empresa que tinha ao seu serviço no país 19 fábricas. Nesta perspectiva, tudo ia bem com a alta de preços excepto para a generalidade da população.

Neste ambiente o conflito social intensificou-se e centrou-se em torno da “questão do pão”. A greve decretada em 9 de Junho de 1922 pela União dos Sindicatos Operários de Évora reivindicava unicamente a fixação do preço da farinha de tipo único a 54 centavos (o preço praticado em Lisboa) e a eliminação do racionamento⁴³⁹. A 9 e 10 de Agosto de 1922 outra greve geral em Évora foi seguida de assaltos a padarias (IM/NE: 6.482 e 6.483). Ao mesmo tempo levantavam-se vozes a exigir um governo forte pusesse ordem sobre a sociedade. O exército, os políticos e as “forças vivas” viravam-se para a Igreja, representada na pessoa do arcebispo, esperando dela a solução para a “questão social”, a reposição da harmonia perdida entre ricos e pobres⁴⁴⁰.

⁴³⁷ “Congresso Regional Alentejano” (IM/NE, 6199, 2. Set.1921).

⁴³⁸ Esta estratégia, denunciada na imprensa da época, supunha que, no quadro dum mercado estreito, era mais vantajoso e eficiente aumentar os lucros dessa forma especulativa do que através da busca do aumento da produtividade. Mais recentemente Pedro Fraile Balbín (1991) procurou explicar de forma análoga para Espanha na primeira metade do século XX. Segundo ele, a busca do proteccionismo pautal por parte tanto dos grupos agrários como industrialistas explica-se pela facilidade de acesso ao poder e pelo facto de ser mais vantajosa essa estratégia do que o uso dos mercados livres e a mobilização dos factores produtivos (Fraile-1991: 202, 219 e *passim*).

⁴³⁹ “A Questão do Pão” (IM/NE, 6.431, 9. Jun. 1922).

⁴⁴⁰ “ORDEM!”, IM/NE: 3. Jun.1921.

Esta crise social e moral, que acompanhava o desejo de regresso à velha ordem, não expressava dificuldades nos negócios, antes era sintoma do abalo que percorria todo o edifício social. Em Setembro, o presidente da Associação Industrial, José Gomes Severino, falava da “crise” que se vivia em Évora, como “um período dos mais agudos, pois nem mesmo durante a guerra atravessámos uma crise como esta”. Referia-se ele *ao problema da acumulação de mercadorias em depósito e em trânsito nas estações da região* e que ficavam sujeitas nas estações às intempéries. E propunha, para regularizar a situação, a supressão dos comboios de passageiros durante “algumas semanas”⁴².

Em Fevereiro de 1923, na altura em que a Companhia de Preparação de Carnes se estava a constituir, tornava-se já evidente que a depreciação contínua da moeda começava a provocar uma depressão na marcha dos negócios. A desvalorização da moeda parecia agora afectar mercados e valores morais⁴³. O câmbio criava efeitos perversos, abatendo-se uma legião de negociantes espanhóis que compraram todo o gado que lhes foi possível pois ficava-lhes a metade do preço. Apesar da imprensa lançar apelos patrióticos de resistência e de falar na “invasão e ataque ao burgo”, os “estudos” sobre os mercados arrastaram-se sem consequências⁴⁴. Curiosamente, foi também no início de Março que se deu um grande incêndio na fábrica da Companhia de Preparação de Carnes, localizada perto da estação dos caminhos-de-ferro, em Évora, quando estava pronta para entrar em funcionamento. Apesar destes sinais, a emissão das 40 mil acções do Banco do Alentejo realizada nessa altura “foi logo tomada firme por um grupo dos principais proprietários, comerciantes e industriais do Alentejo”.⁴⁵

A contínua desvalorização da moeda estava, porém, a arrastar a economia para a crise. Em meados de 1924, tornara-se perceptível que a libra estava a desvalorizar mais lentamente. Contudo, a situação política mantinha-se tão instável como anteriormente. No momento em que se anunciavam tentativas de golpe militar de cariz conservador, o governo *canhoto* publicava a lei das 8 horas que, em conjunto com o tabelamento dos preços do trigo nacional abaixo dos preços internacionais e da lei contra os incultos, se tornaram nos principais argumentos que uniram toda a burguesia regional contra Lisboa

⁴² “Ouvindo a Associação Industrial” (IM/NE, 6265, 28.Set.1922).

⁴³ “A desvalorização” (NE, 20.Fev.1923).

⁴⁴ “A questão das carnes” (IM/NE 6.670, 24.Mar.1923).

⁴⁵ “Banco do Alentejo” (IM/NE, 6.670, 24.Mar.1923). As acções foram vendidas a 110 escudos para os antigos accionistas, 120 para os novos e nas bolsas de Lisboa e Porto estavam cotadas a 134 escudos.

(IM/NE 7048, 1.Jul.1924)⁴⁴⁵. As “forças vivas”, que por detrás da União dos Interesses Económicos queriam governar *directamente* o país sem a classe política, não conseguiram agora realizar uma sessão de propaganda no Salão Eborense (IM/NE, 7.234, 8.Fev.1925).

O anúncio da venda da moderna fábrica de cortiças em Évora pela empresa Nunes & Nunes L.da, em liquidação em Janeiro de 1925, marcou assim o fim dum ciclo. Em Junho, a Câmara publicou um Edital em que declarava a feira franca, como medida para estimular os mercados. Já longe da euforia verificada meses antes, anunciava-se a constituição da fábrica de Licores A Sertoriana L.da.

∴

A I Guerra Mundial veio não apenas afectar profundamente o comportamento da banca na economia regional como alterou igualmente a sua posição nessa economia. Do ponto de vista da formação do capital bancário, consideraremos a evolução do comportamento da poupança indiciada pelos depósitos, da carteira comercial, a constituição de reservas, a composição dos activos, a concorrência e, enfim, a “intervenção” do Estado.

A evolução da poupança pode ser indiciada pelo volume total dos depósitos à ordem e a prazo nos Bancos Eborense e do Alentejo. Numa perspectiva de longo prazo, a série coloca em contraste duas épocas claramente delimitadas pelo início da década de 1920 (figura 7.16). Ela mostra que entre 1875 e as vésperas da guerra se verificou um crescimento irregular mas constante. Esse crescimento foi mais rápido entre 1880 e 1886, interrompido depois, entre 1888 e 1896 (depressão). A partir daí entrou-se num período de nova prosperidade até 1913, apenas contrariada durante alguns anos. Como seria de esperar, a guerra provocou uma queda contínua na poupança, acusando os efeitos da desvalorização e da inflação.

⁴⁴⁵ Não deixa de ser interessante verificar que o patronato respondera positivamente à institucionalização dos Seguros Sociais Obrigatórios. Em Março de 1924, a União Patronal, sociedade mútua de seguros, anunciava o seu objectivo de associar todo o patronato que estava obrigado a inscrever os seus trabalhadores naqueles seguros. A firma, com sede em Lisboa, tinha agências em Estremoz, Portalegre, Faro, Fundão, etc.

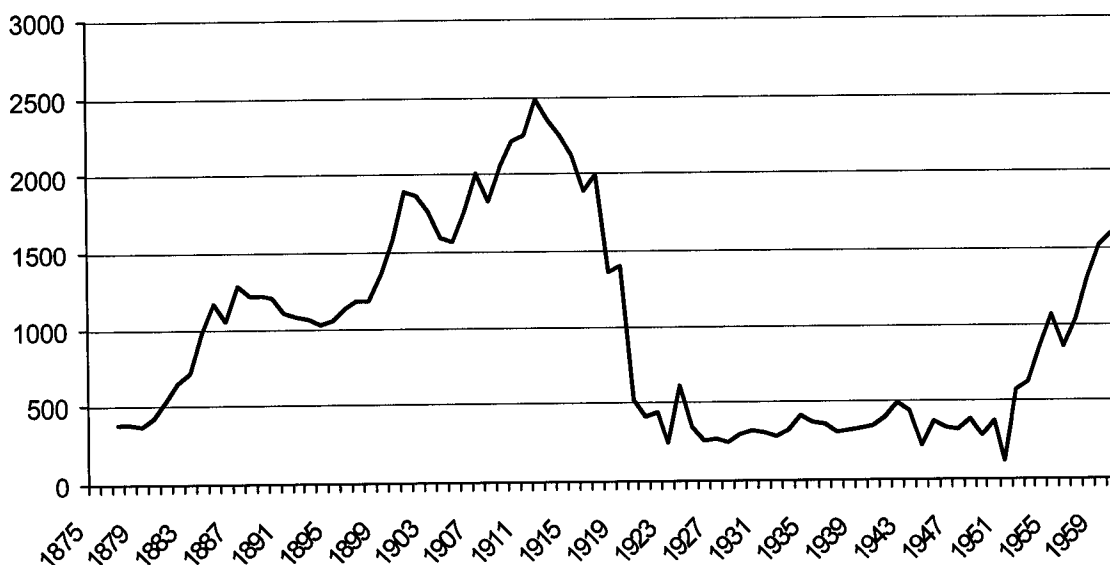


Figura 7.15. Volume total de depósitos nos Bancos Eborense e do Alentejo (1877-1960)

Valores em contos de 1914. Depósitos a prazo e à ordem nas sedes respectivas.

Fontes: CO/BA/RC: 1875-1960; CO/BA/RC: 1875-1960.

Os relatórios para os accionistas dão-nos conta de que a guerra provocou uma paralisação geral nas transacções, facto que obrigou os bancos a baixar as taxas de juro nos descontos de letras e nos contratos de crédito até aos 7 e 7,5 % ! A crise vivida pela banca era fundamentalmente um reflexo da contínua depressão nas operações de desconto e das disponibilidades de caixa. Nesta conjuntura, a corrida aos depósitos não foi compensada pela elevação das taxas de juro (como seria de esperar) com a agravante dos fundos começarem a ser depreciados pela inflação. Somente a partir de 1918, a banca começou a sentir um aumento na oferta e na procura de capitais (CO/BA/RC:1875-1960). A recuperação registada espelhava o dinamismo da economia, aumentando (em termos nominais) o volume dos depósitos bancários fundamentalmente de curto prazo (cf. figura *supra*). A abundância de dinheiro à ordem e as variações nos movimentos de caixa talvez explique os depósitos realizados à ordem noutros bancos.

A partir de 1921 o Banco do Alentejo não mais voltaria a atingir o volume de depósitos registado nesse ano, o qual estabilizaria num nível quatro vezes inferior ao que se tinha atingido em 1913 (figura 7.16). É certo que, a partir de 1919, a concorrência na praça aumentou e o Banco Eborense desaparecera. É provável que o Alentejo não tenha conseguido captar toda a clientela do Eborense (uma vez que uma parte dos accionistas Eborense entrou na formação do Banco Nacional Agrícola enquanto outra ingressou no

Banco do Alentejo). O protagonismo que iriam exercer os bancos patrocinados pelo Estado (nomeadamente a Caixa Geral de Depósitos e o Banco de Portugal) aponta mesmo para uma perda na quota de mercado por parte do banco da cidade. Seja como for, ela não deixou de indiciar um decréscimo na poupança numa clientela que, como vimos, era fundamentalmente composta pela elite económica regional.

A perda de importância dos depósitos a prazo na formação do capital bancário pode ser avaliada em termos relativos face ao volume do capital accionista e às reservas constituídas. A análise que realizámos para o Banco do Alentejo mostra que, nos últimos anos da monarquia, o valor dos depósitos estava já a ultrapassar o do capital constituído pelo banco (figura 7.17). No caso do Eborense, essa relação foi atingida ainda mais cedo, nos finais da década de 1880 (figura 7.18). Nas vésperas da guerra, os depósitos a prazo eram neste banco duas vezes superiores ao capital próprio constituído enquanto no seu concorrente essa relação era superior a 1:1,4.

O afundamento que se deu no início dos anos '20 só conheceu sinais de recuperação nos anos '30. Esta tendência foi logo contrariada nas vésperas da II Guerra Mundial. Os aumentos de capital realizados só parcialmente explicam a depressão que se pode observar nos finais da guerra e nos anos '50, período de sérias dificuldades para a lavoura “tradicional” alentejana. Enfim, somente nos finais desta década os depósitos a prazo voltariam a igualar o capital e as reservas constituídas.

A perda de importância nos depósitos a prazo observa-se também a inversão que se deu na relação com os depósitos à ordem. A figura 7.19 atesta esse facto pois mostra a evolução do volume dos depósitos à ordem e a prazo superior a três meses no Banco do Alentejo entre 1894 e 1960. Essa inversão deu-se a partir de 1921, ou seja, num ambiente de “hiperinflação”. Somente entre 1932 e 1940 o dinheiro a prazo voltou a ser superior ao dinheiro à ordem na sede, pois a partir de meados dos anos '40 a maior parte do dinheiro disponível estava à ordem neste banco.

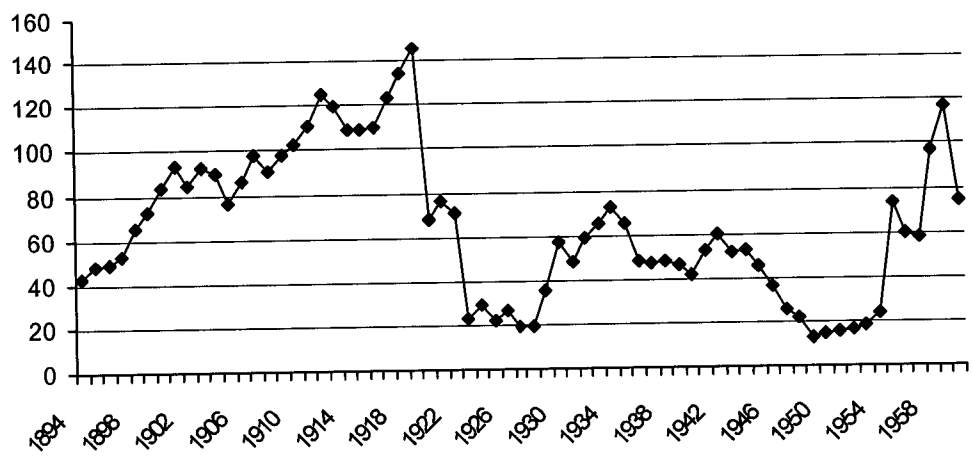


Figura 7.16. Relação entre depósitos a prazo e os capitais próprios no Banco do Alentejo (1894-1958).

Fontes: v. tabela 7.15. Valores em percentagem do capital (cálculos nossos).

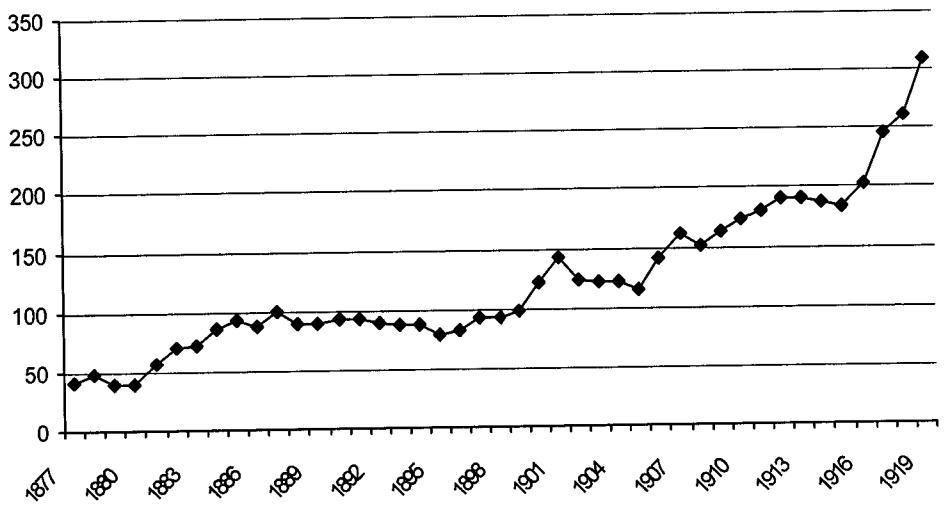


Figura 7.17. Relação entre depósitos a prazo e os capitais próprios no Banco Eborense (1877-1919).

Fontes: v. tabela 7.15. Valores em percentagem

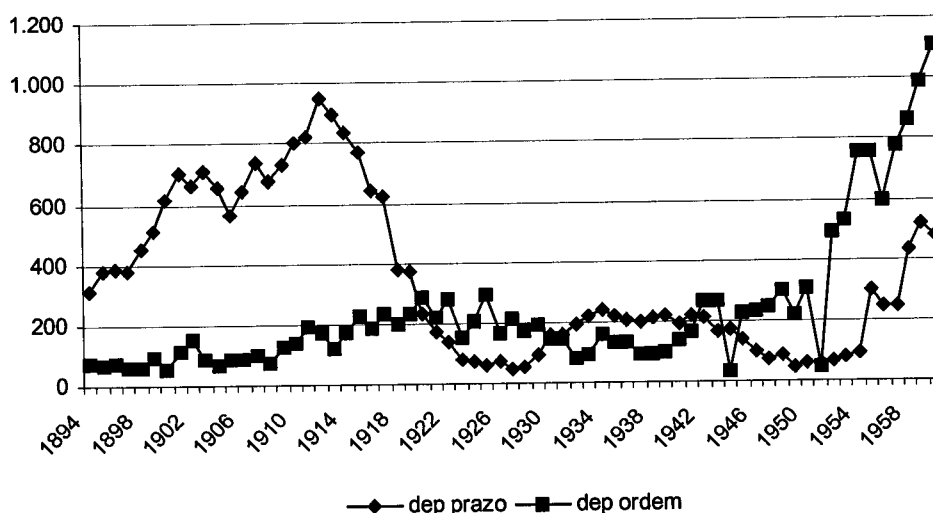


Figura 7.18. Evolução dos depósitos à ordem e a prazo superior a 3 meses no Banco do Alentejo (1894-1960).

Valores em contos de 1914.

Fontes: CO/BA/RC: 1875-1960.

A política seguida a partir da Ditadura Militar em defesa da lavoura do sul traduziu-se num acréscimo no volume dos depósitos a prazo que, no entanto, esteve longe de atingir os valores registados antes da I Guerra Mundial. A fixação dos preços favoráveis aos produtores, a Campanha do Trigo e os programas de apoio à produção que se lhe seguiram, a corporativização e a disciplina imposta a toda a distribuição exprimiu-se num incremento substancial da poupança.

Em contrapartida, a documentação de arquivo confirmou as dificuldades sentidas pelo sector comercial e industrial, a maior parte dele implantado recentemente (BPI/BA/DI, 1921-1943). Em Março de 1925, o Dr. Gomes Leal foi obrigado a realizar um “acto de confissão de dívida e caução hipotecária em 260 contos” ao banco, dando como garantia a sua fábrica de moagem. As suas dívidas, que ascendiam aos 400 contos, tinham como principais credores três outros comerciantes e industriais da cidade: Altino Fialho, António Ferreira de Sousa e Henrique Pais. Nesse mesmo ano, o capitalista Eduardo de Oliveira Soares foi obrigado a contrair junto do banco um avultado empréstimo hipotecário e a grande dívida de João de Brito Vaz Coelho foi considerada incobrável. Dois anos depois, foi amortizada a conta de José Barreiros. Na lista dos “devedores gerais” encontrávamos figuras gradas como José Perdigão de Sousa Carvalho, o industrial Bento Fialho Prego, José de Sousa Pinto e o comerciante Augusto Gomes Leal. Em 1929, as “reservas para prejuízos eventuais”, que serviam para extinguir ou

amortizar as contas da rubrica “devedores e credores gerais”, revelaram que entre as empresas falidas ou em sérias dificuldades estavam a Industrial Agrícola Eborense, L.da e a Moagem Eborense, L.da. Outras casas lisboetas que operavam com o crédito bancário para realizar negócios com capitalistas locais encontravam-se igualmente em dificuldades, como sucedia com Miguel Dias de Oliveira e com Henrique Ferreira. Entre as empresas sediadas no Porto cujas dívidas afectaram o banco encontrávamos, por exemplo, a firma de Joaquim Pinto Leite, Filho & C.ia, a Manuel Tinoco & C.ia, a Companhia dos Telefones, entre outros. A Moagem Eborense que tinha elevado o seu capital de 50 para 100 contos em 1923 para integrar as suas dívidas viria a arrastar na sua falência, já nos anos '30, muitos interesses junto da lavoura regional. Em 1929, outras empresas adoptaram o mesmo procedimento. Em 20 de Junho de 1928 foi liquidada a conta da Sociedade Alentejana de Moagem L.da e de Eugénio Alvarez com valores da “reserva para prejuízos eventuais”. Nessa altura, a dívida de Eugénio Alvarez, que atingia os 4,4 mil contos, foi considerado totalmente incobrável. Nesse ano também, Cutileiro Ferreira foi obrigado a contrair um empréstimo hipotecário para cobrir letras em dívida. O jogo de interesses ligados à comercialização e industrialização dos produtos do agro alentejano explicavam a participação do Banco do Alentejo na Companhia de Moagem do Rio Lima (Porto), na qual Albano de Sousa aparecia nas suas assembleias a representar os interesses do banco. Em 1933, na ressaca da crise, encontrávamos nas contas de “cobrança duvidosa” 9 firmas portuenses (Carreira & Alves, Resende & Braga, Azevedo Campos, Albino Pinto de Carvalho, José Areiro Teixeira, João Marques da Cunha, David Soares de Almeida, Antero Moreia e Belmiro Pereira). As dificuldades do comércio e da indústria que estes factos traduziam não afectavam, naturalmente, apenas o banco.

Para além destas dificuldades detectadas nos negócios comerciais e industriais que afectaram directamente o banco, outras hipóteses explicativas podem ser avançadas para a evolução da poupança captada pela banca regional partir dos anos '30. Em primeiro lugar, a fixação das taxas de juro pelo governo e a manutenção de custos de operação elevados (impostos sobre os lucros bancários e sobre a generalidade das operações comerciais) alimentaram o mercado dos particulares, florescente segundo a gerência (BPI/BA/RC,1934). Em segundo lugar, é provável que a necessidade, por parte dos lavradores, para constituir fundos em numerário para enfrentar problemas de comercialização tenha decaído em virtude da regulação de toda a actividade de distribuição a jusante da agricultura, bem como da generalização de práticas de concessão de empréstimos garantidos sobre produções (*warrants*) por parte dos

organismos corporativos; em terceiro lugar, embora o sistema corporativo permitisse a segurança e um rendimento garantido aos produtores, não sabemos se os lucros auferidos pela elite *agrária* compensaram as perdas na área comercial e industrial resultantes do controlo da distribuição e dos preços. Podemos ainda pensar que, num ambiente marcado pela crise nas trocas internacionais como foram os anos '30, e com a perda de importância dos mercados da América Latina, as grandes oportunidades de negócio com o comércio de azeites e com a exportação de cortiça não surgissem com a frequência que ocorriam noutros tempos.

A análise da evolução dos depósitos até aos anos '60 permite-nos perceber que eles traduzem, de alguma forma, os níveis de poupança por parte da elite de negócios regional. Os anos '40 foram efectivamente anos de dificuldades pois a lavoura, com os preços fixados de forma desajustada de acordo com a política teimosamente anti-inflacionista de Salazar, deixara de poder contar a seu favor com a protecção auferida anteriormente. Assim, foi a partir de meados da década de '50 (a abrir um período que retoma o movimento de modernização que fora ensaiado nos primeiros anos '20) que a poupança disparou.

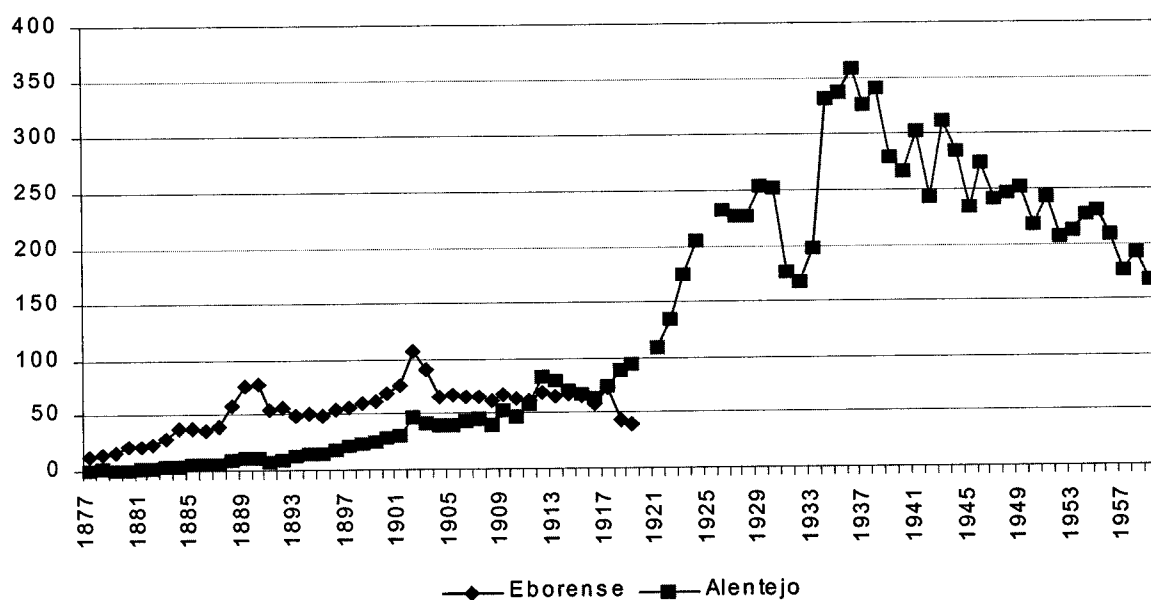


Figura 7.19. Evolução das caixas económicas do Banco Eborense (1877-1919) e do Alentejo (1877-1959).

Valores em contos de 1914.

Os movimentos das caixas económicas nunca tiveram expressão suficiente para constituírem uma compensação para esta duradoura perda de importância dos depósitos a prazo (figura 20). Embora esteja fora do nosso objectivo analisar estes depósitos, não deixa de ser interessante observar a sua evolução, dado que estas caixas visavam expressamente um público distinto, ou seja, a generalidade das pessoas pobres que constituía a massa da população alentejana.

A evolução do capital accionista e das reservas constituídas no Banco do Alentejo acompanhou, embora com algumas diferenças significativas, a curva da poupança. Uma leitura geral dessas séries desde logo destaca estes dois simples factos: (1) ao longo da sua história até aos anos '60, o banco nunca atingiu os 1.200 contos de capital que se propunha atingir e para o qual tinha autorização quando foi fundado em 1875; (2) a guerra delimitou duas vidas distintas na história do banco: o capital do banco nunca voltou a atingir o nível de 1914.

Ao longo da 1ª fase da sua história (até à I Guerra Mundial), as reservas constituídas não fizeram mais do que cobrir a depreciação do capital e os prejuízos em diversas contas (v. figura 7.20). A guerra veio impossibilitar essa estabilidade e abrir um período de contínua delapidação de fundos. Podemos então afirmar que, por detrás da ilusão dos preços altos, dos lucros sempre elevados e das grandes oportunidades de negócio, a banca “financiou” a economia em detrimento próprio. Tal como sucedia com as grandes fortunas, a banca estava impelida a encontrar boas aplicações para os seus fundos sob pena de se esfumarem.

As tentativas de repor a capacidade financeira do banco tiveram resultados limitados. A 14 de Outubro de 1924 o capital social foi elevado para os 3.200 contos com emissão de novas acções, havendo a possibilidade de ser elevado para os 10 mil contos para fazer face ao seu objectivo estatutário de realizar operações que “vis(ass)em o desenvolvimento da agricultura, o comércio e a indústria regionais” (ACRP-E1). A principal preocupação da direcção foi conservar o banco nas mãos do grupo anterior,

sacrificando para tal a possibilidade de aumentar significativamente o seu capital⁴⁴⁶. Assim, apenas a partir de meados dos anos '20 e até às vésperas da II Guerra Mundial, com a estabilização financeira, as reservas foram capazes de aumentar o capital efectivo do banco. Em 1945, a elevação do capital social para os 9.600 não fez mais do que actualizar de forma deficiente a depreciação do capital, integrando as reservas constituídas na nova SARL (cf. figura 7.20).

A depreciação dos capitais próprios do banco e a queda no volume de depósitos limitou a capacidade para conceder de crédito e de realizar operações de desconto, volvido o período de euforia de 1919-1923. Para além disso, o banco viu-se envolvido em operações arriscadas e que o prejudicaram, como foram os casos já assinalados da Moagem Eborense e da Sociedade Alentejana de Moagem, por exemplo. A aposta na Empresa Transformadora de Lãs, como veremos, envolveu uma parte significativa dos fundos do banco e de movimentos de crédito. Assim, a partir daquela data e até às vésperas da II Guerra Mundial os créditos concedidos e as operações de desconto de letras não atingiram os 200 contos de 1914 (valores do saldo das contas do balanço anual) quando antes de 1920 ultrapassavam os 1.000 contos (v. figura *abaixo*!).

⁴⁴⁶ A emissão de novas acções do banco foi tomada pelos accionistas anteriores. O processo foi historiado desta forma em 26 de Fevereiro de 1925 (BPI/BA/DI, acta da 2^a reunião ordinária da Assembleia Geral): “Com o duplo fim de evitar especulações e interessar a região, organizou a Direcção um grupo de 40 indivíduos agricultores, comerciantes e industriais que tomasse firme a emissão de 40 mil acções devidamente autorizada. Conhecido este propósito, houve necessidade ainda de aumentar o grupo para satisfazer clientes e amigos do banco que dele pretendessem fazer parte. E porque tudo indicava que a emissão seria pronta e completamente coberta, não devendo mesmo sair desta região e assim resultaria para o grupo garante um lucro certo e positivo no desejo de beneficiar o banco como é seu dever. Pediu a direcção a pessoas amigas e de confiança se inscrevessem nominalmente como fazendo parte do grupo, mas revertendo o lucro que lhes pertencesse a favor do banco. Uma mudança inesperada e rápida na situação económica do país dificultou a colocação das acções por falta de numerário circulante, donde derivou o rateio de determinado número delas por cada um dos indivíduos do grupo garante. Alguns houve a quem não interessando o possuir o papel bancário e por outros motivos de fácil compreensão, desagradou a operação cumprindo porém todos digna e honradamente o seu contrato com o banco (...). Tendo, porém, como já foi dito, feito parte nominalmente do grupo garante, indivíduos que se representavam neste assunto o banco e não representando para este qualquer prejuízo desta operação, fatal e lógico era tomar o banco posse dessas acções não colocadas visto lhe pertencer o lucro das que colocou. Teve, pois, a Direcção do banco a consciência plena de que a operação foi digna, aberta e leal.”

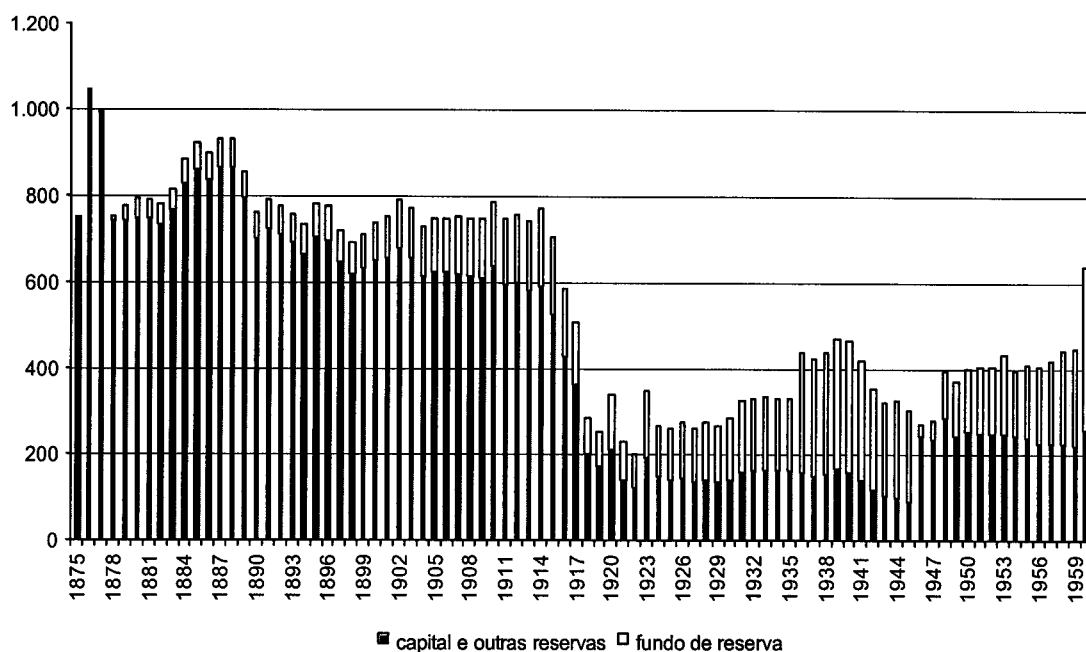


Figura 7.20. Banco do Alentejo: capital social e fundos de reserva constituídos (1875-1960).

Fonte: CO/BA/RC (folhas de balanço): 1875-1960.

Valores em contos de 1914.

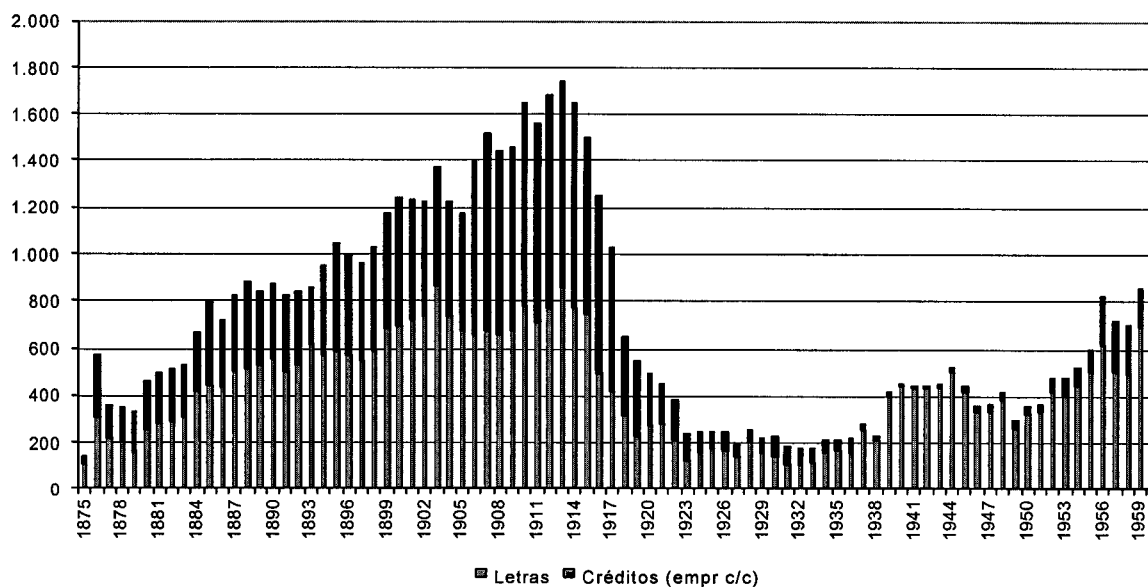


Figura 7.21. Banco do Alentejo: evolução das operações de desconto de letras e de empréstimos em conta corrente (1875-1960).

Fonte: CO/BA/RC (folhas de balanço): 1875-1960.

Valores em contos de 1914.

Outro aspecto que devemos realçar prende-se com a relação entre o valor dos empréstimos realizados e as operações de desconto de letras. Desde os princípios do século que o volume do crédito se equiparava (ou era mesmo superior) às operações de desconto. A partir dos anos '20 a importância dos empréstimos na carteira comercial do banco decaiu continuamente, atingindo os valores mais baixos durante a guerra de 1939-1945. A série constituída mostra que somente a partir de meados da década de 1950 as operações de crédito voltaram a aumentar sem, contudo, terem atingido os níveis anteriores (figura 7.21). Segundo cremos, a depressão na concessão de crédito na segunda metade dos anos '20 relacionou-se menos com o aparecimento do Banco Nacional Agrícola e com as operações realizadas pelas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo do que com a diminuição nas disponibilidades monetárias que resultaram da diminuição no volume de depósitos e nas operações de desconto. É provável também que muitos proprietários descapitalizados fossem relutantes em realizar hipotecas mediante garantia fundiária. Um dos indícios que dispomos a este respeito é o da composição da carteira fundiária do Banco do Alentejo (figura 7.22). Apesar das propriedades que ficaram em carteira neste banco serem menos numerosas e valiosas do que as que caíram nas mãos do Eborense (como vimos), elas não voltariam a atingir os valores dos anos de 1885-1895 e recaíram sobretudo no período 1930-1945.

A imposição das taxas de juro pelo governo de Salazar a um nível “artificialmente” baixo limitou a capacidade de remuneração dos depósitos a prazo, ao mesmo tempo que o Estado promovia outros canais de financiamento da agricultura, protegendo alguns bancos de Lisboa (Reis-1995). De acordo com as gerências, o que este ambiente promoveu foi o mercado dos particulares que, na sua justa perspectiva, fazia uma concorrência desleal à banca instituída.

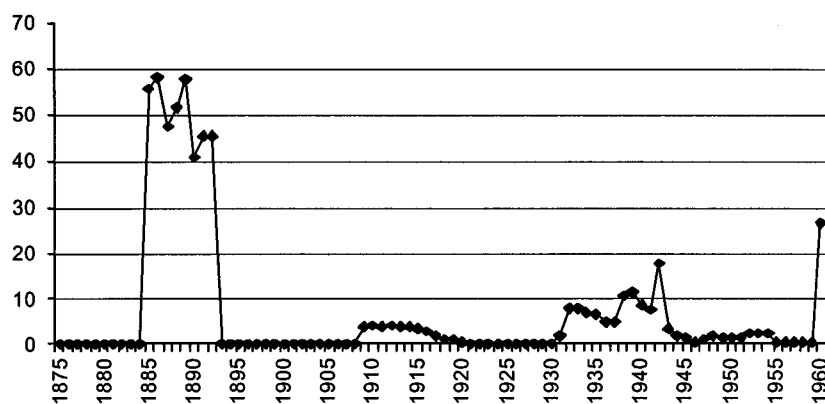


Figura 7.22. Banco do Alentejo: propriedades em carteira (1875-1960)

Fonte: CO/BA/RC: 1875-1960 (folhas de balanço, cálculos nossos). Valores em contos de 1914.

7.5. O Banco do Alentejo e a Empresa Transformadora de Lãs.

A entrada decisiva do Banco do Alentejo no universo industrial deu-se numa fase relativamente tardia da sua história quando, em 1926, foi decidido criar a Empresa Transformadora de Lãs na Covilhã. Até esta altura, o banco tinha operado como muitos outros bancos “comerciais” europeus que realizavam todo o tipo de operações, fornecendo crédito tanto à agricultura, como ao comércio e a indústria. Os livros de caixa, os registos de empréstimos e os relatórios dão-nos conta de que muitas operações de desconto e empréstimos foram concedidos a firmas ou a indivíduos com interesses comerciais ou agro-comerciais na região. Em situações de dificuldade ou de incumprimento, eram estimulados a constituir sociedades comerciais para que pudessem hipotecar as suas cotas a fiadores ou directamente ao próprio banco.

As dificuldades sentidas pelo sector comercial, principalmente a partir de 1890, conjugada com o apoio dado à cerealicultura não fizeram mais do que reforçar o valor da propriedade e o poder deste grupo no seio da dite de negócios regional. Como ficou implícito na análise que fizemos das sociedades comerciais registadas em Évora (capítulo 2), os grandes proprietários, actuando directamente, em sociedade ou através do patrocínio dado pela fiança, tinham naturalmente todo o interesse em promover alguns negociantes e industriais interessados no processamento e comercialização da cortiça, dos azeites, vinhos, etc. que produziam ou controlavam através do título de propriedade. Noutros casos eram pessoas ligadas à “importação” e comercialização de bens de luxo ou de consumo corrente.

Com a guerra os grandes negociantes locais, especuladores e comerciantes puderam realizar bons lucros. Em 1919, a gerência do Banco do Alentejo dera-se conta de que a “concorrência enxameia a praça” e que se tinha entrado numa nova fase da vida bancária. A partir de então, a sua actividade deveria alargar-se a novas operações que sendo “lucrativas para a associação, sejam também auxiliadoras do comércio e indústria regionais, especialmente da agricultura, a que já tem prestado largos serviços e donde lhe têm advindo interesses” (CO/BA/RC-1919). O investimento em títulos e as operações com cambiais, que obrigaram o banco a alargar a sua rede, acompanhou a diversificação desta actividade, a qual passou também pelo investimento num projecto industrial. A sua execução coincidiu com o momento em que a filial do Porto deixou de poder negociar com cambiais por imposição do governo, uma operação que se mostrara muito lucrativa. Conhecida a relação entre o aumento de efectivos dos pequenos ruminantes e a extensão da cultura cerealífera na economia das casas agrícolas do sul, percebe-se o valor estratégico dum projecto dum grande empresa de fição de lãs. Porém, o banco ver-se-ia confrontado com os problemas da indústria sendo obrigado a fazer sucessivos avanços numa época em que o seu interesse era já menor. O historial desta participação foi feita em 1926 numa sessão da assembleia geral da seguinte forma:

“Constituída esta sociedade [a ETL] numa época em que superabundavam os capitais que com vantagens diferentes era oferecido às necessidades económicas pelas entidades financeiras, a aplicação de dinheiro cometida à vossa administração numa empresa de produtos da nossa região mal explorados entre nós e de que cujo desenvolvimento resultaria, em face de estudos cuidadosos e detidamente feitos, uma larga e garantida compensação era assunto que não podia nem devia deixar de nos interessar pois que a um tempo nos proporcionava uma boa aplicação de capital que então não tinha procura e [era] negócio que no futuro, dado o seu objectivo e natureza, nos traria fatalmente outras compensações. Algum tempo após o início das obras [e d]a compra do edificio, a situação cambial começou a exigir maiores capitais para a realização do fim a que se tinha em vista. Parar seria morrer. Começou desde então o problema a tornar-se delicado e interessante exigindo ainda a nossa maior atenção. Era verdade se com o agravamento da divisa cambial a continuação das obras e instalações nos iam exigindo sempre sucessivos aumentos de capital que decerto não faríamos se atrás nos fosse lícito voltar. A valorização da fábrica ia-se fazendo automaticamente. Não só porque as máquinas que tínhamos adquirido ainda em condições muito vantajosas iam de dia para a dia (e até, é preciso dizer-lo, de momento a momento) subindo de valor mas ainda porque por força desta mesma circunstância nos ia colocando em condições de nos ser fácil uma concorrência pelo menos por um

espaço de tempo que não podemos divisar. E assim fomos levados pela defesa dos interesses do banco a acompanhar com capitais absolutamente indispensáveis o complemento da fábrica, hoje prestes a iniciar o seu exercício. E se é certo que o capital empregado na empresa é, pela força das circunstâncias já expostas e conhecidas, maior do que tencionávamos, certo é também e assim com prazer o afirmamos, que ela está hoje valorizada de forma a ser-nos lícito fazermos uma boa operação se as circunstâncias não aconselharem prosseguirmos indo até à exploração do objectivo para que nos foi criada a fábrica.” (BPI/BA/DI/AC, 1925).

Em 1926, “mercê da crise comercial e industrial que o país tem atravessado” a E.T.L. constituía o ponto mais importante da gestão do Banco do Alentejo. Além dos 750 contos que detinha na cota social, tinham sido feitos suprimentos durante 5 anos que atingiam os 2,6 mc (BPI/BA/AG, 26.Janeiro.1926). A partir desta altura a direcção falava em “retomar o rumo de que (o banco) se afastou há anos por circunstâncias de todos conhecidas e por necessidades sentidas nesse tempo por todas as sociedades congéneres” (doc. cit.). O regresso à “normalidade” não foi fácil e foi decidido completar a instalação da fábrica.

Assim, no início dos anos '30, o Banco do Alentejo detinha na Empresa Transformadora de Lãs (E.T.L.) 3.750 contos dos 4 mil que compunham o capital social da E.T.L., muito embora esta participação fosse “ignorada pelos eborenses que são os mais interessados nesta empresa”. Nas palavras da gerência, depressa o estabelecimento ocupou um lugar de destaque na indústria nacional, afirmando-se no país e no estrangeiro. Apesar disso, a E.T.L. acusou as dificuldades próprias de um recém-chegado, obrigando o banco a fazer avanços durante anos. A situação levou a gerência a reclamar, como os restantes industriais, a necessidade de “lucros justos” para a indústria, sobre a “falta de protecção aduaneira para a lã nacional” e a acusar a “desordenada concorrência” (CO/BA/RC-1932, 1934). Em 1932, o banco continuava a financiar a indústria de lanifícios da Covilhã, operava com taxas de juro tabeladas por baixo, remunerava os depositantes com uma taxa comparativamente alta e, naturalmente, acusava os efeitos da depressão financeira geral. Apesar desta situação, a gerência não deixou de manifestar o seu entusiasmo com o novo regime corporativo como uma nova “época de renovação e de ressurgimento, época de clareza e de verdade, sobretudo para o nosso país, época de acordar energias latentes e de despertar da confiança nas nossas forças” (CO/BA/RC-1932).

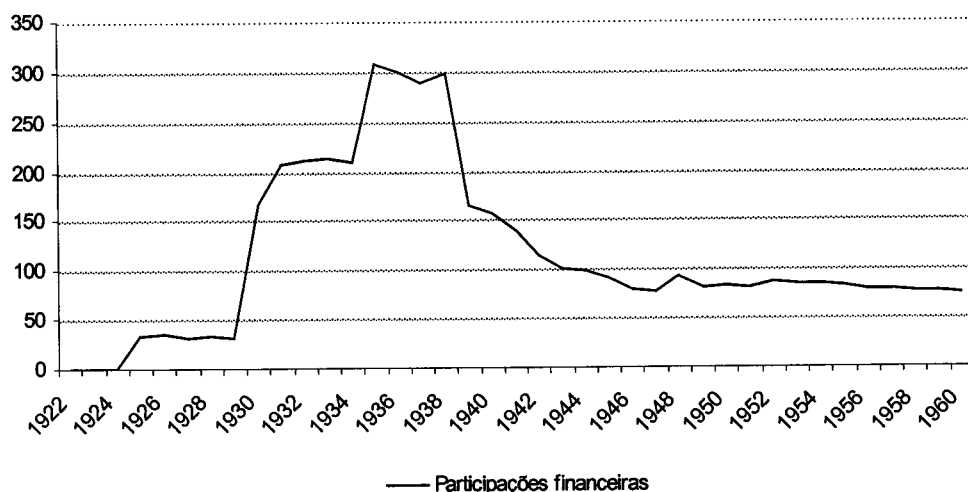


Figura 7.23. Banco do Alentejo: evolução da participação na Empresa Transformadora de Lãs, L.da

Fonte: CO/BA/RC: 1875-1960 (rubrica “participações financeiras” nos activos da folhas de balanço, cálculos nossos).

Valores em contos de 1914.

Em 1934 a situação do banco era já muito diferente daquela em que vivera no final da guerra. A carteira de títulos baixara para os 177,3 c e o valor dos juros cobrados com empréstimos era igual ao rendimento que lhe dava a sua participação na indústria. Principalmente, acomodara-se com a sua pequenez e com a sua função de assistência à lavoura:

“É o Banco do Alentejo um Banco de Província, sem os recursos das transacções afectas aos grandes meios de Lisboa e Porto, sem outros que não sejam os de empréstimos por letra ou hipoteca subordinados a uma taxa limitada pela percentagem de 1,5 % acima da do Banco de Portugal, quanto à usura particular, que não paga impostos, é permitida a taxa de 10 %! Banco quase exclusivamente de assistência à lavoura, nele se reflectem as prosperidades ou as dificuldades de que aquela goza ou enferma (...)”(CO/BA/RC-1935)

O banco regressou então ao *modus vivendi* anterior: os maus anos agrícolas eram anos de bons lucros e, inversamente, nos bons anos agrícolas ressentiam-se os resultados. Esta estabilização foi perturbada pela II Guerra Mundial, período que se revelou de fartos lucros para a banca, realizados sobretudo com operações de desconto de letras. A sua origem poderá encontrar-se tanto nas dificuldades da agricultura e do

comércio como nos lucros proporcionados pelas trocas fora do controlo corporativo, já que os preços tabelados à produção voltavam a actuar contra a lavoura (figura 25).

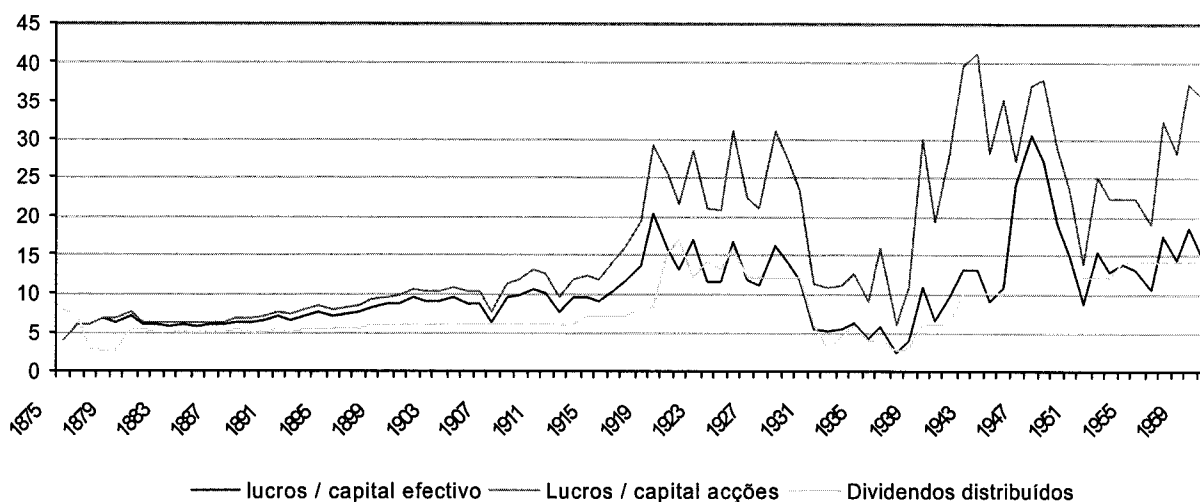


Figura 7.24. Banco do Alentejo: lucros realizados, 1875-1960.

Fonte: CO/BA/RC (folhas de balanço): 1875-1960 (cálculos nossos).

Valores em percentagem do capital efectivo, do capital accionista e dividendos distribuídos em percentagem do valor facial das acções.

Este “excesso de liquidez” gerado pelos lucros de guerra levou o Banco a voltar a investir em títulos. Tal como no passado, a sua política foi bastante conservadora. Em 1943, estavam aplicados 2,4 mc em fundos públicos (Obrigações do empréstimo Consolidado dos Centenários de 3 a 4 % realizados entre 1940 e 1942) e 649,9 c em companhias de seguros, bancos e companhias coloniais. O investimento mais importante era constituído por acções ao portador do Banco de Portugal (496,5 contos), seguido de “A Pátria” (42 contos) e do Banco Nacional Agrícola (35,9 contos). A única companhia industrial alentejana onde detinha acções era na Eborense de Electricidade: 50 escudos! Contudo, em meados da década de '50, o banco “trocará” já as acções do Banco de Portugal por outras na Fábrica de Têxteis Artificiais, SARL, situada na Torre da Marinha, no concelho do Seixal (avaliadas em 1,660 contos aproximadamente) e na TAP (cerca de 200 contos).

Por outro lado, os relatórios das gerências afirmavam que muitos dos lucros gerados na economia regional entravam no banco apenas como depósitos à ordem e estavam prontos para sair em qualquer ocasião. Essas imobilizações por período incerto parecem ter estado na origem dos depósitos realizados à ordem noutros bancos pelo Banco do

Alentejo, sendo esta uma forma de lidar com aquele problema e obter rendimentos seguros. A figura 7.25 mostra-nos a evolução do dinheiro em caixa na sede em percentagem do total das disponibilidades à ordem (ou seja, a soma do dinheiro no cofre com o depositado noutros bancos) entre 1918 e 1960

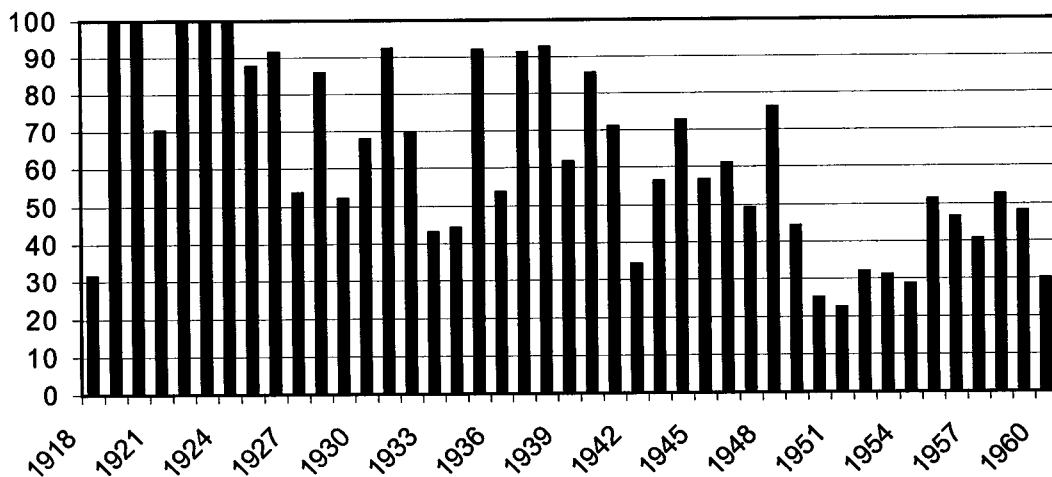


Figura 7.25. Banco do Alentejo: dinheiro em caixa na sede (em percentagem do total disponível à ordem na sede e noutros bancos).

Fonte: CO/BA/RC (folhas de balanço): 1875-1960 (cálculos nossos).

7.6. O crédito agrícola e a Companhia de Seguros “A Pátria”

A importância da actividade seguradora e o seu contributo para o crescimento económico deve ser salientado pelas múltiplas valências dos seguros e, em especial, pelas suas relações com os sistemas de crédito e de financiamento directo e indirecto do conjunto da economia⁴⁸. Os seguros realizados sobre colheitas ou sobre a produção, bem como sobre instalações, contribuíram para “libertar” as operações de crédito da garantia fundiária e, desta forma, elevar a capacidade de endividamento dos proprietários. Acima de tudo, os seguros sobre colheitas ajudavam a financiar os lavradores quando estes não detinham avultados títulos de propriedade. Os seguros permitiam igualmente diminuir riscos no crédito comercial e industrial por garantir segurança nos bens que constituíam o património das sociedades ou dar segurança aos créditos sobre mercadorias. Finalmente, as próprias companhias de seguros detinham interesses na banca (ou vice-versa) e noutras empresas, podendo assim gerar financiamentos cruzados.

A constituição d’ A Pátria no ano em que Portugal entrou na I Guerra Mundial ficou ligada à oportunidade do negócio numa nova conjuntura marcada pela insegurança dos capitais e pela relutância em entregar garantias fundiárias como meio de obter financiamento. Já antes da guerra se realizavam empréstimos a comerciantes e industriais corticeiros sob hipoteca de cortiças garantidas por seguro. Na nova conjuntura, a insegurança estendia-se ao mar, ou seja, ao transporte das mercadorias até aos seus mercados de consumo industrial. Finalmente, não devemos desprezar a insegurança vivida pelos lavradores quando se confrontavam com ameaças vindas dos trabalhadores, muitos dos quais viam na caixa de fósforos um poderoso argumento em defesa do que consideravam ser os seus direitos. Mas, segundo cremos, foi a orientação do grupo para o apoio ao financiamento através das caixas de crédito agrícola e a emergência do crédito libertado da hipoteca fundiária que esteve na origem da entrada do grupo na actividade seguradora.

⁴⁸ V. a este respeito Bastian-1983, Cassis, Feldman e Olsson - 1995. Entre os estudos feitos sobre companhias portuguesas refira-se Sousa e Alves - 1995, Magalhães-1999, Saraiva-1992, Caetano-2000. V. tb. Marques-1977. Sobre “a sociedade Alentejana de Seguros A Pátria” veja-se o artigo com este título na *Ilustração Alentejana*, ano I, 1, Maio de 1925.

7.6.1. A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Eborense

Embora esteja fora do nosso âmbito analisar a história daquelas instituições de crédito, algumas linhas teremos de lhe dedicar na medida em que esclarecem sobre o seu possível impacto no mercado do dinheiro. Seguiremos em traços necessariamente muito gerais o percurso da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Eborense neste período tendo em vista identificar a sua política de crédito, as suas fontes de financiamento e modo de gestão.

Constituída na sequência da legislação republicana que enquadrou o seu funcionamento, o seu objectivo expresso era fornecer capital barato aos sócios a partir dos capitais mutuados. Ao contrário do que sucedia com a banca, as caixas de crédito visavam uma clientela constituída sobretudo por pequenos e médios lavradores rendeiros, os quais teriam constituído a base política de suporte do republicanismo. Embora muito desta “classe média” resultasse da fragmentação de domínios por herança, ela não deixava por isso de sofrer com os problemas de acesso ao crédito. As caixas de crédito forneciam crédito com base no valor da propriedade arbitrada nos boletins cadastrais ou com base na penhora de searas no caso dos rendeiros.

Desde logo, a Caixa de Crédito Agrícola de Évora se defrontou com dois problemas sérios de diferente natureza. As quotas pagas pelos associados eram claramente insuficientes para alimentar o volume de crédito requerido e este não teve um impacto suficiente para produzir os efeitos produtivos almejados. Nos primeiros anos, o problema esteve no escasso número de filiados que os relatórios atribuíam ora à ignorância sobre o valor destas instituições ora à influência hostil das elites que se mantiveram fiéis à monarquia na maior parte. Outro problema (que não deixou de afectar igualmente a banca) prendia-se com o funcionamento do Tribunal das Execuções Fiscais que era moroso na forma de funcionamento, renitente em fazer circular a propriedade e, finalmente, não tomava providências em defesa da caixa quando esta era lesada nos seus interesses. Deste modo, a caixa teve de recorrer a empréstimos públicos que obtinha em condições muito vantajosas⁴⁴⁸.

A política de crédito da Caixa distinguiu-se da seguida pelos bancos na medida em que discriminava negativamente os grandes empréstimos. Em 1915, por exemplo, a caixa emprestava a 3,5 % de juro quando o capital mutuado era inferior a 1 conto, e a 4 % quando era superior a esse valor. As prorrogações tinham um prémio de 4 %. Em 1919, a

⁴⁴⁸ Estas linhas basearam-se essencialmente nos relatórios da instituição.

caixa de Évora continuou a emprestar dinheiro a 4 %, o que na prática significava que o estava a dar. E podia fazê-lo porque o recebia em condições vantajosas do Estado. A tabela 7.9 fornece uma ideia clara do papel da caixa que, na prática, funcionava como intermediária entre a Junta de Crédito Agrícola e os lavradores. O financiamento público foi logicamente muito baixo. Para se ter uma ideia do seu significado, basta pensarmos que, em 1915, quando a caixa emprestara 45,2 contos (preços correntes), só o banco Eborense tinha emprestado sob hipoteca mais de 1.000 contos do seu capital.

Os defensores de programas de desenvolvimento rural assentes na “virtuosa” pequena e média propriedade, como o engenheiro agrónomo Santos Garcia, não deixaram de lamentar as dificuldades da República em financiar as caixas, apesar desta concepção assentar, fundamentalmente, no autofinanciamento sustentado por uma política agrícola assente em preços favoráveis aos produtores, os quais ficariam ainda ao abrigo da erosão provocada pelo comércio e pela agiotagem (Garcia, 1931 e 1932). Não devemos, contudo, subestimar demasiado a importância destas instituições, já que o volume de empréstimos deve ser multiplicado pelas caixas criadas na região. Sobretudo, este dinheiro que vinha de Lisboa tendia a reforçar a autonomia social e económica dos grupos intermédios. O resultado foi que, efectivamente, o número de sócios cresceu muito lentamente até finais do conflito, quando entram para a caixa as figuras gradas e influentes da sociedade alentejana. Em 1923, a lista de sócios mostrava que uma parte importante da elite fundiária estava nesta instituição criada para favorecer a emergência das classes médias rurais. Os dinheiros públicos continuaram a fluir e a representar a quase totalidade dos capitais que eram emprestados. Em 1925, por exemplo, dos quase 3,7 mc que foram emprestados, 3,5 mc eram capitais do Estado. A prática dos juros baixos continuou, muito embora já mais próxima dos valores de mercado. Assim, em 1925 e em 1927, a taxa de juro praticada era de 8 % e, em 1928, 7,5 %.

A estrutura das modalidades que garantiam os empréstimos distinguia-se também da banca. Em 1916, por exemplo, emprestaram-se 19,3 contos sob hipoteca de propriedades, 14,6 contos sob penhor e 11,3 contos sob fiança, quando na banca o peso destas duas últimas modalidades continuava a ser muito baixo. Em 1920, o valor dos empréstimos sob hipoteca caíra para os 8,3 contos (preços correntes), havendo 67,5 contos dados sob penhor, 40,1 contos sob fiança e 3,0 c em regime de consignação de

rendimentos⁴⁴⁹. É interessante verificar que o valor dos empréstimos sob penhor, por via de regra, recaía sob searas.

Tabela 7.9. Caixa de Crédito Agrícola Eboense: empréstimos realizados e contraídos (1915-1922).

	Rubrica	1915	1919	1921	1922	1924	1929
Activo	Dinheiro no cofre	0,0	0,2	44,9	0,1	0,0	0,1
	Empréstimos	33,0	9,6	19,5	38,3	90,2	198,8
Passivo	Junta de Crédito Agrícola	27,6	6,0	12,2	27,1	90,4	200,1
	Sócios	53	77	113	n.d	263	256
	Empréstimo / sócio	1,8	1,4	4,1		8,1	15,1

Fonte: CCAM/E/RC (anos respectivos).

Valores em contos de 1914.

Finalmente, não podemos deixar de considerar a gestão e os destinatários. Ao contrário do que sucedia na banca, onde a gestão era pautada pela estabilidade nos actores devido à complexidade técnica da sua gestão, na caixa de Évora as direcções rodaram constantemente. Se no início temos sobretudo pequenas fortunas, nos anos '20 encontramos já presentes os grandes lavradores. Não sabemos, por outro, até que ponto este dinheiro era aplicado na agricultura ou na pecuária. Na lista dos “lavradores” estiveram representados os interesses corticeiros e a situação de dupla ou até de tripla actividade dos “lavradores” (pequenos ou grandes) pode ter resultado em aplicações de capitais fora da agricultura.

7.6.2. A Companhia de Seguros “A Pátria”

A formação da companhia de seguros “A Pátria” deu-se num contexto de grande procura de seguros agrícolas pela lavoura do sul. Desde o primeiro momento a companhia tentou chegar a acordo com as restantes sociedades que operavam em Portugal para que fossem centralizadas em Évora todas as operações relativas a este tipo de seguros. A tentativa de se criar um consórcio para este efeito não teve o seu apoio, levando-a a afastar-se das restantes 13 companhias por considerar que “as suas bases se afastavam muito do nosso plano em vista” (CO/PA/RC-1916:10).

⁴⁴⁹ Esta modalidade de crédito também praticada pela banca era frequente quando surgiam situações de incumprimento dos contratos.

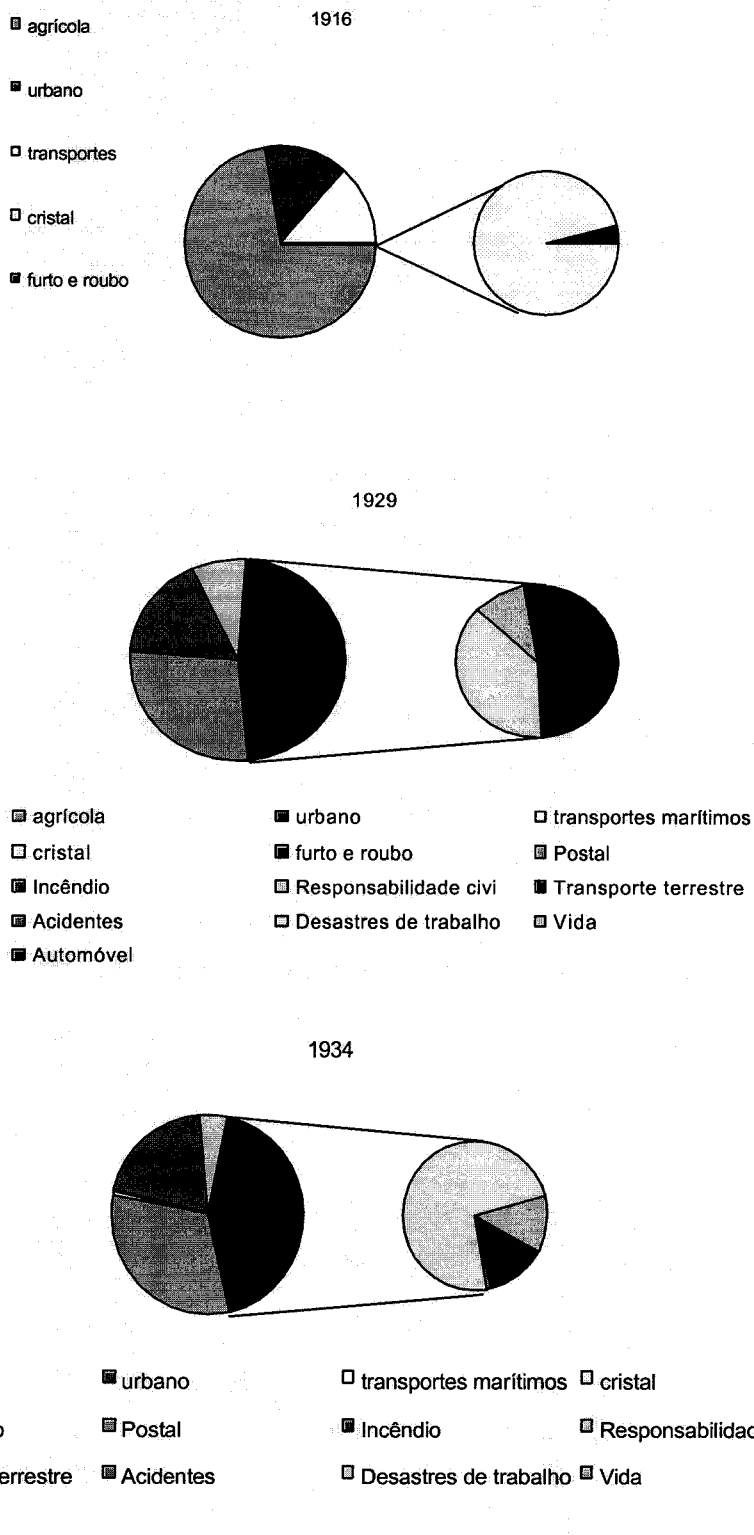


Figura 7.26. Companhia de Seguros “A Pátria”: receitas com prémios de seguros por ramos cobertos em 1916, 1929 e 1934.

Nota: as apólices sobre riscos de incêndio respeitavam a searas e árvores na maior parte e estavam incluídos em 1916 no seguro agrícola.

A companhia começou por realizar seguros de transportes sobre barcos e mercadorias, sobre a propriedade urbana, furto e roubo e cristal. Mas a esmagadora maioria das operações da companhia eram realizadas com “o ramo agrícola” que era muito preciso no objecto dos riscos cobertos (cf. figura 7.27)⁴⁵⁰. Podemos avaliar a importância de cada um deles nos primeiros anos de acordo com os lucros realizados em 1916 (valores arredondados em contos): trigo (2.343), aveia (974), arvoredos (350), cevada (345), máquinas (301), palhas (198), cortiça (188), centeio (147), pastagem (63), feno (59), fava (33), tremês (30), lenhas (10), tremoço (6), bolota (4), azeitona (1), alpista (1), grão (1) e milho (0,4). Assim, para um total de pouco mais de 5 mc, quase metade respeitava ao trigo e a restante, na sua quase totalidade, às culturas de sequeiro. Compreende-se deste modo a distribuição geográfica dos segurados: Évora (3.302), Beja (723), Portalegre (870), Leiria (71), Santarém (46) e a parte restante por Castelo Branco, Coimbra, Faro, Funchal e Viseu. No ramo urbano sobressaíram os resseguros efectuados sobre Lisboa e Ferreira do Zézere, sendo pouco expressivo Évora. Aqui se incluíam mercadorias (algodão enfardado, palhas em armazém), uma farmácia e uma fábrica de fiação (em Lisboa). Também no ramo dos transportes deparamos com resseguros de outras companhias, respeitando mercadorias em trânsito e cascos de vapores, escunas, patachos ou barcas.

Os lucros proporcionados pelo seguro agrícola atraíram outras empresas para a região. A companhia afirmava que “a concorrência das nossas congéneres é cada vez mais intensa e porfiada” e tentou sem êxito acordos com terceiros. A guerra, entretanto, ajudara a consolidar o empreendimento elevando as receitas, muito embora estas fossem consideradas insuficientes devido às elevadas despesas com as comissões⁴⁵¹. Esta revelar-se-ia um problema de difícil resolução. Em 1923, a seguradora recebia 3,6 mil contos de prémios, despendia em “gastos gerais” 228 contos e pagava 630 contos de sinistros e 1.030 da comissões ! Em 1929, a relação entre prémios de seguros e comissões era de 7:2,6 mil contos.

⁴⁵⁰ A importância da cortiça tende, por exemplo, a aparecer subestimada já que, quando empilhada depois de extraída (na fábrica ou na herdade) era classificada como “cortiça”, enquanto na árvore era classificada como “arvoredos”. É interessante, a este respeito, ler os processos de contencioso com as companhias de seguros.

⁴⁵¹ Houve também prejuízos com seguros marítimos devido às operações dos submarinos alemães na costa portuguesa sobretudo no último trimestre de 1917.

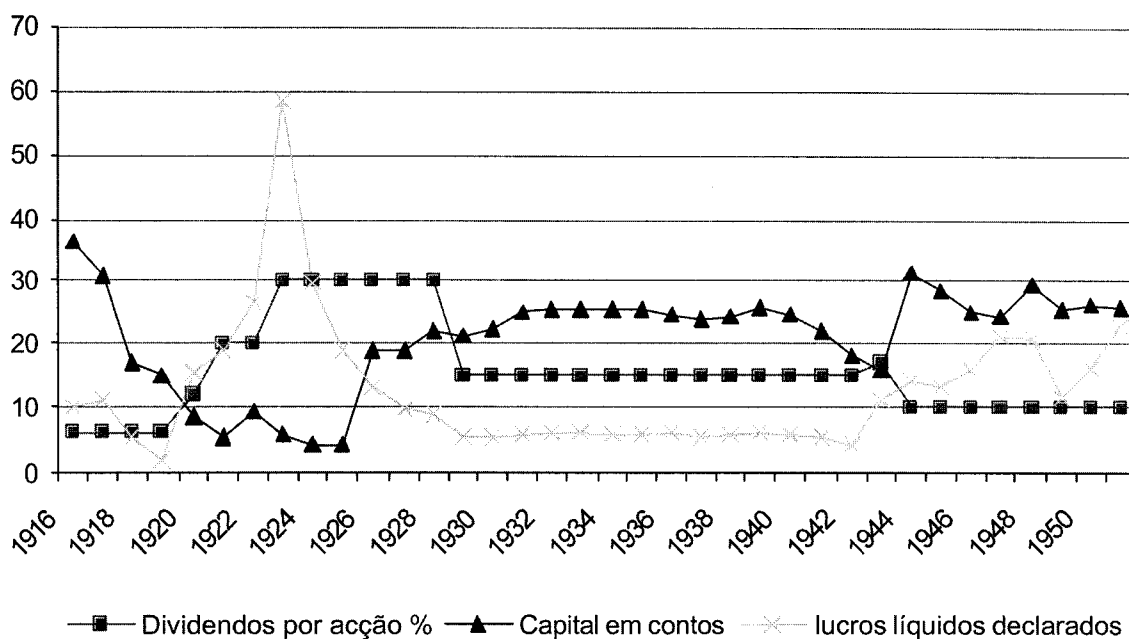


Figura 7.27. Companhia de Seguros “A Pátria”: dividendos por acção (em percentagem do capital), lucros líquidos declarados e capital accionista.

Fontes: CO/PA/RC: 1916-1952. Valores em contos de 1914.

A importância das redes de angariadores deve ser realçada bem como o prestígio que a companhia depressa adquire, aliada à influência junto dos sindicatos agrícolas. Em 1918, A Pátria contava já com 608 agentes espalhados um pouco por toda a parte, muito embora tivesse o seu centro de operações no Alentejo. A partir de 1920 e nos anos seguintes esta rede de angariadores foi ameaçada quando começaram a ser severamente colectados. A direcção acusou então as dificuldades em recrutar representantes. A direcção explicou os magros resultados obtidos pela concorrência “desenfreada e a luta desleal e pernicioso, principalmente no ramo agrícola” que a impediam de aumentar os prémios e de baixar as comissões (CO/PA/RC-1919). Apesar disso, em 1921 os seguros agrícolas cobriam 15 distritos e valiam 725,8 contos, dos quais a maior parte era cobrada nos distritos alentejanos. Em 1923, a quota de mercado da companhia no ramo agrícola (por referência à produção global) distribuía-se desta forma: 38,8 % para os cereais, 44,8 % para os legumes e 48,5 % para as máquinas agrícolas.

Apesar de se reclamar vocacionada para o seguro agrícola, a sociedade não enjeitava outros ramos cuja exploração considerava vantajosa. Assim, em 1923, foi autorizada a explorar os ramos automóvel e dos desastres de trabalho e a realizar outras apólices no ramo agrícola (cf. figura 29). A diversificação dos riscos cobertos veio alterar a posição

hegemónica em que se encontrava o seguro agrícola, contribuindo para elevar os lucros a níveis sem precedentes (figura 30). Desde logo o seguro dos desastres de trabalho se tornou muito importante, obrigando a sociedade a movimentar elevados montantes (relativamente) com indemnizações de salários, despesas médicas, farmacêuticas, hospitalares, funerárias e pensões. Em 1925, por exemplo, despendera-se 242 contos com 899 sinistrados e 24 pensionistas. A companhia viria assim a estabelecer em Évora, Lisboa e noutros pontos postos médicos para os seus segurados de forma a reduzir despesas.

Ao longo dos anos '20 e '30, A Pátria tinha a sua posição consolidada no mercado e defendia uma solução gremial para os problemas da elevada tributação e da “concorrência desregrada” que continuava a acusar e que se expressavam em magros resultados (cf. figura *supra*). Servem de ilustração a este respeito os extractos dos relatórios de 1928 e de 1934.

- 1928: “Apesar do péssimo ano agrícola, os resultados (...) não se podem considerar maus, não obstante a enorme concorrência das nossas congéneres, principalmente das estrangeiras e estas com vantagens, pois os seus encargos tributários são menores.”

- 1934: “Apesar da crise económica mundial exercer a sua nefasta acção sobre todas as actividades de comércio e indústria e muito especialmente (...) sobre a indústria seguradora e apesar da tremenda concorrência das companhias congéneres (...) ainda tivemos aumento da nossa receita o que veio dar ainda uma mais ampla consolidação aos negócios da nossa sociedade”.

Em 1940 voltou-se a falar na “concorrência desleal e encarniçada de outras companhias, sobretudo no ramo agrícola”. Apesar de ter sofrido uma quebra de 409,4 contos na receita, os lucros foram ainda assim superiores aos dos anos anteriores.

Tal como sucedera com a banca, também A Pátria era obrigada a investir em papéis de crédito. A carteira de títulos constituída em 1942 revelava a presença de 20 contos de acções no Banco do Alentejo avaliadas em 82,8 contos, sendo os restantes obrigações do tesouro. Além disso detinha 14 prédios na cidade de Évora com um valor matricial de 2,4 mc.

A história empresarial da companhia apresenta alguns traços comuns com as experiências anteriores na banca. Devemos também salientar que os principais

animadores e o pessoal que esteve envolvido nos cargos directivos vieram do Eborense ou pertenciam à elite local. Embora, a companhia proclamasse ser uma empresa de “lavradores” e servir os interesses da “lavoura”, na assembleia dos accionistas encontrávamos firmas locais e o grupo de pessoas ligadas ao comércio e à indústria de exportação da cortiça, ao comércio de cereais e de azeites, comerciantes que tinham casas de “importação” de produtos de todo o tipo como sucedia com a Murteira & C.ia, para além, naturalmente, do grupo fundiário. Tínhamos, enfim, o espelho da elite de negócios eborense e a própria lista dos maiores accionistas expressava essa mescla entre novas e velhas fortunas. A administração da companhia estava entregue a um grupo de servidores “efectivos” assistido por “substitutos”, nomeado pela assembleia e do qual faziam parte grandes accionistas.

A estabilidade dum serviço que era remunerado constituiu a regra: durante o meio século de vida desta companhia não encontramos mais de 10 pessoas com assento efectivo na administração. Também neste caso encontramos gerações de administradores e, como sucedeu no Banco do Alentejo com a dinastia dos Marçal, na Pátria encontramos os Cunhal. Neste contexto, maior rotação encontrávamos nos restantes corpos gerentes (conselho fiscal e assembleia geral). Esta estabilidade não parece espelhar o controle de nenhuma família em particular, como sucederia em empreendimentos que nasceram a partir de iniciativas individuais. O número de votos dos accionistas que detinham mais de 100 acções (num conjunto de 10 mil) não representava mais do que 1/3 do total. A listagem não sugere que estejamos perante um grupo coeso que se distinga dos restantes. Em contrapartida, é certo que os interesses da assembleia eram representados pelo inevitável dividendo, seguro e pontual no pagamento e que limitavam veleidades da administração em lançar-se em projectos arriscados.

O modo de realização do capital social e de acumulação mereceu, por isso, a nossa atenção. A subscrição do capital foi feita em menos de 3 meses por um grupo restrito de pessoas com claros interesses fundiários, levando a gerência a declarar que “a nossa sociedade é filha de lavradores e visa sobretudo a bem servir a lavoura”. Apesar de autorizada a elevar o seu capital para os 500 contos, o capital constituído não ultrapassou os 50 contos. Os livros do Eborense mostram a relação estreita do grupo fundador com a banca. A 14 de Julho de 1918, por exemplo, A Pátria contraiu um empréstimo em conta corrente de 30 contos no qual os lavradores e capitalistas Manuel Dias Rodrigues Descalço e António Torres Vaz Freire ficaram como fiadores.

A questão que se pode colocar a este respeito é a de saber se a origem desta descapitalização residia na escassez de disponibilidades dum grupo cujo poder passava sobretudo pela posse da terra e na sua determinação em manter a porta fechada a outros ou se, pelo contrário, residia nos próprios mercados. No estágio actual dos nossos conhecimentos, tudo indica que a subcapitalização resultava da própria dimensão e estrutura de mercados. A estratégia consistiu em manter o capital accionista a um nível que permitisse garantir um rendimento adequado para as acções, sendo depois elevado com a criação de fundos de reserva, recorrendo ao autofinanciamento. Até 1921, a companhia operou com 50 contos, duplicando o seu capital à porta fechada no ano seguinte. Somente em 1926 A Pátria realizou 420 contos e chegou no ano seguinte aos 500 contos (nominais) a que se propusera em 1916. Este aumento no volume de negócios assentou sobretudo na exploração de novos ramos que permitiam tirar partido de recursos idênticos aplicados sobre o seu território (cf. figura *supra*). Mas depressa esse mercado se esgotou ou mostrou um potencial de crescimento limitado. Não deixa de ser significativo o escasso número de apólices realizadas sobre mercadorias em depósito, tráfico terrestre de mercadorias

Como vimos, grande parte do movimento da companhia assentava sobre uma rede de angariadores que se dispersavam por um espaço constituído por aldeias e vilas quase todas com menos de 5 mil habitantes. Os impostos cobrados aos “agentes” podem ter encarecido as comissões, as quais representaram o encargo mais pesado de todas as operações. Ao mesmo tempo, as bases geográficas onde a companhia assentava as suas operações não lhe permitiam crescer com base na procura de ramos importantes como era o automóvel, vida e desastres de trabalho. Enfim, o seu maior capital parece ter assentado sobretudo no seu prestígio enquanto “empresa sólida” e na rede de influência que os seus accionistas detinham junto dos sindicatos agrícolas.

Ao longo dos anos '30 e '40, A Pátria remunerou bem os seus accionistas ao mesmo tempo que reforçou as suas reservas. A elevação de capital para os 1.000 contos deve ser interpretada sobretudo como uma “actualização” que significativamente se traduziu numa quebra dos dividendos distribuídos dos 17 para os 10 % (cf. figura 7.28). Podemos então pensar que o volume de capital accionista realizado era limitado pela capacidade da companhia o remunerar devidamente em função da dimensão dos mercados seguradores. Ao centrar-se sob a área que melhor conhecia (o seguro agrícola e florestal) e podia influenciar (a rede de negócios regional), as possibilidades de crescimento com novos produtos foram limitadas, depois de introduzidos os ramos vida, desastre de

trabalho e automóvel. É significativo a pouca expressão que assume a cobertura seguradora sobre valores imobiliários, armazéns e mercadorias em trânsito. É provável que a regulação corporativa tenha limitado muito as oportunidades de negócio neste campo, uma vez que os custos de armazenamento e os riscos recaíam sobre os organismos corporativos, financiadas pelas cotas dos seus associados. Seja como for, a companhia eborense ficou refém da evolução económica do próprio meio.

7.7. Conclusão

Este capítulo teve por objectivo principal analisar as relações entre a banca e a indústria no Alentejo e os finais do século XIX e a primeira metade do século XX. Como vimos, a banca regional foi representada neste período pelo Banco Eborense (1875-1919) e pelo Banco do Alentejo (1875-1974). Apesar das características predominantemente agrícolas da região, nenhum deles pretendeu constituir-se exclusivamente como um banco rural ou especializar-se no crédito predial, muito embora desde muito cedo os seus directores tenham constatado que a sua actividade fundamental dependia do crédito sobre hipoteca fundiária destinada ao desenvolvimento agrícola. Por outro lado, estes dois bancos estiveram longe de deter o monopólio das operações de crédito na região. Para além do Banco de Portugal e do Banco Nacional Ultramarino, uma dezena de bancos de Lisboa e do Porto tinham correspondentes, agentes ou representantes em Évora, quase sempre recrutados nos meios de negócios regionais⁵³. Nos primeiros anos '20, destacámos a actuação do Banco Nacional Agrícola pelas estreitas relações com a elite regional e das Caixas de Crédito agrícolas. Além destas instituições persistia o crédito privado cujo peso é difícil de medir com rigor. A literatura coeva, bem como os testemunhos directos dos próprios industriais no Inquérito Industrial de 1881, realçaram as dificuldades sentidas pelos industriais no acesso ao crédito e o elevado preço do dinheiro⁵⁴. A imagem que nos ficou daquela fonte é a de que os (pequenos) industriais só podiam contar consigo próprios, com apoios familiares eventuais ou com os usurários particulares. Apesar daqueles indícios, a análise dos arquivos dos dois bancos mostrou-nos que as elites agrárias e comerciais utilizaram frequentemente a

⁵³ V., por ex., *Anuário Comercial de Portugal* (1929, 1932 e 1946).

⁵⁴ V. por ex. as críticas de Albino Vieira da Rocha à actuação do Banco de Portugal, o qual, segundo ele, “não tem sido um auxiliar do progresso económico do país, por cujo crédito vive, mas apenas uma preciosa oficina de estampania às ordens do Ministério das Finanças (...) os auxílios do Banco de Portugal não têm sido prestados ao pequeno comércio, mas apenas ao grande comércio e aos especuladores” (Rocha-1913:45). V. tb. Cabreira, 1913.

banca para as suas actividades não apenas estritamente agrícolas, mas também na esfera comercial e industrial. Tanto no século XIX como no século XX os dois bancos regionais estiveram envolvidos no financiamento de projectos industriais de interesse para as elites regionais, sendo de salientar no primeiro momento, o caso da Companhia Industrial Eborense e, no segundo, a Empresa Transformadora de Lãs, na Covilhã.

A questão das relações entre a banca regional e a indústria levou-nos a analisar, num primeiro momento, o problema mais lato do crédito na economia regional e do papel da banca neste contexto. Num segundo momento, tratou-se de perceber o modo de operar dos dois bancos e a sua relação com a actividade seguradora. Em qualquer uma destas instituições a associação dos accionistas constituiu a chave para práticas de financiamento privilegiado naquele grupo, das redes de angariação de clientes e, finalmente, a razão da sua estratégia ter privilegiado a componente fundiária e agrícola.

Garantir a confiança do público nas instituições bancárias e o interesse dos accionistas orientaram a prática das direcções que se preocuparam sempre em remunerar regularmente os seus títulos, colocando-os ao abrigo das contingências a que a actividade bancária estava sujeita. Desta forma, a aquisição de acções constituía não apenas uma aplicação que garantia regularmente dividendos certos (acima dos que as pequenas poupanças podiam alcançar) como constituía um meio de obter relações privilegiadas com a banca. Ao contrário do que sucedeu noutros contextos, os directores tiveram os poderes limitados pelos accionistas e foram mais gestores do interesse geral do que empresários capitalistas que procuravam financiar as actividades próprias de cariz mais ou menos aventureiro (cf. Lamoreaux, 1994; Cassis, Feldman, Olsson, 1995; Cottrell e Reis, 1998)! Tal como sucedeu noutros bancos regionais europeus que actuaram em contexto agrário, tanto o Eborense como o Alentejo serviram de mealheiro da elite agrária e comercial (Hanson, 1995, Hentenryk, 1995).

Os depósitos a prazo tiveram um papel importante na constituição dos recursos financeiros dos bancos até à I Guerra Mundial. Em contrapartida, a pequena poupança teve um papel diminuto. Por outro lado, estes bancos disponibilizavam dinheiro em momentos cruciais da vida agrícola e comercial a grupos privilegiados. A sua actuação no mercado da terra, resultante das suas práticas assentes sobretudo no empréstimo em conta corrente com garantia fundiária, foi no sentido da sua valorização. Recusando vender terra a qualquer preço, chegando mesmo a valorizá-la antes de a colocar no mercado, os bancos contribuíram para a segurança das suas próprias garantias. Pode

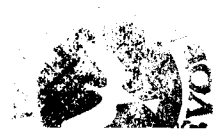
então dizer-se, de uma forma esquemática, que estes bancos recolhiam o dinheiro em circulação proveniente do comércio, das rendas fundiárias e dos lucros da actividade agrícola para os reenviarem de novo aos grupos interessados nas grandes operações de produção e comercialização dos produtos do agro alentejano. A estreita dependência da actividade comercial e industrial dos interesses fundiários ou, por outras palavras, a ausência de um sector comercial e industrial forte e relativamente autónomo, parece ter limitado as opções dos gestores. Deste ponto de vista, percebe-se que os aumentos de capital estivessem dependentes da capacidade da própria instituição em gerar dividendos e que esta dependesse, finalmente, do conjunto da economia.

Ao longo deste período, o ambiente institucional e económico em que a actividade bancária se movimentou alterou-se substancialmente (Reis-1998 e 2002). A partir da guerra e no imediato pós-guerra, o comportamento da banca regional foi marcado pela necessidade de resistir às pressões inflacionistas através da procura de aplicações seguras alternativas que conduziram à procura de títulos e à diversificação do investimento. A partir dos anos '30, por sua vez, a organização corporativa da produção agrícola limitou os lucros do comércio e da indústria a jusante e, subsequentemente, o interesse nestas aplicações, ao mesmo tempo que a subordinação da banca à disciplina salazarista, imposta no sentido de garantir o dinheiro barato, veio favorecer o crédito praticado por particulares. No conjunto, o interesse da banca pela indústria regional foi conjuntural e subordinada aos interesses dos seus accionistas.

O estudo do comportamento da banca regional permitiu-nos evidenciar alguns aspectos que interessam na análise das relações das elites face à actividade industrial em contexto regional. Embora não seja possível, a partir das fontes disponíveis, conhecer rigorosamente todos os interesses presentes por detrás de cada uma das operações escrituradas, parece-nos claro que a banca regional desempenhou um papel importante, se não mesmo fundamental, no financiamento das operações comerciais, agrícolas, fundiárias e industriais em que estiveram envolvidas as elites regionais. Tanto o Banco Eborense como o Banco do Alentejo foram bancos de accionistas e privilegiaram as relações com os seus maiores. Nessa medida, a sua acção da banca “espelhou” o comportamento dos grupos accionistas e serviu os seus interesses. Entre as operações bancárias destacaram-se o desconto de letras e o empréstimo em conta corrente mediante garantia pessoal ou fundiária. No primeiro caso surgiam firmas comerciais e industriais, sobretudo alentejanas, lisboetas e portuenses que operavam com capitalistas da praça eborense e cuja insolvência, por vezes, afectaram a actividade bancária. No caso

dos empréstimos em conta corrente eles recaíram principalmente sobre grandes negociantes, comerciantes, proprietários e lavradores (atributos que por vezes se reuniam numa só pessoa) e firmas comerciais e industriais alentejanas (ou que operavam no Alentejo) que tinham relações estreitas com os accionistas. Os empréstimos em conta corrente, concebidos como uma operação de curto prazo segura por bens imobiliários (mas não exclusivamente), eram frequentemente renovados e podiam prolongar-se por anos a fio, chegando-se até à figura da “consignação de rendimentos” para liquidação de dívidas. Estes bancos cumpriam ainda outras duas funções importantes: remuneravam de forma garantida e satisfatória os accionistas e o capital neles depositado. Neste sentido pode dizer-se que actuaram como um mealheiro das elites e como uma instituição a quem se recorria para cobrir situações de dificuldades. O comportamento amigável da banca face aos accionistas devedores e aos seus interesses fundiários foi conforme a sua atitude face à terra que valorizou.

Tanto o Eborense como o Alentejo foram bancos onde os directores partilharam com o conselho fiscal e com as assembleias a tomada de decisões fundamentais, desde as grandes operações de desconto e de crédito às aplicações de capitais “imobilizados”. Nessa medida, a direcção dos assuntos bancários não se autonomizou dos interesses particulares dos accionistas. Apesar destes traços comuns, identificámos um perfil diferenciado nos grupos accionistas dos dois bancos até à I Guerra Mundial. O Eborense esteve mais ligado às elites fundiárias e comerciais, na maior parte radicada em Évora, enquanto o Alentejo, com uma prática mais comercial e uma clientela mais diferenciada, captou sobretudo pessoas e instituições interessadas sobretudo num rendimento regular e seguro. Nos dois casos encontrámos não apenas grandes proprietários fundiários, capitalistas agrários, como também negociantes e industriais que procuraram um entendimento privilegiado com a banca regional. Comerciantes e industriais de cortiça, fabricantes de calçado, fabricantes de carros, correeiros, proprietários de oficinas de serralharia ou fabricantes de chocolate foram accionistas e operaram com o banco para fazer face às suas transacções comerciais de curto prazo. No entanto, as regras do crédito foram-lhes desfavoráveis na exacta medida em que penalizavam as pequenas iniciativas. Assim, não é de estranhar que fossem sobretudo os interesses ligados à grande lavoura do sul e à comercialização dos seus produtos que foram largamente predominantes na sua actividade. Foi deste modo que percebemos a convergência no comportamento das duas instituições: por um lado, os elevados custos de informação e os riscos associados ao factor humano conduziram à concentração das operações na sede; por outro, não se constituíram os capitais necessários à formação duma rede bancária. A orientação



regional dos dois bancos tornou-se evidente tanto no sentido da aplicação dos seus fundos como na constituição do grupo accionista.

Vimos que a I Guerra Mundial veio alterar profundamente a composição do capital bancário. Enquanto o Eborense sucumbiu à estratégia da segurança que trazia o investimento em títulos governamentais, a praça alentejana foi objecto de intensa concorrência. O Alentejo e o Banco Nacional Agrícola, entretanto formado, acabaram por integrar os interesses presentes no Eborense. Na área dos seguros, a constituição de “A Pátria” respondeu à necessidade sentida pelos lavradores de segurar as suas searas, permitindo que o crédito se “libertasse” da garantia fundiária. O seguro agrícola constituiu assim a sua área privilegiada de actuação, contando para tal da rede de interesses à escala regional.

A participação do Banco do Alentejo na Empresa Transformadora de Lãs, na Covilhã, foi um episódio que deve ser compreendido no ambiente dos negócios do imediato pós-guerra e, nesse contexto, constituiu um investimento estratégico para o grupo. O arranque desta unidade industrial moderna sofreu de problemas análogos à de outras iniciativas industriais neste período que, devido à rápida desvalorização do escudo, se viram em dificuldades para liquidar os seus compromissos externos, assumidos com a aquisição de equipamentos. Para além destes e de outros problemas com o arranque desta unidade, o banco foi ainda afectado duramente com situações de insolvência que afectaram o comércio e a indústria na sequência das medidas tomadas a partir de 1926. Finalmente, a instituição não podia deixar de ser afectada por todo o quadro de regulamentação corporativa e de dirigismo económico que se abateu também sobre a banca depois dos anos '30. A participação em iniciativas como a formação da T.A.P. resultou duma determinação do Grémio Nacional dos Bancos e Casas Bancárias, em obediência a orientações do governo, para que 2 % dos fundos dos bancos fossem aplicados na constituição daquela empresa. Apesar de lutar com dificuldades de carácter institucional disso, o banco procurou, já nos anos '60, contribuir para a capitalização da empresa agrícola alentejana num ambiente economicamente adverso, apoiando financeiramente empresários agrícolas e cooperativas que se formaram nessa época (BPI/BA/AG/AC - 1924-1974, acta de 1967).

8. Conclusão: para a compreensão da acção das elites económicas no Alentejo contemporâneo.

Chegou assim o momento de reunirmos os resultados das investigações parciais de que foram objecto cada um dos capítulos anteriores num todo coerente. A *interpretação compreensiva* do comportamento económico das elites no Alentejo entre finais do século XIX e a primeira metade do século XX face à indústria não deve perder de vista que é resultado dum conhecimento construído a partir de um conjunto de fontes de natureza desigual a que pudemos aceder. Este estudo partilha, pois, das dificuldades de base com que se tem defrontado a história da indústria em contexto regional: falta de estudos monográficos sobre as principais empresas e ramos industriais, insuficiência de fontes para o conhecimento profundo da vida empresarial, ausência de arquivos de empresa acessíveis para o período em estudo, enfim, lacunas na informação estatística de base (cf. Mendes-1984). Cremos, apesar disso, ter elaborado uma descrição do tecido industrial instalado na região na primeira metade do século XX e recolhido elementos sobre o comportamento económico das elites no Alentejo durante esse período que nos permitem uma interpretação sobre o sentido da sua acção.

A nossa síntese incidirá sobre dois aspectos distintos. O primeiro diz respeito à descrição da evolução histórica geral da região do Alentejo na óptica industrial. Não é tanto um modelo explicativo que se busca como o desejo de elaborar um mapa onde serão traçadas as principais linhas de força dessa evolução. O segundo centra-se na descrição do comportamento das “elites agrárias” *naquele contexto*, facto que permitirá avaliar o alcance daquele conceito.

1. As elites económicas e o desenvolvimento industrial no Alentejo

O Alentejo Oitocentista apresentava-se aos olhos dos seus contemporâneos empreendedores como uma região atrasada, mas, simultaneamente, como uma terra de oportunidades. Neste sentido, e apesar do peso civilizacional que constituía a sua herança histórica (interpretada como o resultado dum longo processo de decadência), o Alentejo constituiu-se como *região de fronteira* para o capitalismo português ou partilhou com estas regiões alguns traços essenciais, a saber: escassez de capitais, escassez de recursos

humanos, carestia de mão-de-obra e abundância de recursos inexplorados ou mal explorados. Partilhou ainda outro elemento fundamental: a representação mítica (no sentido de construção discursiva que impelia para acção individual e colectiva) sobre o seu potencial de desenvolvimento. Desde as *imensas riquezas mineiras escondidas* ao seu *solo feracíssimo*, os discursos eivados de optimismo dos empreendedores contrastavam com a pobreza reinante. Assim, o Alentejo partilhou com as regiões de fronteira a característica de ser objecto de construção de imagens estereotipadas e diferentes projectos mobilizadores (cf. Bourdon-1985)¹.

O seu desenvolvimento a partir da Regeneração foi, em larga medida, “puxado pelo exterior”, atraindo capitais, técnicos, artesãos e mão-de-obra especializada. Pirites, mármore, cortiça, vinhos, azeite, cereais, carne viva, lãs constituíram produtos de exportação que atraíram capitais exteriores e mobilizaram as velhas elites. Daí, como bem mostrou Helder Fonseca (1995, 1966, 1998), o carácter compósito das elites constituídas durante a Regeneração quer as consideremos sob o ponto de vista da sua origem social e geográfica, quer das áreas de negócio ou residência (capítulo 1). No campo industrial e mineiro encontramos empresários e *aventureiros* notáveis como José Lemos de Sousa e Castro, com origem nas velhas aristocracias “fundárias”, que esteve na origem da formação da Companhia de Mineração Transtagana (Guimarães-1996). Ou José Rodrigues Tocha, engenheiro de origem espanhola e filho de um militar que combatera na guerra civil ao lado dos liberais, e que em Estremoz se meteu em empreendimentos tão diferentes como a construção de uma moderna moagem de cereais ou a exploração mineira. Ou ainda Alonso Gomes, comerciante com a mesma origem ligado ao *import-export*, que explorou várias minas de manganês no Baixo Alentejo e que esteve ligado, com outras personalidades locais, à formação de várias sociedades. Mas o mais bem sucedido foi, sem dúvida, James Mason, nobilitado por D. Luís como reconhecimento pelo seu importante sucesso económico (Custódio-1996b). No que respeita ao comércio e à indústria corticeira, são conhecidos os nomes dos ingleses Reynolds, Robinson, Bucknall e do catalão André Camps. No domínio do têxtil, temos os Larcher e os Marçal que se radicaram em Portalegre. Ao lado dos estrangeiros, temos empresários portugueses com origem muito diferenciada. Na constituição da Companhia

¹ Efectivamente, nos finais do século XIX, foram dois os *discursos míticos* que se constituíram como destino nacional: o de África e o do Alentejo. As duas componentes estiveram presentes como programa doutrinário de acção no pensamento de Oliveira Martins (1974, 1990, 1994). Enquanto para África se pensava num modelo de desenvolvimento assente no “colonialismo de plantações” ensaiado em São Tomé e Príncipe, para o Alentejo via-se a constituição duma classe média e pequena de lavradores que animassem a produção e a circulação internas. Veja-se a este respeito também Lains-1995.

Industrial Eborense, por exemplo, nem um único sócio tinha origem nas velhas famílias locais. Dois bancos, constituídos com diferentes capitais, atestaram não só a presença de diferentes grupos de accionistas (sociologicamente), como de “funções” e projectos diferenciados.

O estudo do comportamento das elites no Alentejo ou das elites alentejanas começa, assim, por criar problemas de identificação e de recorte social. Era Margiochi, que viveu em Paris, ou Eugénio de Almeida, que vivia em Lisboa, menos absentista do que James Mason, reputado *mineiro*, que passou a maior parte do seu tempo na Inglaterra? Se não parece haver dúvidas que todos eles foram empresários modelares (não apenas na medida do seu sucesso económico como pelo facto dele resultar da criação de organizações produtivas complexas), eram todos parte da elite *alentejana*? Não é este conceito, que apela ao *regionalismo*, o resultado do protagonismo e da acção política e ideológica de uma parte destas elites que pugnaram, por interesse próprio, para a região um certo “modelo” de crescimento? Do ponto de vista da composição das suas fortunas e interesses, se os primeiros faziam parte da mesma elite “agrária” onde encontramos o Visconde da Esperança ou Francisco Eduardo de Barahona Fragoso que residiam em Évora, haveria nessa elite um recorte que os separava da maioria dos lavradores-rendeiros, dos comerciantes e industriais da região? Partilhariam estes dois níveis de fortuna das mesmas redes de influência política? Do ponto de vista dos interesses em que essa elite regional esteve envolvida (grande agricultura comercial, negócios de importação e exportação, banca, tabacos, electricidade e, finalmente, industria) não será o termo *agrário* (se conotado com atitudes anti-capitalistas e anti-modernas) tão equívoco como a expressão *burguesia bancária*, conceito preferido por Oliveira Martins quando a eles se referiu?

Depressa o historiador depara com as dificuldades inerentes ao sentido ideológico e cultural da construção histórica das identidades, sobretudo quando, como sucede neste caso, não existem instituições políticas que dêem corpo a essa identidade. O país foi retalhado pelo liberalismo de Mouzinho da Silveira, de acordo com o modelo napoleónico, em distritos e em prefeituras que se *tornaram* concelhos ou municípios para melhor se legitimarem. A província, essa, permaneceu como entidade imaginária e, neste período, foi uma construção ideológica filha do nacionalismo finissecular. Era assim no Parlamento que os interesses da região eram defendidos pela voz dos seus maiores, grandes fortunas tituladas ou seus representantes próximos. Ora, se estamos perante um grupo que constrói a sua identidade a partir do poder que lhe conferia os

direitos que detinha sobre a terra, não estranhámos que a sua estratégia no período de *crise do liberalismo* se tenha centrado na conservação desse mesmo poder. Para tal, procurou subtrair-se à erosão social provocada pela liberdade dos mercados quando se começou a constituir um sector industrial autónomo situado imediatamente a jusante da esfera agrícola, ou seja, quando se constituiu um mercado de produtos agrícolas para a indústria. A ruptura com o liberalismo económico estava longe, no entanto, de representar todas as sensibilidades no topo, como o atesta o confronto entre os diferentes programas regionalistas nas vésperas do 28 de Maio de 1926.

A heterogeneidade da *elite* que resultou, em larga medida, da orientação da economia regional para os mercados exteriores, não desapareceu, longe disso, no século XX (capítulo 3). No domínio mineiro, surgiram nomes de capitalistas ligados à praça de Antuérpia quando se constituiu a Société Anonyme Belge des Mines de Aljustrel em 1898, ao lado da casa Fonseca & Viana (Guimarães-1996, 2001). Depois, com uma acção regional relevante, emergiram novas figuras, umas vindas do Norte, como Marc Velge que ficou ligado à exploração das minas do Lousal e da Caveira e à Sapec, outras com raízes na região como Aboim Inglês, personalidade que bem pode ser definida como agrário, engenheiro, mineiro e industrial e cuja acção foi apoiada por Carlos Empis, outro capitalista também com raízes fundiárias (capítulo 6).

A orientação exportadora dos grandes domínios sem uma correspondente constituição ou desenvolvimento de mercados regionais, compreendidos como pontos “obrigatórios” de confluência de mercadorias e de compradores, teve um impacto directo no padrão de localização e, a prazo, de desenvolvimento industrial, com consequências no perfil dos seus actores. No que respeita à indústria corticeira, encontramos o catalão da Mundet que se instalou, tal como os suecos da Wicander, nos pontos de escoamento onde se acumulavam as matérias-primas, ou seja, na Margem Sul do estuário do Tejo. Nos finais do século, o Algarve tinha já grandes unidades de processamento de cortiça como a Vilarinho & Sobrinho que, em Silves, empregava perto de 8 centena de trabalhadores ou a Avern Sons & Barris e G.N. Mascarenhas, firma também estabelecida naquela localidade que ocupava outras 2 centenas (Monteiro-1896; cf. Abecassis-1926). O mesmo padrão de localização encontramos, aliás, com o aproveitamento das pirites, sendo de destacar as iniciativas de Alfredo da Silva (Barreiro, 1906) e da Sapec (Setúbal, 1934).

No caso da indústria moageira encontramos Eugénio Alvarez, engenheiro especializado na panificação que se orgulhava de ter instalado em Portugal dez grandes fábricas. Outros espanhóis estiveram presentes também na indústria dos azeites. No domínio da metalomecânica temos Carlos Roeder, por exemplo, alemão proprietário da Metalúrgica Alentejana (capítulo 3). O grau de “enraizamento” ou de “nacionalização” destas pessoas foi variável. Efectivamente, alguns criaram raízes locais na medida em que se radicaram e se cruzaram com velhas famílias locais, como sucedeu com os (alguns) Reynolds, os Larcher, os Camps e tantos outros. Outros tiveram “apenas” uma acção local relevante, por vezes criando ou participando em associações capitalistas ou promovendo novas iniciativas. Seja como for, o recorte analítico sobre as elites económicas do Alentejo não pode, pois, deixar de ter presente a multiplicidade de interesses que operavam na região, na qual o universo da agricultura capitalista não constituía um mundo à parte⁴⁵⁵. Também estes interesses estavam longe de serem “aliados naturais” dos interesses fundiários.

É, pois, redutor identificar a elite económica alentejana com as elites fundiárias (“absentistas” ou “localistas”). O que a nossa análise veio mostrar, na linha de Helder Adegar Fonseca, foi a sua heterogeneidade, pois a posse da terra e o investimento fundiário assumiram sentidos completamente distintos. Se uns tinham origem na aristocracia ou em antigas linhagens nobres que se tinham rendido às “delícias” do liberalismo, outros eram lavradores enriquecidos ou comerciantes que procuravam consolidar a sua fortuna, a sua área de negócios ou enveredar pela actividade agrícola. No caso da cortiça, a aquisição de terras foi uma aplicação estratégica para negociantes e industriais, que se compreende facilmente no contexto duma região atrasada, onde os custos de informação e de transacção eram elevados⁴⁵⁶. No âmbito destes percursos individuais e familiares, o sentido deste investimento, porém, poderia alterar-se (como efectivamente sucedeu) se em determinada conjuntura a actividade comercial entrasse em crise. Quando isto sucedia a “lavoura” poderia assumir um papel preponderante na economia de algumas casas originalmente comerciais e industriais. O mesmo se passou com muitos outros negociantes que tinham fábricas e negócios locais e que investiram na

⁴⁵⁵ A utilização de um critério demasiado lato no recorte desse universo foi uma das críticas feitas ao trabalho de Makler (1969) que, apesar disso, continua a ser uma obra de referência. Veja-se também o recente trabalho de Manuel Lisboa (2002).

⁴⁵⁶ Um estudo recente sobre um empresário que actuou na região de Bragança entre os finais do século XIX e princípios do seguinte mostra um percurso análogo, sob este ponto de vista, ao dos Reynolds e dos Robinson no Alentejo (Parreira-1998).

segurança que representava o investimento fundiário. Nestes casos, em circunstâncias normais, a atenção que o negócio exigia fazia com que o arrendamento fosse uma boa opção. Mas em contexto crítico, a mudança de actividade poderia ocorrer. A análise de alguns processos industriais da 4ª CI mostrou diferentes situações em que se percebia, nos anos '30, que alguns comerciantes e industriais tinham enveredado pela agricultura.

Noutros casos, estávamos perante casas com actividades muito diversificadas. Um dos exemplos paradigmáticos foi o comendador Oliveira Soares, que sendo grande proprietário fazia lavoura, dava de renda, era influente na banca regional onde tinha fortes participações, promoveu e participou no negócio da electricidade nos princípios do século e, mais tarde, na moagem industrial. Não estranhemos, por isso, que aparecesse como membro influente da Associação Industrial Eborense e, depois de ter participado na fundação de “A Pátria”, representasse em Évora o Banco Nacional Agrícola. Será este o exemplo vivo de um membro da “elite agrária” do sul? Ou invoca o conceito, afinal, uma falsa questão?

Para a compreendermos tivemos de recuar até à crise das décadas de 1880 e de 1890, quando o desenvolvimento económico alentejano no quadro da primeira periferia do sistema mundial entrou em crise. A queda contínua nos preços do cobre e do ferro vieram encerrar a maioria das explorações mineiras (Guimarães-1989,1986), ao mesmo tempo que a indústria rolheira entrou em crise profunda e a prancha depois começou a sofrer a concorrência da cortiça argelina (Soares, Neto e Mexia-1912). O proteccionismo industrial, entretanto, tinha feito multiplicar a concorrência interna penalizando fortemente a indústria têxtil de Portalegre e a moagem na província (capítulo 4). Para além da crise na comercialização dos vinhos, a queda contínua no preço dos trigos e a deficiência crónica no seu abastecimento fazia com que os cereais chegassem a Lisboa ao preço da cevada vendida em Évora, como relatava a imprensa regional⁴. O resultado foi o afundamento e o acumular de dificuldades das fábricas da província. Mais grave ainda, criou dificuldades no processo de conversão das rendas fundiárias em capital. Como muitos dos contratos de arrendamento eram a trigo, cabia ao senhorio converter os trigos em capital através da sua comercialização. Isso acontecia quer na Companhia das Lezírias quer em muitas grandes casas. A ligação entre senhorios, negociantes e industriais eram assim inevitável, como mostrou a constituição das sociedades em Évora (capítulo 2). Mas, como vimos, o problema do trigo era apenas uma parte da questão

⁴ V. nomeadamente o “Relatório da Direcção (1886/1887)” da Associação Agrícola Eborense, publicado no *Diário do Alentejo*, I, 138.

relativa à crise na competitividade da agricultura alentejana. A solução política adoptada por Mariano de Carvalho na sequência dos dois Congressos Agrícolas de Lisboa era provisória e provavelmente destinado a arredar o fantasma da construção dum partido agrário que vinha ameaçar a ordem clientelar construída por Regeneradores e Progressistas (Guimarães-1999a). Além disso, vinha contribuir para arrecadar receita numa altura em que o governo se confrontava com graves problemas financeiros. O problema mais vasto que ficou por resolver *a médio prazo* era o da comercialização dos produtos agrícolas em face da perda de competitividade da agricultura do sul. A emergência de um sector comercial e industrial moderno, autonomizado do sector agrícola, veio agravar o problema colocando directamente em cheque o poder que a posse da terra até aí conferia.

Politicamente o grupo que se mobilizou em torno da defesa da “lavoura” não pode ser definido nem como livre-cambista nem proteccionista, nem como estando interessado na economia doméstica por oposição à economia de exportação (cf. Schwartzman-1985, 1989). Os interesses do capitalismo agrário alentejano obrigavam-no a ser tudo isso e, simultaneamente, algo substancialmente diferente. No que respeitava à cortiça, os proprietários queriam ter mãos livres quer para estabelecer contratos, definir a política florestal e agrícola, e vender a quem mais desse. Tal significava a defesa de um liberalismo que se opunha a qualquer regulamentação da sua liberdade de acção, a começar pela imposição de impostos à exportação da cortiça não manufacturada ou semi-preparada que consideravam ser um imposto indirecto sobre a propriedade (Soares, Neto e Mexia-1912). Já relativamente às lãs, a sua posição evoluíra desde a altura em que queriam toda a liberdade para exportar até ao momento em que a perda de competitividade externa as levou a querer colocá-las nas fábricas nacionais (cf. Matos-1997). Quanto ao trigo, rejeitaram o princípio da “escala móvel” que dava vantagem no mercado livre aos trigos nacionais porque o seu problema era também fazê-los entrar nas fábricas modernas, apropriando-se dos lucros comerciais e industriais através da imposição de consumos e do tabelamento dos preços dos trigos à entrada da fábrica e em todo a fileira do pão. O Estado passou também a ter um papel mais activo na defesa desta lavoura, actuando como consumidor. Não só se conseguiu que o exército comesse cereais nacionais, como o Estado construiu e tornou-se proprietário da maior fábrica de moagem do país para o seu abastecimento (a Manutenção Militar). No caso do Alentejo, este quadro limitou a viabilidade industrial das fábricas de Estremoz e de Évora, que encontravam na presença do exército uma importante fonte de rendimentos. Problema idêntico existia com o azeite. Neste caso o seu principal objectivo era metê-lo na lata que

seguia para exportação (cf. capítulos 1 e 4). Quanto às máquinas agrícolas, queriam toda a liberdade para escolher as melhores e as mais baratas, sendo preferidas quase sempre as máquinas inglesas, como revelam as listas de inspecção dos serviços industriais das circunscrições alentejanas.

Por tudo isto é difícil arranjar uma classificação coerente em termos “livre-cambistas” ou “proteccionistas” quando estava em causa romper com os princípios basilares do liberalismo económico. Neste, como noutros tópicos de que a seguir falaremos, os interesses da “lavoura” do sul atravessaram e ultrapassaram clivagens de todo o tipo, a começar pela oposição entre os dois grandes partidos monárquicos até à clivagem entre monárquicos e republicanos, como se perceberá pela evolução dos unionistas dentro da República depois da experiência sidonista e da Monarquia do Norte. Um terceiro elemento fundamental respeitava à questão fiscal.

À medida que o Progresso do país se ia construindo com o endividamento externo, aumentou a pressão fiscal sobre a propriedade, precisamente no momento em que a economia do sul atravessava maiores dificuldades⁵. A questão do cadastro predial que levou à nomeação duma supra autoridade na figura dum alto comissário como Gerard Pery parou sintomaticamente em Évora⁶. A defesa dum estado minimalista, nessa medida “liberal”, teve como motivação o desejo de não ver elevado, directa (através do imposto predial) ou indirectamente (através de impostos à exportação de matérias-primas), a pressão fiscal sobre a propriedade. Numa perspectiva de médio prazo, tudo apontava para que esse “programa” viesse a integrar a política económica do Estado Novo. A razão para tal atitude face à questão fiscal é facilmente identificada quando se conhece a realidade em que se encontravam algumas casas bem como as próprias limitações da agricultura extensiva do sul (cf. capítulo 7).

Efectivamente, as grandes casas de proprietários e negociantes que constituíam o grupo mais dinâmico na economia regional, sofreram, embora de forma muito desigual, com os problemas criados pela República no Brasil, em 1889, e depois, em 1892, com a crise comercial (capítulos 2 e 7). Se a reputação e o bom nome das grandes figuras

⁵ Sobre este período v. a interpretação de Rui Ramos (1992, cap. “A Vida Nova”). Cf. Lains (1995, “conclusão”)

⁶ Por qualquer razão que desconhecemos, esta questão que teve fortes repercussões políticas não foi tratada nos dois estudos recentes sobre a crise portuguesa nos finais do século XIX quer por Pedro Lains quer por Sérgio de Matos (Matos-2002: 57-79 e 99-149). V. a este respeito o nosso texto sobre o proteccionismo cerealífero finissecular (Guimarães-1999^a).

impedia que, na época, se conhecesse a situação real de muitas casas, hoje porém a realidade é outra. A nossa investigação sobre os fundos orfanológicos mostrou que muitos nomes sonantes da praça eborense se encontravam numa situação difícil. Se indivíduos como Barahona Fragoso tinham tamanha fortuna que não se viam afectados pela crise, a maioria dos proprietários e comerciantes endividados juntou-se aos lavradores no esforço para reduzir custos através da acção sindical, ao mesmo tempo que não abdicavam da sua influência política (Bernardo-1997). Uma linguagem que falava da união da “família agrícola” e dos interesses da “lavoura” (expressão que de facto designava a economia das casas agrícolas e que ia desde a cortiça à pecuária, desde os direitos de propriedade, à produção, comercialização e até transformação) passou a identificar os interesses do capitalismo agrário do sul.

Um dos indicadores que dispomos para avaliar as dificuldades com que muitas casas se debatiam é o da constituição de sociedades e registo de falências (capítulo 2). Segundo cremos, a intensidade de registos na *Belle Epoque* representa, sobretudo, a possibilidade de cedências a terceiros com hipotecas de quotas sobre dívidas. Do mesmo modo, o aumento desse capital traduzia a integração das dívidas nos activos e, no início dos anos '20, dificuldades resultantes da desvalorização externa da moeda e da inflação. Ao mesmo tempo que iam aumentando sobre o grupo pressões de diversa origem, a realidade da economia alentejana, a braços com rendas e custos de mão-de-obra elevados, era evidenciada por Paulo Morais no seu Inquérito Agrícola (1889). E a “solução” que significou a liquidação do mercado (livre) para os trigos, só resolveu o problema de modo parcial.

Para compreender o alcance destas medidas devemos ter em mente outros projectos em agenda que se prolongaram até à República e que, finalmente, foram abandonados. O mais importante, do nosso ponto de vista, foi o do relançamento da competitividade da agricultura no exterior pelo renascimento da marinha mercante⁴⁶⁰. Por detrás do ideal do renascimento de um Portugal marinheiro, esteve o exemplo italiano. Também entre nós esse projecto/visão envolvia o programa de lançamento duma indústria siderúrgica articulada com o desenvolvimento da marinha de guerra e com a qualificação dos produtos agrícolas (Matos-1901). A acção do Estado era fundamental no êxito do projecto, já que nele estaria envolvido com a obrigação de fazer encomendas regulares

⁴⁶⁰ É interessante a este respeito ver a *Revista Comercial*, experiência de curta duração.

para a marinha de guerra⁸. Não nos cabe aqui analisar a extensão de tal projecto, mas a oposição encontrada por parte dos que se lhe opunham tinha também uma componente económica muito palpável. A recusa dos grandes proprietários em querer pagar a factura através do aumento dos impostos ou com a perda de direitos sobre a terra cruzou-se com a disputa entre o grupo Burnay, ligado à Empresa Industrial Portuguesa, e um empresário inglês (Guimarães-2000).

A estratégia industrial seguida por diferentes governos desde a Regeneração passou pela cooptação dos interesses externos, que depois se procurava “nacionalizar”. Esse programa pode ser entendido no quadro de uma posição de pragmatismo em que, na perspectiva das elites nacionais, se tornava difícil controlar fluxos comerciais internacionais ou conhecer tecnologias emergentes. A instalação das fábricas conserveiras pelos franceses em Setúbal, na década de 1880, tal como a das fábricas de cortiça teve essa configuração. A partir de finais de Oitocentos, os progressos tecnológicos em diversos campos foram acompanhados pelo desejo de facilitar a instalação de novas indústrias. De forma a tornar o investimento atractivo criou-se a figura de “patente de criação de nova indústria” que concedia exclusivos e isenções de vária ordem⁹. Em suma, também no campo industrial se começava a romper com os princípios liberais.

Neste contexto, a oposição das “elites agrárias” alentejanas à indústria lisboeta deve ser perspectivada também no quadro das rivalidades que opuseram diferentes grupos com uma base regional distinta (representada discursivamente como o conflito que opunha *Lisboa à Província*), mais do que uma clara oposição entre os industriais

⁸ A este respeito chegaram-se a fazer conferências na Liga Naval nesta época.

⁹ Através dos decretos de 30.Set.1892 e de 1.Fev.1893, o Estado português estabeleceu, à semelhança doutros países de industrialização tardia, uma nova modalidade de «propriedade industrial», as «patentes de introdução das novas indústrias». Este proteccionismo que rompia com os princípios liberais foi “justificado” como compensação pelo proteccionismo cerealífero aprovado pelo governo. A patente dava o direito de exclusividade por um prazo não superior a 10 anos ao introdutor no nosso país de qualquer nova indústria. De acordo com Avelãs Nunes (1994:195), “o projecto estabelece regras tendentes a dar a conveniente publicidade aos pedidos de patente de introdução, marca prazos para as reclamações dos interessados e autoriza o recurso para o supremo tribunal administrativo, garantindo, por esta forma, todos os direitos e acautelando todos os interesses” (extracto do dec. de 30 de Set.1892). Entre 1894 e 1940 temos mais 6 outros decretos. O dec. de 18.Dez.1894, o dec. regulamentar de 28.Mar. de 1895, o dec. de 21. Maio. 1896, o dec. 17 Dez.1903, a Lei 1.972 de 22 de Junho de 1938 e o dec. 30.679 de 24.Ago.1940. Praticamente sem efeitos práticos acabou por ser substituído pelos princípios que orientavam o condicionamento. V. a este respeito o *Boletim da Propriedade Industrial. Publicação Oficial da Repartição da Indústria (1891-1967). Apêndice ao Diário do Governo*.

identificados como *industrialistas* e os lavradores como *agraristas*⁴⁶³. O debate que atravessou a sociedade portuguesa, imortalizado pela estética literária de Eça na *Cidade e as Serras*, defronta também os industriais da província que, em certos casos, terão alinhado com os tradicionalistas, não por pertencerem a uma burguesia fraca, incapaz de se afirmar com autonomia, mas por verem a sua sobrevivência ameaçada pelo novo mundo das grandes organizações fabris.

A I Guerra Mundial veio abalar profundamente e perverter as regras do jogo das trocas na economia regional (capítulo 7). A inversão dos valores no preço do trigo nacional, a desvalorização da moeda e a inflação não apenas liquidaram de facto o protecçãoismo, como ameaçaram os capitais acumulados. As dificuldades comerciais com a cortiça e, de um modo geral, com o comércio externo terão sido largamente “compensados” com a posição, agora vantajosa, das regiões produtoras de alimentos da periferia. Essa vantagem, porém, era limitada por pressões sociais que impunham a necessidade de controlar os preços através da acção das comissões de abastecimento e das autoridades administrativas. Neste contexto, a posição competitiva do Alentejo alterou-se favoravelmente, atraindo capitais.

A orientação das elites regionais para o processamento de produtos agrícolas caracterizou a sua acção neste período. No início dos anos '20, praticamente em todas as vilas alentejanas tinham surgido fábricas de moagem e de azeite constituídas pela reunião de capitais das famílias ricas com raízes fundiárias e comerciais em sociedades por cotas ou em sociedades anónimas que tinham na base pequenos combinados industriais. Desde a Sociedade Fabril Alentejana até à Moagem de Portalegre, passando pela Moagem Eborense encontramos a sua presença. Essas iniciativas sofreram, porém, de alguns problemas, a começar pelas dificuldades inesperadas de financiamento criadas pela rápida desvalorização do escudo, e terminando numa situação de “concorrência desregrada”. Seguindo um padrão de localização idêntico à de outras indústrias, dispersavam-se pelas cidades e vilas da região e a sua actividade dependia do abastecimento sub-regional de matérias-primas. A sua economia, onde pesavam os

⁴⁶³ A este respeito serve de exemplo um *incidente* ocorrido quando se pretendeu regulamentar a lei de protecção aos cereais. Atente-se na pertinência da observação feita na ocasião pela representação da Associação Comercial de Lisboa (1890: 11/12) «Reunida a Comissão incumbida de organizar o regulamento para a execução da mesma lei [de protecção aos cereais] - os delegados fiscais - industriais e comerciantes - viram com surpresa (e lavraram seus protestos nas respectivas actas) que os *delegados agrícolas* se opunham a que se regulamentasse a produção e *trânsito do trigo encontrado circulando na raia*. Foi-lhes concedido este estranho privilégio. Com as fraudes do contrabando perde o tesouro público, sofre o comércio lícito.» (sublinhado nosso)

custos de transporte terrestre, combinava a fileira do pão, com a exportação de farinhas, o fabrico de azeite e a extracção de óleos de bagaço, enfim, a produção de electricidade para venda local. Ou seja, entramos no universo dos complexos agro-industriais cuja competitividade, podemos pensá-lo, dependia nos anos '20 da fidelidade do abastecimento dos lavradores e proprietários locais. A alteração da posição destes estabelecimentos no quadro económico imposto a partir da Ditadura Militar constituiu um dos factos mais salientes na sua evolução futura.

A paisagem industrial do Alentejo alterara-se entretanto. Desde os princípios do século que o padrão de desenvolvimento “puxado” pelo exterior se acentuara. O desenvolvimento da agricultura química e o crescimento da economia europeia relançaram projectos mineiros abandonados durante décadas, enquanto se descobriam novos recursos. A exploração mineira continuou nas mãos de grupos sem raízes na região, como foi o caso da constituição, em Antuérpia, da Société Anonyme Belge des Mines d' Aljustrel ou do grupo SAPEC que explorou as jazidas do Lousal e da Caveira (Grândola). Para além destes, começaram a ser explorados nos anos '20 os jazigos da Santa Suzana (Alcácer do Sal), foi relançada a exploração do ferro-manganês, enquanto as jazidas de ferro do Alentejo, nas mãos do grupo Burnay, apenas esperavam por ordens do governo para arrancar com o projecto metalúrgico congeminado desde finais do século XIX¹¹. Arrancou a exploração das jazidas de mármore. Surgiram empresas metalúrgicas, carpintarias mecânicas, indústrias de refrigerantes. Em Sines desenvolveu-se a indústria conserveira e corticeira graças à saturação do porto de Setúbal, uma vez mais por falta de recursos para fazer face às necessidades de expansão portuária. Na Margem Sul do Tejo foram instaladas novas unidades, de grande escala, que acrescentavam valor às matérias-primas nacionais. Contudo, se podemos afirmar que a situação do Alentejo era indubitavelmente superior nos anos '20, a sua posição periférica acentuara-se como atestava a instalação de segundas unidades de processamento de cortiça, entrepostos avançados das grandes empresas internacionais.

Nas vésperas do movimento do 28 de Maio de 1926 o parque industrial alentejano caracterizava-se pela presença duma pequena “multidão” de unidades modernas de “grande” e “média” dimensão que se articulavam com interesses comerciais tão diversos como eram a indústria da moagem, refrigerantes, torrefacção de café, cerâmica, metalurgia, minas, mármore, têxtil da lã, fabrico de calçado, de alpergatas, etc.

¹¹ Cf. Lains (1995: conclusão) que, partindo da análise dos números do nosso comércio de importação e exportação, considera todos estes projectos irrealistas ou fantasiosos.

(capítulos 3 e 4). Mas, simultaneamente, continuavam a existir um conjunto de indústrias de natureza oficial, dir-se-ia “condenadas” a curto prazo pela indústria e tecnologia modernas, e que iam desde a construção de carros até à carpintaria e caldeiraria, passando pela olaria e sapataria. Se muitos destes estabelecimentos deviam a sua existência à proximidade dos consumidores, noutros casos estamos perante actividades que viviam orientados para a satisfação de mercados rurais com produtos específicos.

A partir de 1922, com a criação do R.T.N., o esforço para controlar administrativamente a acção empresarial na esfera industrial acentuou-se. Com a Ditadura Militar e, depois, com a imposição do espartilho do condicionamento, a acção institucional afectou profundamente a maior parte do parque instalado na região, nomeadamente as indústrias agro-alimentares. A acção política de protecção à agricultura passou pela limitação dos lucros industriais (apodados de *taxas*) através do controle da distribuição e pela limitação acentuada da liberdade de iniciativa na esfera industrial. Liquidaram-se os mercados livres para a indústria, e a concorrência deixou de actuar como mecanismo regulador da eficiência económica, sendo substituída por critérios administrativos orientados no interesse “nacional” (cf. Brito-1985, 1989; Madureira-1998 e 2001). A protecção à agricultura acabou por animar todos os sectores mais atrasados e que, de outro modo, estariam condenados, a começar pelos velhos moinhos, azenhas e lagares de azeite, passando depois pelas carpintarias de carros, etc.⁴⁶⁵ Não foi só o sobrepovoamento rural que alimentou uma enorme quantidade de estabelecimentos e consumos, como o facto da actividade do sector tradicional ter actuado contra o sector moderno, como atestam os lamentos das sociedades moageiras regionais e muitos documentos recebidos nos serviços industriais (capítulo 4).

A ausência de mecanismos que impelissent o sector moderno da economia regional, a começar pelo abandono de estratégias de qualificação de produtos agrícolas através da regulação industrial, foi reforçada pela subtracção do sector tradicional a qualquer espécie de controlo administrativo. A análise do R.T.N. aponta para que o processo de modernização e desenvolvimento da província transtagana foi estancado e invertido com o reforço duma economia rural subtraída à esfera de influência industrial e das forças dos

⁴⁶⁵ Num trabalho recente sobre as relações entre o Estado e as empresas durante o Estado Novo, Nuno Madureira (1998:822) conclui que “o salazarismo é a mobilização do atraso e a sua dignificação institucional do Estado”. Só que, pelo menos na óptica da evolução do parque industrial da região, é a mobilização do atraso *contra os estabelecimentos mais modernos*. (V. tb. Madureira-2001. 52-71).

mercados livres. Com a protecção cerealífera que acompanhou a Campanha do Trigo não só aumentou o consumo de pão de trigo no Alentejo como esse pão levou à organização corporativa do sector das moagens de ramas e de toda a linha de panificação rural. O mesmo se passou com o azeite, pois os velhos lagares continuaram a poder laborar. O impacto regional da aplicação do condicionamento industrial e da organização corporativa da indústria esteve assim subjacente à descrição que fizemos do parque industrial alentejano¹³.

O nosso estudo mostrou a multiplicação do registo de pequenas unidades oficiais tecnologicamente obsoletas a partir da Ditadura Militar. Em contrapartida, a análise dos processos industriais em arquivo mostra as dificuldades sentidas pelo sector moderno com a extensão do controlo exercido pelo Estado. Essas mesmas dificuldades ficaram atestadas nas dificuldades e insolvências de comerciantes, proprietários e industriais alentejanos quando analisamos a documentação do Banco do Alentejo depois de 1926.

Impossibilidade de expansão e de concentração (sem o recurso ao expediente de compras de alvarás de empresas sem valor), dificuldades em obter matérias-primas devido ao controlo da distribuição que agravavam a situação de laboração irregular em que muitas empresas viviam, deslocalização de indústrias devido às consequências de medidas de “organização da economia”, bloqueamento administrativo de novas iniciativas, fixação de lucros industriais (designados por “taxas”), enfim, foram factores que pesaram e actuaram de forma diferenciada em conjunturas distintas durante este período. Embora haja a ideia que o condicionamento pode ter favorecido a sobrevivência das pequenas unidades modernas, mantendo um nível elevado de sobreequipamento, a nossa convicção é que as regras burocráticas criaram esse mesmo sobreequipamento de duas formas distintas. Por um lado, era a posse do alvará, onde se fixava a capacidade de

¹³ J. M. Brandão de Brito (1989: cap. V) dá um contributo para esta problemática com a análise regional da discriminação da aplicação do condicionamento. Uma leitura atenta dos livros de registo de processos de condicionamento na 4^a CI depositados no ADRME não permitiu clarificar qualquer lógica sectorial nas concessões de licenças para instalação ou aumento de capacidade (ADRME/CI - 1946-1967). Apesar da ênfase na “burocracia”, o problema do condicionamento da actividade industrial é bastante mais vasto do que a aplicação da legislação à iniciativa empresarial, já que ele envolve (no sentido que lhe damos) a organização corporativa com impacto, nomeadamente, na “organização” das actividades e sectores, na discriminação salarial por regiões e sectores, etc. Num estudo sobre Avis, por exemplo, Maria Antónia P. Almeida (1997:63) afirma que “nos anos '30, ou seja, em resultado das medidas pró-cerealíferas tomadas entre 1932 e 1934, os grandes proprietários desinteressam-se do investimento na indústria da moagem. Os moinhos e as poucas fábricas a vapor produzem apenas para consumo local”. O trigo passou a ser entregue directamente às grandes fábricas de moagem que ficavam fora do concelho. Veja-se também a *Representação feita a Sua Ex.ª o Ministro da Agricultura pela pequena moagem do país* [a 8 de Janeiro de 1933], Lisboa, 1935.

laboração instalada, que determinava a quota sobre a quantidade de matéria-prima disponível e, portanto, a posição de cada firma no mercado. Por outro, se bem que a instalação de modernas unidades industriais tivesse uma escala que exigia situações oligopolistas, os governos de Salazar impediram que o jogo da concorrência facilitasse inevitáveis processos de concentração com consequências nas relações intersectoriais e na própria ordem social⁴⁶⁷.

A adopção dos modernos processos de condicionamento da actividade industrial que se prendiam com a higienização e normatividade dos produtos que entravam no mercado ou que eram consumidos pelas populações foi muito tardia e limitada. Este “condicionamento técnico” que, por via administrativa, atirava para a ilegalidade a pequena indústria por obsolescência ou incapacidade, foi “descoberto” somente na década de '60. As regras higienistas eram muitas vezes aplicadas de forma perversa às empresas com um mínimo de organização. De acordo com a natureza e dimensão dos estabelecimentos, os patrões eram obrigados a investir em instalações e a adaptar equipamentos para cumprir normas de segurança e higiene no trabalho, a construir balneários, refeitórios, a manter creches, escolas e o pessoal sindicalizado, etc.) enquanto as indústrias caseiras pura e simplesmente podiam alegremente proliferar no mundo rural português. No fundamental, o condicionamento impediu que o jogo da “concorrência desenfreada” entre os industriais atingisse os preços e os lucros gerados na agricultura.

No caso da cortiça, a proliferação dos intermediários impediu que os grandes proprietários, gigantes aos olhos lusitanos, tivessem de defrontar os grandes gigantes industriais multinacionais como a Armstrong⁴⁶⁸. A ordem anti-liberal de aspecto corporativo perverteu ainda toda a relação da indústria com a agricultura no interesse

⁴⁶⁷ Mesmo assim a actuação foi no sentido de “partir” o poder dos monopólios e oligopólios como mostraram Ribeiro, Fernandes e Ramos (1987).

⁴⁶⁸ A enorme quantidade de intermediários levaria H. Barros Bernardo (1943) a defender um condicionamento comercial (por oposição a um condicionamento industrial).

imediate de garantir a esta preços remuneradores¹⁶. Um exemplo do que afirmamos esteve na luta desesperada da Sociedade Alentejana de Moagem para conseguir fabricar farinhas de alta qualidade e bolachas a partir dos trigos rijos, que a região podia produzir de excelente qualidade. Essa luta, que contou com o apoio do governador civil junto do governo, foi apenas parcialmente ganha nos anos '30. Eram os próprios gerentes que entregavam trigo rijo aos lavradores para cultivarem, pois estes preferiam produzir trigo mole mais lucrativo naquele quadro economico-institucional. Como mais tarde lamentou Albano de Sousa, o governo preferiu desferir um golpe num sector que estava já a exportar farinhas, bolachas e massas, para alimentar uma autossuficiência ilusória. Não nos parece claro, pois, que a luta da moagem da província junto das regiões produtoras estivesse perdida com um regime alternativo que permitisse a livre concorrência no mercado interno¹⁷.

No caso dos refrigerantes, pelo contrário, a sobrevivência de muitos estabelecimentos foi facilitada pela acção institucional das autoridades. Em contrapartida, as poucas actividades bem sucedidas a longo prazo, como o da torrefacção de café, estiveram à margem do condicionamento. No caso de indústrias como o da serralharia e metalomecânica, a tacanhez dos programas de investimentos por parte dos municípios e o limitado crescimento urbano foram a outra face da medalha de um Estado minimalista na acção pública com consequências no tecido económico. Apesar do apoio dado ao desenvolvimento rural e da autarcia económica, o sector industrial continuou orientado para o exterior. Por isso a evolução dos mercados exteriores afectaram duramente o sector mais moderno da economia regional no início dos anos '30. Assim, enquanto a agricultura cerealífera arrastou consigo o sector mais atrasado da economia,

¹⁶ A ideia de que a partir da guerra teria havido uma inflexão nesta política assenta na análise da evolução dos preços praticados à produção durante os anos da guerra e depois, os quais foram subordinados ao dogma anti-inflacionista de Salazar que, por certo, se recordava bem do impacto social e político que a alta dos preços tivera durante a República (cf. Lucena e Amaral-2002, Amaral-1994 e 1996). Ela não considera a relação entre os preços tabelados agrícolas e industriais (isto é, entre o preço do trigo, da farinha e do pão) nem o esforço de racionalização efectuado a jusante a partir dos anos '50 para garantir a protecção à cerealicultura. Fica por explicar, por exemplo, porque se manteve a fileira da moagens de ramas.

¹⁷ Numa reunião entre os representantes da moagem, logo em 1928, sobre as tarifas a aplicar pelos caminhos de ferro, um representante do Alentejo, isolado, “insurge-se contra os multiplicadores aprovados para a farinha e para os trigos, que classifica de ruinosos para a indústria moageira do Alentejo e lê uma representação que vai submeter à reunião convocada pelos industriais de panificação e de moagem para a Associação Comercial”. A defesa da igualdade nos multiplicadores das taxas aplicadas aos trigos e às farinhas subordinou-se à ideia de que as fábricas da província deveriam abastecer apenas os mercados regionais. (“As tarifas ferroviárias e o transporte de cereais e adubos: uma reunião importante no sede da A. I. P.”, *Indústria Portuguesa*, ano I, 5, Jun.1928, p.19-20).

o sector moderno passou dificuldades de vária ordem. Tal sucedeu com as minas, com a cortiça (afectada ainda com a lei seca e depois com um feroz proteccionismo nos EUA), e com os lanifícios.

Como no passado, a protecção à agricultura significou acima de tudo protecção à renda fundiária, mais do que à renda capitalista gerada na actividade e, a acreditar nos lamentos fisiocráticos, parece ter reforçado o *urbanismo* das elites agrárias⁴⁷¹. No fundamental, não obrigou a adopção de comportamentos no sentido da intensificação agrícola e pecuária que certamente teriam permitido aumentar a procura de bens e serviços industriais na região. Assim, foi nos anos '40, com a conjuntura criada pela II Guerra Mundial, que a situação se inverteu. Em nome da necessária paz social, e com a lição dada pela experiência republicana a partir da entrada de Portugal na Guerra, Salazar manteve-se fiel à sua ortodoxia anti-inflacionista e permitiu *simultaneamente* a degradação dos preços agrícolas e pecuários sacrificando para tal reservas acumuladas durante o segundo conflito mundial (v. Sousa-1948; Raposo-1962 e 1977; Baptista-1993, Amaral-1996 e Rosas-1986, 1990). A maquinização da lavoura alentejana arrancou então permitindo o desenvolvimento do sector metalúrgico e aumentou o consumo de adubos fosfatados e azotados, enquanto a reconstrução europeia animou as indústrias orientadas para a exportação que assentavam fundamentalmente nos baixos custos de mão-de-obra.

A degradação dos preços agrícolas e pecuários nos anos '50, ao coincidir com um movimento para a alta de preços da cortiça na árvore, constituiu, porventura, a compensação para uma agricultura exausta e exercida com prejuízos⁴⁷². A agricultura alentejana foi obrigada a modernizar-se num quadro particularmente difícil, sofrendo com os preços relativamente baixos⁴⁷³. Ao contrário do que ocorria no início do século,

⁴⁷¹ Veja-se o que dizia um dos arautos da intensificação agrícola no Alentejo: “São os proprietários que têm praticado e praticam o *urbanismo*, tornando-se cotistas de várias indústrias, prejudicando não só o desenvolvimento agrário do país, mas ainda os seus próprios interesses, os quais, abandonando os campos uma vez desbravados, trocam esse bem-estar pela vida sedentária e corrupto das cidades, onde só o vício se encontra a poluir os caracteres. Vivendo numa opulência manifesta, e abandonando as explorações, vão dissipar os proventos necessários e indispensáveis à continuação progressiva das mesmas explorações agrícolas, além do parte capitalizada, em desproeito próprio e do incremento que poderia e deveria ter a lavoura da sua região”. (Garcia-1936:62, sublinhado nosso. V. tb. Garcia-1935).

⁴⁷² Para além dos estudos feitos por Henrique de Barros (Barros e Caiscais – 1956^a e 1956^b) é interessante a leitura de muitos relatórios de estágio da escola de Regentes Agrícolas de Évora, actualmente depositados na Biblioteca da Universidade de Évora. Veja-se também Sousa-1948 e Raposo-1962.

⁴⁷³ Já depois de termos escrito estas linhas foi publicada a tese de Maria da Conceição Reis que ilustra bem estas mudanças a partir de um estudo de caso, subestimando porém o seu impacto (Reis-2002, cap. III)

para os lavradores não existia a alternativa da expansão pecuária, autêntica espada de Dâmocles sobre as reivindicações salariais dos rurais (v. Seabra-1937, Catita-1960). A “tractorização”, tal como anteriormente a locomóvel, acentuou a tendência para que o aumento da produção agrícola (agora largamente tributária dos adubos azotados) limitasse a quantidade de gado disponível para tracção (Carneiro-1944). Não é assim de estranhar que uma das últimas iniciativas empresariais do grupo dos grandes proprietários eborenses que registámos dissesse respeito às Celuloses do Guadiana, SARL²¹. A iniciativa, que data de Agosto de 1952, foi responsável pela instalação da fábrica de papel nas margens do Guadiana, no concelho de Mourão, com o objectivo de aproveitar economicamente as palhas no fabrico de cartão americano²². O processo de licenciamento testemunha os bons contactos do grupo nos círculos lisboetas que tornaram possível ultrapassar os obstáculos colocados pelas indústrias instaladas durante o processo submetido aos serviços do Condicionamento Industrial²³.

A peste suína africana veio, por outro lado, penalizar uma importante fonte de rendimento alternativo para a agricultura “tradicional” (v. Raposo-1962). Ao contrário do que sucedera no início do século, a banca não dispunha já de um mercado livre de

²¹ Fizeram parte desta sociedade Antero Augusto Leal Marques, finaceiro e proprietário residente em Lisboa, António Cardoso Teixeira, industrial, lavrador e proprietário residente também em Lisboa, Carlos Gillard Marinho da Cruz, engenheiro químico especializado no fabrico de papéis, a Empresa Geral de Fomento, SARL (sede em Lisboa), Henrique da Fonseca Chaves, engenheiro mecânico e proprietário residente em Évora, João Augusto Marchante, médico, lavrador e proprietário de Sousel, João Ricardo Vilardebó Chaves, engenheiro electro-técnico e proprietário (residia em Lisboa), José Félix de Mira, José Fernandes de Sousa Cabral, João Barreiros de Torres Vaz Freire, Luís Perdigão de Sousa Carvalho (Ervideira), Manuel Joaquim Grave, todos lavradores e proprietários eborenses, Bernardino Félix de Mira, José Garcia Nunes Mexia, Luís de Sousa Fernandes Cabral, lavradores e proprietários respectivamente de Arraiolos, Móra e Viana do Alentejo, José de Sousa Rosado Fernandes, Mário Formigal, lavradores e proprietários de Reguengos, Júlio Fernandes Potes, Miguel Fernandes Soares, Sebastião José Perdigão, estes engenheiros, lavradores e proprietários de Évora (V. *Boletim da Direcção Geral da Indústria* de 6-8-1952).

²² V. ADRME, processo 8.382 3IPT e processo 1.962 na 4ª CI, *Celuloses do Guadiana, SARL*. Produção de pasta química de palhas e cartão de pasta e papel de embalagem junto à ponte do Guadiana, em Mourão. V. tb. o pedido de autorização “para instalar uma fábrica no distrito de Évora para produção de celuloses, papéis correntes, papel palha para embalagens e cartão palha a partir da palha de cereais e de qualquer outra aproveitável” no *Boletim da Direcção Geral da Indústria* de 6-8-1952.

²³ Entre estas empresas contaram-se a J. P. Rasteiro, proprietário da fábrica de papel Matrena (v. *Boletim da D. G. I.*, 191, de 27-8-1952), a Companhia Portuguesa de Celulose, SARL, a Sarmiento & Sá Lda e a Guilherme Graham Jr. & Cia. (*Boletim da D. G. I.*, 192, de 3-9-1952). V. o despacho favorável do governo no *Boletim D.G.I.*, 208, de 24-12-1952. O pedido feito posteriormente para a produção de papel palha na sua fábrica de pasta química de palhas e de cartão palha (*Bol. D.G.I.* 262 de 6-1-1954) teve a oposição da Fábrica de Cartão e Papel da Ota, L.da, Graham Jr, J.P. Rasteiro e da C.ia Portuguesa de Celulose.

capitais, nem tinha a pujança de outrora e lamentava as dificuldades em apoiar as transformações necessárias, as quais passaram também pela formação de cooperativas de produção (capítulo 7).

Os anos '50 foram difíceis para os sectores tradicionais e oficinais que dependiam dum mundo rural sobrepovoado. Pelicas, ceifões, chocalhos, cerâmica de barro grosseiro, sapataria, fabrico de produtos em verga, a carpintaria de carros, o fabrico de mantas, enfim, todas essas indústrias dependiam de um tipo de homem rural que irá desaparecer gradualmente com a *modernização*, visível na motorização da agricultura, dos transportes e no aparecimento de novos materiais como os plásticos nos objectos de uso quotidiano. Multiplicam-se então os cancelamentos destas actividades “tradicionais”, em ondas sucessivas (capítulo 4). Não haverá aqui uma relação com a emigração “dos melhores” para os centros urbanos e industriais? Se esta emigração foi o resultado duma situação de penúria que se acumulara com o sobrepovoamento rural, a torrente abre-se com as oportunidades emergentes nos novos centros industriais em expansão.

Foi, pois, neste contexto de libertação da mão-de-obra rural que se iniciou a “concentração” e modernização da panificação no Alentejo, surgem as primeiras indústrias ligadas ao regadio e se tomou consciência de perda de velocidade no crescimento da região. Nesse período a acção das elites foi marcada pela adaptação e pela exploração de novas possibilidades e tecnologias. Participaram na formação de empresas metalúrgicas como a Somefe (Évora), formaram-se empresas modernas de carpintaria para aproveitar a madeira de azinho dos montados (Messejana, por exemplo), experimentou-se a farinação da bolota (Évora), arrancou-se com o fabrico industrial de cartão americano a partir das palhas que não obtinham colocação, montando-se a fábrica (mais tarde de papel) em Mourão, exploraram-se os granitos (GRAEL), tentou-se, enfim, relançar a indústria do turismo. Nesta perspectiva, o regresso a Évora de Vasco Vil’Alva e o movimento que se lhe seguiu para a constituição da Universidade em Évora participou na mobilização das elites regionais no sentido de adaptação e resposta ao desafio lançado com o encarecimento dos factores de produção e conseqüente degradação da posição da lavoura do sul, impondo a modernização da empresa agrícola alentejana e a formação de recursos humanos para a região.

2. A grande propriedade e os mercados: problema na estrutura da propriedade, na estrutura da oferta ou na organização das grandes empresas ?

Os elementos colhidos que nos permitiram descrever o tecido industrial alentejano nas vésperas do 28 de Maio de 1926 parecem mostrar que ele não diferia substancialmente daquele que podíamos encontrar noutras zonas da *Província*. Tal como Amado Mendes caracterizou Coimbra, também aqui nos encontramos perante uma industrialização desfasada, tardia e de fraca intensidade (Mendes-1984: 389), constituindo as matérias-primas o principal factor de localização numa economia marcada ainda pelos elevados custos de transporte terrestre e pela debilidade dos mercados para a indústria. Do mesmo modo estamos perante uma “estrutura” dual, marcada pela coexistência de um sector moderno capitalista e de um sector tradicional que cobria um vasto leque de actividades (cf. Cordeiro-1996). Se nas moagens, panificação, extracção de bagaços, metalurgia, cortiça ou electricidade encontrámos empresas modernas, não deixámos igualmente de salientar a persistência e adaptação do sector officinal e artesanal. A concorrência de outras regiões actuou selectivamente e em diferentes momentos sobre este tecido, que soube procurar especializar-se em nichos de produtos “regionais”. Também para estas actividades ficou patente a importância dos mercados locais ou sub-regionais. Salientemos, porém, alguns factores fundamentais que distinguem este tecido industrial e definem o seu destino.

A simples descrição do parque industrial mostrou que a casa agrícola teve um papel central no desenvolvimento da indústria regional quer pelas suas grandes produções quer pela sua procura de bens e serviços, quer ainda pelas populações que (não) fixava. Se bem que houvesse alguma especialização sub-regional, a natureza irregular do clima e a própria segurança económica contribuíam para a diversificação de produções no seio das grandes explorações. Esta diversificação no seio da empresa agrícola combinava-se com a capacidade de oferta “concentrada” nas mãos de um número relativamente pequeno de actores. Estes dois factores, bem como o acesso ao crédito, reforçavam a sua posição negocial. Por outro lado, como região “atrasada” que era, os custos de informação e de transporte permaneceram elevados, constituindo um campo privilegiado para a actuação dos grandes negociantes *especuladores*. Uma das consequências, porém, da associação do papel de negociante com o de proprietário e, simultaneamente, de uma estrutura da oferta “concentrada” numa economia exportadora é que estes interesses não

exigiam um espaço de troca local. Por outras palavras, os mercados como centros físicos e/ou simbólicos de troca não se desenvolveram dentro da região. A imagem estereotipada transmitida por este desenvolvimento é dada pelas estações dos caminhos-de-ferro que ficavam à porta da herdade e não nos centros urbanos.

O resultado é um parque industrial moderno disperso e, em larga medida, dissociado dos principais centros urbanos da região que, também por isso, não medram e não se distinguem substancialmente, como já notara Jorge Gaspar a propósito de Évora (Gaspar-1972).

No caso da indústria corticeira, por exemplo, a dispersão geográfica explicava-se pelo seu posicionamento como grandes entrepostos nos diferentes centros produtores, pelas rotas de circulação daquela matéria-prima e, finalmente, pela sua acumulação em determinados pontos de escoamento. Os mercados que existiam para a indústria eram os do mato. No caso das moagens e lagares de azeite a associação entre o comércio, a indústria e a agricultura explica a dispersão, por um lado, e a existência dos *estabelecimentos complexos*, caracterizados pela combinação entre diferentes actividades, por outro. Debalde procurámos na região mercados desenvolvidos, pontos obrigatórios de confluência para as grandes produções. Se quisermos dar uma imagem simplificada do problema diríamos que as transacções, enquanto vigorou o regime de mercado livre, se faziam *em grande* e duma só vez, com dinheiro contado à vista, negociados directamente em agências mas também à mesa dos cafés, em praças ou em feiras anuais. Era uma escala de oferta que não facilitava a entrada de pequenos industriais. Nesse ambiente, e arredados do crédito, os candidatos necessitavam quase sempre do apoio mais ou menos (des)interessado dos grandes⁴⁷⁷. O relacionamento privilegiado com os grandes acompanhou percursos relativamente bem sucedidos de comerciantes e industriais, nomeadamente nas actividades de prestação de serviços de manutenção de máquinas e de motores e na preparação e transformação de cortiças.

A dispersão geográfica e a natureza periférica desse desenvolvimento “explicam”, por outro lado, a organização integrada da maioria dos grandes estabelecimentos, onde tudo se combinava numa única economia empresarial. Ou seja, encontramos aqui nos antípodas dos distritos industriais. Podemos tomar como exemplo as grandes

⁴⁷⁷ V. a este respeito Raposo-1977:276. De acordo com um inquérito elaborado aos industriais alentejanos, realizado em 1964, 5 % tinham vindo “de muito baixo” e “tinham sido ajudados, no início, financeiramente e com desinteresse, por grandes empresários agrícolas alentejanos aos quais se mostravam muito gratos”.

explorações mineiras. Tanto as empresas de São Domingos (Mértola) e de Aljustrel, detentoras de largas concessões que passaram a constituir as suas “justas reservas”, constituíam prolongamentos de diferentes economias. Por isso, 3 explorações significavam necessariamente 3 centrais eléctricas, 3 laboratórios químicos, 3 oficinas de carpintaria, etc. cuja vida dependia umbilicalmente da empresa e não da economia envolvente. A escala dos empreendimentos relacionava-se directamente com a posição periférica das explorações. O mesmo se passava com as fábricas de moagem que alimentavam motores eléctricos, lagares, fábricas de sabão, sacaria, oficinas mecânicas. O funcionamento dos mercados na periferia na sua relação com as instituições e a escala das empresas constitui assim um dos pontos que futuramente interessará desenvolver numa perspectiva comparativa. Essa escala, por sua vez, exigiu a reunião de capitais locais originários da lavoura ou do comércio e interessados na transformação dos bens que produziam. Deste modo, e como notava o engenheiro Adriano Monteiro já nos princípios do século XX, os estabelecimentos acabavam por depender directamente da área donde se abasteciam. Num ambiente de livre concorrência, este facto impunha limites ao crescimento e constituía, certamente, uma desvantagem face a outros modelos de organização e implantação. Por outro lado, a existência de sociedades anónimas ou de sociedades por cotas com um elevado número de participantes acabou por denunciar a existência de interesses em várias actividades, sendo a indústria porventura secundarizada a partir do momento em que o novo regime corporativo garantiu preços remuneradores e consumos para as grandes produções.

Uma das características das sociedades industriais modernas constituídas a partir dos finais de Oitocentos na região é precisamente o de reunirem um elevado número de accionistas cujo interesse na actividade é, em termos conjunturais, estratégico e frequentemente subordinado aos interesses fundiários. Desde a Companhia Elvense de Moagens a Vapor, fundada em 1889, até às Celuloses do Guadiana (1952), encontramos no Alentejo a participação de membros da elite fundiária no grupo accionista de empresas industriais ligadas ao processamento das maiores produções agrícolas e pecuárias. Um comportamento do mesmo tipo encontrámos também na iniciativa do Banco do Alentejo fundar a Empresa Transformadora de Lãs. Por outro lado, a existência de direcções remuneradas em sociedades anónimas em que participam um número relativamente largo de interesses sem raízes industriais revela um modelo organizativo

distinto das empresas de base familiar que estão na origem da formação de dinastias de industriais⁴⁷⁸.

3. O factor humano: falta de visão empresarial ou falta de oportunidades ?

Ao mesmo tempo que mostramos a heterogeneidade dos interesses presentes na região como resultado da profunda integração da economia alentejana no sistema mundial, mostrámos que se desenvolveram enraizamentos, do mesmo modo que falharam processos de cooptação pela nobilitação. Uma perspectiva interessante é a que define os grupos económicos modernos pelos seus projectos empresariais, sendo estes o fulcro de estratégias matrimoniais, relações de solidariedade e de cooperação através do parentesco⁴⁷⁹. Vimos, no caso da constituição das sociedades eborenses, a importância que tinham no processo de reprodução social e de constituição de alianças familiares. A utilização de canais e redes de influência inteiramente distintos deve também tomar em linha de conta aspectos institucionais tão fundamentais quanto a própria organização do Estado e da sociedade civil. Nesta perspectiva, o que definia as “elites agrárias” era algo tão genérico quanto a posse de grandes propriedades que resultavam da reunião de várias herdades que arrendavam ou exploravam directamente. Mas essas elites eram também mercantis quando comercializavam os produtos que recebiam do pagamento das rendas, vendiam à consignação produtos de outros ou compravam para revender. E eram senhoriais quando (e na medida em que) recebiam foros das propriedades das quais conservavam apenas o domínio directo. Ao contrário da aristocracia inglesa, estas não detinham direitos sobre o subsolo e tinham os direitos dominiais muito cerceados, afastando-os da enfeiteuse quando desinteressados em criar uma mão-de-obra

⁴⁷⁸ Cf. Rodrigues-1996 sobre os industriais de cerâmica de Aveiro.

⁴⁷⁹ É interessante, a este respeito, o estudo de Maria Antónia Lima sobre algumas “grandes famílias” portuguesas (Lima-2003^a e 2003b) e de Maria das Dores Guerreiro para as PME's (1996).

dependente²⁷. Lograram, porém, estender os seus direitos à floresta que integraram na economia das suas casas. Como “proprietários” tinham liberdade absoluta sobre os contratos, sobre os arrendamentos e sobre o uso do solo. Esta capacidade fez com que o grau de participação da *aristocracia* (que podemos identificar com os titulados) e dos grandes proprietários na actividade económica fosse muito maior do que simplesmente arrecadar rendas destinadas ao consumo sumptuário e a defender os interesses da “burguesia” no parlamento.

Na verdade, estas “elites agrárias” fundaram bancos, companhias de seguros, participaram ou impulsionaram empresas comerciais, industriais e mineiras na região e fora dela. Formaram sociedades por cotas e por acções nas áreas da cortiça, moagem de cereais, produção de azeite, construção de máquinas, criaram empresas de import-export regionais com uma componente industrial como a Mercantil Alentejana ou a Fomento Eboreense. Este dinamismo económico esconde uma debilidade “estrutural” que se veio a revelar com a crise do liberalismo: estas elites não detinham o controlo estratégico do tráfego com o exterior, ou sequer uma posição privilegiada perante os mercados de consumo. Por outras palavras, a ausência de um mercado regional desenvolvido para as grandes produções aumentava a sua vulnerabilidade perante factores exógenos. Se o montado de sobro se destina a satisfazer os mercados externos, o comércio e a indústria estava nas mãos de outros que importava constituir como aliados (Soares, Netto, e Mexia, 1912). A banca regional desempenhou assim um papel fundamental no modo de operar deste capitalismo agrário, proporcionando crédito em momentos de dificuldades, remunerando os capitais imobilizados e facilitando transacções com gente de todo o país. O seu comportamento foi pautado pela defesa do interesse do grupo dos maiores accionistas que, por via de regra, eram grandes proprietários fundiários. Apesar disso, não se vislumbraram comportamentos discricionários face à actividade industrial na região. Simplesmente, as regras do crédito não eram favoráveis aos pequenos

²⁷ Vimos na nossa sondagem que era escasso o número de contratos enfiteúticos (capítulo 6). Castro Caldas (1991), refere que o seu uso esteve ligado, por parte dos grandes lavradores, à necessidade de criar colonatos para fornecer mão-de-obra às suas propriedades. É conhecido o caso de José Maria dos Santos, lavrador «modelo», tido como o primeiro a iniciar a nova colonização do Alentejo, instalando 400 famílias (colonos beirões) que fizeram casa em glebas de 4 a 6 ha. num dos seus latifúndios de 16 mil ha. com o objectivo de desbravar as herdades cobertas de matagais cerrados (o que exigia muita coragem e determinação). Outros exemplos de povoamento por caramelos, ratinhos e gaibéus encontram-se em Salvaterra de Magos, Marinhais, Glória, à volta de Coruche, Couço, Santa Justa, Santana, Lavre, Fernão Ferro, Cabanas, Vendas Novas, Cabrela, Alcácer, Grândola e em Maria Vinagre (entre Melides e V.N. Milfontes). V. tb. Cabral-1974.

empresários. Finalmente, o investimento directo da banca na indústria foi conjuntural e estratégico.

A orientação das grandes fortunas para a exploração agrícola e a actividade mercantil pode ser percebido pela ausência de alternativas no quadro do nível de desenvolvimento em que a região se encontrava. Em que medida não foi também importante o capital humano?

Alguns exemplos foram dados. Podemos pensar, numa leitura superficial, que, Oliveira Fernandes, lavrador de Beja, teve falta de visão por, depois de investir na produção dum adubo para a região nos finais do século XIX, não se ter lançado na indústria química já que na região abundavam as jazidas de pirite, havia fosforite em Marvão e os grandes jazigos de fosfato se encontravam acessíveis Marrocos. Mas teria ele os capitais necessários para tamanho empreendimento? Estaria ele em posição de o fazer? Não o sabemos.

O percurso de Aboim Inglês, tal como o de Custódio Nunes, esteve indissociavelmente ligado à sua formação como engenheiro. Tratam-se de casos relativamente excepcionais, pois a orientação económica das casas agrícolas levou a privilegiar formações em agronomia, medicina e direito mais do que em engenharia. O estudo da reprodução alargada dos grupos de elite mostrará, segundo cremos, não apenas a sua participação em carreiras burocráticas, políticas ou liberais, mas também o aparecimento de ramos distintos (o agrícola, por um lado, e o comercial e industrial, por outro). Neste contexto, a formação em engenharia constituiu uma porta de entrada para o universo da gestão das grandes empresas tecnicamente avançadas (refinação de petróleo, minas, construção, electricidade, cimentos) e dos interesses industriais. Contudo, a maioria dos novos industriais e dos nomes relevantes da indústria regional foram “formados” durante o Estado Novo e tiveram origem diferenciadas. Em alguns casos, quase diríamos que temos autênticos “self made man” se o controle do Estado sobre a indústria não tivesse jogado aí algum papel. Efectivamente, o mundo oficial e fabril deu igualmente a sua contribuição para a formação das novas elites empresariais.

9. Fontes e referências bibliográficas

9.1. Arquivos. Fontes.

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT/MI-1931: Ministério do Interior, *Gabinete do Ministro*, 1931, Mç 451, cx.4 (Comissões da União Nacional)

AIGM – Arquivo do Instituto Geológico e Mineiro

AIGM/PM – *Processos de Minas* relativos a São Domingos, Aljustrel, Caveira e Lousal

MEPAT- Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

MEPAT/BE - Banco Eborense, *balancetes mensais*, 1875-1906

MEPAT/II, 1890: *Correspondência sobre o Inquérito Industrial de 1890*

ACME – Arquivo da Câmara Municipal de Évora

ACME /RE – *Livros do recenseamento eleitoral* (1890, 1911, 1914, 1919, 1926, 1930, 1939)

ACRP - Arquivo da Conservatória do Registo Comercial e Predial de Évora.

ACRP/E1 (1989-1926) - *Livro E 1. Livro para as inscrições na secretaria do Tribunal Comercial do Distrito de Évora* (1.Ago.1889- 20.Mai.1926), 200 fls rubr.

ACRP/E2 (1926-1961) - *Livro E 2. Livro para as inscrições na secretaria do Tribunal Comercial do Distrito de Évora* (24.Mai.1926- 26.Jan.1961), 200 fls rubr.

ACRP/C1 (1989-1960) - *Livro C-1. Livro de matrícula das sociedades* (12.Ago.1889- 13.Out.1960), 200 fls rubr.

ADB/GC - Arquivo Distrital de Beja / Governo Civil

ADB/GC/RE (1892) - *Recenseamento geral dos cidadãos eleitores e elegíveis para deputados, cargos administrativos e maiores contribuintes, freguesias das Neves, Santa Maria, São João, São Salvador.*

ADB/GC - Arquivo Distrital de Évora / Governo Civil

ADE/GC/RE (1901) - *Lista dos eleitores inscritos..., freguesia N^a Sra. de Machede, São Mamede, São Pedro, Sé, V. Valongo, S. Miguel de Machede, S. V. Pigeiro, S. Manços, Santo Antão.*

ADE/GC/RE (1904) - *Cópia do recenseamento eleitoral... Évora.*

ADE/RF - Arquivo Distrital de Évora / Repartição de Finanças (Évora)

ADE/RF/CP (1890) – Arquivo Distrital de Évora / Repartição de Finanças (Évora), *Mapa da Repartição da Contribuição Predial.*

ADE/RF/CI (1877) – Arquivo Distrital de Évora / Repartição de Finanças (Évora), *Matriz da Contribuição Industrial.*

ADE/ORF – Processos orfanológicos da comarca de Évora (1880-1930)

CGD/BNU – Arquivo da Caixa Geral de Depósitos

À data da consulta, o Arquivo Histórico do B.N.U. ainda funcionava na Rua Augusta e integrava o fundo do Banco Eborense. Este, apenas inventariado, era composto por alguns livros do seu arquivo primitivo. Referem-se apenas os livros consultados.

CGD/BNU/BE - Banco Eborense

CGD/BNU/BE/AG - *Livro das Actas da Assembleia Geral, 11-2-1854 a 18-1-1920, 100 fls.*

CGD/BNU/BE/DCF - *Livro de actas das sessões da Direcção e Conselho Fiscal do Banco Eborense, 1896-1919.*

CGD/BNU/BE/DI, 1873-1910 – *Diários. Livros n.º 1 a 30, de 3.11.1873 a 30.9.1910*

CGD/BNU/BE/RA, 1887-1911 – *Razões. 9-19 de 1.9.1887 a 29.2.1911*

BPI / Centro de Documentação - Arquivo do Banco Português de Investimento

BPI/BA – Banco do Alentejo

BPI/BA/DI, 1875 - *Livro das Actas da Comissão Instaladora do Banco do Alentejo*, 1875.

BPI/BA/DI, 1943-1968 - *Livro de actas da Direcção*, s. n.º, 1943-1968.

BPI/BA/AG, 1924-1974. *Livro de actas da Assembleia Geral*, 1924-1974

BPI/BA/CF, 1918-1975 - *Livro de actas nº 2 do Conselho Fiscal*, 1918-1975

BPI/BA/PO, 1879-1880. - *Diário 3. Caixa Filial de Vila Nova de Portimão de 1879 a 1880.*

BPI/BA/RE, 1906-1911. - *Livro de Registo de escrituras do Banco do Alentejo*, 23.Jun.1906 a 28.Jan.1911.

ADRME - Arquivo da Direcção Regional do Ministério da Economia

ADRME/RTN (1922-1966) – *Livros de Registo do Trabalho Nacional: Estabelecimentos industriais* (livros 1 a 14).

ADRME/CI - (1946-1967) - [Livros de registo de processos do] *Condicionamento Industrial* (3 livros)

ADRME/ 3 I.P.T. (1953-1970) – [Livros de Registo de processos] 3 I.P.T. (3 livros)

CO/BA – Companhias e bancos

CO - Companhias ou sociedades: Relatórios e Contas da Direcção, Estatutos e listas de accionistas

CO/BA - BANCO DO ALENTEJO. Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada.

CO/BA/ES (1925) - *Estatutos do Banco do Alentejo*. – Évora.

CO/BA/ES (1968) - *Estatutos do Banco do Alentejo, SARL*. – Évora. – 13 pp.

CO/BA/RC (1875-1975) - *Relatórios e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal. Lista de accionistas.*

CO/BNA (1923) - BANCO NACIONAL AGRÍCOLA S.A.R.L. *Relação dos senhores accionistas em 31 de Dezembro de 1922*. - Lisboa: Pinheiro & Dias. – 25 pp.

CO/BA/BE – BANCO EBORENSE

CO/BA/BE/RC (1875-1919) - *Relatórios e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal. Lista de accionistas.*

CO/PA – Companhia de Seguros “A Pátria” (1916-1950) – *Relatório do Conselho de Administração. Relatório Técnico. Parecer do Conselho Fiscal. Lista de accionistas.*

CO/CIE (1875) - COMPANHIA INDUSTRIAL EBORENSE - *Estatutos da Companhia Industrial Eborense (Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada)* . – Lisboa: Tip. Universal, 1875.

CO/CUF/RC (1898-1974) - C.U.F. : Companhia União Fabril - *Relatórios e contas.*

CO/CMEE/RC (1931-1950) - COMPANHIA DE MOAGEM E ELECTRICIDADE, S.A.R.L., *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal.*- Estremoz.

CO/CEEL/RC (1938) - COMPANHIA EBORENSE DE ELECTRICIDADE - *Relatório da Gerência de 1937.* – Lisboa: Soc. Tipográfica. – 6 pp.

CO/CEMV/RC (1913; 1923-1965) - COMPANHIA ELVENSE DE MOAGENS A VAPOR - *Relatórios e contas de gerência e parecer do conselho fiscal.* - Elvas.

CO/HEAA/RC (1926-1954) - Hidroeléctrica Alto Alentejo.- *Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Concelho fiscal.* – Lisboa.

CO/UFA/RC (1952-1965) - *União Fabril do Azoto. Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal.* – Lisboa: CUF.

AS - Associações

AS/AIE/E-1911: *Estatutos da Associação Industrial Eborense.* - Évora: Minerva Comercial, 1911. – 15 pp.

IM - Imprensa. Publicações periódicas

IM/AA - *Álbum Alentejano* (1931)

IM/BDGSI - *Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais* (Lisboa)

IM/BGA - *Boletim do Grémio Alentejano* (Lisboa).

IM/BM – *Boletim de Minas* (Lisboa), 1912-1955.

IM/BOE - *Boletim da Ordem dos Engenheiros* (Lisboa)

IM/BPI - *Boletim da Propriedade Industrial* (Apêndice ao *Diário do Governo*), (1891-1967)

- IM/BTI – *Boletim do Trabalho Industrial* (Lisboa)
 IM/DA – *Diário do Alentejo* (Évora)
 IM/DG – *Diário do Governo* (Lisboa)
 IM/IA - *Ilustração Alentejana*, 1925-1928.
 IM/IP - *Indústria Portuguesa. Revista da Associação Industrial Portuguesa.* - Lisboa
 IM/LA - *Almanaque Alentejano* (1939)
 IM/MM – *The Mining Manual* (Londres), 1889-1912
 IM/RC - *Revista Comercial* (Lisboa), 1902.
 IM/TI - *Técnica Industrial* (Lisboa) 1915-1918.

9.2. Estatísticas. Inquéritos industriais. Relatórios.

Inquéritos Industriais

- “Cadastro geral dos geradores e recipientes a vapor, inspeccionados pela aplicação do dec. de 30. Junho de 1884”, *Boletim da Propriedade Industrial*, 2ª série, 18º ano (1901), Lisboa: Imprensa Nacional.
- “Mapa dos geradores e recipientes de vapor experimentados no ano de 1903”, *Boletim da Propriedade Industrial*. Apêndice ao *Diário do Governo*, 1, 3.Jan.1905. (Relatório dos Serviços Técnicos da Indústria, 3ª circunscrição industrial)
- MONTEIRO, Adriano (1896) – “Cadastro Geral dos estabelecimentos industriais desta circunscrição... a 31.Dez.1896”, *Boletim da Propriedade Industrial*, 2ª série. – Apêndice ao *Diário do Governo*.
- MONTEIRO, Adriano (1905) - “Cadastro Geral dos estabelecimentos industriais desta circunscrição”, *Boletim da Propriedade Industrial*, 2ª série, 18º ano (Jan. a Dez. 1901).- Lisboa: Imprensa Nacional.
- PORTUGAL. COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUÉRITO INDUSTRIAL REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA (1881) - *Documentos sobre o inquérito industrial de 1881.* – Lisboa: Imprensa Nacional. - 32 pp.
- PORTUGAL. COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUÉRITO INDUSTRIAL (1882ª) - *Inquérito Industrial de 1881.* – 3 volumes – Lisboa: Imprensa Nacional.
- PORTUGAL. COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUÉRITO INDUSTRIAL (1882b) - “Relatório dos delegados da Comissão Central Directora do Inquérito Industrial nos distritos administrativos de Portalegre, Évora, Beja e Faro”, *Inquérito Industrial de 1881. II parte. Inquérito Indirecto. Livro III. Visita às Fábricas.* - Lisboa.

- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA (1891) - *Inquérito Industrial de 1890*. – Lisboa: Imprensa Nacional. – 5 vols.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. REPARTIÇÃO DO TRABALHO INDUSTRIAL. 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria (1903) - “Relatório dos Serviços no ano de 1903”, apêndice ao *Diário do Governo*, 1, 3. Jan. 1905.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA (1905) - *Estatística Industrial. 1ª série. Distritos de Évora, Beja e Faro*. – Lisboa: Imprensa Nacional.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. DIRECÇÃO GERAL DO TRABALHO. REPARTIÇÃO TÉCNICA DO TRABALHO - 2ª SECÇÃO (1926) - *Estatística Industrial. Ano de 1917*.- Lisboa, Imprensa Nacional.- (*Boletim do Trabalho Industrial*, 116)
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA (1930) – “Estatística dos alvarás de licença dos estabelecimentos industriais considerados insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos (Referida a 31 de Dezembro de 1929)”, *Boletim do Trabalho Industrial*, 141, pp. 1-188.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA (1931) - *As Caldeiras que a indústria nacional utiliza (31.Dez.1927)*.- Lisboa: Imprensa Nacional. - *Boletim do Trabalho Industrial*, 140.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA (1934). - *Os motores que a Indústria Nacional Utiliza. Ano de 1927*.- Lisboa: Imprensa Nacional. - *Boletim do Trabalho Industrial*, 143.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA (1935) – “Registo do Trabalho Nacional. Estatística dos Estabelecimentos Industriais e pessoal empregado a 31 de Dezembro de 1931”, *Boletim do Trabalho Industrial*, 150, Lisboa, Imprensa Nacional.
- PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1957) - *Inquérito Industrial*. – Lisboa.
- SILVEIRA, J. H. Fradesso da (1864) - *As Fábricas de Portugal*. Lisboa.

Relatórios

- APOLINÁRIO, Maximiano Gabriel – 1930: “Relatório dos serviços da 3ª circunscrição industrial no ano de 1926”, *Boletim do Trabalho Industrial*, 136.- Coimbra: Imprensa da Universidade.- Lisboa e margem sul, Leiria e Santarém]
- FERREIRA, Luís Feliciano Marreca (1907) - “A indústria das conservas na área desta circunscrição”, 3º Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria: *Relatório Anual. 1905. Distritos de Leiria, Lisboa, Portalegre e Santarém*, Lisboa, Imprensa Nacional, 77-199.

- LEITÃO, João Maria (1861) – “Relatório sobre a Mina de São Domingos”, *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, XI, 398 e XII, 521.
- MONIZ JÚNIOR, Manuel Jacinto Eloi – 1926: “Relatório dos Serviços da 4^a Circunscrição Industrial”, *Boletim do Trabalho Industrial*, 128-129. - Lisboa: Imprensa Nacional. – [Distritos de Évora, Portalegre e Concelhos de Alcácer, Santiago e Sines]
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. DIRECÇÃO GERAL DO TRABALHO - 1924: “Relatórios dos Serviços das Circunscrições Industriais no ano de 1921”, *Boletim do Trabalho Industrial*, 123. – Lisboa: Imprensa Nacional.
- QUINTAS JÚNIOR, João Simões – 1926: “Relatório dos serviços da 5^a circunscrição industrial”, *Boletim do Trabalho Industrial*, 129. - Lisboa: Imprensa Nacional. – [Distritos de Beja e Faro]
- SEQUEIRA, Pedro Victor da Costa Sequeira (1883) - “Notícia sobre a mina de São Domingos”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo XIV, 163-164, Jul.-Ago., pp.185-284 e 167-168, Nov.-Dez., pp. 377-409.

Legislação

- BRITO, Elvino José de Sousa (1899) – *Regimen dos Cereais. Proposta de lei apresentada à Câmara dos Senhores Deputados em 4 de Abril de 1899.* – Lisboa: Imprensa Nacional.
- CÓDIGO (1936) – *Código Comercial Português. Edição actualizada e diplomas complementares.* – 3^a ed. – Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade. – 376 pp.
- CRUZ, Justino (1956) - *Condicionamento Industrial.* – Braga: Livraria Cruz.
- CRUZ, Justino (1960) – *Legislação Industrial.* – 3^a ed. – Braga: Livraria Cruz. – 642 pp.
- F.N.T.P. – *Colectânea anotada da legislação concernente a trigo.* – Lisboa: F.N.T.P., 1943.
- PINTO, Joaquim Augusto (coord.) - *Cortiças e Arvoredos. Descrição das leis de protecção dos arvoredos, resinagem, extracção, comércio e manifesto de cortiças, plantações de eucaliptos, etc.* – Tomar: 1937.
- PORTUGAL (1883) - *Código da Contribuição Industrial Contendo a legislação promulgada até hoje sobre esta contribuição, acompanhada de todos os modelos e tabelas...*- Porto: Liv. Archivo Jurídico. – 237 pp.
- PORTUGAL. DIRECÇÃO GERAL DAS CONTRIBUIÇÕES DIRECTAS (1893), “Carta de lei dada em 21 de Julho de 1893”, *Diário do Governo*, 162, 22.Julho.1893, pp. 1.910-1.915
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1899) - *Regimen dos Cereais Proposta de lei apresentada à Câmara dos Senhores Deputados em 4. de Abril de 1899.*- Lisboa: 81 pp.

- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA. (1932) - *Condicionamento das Indústrias (Legislação Especial)*. – Lisboa: Imprensa Nacional. – *Boletim do Trabalho Industrial*, 156.
- PORTUGAL. Federação Nacional dos Produtores de Trigo (1943) – *Colectânea anotada da legislação concernente a trigo*. – Lisboa: F.N.P.T. – 385 pp.

9.3. Estudos, obras de referência e outras fontes impressas

- ABECASSIS, Duarte (1926) - *Estudo Geral Económico e Técnico dos Portos do Algarve*. – Porto: Junta Autónoma do Porto Comercial de V.R.S.A.
- ABRAMOVITZ, Moses, ed. (1955) - *Capital formation and economic growth*. – Princeton.
- ABREU, Armando Trigo (1969) - *O crescimento regional em Portugal: análise da sua distribuição*. – Lisboa: F.C.Gulbenkian; Centro de Estudos de Economia Agrária. – 122 pp.
- ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de (1997) - *Família e Poder no Alentejo: Elites de Avis, 1886-1941*. – Lisboa: Colibri. – 262 pp.
- ALMEIDA, Pinto de (1961) - *A indústria portuguesa e o condicionalismo industrial*. – Lisboa: Seara Nova.
- ALVES, Ferro e SALREU, A.(1924) - *A moagem*. – Lisboa: Of. Gráficas d' O Debate'.
- ALVES, Jorge Fernandes (1998), coord. - *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica: Actas do Colóquio*. – Porto: CLC – FLUP. - 477 pp.
- ALVES, Luís A. de Almeida (1954) – “O problema actual dos adubos fosfatados”, *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, III, 21 (62).
- AMARAL, Isabel Maria da Silva Pereira (1993) – *A Presença da Companhia União Fabril no contexto industrial português – de 1865 a 1977*. – Lisboa: Universidade Nova / Faculdade de Ciências e Tecnologia. – provas de aptidão pedagógica.
- AMARAL, J.M. Ferreira do (1966) - *A Industrialização em Portugal*. – Lisboa.
- AMARAL, Luciano (1994): “Portugal e o Passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)”, *Análise Social*, 128.
- AMARAL, Luciano (1996): “Política e economia: o Estado Novo, os latifundiários alentejanos e os antecedentes da EPAC”, *Análise Social*, 136-137.
- AMARAL, Monteiro do (1941) - *O Alentejo na sua vida e na sua história*. - s.l.- 264 pp.
- AMARO, António Manuel Antunes Rafael - *Economia e Desenvolvimento da Beira Alta: Dos finais da Monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)*.– Coimbra: Universidade de Coimbra; Faculdade de Letras, 2003. – 766 pp.; dissertação de doutoramento em História Contemporânea.
- AMBROSIUS, Gerold ; HUBBARD, William H. (1992) - *Historia social y económica de Europa en el siglo XX*. – Madrid: Alianza Editorial. – 394 pp.

- ANASTÁCIO, Jorge Esteves (2002) – “The Banco Nacional Ultramarino as na Agent for the Government in the Colonies”, Tom de GRAAF, Joost JONKER e Jaap-Jan, *European Banking Overseas, 19th-20th Century*, Amesterdão, ABN AMRO Historical Archives, pp.126-137.
- ANDRADE, Anselmo de (1902) - *Portugal económico*. - Lisboa: Manuel Gomes. - 489 pp.
- ANDRADE, Anselmo de (1925) - *Política, Economia e Finanças*. - Coimbra: Coimbra Editora, 151 pp.
- ANDRADE, Ruy D' (1941) - “A pecuária alentejana”, Monteiro do Amaral, *O Alentejo na sua vida e na sua história*, s.l., 133-215.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LISBOA (1890): *A questão dos cereais. Representação... ao Ex.mo Ministro da Fazenda em 17.Out.1890*.- Lisboa.
- ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE (1910) - *Situação da Indústria Nacional: Males e remédios*. – Porto: Tip. Vapor da Empresa Guedes. – 45 pp. ; tese n.º 9 apresentada no Grande Congresso Nacional de Lisboa em 1910.
- ASTON, T. S.; PHILPIN, C. H. E. (1985) - *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. – Cambridge: C.U.P.
- BAIÔA, Manuel (1999): “Sociabilidade Política no final da I República em Évora. O Centro Republicano Nacionalista Eborense”, Maia, *História Regional e Local: Actas do Congresso*, Vol. III, Maia, Câmara Municipal da Maia, 85-101.
- BAIÔA, Manuel (2000) - *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-26)*. – Lisboa: Cosmos. – 242 pp.
- BAIÔA, Manuel; FERNANDES, Paulo Silva (2001) - “Elites Agrárias e Acção Pública. O Alentejo entre 1800 e 1930”, *Ler História*, N.º 40, , pp. 167-178.
- BAIROCH, Paul (1982) – “International Industrialization Levels from 1750 to 1980”, *Journal of European Economic History*, 11,2, , 269-333.
- BALABANIAN, Olivier (1980)- *Les exploitations et les problemes de l'agriculture en Estremadure Espagnole et dans le Haute-Alentejo. Contribution a l'etude de campagnes mediteraneennes*. – Braga : Ed. Autor. - Resumo da sua tese *Problemas Agrícolas e Reformas Agrárias no Alto Alentejo e na Estremadura Espanhola*, Lisboa, 1984, 479 pp.
- BANCO TOTTA-ALIANÇA (1968) - *O Banco Totta-Aliança*. – Lisboa.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993) - *A política Agrária do Estado Novo*. – Porto: Afrontamento. - 414 pp.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1995) - “Agriculture, rural society and the land question in Portugal”, *Sociologia Ruralis*, XXXV, n.º ¾, , 309-321
- BAPTISTA, José Arthur (1908) - *Breves considerações sobre a industria da moagem em Portugal. Dissertação inaugural apresentada ao Conselho Escolar do Instituto d'Agronomia Veterinaria*.- Lisboa: Ateliers Graphicos B. Nogueira, Sucessor.
- BARBOSA, Daniel Maria Vieira (1952) - *Realidades Económicas: Prelecções de Economia Aplicada*. – Porto: Centro de Estudos Económicos. - 329 pp.

- BAROSA, José Pedro (1996) – “Os Burnay no vidro, ou um monopólio que não chegou a existir”, *Análise Social*, 136-137, pp. 487-525.
- BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (1999-2001) coord. – *Dicionário de História de Portugal* (suplemento). – Porto: Livraria Figueirinhas. – vols. VII a IX.
- BARRETO, Kalidás (1989) – *Monografia do concelho de Castanheira de Pera*. – Castanheira de Pera: Câmara Municipal. – 402 pp.
- BARRETO, Kalidás (2000) – “António Alves Bebiano Visconde de Castanheira de Pera”, *Linhas de Rumo da História Económica em Portugal. Comunicações*, 2º vol., Porto: XX, Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, 23-24. Novembro, sessão E2. – mimeo.
- BARROS, Henrique de; BASTO, E. A. Lima (1934) Dir. - *Inquérito Económico-Agrícola. 1º vol. Inquérito à freguesia de Cuba*. – Lisboa: Universidade Técnica. - 233 pp.
- BARROS, Henrique de; CASCAIS, Manuel (1956a) - *A Cultura Arvensa no Concelho de Serpa: Monografia Técnico-Económica*. – Lisboa: F.N.P.T. - 3 vols.
- BARROS, Henrique de; CASCAIS, Manuel (1956b) - *A cultura arvensa no concelho de Beja: Monografia Técnico-Económica*. – Lisboa: F.N.P.T.
- BASTIAN, Jean (1983) - *O Seguro de Crédito no Mundo Contemporâneo*.- Lisboa: Cosec. – 673 pp. - trad. Maria do Rosário Torres. “Seguro de Créditos em Portugal”, apêndice à ed. portuguesa por Fernando Victória.
- BASTO, E. A. Lima (1934) - *Política Comercial Portuguesa*. – Lisboa. – 127 pp.
- BATEMAN, John (1983) - *The Great Landowners of Great Britain and Ireland*. - ed. David Spring (repr. 1971)
- BAYLIS, D. J. [1998] - *Growing up English: Memories of Portugal (1907-1930)*. – Lisboa: The British Historical Society of Portugal.
- BECKETT, J. V. (1986) - *The Aristocracy in England 1660-1914*. – Oxford: Basil Blackwell. – 495 pp.
- BENKO, Georges ; LIPIETZ, Alain (1994) - *As Regiões Ganhadoras Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia económica*. – Lisboa: Celta.
- BERNARDO, Hernâni Barros (1943) – “O condicionamento comercial das cortiças”, *Economia e Finanças: Anais do I.S.C.E.F.*, Lisboa: U.T.L., I.S.C.E.F., Vol. XI
- BERNARDO, Hernâni Barros (1946) – “A indústria corticeira em Portugal”, *Economia e Finanças: Anais do I.S.C.E.F.* - Lisboa: U.T.L., I.S.C.E.F., Vol. XIV.
- BERNARDO, Maria Ana (1996) – “Espaços e práticas de sociabilidade: o associativismo no Alentejo durante o século XIX. Notas para o seu estudo”, 2º *Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre: Actas*, Lisboa, Associação de Professores de História.
- BERNARDO, Maria Ana (1997) - “Les elites agraires portugaises aux XIXe. siècle: entre groupes de pression et associations”, *Histoire, Economie et Société*, 2º trim., 16º ano, 2, pp.189-202
- BERNARDO, Maria Ana (2001) - *Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX*. - Lisboa; Edições Cosmos.

- BESSA, Daniel (1988) - *O processo inflacionário português 1945-1980*. – Porto: Afrontamento.
– 722 pp.
- BORGES, J. Ferreira (1900) - *A Silvicultura em Portugal*. - Lisboa – separata de Notas sobre Portugal I.
- BORGES, J. Ferreira (1913) - *Etat actuel de la sylviculture au Portugal*. – Roma: Institute International d' Agriculture.
- BOTTOMORE, T.B. (1993) - *Elites and Society*. - 2^a ed. revista - Londres e N. Iorque: Harmondsworth, Routledge.
- BOURDON, A.A.; BRANDÃO, F.; CUESTA, P.V.; et al. (1985) - *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: images et réalité Actes du colloque... Aix-en-Provence, 2-4 Decembre 1982*. – Paris : F.C. Gulbenkian. – 378 pp.
- BOURDON, Albert-Alain (1985) – « L'Alentejo, espace mythique ou nouvelle frontière ? », *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: images et réalité*, Paris, F. C. Gulbenkian.
- BOUVIER, Jean (1972) – «Rapports entre systèmes bancaires et entreprises industrielles dans la croissance européenne au XIXe siècle», Pierre Léon et al. (dir.), *L'industrialisation en Europe au XIXe siècle*, Paris, 115-140.
- BOUVIER, Jean (1981) – “Relaciones entre sistemas bancarias y empresas industriales en el crecimiento europeo del siglo XIX”, KELLENBENZ, Hermann; GODECHOT, Jacques; MATHIAS, Peter; et al., *La industrialización Europea: Estadios y tipos*. – Barcelona: Crítica - 319 pp.
- BRITO, Joaquim Pais de; BAPTISTA, Fernando Oliveira; PEREIRA, Benjamim (1996) coord. - *O Voo do Arado*.- Lisboa: Museu Nacional de Etnologia. - 664 pp.
- BRITO, José Maria Brandão de (1985), “Corporativismo e Industrialização: elementos para o estudo do condicionamento industrial”, *Ler História*, 6, 51-60.
- BRITO, José Maria Brandão de (1988), “Os Engenheiros e o Pensamento Económico do Estado Novo”, *Contribuição para a História do Pensamento Económico em Portugal*. – Lisboa: Dom Quixote.
- BRITO, José Maria Brandão de (1989) - *A Industrialização Portuguesa no pós-Guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*. – Lisboa: Dom Quixote.
- BRITO, José Maria Brandão de (1993) – “A «electrificação nacional» como base do desenvolvimento: Ezequiel de Campos e Ferreira Dias”, *Actas do Encontro Ibérico sobre a História do Pensamento Económico*. – Lisboa: CISEP, 1992.
- BRITO, José Maria Brandão de; HEITOR, Manuel; ROLLO, Maria Fernanda (2002), coord. – *Engenho e Obra: uma abordagem à história da Engenharia em Portugal no Século XX*. – Lisboa: Instituto Superior Técnico; Dom Quixote. – 317 pp.; il.
- BRITO, Manuel da Costa Zuzarte (2002) - *Livro Genealógico das Famílias desta Cidade de Portalegre*. – Lisboa : Ed. Autor.

- BRUNEAU, Thomas C.; ROSA, Victor M. P. da; MACLEOD, Alex (1984) - *Portugal in Development Emigration , Industrialization , the European Community*. - Otava: University of Ottawa Press. - 239 pp.
- BUSINO, Giovanni (1987) - « La Theorie des Elites », *Revue Européene des Sciences Sociales*, Tomo XXV, 76.
- CABEZAS AVILA, Eduardo (1999) - «*Los de Siempre*»: *Poder, Família y Ciudad (Avila, 1876-1973)*. - Salamanca: Facultad de Ciencias Sociales; Dep. Sociología. - Tese de doutoramento.
- CABRAL, José Augusto C. Das Neves (coordenação); MONTEIRO, Severiano; BARATA, João Augusto (1889) - *Exposição Nacional das Indústrias Fabris: Catálogo Descritivo da Secção de Minas. Grupos I e II*. - Lisboa: Imprensa Nacional. - 496 pp.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1979) - *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais- Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. - Lisboa: A Regra do Jogo.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1974) - *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal, séc. XIX e XX*. - Porto.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1977) - *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*. - Lisboa: Presença, G.I.S.
- CABREIRA, Tomás (1912) - *O problema financeiro e a sua solução*. - Lisboa.
- CAETANO, António Alves (2000) - *A Companhia Fidelidade e os Seguros na Lisboa Oitocentista (1835-1907) I. Da Fundação à sede do Corpo Santo (1835-1863)*. - Lisboa: Ed. Autor.
- CAETANO, Marcelo (1935) - “A Codificação Administrativa em Portugal (Um Século de Experiência: 1836-1934)”, *Revista da Faculdade de Direito*, Lisboa, II, pp.324-405.
- CAETANO, Marcelo (1938) - *O Sistema Corporativo*. - Lisboa.
- CALDAS, Eugénio Castro; LOUREIRO, Manuel de Santos (1966) - *Regiões Homogéneas no Continente Português. Primeiro Ensaio de Delimitação*.- Lisboa: Fundação C. Gulbenkian. - 208 pp.
- CALDAS, Eugénio de Castro (1957) - *Industrialização e Agricultura. VII. A política agrária adoptada aos imperativos da Industrialização. Relatório apresentado ao II Congresso dos Economistas Portugueses*. - Lisboa: INE.
- CALDAS, Eugénio de Castro (1991) - *A agricultura portuguesa através dos tempos*.- Lisboa: INIC. - 641 pp.
- CALDAS, Eugénio de Castro; LOUREIRO, Manuel de Santos (1963) - *Níveis de desenvolvimento agrícola no Continente Português*. - Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. - 383 pp.
- CALHEIROS, João (1934) - “As cortiças em Portugal”, *Congresso da União Nacional*. - Lisboa.
- CÂMARA, João de Sousa da (1989) - *História do Banco Pinto & Sotto Mayor: 1914-1989*. - Lisboa: B.P.S.M.
- CAMERON, Rondo; CRISP, O.; PATRICK, H T.; TILLY, R. (1967) - *Banking in the early stages of industrialization*. - Nova Iorque.

- CAMPOS, Ezequiel de (1913) - *A Conservação da Riqueza Nacional: A Grei - Os Minerais - A terra - As Matas - Os Rios.* - Porto: Ed. Autor .
- CAMPOS, Ezequiel de (1918) - *A Evolução e a Revolução Agrária.* - Porto: “Renascença Portuguesa”. - 99 pp.
- CAMPS, André - *Pasado, Presente y Futuro del Corcho y su Industria en Portugal y España.* - Évora: 1880.
- CANDEIAS, Amável J. C. (1998) - *Concentração Populacional nos Centros Urbanos da Região Alentejo.* - Évora: Tese de Mestrado em Sociologia
- CANNADINE, David (1980) - *Lords and Landlords. The Aristocracy and the Towns, 1774-1967.* - Leicester.
- CARASA SOTO, Pedro, ed. (1994) - *Elites: Prosopografía Contemporánea.* - Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad. - 330 p.
- CARDOSO, José Luís; BRITO, José Maria Brandão de; MENDES, Fernando Ribeiro; RODRIGUES, Maria de Lurdes (1999) - *Empresários e Gestores na Indústria Portuguesa.* - Lisboa: D. Quixote.
- CARDOZA, Anthony L. (1982) - *Agrarian Elites and Italian Fascism. The Province of Bologna, 1901-1926.* - Princeton: Princeton University Press. - 454 pp.
- CARDOZA, Anthony L. (1991) - “Commercial agriculture and the crisis of landed power: Bologna, 1880-1930”, Ralph Gibson e Martin Blinkhorn (eds.), *Landownership and Power in Modern Europe*, Londres, HarperCollins, pp. 181-198
- CARDOZA, Anthony L. (1997) - *Aristocrats in Bourgeois Italy. The Piedmontese Nobility, 1861-1930.* - Cambridge: Cambridge University Press. - 240 pp.
- CARNEIRO, A. (1962) - *Visão panorâmica económico-social da indústria nacional da cortiça.* - Lisboa.
- CARNEIRO, Henrique de Sá - “Algumas considerações sobre a cultura cerealífera no último quarto de século”, *Almanaque Alentejano*, Lisboa, 1944, pp.103-111.
- CASSIS, Youssef, ed. (1992) - *Finance and Financeers in European History, 1880-1960.* - Cambridge: University Press. -
- CASSIS, Youssef; FELDMAN, Gerald D.; OLSSON, Ulf (1995), ed.s - *The Evolution of Financial Institutions and Market in Twentieth-century Europe.* - Aldershot: Scholar Press. - 337 pp.
- CASTRO, Armando (1945) - *Alguns aspectos da agricultura nacional.* - Coimbra. - 185 pp.
- CASTRO, Armando (1973) - *A Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925).* - Lisboa: Ed. 70. - 290 pp.
- CASTRO, Armando NUNES, A. J. Avelãs et al. (1971) - *Sobre o Capitalismo Português.* - Coimbra: Atlântida.
- CATITA, J. Sousa (1960) - *Aspectos Económicos da Produção de Carne em Algumas Regiões Mediterrânicas.* - Beja: Federação dos Grémios da Lavoura do Baixo Alentejo. - 197 pp.

- CERUTTI, Mario (1992) - *Burguesía, capitales e industria en el norte de México: Monterrey y su ámbito regional (1850-1910)*.- México: Alianza Editorial / Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Nuevo León. – 381 pp.
- CERUTTI, Mario; VELLINGA, Menno (1989), comp. - *Burguesias e Industria en America Latina y Europa Meridional*. – Madrid: Alianza Editorial,. – 290 pp.
- CHANDLER, Alfred D., Jr. (1996) - *Escala y Diversificación: La dinámica del capitalismo industrial*. – Zaragoza: Prensas Universitarias. - Tradução Jordi Pascual.
- CHAVES, João Ubach (1957) - *Indústria de Lanifícios. Relatório 2.1. II Congresso da Indústria Portuguesa*. – Lisboa. - 37 pp.
- CHURCH, Roy (1980), ed. - *The Dynamics of Victorian Business. Problems and perspectives to the 1870s*. – Londres: George Allen & Unwin. - 267 pp.
- COELHO, José Joaquim Pinto (1875) – *Os bancos em Portugal em 1875*. – Porto: Livraria Internacional.- 71 pp.
- CONFRARIA, João (1992) - *Condicionamento Industrial: Uma Análise Económica*. – Lisboa: DGI . - 206 pp.
- CONFRARIA, João (1999) – “Electrificação”, *Dicionário de História de Portugal*, 7, Lisboa, Figueirinhas, 605-607.
- CONGRÈS de l’ Association française des Historiens Economistes, Mars 1980, (1983) - *Entreprises et Entrepreneurs: XIX-XXème siècles*. – Paris : Presses de l’ Université de Paris Sorbonne. – 387 pp. - Civilisations, 7
- CONGRESSO AGRÍCOLA, Segundo (1889) - *Relatórios submetidos à discussão do Congresso pela Comissão Executiva*. – Lisboa.
- CONGRESSO das Associações Comerciais e Industriais de Portugal (1923) – *Teses e Actas*. – Lisboa.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes (1996) – “Empresas e empresários portuenses na segunda metade do século XX”, *Análise Social*, XXXI (136-137), 2º-3º.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes (1999) – *Exposição de Arqueologia Industrial: um século de indústria no Norte, 1834-1933*. – Porto, A.I.P.
- COSTA, Fernando da (1953) – “Da indústria da moagem”, *Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais*, ano V, 250-4, pp. 653-662; 669-676, 685-691, 701-705;715-719.
- COSTA, João Ferreira da (1935) – “A cortiça em Portugal”, *Economia e Finanças: Anais do I.S.C.E.F.*, Lisboa: U.T.L., I.S.C.E.F., Vol.III
- COTTRELL, Philip L., ed. (1997), *Rebuilding the Financial System in Central and Eastern Europe, 1918-1994*, Aldershot, Scolar Press, pp.91-114.
- COTTRELL, Philip; REIS, Jaime (org.s); EUGENIA NÚÑEZ, Clara (1998), ed. - *Finance and the making of the modern capitalist world, 1750-1931*. – Sevilha: Fundación Fomento de la Historia Economica. - 142 pp. - B9. Proceedings Twelfth International Economic History Congress.

- CRUZ, João Perpétuo da (1926) – “O problema do crédito industrial”, *Revista de Obras Publicas e Minas*, ano LVII, 638, 135-145.
- CRUZ, Maria Alfreda (1973) - *A Margem Sul do Estuário do Tejo: Factores e formas de organização do espaço*. - Montijo: Ed. Autor . - 412 pp.
- CRUZ, Maria Antonieta (1999) - *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*. - Porto: Fundação António de Almeida. - 505 pp.
- CUSTÓDIO, Jorge (1996^a) - “Sistemas de lavra na mina de São Domingos (1854-1966)”, *Mineração no Baixo Alentejo*. - Castro Verde: Câmara Municipal, pp. 174-184.
- CUSTÓDIO, Jorge (1996^b) - “James Mason e a construção da imagem da mina de São Domingos”, *Mineração no Baixo Alentejo*. - Castro Verde: Câmara Municipal, 198-229.
- CUTILEIRO, José (1977) - *Ricos e Pobres no Alentejo: Uma Sociedade Rural Portuguesa (1971)*. - Lisboa: Sá da Costa.
- D’Albergo (1940) - *Les banques italiennes*. - Paris : Sirey.
- DAUMARD, Adeline (1991) - *Les Bourgeois et la Bourgeoisie en France depuis 1815*. - Paris : Flammarion. - 446 pp.
- DAUTON, M. J. (1989) – “‘Gentlemanly Capitalism’ and British Industry, 1820-1914”, *Past & Present*, 122 (Fev.), pp. 119-158.
- DE ROSA, Luigi (1997) - “The role of banking in Italy’s industrialization, nineteenth to twentieth century”, A. Teichova, G. K. Hentzenryk e D. Ziegler, ed.s, *Banking, Trade and Industry: Europe, America and Asia from the thirteenth to the twentieth century*, Cambridge, University Press, pp. 50-68.
- DEYON, Pierre; HIRSH, Jean-Pierre (1983) - « Entreprise et Association dans l’Arrondissement de Lille, 1830-1862 », *Entreprises et Entrepreneurs. XIX-XXe siècles*, Paris, Press de l’Université de Paris Sorbonne, pp. 5-20.
- DIAS JR., José do Nascimento Ferreira (1946) - *Linha de Rumo: Notas de Economia Portuguesa*. - 2^a edição. - Lisboa: Livraria Clássica.
- DIAS, Jaime Lopes (1946) – *Cortiças da Beira Baixa*. - Lisboa: Liv. Ferin.
- DIAS, Jorge et al. (1959) - *Sistemas primitivos de moagem em Portugal. Moinhos, azenhas e atafonas vol. I Moinhos de água e azenhas; vol. II: Moinhos de vento*. - Porto: INIC/Centro de Estudos de Tecnologia Peninsular.
- DINIS, Sofia Mascarenhas (2002) – *Uma Sociedade Privada: Metalúrgica Alentejana*. - Évora, 2002. (mimeo).
- DINIZ, Augusto Alves (1923) – “Crise cambial portuguesa”, *Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal, Teses e Actas*, Lisboa, pp.13 a 48.
- DIOGO, Helena I. B. Correia; e outros (1987) – “Para o estudo da Nobreza Portuguesa Oitocentista - Barões e Viscondes no Reinado de D.Maria”, *Ler História*, 10, 139-158.
- EIGNER, Peter (1997) - “Bank-Industry networks: the Austrian experience, 1895-1940”, Philip L. COTTRELL, ed., *Rebuilding the Financial System in Central and Eastern Europe, 1918-1994*, Aldershot, Scolar Press, pp.91-114.

- ESPADALÉ, Joseph; MARTÌ, Angela; SALVATELLA, Josep (2000) - *Ricard Mur: Fotograf del suro* - Palafrugell: Museu del Suro. - 95 pp.
- FAUBEL, Arthur L. (1938) - *Cork and the American cork industry*. - Nova Iorque: Cork Institute of America.
- FAUSTINO, Carla Sofia Ângelo (1996) - *A Elite Política no Concelho de Arraiolos, (1890-1918)* - Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. - Tese de mestrado em História Social Contemporânea.
- FEINSTEIN, Charles H. (1995), ed. - *Banking, Currency and Finance in Europe Between the Wars*. - Oxford: Clarendon Press.
- FERNANDES, Miguel E. O. (1897) - *Subsídio para o estudo da Questão Agrícola*. - Beja.
- FERNANDES, Miguel E. O. (1899) - *A cultura do trigo pelos adubos químicos no Baixo-Alentejo. Conferência realizada na Real Associação da Agricultura Portuguesa*. - Lisboa: Tip. Universal. - 64 pp.
- FERNANDES, Paulo Silva (1999) - *Elites e Finanças Municipais em Montemor-o-Novo do Antigo Regime à Regeneração (1816-1851)*. - Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- FERNANDEZ CLEMENTE, Eloy (1996) - *Portugal en los años veinte: Los origenes del "Estado Novo"*. - Valladolid: Universidade de Valladolid. - 267 pp.
- FERRÃO, João (1987) - *Indústria e valorização do Capital*. - Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. - 387 pp.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto (1988) - "Subsídios para a história da moagem portuguesa: as origens da sociedade industrial Aliança", *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, 193-206.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto (1995) - "Origem do proteccionismo da cerealicultura em Portugal", *Boletim de Ciências Económicas V.*, 38, p. 241-464.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto (1995) - *A dessacralização do Pão. Políticas de abastecimento no Antigo Regime: do Concelho ao Estado Iluminista*. - Porto: Campo das Letras. - 270 pp.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto (1998) - "Um século de moagem em Portugal, de 1821 a 1920: das fábricas às companhias e aos grupos da Portugal e Colónias e da Sociedade Industrial Aliança", *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*, Porto, CLC-FLUP, pp.271-283.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto (1999) - *Farinhas, Moinhos e Moagens*. - Lisboa: âncora. - 267 pp.
- FILIFE, Alda Maria Martins Mourão - *A Formação do Tecido Empresarial na Área Económica de Leiria (1836 - 1914)*. - Coimbra: Universidade de Coimbra; Faculdade de Letras, 2000. - 493 pp.; dissertação de Doutoramento em História.
- FILIFE, Graça, dir. (2001) - *Do Montado à Fábrica de Cortiça: fotografias de Júlio Pereira Dinis*. - Seixal: Câmara Municipal. - 67 pp.

- FLORESCANO, Enrique, Coord. (1985) - *Orígenes y desarrollo de la burguesía en América Latina, 1700-1955*. – México: Nueva Imagen. - 662 pp.
- FONSECA, Helder Adegar (1987) - *Para o estudo dos investidores alentejanos: os lavradores da comarca de Évora no final do Antigo Regime. Alguns aspectos*. - Coimbra: Faculdade de Letras. - Separata da Revista Portuguesa de História, tomo XXII.
- FONSECA, Helder Adegar (1988) - “Sociedade e Elites Alentejanas no século XIX”, *Economia e Sociologia*, 45/6, Évora (63-105).
- FONSECA, Helder Adegar (1995) - “Economia y Actitudes Económicas en el Alentejo del Siglo XIX”, *Noticiario de Historia Agraria. Revista Semestral del Seminario de Historia Agraria*, III, 6, Murcia .
- FONSECA, Helder Adegar (1996^a) - *O Alentejo no Século XIX. Economia e atitudes económicas no Alentejo Oitocentista*. – Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. - 536 pp.
- FONSECA, Helder Adegar (1996b) - “As elites económicas alentejanas: anatomia social e empresarial”, *Análise Social*, XXXI (136-137), 1996 (2^o-3^o), 711-748
- FONSECA, Helder Adegar (1998) - “Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: o exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910)”, *Análise Social*, 146/147, XXXIII, 2^o - 3^o , 497-538.
- FONSECA, Helder Adegar (2002): “Agrarian Elites and Economic Growth in the Portuguese Periphery of the 19th Century: the Example of the Alentejo in the Liberal Era (1850-1910)”, *Social History*.
- FORSYTH, Douglas J.; VERDIER, Daniel (2002), ed. - *The Origins of National Financial Systems: Alexander Gershenkron considered*. - Londres e Nova Iorque: Routledge.
- FRADERA, Josep M. ; MILLÁN, Jesus (2000) eds. - *Las burguesías europeas del siglo XIX: sociedade civil, política y cultura*. – Madrid: Universitat de Valencia.– 398 pp.
- FRAILE BALBÍN, Pedro (1991) - *Industrialización y grupos de presión: La economía política de la protección en Espanha 1900-1950*. – Madrid: Alianza Editorial. - 232 pp.
- FRANÇA. Congrès de l' Association française des Historiens Economistes, Mars 1980 (1983), *Entreprises et Entrepreneurs : XIX-XXème siècles*. – Paris : Presses de l' Université de Paris Sorbonne. - 387 pp.
- FRANCISCO FUENTES, Juan (1993) – “Clase media y burguesía en la España liberal (1808-1874): ensayo de conceptualización”, *Historia Social*, 17, pp. 47-61.
- FREIRE, João (1992) - *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. – Porto: Afrontamento. – 439 pp.
- FREIRE, João (1992) - *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto Afrontamento. - 439 pp.
- GALVÃO, J. Mira (1931) – “A cultura cerealífera no Baixo Alentejo”, *Álbum Alentejano*, 14-15
- GALVÃO, João Alexandre Lopes (1928) - *Indústrias hidro-eléctricas. Conferência realizada a 15 de Março de 1928 na Liga Naval*.- Lisboa: Tipografia da “Ilustração”.

- GALVÃO, José Martins de Mira (1932) - "Inquilinato agrícola (Excertos dum inquérito)", *Boletim do Ministério da Agricultura* I (III), 1-5 (Ag.-Dez.1932), pp.702 e ss.
- GAMEIRO, Fernando (1993) - "A alfabetização no Alentejo. Um estudo de caso", *Colóquio Educação e Sociedade*, n.º 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GAMEIRO, Fernando et al. (2003) - "O Liceu de Évora na formação das elites portuguesas. Percursos escolares e profissionais 1841-1960", *Actas do III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Porto, SPCE.
- GAMEIRO, Fernando Luís (1997) - *Entre a Escola e a Lavoura: Ensino e Educação no Alentejo 1850-1910*. – Lisboa: Instituto de Inovação Educacional/Ministério da Educação.
- GARCÍA SANZ, Angel; GARRABOU, Ramon (1985) eds. - *Historia agraria de la España contemporánea*. - Barcelona: Crítica. - 3 vols.
- GARCIA, João Carlos (1988) – "Portuguese copper and the sea trade in the Western Mediterranean from 1895 to 1909", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I, IV, 291-299.
- GARCIA, João Carlos (1996) - *A Navegação no Baixo Guadiana durante o Ciclo do Minério (1857-1917)*. – Porto: F.L.U.P. - 1.200 pp. - Dissertação de doutoramento.
- GARCIA, Joaquim Manuel dos Santos (1932) – "Inquilinato Agrícola. Excertos dum inquérito...", *Boletim do Ministério da Agricultura*, I (III série), 1-5, 1932, pp.645 e ss.
- GARCIA, Santos [1931] - "A Riqueza Agrícola do Distrito de Évora", *Álbum Alentejano*, Lisboa: 225-232.
- GARCIA, Santos (1935) - *Latifúndio Alentejano*. - Évora: Minerva Comercial.
- GARCIA, Santos (1936) - *Estado da Economia Agrícola da região de Évora: Causas e efeitos*. - Évora, Minerva Comercial. – sep. do Relatório da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Eborense relativo a 1935).
- GARRABOU, Ramón (1982) - *Enginyers industrials, modernització econòmica y burguesia a Catalunya (1850-inics del segle XX)*. – Barcelona: L' Avenc.
- GASPAR, Jorge (1972) - *A área de influência de Évora. Sistema de funções e lugares centrais*. – Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. – 414 pp.
- GAUSLANDER, Olle (1962) - *History of Sockholms Enskilda Bank to 1914*. – Estocolmo. - 643 pp.
- GERSCHENKRON, Alexander (1962) – "Social Attitudes, Entrepreneurship, and Economic Development", *Economic Backwardness in Historical Perspective. A Book of Essays*. – Cambridge: Belknap Press, pp.52-71.
- GIBSON, Ralph; BLINKHORN, Martin (1991), eds. - *Landownership and Power in Modern Europe*. – Londres: HarperCollins Academic. - 253 pp.
- GIL, Luís (1996) - *Cortiça: Produção, Tecnologia e Aplicação*. – Lisboa: INET. – 384 pp.
- GONÇALVES, Fausto (1964) - *A Vida e a Obra de José Custódio Nunes: O Homem da Hidroeléctrica Alto Alentejo*. – Lisboa: Liv. Portugal. – 52 pp.

- GRAAF, Tom de; JONKER, Joost; MOBRON, Jaap-Jan (2002) - *European Banking Overseas, 19th-20th Century*. – Amesterdão: ABN AMRO Historical Archives.
- GRAÇA, Laura Larcher (1999) – *Propriedade e agricultura: evolução do sistema dominante de sindicalismo agrário em Portugal*. – Lisboa: Conselho Económico e Social.
- GRAÇA, Quartin (1954) – “Evolução do Consumo dos Fertilizantes”, *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, III, 20, Lisboa, (61).
- GUERREIRO, Maria das Dores (1996) – *Famílias na actividade empresarial: PME em Portugal*. – Oeiras: Celta. – 278 pp.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo (1989) - *Indústria, Mineiros e Sindicatos: Universos operários do Baixo Alentejo: dos finais do século XIX à primeira metade do século XX*. – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.- 113 pp.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo (1995) – “A intervenção do Estado Novo na indústria mineira: a criação do Serviço de Fomento Mineiro”, *Boletim de Minas*, 32, 3, Lisboa, pp.203-217.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo (1996) - “O Alentejo e o Desenvolvimento Mineiro durante a Regeneração”, *Mineração no Baixo Alentejo*, Castro Verde, Câmara Municipal, pp.114-129.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo (1999a) – *The Alentejo Agrarian Elite and the Protectionist Cereal Laws at the End of the 19th Century*. – Évora. - Texto apresentado no seminário da rede ESTER 1999.2 The History of European Elite Groups.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo (1999b) – “Minas e mineiros”, *Dicionário de História de Portugal (suplemento)*. – Porto: Figueirinhas.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo (1999c) – “As minas portuguesas do Antigo Regime ao Liberalismo”, *Arqueologia & Indústria*, 2/3, pp. 53-80
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2000) – “Siderurgia Nacional”, *Dicionário de História de Portugal (suplemento)*. – Porto: Figueirinhas.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2001) - *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)*. – Lisboa: Colibri.
- HANSON, Per H. (1995) - “Banking Crises and Lenders of Last Resort: Denmark in the 1920s and the 1990s”, Youssef CASSIS, Gerald D. FELDMAN e Ulf OLSSON, ed.s, *The Evolution of Financial Institutions and Market in Twentieth-century Europe*, Aldershot, Scolar Press, pp. 20-46.
- HAU, Michel (1998) - *De-industrialisation in Europe, 19th-20th centuries*. – Sevilla: Fundación Fomento de la Historia Económica. - 211 pp.
- HENTENRYK, G. Kurgan-van (1995) - “Comercial Banks in Belgium, 1935-1990”, Youssef CASSIS, Gerald D. FELDMAN e Ulf OLSSON, ed.s, *The Evolution of Financial Institutions and Market in Twentieth-century Europe*, Aldershot, Scolar Press.
- HERNÁNDEZ ANDREU, Juan; GARCÍA RUIZ, José Luis (1994), compiladores – *Lecturas de Historia Empresarial*. – Madrid: Editorial Civitas. – 498 pp.

- HESS, Christel (2003) – “La empresa Grunzweig + Hartmann: da la transformación del corcho a la producción de la fibra mineral – una empresa y sus materiales de trabajo”, *Cortiça, Património industrial e Museologia*, Seixal, C.M.S. – ed. em CD-ROM.
- HONRADO, Fernando – *José Anastácio Honrado (1901-1961): um industrial e uma indústria em Lisboa*. - Lisboa: Câmara Municipal. – 127 pp.
- JONES, E. L. (1987) - *The European Miracle Environments, economies and geopolitics in the history of Europe and Asia*. – 2^a ed. – Cambridge: Cambridge University Press. - 274 pp.
- JULLIARD, Jacques (1997) - *La faute aux élites*. - Paris : Gallimard. – 238 pp.
- JUSTINO, David (1988 e 1989) - *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, Lisboa, Vega. – 2 vols.
- KELLENBENZ, Hermann; GODECHOT, Jacques; MATHIAS, Peter; et al. (1981) - *La industrialización Europea: Estadios y tipos*. – Barcelona: Crítica. - 319 pp.
- KEMP, Tom (1987) - *A Revolução Industrial na Europa do Século XIX*. – Lisboa: Ed. 70. - 241 pp.
- KINDLEBERGER, Charles P. (1984) - *A Financial History of Western Europe*. – 2^a ed. – Oxford: University Press. - 524 pp.
- KINDLEBERGER, Charles P. (1993) - “Banca e industria entre las dos guerras: una comparación internacional”, *Problemas históricos e interpretaciones económicas: Estudios de historia financiera*. – Barcelona: Crítica. - 329 pp.
- KNUTSEN, Sverre (1995), “ Phases in the Development of the Norwegian Banking System, 1880-1890”, Youssef CASSIS, Gerald D. FELDMAN e Ulf OLSSON, ed.s, *The Evolution of Financial Institutions and Market in Twentieth-century Europe*, Aldershot, Scolar Press, pp. 78-121.
- KOCKA, Jurgen (1996) - *Les bourgeoisies européennes au XIXe siècle*. – s.l. : Belin.- 411 pp. - Textos traduzidos do alemão e do inglês.
- KOZUB, Jacques (1978) dir. – *Portugal. Agricultural Sector Survey*. - Washington: The World Bank. – Relatório do BIRD (International Bank for Reconstruction and Development).
- LAINS, Pedro (1995) - *A Economia Portuguesa no Século XIX: Crescimento económico e comércio externo 1851-1913*. – Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- LAINS, Pedro (2002) - *História da Caixa Geral de Depósitos, 1876-1910: Política e Finanças no Liberalismo Português*. – Lisboa: ICS. – 340 pp.
- LAMOREAUX, Naomi R. Insider (1994) - *Lending Banks, Personal Connections, and Economic Development in Industrial New England*. – Cambridge: University Press. - 170 pp.
- LANDES, David (1999) - *The Wealth and Poverty of Nations: Why Some Are So Rich and Some So Poor*. – Londres: Abacus. - 650 pp.
- LANNON, Frances; PRESTON, Paul (1990), ed.s - *Elites and Power in Twentieth-Century Spain: Essays in Honour of Sir Raymond Car*. – Oxford: Clarendon Press.
- LASCOURMES, Pierre (1997) - *Élites irrégulières : Essai sur la délinquance d' affaires*. – Paris : Gallimard. – 301 pp.

- LEITE (LUMBRALES), João Pinto da Costa (1926) - *Organização bancária portuguesa*. - Coimbra: Coimbra Editora, 1926.
- LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. (1998), ed. - *Regional Development in a Modern European Economy: The Case of Tuscany*.- 2ª ed. - Londres: Pinter. - 270 pp.
- LÉVÊQUE, Pierre (1991) - “Large landed property and its influence in nineteenth-century Burgundy”, GIBSON, Ralph; MARTIN BLINKHORN (eds.), *Landownership and Power in Modern Europe*, Londres, HarperCollins, pp.53-78
- LEVY-LEBOYER, Maurice (1979) - *Le Patronat de la Seconde Industrialisation*. - Paris : Les Éditions Ouvrières. - 320 pp. - Caderno do « Mouvement Social », nº 4
- LIEVEN, Dominic (1992) - *The Aristocracy in Europe, 1815-1914* . - Londres: MacMillan. - 283 pp.
- LIMA, Maria Antónia Pedroso (2003^a) - “Relações familiares na elite empresarial de Lisboa”, António Costa Pinto e André Freire (org.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Lisboa, Celta, pp.151-179.
- LIMA, Maria Antónia Pedroso (2003^b) - *Grandes Famílias, Grandes Empresas: Ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa*. - Lisboa: Dom Quixote. - 342 pp.
- LISBOA, Manuel (2002) - *A indústria portuguesa e os seus dirigentes: Crescimento na segunda metade do século XX e potencial de inovação das funções capitalista, empresarial e de gestão*. - Lisboa: Educa. - 617 pp.
- LOIO, Duarte Sampaio (1996) - “Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos: subsídios para a sua história - 1917-1967”, *Análise Social*, 136-137, Lisboa, pp. 545-577.
- LOUREIRO, Fernando Pinto (1961) - *A indústria da moagem ao serviço da Nação. Esboço histórico-económico*. - Lisboa.
- LOUREIRO, João Adolfo (1991) - *Economia e Sociedade: A indústria no após-guerra. Anos 50 e 60*. - Lisboa: Cosmos.
- LOURENÇO, Nelson (1991) - *Família Rural e Indústria : Mudança Social na Região de Leiria*. - Lisboa: fragmentos. - 356 pp.
- LUCENA, Manuel (1976) - *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. - Lisboa: Perspectivas e Realidades.- 2 vols.
- LUCENA, Manuel (1978) - “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura”, *Análise Social*, XIV (56), 817-862.
- LUCENA, Manuel de; AMARAL, Luciano (2001) - “Política e Economia: o Estado Novo, os Latifundiários Alentejanos e a Criação da Epac”, *Instrumentos de Pesquisa para a História dos Organismos Responsáveis pela Política Cerealífera em Portugal no Século XX*, Lisboa, pp. VII-XLIX.
- LUEBBERT, Gregory M. (1997) - *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia: Clases sociales y orígenes políticos de los regímenes de la Europa de entreguerras*. - Saragoça: Prensas Universitarias de Zaragoza. - 611 pp. - tradução da 1.ª. edição inglesa de 1991.

- LUNDBERG, Ferdinand (1968) – *The Rich & The Super Rich: A study in Power of Money Today*. – Nova Iorque: Lyle Stuart.
- MACHADO, Alberto de Sousa; TEIXEIRA, João Carlos Reynolds de Sousa (1975) - *Os Reynolds em Portugal* . - S.l. – 139 pp. - Mimeo
- MADDISON, Angus (1991) - *Historia del desarrollo capitalista. Sus fuerzas dinámicas. Una visión comparada a largo plazo*. – Barcelona: Ariel SA. – 219 pp.
- MADDISON, Angus (1991) – *Historia del Desarrollo Capitalista. Sus Fuerzas Dinámicas: Una visión comparada a largo plazo*. - Barcelona: Editorial Ariel SA. – 216 pp.
- MADUREIRA, Nuno Luís (1994) – “Crédito e mercados financeiros em Lisboa”, *Ler História*, 26, pp. 21-44.
- MADUREIRA, Nuno Luís (1998) – “O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)”, *Análise Social*, XXXIII (148), 4º, 777-822.
- MADUREIRA, Nuno Luís (2002) - *A Economia dos Interesses: Portugal entre as Guerras*. – Lisboa: Livros Horizonte. –132 pp.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1999) – *Tranquilidade: História duma Companhia de Seguros*. - Lisboa.
- MAKLER, Harry Mark (1969) - *A “Elite” Industrial Portuguesa*. – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkein.
- MALEFAKIS, Edward (1991) - *Southern Europe in the 19th & 20th Centuries: an historical overview*. – Madrid: Instituto Juan Narch.
- MANIQUE, António Pedro (1989) - *Mouzinho da Silveira. Liberalismo e Administração Pública*. - Lisboa: Livros Horizonte.
- MARIANO, Mário (1993) – *História da Electricidade*. – Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1977) – *Para a História dos Seguros em Portugal (Notas e Documentos)*. – Lisboa: Arcádia.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (1981) - *Guia de História da 1ª República Portuguesa*. – Lisboa: Estampa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira [et. al.] (1989) - *Companhia Geral de Crédito Predial Português: 125 anos de história*. – Lisboa: Companhia Geral de Crédito Predial Português.
- MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) – *Nova História de Portugal: IX. Portugal. Da Monarquia à República*. – Lisboa: Presença, 1991.
- MARQUES, Alfredo (1988) - *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959): as duas estratégias do Estado Novo no período de isolamento nacional*. – Lisboa: Livros Horizonte.
- MARQUES, Paula (1996) - *As Sociedades Recreativas Bejenses de Meados do Século XIX à Primeira República: Elites e Vida Associativa*. – Évora: Universidade de Évora. - Tese de Mestrado.

- MARTINS, Conceição Andrade (1992) - 'Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos', *Análise Social*, 116-117.
- MARTINS, Conceição Andrade(1996) - 'A intervenção política dos vinhateiros no século XIX', *Análise Social*, 136-137
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira (1957) - *O Repórter [1888]*. - Lisboa: Guimarães & Cia. Editores. - 2 vols.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira (1994) - *Fomento Rural e Emigração (1887)*. - 3^a ed. - Lisboa: Guimarães. - 233 pp.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira; SÉRGIO, António, pref. (1974) - *Teoria do Socialismo: Evolução Política e Económica das Sociedades na Europa*. - Lisboa: Guimarães Editores. - 324 pp.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira; SÉRGIO, António, pref. (1990) - *Portugal e o Socialismo (1873)*. - 3^a ed. - Lisboa: Guimarães Editores. - 261 pp.
- MARTINS, Maria Belmira Martins (1973) - *Sociedades e grupos em Portugal*. - Lisboa: Estampa.
- MARVAUD, Angel (1912) - *Le Portugal et ses colonies : Étude politique et économique*. - Paris: Félix Alcan.
- MATA, Maria Eugénia (1993) - *As Finanças Pública portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*. - Lisboa: Banco de Portugal, 276 pp.
- MATA, Maria Eugénia; VALÉRIO, Nuno (1994) - *História Económica de Portugal: Uma perspectiva global*. - Lisboa: Presença. - 322 pp.
- MATHIAS, Peter (1969) - *A Primeira Nação Industrial. Uma história económica da Inglaterra, 1700-1914*. - Lisboa: Assírio & Alvim. - 383 pp.
- MATOS, A. Pereira de (1901) - "O problema da marinha mercante nas suas relações com o da agricultura nacional", *Boletim da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa*, III, Lisboa, pp. 215 e ss.
- MATOS, Ana Cardoso; MARTINS, Conceição Andrade; BETTENCOURT, Lurdes, coord.; REIS, Jaime Brown, pref. (1982) - *Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832-1889)*. - Lisboa: Imprensa Nacional.
- MATOS, Ana Maria Cardoso (1991) - "A indústria no distrito de Évora, 1836-1890», *Análise Social*, XXVI (112-113), (3^o-4^o), 561-581.
- MATOS, Ana Maria Cardoso (1997) - *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista: o caso dos Lanifícios do Alentejo*. - Évora: Universidade de Évora. - Tese de doutoramento.
- MATOS, Ana Maria Cardoso de (1990) - "A Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre 1772-1788", *Actas do I Encontro Nacional sobre o Património Industrial*, 2. - Coimbra: Coimbra Editora, 659-679.

- MATOS, Ana Maria Cardoso (2001) - *Aspectos técnicos, empresariais e sociais do abastecimento de gás e electricidade à cidade de Évora (1890-1942)*. – Évora. – 24 pp. ; texto da comunicação apresentada no Colóquio “O Século XX em Évora” em 2001 (no prelo).
- MATOS, Sérgio Campos de (2002), coord. - *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX. Actas do Seminário Organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa*. – Lisboa: Centro de História da U.L. – 270 pp.
- MAYER, Arno (1983) - *La Persistance de l' Ancien Régime L'Europe de 1848 à la Grande Guerre*.- Paris: Flammarion. - 316 pp. - Trad. do inglês J. Mandelbaum.
- MAYER, Rui Ferro (1912) - *A comercialização da agricultura. Aspectos do problema em Portugal*.- Lisboa: Livraria Clássica Editora da A.M. Teixeira e C.^a- 99 pp.
- MCCLOSKEY, Donald N.; SANDEBERG, Lars G. (1981) – “From Damnation to Redemption: Judgments on the Late Victorian Entrepreneur”, *Enterprise and Trade in Victorian Britain*, Londres, George Allen & Unwin.
- MCCRAW, Thomas K. (1997), ed. - *Creating Modern Capitalism. How Entrepreneurs, Companies, and Countries Triumphed in Three Industrial Revolutions*. – Cambridge: Havard University Press. – 692 pp.
- McDONOGH, Gary Wray (1989) – *Las Buenas Familias de Barcelona: Historia social de poder en la era industrial*. – Barcelona: Ediciones Omega. – 333 pp.; trad. da edição inglesa (1986).
- MEDEIROS, Fernando (1978) - *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. – Lisboa: A Regra do Jogo.
- MELLO, José Maria Campos; CASTRO, Dom Luís, pref. (1907) - *Lãs e lanifícios*. – Coimbra: França Amado. – 421 pp.
- MENDES, Américo Carvalho - *La forêt méditerranéenne et la trajectoire de la politique forestière portugaise au Portugal*. – Lisboa : 2000. – mimeo.
- MENDES, José Maria Amado (1984) - *A área económica de Coimbra. Estrutura e Desenvolvimento Industrial*. – Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro. – 562 pp.
- MENDES, José Maria Amado (1990) - “Bloqueio e Inovação no tecido industrial português em finais do século XIX - Acheegas para o seu estudo”, *Revista de História*, Porto, Vol. X, pp. 193-201.
- MENDES, José Maria Amado (1993^a) - *A História como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização*. - 3^a ed. – Coimbra: Coimbra Ed. - 220 pp.
- MENDES, José Maria Amado (1993^b) – “Etapas e limites da industrialização”, *História de Portugal: 5^o vol. O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, pp. 355-367.
- MENDES, José Maria Amado (1994) - *A História Económica e Social nos Últimos Vinte Anos: Principais Tendências e Metodologias*. – Coimbra. - Separata da “Revista Portuguesa de História (Tomo XXIX).
- MICHOTTE, F. (1923) - *Manuel de l'industrie du liège*.- Paris : Liv. Ballière et fil.

- MILLS, Wright C. (1957) - *La Élite del Poder*. – México: Fondo de Cultura Económica. - 378 pp. – Tradução castelhana de *The Power Elite* (Oxford, 1956).
- MILWARD, Alan S. ;SAUL, S. B. (1977) - *The Development of the Economies of Continental Europe (1850-1914)*. – Cambridge: Massachusetts Harvard University Press. – 555 pp.
- MIRANDA, Sacuntala de (1987) – “Crise económica, industrialização e autarcia na década de 30”, *O Estado Novo: das Origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, vol. I, Lisboa, Fragmentos, pp. 249-257.
- MIRANDA, Sacuntala de (1991) - *Portugal: O círculo vicioso da dependência (1890-1939)*. – Lisboa: Teorema. – 238 pp.
- MOKYR, JOEL (1990) - *The Lever of Riches. Technological Creativity and Economic Progress*. – Oxford: Oxford University Press. - 349 pp.
- MONSARAZ, Conde de; SARDINHA, António, pref. (1954) - *Musa Alentejana. Lira de Outono*. – Lisboa: Livraria Féria. – 240 pp.
- MONTEIRO, Ângelo (1963) - *Lanifícios de Portalegre. Do Passado ao Presente*. – Portalegre.
- MONTEPIO OPERÁRIO ARTÍSTICO PORTALEGRENSE (1894) – “Catálogo e relatórios da exposição industrial, agrícola e de belas artes do distrito de Portalegre, promovida pela direcção do montepio operário artístico portalegrense em 1892”, *Boletim da Propriedade Industrial. Apêndice ao Diário do Governo*, 5, 6 de Abril de 1894.
- MOORE JR., BARRINGTON (1975) - *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno (1967)*. – Lisboa: Cosmos. - 632 pp.
- MORAIS, Paulo de (1889) - *Inquérito Agrícola. Estudo Geral da Economia da 7ª Região Agronómica*. – Lisboa: Imprensa Nacional.
- MOREIRA, Vergílio (1963) - “Reformas Tributárias. Os Códigos da Contribuição Industrial e da Contribuição Predial e do Imposto sobre Indústria Agrícola.”, *Revista de Economia*, XV, FASC. IV, Dez.
- MORENO LAZARO, Javier (1994) – “Actividad económica y fe pública: los protocolos notariales como fuente de estudio del patriciado urbano en la Castilla de la Restauración”, P. Carasa Soto (ed.), *Elites. Prosopografía contemporánea*, Valladolid, Secretariado de Publicaciones, Universidad, parte I, cap. 4.
- MORENO LÁZARO, Javier (1998), “Las transformaciones tecnológicas de la industria harinera española, 1880-1913”, em Santiago Lopez García y Jesús Maria Valdaliso (eds.), *Que inventen ellos ? Tecnología, empresa y cambio económico en la España contemporánea*, Madrid, Alianza Universitaria, 1998, 213-248 pp.
- MOSS, M.; Slaven, A. (1998), org. - *Entrepreneurial networks and busines culture*. – Sevilla: Fundación Fomento de la Historia Económica. - 178 pp.
- MOURA, Francisco Pereira de (1956) - *Estagnação ou crescimento da economia portuguesa ?*. – Lisboa.

- NADAL, Jordi (1975) – *El fracaso de la Revolución industrial en España, 1814-1913*. - Barcelona: Editorial Ariel SA. – 314 pp.
- NADAL, Jordi (1992) – *Moler, tejer y fundir: estudios de historia industrial*. - Barcelona: Editorial Ariel SA. – 334 pp.
- NADAL, Jordi; CARRERAS, Albert (1990) - *Pautas Regionales de la Industrialización Española (siglos XIX y XX)*. – Barcelona: Ariel. - 419 pp.
- NADAL, Jordi; CARRERAS, Albert; SUDRIÁ, Carles (1994) – *La economía espanhola en el siglo XX: una perspectiva histórica*. – 5ª ed. – Barcelona: Editorial Ariel SA. – 379 pp.
- NATIVIDADE, J. Vieira (1950) – *Subericultura*.- Lisboa: Ministério da Economia.
- NEVES, Pedro (1995) – *A agricultura portuguesa no período entre as guerras. Uma valiação quantitativa*. – Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica. – Dissertação de mestrado (mimeo).
- NUNES, A. Sedas (1964) – “Portugal, sociedade dualista em evolução”, *Análise Social*, II, 7-8, pp.407-461.
- NUNES, A. Sedas; e outros (1964) – “Aspectos Sociais do Desenvolvimento Económico em Portugal”, *Análise Social*, II, 7-8 (2º semestre). - Lisboa: G.I.S.
- NUNES, Ana Bela (1989) - *População Activa e Actividade Económica em Portugal dos finais do Século XIX à actualidade: Uma contribuição para o estudo do crescimento económico português*. – Lisboa. - Dissertação de doutoramento (mimeo).
- NUNES, Ana Bela (1996) – *Control and Regulation in the Portuguese Economy (1945-1973)*, Lisboa: I.S.E.G. – Working Paper 2.
- NUNES, João Paulo Avelãs (1994) - «Inventores, Registos de Patentes e de Marcas e Arqueologia Industrial. Um exemplo concreto», *Revista Portuguesa de História*, XXIX, Coimbra, pp.181 e ss.
- NÚÑEZ, Clara E.; TORTELLA, Gabriel (1993), eds. - *La maldición divina: Ignorancia y atraso económico en perspectiva histórica*. – Madrid: Alianza Editorial.
- O'BRIEN, Patrick K.; QUINAULT, Roland (1993), eds. - *The Industrial Revolution and British society*. – Cambridge: University Press. - 287 pp.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim (1983) - *Alfaia Agrícola Portuguesa*. – 2ª edição.- Lisboa: I.N.I.C./Centro de Estudos de Etnologia.
- OLIVEIRA, Joaquim Morais (1998) – “A fábrica de lanifícios de Lordelo”, *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*, Porto, CLC-FLUP, pp.81-94.
- PAIS, José Machado; et al. (1978) - «Elementos para a história do fascismo nos campos: a “Campanha do Trigo”, 1928-38», *Análise Social*, XIV (54), - 2º
- PAIXÃO, Braga (1964) narração histórica e coord. de docs. - *Cem anos do Banco Nacional Ultramarino na vida portuguesa, 1864-1964*.- Lisboa: Banco Nacional Ultramarino.- 3 vols.
- PARETO, Vilfredo (1968) - *The Rise and Fall of Elites. An Application of Theoretical Sociology* (1901). – Tottowa: Bedminster Press. – 120 pp. (introd. Hans L. ZETTERBERG).

- PARREIRA, José Joaquim A. (1998) - "A industrialização da cortiça no Norte de Portugal: o caso das Fábricas Menéres", *A indústria portuense em perspectiva histórica*, Porto, CLC-FLUP, pp. 173-181.
- PARSONS, J.J. (1962) - "The cork oak forests and the evolution of the cork industry in southern Spain and Portugal", *Economic Geography*, 38 (July), 195-214.
- PAXTON, Robert O. (1997) - *French Peasant Fascism Henry Dorgère's Greenshirts and the Crises of French Agriculture, 1929-1939*. - Oxford: Oxford University Press. - 233 pp.
- PAYNE, P. L. (1988) - *British Entrepreneurship in the Nineteenth Century*. - 2^a ed. - Londres: MacMillan Education. - 93 pp.
- PEREIRA, A. Ramos (1953) - "A estrutura bancária portuguesa", *Revista de Economia*, VI, Dez. Fasc. IV.
- PEREIRA, Alvaro Ramos (1969) - *O sistema de crédito e a estrutura bancária em Portugal*. - Lisboa: Gabinete de Investigações Económicas.
- PEREIRA, José de Campos (1919) - *Portugal industrial. Características, números e comentários*. - Lisboa: Livraria Profissional.
- PEREIRA, José dos Campos (1915) - *A Propriedade Rústica em Portugal*. - Lisboa: Imprensa Nacional.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1979) - *Política e Economia: Portugal nos Séculos XIX e XX*. - Lisboa: Horizonte. - 152 pp.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983) - *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. - 2^a ed. - Lisboa: Sá da Costa.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1994) - *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. - Lisboa: Presença. - 267 pp.
- PEREIRA, Miriam Halpern (2001) - *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. - Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. - 222 pp.
- PEREIRA, R. Gonçalves (1918) - "Indústria mineira. A intervenção do Estado", *O Economista Português*, 2^a série, 1^o ano, n^o44, 1918, pp. 571-572.
- PERY, G. Augusto (1883-1886) - *Estatística agrícola do distrito de Beja (Concelhos de Beja, Cuba, Alvito et Vidigueira)*. - Lisboa. - 4 vols.
- PICÃO, José da Silva (1983) - *Através dos Campos: Usos e costumes agrícola-alentejanos (Concelho de Elvas) (1903)*. - 3^a ed. - Lisboa: Dom Quixote. - 425 pp.
- PIGUET, François (1998) - « Non-réforme agraire et modèle de développement au Brésil », *Tradition et Modernisation des Économies Rurales: Asie - Afrique - Amérique Latine*, dir. Jean-Luc MAURER e Claude AUROI, Paris, P.U.F., pp. 311-331.
- PINHO, Virgílio Bugalho (1902) - *Dalgumas questões relativas às Associações Vinícolas de Produção. Dissertação inaugural apresentada ao Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária*. - Évora: Tip. Eborense.

- PINTO, Armando Sevinate; AVILLES, Francisco; ALBUQUERQUE, Luís; GOMES, Luís Frazão (1984) - *A agricultura portuguesa no período 1950-1980*. – Lisboa: Imprensa Nacional. – 70 pp.
- PIRES JIMENEZ, Luís Eduardo (2002) - “A Política Industrial de Portugal e Espanha durante o século 20. Divergências com a Europa”, *Revista de História Económica e Social*, 3, 2ª série, 1º semestre, pp. 15-66.
- PI-SUNYER, Oriol (1974) – “Elites and Noncorporate groups in the European Mediterranean :a Reconsideration of the Catalan Case”, *Comparative Studies in Societies and History*, 16, 1, pp. 117-129.
- POHL, Manfred, ed. (1994) - *Handbook on the History of the History of European Banks*. – Aldershot: Edward Elgar. – 1.272 pp.
- POISSON, Jean-Paul (1973) – « De quelques nouvelles utilisations des sources notariales en histoire économique (Xlle-XX siècle)», *Revue Historique*, 505, pp. 5-22.
- POLLARD, Sidney (1980) - *Region und Industrialisierung. Studien zur Rolle der Region in der Wirtschaftsgeschichte der letzten zwei Jaharhunderte*. – Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht. - 293 pp.
- POLLARD, Sidney (1991) – “Regional Markets and National development”, Maxine Berg (ed.), *Markets and Manufacture in Early Industrial Europe*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 29-56.
- POLLARD, Sidney (1995) - *Peaceful Conquest: The Industrialization of Europe 1760-1970*. – 5ª ed. – Oxford: Oxford University Press. - 434
- PORTAS, Carlos Martins (1967) – “A situação económica do Alentejo e o desenvolvimento regional”, *Estudos Eborenses*. – Évora: I.E.S.E., pp. 51-74.
- PORTUGAL. FEDERAÇÃO AGRÍCOLA DO DISTRITO DE ÉVORA (1893) - *Relatório da Direcção*. - Évora: Minerva Eborensis.
- PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1953) - *Classificação internacional tipo, por actividades, de todos os ramos da actividade económica*. – Lisboa: INE.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Subsecretariado de Estado da Agricultura. Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas (1948) – *Notas sobre a sua actividade nos anos de 1943 a 1946*. – Lisboa.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA. DIRECÇÃO GERAL DA ESTATÍSTICA E DOS PRÓPRIOS NACIONAIS. 1ª Repartição (1895-1902/3) - *Estatística das Contribuições directas. Liquidação e cobrança de impostos*. - 5 vols.– Lisboa.
- PORTUGAL. Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2001) – *Instrumentos de Pesquisa para a História dos Organismos Responsáveis pela Política Cerealífera em Portugal no Século XX*. – Lisboa: M.A.D.R.P. – 332 pp.
- PREGO, João da Motta (1902) - *Adubos e Terras*. – Lisboa: Livraria Ferin. - 465 pp.
- PROSTES, Pedro (s.d.) - *Indústria alimentar*. – 2ª ed. - Lisboa: Aillaud e Bertrand. - 180 pp.

- QUADROS, Elias Jesus (1973) – *Atitude de Évora frente à Industrialização do Alentejo: resultados duma sondagem.* – Évora: I.S.E.S.E. – separata da *Economia e Sociologia*.
- RAMALHO, Maria José Santos; PINHEIRO, António Cipriano Afonso (1999) – “Identificação de algumas variáveis que influenciam quantitativa e qualitativamente a produção de cortiça”, *Economia e Sociologia*, 67, Évora: 181-206.
- RAMOS, Rui (1994) – *História de Portugal. 6º vol. A Segunda Fundação (1890-1926).* – Lisboa: Círculo de Leitores. – 682 pp.
- RAPOSO, José Hipólito [1977] – *Alentejo: Dos princípios à chamada reforma agrária.* – Lisboa: O Século. – 407 pp.
- RAPOSO, José Rebelo (1962) - *Amargas Verdades Agrárias.* – Lisboa: [ed. do autor]. – 88 pp.
- RAVEN, James (1989) – “British History and Enterprise Culture”, *Past & Present*, 123 (Maio), pp.178-204.
- REBELO, José Pequito (1979) - *As falsas ideias claras em Economia Agrária (1926). Conferência realizada no salão nobre da Liga Naval, em 5 de Abril de 1925.* – 3ª ed. – Lisboa: Ed. do autor. - 47 pp.
- REES, Tim (1991) – “Agrarian power and crises in southern Spain: the province of Badajoz, 1875-1936”, GIBSON, Ralph; MARTIN BLINKHORN (eds.), *Landownership and Power in Modern Europe*, Londres, HarperCollins, pp.235-253.
- REGO, Rogério F. (1963) – *Federação Nacional dos Produtores de Trigo 1933-1963: Subsídios para o seu historial.* - Lisboa.
- REIS, Jaime (1995) – “Portuguese Banking in the Inter-War Period”, Charles H. Feinstein (1995), ed., *Banking, Currency and Finance in Europe Between the Wars*, Oxford, Clarendon Press, 1995, pp. 472-502.
- REIS, Jaime (1996) – *O Banco de Portugal. Das Origens a 1914. I volume. Antecedentes. Fundação. Consolidação. 1821-1857.* – Lisboa: Banco de Portugal. – 430 pp.
- REIS, Jaime (2002) – “Bank structures, Gerschenkron and Portugal (pre-1914)”, Douglas J. Forsyth e Daniel Verdier (2002), ed., *The Origins of National Financial Systems: Alexander Gershenkron considered*, Londres e Nova Iorque, Routledge, cap. 10, pp. 182-204.
- REIS, Jaime Brown (1979) - «Lei da fome: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)», *Análise Social*, vol- XV nº 60, , p.766-
- REIS, Jaime Brown (1982) - «Latifúndio e Progresso Técnico no Alentejo. A difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930», *Análise Social*, Lisboa, No 71, 371-431
- REIS, Jaime Brown (1987) - «A Industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal-1870-1913», *Análise Social*- 3ª série- XXIII- 2º-207-228
- REIS, Jaime Brown (1993) - *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica. Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1930).*- Lisboa: Imprensa Nacional.- 253 pp.

- REIS, Maria da Conceição (2002) - *O Monte Alentejano: A transformação no século XX. O caso da Amoreira de Cima*.- Lisboa: Associação de Estudos Rurais, U.N.L. - 182 p., il.
- RIBEIRO, J.M. Félix FERNANDES, Lino; RAMOS, Maria Manuel Carreira (1987) – “Grande Indústria - banca e grupos financeiros (1953-73)”, *Análise Social*- 3ª série- XXIII- - 5º- pp.945-1018.
- RIDINGS, Eugene (2001) - “Chambers of Commerce and Business Elites in Great Britain and Brazil in the Nineteenth Century: Some Comparisons”, *Business History Review*, 75, 4, pp. 739-773.
- ROCHA, Albino Vieira da (1913) - *Situação económica de Portugal: a alta de preços*. – Coimbra: França & Arménio. – 201 pp.
- ROCHA, Albino Vieira da (1921) - *Le Portugal au Travail*. – Paris : Pierre Roger et C.ie. – 318 pp.
- ROCHA, Maria Manuela (1994) - *Propriedade e Níveis de Riqueza: Formas de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX*. – Lisboa: Cosmos. – 233 pp.
- ROCHA, Maria Manuela (2001) – “«Entre nós basta a palavra»: as práticas informais de crédito na investigação histórica”, *Ler História*, 41, pp. 161-182.
- RODRIGUES, António Lopes (1943) – “Subsídios para a história da iluminação pública em Évora, *A Cidade de Évora*, ano I, 3 (Junho).
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1994) – “A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888-1891”, *Estudos Aveirenses*, 2, Aveiro, pp. 165-198.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1996) – “Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923”, *Análise Social*, 136-137, Lisboa, pp. 631-682.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José M. Amado (1999) – *História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*. – Mem Martins: A.I.P.; Europa - América. – 465 pp.
- ROLDÁN, Manoel (1908) – “Jazigos de Minérios”, *Notas sobre Portugal*, vol. I, Lisboa Imprensa Nacional, pp.227-224.
- ROQUE, João Lourenço (2001) – “O «Mundo do Trabalho» e o associativismo em Coimbra no século XIX (1850-1870)”, *Ler História*, 183-227.
- ROSA, Luigi (1982) – “Economics and Nationalism in Italy (1861-1914)”, *Journal of European Economic History*, 11, 3.
- ROSAS, Fernando (1986) - *O Estado Novo nos Anos Trinta: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*. – Lisboa: Estampa.- 311 pp.
- ROSAS, Fernando (1990) - *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945): Estudo do Impacte da II Guerra Mundial na Economia e Sociedade Portuguesas (1939-1945)*. – Lisboa: Estampa. – 434 pp.
- ROSAS, Fernando, coord. (1994) - *O Estado Novo*. – Lisboa: Estampa. – 7º volume da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso.
- ROSSI-DORIA, Manlio (1948) - *Riforma agraria e azione meridionalista*.- Bologna: Edizione Agricole.

- ROTHENBERG, Winifred B. (1998) - "Mortgage Credit: a proto-capital market in the Early Stages of Economic Development: Massachusetts, 1642-1770", F. Galassi, K. Kauffman e J. Liebowitz, *Land, labour and tenure: the industrial arrangements of conflict and cooperation in comparative perspective*, Sevilha, Fundación Fomento de la Historia Economica, pp.41-51.
- RUBINSTEIN, W.D. (1986) - «Education and the Social Origins of British Elites, 1880-1970», *Past & Present*, 112, 163-207
- SANDBERG, Lars G. (1992) - "Ignorance, Poverty and Economic Backwardness in the Early Stages of European Industrialization: Variations on Alexander Gerschenkron's Grand Theme" *Journal of European Economic History*, 11, pp. 675-698.
- SANTOS, Pedro Ferreira dos (1904) - *Guia pratico das associações agrícolas em Portugal*. - Lisboa: Biblioteca da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa. - com uma carta pref. de D. Luiz de Castro.
- SANTOS, Rui (1993) - "Senhores da Terra, Senhores da Vila: Elites e Poderes Locais em Mértola no Século XVIII", *Análise Social*, n.º 121, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, , pp. 345-370.
- SARAIVA, José Hermano (1992) - *A Companhia de Seguros Bonança. Notícia Histórica*. - 2ª ed. - Lisboa: Bonança.
- SCHMITTER, Philippe (1999) - *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. - Lisboa.
- SCHNEIDER, Peter (1972) et al. - "Modernization and development: the role of regional elites and non corporate groups in the European Mediterranean", *Comparative Studies in Societies and History*, Vol. 14, nº 3, pp. 328-350.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1996) - *Ensaio. Empresários, inovação, ciclos de negócio e evolução do capitalismo*. - Oeiras: Celta Editora.
- SCHWARTZMAN, Kathleen (1985) - "The post-war democratic Economy of Portugal", *Conflitos e Mudanças em Portugal, 1974-1984*, ed. org. Eduardo de Sousa Ferreira e Walter C. Opello Jr., Lisboa, Teorema, pp.41-57.
- SCHWARTZMAN, Kathleen (1989) - *The Social Origins of Democratic Collapse: The first portuguese republic in the global economy*. - Kansas: University Press. - 214 pp.
- SCOTT, John (1982) - *The Upper Classes Property and Privilege in Britain*. - Londres.
- SEABRA, António Luiz de (1937) - *Fomento Pecuário*.- Lisboa: Repartição de Estudos. Informação e propaganda. - 62 pp.
- SERRA, João (1991) - 'Os estudos sobre o Século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-Guerra' *Penélope*, N.º 5, Lisboa, , pp. 111-150.
- SERVIÇO DE FOMENTO MINEIRO (1990) - "Contribuição para a História do Serviço de Fomento Mineiro (1939-1989)", *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, Porto. - número especial.

- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo ; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; HEISEL, Karl (1988), “El Latifundismo Andaluz en el pensamiento social agrario: de la revolución burguesa al Regeneracionismo”, *As Regiões do Latifúndio Ibérico em Perspectiva Histórica (Actas do I Colóquio)*. – Lisboa: Instituto Superior Económico de Évora.
- SILBERT, Albert (1978) - *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l’Ancien Regime. XVIII.e - Début du XIX.e Siècle : Contribution à l’histoire agraire comparée.*- 2^a ed. – Lisboa: I.N.I.C. – 3 vols.
- SILVA, J. Esteves da (1965) – *Algumas questões de interesse geral para a reorganização da indústria corticeira: relatório.* – [Lisboa]: Comissão de Estudo da Reorganização das Actividades Corticeiras. - 20 pp.
- SILVA, J. M. Amado da Silva (1991) - *Economia Industrial e Excesso de Capacidade.* - Lisboa: Instituto Novas Profissões.
- SILVA, J. M. Leal da (1996) - “À laia dum esboço histórico sobre a utilização industrial contemporânea das pirites do Alentejo”, *Mineração no Baixo Alentejo I*, Castro Verde, Câmara Municipal, pp. 231-252.
- SILVA, Jacinto Vidigal da (1999) - “Estratégias óptimas de crescimento de empresas do sector dos mármore da região de Évora”, *Economia e Sociologia*, 67, Évora, 159-179.
- SILVA, Luís Rebelo da (1917) - *A Questão das Adubações.* – 2^a ed. - Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (1997) - *Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal.* – Cascais: Patrimonia Historica. - 161 pp.
- SIMPSON, James (1995) - *Spanish agriculture: the long Siesta.*- Cambridge: Cambridge University Press. - 316 pp.
- SKOCPOL, Theda (1991) – “Temas emergentes y estrategias recurrentes en sociología histórica”, *Historia Social*, 10, pp. 101-134.
- SOARES, José António d’ Oliveira; NETTO, Carlos Amaral; MEXIA, Joaquim Nunes (1912) - *Produção e Indústria Corticeira.* - Lisboa. – 134 pp.
- SOARES, José de Oliveira (1923) – “A influência da moeda fiduciária circulante na economia nacional”, *Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal, Teses e Actas*, Lisboa, pp.51-60.
- SOARES, Manuel Lourenço (1968) – “Évora, Terra do passado virada ao futuro... para a sua industrialização”, *Notícias de Évora*, 16 e 28/08, 27/09 e 5/11/1968.
- SODERBERG, Johan (1985) – “Regional Economic Disparity and Dynamics, 1840-1914: a Comparison between France, Great Britain, Prussia, and Sweden”, *Journal of European Economic History*, 14,2, (273-296)
- SOUSA, Albano de (1932), “As possibilidades económicas do Alentejo”, *Indústria Portuguesa*, ano 5, 54, Agosto, pp.29-38.
- SOUSA, Albano de (1933) - *Estudo sobre o problema dos trigos em Portugal.* – Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial. - 196 pp.

- SOUSA, Carlos Hermenegildo de [1942] - *Tratado de Economia Corporativa. Teoria Geral da Economia.* – Lisboa: Portugália.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes (1995) - *Aliança UAP. Uma História de Seguros.* – Porto: Aliança UAP.
- SOUSA, Francisco de Almeida e (1998) – “Subsídios para a história da electrificação portuguesa”, *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*, Porto: CLC-FLUP, pp.141-164.
- SOUSA, João Manuel Santana de (1993) - *História da Primeira Adega Social Portuguesa: Viana do Alentejo, 1893-1906.* - Viana do Alentejo: Câmara Municipal. – 134 pp.
- SOUSA, José de Saldanha Oliveira e (1886) - *Algumas Considerações sobre a Crise Agrícola em Portugal. 1ª parte.* – Lisboa: Tip. Eduardo Rosa. – 74 pp.
- SOUSA, Leogivildo Queimado de (1948) – *A Situação Actual da Lavoura Alentejana.* – Lisboa.
- SOUSA, Leogivildo Queimado Franco de (1948) - *A Situação Actual da Lavoura Alentejana.* – Lisboa.
- SPRING, David (1977), ed. - *European Landed Elites in the Nineteenth century.* – Baltimore: The Johns Hopkins UP. - 147 pp.
- STANWORTH, Philip; GIDDENS, Anthony (1974), ed.s - *Elites and Power in British Society.* – Cambridge.
- SULEIMAN, Ezra N. (1978) - *Les Élités en France : Grands Corps et Grandes Écoles.* – Paris : Ed. Du Seuil. – 282 pp. ; trad. francesa de *Elites in French Society: the politics of survival* (1977).
- SULEIMAN, Ezra; MENDRAS, Henri (1997) - *Le recrutement des élites en Europe.* – Paris : Editions La Découverte . – 264 pp.
- SYLLA, Richard; TONIOLO, Gianni (1991), ed. - *Patterns of European Industrialization: The nineteenth century.* – Londres: Routledge. - 269 pp.
- TEICH, Mikulás; PORTER, Roy (1996), eds. - *The Industrial Revolution in National Context Europe and the USA.* - Nova Iorque: Cambridge University Press. - 413 pp.
- TEICHOVA, Alice; HENTENRYK, G. Kurgan-van; ZIEGLER, Dieter, ed. (1997) - *Banking, Trade and Industry: Europe, America and Asia from the thirteenth to the twentieth century.* – Cambridge: University Press. - 413 pp.
- TELO , António José (1980) - *Decadência e Queda da I República Portuguesa.* - 1º volume – Lisboa: A Regra do Jogo.- 379 pp.
- TORGAL, Luis Reis; Mendes, José Maria Amado; E Catroga, Fernando (1996) - *História da História em Portugal, Séculos XIX-XX.* – Lisboa: Círculo dos Leitores.
- TORTELLA, Gabriel (1994) - *El desarrollo de la España contemporánea: Historia económica de los siglos XIX y XX.* – Madrid: Alianza. – 429 pp.
- TREBILCOCK, Clive (1981) - *The Industrialization of the Continental Powers. 1780-1914.* - Londres e Nova Iorque: Longman. – 453 pp.
- TRINDADE, Carla (1996) - *Elites Locais e Eleições no Concelho de Moura (1860-1910).* – Évora: Universidade de Évora. - Tese de Mestrado.

- VALÉRIO, Nuno, coordenação (2001) – *Estatísticas Históricas Portuguesas*. – 2 vols. – Lisboa: I.N.E.
- VENTURA,, António (1982): “A Fundação da Associação Comercial e Industrial de Portalegre”, *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, N.º 5, pp. 36-38.
- VERLEY, Patrick (1994) - *Entreprises et entrepreneurs de XVIIIe siècle au debut du Xxe siècle*. – Paris: Hachette. - 232 pp.
- VICENTE, Pedro Pinto (1957) – “A indústria de aglomerados e granulados”, *II Congresso da Indústria Portuguesa*, Lisboa.
- VILAR, Pierre (1960) - *Croissance économique et analyse historique*. - Paris-La Haya : Mouton.
- VILLACORTA, Francisco (1980) - *Burguesia y cultura. Los intelectuales españoles en la sociedad liberal, 1808-1931*. – Madrid: Siglo XXI.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1990) - *O Sistema Mundial Moderno*. – Porto: Afrontamento. – 2 vols.
- ZAMAGNI, Vera (1993) - *The Economic History of Italy 1860-1990*. – Oxford: Clarendon Press. - 413 pp.
- ZANDEN, Jan L. van (1998) - *The Economic History of the Netherlands 1914-1995: A small open economy in the 'long' twentieth century*. - Londres e Nova Iorque: Routledge. – 200 pp.
- ZAPATA BLANCO, Santiago (1986) – “El alcornoque y el corcho en España, 1850-1935”, *História Agrária de la España Contemporánea. 3. El fin da la agricultura tradicional (1900-1960)*. – Barcelona: Crítica, pp. 230-279.
- ZAPATA BLANCO, Santiago (1996) – “Corcho extremeño y andaluz, tapones gerundenses”, *Revista de História Industrial*, 10, 37-68.

Índice de tabelas

Tabela 1.1 Repartição dos maiores contribuintes no concelho de Évora (imposto predial) por classes de rendimento, em 1890.....	26
Tabela 1.2. Número de contribuintes, propriedades e rendimento predial colectável distribuídos pelos apelidos dos maiores contribuintes, no concelho de Évora em 1890.....	27
Tabela 1.3. Distribuição dos maiores contribuintes prediais em Évora pelos seus atributos sociais, em 1890.	28
Tabela 1.4. Local de residência dos maiores contribuintes prediais de Évora, em 1890.	29
Tabela 1.5. Correlação entre a contribuição predial, industrial, sumptuária e juros na elite eborense (1901 e 1904).....	32
Tabela 1.6. Distribuição por grupos socioprofissionais do valor pago nas várias contribuições pelos eleitores recenseados em Évora e Beja (1901 e 1904).	33
Tabela 1.7. Lista dos eleitores maiores contribuintes industriais residentes em Évora..	34
Tabela 1.8. Artesãos e trabalhadores de ofício (sector I) no concelho de Évora em 1877	39
Tabela 1.9 . Artesãos e trabalhadores de ofício (sector II) no concelho de Évora em 1877	39
Tabela 1.10. Fábricas e fabricantes (sector III), em Évora (1877)	40
Tabela 1.11. Azenhas, moinhos, lagares, açougues e categorias socioprofissionais associadas em Évora em 1877.....	43
Tabela 1.12. Comércio por especialidades em Évora em 1877.	43
Tabela 1.13. Distribuição dos contribuintes industriais em Évora em 1877 pelos principais sectores do comércio e indústria.	44
Tabela 1.14. Grupos que mais pagavam contribuição industrial em Évora em 1877.....	45
Tabela 1.15. Tipos de empresas proprietárias de geradores e recipientes a vapor nos distritos de Évora e de Beja, 1901-1903.	48
Tabela 1.16. Aplicações em trabalho de geradores, recipientes e motores a vapor nos distritos de Évora e de Beja, 1903-1904.....	48

Tabela 1.17. Sociedades constituídas em Évora para a venda de cereais, 1889-1927.....	50
Tabela 2.1. Distribuição do número de associações registadas em Évora de acordo com o seu tipo (1889-1960).....	65
Tabela 2.2. Distribuição do capital das associações registadas em Évora de acordo com o seu tipo (1889-1960).....	69
Tabela 2.3. Distribuição das sociedades registadas em Évora segundo o volume do capital social declarado (1889-1960).....	70
Tabela 2.4. Novas sociedades registadas, capital investido, sociedades canceladas ou dissolvidas e falências registadas em Évora (1889-1960)	73
Tabela 2.5. Sociedades registadas em actividades industriais na área da 4ª Circunscrição Industrial, em Évora e total de registos industriais (1922-1951).....	79
Tabela 2.6. Maiores empresas industriais registadas em Évora, 1922-1951	79
Tabela 2.7. Sociedades em comandita simples e por acções registadas em Évora (1889-1960).....	82
Tabela 2.8. Número de sociedades registadas em Évora distribuído por áreas de negócio (1889-1960)	88
Tabela 2.9. Capital investido nas sociedades registadas em Évora, distribuído por áreas de negócio (1889-1960).....	89
Tabela 2.10. Participação das elites eborenses em sociedades comerciais e industriais (1890-1960).....	96
Tabela 3.1. Estabelecimentos industriais registados nos distritos de Évora e de Beja (1902-1903)	120
Tabela 3.2. Variação anual da actividade de registo na área da 4ª CI e processos transitados para o Ministério da Agricultura (1922-1951).	136
Tabela 3.3. Número de estabelecimentos ou de actividades registadas e número de trabalhadores segundo a data de início da actividade estimada na área da 4ª CI.	140
Tabela 3.4. Principais actividades registadas na área da 4ª CI pelo R.T.N. (1922-1951).....	141
Tabela 3.5. Distribuição das actividades registadas na 4ª CI pelo volume de emprego declarado, segundo as datas de início de laboração estimadas em diferentes épocas	143

Tabela 3.6. Distribuição das actividades registadas na 4ª CI pelo volume de emprego declarado, segundo as datas de início de laboração estimadas em diferentes épocas (valores relativos).....	143
Tabela 3.7. Número de actividades registadas na 4ª CI, volume de emprego e dimensão média segundo a duração da actividade	146
Tabela 3.8. Maiores empresas no Alentejo em 1925.....	152
Tabela 3.9. Produções das minas da faixa piritosa alentejana e seu destino, 1938.....	157
Tabela 3.10. Companhia Elvense de Moagens a Vapor. Lista dos maiores accionistas (1924).....	178
Tabela 3.11. Metalúrgica do Crato, L.da. Indicadores de evolução na década de 1950. .	182
Tabela 3.12. As fábricas de lanifícios de Portalegre em 1881 e em 1923	190
Tabela 3.13. Fábrica de Lanifícios de Portalegre. Encomendas do Estado, 1941-1962 ..	193
Tabela 3.14. Indústrias têxteis no Alentejo em 1957	195
Tabela 4.1. Número de estabelecimentos e de trabalhadores registados na área da 4ª C.I. e directamente associados à Casa Agrícola alentejana (1922-1952).....	204
Tabela 4.2. Estabelecimentos registados de dimensão intermédia na 4ª C.I.....	209
Tabela 4.3. Dimensão dos estabelecimentos corticeiros na área da 4ª C.I. registados entre 1922 e 1952.	211
Tabela 4.4. Número de estabelecimentos corticeiros e de trabalhadores na área da 4ª CI em 1890 e 1923.....	212
Tabela 4.5. Inventário orfanológico de António Pais, industrial corticeiro da Azaruja, em 1899.....	213
Tabela 4.6. Fábrica de preparação de cortiça de Pepe da Cruz Duque (Azaruja): situação em 1949 e em 1956.	215
Tabela 4.7. Fábrica de preparação e fabrico de rolhas de José Lopes dos Santos (Vendas Novas): situação em 1923, 1938 e 1942.....	216
Tabela 4.8. Dispersão geográfica das actividades da fileira do pão na 4ª C.I.....	224
Tabela 4.9. Lagares de azeite existentes no concelho de Aljustrel (distrito de Beja) em 24.Set.1935.	237

Tabela 4.10. Distribuição geográfica das indústrias alimentares registadas na área da 4ª CI (1922-1952) *	249
Tabela 4.11. Distribuição geográfica das indústrias de bebidas registadas na área da 4ª CI (1922-1952).	252
Tabela 4.12. Distribuição geográfica das indústrias têxteis e anexas registadas na área da 4ª CI (1922-1952).	266
Tabela 4.13. Indústria de fiação e tecelagem da lã no Alentejo em 1890 e em 1957.	267
Tabela 4.14. Distribuição geográfica das indústrias de curtumes, de correeiro e de albardeiro registadas na área da 4ª CI (1922-1952).	268
Tabela 4.15. Distribuição por concelhos e sub-regiões dos estabelecimentos e emprego nas indústrias de curtumes no Alentejo em 1890 e em 1957.	273
Tabela 4.16. Distribuição geográfica das indústrias de vestuário e calçado registadas na área da 4ª CI (1922-1952).	276
Tabela 4.17. Duração dos estabelecimentos de alfaiataria registados na área da 4ª CI entre 1922 e 1952.	278
Tabela 4.18. Duração dos estabelecimentos de sapataria e fabrico de calçado registados na área da 4ª CI entre 1922 e 1952.	280
Tabela 4.19. Distribuição geográfica das indústrias da madeira registadas na área da 4ª CI (1922-1952)	281
Tabela 4.20. Duração da actividade das oficinas de carpintaria registadas entre 1922 e 1952 na área da 4ª CI.	284
Tabela 4.21. Distribuição geográfica das indústrias da construção registadas na área da 4ª CI (1922-1952).	285
Tabela 4.22. Duração dos estabelecimentos de olaria e de fabrico de loiça registados entre 1922 e 1952 na área da 4ª CI.	301
Tabela 4.23. Distribuição geográfica das indústrias dos metais registadas na área da 4ª CI (1922-1952) *	303
Tabela 4.24. Distribuição geográfica das indústrias dos transportes registadas na área da 4ª CI (1922-1952).	312
Tabela 5.1. Trigos entrados na fábrica da Elvense entre Abril de 1917 e Fevereiro de 1918.	336

Tabela 5.2. Produtos da Elvense em armazém (1917-1918).....	336
Tabela 5.3. Activos da “secção eléctrica” da Elvense, 1913-1932.	339
Tabela 5.4. Receitas com a produção de electricidade e moagem de cereais, despesas de combustível e lucros.....	339
Tabela 5.5. Hidroeléctrica Alto Alentejo: estrutura da produção e consumo de energia para venda, 1952-1953.	350
Tabela 5.6. Energia emitida e vendida pela Hidroeléctrica Alto Alentejo	350
Tabela 5.7. União Fabril do Azoto: produção de sulfato de amónio, cota de mercado e resultados financeiros (1952-1962).	353
Tabela 6.1. Número de indivíduos designados como “industriais” nos recenseamentos eleitorais no concelho de Évora, 1911-1939.....	360
Tabela 6.2. Distribuição dos eleitores que pagavam mais de 10 mil réis de contribuição por grupos socioprofissionais nos concelhos de Évora e de Reguengos (1901-1906).	364
Tabela 6.3. Valor mínimo e máximo de imposto pago por cada categoria de identificação social dos indivíduos eleitores utilizada em Évora e em Reguengos em 1901-1906.	364
Tabela 6.4. Eleitores contribuintes que pagavam mais de 100 mil réis de imposto em Évora e Reguengos, por categorias de identificação social (1901-1906)	369
Tabela 6.5. Distribuição etária dos eleitores que pagavam mais de 10 mil réis (A) e mais de 100 mil réis (B) de imposto em Évora e em Reguengos (1901-1906).....	370
Tabela 6.6. Participação de grupos socioprofissionais nas actividades registadas no RTN (1922-1935).....	375
Tabela 6.7. Casos de mobilidade iniciada pela identificação social dos indivíduos registados em Évora no âmbito do RTN.	377
Tabela 6.8. Número de novos industriais sem qualquer passado e de pessoas que passaram a identificar-se como industriais em diferentes épocas.	379
Tabela 6.9. Distribuição etária dos industriais de Évora em 1930 e em 1939	380
Tabela 6.10. Origem socioprofissional dos industriais identificados nos recenseamentos eleitorais em Évora, 1890-1939.	381
Tabela 6.11. Engenheiros nos recenseamentos eleitorais em Évora (1919-1939).....	383

Tabela 7.1. Número médio anual de actos notariais por categoria (1880-1922).....	413
Tabela 7.2. Valor dos actos notariais em quatro categorias (média anual).....	417
Tabela 7.3. Média anual do número de actos notariais relativos empréstimos, dívidas contraídas e sua resolução em Évora no período 1880-1906 e em 1921.....	419
Tabela 7.4. Média anual do valor dos actos notariais relativos empréstimos, dívidas contraídas e sua resolução em Évora no período 1880-1906 e em 1921.....	419
Tabela 7.5. Número de actos de empréstimos e seu valor distribuídos por grupos sociais. Devedores e credores. (1880-1906).....	424
Tabela 7.6 Número de actos de empréstimos e seu valor. Devedores e credores (1921)	425
Tabela 7.7. Banco do Alentejo: número de acções e de accionistas (1907-1942).....	438
Tabela 7.8. Taxas municipais aplicadas sobre géneros pela Câmara Municipal de Évora e proposta do comércio	464
Tabela 7.9. Caixa de Crédito Agrícola Eborense: empréstimos realizados e contraídos (1915-1922).	491

Índice de figuras

Figura 2.1. Número de novas sociedades criadas, falências e dissoluções e volume de capital investido em Évora (1889-1960).	76
Figura 3.1. Variação mensal do número de actividades industriais registado na área da 4ª CI (1922-1952)	135
Figura 3.2.(II) Distribuição do número de registos industriais e do emprego industrial aparente pela data de fundação dos estabelecimentos (1922-1951).	139
Figura 3.3. Duração das actividades e do emprego registados na 4ª CI	144
Figura 3.4. Evolução do número de cancelamentos de licenças industriais e do volume emprego eliminado na 4ª CI, nas actividades registadas no período 1921-1951	147
Figura 3.5. Saldo líquido de actividades licenciadas e do emprego industrial nos registos efectuados na 4ª CI no período 1921-1952.....	149
Figura 3.6. Valor acumulado das actividades licenciadas e do emprego industrial	149
Figura 3.7. Minas de Aljustrel e São Domingos. Organograma da organização do trabalho.....	159
Figura 3.8. Francisco Fino Lda. (Fábrica de Lanifícios de Portalegre). Projecto de ampliação e remodelação nos anos '50.	187
Figura 4.1. Número de estabelecimentos registados para o exercício da indústria corticeira (preparação e transformação) entre 1922 e 1952 na 4ª CI.....	219
Figura 4.2. Movimento industrial aparente no sub-sector corticeiro na área da 4ª CI: oferta de emprego e criação de novos estabelecimentos (1895-1952).....	220
Figura 4.3. Movimento de actividades canceladas na indústria corticeira registadas na 4ª C.I. entre 1922 e 1952.....	221
Figura 4.4. (I) Empresas de debulha de cereais registadas na 4ª C.I. (1922-1939).	225
Figura 4.5. Moinhos de vento registados na área da 4ª CI (1922-1934).....	227
Figura 4.6. Azenhas registadas na área da 4ª CI (1922-1939).....	228
Figura 4.7. Moagens de cereais (fábricas) registadas na área da 4ª CI (1922-1939): número de registos e emprego.....	228

Figura 4.8. Fornos de coser pão registados na área da 4ª CI (1922-1936).....	234
Figura 4.9. Padarias com forno registadas entre 1922 e 1936 segundo a data de fundação	235
Figura 4.10. Padarias registadas entre 1922 e 1936 segundo a data de fundação	235
Figura 4.11. Registos de fábricas e de lagares de azeite na 4ª CI (1922-1939) de acordo com a sua data de fundação.	247
Figura 4.12. Registo de fabricantes de vinhos e aguardentes na área da 4ª CI segundo a data de fundação (1922-1952)	254
Figura 4.13. Registo de fabricantes de refrigerantes na área da 4ª CI segundo a data de fundação (1922-1952)	255
Figura 4.14. Cancelamento da actividade de fabricantes de refrigerantes na área da 4ª CI e registada no período 1922-1952.	255
Figura 4.15. Registo da actividade de torrefacção e moagem de café na área da 4ª CI no período 1922-1952.....	260
Figura 4.16. Cancelamento da actividade de torrefacção e moagem de café na área da 4ª CI registada no período 1922-1952.	261
Figura 4.17. Distribuição geográfica da actividade de torrefacção e moagem de café na área da 4ª CI registada no período 1922-1952.....	261
Figura 4.18. Evolução da fundação de estabelecimentos de curtumes registados entre 1922 e 1951 na área da 4ª CI.....	269
Figura 4.19. Evolução dos cancelamentos da actividade de curtumes registada entre 1922 e 1951 na área da 4ª CI.....	269
Figura 4.20. Registo de estabelecimentos de correeiro na 4ª CI no período 1922-1952 por data de fundação declarada.	274
Figura 4.21. Cancelamentos da actividade de correeiro nos estabelecimentos registados na 4ª CI no período 1922-1952.....	274
Figura 4.22. Registo de alfaiatarias na 4ª CI no período 1922-1952 por data de fundação declarada.....	277
Figura 4.23. Cancelamento da actividade de alfaiate registada na 4ª CI no período 1922- 1952.....	277

Figura 4.24. Distribuição dos estabelecimentos de sapataria e de fabrico de calçado na área da 4ª CI registados entre 1922 e 1952 por data de fundação.	279
Figura 4.25. Cancelamentos da actividade de sapataria e de fabrico de calçado na área da 4ª CI registados entre 1922 e 1952.	280
Figura 4.26. Registos da actividade de carpintaria na área da 4ª CI registados entre 1922 e 1952 por data de fundação.	283
Figura 4.27. Cancelamentos da actividade de carpintaria na área da 4ª CI registada entre 1922 e 1952.	284
Figura 4.28. Registos de fábricas de telha e de tijolo na área da 4ª CI registados entre 1922 e 1952 por data de fundação.	291
Figura 4.29. Cancelamentos da actividade de fabrico de telha e tijolo na área da 4ª CI registada entre 1922 e 1952.	292
Figura 4.30. Registos de fornos de cal na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.	293
Figura 4.31. Cancelamentos da actividade de forno de cal na área da 4ª CI registada entre 1922 e 1952.	293
Figura 4.32. Registos das oficinas de canteiro na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.	296
Figura 4.33. Cancelamentos das actividades de canteiro na área da 4ª CI registadas entre 1922 e 1952.	297
Figura 4.34. Registos de fabrico de loiça de barro na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.	299
Figura 4.35. Cancelamentos da actividade de fabrico de loiça de barro na área da 4ª CI registadas entre 1922 e 1952.	300
Figura 4.36. Registos de oficinas de ferreiro na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.	303
Figura 4.37. Cancelamentos da actividade de ferreiro na área da 4ª CI registadas entre 1922 e 1952.	304
Figura 4.38. Registos de oficinas de latoeiro e de funileiro na área da 4ª CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.	305

Figura 4.39. Cancelamentos das actividades de funileiro e de caldeireiro na área da 4 ^a CI registadas entre 1922 e 1952.....	305
Figura 4.40. Registos da actividade de serralharia na área da 4 ^a CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.	308
Figura 4.41. Cancelamentos das actividades de serralharia na área da 4 ^a CI registadas entre 1922 e 1952.....	309
Figura 4.42. Registos da actividade de carpintaria de carros na área da 4 ^a CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.	313
Figura 4.43. Cancelamentos das actividades de carpintaria de carros na área da 4 ^a CI registadas entre 1922 e 1952.....	314
Figura 4.44. Registos da actividade de carros de aluguer na área da 4 ^a CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.	314
Figura 4.45. Registos das actividades de reparações mecânicas, reparação e venda de automóveis, de garagens de automóveis e da indústria da vulcanização de borracha na área da 4 ^a CI realizados entre 1922 e 1952 por data de fundação.....	318
Figura 5.1. Companhia Elvense de Moagens a Vapor. Capital e principais rubricas da receita (1923).....	337
Figura 5.2. Companhia Elvense de Moagens a Vapor. Lucros e principais rubricas da despesa (1923).....	338
Figura 5.3. Composição das vendas de energia pela Hidroeléctrica Alto Alentejo, 1952-1953.....	351
Figura 5.4. Consumo em Portugal de Sulfato de Amónio e produção da UFA, 1952-1962.	355
Figura 5.4. HEAA: formação de capital fixo (1926-1953).....	356
Figura 6.1. Distribuição dos eleitores que pagavam mais de 10 mil réis de contribuição por grupos socioprofissionais nos concelhos de Évora e de Reguengos (1901-1906).	365
Figura 6.2. Distribuição etária dos eleitores cuja contribuição fiscal era superior a 10 mil réis em 1901/1906 em freguesias de Évora e de Reguengos.....	366
Figura 6.3. Amplitude do valor tributado de acordo com o rendimento fiscal nas categorias de identificação social	367

Figura 6.4. Distribuição etária dos eleitores que pagavam mais de 100 mil réis de imposto em Évora e em Reguengos (1901-1906).....	370
Figura 6.5. Industriais de Évora: distribuição etária em 1930 e em 1939	381
Figura 7.1. Valor dos depósitos existentes nos Bancos do Alentejo e Eborense em Dezembro de cada ano (1875-1919).....	436
Figura 7.2. Evolução das contas dos agentes e correspondentes dos bancos Eborense e Alentejo (1875-1919)	442
Figura 7.3. Relação entre contas dos agentes e correspondentes (1) e o crédito a curto prazo (2) nos bancos Eborense e Alentejo (1877-1919).....	443
Figura 7.4. Evolução do dinheiro disponível em caixa na sede dos bancos Eborense e Alentejo em 31 de Dezembro de cada ano, 1875-1914.....	446
Figura 7.5. Evolução dos depósitos a prazo (eixo da esquerda), curto prazo e na Caixa Económica no Banco Eborense (eixo da direita), 1875-1919.	449
Figura 7.6. Evolução dos depósitos à ordem e a prazo no Banco do Alentejo (1894-1916)	449
Figura 7.7. Valores dos fundos imobiliários nos activos do Banco Eborense e do Alentejo (1875-1919)	451
Figura 7.8. Banco Eborense: evolução das operações de desconto de letras, créditos em conta corrente e empréstimos hipotecários (1877-1919).....	453
Figura 7.9. Evolução no volume das operações de desconto de letras e dos empréstimos a curto prazo no Banco do Alentejo (1875-1919)	454
Figura 7.10. Investimento em títulos (fundos flutuantes) nos Bancos Eborense e do Alentejo (1876-1916).	456
Figura 7.11. Banco do Alentejo: evolução dos fundos flutuantes em percentagem do seu capital (1876-1960)	458
Figura 7.12. Banco Eborense: lucros e dividendos distribuídos (1875-1919).....	460
Figura 7.13. Banco Eborense: capital constituído e lucros declarados (1875-1919).	462
Figura 7.14. Banco do Alentejo: capitais próprios (1875-1919).	462
Figura 7.15. Volume total de depósitos nos Bancos Eborense e do Alentejo (1877-1960)	472

Figura 7.16. Relação entre depósitos a prazo e os capitais próprios no Banco do Alentejo (1894-1958).....	474
Figura 7.17. Relação entre depósitos a prazo e os capitais próprios no Banco Eborense (1877-1919).....	474
Figura 7.18. Evolução dos depósitos à ordem e a prazo superior a 3 meses no Banco do Alentejo (1894-1960).....	475
Figura 7.19. Evolução das caixas económicas do Banco Eborense (1877-1919) e do Alentejo (1877-1959).....	477
Figura 7.20. Banco do Alentejo: capital social e fundos de reserva constituídos (1875-1960).....	480
Figura 7.21. Banco do Alentejo: evolução das operações de desconto de letras e de empréstimos em conta corrente (1875-1960).....	480
Figura 7.22. Banco do Alentejo: propriedades em carteira (1875-1960).....	482
Figura 7.23. Banco do Alentejo: evolução da participação na Empresa Transformadora de Lãs, L.da.....	485
Figura 7.24. Banco do Alentejo: lucros realizados, 1875-1960.....	486
Figura 7.25. Banco do Alentejo: dinheiro em caixa na sede (em percentagem do total disponível à ordem na sede e noutros bancos).....	487
Figura 7.26. Companhia de Seguros “A Pátria”: receitas com prémios de seguros por ramos cobertos em 1916, 1929 e 1934.....	492
Figura 7.27. Companhia de Seguros “A Pátria”: dividendos por acção (em percentagem do capital), lucros líquidos declarados e capital accionista.....	494

Esta dissertação não contém errata.

